

ABRALIN - Floripa - 1999

ABRALIN

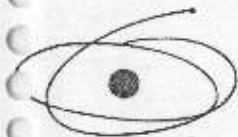
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE LINGÜÍSTICA

CADERNO DE RESUMOS
II CONGRESSO NACIONAL

25/02 a 27/02/99

UFSC

Apoio



CAPES



MINISTÉRIO
DA CULTURA



FUNDAÇÃO
FRANKLIN CASCAES
Prefeitura Municipal de Florianópolis



FLORIANÓPOLIS
CAPITAL DA GENTE

Realização

ABRALIN - UFSC / DLLV
Campus Universitário
88 040 900 - Florianópolis - SC / Brasil
e-mail: abralin@cce.ufsc.br
fax: (048) 331 99 88 - fone: (048) 331 92 93 / 331 95 81
home-page: <http://www.cce.ufsc.br/~abralin>

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que colocamos à disposição dos participantes do 2º Congresso Nacional da ABRALIN a coletânea de resumos na íntegra dos trabalhos a serem apresentados. Referem-se aos Simpósios, Comunicações e Painéis e permitirão a escolha do que ver e ouvir, com maior conhecimento de causa.

Informamos que foram retiradas as referências bibliográficas, dada a extensão do volume. Contudo, o interessado poderá obtê-las diretamente do apresentador, por ocasião do evento.

A publicação completa na forma de artigo sairá, após seleção por uma comissão científica, no CD-ROM que será editado nos próximos meses.

Recomendamos, porém, que os pesquisadores de subáreas afins, reunidos no mesmo espaço físico, troquem idéias para a publicação de volumes específicos, com os trabalhos apresentados.

O livro de resumos reflete o desenvolvimento da pesquisa lingüística e de ciências afins, às vésperas do final do século.

A Direção da ABRALIN

Florianópolis, fevereiro de 1999

**Diretoria da ABRALIN para o
biênio 97/99**

Presidente:
Leonor Scliar-Cabral (UFSC)

Secretária:
Edair Maria Görski (UFSC)

Tesoureiro:
Heronides M. de Melo Moura (UFSC)

Suplente:
Pedro de Souza (UFSC)

Conselho:
José Luiz Fiorin (USP)
Maria Cecília Mollica (UFRJ)
Maria Denilda Moura (UFAL)
Suzana Cardoso (UFBA)
Paulino Vandresen (UFSC)
Raquel Teixeira (UFG)

Editoração Eletrônica
Mercedes Prado Bonorino

Adriana Gibbon

Capa (editoração)

Marcos Juliano Branco

Apoio

Programa de Pós-Graduação em
Linguística/UFSC

SIMPÓSIOS

LINGUAGEM E ÉTICA

Kanavillil Rajagopalan - UNICAMP
LES26103AR

A questão ética se faz presente sempre que é preciso escolher entre formas alternativas de agir ou de se comportar. As alternativas fazem parte de uma hierarquia ou escala que varia de totalmente desaconselhável a altamente indicada. A ética, contrariamente à epistemologia, trabalha com valores. O objetivo deste simpósio é levantar e discutir questões relativas à ética no que tange à linguagem. É possível que a linguagem tenha, embutida nela, hierarquias de valores disfarçadas como distinções paritárias? No contexto de linguística, é preciso reconhecer que tal pergunta tende a ser descartada sumariamente em razão da crença bastante arraigada de que a ciência da linguagem só pode preocupar-se com os fatos e jamais com valores, sob pena de comprometer suas pretensões científicas. Com certeza, o surgimento recente da chamada 'Linguística Crítica' tem contribuído para recolocar a questão em pauta. Algumas das questões que precisam ser discutidas com urgência são: Em que consiste uma possível postura ética do linguista? É possível que um estudioso da linguagem seja, ao mesmo tempo, um ativista, sem que haja qualquer atrito entre os dois papéis? Quais as condições e os limites do engajamento do linguista em questões relativas à política linguística do Estado e dos diferentes órgãos governamentais?

DISCURSO DE EVANGELIZAÇÃO NAS EPÍSTOLAS DE PEDRO: convergência e dispersão de saberes cristãos e judaicos

Ana Zandwais - UFRGS
LES26105AR

O presente estudo toma como objeto de investigação duas epístolas redigidas por Pedro, dirigidas aos "dispersos" na Galácia, Capadócia, Ásia e Bitúnia, com o propósito de promover um discurso de evangelização. Visando caracterizar espaços de convergência e de difração entre domínios de saberes cristãos e judaicos, e partindo do pressuposto de que o estatuto da ética, no objeto discursivo, constitui não somente um lugar a partir do qual emergem valores comuns, contraditórios e antagônicos, mas constitui, sobretudo, um lugar de interpretação, procuramos registrar os processos de leitura e de atribuição de sentidos realizados por porta-vozes das instituições judaica e cristã, a partir de recortes das epístolas, onde saberes heterogêneos preenchem o mesmo espaço discursivo. Os resultados desta investigação colocam em evidência o modo como as instituições "produzem" sentidos com base em relações estabelecidas entre enunciados transversos que emergem no discurso bíblico.

A SOCIEDADE DE INDIVÍDUOS E A ÉTICA

Fábio Luiz Lopes da Silva - UFSC
LES26111AR

Para Contardo Calligaris, a humanidade moderna se constitui no elemento do recalque de tudo que denuncie a sua filiação familiar, cultural, histórica. Trata-se af, para o autor, de apreender em termos psicanalíticos o que é o indivíduo moderno: não um substrato psicológico mas tampouco uma fantasmagoria – na verdade, uma vicissitude nos processos de subjetivação.

Ora, que ética é possível em uma sociedade de indivíduos? O que pode introduzir diferenças qualitativas no campo das performances se a tradição já não está aí a decidir por nós? Tais são as perguntas que balizarão o meu trabalho.

POR UMA ÉTICA DO AMOR

Maria Paula Frota - PUCRJ
LES26113AR

Com base em uma visão de relação amorosa desenvolvida a partir da psicanálise, defendo uma *ética do amor*. Essa proposta se contrapõe a qualquer prescrição ética que desprezive o plural e o dinâmico, assim também desprezindo o prazer do sujeito por ela regido. Tal prescritivismo é associado à velha noção de sujeito da linguagem, a qual se desdobra em duas formas de conceber o que se convencionou chamar de relação sujeito-objeto. A ética do amor consiste em uma alternativa que entrecruza alguns dos aspectos das duas concepções criticadas, mas os redefine à luz dos conceitos de subjetividade e de língua(gem) formulados pela psicanálise. Com essa redefinição, como será argumentado, a fórmula “sujeito-objeto” assume um outro valor, passando a ser pensada em termos de “amante-amado”. Embora o trabalho tenha como pretexto mais imediato a atividade tradutora, a reflexão nele elaborada pode vincular-se a qualquer ato de linguagem, em certo sentido a qualquer situação de vida. Quanto à bibliografia de referência, a ser explicitada na versão completa do trabalho, são alguns textos de Freud e de Lacan os que me parecem trazer idéias renovadoras para o campo da lingüística.

ASPECTOS GRAMATICAIS COMPARTILHADOS POR LÍNGUAS DO BAIXO XINGU, TOCANTINS E NORDESTE DA AMAZÔNIA.

Ana Sucilly Arruda Câmara Cabral – UFPA
TGS26105CC

O presente trabalho reúne observações sobre aspectos gramaticais compartilhados por línguas tupi-guarani dos subconjuntos IV, V, VI, VII e VIII (segundo a classificação de Rodrigues, 1985) que as distinguem de línguas dos demais subconjuntos da família. Trata-se, entre outros, de elementos da organização interna do sistema de evidências encontrados em línguas dos subconjuntos IV, V, e VI, do desenvolvimento de uma partícula de futuro, a partir do verbo lexical *potar* ‘querer’ em línguas dos subconjuntos IV e VIII e, finalmente, do uso de morfemas cognatos para expressar uma categoria gramatical com significado de ‘advertência’ encontrada, até o presente, apenas em línguas dos subconjuntos IV, V e VII.

Com as observações apresentadas no trabalho, tem-se em vista contribuir para as discussões sobre possíveis estágios intermediários dos desmembramentos pré-históricos que resultaram nos diversos grupos de línguas que integram a família tupi-guarani.

ISOGLOSSAS LEXICAIS E A CLASSIFICAÇÃO INTERNA DA FAMÍLIA TUPI-GUARANI

Antônio Augusto Souza Mello - UFSC/UnB
TGS26111CC

A classificação interna de uma família lingüística é um dos últimos passos do método comparativo da lingüística histórica. Chega-se a este fim através de uma tabulação das inovações compartilhadas por grupos de línguas dentro da família, podendo estas inovações ser de caráter fonológico, lexical, semântico, morfológico ou morfossintático. Levarei em consideração aqui as mudanças semânticas e lexicais através de um estudo de isoglossas. Este estudo foi possível a partir de um banco de dados com mil e cem itens lexicais a cerca de quarenta línguas tupi-guarani: nas línguas melhor documentadas foi possível mais de noventa por cento de preenchimento destes itens. Repassando cada item lexical, cerca de cento e cinquenta forneceram dados interessantes para o estudo de isoglossas lexicais, algumas vezes reforçando uma hipótese de três subgrupos maiores: tupi-guarani do sul, tupi-guarani amazônica e tupi-guarani litorâneo e línguas gerais; e outras vezes reforçando os subconjuntos postulados em Rodrigues (1985). Listamos abaixo três exemplos:

1. amarelo: PTG (proto-tupi-guarani) *juB

isoglossa a: TEM¹ zu, ASX dZup, PAT ju-körö, KAY jup, WYA ju, GUJ ju, URB ju, ANA ju, TUP juB, GUY ju, GUN idZu, TXI ju, ‘iju, GUP saiju, hesaöju, GUK iju, ju.

isoglossa b: ASU isoköra, SRU isukörö, ASX idZoköra.

isoglossa c: EMR tawā, GUJ tawā. URB itawa, TEM tawa.

2. cuia: PTG *kuj

a: ASU kos-a, TEM kuj, AVA kudZ-a, ASX kudZa, URB kuj-, AUA kui, TUP kuj-a, YRL kuja

b: GUN kaigwa, XET kagwa.

c: KYZ ö/a, API ö/a, PAT ö/a (=cabaça)

3. guariba: PTG *wariB

a: TEM wariw, GUJ wari, URB wari, AUA wari, TUP gWariB, YRL wariwa.

b: ASU akökö, API akökö, KAY akökö, PAT akökö, EME akökö, ANA akökö, TUP akökö

c: SIR karaja, GUN karadza, GUO karaja, TXI karaja, GAN karaja.

¹ Abreviações para as línguas: TEM - tembé, ASX - asurini do Xingu, PAT - parintintin, KAY jup, WYA - wayampí do Amapari, WYJ - wayampí do Jari, GUJ - guajá, URB - urubu-kaapór, ANA - anambé, TUP - tupinambá, GUY - guarayo, GUN - guarani mbyá, TXI - chiriguano, GUP - guarani paraguaio, GUK - guayakí, ASU - asurini do Tocantins, SRU - suruí do Tocantins, EME - emerillon, YRL - língua geral amazônica, AVA - avá-canociro, API - apiaká, KYZ - kayabí, AUA - auré e aurá, SIR - sirionó, GAN - guarani antigo, XET - xetá, KOK - kokama.

HIPÓTESE SOBRE A HISTÓRIA LINGÜÍSTICA DOS KA'APÓR

Beatriz Carretta Corrêa da Silva
TGS26113CC

A língua ka'apór, apesar de apresentar léxico e fonologia facilmente reconhecíveis como tupi-guarani, diverge bastante das demais línguas dessa família no aspecto morfossintático, sugerindo mudança lingüística induzida pelo contato. Visto desse ângulo, o ka'apór configura-se, em realidade, em uma língua mista, suscitando problemas para sua classificação genética no âmbito da família linguística tupi-guarani.

Considerando-se que a história de uma língua não pode ser apreendida em sua totalidade sem que se faça referência à história de seus falantes, este trabalho busca recuperar uma parcela significativa da trajetória ka'apór, buscando retratar os caminhos de sua migração e elucidar as situações pretéritas de contato por eles vivenciadas.

Intenta-se, assim, um esboço de aproximadamente 400 anos da história ka'apór, com base no cruzamento de dados lingüísticos, históricos, etno-históricos e etnológicos.

ASPECTOS SINTÁTICOS CONTRASTIVOS ENTRE O ASURINI DO TROCARÁ E O MBYÁ: O PAPEL DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS NA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Marcia Maria Damaso Vicira - Museu Nacional UFRJ
TGS26115CC

Neste trabalho, pretendemos investigar os fatores responsáveis pelas diferenças sintáticas observadas entre o asurini do Trocará e o mbyá em termos de ordem dos constituintes oracionais e de sistemas pronominais, à luz de desenvolvimentos recentes da gramática gerativa.

Em asurini do Trocará, a ordem dos constituintes oracionais é aparentemente livre e os pronomes independentes referentes ao sujeito só são empregados para indicar ênfase ou contraste, assim como acontece em línguas de sujeito nulo. Em mbyá, todavia, a ordem oracional é bem mais restrita -SOV e/ou SVO, dependendo do dialeto- e a posição do sujeito é preenchida por pronomes independentes não-contrastivos ou enfáticos, assim como acontece em línguas sem sujeito nulo.

De acordo com Chomsky (1993 e 1995), a variação paramétrica observada entre as línguas naturais é determinada pelas propriedades morfológicas das categorias funcionais presentes na representação oracional. Dentro dessa perspectiva, quando os valores dos traços relacionados às categorias funcionais são alterados, surgem sistemas gramaticais distintos; isto é, há mudança lingüística. Assim, o tipo de ordem dos constituintes oracionais assim como o licenciamento de sujeito nulo dependem da natureza do sistema flexional da língua.

Com base nessa proposta, discutiremos o papel das categorias funcionais na determinação dos contrastes sintáticos observados entre o asurini do Trocará (diferentes tipos de ordem e (+ sujeito nulo)) e o mbyá (SOV/SVO e processo de perda da propriedade de sujeito nulo).

Através deste estudo, pretendemos oferecer a nossa contribuição para a discussão sobre a formação e a dispersão das línguas da família tupi-guarani no tempo e no espaço.

A PESQUISA DA FALA CEARENSE: ABORDAGENS FONOLÓGICA, DISCURSIVA E PRAGMÁTICA

Maria Elias Soares - UFC
FCS26103CF

A proposta da participação da comunicação é fornecer um panorama geral das pesquisas realizadas e em curso sobre a fala cearense e apresentar o banco de dados com o material obtido pelos pesquisadores do Projeto Dialeto Sociais Cearenses (Cláudia Roncarati e José Carlos Gonçalves), que foram transcritos, reorganizados e publicados com o título *A Linguagem Falada em Fortaleza*, sob a coordenação das Professoras Maria do Socorro Silva de Aragão e Maria Elias Soares, dentro da proposta de constituir um acervo que incrementa a pesquisa sobre a fala cearense e possibilite fazer comparações, nos níveis diatópico, diastrático e diafásico.

Será ainda apresentado um resumo dos trabalhos produzidos com base no *corpus* referido acima, de autoria dos proponentes deste Simpósio e de outros professores da UFC, UFPE, além de alunos do Mestrado em Lingüística da UFC, sobretudo os que foram selecionados para publicação do livro *O Português não Padrão de Fortaleza: Aspectos Fonológicos, Sintáticos e Discursivos*.

VARIAÇÃO FONOLÓGICA E MORFOSSINTÁTICA NA FALA CEARENSE

Cláudia Roncarati - UFF
FCS26105CE

As primeiras pesquisas variacionistas sobre a dialeção cearense vinculam-se ao Projeto Dialeto Sociais Cearenses (UFC/FINEP), desenvolvido por equipe de pesquisadores no final da década de 80. Desse acervo fazem parte os estudos sobre o enfraquecimento das fricativas sonoras (haca héia, a hente, mehmo) e sobre a variação da negativa (verbo pós-negado, veio não e neg. dupla, num veio não), pautados nas gravações do *corpus* do DSC, publicadas no volume *A linguagem falada em Fortaleza* (orgs. Aragão e Soares, 1996). Neste Simpósio, discutem-se, pela primeira vez em fórum acadêmico nacional, os resultados então alcançados. No trabalho sobre as fricativas, demonstra-se que, além dos fatores de motivação mecânica (condicionamento fonético relevante), o efeito controlador do léxico também é atuante, dado o estreito relacionamento entre usualidade dos itens lexicais e exposição ao enfraquecimento e apagamento. Fatores de ordem funcional como relevância informacional, economia lingüística e grau de formalidade também entram em jogo na produção de itens enfraquecidos e apagados.

No trabalho sobre as negativas, colocam-se em pauta a relevância de fatores discursivo-pragmáticos na seleção de formas não-padrão da negatividade e, assim também, a avaliação sócio-pragmática dessas formas através de teste atitudinal. Discute-se a hipótese de que o cenário enunciativo interacional dessas formas alternantes é pragmaticamente controlado, seja em contextos enfáticos de topicalização da informação nova, seja em contextos de cunho atenuador. Por fim, com base em estudos anteriores, sugere-se uma revisão crítica sobre o ciclo evolutivo da negação na fala nordestina em contraposição à fala fluminense. Para encerrar esta apresentação, delinea-se a importância da "Linguagem falada em Fortaleza" enquanto registro de leque potencial para novas investigações e sugere-se o incremento do intercâmbio dos resultados acolhidos em estudos sobre a dialeção nordestina e outras áreas dialetais brasileiras.

ASPECTOS FONÉTICOS DAS PROPAROXÍTONAS NO FALAR DE FORTALEZA

Maria do Socorro Silva de Aragão - UFC
FCS26111CE

A tradição gramatical utilizada pela língua culta distingue, nitidamente, palavras proparoxítonas das paroxítonas. Contudo, trabalhos específicos sobre o uso das proparoxítonas na linguagem não-padrão demonstram uma tendência para a modificação dessa tradição.

Embora quantitativamente sejam menos numerosas que as paroxítonas e oxítonas, no acervo lexical do Português, as proparoxítonas têm merecido atenção especial dos estudiosos da língua portuguesa.

Ao analisarmos, mesmo numa fase preliminar, o *corpus* do projeto Dialeto Sociais Cearenses, percebemos essa tendência, que um *corpus* mais amplo poderá confirmar ou não, do pouco uso das proparoxítonas pelos falantes do português não-padrão da cidade de Fortaleza, Ceará.

Esses falantes, num processo normal de economia da linguagem, transformam as palavras proparoxítonas em paroxítonas, acarretando, deste modo, uma redução das proparoxítonas nesse registro de fala.

Questões diversas são colocadas quanto às causas dessa transformação. Seriam apenas fonético-fonológicas? Léxicas? morfológicas? Teriam implicações diatópicas ou diastráticas?

Esses são aspectos que nos levam a ir mais profundamente ao assunto, em projeto em desenvolvimento na Universidade Federal do Ceará.

Este trabalho é uma pequena análise desse assunto, com uma amostragem do *corpus* da pesquisa Dialeto Sociais Cearenses.

MARCADORES CONVERSACIONAIS NA FALA CEARENSE

Izabel Magalhães - UNB
FCS26113CE

Neste trabalho, propõe-se apresentar uma análise dos marcadores conversacionais na fala cearense, realizada no projeto "Dialeto Sociais Cearenses", no final da década de 1980. A análise consiste na descrição e interpretação de marcadores como *ai*, *viu*, *né*, na perspectiva etnográfica e discursiva, como 'pistas' para a inferência conversacional e como 'atos ameaçadores da face' na comunicação médico - paciente. Discutem-se ainda os marcadores conversacionais em termos da discriminação social do estilo oral e prestígio da língua escrita. Na parte final do trabalho, generaliza-se a discussão dos dados para examinar o papel da língua na codificação simbólica do *status* social. Os dados analisados consistem de conversas informais e semi-informais e de consultas médico - paciente gravadas em um hospital psiquiátrico.

GRAMATICALIZAÇÃO E DISCURSIVIZAÇÃO DO ITEM LEXICAL TUDO

Rosemeire Selma Monteiro - UFC
FCS26115CE

Neste Trabalho, analiso o fenômeno da gramaticalização e discursivização do item lexical *tudo* em *corpus* de linguagem oral, sob o paradigma da gramaticalização, proposto por Traugott & Heine (1991), demonstrando a trajetória gramática > discurso, que é comum a esse tipo de item. A discursivização é analisada de acordo com a proposta de Martelota *et alli* (1996) segundo a qual, um item lexical pode assumir função de preenchedor de pausa ou de operador cognitivo, podendo desempenhar na enunciação funções bem diferentes das funções gramaticais que tradicionalmente lhe são atribuídas.

A gramaticalização é entendida aqui como um processo especial de mudança lingüística, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, assumem funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, podem continuar desenvolvendo novas funções gramaticais.

A discursivização, por sua vez, é também um processo de mudança no qual os itens perdem sua função lexical e gramatical passando então a organizar a linha de raciocínio na fala, funcionando como marcadores discursivos que, ora marcam uma retomada da linha de raciocínio perdida, ora mudanças de estratégias comunicativas.

Estas estratégias servem ao mesmo tempo para organizar o discurso e para chamar a atenção do ouvinte para a retomada que está sendo realizada. Podem ainda funcionar como artifício para que o falante, sem abandonar o turno, planeje o que pretende dizer em seguida. O *corpus* utilizado nesta pesquisa foi o guia de estudo *A Linguagem Falada em Fortaleza (LFF)*, banco de dados formado por entrevistas realizadas com 18 informantes moradores da cidade de Fortaleza - Ce.

ENQUADRES E ALINHAMENTOS: CONCEITOS E RELAÇÕES

Maria das Graças Dias Pereira - PUCRJ
SIS26103FP

Enquadres e alinhamentos são conceitos básicos da Sociolinguística Interacional. A noção de enquadres (Bateson, 1972; Goffman, 1974; Tannen, 1979); Tannen & Wallat, 1987) procura dar conta do contexto da fala, na construção do discurso interativamente. Junto à noção de enquadre, Goffman (1981) desenvolve também outro importante conceito para a análise da interação, o conceito de *footing*, procurando caracterizar o alinhamento, a postura dos participantes em uma dada situação interacional. As mudanças de enquadre e de alinhamento são assinaladas por pistas de contextualização (Gumperz, 1982).

Nosso objetivo consiste em discutir os conceitos de enquadres e o relacionamento entre enquadres e alinhamentos. Bateson (1972) foi quem introduziu o termo nas ciências sociais. A sua noção de enquadre é psicológica, a partir da analogia física com uma pintura e da analogia abstrata com um conjunto matemático. Goffman (1974) toma o termo enquadre por empréstimo de Bateson e faz a caracterização dentro de uma abordagem sociológica, para dar conta do sentido literal "O que está acontecendo aqui?" e do sentido metafórico "Qual é o significado do que está acontecendo aqui?". Tannen (1985) e Tannen & Wallat (1987), por outro lado, propõem a denominação de "estruturas de expectativas" distinguindo dois tipos - enquadres e esquemas de conhecimento. Os primeiros referem-se a estruturas de conhecimento dos indivíduos de natureza não interacional; os segundos representam uma visão cognitiva. Que diferenças há nestas concepções de enquadre? Trata-se de noções que estabelecem o mesmo tipo de interpretação para uma dada situação? Por outro lado, quando podemos dizer que houve mudança de enquadre ou de alinhamento? Qual é a natureza destas mudanças maiores e menores na interação?

O NÍVEL DAS ESTRUTURAS DE PARTICIPAÇÃO

Lucia Quental - UFRJ
SIS26105FP

Este trabalho é uma revisita ao conceito de estruturas de participação, baseada em Phillips, 1972 e 1974, em Goffman, 1981 e em Quental, 1991. Analisa dados de diversas naturezas, desde eventos de fala em sociedades pré-letradas até eventos de mídia, de grande complexidade.

Argumenta que essas estruturas, como todas as demais, devem ser interpretadas e que as categorias propostas pelos autores citados acima serão vistas não como apriorísticas, mas como roteiros ou esquemas de conhecimento de mundo a serem levados em conta pelo intérprete em sua decodificação de eventos de fala.

AS NOÇÕES DE "FACE" E "SELF" EM ERVING GOFFMAN: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Maria Claudia Coelho - UERJ
SIS26111FP

Este artigo visa discutir as noções de "face" e "self" na obra de Erving Goffman, tomando como ponto de partida o texto "A Elaboração da Face", originalmente publicado em 1955. O lugar privilegiado atribuído a este texto aqui justifica-se pela fecundidade das noções aí discutidas - em particular os conceitos de "face", "linha" e "elaboração da face" - para a área da sociolinguística interacional, em especial para as teorias da polidez tal como formuladas por Brown e Levinson.

O propósito deste trabalho é analisar a articulação entre a dimensão pública e a dimensão subjetiva da interação nesta obra de E. Goffman. Partindo da noção de "face" como algo construído na interação, a idéia é rastrear a preocupação - muitas vezes implícita - de Goffman com a vinculação da "face" aos sentimentos e à auto-imagem. Para tanto, procuraremos abordar, entre outros problemas:

- a - a fronteira entre as dimensões pública e privada da interação, através da discussão das noções de "face" e *self*;
- b - o lugar das motivações individuais no projeto sociológico interacionista de Goffman;
- c - a concepção goffmaniana da articulação entre os níveis micro e macro da vida social.

ANÁLISE DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E SOCIAL: QUEM É VOCÊ PARA QUERER SABER COMO A GENTE AGE NO MUNDO?

Pedro M. Garcez - UFSC/UFRGS
SIS26113FP

A meta mais ampla da Sociolinguística Interacional é descrever, a partir de dados de observação e de gravações audiovisuais, as perspectivas de produção e co-construção da ação comunicativa e social dos participantes em eventos de fala-em-interação face a face nas sociedades complexas e multiculturais contemporâneas (Schiffrin, 1996). Muitas vezes, a SI pretende, também, explicitar os julgamentos de competência comunicativa e social que se forjam nestes encontros e que têm repercussões para o acesso à oportunidade social e mesmo para as chances de vida dos participantes membros de certos grupos socioculturais (Tannen, 1992). Implícita neste objetivo está a ambição, bastante problemática, de que a análise sociolinguística interacional deverá ser capaz de revelar, com base em evidências demonstráveis, o que os participantes dizem e fazem e como e por que dizem o que dizem e fazem o que fazem em suas interações, a partir de um ponto de vista que é o dos próprios participantes (visão êmica). Parece claro que esta ambição

não deve se pautar pela crença ingênua na possibilidade de reprodução completa da perspectiva dos participantes a partir da análise que é feita, necessariamente, do ponto de vista do pesquisador (visão ética). A análise deve, sinceramente, limitar-se a uma aproximação da perspectiva êmica, sempre autoconsciente do seu caráter ético (externo). Embora o percurso que leva à compreensão êmica das atividades comunicativas seja acidentado, é preciso perseguir esta ambição se desejamos seriamente conhecer como se dá a construção da ação social pelo uso da linguagem em situações concretas da experiência humana. Dentro deste quadro, a presente contribuição se detém sobre a noção de competência social (Erickson & Shultz, 1981/1998), no que tange a seus constituintes comunicativos, e procura refletir sobre os esforços metodológicos e analíticos indispensáveis (Garcez, 1997) para a busca de uma compreensão êmica por parte do analista da fala-em-interação social sobre como se dá o desempenho comunicativo e social de agentes comunicativos de carne e osso, vivendo vidas comunicativas e sociais situadas por possibilidades e limites mais ou menos evidenciados em suas interações. Problematicam-se os termos êmico e ético, competência comunicativa e social e contexto e situação.

DESCONTINUIDADES TÓPICAS E TRABALHOS DE FACE

Sonia Bittencourt Silveira - UFJF
SIS26115FP

As descontinuidades tópicas têm sido analisadas (cf. Keenan & Schieffelin, 1976; Jubran, 1996; Koch, 1995) como resultantes de inserções e/ou reformulações de tópicos ou subtópicos, causando uma suspensão temporária ou mesmo o abandono do tópico em curso. Por outro lado, as suspensões tópicas podem ser mais ou menos digressivas, dependendo do grau de aproximação ou afastamento que representem em termos do tópico discursivo no qual se inserem. Já as reformulações tópicas, segundo Koch (1995:57), não contribuem para a progressão temática, promovendo, entretanto, uma melhor formulação ou mesmo reformulação de algo que já foi dito (e.g. correções ou reparos, repetições ou paráfrases e adjunções).

Ressalvamos que estes processos textuais-interativos são abordados, neste estudo, numa perspectiva interacional, não se propondo discutir questões referentes a critérios ou tipologias existentes. Será aqui problematizado o fato de estes processos serem extremamente recorrentes no *corpus* de dados das entrevistas de emprego analisadas (cf. Silveira, 1998), enquanto estratégias discursivo-interacionais utilizadas para realizar o que aqui compreendemos como trabalhos de face.

A hipótese de trabalho assumida é a de que as descontinuidades tópicas constituem, do ponto de vista interacional, um importante recurso a que recorrem, principalmente, os entrevistados para a construção de identidades situadas do *self* (cf. Goffman, 1969). Do ponto de vista discursivo, constituem o *locus* criado pelo entrevistado, seja para fugir ao controle tópico da pergunta do entrevistador, seja para introduzir informações de forma espontânea.

O modelo de estratégias de trabalhos de face, proposto por Penman (1990), constitui o parâmetro a partir do qual são identificadas e analisadas as descontinuidades tópicas produzidas pelos candidatos para dizerem mais ou menos o que é requerido para o momento, tendo como metas realizar os trabalhos de face necessários às *faces* que estão sendo reivindicadas; se defenderem ou se protegerem, por exemplo, de tipificações negativas que possam advir do que está sendo dito; ou tentar influir na forma como o que dizem possa ser interpretado.

CONSTRUÇÕES DE VOZ NO PORTUGUÊS FALADO

Roberto Gomes Camacho - UNESP/S. J. do Rio Preto
VPS26163AR

Em função de sua complexidade funcional, a literatura tem preferido tratar a categoria de voz como um domínio multifatorial, sujeito a caracterizações prototípicas. Ser um conceito multifatorial significa que a voz verbal envolveria, segundo Givón (1981), três domínios funcionais: **topicalidade**: a construção passiva atribui a função de tópico a um argumento não-agente, comportamento oposto ao da ativa correspondente; **impessoalidade**: a construção passiva suprime a identidade/presença do argumento Agente, geralmente o sujeito expresso da ativa; **detransitividade**: a construção passiva é semanticamente menos transitiva, mais estativa que a construção ativa correspondente.

O estudo da pragmática da voz neste trabalho pretende balizar a tipologia das construções marcadas com base em sentenças ativas que codificam eventos prototipicamente transitivos (Givón, 1994), cujos traços são os seguintes: (a) a oração transitiva prototípica envolve um **agente** ativamente iniciador, controlador, volicional que é responsável pelo evento, portanto sua causa saliente; (b) envolve também um **paciente** não-controlador, inativo, não-volicional que registra uma mudança de estado, portanto, seu efeito saliente; (c) o verbo codifica um evento compacto, limitado, e real. O presente estudo inclui os seguintes tipos: voz passiva, voz média pronominal e não-pronominal e voz adjetival perfectivo-resultativa.

Com base no principal domínio funcional, o pragmático, entendido como a relativa topicalidade do argumento paciente, chegou-se à seguinte definição das construções de voz aqui focalizadas: 1) na passiva, o paciente é geralmente o tópico e o agente, quando expresso, pode reter topicalidade, sendo, por isso, facultativamente suprimido, demovido; 2) na construção adjetival, o paciente é o tópico e o agente é absolutamente não tópico, sendo obrigatoriamente suprimido ou demovido; 3) na construção média pronominal e não-pronominal, o agente é também absolutamente não tópico, sendo por isso suprimido, mas o paciente não adquire necessariamente as características morfossintáticas de sujeito gramatical.

Na medida em que as construções de voz não permitem um SN agentivo opcional, caso de todas as construções, exceto a passiva, pode-se afirmar que a impessoalidade é o domínio funcional mais relevante nas construções de voz do português falado. Observe-se, a esse respeito, que a construção média está deixando progressivamente de submeter-se à detransitivização e o domínio funcional predominante é o da impessoalidade, que, nesse caso, supera o efeito da detransitividade semântica.

TEMPO DO VERBO

Rodolfo Ilari - UNICAMP
VPS26175AR

Meu propósito, nessa intervenção, é apontar e formular alguns dos problemas que ficam em aberto quando a função semântica das flexões verbais de tempo é analisada a partir das noções reichenbachianas de Tempo de Evento, Tempo de Referência e Tempo de Fala. Pretendo mostrar que a idéia de submeter a flexão temporal a uma análise semântica rigorosa e composicional, que subjaz à teoria de Reichenbach, é correta e deve ser preservada, mas que sua aplicação conseqüente demanda complicações de vários tipos, das quais são exemplos a necessidade de reconstruir as fórmulas de Reichenbach em termos de intervalos temporais e a de dispor da noção de evento.

ASPECTO ITERATIVO NO PORTUGUÊS FALADO

Ataliba T. de Castilho - USP/ CNPq
VPS26171AR

O trabalho traz um rápido exame do aspecto verbal, buscando identificar as fontes dessa categoria, que não tem representação morfológica no Português. São descritas ocorrências do Aspecto Iterativo no *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, postulando-se que o iterativo resulta da composição das seguintes fontes: flexão do verbo, quantificação dos argumentos verbais, adjunção por advérbios predicativos quantificadores e padrão sentencial.

ESTRUTURA ARGUMENTAL DO VERBO

Erotilde Goreti Pezatti - UNESP/ S. J. Rio Preto
VPS26173AR

Segundo Du Bois (1987), a gramática codifica melhor o que os falantes usam mais, tornando-se, então, necessário descobrir que padrões lingüísticos são mais usados, ou seja, qual é a estrutura argumental preferida (EAP). A teoria de Du Bois refere-se ao papel formal e discursivo dos argumentos nucleares do verbo, isto é, do sujeito e do objeto.

A EAP não é concebida como uma estrutura sintática por si mesma, mas como uma preferência discursiva mensurável por meio da estrutura sintática. Apresenta uma dimensão gramatical e uma pragmática. A dimensão gramatical pode ser expressa por duas tendências relacionadas à presença ou ausência de SNs plenos e lexicais na sentença. A primeira é denominada de "Restrição de um único argumento lexical" e reflete a predominância de orações com somente um argumento nuclear lexical. A segunda, denominada de "Restrição de sujeitos transitivos lexicais", reflete a tendência para se expressar o sujeito transitivo por meio de pronomes ou anáfora zero.

Há ainda duas outras tendências de ordem pragmática para a EAP. A primeira, "Restrição de um único argumento novo", refere-se à tendência de se evitar mais de um argumento novo por sentença. A segunda, denominada de "Restrição de sujeito transitivo dado", refere-se à preferência de se colocar o elemento novo como objeto ou como sujeito intransitivo mas nunca como sujeito transitivo. Assim a hipótese da EAP implica que a distribuição sintática de SNs plenos e lexicais é determinada, pragmaticamente, por padrões do fluxo de informação no discurso, isto é, introdução de informação nova e monitoramento de informação velha.

Este estudo tem por objetivo examinar a interação entre o nível gramatical e o pragmático das estruturas lingüísticas. O nível gramatical é entendido aqui como a estrutura argumental preferida da predicação nuclear, que implica tanto a forma quanto o conteúdo semântico das expressões lingüísticas, de acordo com Du Bois (1987). O nível pragmático é representado pelo estatuto de dado/novo, definidade, e função de Tópico, tal como definida por Dik (1981 e 1989).

Assim analisa-se a distribuição dos SNs em sentenças do português falado do Brasil, de acordo com a hipótese da Estrutura de Argumento Preferida (EAP), proposta por Du Bois (1987) ao estudar o sacapulteco, uma língua maia ergativa. Demonstra-se que o português, apesar de ser considerado uma língua acusativa ou de ergatividade cindida (Cf. Dutra, 1987 e Pezatti, 1992, 1993), tem comportamento semelhante à ergativa sacapulteco, com relação à distribuição de SNs na sentença. Os casos de desvios da EAP são também analisados e se conclui que o preenchimento de argumentos, seja com SNs lexicalizados, seja com SNs não lexicalizados, tem razões distintas: do mesmo modo que há diferentes razões estruturais para cada tipo, diferentes também são as razões pragmáticas que os determinam.

PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL

Suzana Alice Marcelino Cardoso - UFBA
ALS26163CC

Nesta comunicação apresenta-se o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil, pondo-se em destaque os objetivos e a metodologia em que se baseia. Informa-se sobre a rede de pontos, o perfil dos informantes, a natureza dos questionários lingüísticos que orientam a recolha de dados e, de forma sumária, sobre os inquéritos experimentais já realizados, indicando-se, por fim, o estágio atual em que se encontra a pesquisa.

AS PESQUISAS DIALETAIS NO BRASIL: ASPECTOS FÔNICOS

Maria do Socorro Aragão - UFC & Jacyra Mota - UFBA
ALS26165CC

Esta comunicação analisa fatos fônicos, característicos do português do Brasil, tais como as realizações abertas ou fechadas das vogais pretônicas e as diferentes concretizações das consoantes em distribuição implosiva.

Utilizam-se como *corpora* formas registradas nos inquéritos fonéticos experimentais, que se realizaram em 1998, em localidades já selecionadas para o Atlas Lingüístico do Brasil, e, subsidiariamente, a documentação fornecida pelos atlas lingüísticos regionais publicados — *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, *Atlas Lingüístico da Paraíba*, *Atlas Lingüístico de Sergipe*, *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* e *Atlas Lingüístico do Paraná*.

ANÁLISE DE ASPECTOS SEMÂNTICO-LEXICAIS

Mário Zágari - UFJF
ALS26171CC

Nesta comunicação examinam-se os primeiros resultados obtidos com a aplicação experimental do Extrato do Questionário Léxico-semântico em diferentes áreas do Brasil. Procura-se, com esse confronto, analisar as respostas obtidas numa perspectiva semiológica na tentativa de delimitar caminhos e áreas geolingüísticas.

ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL: PRIMEIROS ESTUDOS LEXICAIS

Vanderli de Andrade Aguilera - UEL
ALS26173CC

Para os que trabalham com a geolingüística brasileira é muito instigante descobrir áreas de isoglossas, não apenas pela simples delimitação dessas áreas, que é o primeiro passo a ser dado, mas pelo ensejo de se mergulhar na história externa e interna da língua, através do trabalho de remoção das várias camadas lingüísticas que se sobrepuseram ao longo de mais de cinco séculos.

Não só os especialistas mas qualquer falante da língua portuguesa gostaria de conhecer o domínio espacial do *pernilongo*, da *muriçoca*, do *carapanã* e do *mosquito* (leia-se [muS'kitu], ou da *abóbora* e do *jerimum*, ou da *mandioca*, da *macaxeira* e do *aipim*, bem como do *sutiã*, do *corpinho*, do *carpete*, do *porta-seio* e do *galifon/califon*.

Por outro lado, as descobertas dos "clássicos" da Dialectologia no Brasil, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Gladstone Chaves de Melo, Nelson Rossi, Pedro Caruso — seja quando elaboram questionários dialectológicos, seja quando discorrem sobre as diferenças de falares nas várias regiões brasileiras — deixam no ar uma sucessão de questionamentos: pode-se falar em divisão dialetal no Brasil a partir de áreas de isoléxicas? Pode-se pensar em áreas contínuas, isto é, em limites precisos, bem definidos? O que irão revelar as cartas lexicais do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)?

Essas são algumas das indagações que se procura responder com as primeiras análises dos resultados das aplicações dos Extratos do Questionário Léxico-semântico do ALiB em diversas localidades brasileiras desde o Pará, Rondônia, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul e que se constituem no objeto de estudo do presente trabalho.

OS INQUÉRITOS EXPERIMENTAIS PARA O ALiB - ANÁLISE DE ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS

Walter Koch - UFRGS
ALS26175CC

Nenhum dos atlas lingüísticos até agora publicados em cinco estados do Brasil procurou registrar a variação diatópica de fenômenos morfofossintáticos, limitando-se a levantamentos de caráter semântico-lexical. Os dados assim registrados prestaram-se ainda a estudos fonético-fonológicos, nada dizendo, contudo, sobre aspectos morfofossintáticos dos respectivos falares. Talvez se deva isso, em parte, ao fato de se aterem aos modelos clássicos da dialectologia européia, em parte, por considerar-se a variação morfofossintática mais um fenômeno diastrático do que diatópico.

Levantamentos mais recentes não mais permitem manter esse ponto de vista como comprovam, entre outras, as cartas do Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) no que diz respeito ao português subpadrão dessa região.

Nossa participação no simpósio sobre o Atlas Lingüístico do Brasil tem por objetivo a análise de resultados da aplicação do questionário morfofossintático deste projeto nos inquéritos lingüísticos experimentais realizados em cinco áreas distintas do país.

AS REPRESENTAÇÕES DO SABER CIENTÍFICO NA CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS NO DISCURSO DE SALA DE AULA

Maria José R. Faria Coracini - UNICAMP
CSS26163CE

Sabe-se que o discurso dominante da ciência na modernidade, coloca a ciência e o discurso científico fora (ou acima) de qualquer contexto social, o que, segundo Usher & Edwards (1994:33), garante-lhe um caráter objetivo e, como decorrência, confere-lhe confiabilidade inquestionável. Estrutura transcendental, a ciência estaria, no dizer desses autores, idealmente construída sobre modelos racionais universalmente aplicáveis. Nessa perspectiva, a subjetividade parece não ter lugar no discurso da ciência; entretanto, a ausência do sujeito (lingüísticamente marcada pela terceira pessoa, voz passiva e formas de indeterminação) pressupõe a adoção da concepção de sujeito centrado, cartesiano, que, pelo uso efetivo da razão, permite que o objeto fale, que o objeto se apresente, se declare (cf. Coracini, 1991), sem a interferência de qualquer subjetividade. O sucesso de tal postura, mesmo no cerne das ciências humanas, é explicado pela pós-modernidade e pelo pós-estruturalismo por constituir a expressão de um desejo (recalcado) do controle, da verdade, tão característico da cultura ocidental e, portanto, do homem ocidental (Foucault, 1995).

Com base nesses pressupostos, formula-se a hipótese de que é essa visão de cientificidade que atravessa o imaginário de professor e alunos de aula de língua, de modo a determinar-lhes uma (suposta) postura de isenção diante do saber, como se o professor

não passasse de um porta-voz de um saber objetivo, universal e, por isso mesmo, não contaminado pela ideologia ou, no dizer de Foucault (op. cit.), pelas relações de poder. O mesmo silenciamento que impõe o objeto (que se define, se dá a conhecer através de métodos inquestionáveis) ao pesquisador, o saber científico, resultante de pesquisas reconhecidamente científicas, se impõe ao professor, que se acredita mero intermediário entre esse saber (exterior ao discurso de sala de aula) e o aluno que se curva (ou resiste) como "recipiente" dessa verdade.

Parte do projeto integrado CNPQ *Interdiscursividade e Identidade no Discurso Didático-Pedagógico*, sob minha coordenação, o presente trabalho pretende, a partir da análise de entrevistas e aulas de Língua (Materna e Estrangeira) gravadas em áudio, compreender como as representações de ciência e de discurso científico emergem no dizer de professores e alunos, contribuindo para a construção da subjetividade, ou melhor, para a identificação dos sujeitos do discurso pedagógico.

A INTERDISCURSIVIDADE E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-PROFESSOR EM AULAS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Anna Maria G. Carmagnani - USP
CSS26165CE

A mídia em geral (jornais, revistas, televisão etc.) vem ocupando um espaço cada vez maior na sala de aula – ora porque os textos do livro didático são retirados dessas fontes, ora porque esse tipo de material ocupa o lugar do livro didático (sobretudo em aulas de língua estrangeira), ora porque os sentidos provocados pelo discurso da mídia circulam na sala de aula, compondo um saber multifacetado, não previsível ou controlável.

Este trabalho tem por objetivo discutir em que medida as representações do "real" apresentadas pela mídia constituem o sujeito-professor corroborando/entrando em conflito com as representações assumidas pela escola.

A análise basear-se-á nos resultados de entrevistas realizadas com professores de língua estrangeira, bem como em observações e transcrições de aulas desses mesmos professores.

A noção de sujeito que norteia a análise é a do sujeito afetado pela ideologia, sujeito histórico, descentrado, que busca a unidade na multiplicidade (cf. Foucault 1969, Pêcheux e Fuchs, 1975). Ao mesmo tempo, utilizaremos o conceito de "interdiscursividade" (cf. Maingueneau, 1984), entendendo que as práticas discursivas (no caso, da sala de aula) se constituem no interior do interdiscurso.

HETEROGENEIDADE DO DISCURSO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Elzira Yoko Uyeno - UNICAMP
CSS26171CE

A análise do percurso da concepção do sujeito nas teorias lingüísticas nos leva a postular a impossibilidade de separar o sujeito de seu discurso. Duas grandes linhas se fazem presentes: a que considera o sujeito como a origem e controlador da enunciação e a que o considera determinado e incapaz de controlar a sua enunciação. A primeira concebe o sujeito como uno, consciente e controlador de seu pensamento, de suas atitudes e de seu dizer. Os lingüistas que adotam essa orientação tomam o fato lingüístico como produzido por um ato de criação individual, assumindo, portanto, uma concepção subjetivista e psicologizante do sujeito. A outra concepção pressupõe um sujeito cindido, inconsciente; o fato lingüístico, sob essa orientação, toma por base uma teoria estruturalista do sujeito. Os sujeitos modernos, sob tal ótica, são resultantes da ilusão necessária de que constituem sujeitos livres cujas ações, enunciações e mesmo desejos são ideologicamente predeterminados.

Colocando-se, sob o ponto de vista teórico, na interface entre a Análise do Discurso de linha francesa e a Desconstrução, este estudo assume a concepção segundo a qual, embora suas ações, enunciações e desejos sejam ideologicamente predeterminados, o sujeito deixa resvalar a heterogeneidade que o constitui. O fato lingüístico sob tal orientação deriva de uma teoria que, embora não-subjetivista do sujeito, admite a irrupção de sentidos indesejados e incontrolados. O sujeito é, então, psicanalítico, cindido, nem totalmente livre e controlador, nem totalmente assujeitado e determinado, movendo-se entre a identidade e a alteridade, entre a "incompletude" e o "desejo de ser completo", entre a polifonia e a monotonia de um locutor marcado pela ilusão do sujeito como fonte, entre o si mesmo e o "estrangeiro" que o constitui.

A análise das enunciações produzidas em aulas de cursos de formação continuada revelou uma característica peculiar a esses cursos: apenas as vozes dos professores ministrantes dos cursos eram ouvidas. Tal "passividade" dos professores-alunos se explicaria por duas razões: uma de ordem institucional e outra, de ordem epistemológica. Certamente, suas atitudes refletem a ocupação dos lugares tradicional e institucionalmente determinados de professor e aluno, segundo os quais cabe ao primeiro, enquanto aquele que sabe, ensinar e ao segundo, enquanto aquele que não sabe, aprender (isto é, ouvir). A segunda razão se evidencia na inquestionabilidade que caracteriza o discurso pedagógico, cuja origem está na apropriação e distribuição do discurso científico e cujo corolário está no fato de as teorias veiculadas nesses cursos serem vistas como verdades irrefutáveis, uma vez que são cientificamente avalizadas por cientistas e lingüistas de renome. A associação dessas duas determinações produz o silenciamento do valor de suas práticas e a homogeneidade das interações, além de uma verdadeira dogmatização da teoria que, por sua vez, produz um messianismo, no sentido de se ver, nas teorias, a salvação para os problemas encontrados em seu cotidiano pedagógico.

INTERDISCURSIVIDADE, IDENTIDADE DE GÊNERO E LETRAMENTO

Izabel Magalhães - UNB
CSS26173CE

O gênero social é um dos grandes temas debatidos no cenário nacional e internacional contemporâneo. No Brasil, o tema vem merecendo destaque sobretudo na Sociologia e Antropologia. É tempo, portanto, de realizar um debate na Lingüística, já que as relações de gênero são construídas em grande parte pela linguagem (Cameron, 1995 e 1992; Holmes, 1995; Swann, 1992; Graddol e Swann, 1989). O propósito deste trabalho é analisar dados parciais do projeto de pesquisa "*Intertextualidade, Letramento, Identidade*", focalizando a identidade de gênero em textos do jornal *Resgatando*, produzido pela equipe da pesquisa em parceria com um grupo comunitário de alfabetização de jovens e adultos. A produção do jornal é produto da metodologia de pesquisa participativa adotada, mediante a qual se busca fortalecer o grupo pesquisado no processo de pesquisa. Na perspectiva da Teoria do Discurso, pretende-se também examinar a identidade de gênero em textos publicitários, cuja discussão em sala de aula representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as relações assimétricas entre os gêneros e o papel da linguagem na construção dessas relações, tanto em termos de sua reprodução como em termos de sua transformação (Fairclough, 1995 e 1992; Kress e Van Leeuwen, 1996). Na parte final do trabalho, amplia-se a discussão da identidade de gênero para considerá-la nas articulações e rearticulações obtidas entre um discurso de controle da mulher, ligado à família tradicional brasileira e um discurso de liberação (Magalhães, 1995). Na conclusão, propõe-se a discussão da emancipação da mulher mediante um *letramento crítico*, conforme Street (1995), em consonância com esse novo discurso.

AS REPRESENTAÇÕES DA LÍNGUA ESTRANGEIRA E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-ALUNO DE LÍNGUAS

Marisa Grigoletto - USP
CSS26175CE

As relações que os aprendizes de línguas estrangeiras estabelecem com essas línguas são constituídas no interdiscurso, entendido como a memória do dizer e dos sentidos que, neste caso, vão-se formando na relação dos sujeitos com a linguagem em geral, dentro e fora da escola. Essa afirmação pressupõe que, ao significar, os sujeitos se significam (cf. Orlandi, 1998) através da inserção do seu dizer em um saber discursivo (o interdiscurso) que faz com que os seus sentidos lhes pareçam fazer sentido. Porém, é precisamente essa inserção em uma rede de sentidos que escapa à consciência do sujeito, o qual, ao contrário, tem a ilusão, aliás necessária (cf. Pêcheux, 1975), de que os seus sentidos são originais e nascidos no momento da enunciação.

O presente trabalho tem como objetivos apresentar uma análise e discussão das representações que fazem aprendizes de línguas estrangeiras sobre a/s língua/s estrangeiras que estudam, com o intuito de determinar com que regiões do interdiscurso essas representações se articulam para produzir sentidos, e verificar de que forma a configuração resultante contribui para constituir esse aluno em sujeito de linguagem que é falado por determinados discursos e assujeitado pelo inconsciente.

Procurar-se-á, ainda, compreender como essas representações deixam entrever as identificações (no sentido psicanalítico) dos sujeitos em relação à língua estrangeira e discutir algumas implicações que daí resultam para o processo de aprendizagem de línguas. O *corpus* de análise consiste de relatos escritos e entrevistas produzidos por alunos de Letras com opção de habilitação em Inglês.

ACESSIBILIDADE DIFERENCIADA E FATORES ESTRUTURAIS NO PROCESSAMENTO DA ANÁFORA PRONOMINAL

Letícia Maria Sicuro Corrêa - PUCRJ
PLS26163FP

Processamento de sentenças e processamento do discurso são tradicionalmente estudados separadamente. Este estudo visa a explorar um aspecto no qual estes níveis de processamento lingüístico podem ser integrados. Investiga-se aqui o efeito de fatores de natureza estrutural no modo como representações obtidas durante o *parsing* de sentenças são mantidas na memória de trabalho e recuperadas quando do processamento de uma forma pronominal sujeito de oração independente. A hipótese de trabalho é a de que a posição de um SN no marcador-frasal decorrente do *parsing* da sentença que introduz possíveis antecedentes de uma forma pronominal afeta sua acessibilidade relativa, direcionando a atribuição de um referente ao pronome na compreensão ou a codificação da referência por meio de uma forma pronominal na produção. Dois tipos de dados são apresentados. Dados obtidos em um experimento de compreensão com adultos e dados obtidos na produção induzida de narrativas por parte de adultos que atuaram como grupo de controle em um estudo evolutivo anterior.

O experimento de compreensão mediu o tempo de leitura a partir de textos escritos constituídos de 3 sentenças, apresentadas paulatinamente em unidades sintagmáticas, em três pontos distintos: (1) após um pronome sujeito, (2) após o sintagma verbal e (3) ao final da oração. Este experimento teve como objetivos: (i) verificar se a acessibilidade da representação correspondente ao sujeito da sentença primeira/mais alta do par crítico é afetada pela presença de um "antecedente alternativo" para a forma pronominal sujeito da segunda oração do par; (ii) se tal efeito é variável em função do fator "profundidade de encaixamento" da oração que apresenta o antecedente

alternativo (encaixada/não encaixada) e do SN correspondente a este no marcador-frasal decorrente do *parsing* da sentença em questão e (iii) se a presença de um pronome pleno em contraste com a forma nula possibilita a resolução da referência antes do processamento do verbo.

O estudo da produção analisou a distribuição de formas pronominais sujeito (plenas e nulas) em função das variáveis acima consideradas: presença de antecedente alternativo na sentença imediatamente anterior a que contém a forma pronominal e profundidade de encaixamento da oração e do SN que o apresenta. Este estudo teve como objetivo verificar se a distribuição de formas pronominais sujeito no discurso pode ser função de uma escala de acessibilidade definida em termos estruturais.

Os resultados de ambos os estudos são analisados em função de um modelo procedimental, no qual explicitam-se aspectos comuns à produção e à compreensão de relações anafóricas, quando sentenças são processadas no discurso.

A PRODUÇÃO DE ORAÇÕES COORDENADAS E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES PSICOLINGÜÍSTICAS

Andréa Rodrigues - PUC-RJ
PLS26165FP

O trabalho tem como objeto de estudo a produção de estruturas coordenadas por crianças falantes do português, com o objetivo de verificar se é possível estabelecer distinções entre o desenvolvimento da habilidade de produção de sentenças complexas por coordenação e o desenvolvimento da habilidade de produção de enunciados concatenados no discurso por meio de um conectivo equivalente a uma conjunção coordenativa. Desse modo, pretendemos diferenciar o desenvolvimento sintático do desenvolvimento discursivo, no curso da aquisição da linguagem. Os dados da pesquisa foram coletados em estudo longitudinal no qual a produção de quatro crianças de idades entre 1 e 5 anos foi registrada por um período de seis meses.

Para caracterizar a coordenação como unidade sintática e identificá-la na produção discursiva da criança, recorre-se a um fator prosódico, verificando, nos pares de oração ligadas por conectivos, o contorno entoacional, a presença ou ausência de pausa entre tais orações, e a duração da mesma. Tomando como parâmetro o limite de tempo das pausas nas sentenças complexas por subordinação produzidas pelas crianças, considera-se que o limite de tempo nas pausas entre as orações ligadas por conectivo pode servir como um índice de vínculo sintático entre as mesmas. Adota-se assim um critério de natureza prosódica para caracterizar as orações coordenadas, e distingui-las das orações concatenadas somente no discurso, com pausas acima do padrão prosódico das sentenças complexas por subordinação.

Na análise dos dados, foi observado um percurso evolutivo da produção de orações coordenadas e da produção de enunciados concatenados no discurso considerando-se as crianças de diferentes grupos etários, e constatou-se que a produção de orações coordenadas aumenta progressivamente, sendo tal aumento proporcional a uma diminuição no número de enunciados que apresentam pausas maiores que as definidas como índice de vínculo sintático entre as orações. Quanto ao período de tempo observado, a produção por criança é estável ao longo dos seis meses de coleta dos dados. O curso evolutivo analisado é interpretado à luz do modelo de produção da fala de Levelt (1989) assim como à luz do modelo de produção de sentença no discurso de Correa (1998).

CATEGORIAS VAZIAS E FORMAÇÃO DE CADEIAS NO AGRAMATISMO

Celso Novas - UFRJ
PLS26171FP

Entre as teorias que enfocam a questão da alteração da linguagem em indivíduos afásicos, sobretudo em afásicos de Broca, algumas assumem que essas alterações sejam estruturais, ou seja, decorrentes de problemas no módulo sintático. Alternativamente, algumas teorias assumem que as alterações de linguagem sejam decorrentes de mudanças no sistema de processamento. Em outras palavras, as alterações de linguagem após uma lesão neurológica podem ser pensadas como sendo decorrentes de uma alteração do conhecimento gramatical ou de uma interrupção de algum processo que põe esse conhecimento em uso.

Neste trabalho, eu vou focar o diálogo que tem ocorrido entre as teorias do indivíduo normal e aquelas do indivíduo afásico que assumem que o déficit seja estrutural, ou seja, decorrente de um problema no módulo sintático propriamente dito. Um dos déficits estruturais decorrentes de lesão neurológica mais bem estudados é a dificuldade que o afásico de Broca apresenta na compreensão de sentenças geradas por movimento. Embora com variações, as explicações para o déficit apontado acima giram todas em torno da proposta de apagamento da categoria vazia *traço*, gerada após o movimento, das representações lingüísticas.

Este trabalho tem como objetivo propor uma alternativa de explicação para o problema do afásico agramático com a compreensão de sentenças geradas por movimento. A idéia fundamental é que este tipo de afásico perde a capacidade de formar *traços*.

METÁFORA E PROCESSAMENTO COGNITIVO

Paula Lenz Costa Lima - UECE/UNICAMP
& Edson Françaço - UNICAMP
PLS26173FP

As teorias tradicionais sobre o processamento da metáfora acreditam que existe uma prioridade da linguagem literal sobre a linguagem figurada. Para ser compreendida, a metáfora requer processos cognitivos especiais, que se iniciam com o sentido literal. As teorias contemporâneas, ao contrário, defendem que a linguagem metafórica não é mais difícil de ser processada que a literal e, portanto, não necessita de mecanismos cognitivos especiais. Embora vários experimentos psicolingüísticos corroborem as teorias contemporâneas, ainda existe bastante controvérsia sobre o tipo de processamento envolvido.

Estudos envolvendo a capacidade da memória de trabalho de indivíduos têm mostrado que ela exerce papel relevante no processamento da linguagem. Através das diferenças entre indivíduos, esses trabalhos têm contribuído para uma melhor compreensão de vários fenômenos de processamento lingüístico. Analisar o processamento da metáfora considerando a memória de trabalho pode, portanto, trazer novos *insights* sobre o debate.

Replicamos o experimento de Almeida, envolvendo o processamento de sentido literal, metáfora convencional e metáfora nova, e o teste de *Reading span*, de Daneman & Carpenter, para medir a capacidade da memória de trabalho. Como em Almeida, os tempos de leitura de sentenças com sentido literal e metáfora convencional foram

semelhantes e menores que os tempos de leitura de sentenças com metáforas novas. Entretanto, considerando a capacidade da memória de trabalho, não houve diferença entre os tempos de leitura de qualquer tipo de sentença dos sujeitos com baixo *span* de memória de trabalho. Os sujeitos de alto *span*, porém, levaram mais tempo para ler as sentenças com metáfora nova que aquelas com sentido literal. Além disso, levaram mais tempo na leitura dos três tipos de sentenças que os demais sujeitos. Os dados sugerem "estratégias" de processamento diferentes de acordo com a capacidade de memória de trabalho do sujeito.

Sob a perspectiva da hipótese da saliência graduada de Giora, em que os significados salientes (e.g., convencionais, estabelecidos por contextos anteriores) são processados em primeiro lugar, os sujeitos de alto *span* fizeram um processamento paralelo no caso da metáfora convencional e um processamento seqüencial no caso da metáfora nova, partindo do sentido literal, enquanto os sujeitos com baixo *span* ativaram o sentido literal nas sentenças com sentido literal, o significado metafórico nas metáforas convencionais e o literal nas metáforas novas. Embora não conclusivos, esses resultados podem reabrir, sob outras perspectivas, questões já consideradas fechadas atualmente, como o fato de a metáfora não ser processada seqüencialmente.

ESTRUTURA E PROCESSAMENTO SINTÁTICOS: O QUE ESPERAR DO ESTUDO DE LÍNGUAS INDÍGENAS

Marcus Maia - Museu Nacional/UFRJ
PLS26175FP

Discutiremos, inicialmente, os resultados preliminares de um teste-piloto realizado com nativos de karajá, língua indígena brasileira, do tronco macro-jê, focalizando a compreensão da dêixis espacial e empática em frases desta língua. Indagamos, em seguida, se a investigação dos processos de compreensão do sistema de dêixis espacial e empática em karajá pode abrir perspectivas interessantes para o estudo da realidade psicológica dos processos de compreensão de narrativas, mais especificamente do componente espacial ou centro dêitico (cf. Bruder (1995)). Questionamos se e como as ainda pouco conhecidas propriedades gramaticais das línguas indígenas brasileiras podem ser críticas para a compreensão de aspectos universais e específicos do processamento das relações espaciais. Teria a pesquisa dessas línguas importância para o desenvolvimento de teorias gerais sobre o processamento lingüístico? O que se pode esperar da investigação dos processos cognitivos utilizados pelos seus falantes-ouvintes na compreensão de enunciados? Encerramos, colocando em debate duas visões contrastantes sobre a relação processador/gramática, no âmbito da faculdade humana de linguagem: a proposta mencionada em Chomsky (1995), que assume a hipótese de que o processamento, ao contrário do sistema cognitivo, é invariável e a idéia, aventada em Chomsky (1998), de que os sistemas de processamento podem variar de língua para línguas sendo modulados pela gramática de cada língua específica.

OS LIMITES DA SEMÂNTICA E DA PRAGMÁTICA: O CASO DOS *TOPOI*

Heronides Maurílio de Melo Moura - UFSC
SPS27103AR

Toda teoria lingüística deve estabelecer uma distinção entre a estrutura da significação e seu uso pelos falantes. Essa distinção só adquire pertinência dentro do quadro teórico de cada modelo lingüístico. Portanto, é preciso explicitar os critérios de definição que entram em jogo antes de rotular um determinado fenômeno de significação como semântico ou pragmático. Um caso muito interessante para averiguar esses limites é o da teoria dos *topoi*, desenvolvida por Ducrot e colaboradores. Tomarei em consideração dois critérios para discutir a natureza da noção de *topos*. Em primeiro lugar, a função referencial, e em segundo lugar a relação do conceito de *topos* com o fluxo do discurso (conjunto de asserções proferidas numa interação). Argumentarei aqui que o primeiro critério não é decisivo para a definição da natureza dos *topoi*, no entanto, de acordo com o segundo critério, é mais razoável supor que os *topoi* fazem parte do componente pragmático, na medida em que o cálculo dos *topoi*, no fluxo do discurso, não depende apenas das asserções proferidas, mas de fatores que ultrapassam a estrutura lingüística, envolvendo o seu uso pelos falantes.

OS FENÔMENOS AFÁSICOS ENTRE A LÍNGUA E O DISCURSO: QUESTÕES QUE SE COLOCAM À PERSPECTIVA DUCROTIANA

Edwiges Maria Morato - UNICAMP
SPS27105AR

"Sob as palavras, não há objetos do mundo, mas outras palavras" (Anscombe, 1995). Esta premissa, embora concernente ao terreno da semântica argumentativa que há muito tempo vem desenvolvendo Ducrot e colaboradores, abre interessantes perspectivas para aqueles que admitem que a divisão entre a semântica e a pragmática é "tão clara quanto água suja" (na expressão de Guimarães Rosa). Da teoria da pressuposição até à teoria dos *topoi*, o que perdura, o que muda? Segundo o próprio Ducrot, a idéia de que a língua (ele chega a dizer discurso) não se reduz à função informativa e nem as frases da língua às condições de verdade. Ele define as palavras em relação a outros discursos (a palavra é um "feixe de *topoi*").

Se, de um lado, observa-se nas reflexões de Anscombe e Ducrot que a relação entre os *topoi* intrínsecos e os extrínsecos nem sempre diz respeito a uma forte divisão de águas entre a língua e o que é (considerado) exterior a ela, por outro, observa-se que a decisão de que um *topos* é essencialmente intrínseco não deixa de ser uma aplicação judiciosa de um estruturalismo saussuriano difícil de sustentar com os exemplos retirados das práticas discursivas cotidianas. Para esta questão o próprio Ducrot parece estar bem atento: "É muito difícil fazer a separação entre os *topoi* intrínsecos e os *topoi* extrínsecos no sentido de uma palavra. Esta distinção é mais teórica do que prática", diz ele (1998).

Resta saber se podemos deslocar um pouco a perspectiva teórica a partir daí, podendo com isso considerar que uma palavra pode encerrar um "feixe de *topoi*" tão somente porque ela é investida de maneira polissêmica e polifônica da memória de outros dizeres, constituída por seu passado discursivo, apreensível pela memória comum dos interlocutores. No limite, o que parece ser decisivo na manipulação desse "feixe" de sentidos é menos a relação direta entre os usuários e a língua e mais as instâncias e as contingências discursivas e históricas que marcam as formas do dizer.

Certos fenômenos que ocorrem nas afasias, campo escolhido para discutir as questões acima, colocam em relação a polissemia existente entre língua e discurso. Semântico-pragmáticos por sua natureza, estes fenômenos (como as parafasias e as confabulações, por exemplo), são um expediente interessante para proceder à arbitragem

teórica que pretendo explorar neste texto, ou seja: relacionar a definição de palavra enquanto "feixe de *topoi*" com a noção de memória discursiva¹, e a de *topoi* com a de pré-construídos². Com isso, quero propor que a relação entre a língua e o discurso é uma relação constituída pelo "trabalho" (Possenti, 1988) que os sujeitos fazem com e sobre a linguagem. No limite, pretendo postular que a afasia não é um fenômeno que diz respeito apenas à língua (ou seja, ao sistema lingüístico *stricto sensu*); antes, a afasia é uma questão discursiva.

¹A língua, como todo discurso, está exposta a uma memória do dizer; entretanto, cumpre observar (cf. Maingueneau, 1987), que a memória discursiva se não se reduz à memória cognitiva ou psicológica, embora as contenha. Antes, diz respeito ao reconhecimento da existência de um enunciado próprio ou alheio, bem como das práticas discursivas em que esse reconhecimento (largamente inconsciente) se dá. Em outras palavras, na memória discursiva circulam tanto a lembrança quanto o esquecimento do que é veiculado nos enunciados. Lembrando Merleau-Ponty, as práticas discursivas é que fazem com que esta memória signifique: ficam os sentidos que significam.

²De uma maneira mais larga, o *pré-construído* é empregado para designar qualquer conteúdo admitido dentro de uma coletividade. Assim, ele se mistura com termos como *preconceito, estereótipo, topoi, scripts, pressuposto interpretativo/polifônico etc.*

A TEORIA DOS *TOPOI* E OS LIMITES ENTRE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Ingedore G. Villaça Koch - UNICAMP
SPS27111AR

A Teoria dos *Topoi*, versão mais recente da Teoria da Argumentação na Língua formulada por Ducrot e Anscombe, envolve uma série de hipóteses sobre o sentido lexical.

Definindo o sentido de uma palavra como o "feixe de *topoi*" (*paquet de topoi*), Ducrot (1995) postula a existência de *topoi* intrínsecos e *topoi* extrínsecos.

Pretendo defender, na intervenção que estou propondo nesse Simpósio, a posição de que a noção de *topos* extrínseco acaba por diluir ou fluidificar os limites entre Semântica e Pragmática, em virtude de seu necessário embricamento com fatores de ordem sócio- e psico-pragmática (saber compartilhado, visão de mundo, etc.).

Desta forma, a própria Teoria da Argumentação na Língua acaba por ser infirmada em decorrência da adoção dessa noção.

Por outro lado, cabe perguntar: será realmente importante a manutenção de limites rígidos entre as duas disciplinas, ou só se teria a ganhar com a postulação de fronteiras mais flexíveis, especialmente quando se passa da língua ao discurso?

A ARGUMENTAÇÃO E TEXTO FALADO

Lucienne C. Espíndola - UFPB
SPS27113AR

Neste trabalho é feito um estudo do funcionamento argumentativo dos marcadores "né" e (eu) "acho" (que)", em entrevistas.

Para realizar esta tarefa, utiliza-se como referencial teórico a Teoria da Argumentação - versão atual - postulada por Anscombe-Ducrot. Os conceitos que norteiam essa pesquisa são *argumentação, operador argumentativo, "topoi" e polifonia*.

A investigação propriamente dita consistiu: na descrição de todas as ocorrências dos marcadores "né" e (eu) "acho" (que); e na identificação das funções textuais-interativas, evidenciando entre estas as em que eles funcionam como operador argumentativo.

Os resultados verificados ratificam a hipótese básica da pesquisa: "né", (eu) "acho" (que) são multifuncionais em muitas ocorrências - além da função de conectores do texto falado exercem, principalmente, função de operador argumentativo.

TOPOI: ENTRE A LÍNGUA E O DISCURSO?

Maria Marta Furlanetto - UNISUL-SC
SPS27115AR

A discussão que apresentarei pode ser considerada parte de um trabalho bem mais amplo, cujo projeto está sendo feito a muitas mãos, e que recomeça sempre a partir de discussões geradoras presentes. O tema é este: **entre a língua e o discurso**. O que existe ou não existe "entre" - se há um entre - essas categorias tão presentes e tão discordantes em sua presença? Neste momento me atenho a levantar e a articular atitudes teóricas ou empíricas encontradas em obras, teses, ensaios que tematizaram a questão. Não se trata, portanto, de criticar uma teoria em proveito de outra, mas apenas de retomar o campo mais específico de trabalho com a significação e o sentido na linguagem humana, tentando compreendê-lo um pouco mais, na medida de nossas possibilidades - ou seja, na medida de nossos conhecimentos e de nossas tendências pessoais; em suma, a partir de nossa perspectiva, de um lugar que favorece esta ou aquela direção.

Nesta discussão tomo como foco irradiador os desenvolvimentos da Teoria da argumentação de Anscombe e Ducrot, e, como tópicos que "conversam" entre si e com aqueles de teorias associadas pela temática e pelos campos que possam ser considerados auxiliares, as questões sobre as ações lingüísticas, as significações e os sentidos, a subjetividade e a consciência, os gêneros discursivos em circulação.

Esse passeio teórico terá como pano de fundo uma questão de caráter epistemológico, que gostaria de sintetizar na seguinte citação que faço de John Searle (*O mistério da consciência*):

... se você tem um mapa no qual existem apenas dois territórios mutuamente exclusivos, o "mental" e o "físico", você tem um mapa inútil e jamais encontrará seu caminho. No mundo real, há inúmeros territórios - econômico, político, meteorológico, atlético, social, matemático, químico, físico, literário, artístico etc. Eles são partes de um mundo unificado. Eis um ponto evidente, mas aceitá-lo é muito difícil devido ao poder de nossa herança cartesiana.

HISTÓRIA E PERSPECTIVA DE GRAMATICALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE CLÁUSULAS

Sebastião Josué Votre - UFF
GS27103CC

O roteiro de itens incluídos na apresentação do simpósio compreende características do processo de desenvolvimento da lingüística funcional nas sedes do grupo discurso & gramática, nesses dez anos, com ênfase para gramaticalização. Reflete nossa posição face a cognição e linguagem, o papel da teoria semântica na busca dos padrões discursivos e gramaticais, na passiva, na transitividade, na gramaticalização e na repetição. Apóia-se nos estudos sobre combinação de cláusulas e nos princípios de iconicidade e de expressividade. Redescreve a busca de critérios para o estabelecimento de domínios escalares, contínuos, e não binários. Propõe uma redescritção menos radical, guiada por orientação de natureza pancrônica, com opção pelo caráter prototípico das classes e das funções sintáticas. Representa os desdobramentos e os reordenamentos verificados em cada projeto individual, dos membros desse simpósio, nos últimos dez anos, com foco nos desafios, nas questões e perspectivas que formulamos para os próximos anos.

O simpósio representa um movimento de busca e ajustamento às pressões e aos desafios circunstanciais, em que cada um de nós, fiel embora ao núcleo duro do cânone

funcionalista, inovou, buscou, criou, refinou o paradigma, e continua a fazê-lo no contexto acadêmico de sua instituição, de modo que acaba resultando um modelo mais complexo, maleável, mais aberto às vicissitudes semânticas e aos traços peculiares dos indivíduos que usam a língua, com inovações cristalizações que, de alguma forma, são manifestações de suas crenças e desejos.

Minha participação específica detalhará os princípios de iconicidade e marcação, as estratégias de análise, bem como os avanços e os desafios com que nos defrontamos na empreitada de construir conhecimento relevante na área da gramaticalização na combinação de cláusulas, com atenção singular para as dimensões da integração sintática.

TRANSITIVIDADE EM NARRATIVAS

Elisabeth Santos da Silveira - UERJ
GS27105CC

Ao identificar a figura e o fundo em narrativas, Hopper (79) postulou que a estruturação do discurso se dá em dois planos, sendo que o primeiro é mais saliente e o segundo o emoldura. Em minha tese de doutorado, testei a dicotomia de Hopper em narrativas induzidas com informantes de diferentes níveis de escolaridade e constatei, por um lado, a necessidade de propor uma modelo escalar, eneárico, tanto para figura quanto para fundo. Por outro lado, verifiquei diferentes graus de utilização de cláusulas-figura, associados ao nível de escolaridade dos informantes.

Quanto a fundo, identifiquei dezesseis tipos de construção, associados a diferentes níveis de depressão/irrelevância da informação, bem como à natureza da circunstância codificada. O critério definidor da organização das categorias na hierarquia de figuricidade foi o grau de espelhamento das informações filtradas do mundo real - a iconicidade. Neste sentido, do pólo mais relevante para o pólo menos relevante dessa hierarquia, informações icônicas / objetivas / ancoradas no real vão, gradativamente, abstratizando-se, tornando-se arbitrarias / subjetivas / ancoradas na memória do falante. Esse processo de abstratização resulta de diferentes estratégias que o falante utiliza, ao codificar linguisticamente as informações, estruturando-as no discurso.

Sendo a iconicidade a marca da relevância, procurei verificar se as cláusulas-figura mais relevantes eram icônicas apenas conceptualmente. Constatei que codificam tanto a transparência do conteúdo quanto a transluzimento da forma da iconicidade. As cláusulas-figura apresentam menor densidade de informação, e conseqüentemente menor forma; estruturam-se em cadeias, integrando melhor os planos cognitivo e lingüístico; apresentam a informação mais previsível; tendem a ter um lugar fixo, uma ordenação mais rígida no discurso. Por refletirem todos estes princípios, concluí que as cláusulas-figura são funcionalmente mais icônicas do que as cláusulas-fundo.

Os estudos posteriores visaram testar, com *corpora* mais amplos e mais diversificados, quer na oralidade, quer na oposição fala/escrita, a relação entre grau de letramento e estruturação da informação no *continuum* figura/fundo. Comparei os resultados obtidos com novas pesquisas sobre o discurso oral e escrito do professor, com textos de livros didáticos e com os instrumentos de avaliação utilizados na escola. Constatei falta de sintonia entre o discurso da escola e o discurso dos alunos, em termos do comportamento da relevância, o que aponta o modo de tratamento da linguagem como um dos fatores do fracasso escolar.

ICONICIDADE E PRODUTIVIDADE DOS PROCESSOS DE REPETIÇÃO

Mariangela Rios de Oliveira - UFF
GS27111CC

Segundo a orientação funcionalista, a gramática de uma língua representa o conjunto de suas regularidades, o âmbito das articulações consagradas e ritualizadas na comunidade lingüística. Essa sistematização do uso se consolida, dentre outros procedimentos, por intermédio de processos de repetição, que vão, progressivamente, selecionando e fixando padrões, tornando convencional a fortitude caracterizadora da esfera discursiva. Assim entendidos, esses processos configuram-se como estratégias a caminho da convenção gramatical, mecanismos sintáticos que apresentam regularidade e produtividade na organização textual, articulados em níveis hierárquicos e interrelacionais. De motivação inicialmente icônica, na fixação forte da relação *função > forma*, a repetição passa a funcionar como uma das estratégias básicas de composição textual, concorrendo para a configuração, tanto no nível micro quanto no nível macrossintático, das diversas tipologias de texto. Estabelece-se, desse modo, a conexão repetição - iconicidade - regularização - gramática.

A tese de doutorado *Repetição em diálogos*, defendida em 1994 na UFRJ, que se vale também das contribuições da análise da conversação, foi o marco inicial da pesquisa sistemática dos processos de repetição na perspectiva funcionalista. O levantamento, a descrição e a interpretação das estratégias de repetição lexical, verificadas em diálogos do projeto NURC, fundamentaram-se no modelo cognitivo experiencialista, cujos postulados básicos se encontram em Lakoff (87), Johnson (87) e Sweetser (90), nos subprincípios de *iconicidade*, conforme retomado em Givón (95) e de *marcação expressiva*, segundo Dubois & Votre (94). A tese inovou na abordagem da repetição, tratando-a como procedimento multifuncional, icônico e metafórico, reflexão lingüística de articulações cognitivas mais amplas.

No biênio 95-96, a pesquisa da repetição prosseguiu através do projeto *Gramaticalização na repetição*, desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* e do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF. Essa segunda etapa de investigação caracterizou-se pela análise exaustiva de diversos tipos textuais. O estudo permitiu avançar mais um pouco no conhecimento da funcionalidade dos processos de repetição, ao verificar modos sistemáticos e específicos de sua organização em função do texto elaborado: narrativa pessoal e recontada, relato de procedimento e de opinião e descrição. Em decorrência do material trabalhado, além do tipo textual, foi possível pesquisar a repetição segundo outras variáveis, analisadas isolada ou cruzadamente: modalidade, binômio *fala vs. escrita*; escolaridade, distinções e correspondências de uso de alunos do CA infantil até o último período universitário; sexo, distribuição equilibrada dos informantes masculinos e femininos; faixa etária, alunos de 6/7 anos a maiores de 21. Dos vários resultados dessa pesquisa, um dos mais significativos foi obtido a partir da análise da repetição em relatos de opinião, nos quais as variáveis escolaridade e faixa etária contribuíram para confirmar ser a repetição uma das marcas de um processo mais complexo e elaborado, a caminho da abstratização.

A partir de 97, o estudo da repetição tem continuidade com foco em outro objeto - a cláusula adjetiva. Interessa-nos, atualmente, verificar, em termos de frequência dessa estrutura oracional, quais suas motivações discursivas e seus usos regulares, testando e refinando os subprincípios de iconicidade e de marcação atuais.

GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA DE NATAL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS

M. Angélica Furtado da Cunha - UFRN
GS27113CC

Durante o curso de doutorado em Lingüística na Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 1984 e 1989, tive contato, através dos professores Sebastião Votre e Anthony Naro, com as idéias básicas do paradigma funcionalista contemporâneo da lingüística. A partir daí, concentrei meus estudos nessa área e desenvolvi minha tese de doutorado, intitulada *A passiva no discurso*, sob a perspectiva desse paradigma. Nesse trabalho, analisei as pressões discursivas/pragmáticas que motivam a ocorrência da construção passiva em textos reais, procurando demonstrar que o propósito comunicativo da passiva condiciona sua distribuição. Desde então, venho me dedicando a estudos na linha de pesquisa funcionalista, analisando o processo de gramaticalização das estratégias de negação no português. Orientei, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRN, a dissertação de mestrado de Marcos Antonio Costa, *Procedimentos de manifestação do sujeito: uma análise funcionalista*, em que se examinam as condições comunicativas que explicam a codificação do sujeito oracional. A análise leva em consideração fatores sintáticos e discursivo-pragmáticos. Outras dissertações orientadas por mim trabalham diretamente sobre o paradigma da gramaticalização, tal como formulado na literatura funcionalista atual. No estudo da categoria prototípica advérbio/pronome, Bezerra Oliveira (1997) investiga o processo de gramaticalização de *onde*, buscando descrever o deslizamento de sentido que ocorre com esse item, que passa a acumular outros significados diferentes do sentido original de espaço físico, sendo também usado para referir-se à noção de tempo ou ainda como um recurso coesivo utilizado para estruturar o discurso, desprovido de significado lexical. Na pesquisa sobre a gramaticalização dos recursos alternativos de superlativação, R. Silva (1998) investiga a relação entre forma e função (princípio de iconicidade) na codificação das estratégias de intensificação, em expressões como *linda ... linda ... linda ... linda* ou *bem bonito* ou ainda *muito avançado demais*. A dissertação de Silva (1998) examina a trajetória de mudança de ir, que acumula as funções de verbo pleno e auxiliar, conforme signifique deslocamento espacial ou deslocamento temporal (tempo futuro). Pressões internas e externas, como a necessidade de interlocução, o fato de compartilharem a mesma linha de pesquisa, o desejo de aprofundamento e aperfeiçoamento e até mesmo a política atual dos órgãos de apoio à pesquisa de favorecerem a formação de grupos integrados, levaram esses pesquisadores a constituírem o Grupo de Estudos Discurso & Gramática da UFRN. Ao propor a análise funcionalista de procedimentos discursivos, os pesquisadores do grupo D&G concebem esses procedimentos como resultado de ações pragmaticamente controladas. Através do desenvolvimento dos seus projetos, compartilham a expectativa de descrição integrada/simultânea/interativa de diferentes aspectos gramaticais do português do Brasil, em especial do português falado e escrito do Rio Grande do Norte. No Brasil, os estudos de sintaxe na linha funcionalista estão ainda no início. A relevância acadêmica das pesquisas aqui apresentadas reside no fato de que estamos nos propondo aplicar, testar e desenvolver os princípios e as categorias estabelecidos pelo funcionalismo em nossos próprios projetos de pesquisa. Pretendemos contribuir, dessa forma, para consolidar e refinar o modelo funcionalista de análise com base em dados de textos reais, produzidos em situação de interação.

GRAMATICALIZAÇÃO DE OPERADORES ARGUMENTATIVOS E DE CLÁUSULAS ADVERBIAIS

Mário Eduardo Martelotta - UFRJ
GS27115CC

Minha tese de doutorado constitui um trabalho de base funcionalista referente à colocação dos circunstanciadores temporais e dos operadores argumentativos que apresentam, em alguns de seus usos, valores temporais: *aí, depois, logo, então, já e ainda*. A análise desses marcadores levou à conclusão de que seus usos são provenientes de um processo de gramaticalização que se dá pela trajetória, proposta por Heine *et alii* (1991) *espaço > (tempo) > texto*.

Em seguida, procurei verificar se há outros operadores argumentativos cujos usos podem ser explicados pela trajetória *espaço > (tempo) > texto* ou mesmo checar a existência de outras trajetórias, já que aquela não explicava, por exemplo, os usos de advérbios de modo como *talvez, mal e bem*, que também apresentam valores de cunho argumentativo. Por outro lado, tinha a intenção de avaliar o conceito de *desgramaticalização*, tal como foi apresentado em Votre (1992), e observar como esse processo afeta operadores argumentativos e, entre outros casos, expressões de base verbal, como *né? (de não é verdade?)*, *tá? (de está certo?)*, *sabe?, entendeu?*, entre outras, quando empregadas com função interativa. Postulei tratar-se de um processo que leva determinados tipos de elementos a perderem progressivamente restrições de caráter gramatical para assumirem função discursiva, no sentido de que passam a ser usados pelo falante para viabilizar o processamento do seu discurso.

No projeto *Gramaticalização e integração no encaixamento de cláusulas*, percebi que a proposta de Givón (1990), válida em língua portuguesa para a complementação verbal envolvendo as chamadas cláusulas substantivas, requer novos princípios para o estudo das cláusulas adverbiais que, por não serem encaixadas, não são cobertas pelas restrições que atuam no encaixamento de substantivas. Essas cláusulas não constituem casos de subordinação propriamente dita, localizando-se, em um *continuum* de encaixamento, entre as substantivas, que são mais encaixadas, e as paratáticas, como propõem Hopper e Traugott (1993). Seus usos apresentam restrições de caráter discursivo no sentido de que refletem estratégias argumentativas, estando relacionadas a dados como *informação nova/ informação velha* (Paiva, 1995:65), *figura/ fundo* (Martelotta, 1994), assim como, no caso da fala, estratégias relacionadas ao desenvolvimento das idéias, a pós-reflexões e adendos que caracterizam o processamento das informações no contexto relativamente imprevisível dessa modalidade da língua. Essas estratégias argumentativas acabam se gramaticalizando nos diferentes tipos de combinação de cláusulas, assim como na ordenação que assumem as cláusulas envolvidas nessa combinação.

Em *Marcação e iconicidade em construções complexas: a base cognitiva da gramática*, proponho-me fazer análise pancrônica dos processos de gramaticalização envolvidos no surgimento das estruturas sintaticamente complexas. Por estruturas sintaticamente complexas entendo, com Hopper e Traugott (1993), entendendo construções articuladas por parataxe (cláusulas unidas sem conectivo, mas com um mesmo contorno entoacional, ou compartilhando o mesmo sujeito), hipotaxe (coordenadas sindéticas, adverbiais e adjetivas explicativas, que apresentam grau intermediário de vinculação), correlação (parcs de cláusulas que apresentam um tipo específico de dependência, conseqüente da presença de certos termos que se "reclamam" mutuamente), subordinação (substantivas e adjetivas restritivas, que apresentam maiores graus de vinculação ou

encaixamento) e redução (de gerúndio, infinitivo e particípio).

A busca de uma teoria cognitiva, ancorada em proposições que sustentassem a hipótese da existência de construções sintaticamente complexas levou-me aos conceitos de *iconicidade*, proposto por Bolinger (1977), Haiman (1985) e Givón (1990) e de *marcação*, proposto em Givón (1990, 1995), assim como à teoria dos espaços mentais de Fauconnier e Sweetser (1996) e Fauconnier (1997). Interessa-me avaliar e, na medida do possível, aprimorar os conceitos de iconicidade e marcação, através da sua aplicação ao estudo da unidirecionalidade na mudança sintática, com vistas a observar em que medida a teoria dos espaços mentais pode ajudar a melhorar a compreensão desse fenômeno.

O CLÍTICO, SEU STATUS PROSÓDICO

Leda Bisol - PUCRS
OS27103CE

Considerado desde Mattoso Câmara Jr. como parte de uma palavra fonológica, vamos discuti-lo à luz da teoria prosódica na linha de Nespor and Vogel (1986) e Hayes (1984, 1989).

Define-se a locução, denominada grupo clítico, como um constituinte de cabeça lexical, cujo recessivo é o clítico. É a entidade prosódica, imediatamente mais alta do que a palavra na seguinte hierarquia: sílaba, palavra fonológica, grupo clítico, frase fonológica, frase entonacional e enunciado.

Embora em muitas línguas se comporte como parte de uma palavra fonológica, o português, diferentemente, apresenta evidências de que possui essa categoria prosódica. Vejamos:

1- Os clíticos sofrem a regra de neutralização da átona final, ainda que estejam em posição pretônica apontando para o fato de ser uma palavra livre: *tj espero; por tj espero; si senta por se senta*. Sílabas pretônicas, por outro lado, são insensíveis a esta neutralização: *remorso mas não *rimorso, torrente, mas não *turrente*.

2- A elisão, entendida como apagamento da vogal baixa diante de vogal não-baixa, que somente se aplica como sândi externo, *camisa usada > cami[zu]zada*, diferentemente da degeminação que ocorre tanto no interior do vocábulo, *cooperar - coperar*, quanto externamente, *menina amada > mini[na]mada*, aplica-se com o clítico também: *uma hotclaria > u[mo]telaria; não, porém, alaudista > *aludista*. O fato de a elisão não ter como domínio o vocábulo interno, mas ser aplicada entre um clítico e a palavra que o segue, da mesma forma que entre duas palavras lexicais, aponta para o caráter independente do clítico, embora somente venha a constituir uma entidade prosódica na forma de uma locução ou grupo. Eis o tema a ser desenvolvido neste estudo.

A METAFONIA NOMINAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Ana Ruth Moresco Miranda - UFPel
OS271045CE

A alteração de vogais médias acentuadas desencadeada por vogais átonas finais é um tipo de assimilação comum às línguas românicas e, portanto, presente no léxico do português brasileiro. Esse fenômeno conhecido como *metafonia*, tratado por Maiden (1991) como um processo fonético assimilatório condicionado morfológicamente, neste trabalho, receberá uma análise sincrônica à luz da Teoria Fonológica não-linear, mais especificamente da Fonologia Lexical, modelo estabelecido por Kiparsky (1982, 1985), segundo o qual o léxico é organizado em níveis hierárquicos que constituem domínios morfológicos e fonológicos relativamente autônomos. A partir dos resultados da análise pretende-se chegar a uma explanação para a metafonia dos nomes, fenômeno já descrito por Cafezeiro (1981).

A HIERARQUIA DE RESTRIÇÕES NA AQUISIÇÃO DE PADRÕES SILÁBICOS DO PORTUGUÊS

Carmen Lúcia Matzenauer Hernandez - UCPel
Regina Ritter Lamprecht - PUCRS
OS27113CE

A aquisição das diferentes estruturas silábicas do português é um processo que se mostra gradativo. Partindo da estrutura CV - sílaba com *onset* simples e sem coda -, as crianças começam a integrar, a seus sistemas fonológicos, outros padrões silábicos da língua. Até a idade de quatro anos (4:0), um significativo percentual das crianças falantes nativas de Português já apresenta as estruturas silábicas com coda e com *onset* complexo, sendo que os padrões silábicos com coda são adquiridos inicialmente no final da palavra e, em fase subsequente, no interior da palavra.

Segundo a Teoria da Otimidade, modelo teórico que propõe um conjunto de restrições como mediador entre o *input* e o *output* lingüísticos, as etapas desenvolvimentais apresentadas pelas crianças são entendidas como o processo de aquisição da hierarquia de restrições que caracteriza a sua língua materna. Com esse fundamento teórico, a gradual aquisição de padrões silábicos do Português é explicada por diferentes ordenações das restrições sintagmáticas referentes à estruturação da sílaba.

As restrições sintagmáticas relevantes para o estudo aqui realizado foram ONSET, NÃO-CODA, *ONSET COMPLEXO, além de restrições da família ALINHAMENTO, uma vez que a coda é adquirida em etapas diversas nas diferentes posições que pode ocupar na estrutura da palavra. Ao lado dessas, tem de aparecer também a restrição de FIDELIDADE, que busca manter a relação de identidade entre *input* e *output*.

Como a Teoria da Otimidade é um modelo orientado pelo *output*, o estudo é capaz de evidenciar que os diversificados *outputs* que as crianças realizam em diferentes etapas de aquisição da língua demonstram que as relações hierárquicas entre essas restrições sintagmáticas e a restrição de Fidelidade, fundamental na teoria, vão ser determinantes do processo de aquisição das sílabas do Português.

A REALIZAÇÃO VARIÁVEL DO DITONGO NASAL ÁTONO -ão NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Elisa Battisti - UCS
OS271115CE

Do grupo de palavras com ditongo nasal átono -ão fazem parte, em português, não-verbos (*órgão, bênção, sótão*) e verbos (*jogam, jogaram, jogavam, jogariam*), os últimos em maior número. No contexto de alternância, tal ditongo apresenta três possibilidades de realização fonética: reduzido ($\langle \text{õ} \rangle$ ou $\langle \text{u} \rangle$) ou, quando não-reduzido, com a vogal-núcleo $\langle \text{ã} \rangle$ ($\langle \text{õ} \rangle$ ou $\langle \text{u} \rangle$) ou $\langle \text{ã} \rangle$ ($\langle \text{õ} \rangle$ ou $\langle \text{u} \rangle$).

Este estudo focaliza a alternância $\langle \text{ã} \rangle$:: $\langle \text{u} \rangle$ de ditongos nasais átonos em verbos, procurando dar conta do fato de que, em muitas das formas, a vogal-núcleo realizada como $\langle \text{ã} \rangle$ ocupa a posição da vogal temática *a* da primeira conjugação.

À luz da Teoria da Otimidade (Prince & Smolensky 1993, McCarthy & Prince 1993), que concebe a gramática como um conjunto de restrições hierarquizadas e violáveis, pode-se interpretar a realização $\langle \text{ã} \rangle$ como resultante da escolha de candidatos que respeita Max e Dep (McCarthy & Prince 1995), restrições de fidelidade. A realização $\langle \text{u} \rangle$ resulta da interação dessas restrições com outras, sintagmáticas, que exigem identidade de traço em seqüências de segmentos e em núcleos complexos. O traço vocálico de ponto em questão é [labial], evocado por Battisti (1997) para a formação do ditongo *ão* em português a partir de uma base /VN/, o que comprova que a variação $\langle \text{ã} \rangle$:: $\langle \text{u} \rangle$ não é fortuita.

ESTRUTURA DA SÍLABA, EPÊNTESE E ACENTO EM PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM PELA TEORIA DA OTIMIZAÇÃO

Gisela Collischonn - UFRGS
OS27113CE

Nesta comunicação, apresentamos uma reinterpretação, na perspectiva da Teoria da Otimização, da relação entre estrutura silábica e atribuição de acento em português, com especial referência ao fenômeno da epêntese. Partimos da abordagem do fenômeno numa perspectiva derivacional (conforme Collischonn, 1997), para, em seguida, apresentar a mesma análise de acordo com a Teoria da Otimização, inspirados em Colina (1994) e Giangola (sd). Procuramos verificar, em primeiro lugar, se a abordagem pela TO dá conta adequadamente dos fenômenos tratados pela análise derivacional e, em seguida, procuramos verificar as vantagens da abordagem pela TO, em termos de adequação explicativa.

O PÉ MÉTRICO DAS PROPARÍTONAS

Marisa Porto do Amaral - PUCRS
OS271145CE

As proparoxítonas são uma classe de palavras minoritárias que entraram na língua como empréstimos do latim clássico, do grego e do italiano.

Estudando-se o apagamento da sílaba postônica não-final nas proparoxítonas - uma regra geral em dialetos populares - percebe-se a tendência dos falantes de reorganizá-las em paroxítonas, como *abɔbora* > *abɔbra*, *fɔsforo* > *fɔsfu* exemplificam.

O português é uma língua de pés binários. Discute-se se esse pé é um troqueu silábico ou mórico. De acordo com Wetzels (1992) é mórico. De acordo com Bisol (1992) é silábico. O importante a ser observado é que o acento está localizado dentro de uma janela de três sílabas, levando as proparoxítonas a atribuir extrametricidade à última sílaba.

A hipótese que se defende é que o troqueu silábico predomina no português, pois os falantes tratam da mesma forma palavras que na visão mórica teriam representações métricas diferentes:

a) troqueu silábico

ab • bo <ra>	/	a b • bra		f • s fo <ro>	/	f • s fru
(* .)		(* .)		(* .)		(* .)

b) troqueu mórico

a b • bo <ra>		f • s fo <ro>
(* .)		(* .)

Com base nas análises de Halle e Vergnaud (1987) e Hayes (1993), desenvolve-se essa idéia.

OS PRINCÍPIOS DO SISTEMA ALFABÉTICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Leonor Scliar-Cabral - UFSC
AES27103AB

Discutiremos os princípios do sistema alfabético do português do Brasil que regem as regras para o reconhecimento da palavra escrita, configuradas em quatro tipos: 1) independentes de contexto; 2) dependentes do contexto grafêmico; 3) dependentes da metalinguagem e/ou do contexto morfossintático e semântico textual e 4) dependentes exclusivamente do léxico mental escrito. As regras que levam à ativação das palavras quando se escreve também são de quatro tipos: 1) independentes de contexto, ou seja, as chamadas regras de correspondência fonológico-grafêmica unívoca; 2) as regras dependentes do contexto fonético, ou seja, as que atribuem grafemas distintos aos fonemas conforme sua distribuição; 3) as regras dependentes da metalinguagem e/ou do contexto morfossintático (inclusive as regras morfológicas derivacionais) e/ou semântico textual; 4) regras que ativam a palavra escrita marcada no léxico ortográfico mental, ditada primordialmente por critério etimológicos.

PORTUGUÊS FALADO E CONSTRUÇÃO DE MATERIAL INSTRUCIONAL

Maria Cecília Mollica - UFRJ
AES27105AB

O trabalho a ser apresentado tem por objetivo mostrar a forma pela qual é possível oferecer-se orientação clara e direcionada quanto à constituição de material instrucional que incorpore características da fala. Defende-se que há necessidade de se elaborar material didático específico referente à variação linguística para se garantir: (a) uma didática que não misture casos problemáticos com casos que não oferecem, na escrita e/ou na fala, dificuldades ao aprendiz quanto às regras variáveis; (b) uma uniformidade pedagógica tanto quanto possível, dada a multidiversidade no Brasil, que se verifica de região para região em alguns fenômenos variáveis; (c) uma orientação clara ao professor de como trabalhar fenômenos de fala que têm repercussões na escrita. É razoável defender-se a implantação de metodologia dirigida, tal como ilustrada em pesquisa já realizada, pois se mostrou um procedimento interessante e eficaz para antecipar a correção de erros de escrita, otimizando estratégias de alfabetização.

O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA TEXTUAL: DA INTERAÇÃO VERBAL ESPONTÂNEA À GESTÃO DO TEXTO ESCRITO

Maria Elias Soares - UFC
AES27111AB

A preocupação que orienta este trabalho é a de discutir o modo como a produção de texto é desenvolvida na escola como prática pedagógica e em que medida há espaço para a consideração dos gêneros, na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de produzir textos, desde a interação verbal espontânea (Bakhtin) à gestão de modos diversificados de referência a um contexto linguisticamente criado. O estudo focalizará a experiência de alunos do ensino fundamental na produção de diferentes tipos de texto, na sala de aula e fora dela, entendendo que a escrita cobra existência social, não como estrutura abstrata, mas através de múltiplas formas particulares e vinculadas, de maneira regular, a processos sociais e interações que lhe dão sentido.

O ORAL E O ESCRITO EM SALA DE AULA: EM DIFERENTES MODALIDADES OU GÊNEROS DO DISCURSO?

Roxane Helena Rodrigues Rojo - PUC-SP
AES27113AB

Minha participação no simpósio LÍNGUA FALADA E PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA ESCRITA apresenta uma posição segundo a qual a distinção entre modalidades oral e escrita do discurso e, inclusive, a idéia de que haveria interferência (indesejada) da modalidade oral do discurso no processo de apropriação da escrita em sala de aula, são insuficientes e muitas vezes equivocadas em sua captação dos processos enunciativos envolvidos nesta apropriação. Baseada na Teoria dos Gêneros do Discurso (Bakhtin, 1979), proponho uma releitura destes processos a partir das noções de gêneros primários e secundários do discurso e das ancoragens implicada e autônoma/conjunta e disjunta neles presentes.

Serão usados como argumentos para esta posição alguns dados de interação oral em sala de aula que constituem dialogicamente gêneros secundários do discurso (da ordem do *expor*), normalmente escritos. Também serão levados em conta textos escritos em *emails* na *Internet*, que, embora grafados, apresentam uma ancoragem implicada e conjunta, mais própria de gêneros primários do discurso.

A partir desta análise, proponho uma radical dissociação entre a dicotomia de modalidades (oral/escrita) - referente, unicamente, a meu ver, à materialidade grafo-fônica - e os discursos orais e escritos em diferentes gêneros primários e secundários. A partir de tal dissociação, comento as decorrências possíveis para as práticas de ensino-aprendizagem de linguagem em sala de aula.

PRÁTICAS TEÓRICAS E CONHECIMENTO DE SI NA EXPERIÊNCIA DA ESCRITA

Pedro de Souza - UFSC
ADS27163AR

Sabe-se que, no campo do desenvolvimento da linguagem, o construtivismo tem sido aplicado para mostrar como a língua, em seus múltiplos planos de manifestação, notadamente a textualidade, é construída pelo sujeito falante como objeto de conhecimento. Neste trabalho, concebo o construtivismo como um dos paradigmas de racionalidade linguística, ou prática teórica sobre o linguístico. Entremio às teorias que gravitam em torno do problema do ato subjetivo de aprender, elejo o construtivismo piagetiano como mote interdiscursivo da prática que, em contexto escolar, interpela indivíduos em sujeitos na relação com a escrita. A proposta construtivista inscreve-se em uma trama discursiva indiciando o lugar onde emergem os sentidos sedimentadores da evidência explicativa e conceitual.

Não pretendo discutir verticalmente uma certa teoria de desenvolvimento cognitivo, colocando em questão o conceito de linguagem nela implicado. Interessa-me antes analisá-la como uma das práticas discursivas que produz determinado tipo de relação entre sujeito e linguagem.

Tomando aqui a perspectiva foucaultiana sobre a constituição da subjetividade, quero, neste simpósio, discutir a hipótese de que, na contraface do projeto construtivista, à parte suas estratégias metodológicas que conduzem o investigador ao processo pelo qual o indivíduo constrói e expõe um saber sobre a língua que fala, esta se dá como o dispositivo em que o sujeito, sob diferentes condições históricas e sociais, toma a si próprio como um objeto de saber. Trata-se aqui de uma reflexão em que, mediante a análise de algumas estratégias construtivistas de ensino de texto, o que se exercita no sujeito é uma experiência de elaboração e conhecimento de si através de um certo modo de se colocar diante da escrita como experiência.

A NOÇÃO DE SUJEITO EM ANÁLISE DO DISCURSO

Freda Indursky - UFRGS
ADS27165AR

Este trabalho propõe-se a examinar a noção de sujeito em Análise do Discurso, tal como foi concebida inicialmente, e acompanhar as transformações que a mesma sofreu em decorrência da evolução teórica da noção de Formação Discursiva.

Tal discussão mostra-se, hoje, bastante pertinente e produtiva nesse quadro teórico, pois, dependendo do corpus discursivo a ser analisado, decisões de ordem teórico-metodológica deverão ser tomadas e estas, certamente, ao incidirem na delimitação da/das Formação(ões) Discursiva(s), determinarão o modo como vai ser analisado o sujeito do discurso em análise. Dito de outra forma, determinar se o *corpus* em análise inscreve-se em uma única Formação Discursiva heterogênea ou se ele se distribui entre duas ou mais formações discursivas antagônicas ou não, formando um complexo de formações discursivas, é decisivo para o modo de tratar com o sujeito de um discurso determinado.

Essa problemática será examinada num movimento contínuo e alternado entre teoria e a prática, propiciando a operacionalização de diferentes possibilidades teórico-metodológicas.

MODELOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

Maria Cristina Leandro Ferreira - UFRGS
ADS27171AR

O trabalho com Análise do Discurso requer algumas cautelas a mais do estudioso interessado, dada a abrangência do rótulo e a intensa circulação de seu uso entre áreas com grande diversidade epistemológica. O ponto de partida é a definição do objeto teórico e a explicitação dos procedimentos metodológicos a serem utilizados para análise. Isto requer necessariamente uma adequação do quadro teórico (e dos principais conceitos envolvidos) à especificidade do material discursivo que se tem em vista investigar.

Nossa proposta nesse trabalho é selecionar cinco (5) conceitos-chave da Análise do Discurso e com eles organizar um quadro referencial básico, a ser acionado a cada análise, com predominância variável da ocorrência de cada termo, dependendo dos fatos lingüísticos integrantes do recorte efetuado pelo analista. Os cinco conceitos-chave são os seguintes: *língua, história, discurso, sentido e sujeito*. Tais conceitos serão preliminarmente apresentados sob o enfoque teórico da Análise do Discurso da Escola Francesa, evidenciando-se sua articulação e estreita interdependência.

Para efeito de ilustração, procederemos à análise de amostras de distintos recortes, tentando demonstrar o ajustamento do modelo teórico à prática analítica.

ACONTECIMENTO, ARQUIVO, MEMÓRIA

Gestos analíticos na leitura de corpus heterogêneo

Mônica G. Zoppi-Fontana - IEL/UNICAMP
ADS27173AR

Neste trabalho investigo os processos de significação que interpretam o espaço público urbano a partir do discurso da lei, da mídia e das organizações sindicais em relação com a ocupação e uso do solo da cidade pelos camelôs.

As análises focalizam o funcionamento da legislação municipal da cidade de Campinas (considera-se também a legislação de outros municípios). Realizamos um levantamento longitudinal dos textos legais desde a década de 70 até a atualidade. Nessa série do arquivo jurídico observamos, por um lado, a repetição formal e reformulação parafrástica dos textos legais através do tempo, configurando assim uma memória que estabiliza e homogeneiza as resoluções da Prefeitura. Porém, pode observar-se, por outro lado, que essa série é interrompida em 1993 através da Resolução 05/93, que se instala no arquivo como acontecimento discursivo, desorganizando à memória e interrompendo a

inércia das repetições formais e reformulações parafrásticas. Demonstramos, através de uma leitura transversal do corpus (que inclui tanto materiais de arquivo quanto de tipo experimental – entrevistas, transcrições de enunciados presentes na cidade como outdoors, fala nos espaços públicos, painéis informativos, etc.) que essa ruptura é efeito da irrupção da ordem do político na ordem jurídica do texto legal. Com efeito, nessa resolução aparecem pela primeira vez designações como *camelôs* (entre aspas) e *trabalhadores da economia informal* que apontam para um exterior ao arquivo jurídico, que os incorpora como efeitos de pré-construído, i.e., sem definição legal. Interpretamos esse exterior específico do arquivo jurídico a partir da análise dos processos de designação no conjunto do corpus.

TEORIA DISCURSIVA NA PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE TEXTO

Solange Leda Gallo - UNISUL
ADS27175AR

Tenho trabalhado na graduação do curso de Jornalismo e também na graduação do curso de Publicidade e Propaganda da UNISUL, em Santa Catarina, com 'Introdução à Análise do Discurso'.

Em razão do interesse da turma ser maior pela prática de análise e de produção de texto do que por questões mais teóricas da Análise do Discurso, passei a explorar duas noções fundamentais da AD, ou seja, *Formação Discursiva e Condições de Produção* para poder, com elas, passar às análises e à produção. As noções de *função-autor e efeito-autor* também foram pouco a pouco sendo percebidas nos textos.

As *Formações Discursivas Dominadas* (F.D.d.) foram relacionadas, em um primeiro momento, às posições enunciativas dos textos; enquanto a *função-autor*, identificada pela posição enunciativa 'eu', foi relacionada à *Formação Discursiva Dominante* (F.D.D.). Consequentemente a *função-autor* passa a indicar o trabalho de fechamento do sentido, realizado pelo *efeito-AUTOR*.

Finalmente, a noção de *condições de produção* foi apresentada como sendo aquilo que, na análise, precisaria ser recuperado para que pudéssemos compreender as determinações sociais, históricas e políticas dos textos.

Essa prática de análise permitiu que os alunos não só analisassem textos, como também, e principalmente, que eles os produzissem. Essa experiência será relatada no Simpósio.

OS COMPLEMENTOS ORACIONAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Maria Luiza Braga - UNICAMP
OES27163CC

A hipótese de iconicidade diagramática, defendida por Givón (1995) e Foley e van Valin (1984), quando aplicada aos processos de junção de orações, estipula que os estados de coisa mais próximos sob uma perspectiva semântico-pragmática deverão ser codificados por orações sintaticamente mais integradas. Esta integração sintática, por seu turno, poderia ser interpretada como um estágio mais avançado da gramaticalização dos referidos processos de junção.

Neste trabalho, investigo os complementos oracionais de verbos transitivos diretos e bitransitivos à luz da mencionada hipótese. Inicialmente analiso os verbos da amostra em estudo segundo variáveis que visam a aferir o grau de compactação sintática entre as orações que constituem a sentença complexa. A seguir, hierarquizo as classes de verbos, segundo o grau de integração sintática que podem propiciar às sentenças estados de coisa, hierarquia esta postulada por critérios independentes. Mostro que a hipótese da iconicidade diagramática não explica totalmente os resultados, devendo, pois, ser abrangida.

COMO SE ENCAIXAM EXEMPLOS HIPOTÉTICOS: GRAMATICALIZAÇÃO NO DISCURSO?

Helena Gryner - UFRJ
OES27165CC

Muitas hipóteses possíveis, isto é, *imaginárias*, tendem a basear-se no conhecimento de fatos *reais*, ou seja, eventos codificados pela praxis social. De fato, há evidências de que este é o modo pelo qual elas são originalmente concebidas. Dada a sua maior perceptibilidade (Givón, 1990), estas hipóteses tendem a ser pouco marcadas morfo-sintaticamente: orações justapostas com verbo no indicativo (Gryner, 1996) - a fórmula característica do discurso direto.

Formalmente elas se distinguem por serem (ou poderem ser) precedidas por determinadas expressões, pronunciadas em entoação não-ascendente e seguidas de pausa: *por exemplo* (marcador prototípico - explícito ou recuperável do contexto -), *vamos supor, suponhamos, imagina, uma suposição, um plano, olha só, vamos dizer*, entre outras. Estes enunciados hipotéticos serão rotulados genericamente, como *exemplos hipotéticos*, e as formas introdutórias, anunciadoras das situações possíveis (ou solicitadoras de que se as imagine (cf. Ducrot, 1983), como *marcadores de exemplificação* (Vincent, 1993).

O presente trabalho focaliza precisamente a variação entre estes marcadores. Seguindo o modelo variacionista (Labov, 1972) e com base em amostra de 76 entrevistas semi-formais (Gryner, 1990), identificamos três variantes-tipo, isto é, três estratégias distintas de anunciar uma hipótese como exemplificadora: a) verbos de processo mental ou linguístico; b) sintagmas nominais (i.e., ausência de verbo e nome).

Os contextos estatisticamente relevantes (v.g.: pessoa, generalidade e animidade do sujeito e dinamicidade do verbo) evidenciam que há diferentes graus de "encaixe" (do mais ao menos autônomo) de exemplos hipotéticos aos marcadores de exemplificação. Um caso de "gramaticalização" em nível inter-sentencial.

ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS NO PORTUGUÊS DE CONTATO: AS RELATIVAS

Maria da Conceição de Paiva - UFRJ
OES27171CC

O Português de Contato, variedade do português utilizada como segunda língua pelos indígenas xinguanos, se caracteriza pela escassez de estruturas hipotáticas e subordinativas, principalmente entre os falantes de nível mais baixo de fluência. Essa escassez se faz mais sensível no que se refere ao uso de orações encaixadas como as relativas que só vão aparecer em níveis de competência bilíngüe. O objetivo deste trabalho é examinar a trajetória do Português Xinguanos na incorporação das diversas formas de relativização do português. Pretendemos mostrar que estruturas mais frouxas como as justapostas e paratáticas precedem as estruturas encaixadas em um percurso semelhante ao que se pode verificar na passagem de pidgins a crioulos. Ou seja, antes de dominar as estruturas relativas encaixadas, os falantes xinguanos utilizam estratégias como orações apositivas especificadoras de um SN, predicções independentes para um mesmo referente ou repetição do SN, que cumprem funções semelhantes às que seriam exercidas por uma oração relativa. Essas estratégias vão desaparecendo em proporção direta à incorporação dos processos de encaixamento, na medida em que o falante xinguanos se apropria da língua alvo

CONSTRUÇÕES ENCAIXADAS: CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

Maria Helena de Moura Neves - UNESP-C. Ar./CNPq
OES27173CC

Este trabalho busca apresentar uma visão geral do processo de encaixamento de construções dependentes em construções nucleares, partindo da lição funcionalista da existência de camadas de construção do enunciado (Dik, 1989; 1997). Restringindo a noção de construção encaixada ao seu funcionamento como argumento oracional (tradicionalmente: oração subordinada substantiva), a investigação assenta que uma construção encaixada pode representar: a) um **predicado** encaixado, ou seja, um argumento oracional de um predicado nuclear implicativo, contra-implicativo ou não-implicativo; b) uma **proposição** encaixada, ou seja, um argumento oracional de um predicado nuclear factivo, contrafativo ou não-factivo; c) uma **frase** encaixada, ou seja, um argumento oracional de um verbo de elocução (discurso indireto). Entende-se, além disso, que não existe uma correlação necessária entre a hierarquia funcional representada na existência de um **núcleo** e um **segmento encaixado** e uma hierarquia de estatuto informacional (primeiro plano x segundo plano) ligada à relação entre esses mesmos segmentos. Desse modo, a investigação conclui pela possibilidade de que os dois segmentos dos enunciados formados de oração nuclear e oração argumental encaixada possam exercer indiferentemente as funções pragmáticas de Tópico e de Foco, e que a definição dessas funções está preferentemente ligada à ordem em que os segmentos aparecem. Por outro lado, as construções oracionais que funcionam como argumentos, são avaliadas em comparação com as construções oracionais que funcionam como satélites (adverbiais), quanto ao estatuto das relações contraídas.

GRAMATICALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE CLÁUSULAS COM VERBOS EFEITIVOS

Sebastião J. Votre - UFF - grupo Discurso & Gramática
OES27175CC

A literatura (Hopper & Traugott: 1993) registra que a cláusula subordinada pode ser substantiva, adjetiva ou adverbial, mas não se detém na análise dos processos em que o nível de fusão com a cláusula principal é mais pronunciado. Fala-se em graus de integração dentro de cada subdomínio, mas não se aprofunda nem se ilustra a escalaridade dessa integração. Mostra-se, sim, uma gradação nítida nos três subgrupos: as substantivas são mais integradas do que as adjetivas restritivas, por sua vez mais integradas do que as adjetivas explicativas e as adverbiais. Opera-se com o pressuposto de que os sentidos derivados distribuem-se em camadas, nitidamente identificáveis, de modo que as camadas mais recentes, por definição mais abstratas, decorreriam das mais velhas, mais concretas, e delas poderiam distinguir-se claramente. Pouco se tem trabalhado a construção aparentemente serial, em que o primeiro item verbal da série, com característica de auxiliar, se apresenta seguido de outro item, esse nuclear, na forma finita, e não reduzida. Neste contexto de questões e limitações, o propósito desta participação é - através de micro-análise de natureza qualitativa - mapear o estágio de *generalização, especialização ou indeterminação* semântica do verbo da primeira cláusula; o segundo é caracterizar o estágio e o nível de dessentencialização do verbo da segunda cláusula, quer o mesmo se encontre na forma finita, quer na reduzida; o terceiro, crucial neste estudo, consiste em avaliar e questionar a operacionalidade dos critérios ora disponíveis, para estabelecer graus de integração e para caracterizar as distinções semânticas mais relevantes. Desse terceiro objetivo decorre a proposta, a partir de contribuições relevantes para a análise das funções da linguagem, de pesquisadores como Maturana e Rorty, de estabelecer nova alternativa de caracterização semântico-pragmática dos aglomerados conceituais associados

a cada série polissêmica, com atenção voltada para os mecanismos de indeterminação. Na prática, investigaremos a natureza da relação entre o nível de integração sintático-semântico e o grau de gramaticalização verificado nos constituintes da cláusula complexa: tanto no primeiro verbo, que tende a ser modal ou auxiliar (em diferentes estágios de auxiliaridade quanto no segundo verbo que, pleno, segue o padrão modo-temporal do primeiro reduzido, despe-se das características prototípicas da cláusula autônoma: marca tempo modo-aspectual, sujeito expresso e flexibilidade posicional. Estritamente falando, em ambos os casos trata-se de um tipo de construção em que a segunda parte é não subordinada e não complementar, dado que o primeiro verbo não é propriamente transitivo, e logo não estabelece vínculo com complemento canônico. Dizemos *propriamente*, porque no caso de verbos como *ir, vir, começar, continuar, parar*, podemos atribuir algum *status* de complemento ao que se lhe segue, como seu regime. As construções da segunda parte que se apresentam como paralelas, ou 'seriais', aparecem em expressões como: *vou, limpo o banheiro; vou, pego e faço; venho, fervo o leite*. Os dados que analisamos permitem sugerir o efeito de um estilo expressivo, marca idiosincrática da individualidade de alguns informantes, que não se acham disseminados de forma homogênea na comunidade de fala. Em ambos os tipos de construção, apresentam-se indícios e pistas polissêmicas, que facultam sustentar a hipótese da natureza escalar do processo de integração sintática e semântica nesse domínio das construções reduzidas e finitas e, sobretudo, de uma concepção globalizante, e não atomizada, dos domínios conceptuais associados a cada construção. Postula-se, assim, que há um gradiente, ainda que não devidamente compreendido, entre as construções encaixadas que são complementos de verbos de principal, e construções que estamos chamando de encaixadas por extensão, uma vez que o primeiro verbo não recebe complemento estrito, como no caso dos verbos de movimento inceptivos, continuativos e cessativos.

CONSTRUÇÕES DO TIPO QU- EM KARAJÁ

Marcus Maia - Museu Nacional UFRJ
LIS27163CE

Este trabalho pretende descrever e analisar a posição de complementizador, na periferia esquerda da frase em Karajá, língua do tronco Macro-Jê falada por cerca de 3.000 pessoas na Ilha do Bananal (TO) e adjacências. Analisaremos construções interrogativas do tipo QU e do tipo SIM/NÃO, construções de tópico e de foco, bem como construções com o operador txibo "se", objetivando propor uma análise integrada para estas estruturas, com base nas propostas teóricas de Rizzi (1997), Aoun (1998) Schlonsky (1998) e Zubizarreta (1998).

INTERROGATIVAS EM KUIKÚRO (KARIB ALTO-XINGUANO)

Bruna Franchetto - Instituição: Museu Nacional / UFRJ
LIS27165CE

Partindo da proposta de Rizzi (1997), que assume a representação estrutural da sentença como sendo composta de três níveis – lexical, flexional e complementizador – o objetivo é analisar o nível complementizador na língua Kuikúro (família karib, Alto Xingu). Rizzi propõe a expansão interna da camada complementizadora numa estrutura articulada de projeções funcionais (força, tópico, foco e finitude) que hospedariam tipos distintos de sintagmas movidos para a periferia esquerda da sentença. Considerando o sistema complementizador como a interface entre conteúdo proposicional e uma estrutura superordinada e os complementizadores como expressando o tipo ou força da sentença,

trataremos das construções interrogativas em Kuikúro, comparando-as com as de tópico e foco. Analisar-se-ão as palavras interrogativas, que ocorrem no início da frase, em sua composição interna, e as interrogativas de argumento, de circunstancial e sim-não. Observar-se-ão as assimetrias entre interrogativas de sujeito e de objeto, que neutralizam a aparente assimetria ergativa nas construções declarativas, as entre interrogativas de argumento e de circunstancial (as primeiras caracterizadas pela presença do sufixo -i ocorrendo no verbo e no fim da construção e até o momento interpretado como cópula). A hipótese a ser discutida é a de que os operadores QU ocupam em Kuikúro o sintagma Tópico no complexo das projeções funcionais que constitui o nível complementizador. Algumas notas finais comentarão uma comparação entre o Kuikúro e outras línguas karib, como o Macuxi e o Taurepáng (ergativas) e o Hixkaryâna (nominativa).

CONCORDÂNCIA IRREGULAR EM CONSTRUÇÕES DE TOPICALIZAÇÃO DO OBJETO EM KARITIANA

Luciana R. Storto - Massachusetts Institute of Technology, EUA
LIS27171CE

Este trabalho visa examinar e explicar o padrão excepcional de concordância que aparece nas construções de topicalização do objeto (CTO) em Karitiana. O Karitiana possui uma construção especial que marca o movimento não-argumental do objeto para uma posição inicial das orações. Esta construção é marcada pela presença do prefixo verbal *ti-* e ocorre em três ambientes sintáticos: quando há movimento QU- do objeto, quando há topicalização do objeto, e em algumas orações relativas encabeçadas pelo objeto. Proponho que a posição não-argumental associada com estes três tipos de movimento seja Spcc,CP. A questão interessante que os dados da CTO levantam, é o padrão irregular de concordância. Em (1-2) o verbo concorda com o sujeito, e não com o objeto, como seria esperado no Karitiana, uma língua ergativa que marca concordância verbal apenas com os argumentos absolutivos:

(1) Mora-mon a-ti-amang tyka? 'O que você está plantando?'

QU-aux 2s-topical.-plantar imperfeito.aux_{movimento}

(2) Sepa y-ti-m-'a tya-t 'É um cesto, que eu estou fazendo'

cesto 1ps-topical-caus.-fazer imperfeito.aux_{terçado}-nful

Uma explicação imediata para este fenômeno seria possível se a CTO fosse uma construção antipassiva. As antipassivas são caracterizadas por um tipo de intransitivização do verbo que transforma o objeto num sintagma oblíquo, e por definição não obrigatório. Sabemos, no entanto, que a CTO não é uma antipassiva, mas uma construção inversa, pois ela é obrigatoriamente transitiva.

A teoria de Caso e concordância de Bittner & Hale (B&H) pode explicar a razão da concordância parecer irregular na CTO. Caso está dissociado de concordância nesta teoria. Assim, é perfeitamente possível que as relações de Caso nas sentenças inversas sejam as mesmas das orações ativas, enquanto as relações de concordância são diferentes. Hale & Storto (1997) analisaram o prefixo *ti-*, marcador da CTO, como uma cabeça de categoria I (inflexional) que substitui ou satura os traços de concordância normalmente presentes na cabeça funcional I. Assim, a morfologia *ti-*, introduzida para

marcar as orações inversas, libera o argumento ergativo da relação de concordância que ele universalmente tem com I (na teoria de B&H), o que permite que este argumento concorde com a outra cabeça funcional que contém traços de concordância: C. Evidências tipológicas e históricas corroboram a hipótese de Hale & Storto (H&S). A língua Maia K'ichee' possui, sincronicamente, dois tipos de construções não ativas (uma antipassiva e uma inversa do tipo CTO) que são historicamente derivadas de uma mesma construção. H&S propõem que as construções inversas com concordância irregular resultam de um processo de gramaticalização das construções antipassivas. Em K'ichee', o morfema nominal que marca e intransitiviza a antipassiva passa a ser reinterpretado como homônimo a um morfema inflexional, marcador da inversa. Do ponto de vista histórico, é possível hipotetizar que a CTO resulta de uma antipassiva: Mekéns, uma língua Tupi como o Karitiana, parece ter tanto uma construção inversa como uma antipassiva, que são cognatas com a CTO.

ASPECTOS SINTÁTICOS CONTRASTIVOS ENTRE O ASURINI DO TROCARÁ E O MBYÁ: o papel das categorias funcionais na mudança lingüística

Marcia Maria Damaso Vieira - Museu Nacional/UFRJ
LIS27173CE

Neste trabalho, pretendemos investigar os fatores responsáveis pelas diferenças sintáticas observadas entre o Asurini do Trocará e o Mbyá em termos de ordem dos constituintes oracionais e de sistemas pronominais, à luz de desenvolvimentos recentes da gramática gerativa.

Em Asurini do Trocará, a ordem dos constituintes oracionais é aparentemente livre e os pronomes independentes referentes ao sujeito só são empregados para indicar ênfase ou contraste, assim como acontece em línguas de sujeito nulo. Em Mbyá, todavia, a ordem oracional é bem mais restrita -SOV e/ou SVO, dependendo do dialeto- e a posição do sujeito é preenchida por pronomes independentes não-contrastivos ou enfáticos, assim como acontece em línguas sem sujeito nulo.

De acordo com Chomsky (1993 e 1995), a variação paramétrica observada entre as línguas naturais é determinada pelas propriedades morfológicas das categorias funcionais presentes na representação oracional. Dentro dessa perspectiva, quando os valores dos traços relacionados às categorias funcionais são alterados, surgem sistemas gramaticais distintos; isto é, há mudança lingüística. Assim, o tipo de ordem dos constituintes oracionais assim como o licenciamento de sujeito nulo dependem da natureza do sistema flexional da língua.

Com base nessa proposta, discutiremos o papel das categorias funcionais na determinação dos contrastes sintáticos observados entre o Asurini do Trocará (diferentes tipos de ordem e (+sujeito nulo)) e o Mbyá (SOV/SVO e processo de perda da propriedade de sujeito nulo).

Através deste estudo, pretendemos oferecer a nossa contribuição para a discussão sobre a formação e a dispersão das línguas da família Tupi-Guarani no tempo e no espaço.

CLÍTICOS E CONSTRUÇÕES NÃO-ARGUMENTAIS EM TIKUNA

Marília Facó Soares - Museu Nacional/UFRJ
LIS27175CE

Este trabalho objetiva relacionar clíticos e construções não-argumentais, através da análise de aspectos da gramática Tikuna (língua tonal, considerada como isolada e falada por uma numerosa população que ocupa uma extensa área da Amazônia distribuída por três países - Brasil, Peru e Colômbia). A análise apresentada tem como sua referência teórica o Programa Minimalista e, ao priorizar a relação entre clíticos e construções não-argumentais, ressalta a situação de clíticos em línguas indígenas brasileiras, os quais parecem ter propriedades diferentes dos clíticos germânicos ou românicos.

COMUNICAÇÕES

A LÍNGUA PORTUGUESA NA ÍNDIA

Maria Valéria Aderson de Mello Vargas - USP
DT2682C244

Pretende-se, com a comunicação, expor uma série inaugural de reflexões acerca das condições históricas sob as quais se deu a dominação portuguesa na Índia, com vistas a fundamentar o projeto de pesquisa *Contribuições para o estudo da expansão da língua portuguesa no mundo*, desenvolvido na Universidade de São Paulo por professores das áreas de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Lingüística e Língua e Literatura Árabe. Propõe-se examinar as notas de geografia e das rotas marítimas, as narrativas sobre as batalhas e os feitos militares que compõem os relatos dos cronistas portugueses do século XVI, bem como dos jesuítas missionários que narraram a história da Companhia de Jesus no Oriente. Analisam-se, portanto, preliminarmente, os motivos religiosos, econômicos, estratégicos e políticos das viagens ao oriente empreendidas pelos conquistadores portugueses e apontam-se também as análises sobre aquela conquista elaboradas por historiadores indianos que revelam o ponto de vista do povo colonizado.

O trabalho vincula-se ainda ao projeto *História das Idéias Lingüísticas*, que agrega professores da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade de Paris VII e que inclui o subprojeto *Estudo histórico-descritivo dos vocábulos de origem indígena na constituição do léxico do português e da língua do Brasil*. Propõe-se analisar, sob o ponto de vista histórico-cultural e de acordo com as transformações lingüísticas, a incorporação das palavras de origem indiana (*açúcar, andor, corja, canja, charuto, jambo, pária, pagode etc.*) ao português e ao vocabulário brasileiro, observando aquelas unidades lexicais sobretudo como reveladoras de sistemas de valores de diferentes culturas, que deixam suas marcas ideológicas nos discursos em que se manifestam.

O COMPORTAMENTO DAS HOMORGÂNICAS /t/ E /d/ DIANTE DE /i/ NA FALA DE COMUNIDADES PESQUEIRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Sergio Drummond Madureira Carvalho - UFRJ
DT2684C244

A palatalização das oclusivas dentais é um processo freqüente em território nacional, apesar de não serem muitos os estudos que a focalizam. Conta-se com alguns registros nos cinco atlas lingüísticos regionais brasileiros e com estudos mais recentes, relativos às regiões Sul e Nordeste. As variantes africadas pós-alveolares de /t/ e /d/, diante de /i/, mostram-se altamente produtivas na capital do Estado do Rio de Janeiro, por isso o interesse em averiguar se o mesmo estaria ocorrendo em outras regiões do Estado. O estudo tem base em dados selecionados de 78 entrevistas que compõem o Arquivo Sonoro do Projeto APERJ (Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), entrevistas essas realizadas com informantes do sexo masculino, naturais de 13 comunidades pesqueiras da Região Norte-Noroeste Fluminense, analfabetos ou semi-alfabetizados e distribuídos por três faixas etárias. De cada inquérito, selecionaram-se em média 100 vocábulos em que /t/ e /d/ se encontram diante de /e/ e /i/, o que resultou em um *corpus* de 8103 ocorrências. Grupos de fatores estruturais e extralingüísticos são fixados para a análise, em que se utiliza o pacote de programas VARBRUL para microcomputadores.

A testagem de novas variáveis configura-se como principal motivação para a realização deste trabalho, visto que as oclusivas dentais vêm sendo estudadas ultimamente no âmbito do Projeto APERJ. Além disso, no decorrer da análise, (a) indica-se a produtividade do processo de palatalização e africamento, comentando-se suas diferentes realizações, (b) apresentam-se os fatores que condicionam as variantes registradas na fala da região, (c) comparam-se os resultados referentes à palatalização de /t/ aos obtidos em estudo relativo à dental sonora na fala da mesma região.

VOCABULÁRIO ONOMASIOLÓGICO DO SERINGUEIRO DO VALE DO RIO ACRE

Antonieta Buriti de Souza - USP
DT269C244

O objetivo deste trabalho é mostrar alguns vocábulos pertencentes ao vocabulário específico do seringueiro do Vale do Rio Acre, em uma perspectiva onomasiológica.

O *corpus* é constituído de quarenta e cinco entrevistas gravadas com os seringueiros acreanos. O desenvolvimento deste trabalho restringiu-se a estudar palavras pertencentes ao universo do vocabulário usado pelos seringueiros, tanto na produção da borracha quanto na coleta da castanha; para isto foram selecionadas as palavras que tivessem maior representatividade para designar o universo vocabular para um estudo mais acurado, no qual se buscava a etimologia do vocábulo e, quando possível, a forma e aceção em línguas românicas, as aceções apresentadas nos dicionários de língua e a aceção corrente nos locais da pesquisa.

REGIONALISMOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UM ESTUDO NO CAMPO LEXICAL DA CACHAÇA

Ana Maria Pinto Pires de Oliveira - UFMGS
DT2692C244

O vocabulário de uma língua é constituído por um conjunto de lexias que representa o patrimônio sociocultural de uma comunidade. Em vista disso, podemos considerar o léxico como testemunha da própria história dessa comunidade, assim como todas as normas sociais que a regem. Todo sistema léxico representa o resultado das experiências acumuladas de uma sociedade e da sua cultura através dos tempos. Como agentes no processo de criação e de perpetuação lexical, os membros que integram uma dada sociedade vão, continuamente, recriando e perpetuando o vocabulário de sua língua. Esse contínuo processo de desenvolvimento e criação, motivado pelas mudanças sociais e culturais, determina a expansão lexical.

Na formação de uma língua é preciso considerar, ainda, a influência exercida pelo ambiente, através da experiência social. O contato entre língua e realidade irá determinar a linguagem como reflexo da realidade e, sobretudo, como força geradora da imagem de mundo que o indivíduo possui.

A língua portuguesa transplantada para o Brasil sofreu alterações oriundas de fatores históricos, socioculturais e geográficos próprios de nossa formação. Também sofreu influência das línguas indígenas brasileiras, em especial do tupi, e de línguas africanas. Em vista disso, essas influências sofridas pela língua portuguesa em solo brasileiro favoreceram a formação de uma variedade lingüística com características distintas da portuguesa, a qual passou a ser considerada um aspecto brasileiro da língua portuguesa.

O português brasileiro, variante lingüística do português europeu trazido para o Brasil entre os séculos XVI a XVIII, não se apresenta homogêneo. Podemos verificar, especialmente no nível lexical, "marcas" regionais devidas, principalmente, às grandes extensões geográficas de nosso território e, em alguns casos, ao isolacionismo verificado em algumas regiões do país.

Nesta comunicação, apresentamos resultados parciais de nossa pesquisa em andamento, examinando unidades vocabulares pertencentes ao campo léxico da *cachaça*, a partir de dados coletados no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Este estudo, de enfoque sócio-etnolingüístico, analisará lexias com o objetivo de verificar a incidência de fatores de natureza histórica, política e sociocultural atuando no processo de renovação e inovação lexical no português do Brasil.

A NEUTRALIZAÇÃO (/e/-i/) EM POSIÇÃO PRÉTONICA NO FALARRURAL DO PARANÁ

Ismael Pontes - UEL
DT268C244

Neste trabalho, analisa-se a neutralização dos fonemas /e/ e /i/ em posição pretônica em doze cartas do *Atlas lingüístico do Paraná* (AGUILERA, 94). Nesta análise, busca-se delimitar as áreas geográficas em que predomina o uso de uma ou da outra vogal e estabelecer quais fatores lingüísticos e/ou sociolingüísticos têm influência sobre esse fenômeno. Para isso, faz-se uma análise quantitativa dos dados levando em conta fatores fonético/fonológicos e sociais e as áreas geográficas.

O TEMPO COMPOSTO NA FASE FINAL DO PERÍODO ARCAICO (MEADOS DO SÉCULO XVI)

Rosa Virgínia Mattos e Silva - UFBa
GH2614C244

Apresentar-se-ão dados do Projeto "Relações semântico-sintáticas entre ser, estar, haver e ter no português arcaico", um dos projetos individuais do "Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)". Serão historiadas a emergência do tempo composto no português ducentista, características do seu uso na fase inicial do período arcaico, concentrando-se a comunicação na análise de documentação dos meados do século XVI, finais do período arcaico, nomeadamente na *Obra Pedagógica e nas Décadas* de João de Barros, em comparação com os dados já analisados sobre esse tópico (MATTOS E SILVA, 1996) da morfossintaxe do português arcaico.

ADVERBIAIS NO PORTUGUÊS DOS SÉCULOS XV E XVI: INDÍCIOS DE GRAMATICALIZAÇÃO

Sônia Bastos Borba Costa - UFBa
GH26142C244

Pretende-se, a partir de um conjunto de dados referentes aos séculos XV e XVI, inventariar formas de advérbios e locuções adverbiais, classificadas a partir de sua constituição morfossintática e detectar evidências de processos de gramaticalização, principalmente, a consolidação de locuções em itens adverbiais.

PROCESSOS MORFOLÓGICOS DE FORMAÇÃO DAS LOCUÇÕES PREPOSITIVAS NO PERÍODO ARCAICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Anna Maria Nolasco de Maceo - UFBa
GH26144C244

Este trabalho apresenta o resultado de pesquisa descritiva, fundada em princípios classificatórios estruturalistas, realizada para identificar processos morfossintáticos na formação das locuções prepositivas. Tomaram-se por objeto *corpora* representativos do período arcaico da língua portuguesa, constituídos por textos dos séculos XIII a meados do XVI: 1) *Testamento de Don Afonso II* (ms. de Lisboa); 2) *Testamento de Don Afonso II* (ms. de Toledo); 3) *Cantigas de Santa Maria*; 4) *Diálogos de São Gregório*; 5) *Livro de Soliloquio de Sancto Agostinho*; 6) *Crônica de Dom Fernando*; 7) *Carta de Pero Vaz de Caminha*; e 8) *Gramática da Língua Portuguesa* (de João de Barros). Inicialmente, baseou-se na hipótese de formação das locuções prepositivas apontada por Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1976) e em estudo de Timo Riiho (1980) no qual enfoca as grandes linhas do sistema prepositivo do português arcaico, sob o ângulo da interdependência de

vários tipos de preposição. Partiu-se das preposições *a, com/sem, de, em e por/por*, por serem as preposições constantes na formação das locuções prepositivas e chegou-se à existência de um núcleo e de margens, direita e esquerda, que foram sintetizados em fórmula que reúne todas as possibilidades encontradas de formação de padrões morfológicos das locuções prepositivas, nesse período da língua portuguesa.

A METÁFORA E A METONÍMIA NA CONSTITUIÇÃO DAS CONJUNÇÕES PORTUGUESAS

Therezinha Maria Mello Barreto - UFBa
GH2615C244

A análise dos processos de gramaticalização experimentados por itens conjuncionais do português arcaico, do português moderno e do português contemporâneo revelou terem sido os processos metafóricos e metonímicos, de suma importância para a sua formação. Serão, pois, apresentados alguns resultados da análise da trajetória de deslizamento semântico empreendida por alguns itens conjuncionais na história da língua portuguesa.

A GRAMATICALIZAÇÃO DE ALGUMAS PREPOSIÇÕES NOS DIÁLOGOS DE SÃO GREGÓRIO

Rosanta Maria Galvão Fagundes Poggio - UFBa
GH26152C244

Os estudos da mudança lingüística têm sido, recentemente, fortalecidos pelos estudos da gramaticalização, referindo-se essa última a muitos processos de mudança que afetam a gramática.

As alterações que aconteceram na língua latina e na portuguesa comprovam a presença de processos de gramaticalização, tanto na história da língua latina, como na passagem do latim para o português, e ainda na história do português.

O quadro das preposições portuguesas e românicas, em geral, tem sido ampliado não só mediante o desenvolvimento de noções abstratas nas formas já existentes como também pela criação de perfrases preposicionais e locuções prepositivas.

Partindo-se dos originais latinos dos *Dialogi Liber IV* de São Gregório Magno e da sua versão mais antiga em português arcaico, neste trabalho, serão examinados processos de gramaticalização mobilizados para a formação de algumas preposições que figuram no referido *corpus*.

O PARALELISMO E O REFRÃO NO TEXTO DAS CANTIGAS DE AMIGO DE DOM DINIS

Karin Elizabeth Rees de Azevedo UEMS - PUC/SP
GH26154C244

A Idade Média, particularmente os séculos XII e XIII, é marcada pela produção trovadoresca. Textos significativos dessa fase do português arcaico ou galego-português são as cantigas líricas trovadorescas que refletem uma cultura repleta de valores de imaginação, cultura essa que até o século XIV ensinou aos povos vizinhos da Galiza e Portugal a ciência do amor e da poesia.

Dos trovadores, encontramos em D. Dinis, uma atuação marcante tanto literária quanto na evolução de Portugal pelo longo reinado. Das cantigas conhecidas, em parte alguma o estribilho ou refrão teve tal utilização artística como na poesia galego-portuguesa e D. Dinis foi, pelo número de composições que lhe são atribuídas, o que mais largamente usou de tal processo, constituindo um evidente mecanismo de funcionamento interno

característico desse tipo de texto.

O paralelismo caracteriza-se pela presença de artifícios lingüísticos de repetição, não só das mesmas idéias por palavras e construções sintáticas levemente alteradas, mas ainda das mesmas proposições em lugares determinados no texto e em número par. As estâncias se prendem entre si pelo recurso chamado "leixapren", ainda em uso nas cantigas, conhecido pelo nome de despique ou à desgarrada.

Estes mecanismos representam-se reveladores de conexão entre a tematização e as unidades lingüísticas que compõem o texto poético, e suscitam o reconhecimento de uma função coesiva que confere ao texto unidade.

VOCABULÁRIO DO PORTUGUÊS FUNDAMENTAL: UM ESTUDO SEMÂNTICO SOBRE O ADJETIVO

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa - UNESP/Araraquara
PD2619C244

Antoine Meillet em seu livro *Linguistique Historique et Linguistique Générale* (1948) dedica um capítulo especial, intitulado "Comment les mots chagent des sens", às causas das mudanças semânticas numa língua.

Sob a orientação deste capítulo, fizemos um estudo sobre as mudanças semânticas que ocorreram, num período de 150 anos, com os substantivos, adjetivos e verbos que compõem o Vocabulário do Português Fundamental.

Baseamos nosso estudo na consulta de quatro dicionários da língua portuguesa de autores e épocas diferentes, a saber: *Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Moraes Silva, edição de 1813; *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*, de Frei Domingos Vieira, edição de 1871/1874; *Dicionário da Língua Portuguesa de Antenor Nascentes*, publicado pela Academia Brasileira de Letras de 1961 a 1966; e finalmente o *Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque e Holanda Ferreira*, em sua edição informatizada de 1995.

Nesta comunicação, apresentamos os resultados obtidos com o estudo apenas dos adjetivos, pois o trabalho completo é parte de um projeto de pesquisa, concluído em 1996, que tem por título: Mudanças semânticas no Vocabulário do Português Fundamental.

PROCESSOS METAFÓRICOS E METONÍMICOS NA TEORIA FUNCIONALISTA

Marcos Antonio Costa - UFRN
PD2619C244

Os estudos desenvolvidos sob o paradigma da gramaticalização levam em conta determinados mecanismos que veiculam os processos de mudança na língua. Dependendo da natureza particular de cada função envolvida, consideram-se, principalmente, dois tipos de processo: os metafóricos, tomados como unidirecionais no sentido de uma abstratização crescente, ocorrem quando conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser definido; e os metonímicos, que dizem respeito às mudanças que ocorrem por contigüidade, no sentido de que são gerados no próprio contexto sintático. A teoria funcionalista entende a metáfora como um processo de transferência semântica, em que usamos uma forma ou construção para representar um significado estreitamente relacionado com o significado a que, até então, a forma vinha sendo relacionada. Observe-se que, na linguagem usual, quase nunca criamos novas formas, mas novos significados estão sendo continuamente criados para as formas já disponíveis na língua. A metonímia, por sua vez, é tomada para designar a mudança que sofre uma determinada forma em função do contexto lingüístico em que está sendo utilizada. Assim, ao falar em contigüidade

para caracterizar os processos metonímicos de mudança, estamos nos referindo à contigüidade posicional ou sintática. Nesse processo, a mudança não ocorre apenas com a forma em si, mas com a expressão toda da qual a forma faz parte. Cognitivamente, os processos metafóricos estão relacionados com operações que se dão por analogia, enquanto os metonímicos com operações que ocorrem por reanálise.

O PERCURSO HISTÓRICO DE A GENTE: PROPRIEDADES FORMAIS E SEMÂNTICAS

Célia Regina dos Santos Lopes - UFRJ
PD26194C244

Este trabalho, baseado em um *corpus* diacrônico constituído de textos do século XIII ao XX, tem como objetivo analisar a inserção de *a gente* no sistema pronominal do português, como um processo de mudança em tempo real de longa duração (do português arcaico ao português contemporâneo).

Atualmente, em português, verifica-se que o substantivo *gente* e a forma pronominal *a gente*, dele originada, apresentam uma constituição morfo-semântica diferente. Pressupondo que houve mudança categorial, é preciso definir, primeiramente, as propriedades de cada uma das classes e depois verificar as que se mantiveram e as que se alteraram. Neste trabalho, propõe-se uma descrição limitada à identificação e interpretação dos traços de *gênero, número e pessoa*, verificando a atuação dessas propriedades no processo de gramaticalização do substantivo *gente*.

Serão adotados alguns pressupostos da teoria gerativa e da teoria funcionalista para a definição de nossas hipóteses e para a explicação dos resultados, fazendo-se uso da técnica variacionista (Pacote de Programas VARBRUL), dentro da perspectiva teórico-metodológica da Sociolingüística quantitativa laboviana.

PORTUGUÊS DE FRONTEIRA: ANÁLISE DE "MARCAS" DA HETEROGENEIDADE ÉTNICA NO NÍVEL LEXICAL

Aparecida Negri Isquierdo - UFMS
PD2620C244

A língua portuguesa falada por habitantes da fronteira Brasil/Paraguai apresenta características reveladoras de influências étnicas, sociais, históricas, políticas que marcaram a formação lingüística e cultural dessa população fronteiriça.

A grande maioria dos habitantes dessa faixa de fronteira, sobretudo os de ascendência paraguaia, utiliza-se de três línguas - português, espanhol e guarani - na comunicação informal. Em razão disso, observa-se, na fala da população, além do uso de unidades lexicais de base espanhola, o emprego de expressões "híbridas" - construções formadas com lexias de base espanhola e portuguesa, guarani e portuguesa, espanhola e guarani.

Apresentamos, nesta comunicação, resultados parciais de uma pesquisa, ainda em desenvolvimento, acerca de "Aspectos lingüísticos do português de fronteira na região de Dourados - MS" que está sendo desenvolvida pela UFMS, *campus* de Dourados, uma área próxima à fronteira seca Brasil/Paraguai e tem como objeto de investigação o levantamento, o registro e a descrição da linguagem falada pelos habitantes dessa faixa de território. Além dos dados fornecidos por esse Projeto, valemo-nos de informações das aplicações do questionário lingüístico do Projeto do "Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul", na fase de testagem do instrumento nas mesmas localidades. Neste trabalho, objetivamos discutir a presença - no nível lexical - de "marcas" da heterogeneidade étnica.

MORFOLOGIA DERIVACIONAL - UMA VIAGEM AO SÉCULO XIX

Marymarcia Guedes - UNESP/Araraquara
PD26202C244

O presente ensaio tem como objetivos a descrição e a análise de processos derivacionais do léxico da língua portuguesa depreendidos dos dados lingüísticos, obtidos nos jornais da cidade de Campinas, SP, do século XIX e, posteriormente, a partir da comparação com o encontrado no estado atual da língua, verificar se houve ou não mudanças lingüísticas.

No perfodo estruturalista, a morfologia derivacional começou a atrair a atenção de uma forma mais sistemática igualando-se aos estudos da morfologia flexional, sendo aquela definida como a parte da gramática de uma língua que descreve a formação e estrutura das palavras, do ponto de vista sincrônico, independente da dedução dos elementos lexicais que historicamente figuram nas palavras, feita na análise etimológica. Câmara Jr. (1974), por exemplo, conceitua a derivação como a estruturação de um vocábulo, na base de outro, por meio de um morfema que não corresponde a um vocábulo, mas a um semantema - uma idéia acessória - que não muda a significação fundamental.

Anderson (1992) enfatiza que a morfologia é o estudo das relações entre palavras, das unidades discretas que podem ser combinadas para formar palavras complexas. A estrutura da palavra e dos seus constituintes implica a eliminação dos elementos de fronteira interna comuns nas discussões morfológicas e os processos derivacionais correspondem às Regras de Formação de Palavras que operam inteiramente dentro do léxico de uma língua.

A idéia é a de que há um sistema estruturado de regras morfológicas dentro das línguas, subsidiando a organização dos seus sistemas gramaticais, e a estrutura da palavra não pode ser entendida como um produto interseccionando várias partes da gramática: fonologia, sintaxe, semântica e léxico. Considera, o autor, a existência de princípios que definem o domínio gramatical independentemente do fato de se poder localizar um tópico determinado da forma convencional, resguardando-se, portanto, o lugar da morfologia na teoria gramatical; sendo, ainda, tarefa da morfologia fornecer a ordem e a forma como as palavras são compostas e relacionadas entre si.

Diferentemente da visão estruturalista que atribui os estudos morfológicos à sincronia, a proposta de Anderson, adotada neste trabalho, é verificar as formas pelas quais a estrutura morfológica pode ser vista como objeto da mudança lingüística e a luz que essa mudança irradia nos sistemas morfológicos sincrônicos, permitindo assim, como em Tarallo (1993) o estabelecimento de uma gramática ou de um dialeto brasileiros com configuração própria.

CONTRIBUIÇÃO DO LÉXICO INDÍGENA E AFRICANO AO PORTUGUÊS DO BRASIL

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick - USP
PD26204C244

A problemática que se discutirá nesta comunicação envolve, certamente, questões epistemológicas mais profundas que as relativas às situações e diferenciações vocabulares nos discursos e atos comunicativos.

A diversidade lingüística entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB) remete a considerações históricas e etnográficas, que constituem objeto de uma pesquisa maior - Contribuições para o estudo da expansão da Língua Portuguesa no mundo -, da qual participamos. Nessa perspectiva, procuramos reconhecer e analisar as variáveis dialetais da língua em outros pontos onde se instalou o processo da colonização.

No território americano, por exemplo, a presença de etnias diferentes entre si imprimiu valores e traços semânticos especiais às unidades da língua receptora (PB), tornando-a bifásica, pelo menos na época da conquista. O cruzamento de diversos sistemas, geradores de adstratos socioculturais, evidencia a dificuldade em recortar os significados de termos e designativos, onerados pela segmentação por vezes imprecisa dos constituintes lexicais ou pelas falhas do próprio registro ou da coleta das formas orais, oriundas dos modelos ágrafos.

Partindo dessas considerações, apresentaremos dados preliminares do tratamento lexicográfico conferido ao material que coletamos em várias fontes, e sua inclusão em domínios de experiência específicos.

VARIAÇÃO E UNIFORMIDADE INDIVIDUAL

Maria da Conceição de Paiva & Christina Abreu Gomes - UFRJ
PD2621C244

A variação no indivíduo constitui o foco central desta comunicação. Apresentamos alguns resultados de um estudo empírico sobre a sistematicidade e regularidade do comportamento variável de diversos falantes da variedade carioca de português, pertencentes à Amostra Censo. Essa mostra já foi objeto de estudo aprofundado de diversas variáveis lingüísticas que envolvem o binômio forma prestigiada/forma estigmatizada. Aproveitando o conhecimento já acumulado nas diversas pesquisas, analisamos o comportamento individual de 48 falantes adultos e procuramos verificar se existe implicação entre variantes estigmatizadas no mesmo idioleto. Através da comparação das frequências de diferentes fenômenos variáveis, rediscutimos a questão da homogeneidade do dialeto, mostrando que, para a maior parte dos falantes, a taxa de uma variante estigmatizada corresponde a uma alta taxa de outra variante estigmatizada. A direção inversa não é verdadeira, ou seja, uma taxa alta de fenômenos menos estigmatizados não está correlacionada a taxas altas de fenômenos mais estigmatizados. O uso individual das possibilidades lingüísticas não se apresenta de forma homogênea e regular, ao contrário, parece estar correlacionado, em grande parte, ao grau de estigmatização associado a cada variante lingüística.

A análise do comportamento individual em termos de um conjunto mais amplo de variantes lingüísticas fornece alguns subsídios para a discussão do problema da uniformidade de um dialeto ou da existência de múltiplos dialetos no mesmo indivíduo.

ELEMENTOS ORAIS E PRÉ-ROMÂNICOS NUMA FALA DA CENA

TRIMALCHIONIS

Caetano Waldrigues Galindo - UFPR &
Alessandro Rolim de Moura - USP
D278C244

A *Cena Trimalchionis* é o episódio do *Satyricon* (obra do séc. I d.C., provavelmente) que descreve com detalhes um banquete na casa do rico liberto Trimalquião. A passagem, por dar voz a figuras provenientes de grupos sociais desligados do universo literário, é freqüentemente evocada como uma das fontes para o conhecimento do latim vulgar. Este trabalho procura analisar detidamente a fala de uma dessas personagens, tratando, de um lado, dos elementos lingüísticos que podem ser relacionados com as línguas românicas e, de outro, dos traços discursivos que apontam para uma representação eficaz da oralidade, fenômeno raro no *corpus* de textos latinos que chegou até nós.

SINTAXE DO PORTUGUÊS ARCAICO - FRONTEAMENTOS DE CONSTITUINTES

Lúcia Maria de Jesus Parccro - UFBA/UNEB
D2782C244

Esta comunicação tem como objetivo mostrar o resultado de um estudo sobre construções com movimento de complementos verbais e constituintes circunstanciais para uma posição pré-verbal, comuns no português arcaico e nas línguas românicas antigas, como nos exemplos de (1 a 5). Estruturas semelhantes são também atestadas nas línguas germânicas modernas como, por exemplo, no islandês moderno (IM).

- (1) tanto ... que **aos bons religiosos**, DAVA singular enxemplo (GRS. 269)
 (2) Homens a que **mays obriguado** ERA cada hum em sua cantidade (GRS. 149)
 (3) E dezia ... que **por yssò** nam AVIA de deixar (GRS. 134)
 (4) e dos que **com elle** morreram (DEC. 5)
 (5) por quem **estas merces** nam PEDIA (GRS. 132)

Os exemplos (6) e (7), referem-se ao espanhol antigo (EA) e ao (IM), respectivamente:

- (6) Quando tu **alguna cosa destas** quisyeres saber (Cruz, 220).
 (7) Þeir voru að tala um ... hvað **hægt hefði verið** (Maling, p. 75)
 eles estavam a falar sobre que possível tinha sido

Dado o caráter de opcionalidade de frenteamento desses elementos, pressupõe-se uma situação de mudança lingüística em que coexistem as duas construções, as mostradas nos exemplos de (1 a 5), em que os elementos em negrito se movem para antes do verbo e as dos exemplos de (8 a 10) nas quais há potencial para o movimento dos elementos em itálico sem, entretanto, ocorrer tal movimento.

- (8) pessoas muy principais a que **FAZIA grandes merces** (GRS. 79)
 (9) e que **VALIÃO** muito *por yssò* (GRS. 195)
 (10) a muytos dos que **ESTÁVA** *com elle* dentro das cásas. (DEC. 43)

O referido estudo tem como finalidade além de (1) analisar a frequência e o caráter de opcionalidade dessas construções e (2) determinar os tipos de constituintes mais frequentemente frenteadas (3), relacionar as construções em questão às do EA, bem como as do IM, a fim de estabelecer semelhanças e diferenças. Os resultados deste trabalho serão incorporados à uma pesquisa em andamento cujos *CORPORA* são constituídos de sentenças de diversos textos do português dos séculos XV ao XVII, e serão interpretados à luz da Teoria de Princípios e Parâmetros, que considera uma mudança paramétrica como diacronias entre línguas-I que devem estar relacionada a outras mudanças na língua.

O OBJETO INDIRETO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

Rosane de Andrade Berlinck - UNESP
D2784C244

Examinando a pertinência de se conceber o objeto indireto (OI) como uma categoria sintática independente, Faltz (1978) aponta três estratégias de marcação do OI observadas nas línguas em geral: o tipo objeto direto (OD), o tipo oblíquo - expresso por meio de um sintagma preposicionado - e o tipo dativo - em que a marca se faz por meio de uma desinência casual específica.

Ao olharmos para a história da língua portuguesa, constatamos que desde seu 'nascimento' a língua privilegiou a forma oblíqua de expressão do OI. Com a derrocada do sistema casual latino, implementa-se a utilização da preposição para estabelecer as parte, pela indicação da função desempenhada pelos elementos nominais.

No entanto, no âmbito da expressão anafórica do OI, o português herdou do latim a possibilidade de marcar esse complemento segundo o tipo 'dativo': a forma

dativa do pronome demonstrativo latino *ille - illi* - originou o nosso *lhe*, por exemplo. Desse modo, o português se caracterizaria por apresentar um sistema misto, em que temos tanto o OI oblíquo quanto o OI dativo, embora ambos não tenham a mesma extensão de uso, numa situação comparável à do francês.

Esse quadro, presente na tradição gramatical, não corresponde, no entanto, ao que se observa nos dados concretos do português brasileiro moderno. A análise de dados de dois *corpora* distintos ('Jovens Universitários Curitibanos' (Andrade Berlinck, 1997) e PEUL) revelou a inexistência da forma dativa de 3ª. pessoa, expressa fundamentalmente pelo SPrep ou por uma categoria vazia. Apenas a 1ª. e a 2ª. pessoas mantêm um OI de tipo dativo, embora enfraquecido pelo sincretismo com as formas do acusativo. Segundo a tipologia de Faltz, teríamos então passado, pelo menos na referência de 3ª pessoa, de um sistema misto para um sistema único.

Com o objetivo de determinar em que momento se deu essa passagem e que tipo de fatores teriam atuado nessa mudança, busquei estabelecer um *corpus* diacrônico do PB, que inclui peças teatrais, cartas, relatos de viagens e autos de inquiridos dos séculos XVIII e XIX. Os resultados preliminares dessa análise contemplam apenas as realizações anafóricas lexicais (pronome clítico vs. SPrep) nos dados do século XIX. A distinção de pessoa gramatical norteou a organização do material, que foi analisado ainda segundo a animacidade do complemento, o tipo de preposição presente e o tipo de verbo.

A EXPRESSÃO DO TEMPO NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

Teresa Leal Gonçalves Pereira - UFBA
D279C244

Faz-se a análise da representação e da expressão do tempo nas formas verbais das línguas românicas, tendo em vista os fenômenos que historicamente são observados, desde a latinidade. Os processos que se desenvolveram durante a formação das línguas românicas são estudados através de textos literários e não literários, com a finalidade de estabelecer, de um lado, a diversidade de valores do seu emprego e, de outro, a distinção entre os atos de representação e os atos de expressão lingüística. Os exemplos de uso das formas verbais não serão explicados apenas a partir deles mesmos, mas buscando a referência no seu emprego antes da gramaticalização.

UM PANORAMA HISTÓRICO-DESCRIPTIVO DO INFINITIVO IMPESSOAL: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Celia Cristina de Almeida Gauté - UFSM
D2792C244

No presente trabalho procura-se analisar o passado histórico e a evolução do infinitivo impessoal, fazendo um estudo descritivo, a partir das gramáticas do latim e do português arcaico e contemporâneo. Busca-se investigar a origem dos fenômenos evolutivos da língua portuguesa. Dentro de abordagens sincrônicas e diacrônicas, é possível fazer algumas constatações: houve evolução dos verbos nas três conjugações; verbos pertencentes a uma conjugação passaram para outra; a primeira conjugação absorveu mais verbos; várias palavras não pertencentes ao léxico português foram assimiladas e transformadas em verbos, na maioria, da primeira conjugação. Numa perspectiva centrada na lingüística evolutiva, esta pesquisa procura estabelecer uma confrontação entre as conjugações verbais, no que tange ao infinitivo impessoal, conhecendo sua história, para entender a evolução e sua atual utilização. Finalmente, este projeto de dissertação pretende dar subsídios aos professores de línguas, para que fujam dos conceitos prontos das gramáticas normativas, possibilitando, assim, um entendimento lógico da língua por parte dos estudantes.

UM ESTUDO DIACRÔNICO DO EMPREGO DAS CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS: DO LATIM AO PORTUGUÊS

Silvana Schwab do Nascimento - UFSM
D2794C244

A língua portuguesa, até chegar ao estágio atual, passou por um processo de evolução, que pode ser caracterizado pelas seguintes fases: latim, português arcaico e português contemporâneo. O presente trabalho tem por objetivo maior descrever as conjunções coordenativas adversativas nessas três fases de evolução. Serão abordados temas como variação e mudança lingüística, dentro de um paradigma interdisciplinar entre Filologia e Lingüística. Após, seguirá uma descrição das conjunções nas três fases já mencionadas, bem como das variações de sentido, através de uma análise diacrônica em textos diversos. Um aprofundamento teórico sobre as diferentes fases de evolução das conjunções adversativas e uma testagem para verificar se essas conjunções são sinônimos perfeitos, ou seja, se podem ser comutadas sem alteração de sentido no texto permitirão apontar caminhos mais didáticos para se trabalharem as conjunções adversativas, assinalando vários sentidos que as mesmas podem ter no interior de um texto.

O DISCURSO GRAMATICAL EM QUINTILIANO (*Instit. orat.* I, 1, 4-9)

Marcos A. Pereira - UNICAMP
HL2714C244

A comunicação tem por objetivo caracterizar e discutir, de maneira sucinta, a abordagem de questões relativas à língua e à linguagem na antiguidade romana, com especial referência aos "capítulos gramaticais" do primeiro livro da *Institutio oratoria* de Marco Fábio Quintiliano (30?-96?d.C.).

A exposição procurará mostrar como o discurso gramatical antigo, que aparece vinculado, no texto de Quintiliano, a uma preocupação pedagógica e situado no quadro da antiga retórica, distancia-se de reflexões posteriores sobre língua e linguagem.

O trabalho, que constitui tema de pesquisa em andamento, parte principalmente daquele desenvolvido em Pereira (1997).

A GRAMÁTICA DE JÚLIO RIBEIRO E O USO LINGÜÍSTICO

Cristiane Helena Parré Gonçalves - PUCSP
HL27142C244

O século XIX proporciona uma abertura para os estudos lingüísticos no Brasil, pois a busca por uma autonomia lingüística gera debates em torno da língua no país. Com os movimentos políticos libertários, a vinda da família real em 1808, a Independência e a República, escritores da época procuraram privilegiar a nacionalidade brasileira, buscando utilizar a língua que se falava no Brasil, e não aquela importada de Portugal. Assim, várias idéias novas surgiram no Brasil, ensejando uma completa remodelação intelectual.

Até o século XIX apenas uma insignificante minoria de brasileiros pôde receber instrução universitária e raros foram aqueles que auferiram o privilégio de ver o produto de seu talento em letra de forma. Nesse contexto, a língua popular acabou sendo entregue à própria sorte na boca de uma variada comunidade de analfabetos que se espalhava pela imensidão do Brasil. Por outro lado, a língua dos doutos, padres, dos bem-falantes que aprendiam em Coimbra ou nas tradições portuguesas conservadoras, determinava uma distância social ainda maior. Há ainda o aparecimento de gramáticas que buscavam uma adequação entre o uso e a norma vigente no Brasil.

Essa comunicação busca estudar neste contexto, a gramática escrita por Júlio Ribeiro em 1881 que se propõe tratar do uso da língua portuguesa no Brasil, opondo-se às gramáticas portuguesas até então apresentadas.

TEORIA VERBAL DE ANDRÉS BELLO

Luizete Guimarães Barros - UFSC
HL27144C244

O gramático venezuelano Andrés Bello (Caracas - 1781, Santiago de Chile - 1865) estuda o sistema verbal do verbo castelhano em duas obras: *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana* (AIT), de 1810; e *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos* (GCA), de 1847. Nestas obras, o autor aplica o método da lingüística cartesiana já que para o racionalista a investigação racional está dada pelo processo de assegurar que as representações correspondem à realidade, de modo que uma realidade fixa significa um método fixo. Para isso, Bello parte do indicativo no sentido de estabelecer os tempos determinativos do sistema verbal castelhano. Aplicando à "ciência moral" método similar ao das "ciências naturais", Bello classifica as formas verbais por fórmulas como as da química, onde o pretérito imperfeito do indicativo "cantaba", por exemplo, equivale ao CA - copretérito, em que o A corresponde ao pretérito (ou anterioridade), e o C corresponde à coexistência.

Dez lugares temporais deduzidos a partir das formas do indicativo são usadas para a definição dos modos verbais, sendo que o subjuntivo comum e o optativo se definem a partir destas categorias. Outro modo verbal apresenta categorização com quatro destes lugares temporais: o subjuntivo hipotético.

Bello classifica o verbo de acordo com quatro modos: indicativo, subjuntivo comum, subjuntivo hipotético e optativo. O modo hipotético se mostra como a inovação nesta classificação que o coloca ao lado de outra categoria estipulada como "valores secundários do indicativo". Tal determinação corresponde ao emprego do indicativo na proposição subordinada que segue a expressão de condição ou prospecção.

Desta forma, Bello estabelece a condição como uma modalidade do castelhano, representada por expressões hoje em desuso: "Si tuviere dinero, viajaré a Francia".

Bello estuda o verbo através de duas categorias sintático-semânticas: o valor secundário, usado para o emprego do indicativo na oração dependente, e o valor fundamental, determinado pelo emprego do indicativo na oração independente. Empregos que fogem a este modelo são classificados como "valor metafórico", que abarca expressões principalmente em indicativo, nas quais encaixa o "presente histórico".

Andrés Bello parte da visão racionalista de que as categorias encontradas existem na língua, assim como no pensamento e representam o tempo cronológico de maneira que servem indiscriminadamente ao estudo de outras línguas, além do castelhano. E, apesar da antiguidade deste estudo, a terminologia criada a partir desta teoria tem sido amplamente divulgada em livros didáticos da Espanha e América.

O estudo desta obra importa para a compreensão da evolução dos estudos lingüísticos porque apesar desta base definidamente racionalista, já estão incipientes marcas do formalismo lingüístico de tempos depois.

DADOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS EM PESQUISA DOCUMENTAL

Geraldo Cintra - USP
HL2715C244

A historiografia de qualquer ramo do conhecimento é primordialmente baseada em pesquisa documental, eventualmente complementada por entrevistas, depoimentos, fotos, etc. Mas, para além do óbvio aproveitamento dos dados explícitos do que constitui o conteúdo dos documentos analisados, a partir deles pode-se chegar a valiosas informações adicionais.

Nesses moldes, um trabalho interessante e, cremos, pioneiro, é BISOL (1986), que analisa 237 teses de mestrado e 15 dissertações de doutorado constantes dos cinco volumes do *Banco de Teses* publicados pela CAPES entre os anos de 1976-1979 e 1982, visando definir "a direção que vêm tomando os estudos de língua portuguesa em nível de pós-graduação" (p. 2035) e pondo em evidência áreas e teorias lingüísticas predominantes. Verifica que os cursos de pós-graduação têm não apenas "produzido conhecimento sobre língua portuguesa" mas também "têm servido como fornecedores de dados empíricos a teorias elaboradas" (p. 2045) e que as dissertações analisadas "significam um avanço em direção à descrição do português" (p. 2046). A classificação de tais documentos em oito áreas ordenadas em função do número de trabalhos que compreendem parece à autora "refletir preocupações fundamentais em torno da teoria lingüística, da descrição do português e do ensino." (p. 2046)

Num trabalho recentemente publicado, de maior abrangência e extensão, ALTMAN (1998) apresenta uma análise minuciosa de grande variedade de documentos, visando estabelecer a historiografia da produção lingüística brasileira no período de 1968 a 1988, sem perder contudo de vista o fato de que o período selecionado "representa não o início, mas o resultado de um longo e descontínuo processo de cientificação e institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil, que o antecede e contextualiza." (p. 23).

Nesta comunicação pretendemos exemplificar alguns dos recursos adicionais que o procedimento de pesquisa documental nos pode proporcionar, tomando por base um *corpus* preliminar constituído por coleções completas de algumas das principais publicações periódicas de Lingüística no Brasil. E da análise desse *corpus* procurando obter dados relevantes com respeito a tendências teóricas, influências, instituições e programas, bem como eventualmente perfis mais particulares, em especial no tocante a fundamentação teórica, fontes de referência bibliográfica, áreas e sub-áreas de atuação. Se satisfeitas tais expectativas, ter-se-ia aí mais um caminho a trilhar na busca de um perfil do desenvolvimento dos estudos lingüísticos entre nós.

MODELOS TEÓRICOS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Kati Eliana Caetano - UTP
HL27152C244

Este trabalho desenvolve-se no quadro de investigações do projeto "História das idéias lingüísticas no Brasil". Seu objetivo, em particular, consiste na análise da influência de algumas idéias da Lingüística Geral, a partir da repercussão dos conceitos saussureanos, no ensino da língua portuguesa em contexto brasileiro.

Não se pretende reiterar o velho debate sobre a importância ou não da Lingüística para uma reorientação do ensino de língua, sobejamente discutida e polemizada, mas retomá-lo de uma perspectiva crítica, buscando investigar conceitos e teorias presentes, de forma clara ou oculta, no conjunto dos conteúdos presentes em

livros didáticos ou em textos teóricos de iniciação ao conhecimento lingüístico.

O saber sobre a língua - de natureza metalingüística - tem sido retomado no âmbito das práticas educativas como condição necessária e fundamental para a aquisição da competência no uso da língua, portanto para saber ler e escrever. Parte-se do pressuposto de que essa passagem de conceitos extraídos de teorias - no caso pertencentes ao quadro de referência lingüística ou das ciências da linguagem - para o processo de ensino-aprendizagem da língua, ou para o contexto educacional do estudo das linguagens em geral, impõe transformações significativas, responsáveis pela construção desse modelo.

A dupla orientação - de configuração de um saber metalingüístico e de instrumentação da língua (Orlandi) - implica relações intertextuais diferentes, correspondentes, de um lado, à difusão de idéias na comunidade científica, de outro, à sua repercussão no trabalho educacional. Sua articulação pressupõe, portanto, variados processos de transformação do saber, que consistem, segundo aceção de J. -L. Chiss, em *démarches refondatrices*.

É essa passagem resultante de uma nova contextualização de temas pertencentes às teorias de referência, e dos papéis diversos por eles assumidos, que será discutida a partir da análise de processos discursivos particulares, como textos de livros didáticos e de "divulgação" científica.

O PAPEL DA FREQUÊNCIA LEXICAL NO PROCESSO DE MONOTONGAÇÃO DO DITONGO [ey] NA CIDADE DE CAXIAS (MA)

Maria Francisca Ribeiro de Araújo - UNICAMP
HL27154C244

A noção de frequência é bastante utilizada principalmente nos estudos difusionistas, na tentativa de se determinar quais são os itens lexicais primeiramente atingidos por uma mudança. Um dos primeiros trabalhos nesta linha é o de Leslau (1969), sobre mudanças em línguas da Etiópia, para quem as palavras mais frequentes são as mais afetadas pelo processo de mudança fonológica.

Outro estudo influente é o de Oliveira (1991: 102). Ele chega à conclusão de que as palavras mais frequentes não são necessariamente as mais atingidas por uma mudança. Sua dedução é respaldada num artigo posterior (Oliveira, 1997: 45), sobre o cancelamento do /t/ em final de sílaba no português de Belo Horizonte.

Com base na análise estatística de dados de Caxias (MA), realizada nos moldes de Labov (1972), procuramos nesta comunicação ressaltar dois pontos importantes no que tange ao fenômeno de monotongação do ditongo [ey]: 1º) algumas palavras avançam mais rapidamente no processo do que outras, não sendo essencialmente as mais frequentes; 2º) os grupos de fatores que atuam no conjunto de palavras mais frequentes e no conjunto de palavras menos frequentes não são necessariamente os mesmos.

Esta comunicação procura ressaltar, também, que estes fatos não se encaixam no modelo neogramático, mas, sim, de difusão lexical onde a palavra, e não o som, é a unidade básica de mudança.

EPÊNTESE E PARAGOGUE: PROCESSOS FONOLÓGICOS DISTINTOS

Gladis Massini-Cagliari – UNESP-Araquara
FL268C242

Esta comunicação pretende contrapor dois processos fonológicos que, por resultarem, em um nível superficial, na inclusão de uma vogal, podem ser confundidos: a epêntese e a paragoge.

Em português, tanto a epêntese como a paragoge podem ser definidas como a inclusão de uma vogal - interpretada, em termos fonêmicos, como /e/. No entanto, várias diferenças entre esses dois processos podem ser identificadas.

Uma primeira diferença diz respeito à posição da vogal inserida: enquanto a paragoge insere vogal apenas em posição final de palavra (exemplo: *Portugal* → *Portugale*), a epêntese pode inserir vogal também no início e no meio da palavra (exemplos: *gsnobe*; *futebol*; *clubg*). Uma segunda diferença diz respeito ao contexto de aplicação dessas regras: enquanto a paragoge acontece somente depois de sílabas cuja posição de coda está preenchida por /-R/, /-L/ ou /-N/, a epêntese não está sujeita a essa restrição.

No entanto, a principal diferença entre esses dois processos é de motivação: enquanto a epêntese é motivada pela busca de estruturas silábicas. Assim, a epêntese se aplica quando, na formação de palavras, a língua se depara com uma seqüência que não constitui uma sílaba possível. Já a transformação operada pela paragoge não se dá somente no nível da estruturação dos segmentos em sílabas, mas da estruturação dessas em pés (ou seja, trata-se da transformação de um pé trocaico-moraico constituído de uma sílaba pesada bem formada em um pé também trocaico-moraico, mas constituído de duas sílabas leves - padrão canônico do português). Desta forma, a paragoge deve ser vista como o resultado da aplicação de processos rítmicos visando eurrítmia, pautados na possibilidade aberta pelas próprias escolhas paramétricas da língua quanto ao seu ritmo de base. Neste sentido, pode-se dizer que, enquanto a motivação da epêntese é fonotática, a da paragoge é rítmica.

Em termos da definição fonológica do domínio dessas regras, há também diferenças. A paragoge, por ser um processo de aplicação opcional e motivado estilisticamente, só pode ser concebida como um processo pós-lexical, mas a epêntese pode ser vista também como um processo que se aplica já no nível lexical, no momento da formação de palavras.

Para a definição e comparação desses dois processos, serão considerados tanto dados do Português do Brasil atual, como dados do Português Arcaico (período trovadoresco).

AQUISIÇÃO DE LE E ESTRATÉGIAS DE SIMPLIFICAÇÃO

Cíntia da C. Alcântara - UCPEL
FL2682C242

O presente trabalho tem o objetivo de descrever e analisar o processo de aquisição das vogais frontais arredondadas do francês por falantes nativos do português à luz da Teoria da Marcação proposta por Calabrese (1995), a qual defende, dentre outros aspectos e princípios, haver estratégias que reparam configurações complexas de traços distintivos que compõem os segmentos de diferentes línguas, durante o processo de aquisição de uma língua estrangeira. Dentre as estratégias de simplificação propostas por essa teoria, dar-se-á especial atenção àquela cognominada de *fissão*, em virtude não só de sua aplicação diferenciada relativamente às vogais foco de estudo, mas pelo fato de comprovar a simplificação do sistema fonológico do francês quando adquirido por falantes nativos de português.

A motivação desse estudo decorre da observação da pesquisadora, enquanto professora de língua francesa, referentemente à dificuldade encontrada por alunos

brasileiros no que concerne à realização e ao emprego dessas vogais que não integram o sistema fonológico de sua língua materna. Os dados foram coletados com alunos de quatro níveis de estudo de língua francesa, a partir da leitura de textos autênticos em idioma francês, e sua análise foi submetida a um tratamento estatístico pelo uso do programa computacional VARBRUL. Os resultados apontam para o condicionamento do contexto lingüístico na aquisição das vogais frontais arredondadas do francês, e para a pertinência do modelo teórico aqui utilizado para a análise do tema objeto do presente trabalho.

THE PHONOLOGY OF FOOT AND SYLLABLE STRUCTURE: EVIDENCE FROM AMAZONIA

Daniel L. Everett - University of Pittsburgh
FL2684C242

Most phonologists agree with Hayes (1995:80ff) that the common phonetic facts that iambic feet involve syllable length contrasts and that moraic feet tend not to do so should be promoted to law-like status in phonological theory, via the Iambic/Trochaic law. Most researchers also agree with the related claim that the universal stress-bearing unit is the syllable (Hayes 1995, 49; but cf. Halle & Vergnaud 1987). In this paper, I argue that both of these claims are incorrect, counter-exemplified in Paumari, an Arawan language of the Brazilian Amazon. The theoretical interest of the Paumari evidence is not merely that it contradicts widely held opinions about the nature of foot and syllable structure but that this evidence suggests that the nature of stress-bearing units and the Iambic/Trochaic law are underdetermined by phonetic considerations. Specifically, Paumari has iambic foot structure without length contrasts and the stress-bearing unit in Paumari is the mora, not the syllable. This latter fact leads in turn to a recognition that the syllable's two principal roles - stress placement and aiding segmental perception - are independent of one another. In Paumari syllables exist yet are unrelated to stress placement. Moreover, as we further explore Paumari's prosodic system, we see that Paumari allows degenerate feet, even though it imposes a minimality constraint on prosodic words, contrary to predictions of Hayes (1995) and Kiparsky (1991).

PIADAS E DOMÍNIOS PROSÓDICOS

Luciani Ester Tenani - UNESP/UNICAMP
FL269C242

Tomar piadas como objeto de análise lingüística implica assumir como tarefa a explicitação dos mecanismos lingüísticos que são acionados por estes textos. Buscando mostrar esses mecanismos, Possenti (1998) esboça uma classificação com base nos níveis lingüísticos 'clássicos', embora admita que tal tipologia é falha, porque as piadas, em geral, acionam mais de um mecanismo simultaneamente.

Em outro trabalho (Tenani, 1998), analisamos piadas mostrando como o gatilho opera por meio da segmentação do material lingüístico e sua complexa relação com as possibilidades de proeminências relativas das sílabas de uma mesma cadeia fônica.

Neste trabalho, retomamos o argumento de que, ao fazer uma ou outra análise do enunciado, informações sobre a proeminência relativa das sílabas, não apenas no domínio da palavra, mas também no domínio da sentença, devem ser consideradas, juntamente com as propriedades entoacionais do enunciado, para se chegar à adequada segmentação. Porém, nesta apresentação, usamos do quadro teórico da Fonologia Prosódica, mais especificamente da proposta de Nespor & Vogel (1986), para mostrar que as possibilidades de proeminência das sílabas são mais adequadamente explicadas se levados em conta os domínios prosódicos, tais como, a palavra fonológica (ω), a frase fonológica (Φ), a frase entonacional (I). Nas piadas selecionadas (como no exemplo),

tais informações 'prosódicas' constituem o gatilho que permite a passagem de um *script* para outro.

- Qual o nome do Viagra em japonês?
- Ajinomoto. (age no morto)

Ao fazer esta análise focalizando tanto a grade métrica quanto os domínios prosódicos, buscarei refletir sobre a relação entre fonologia e outros componentes da Gramática, argumentando que a possibilidade de duas segmentações de uma mesma cadeia fônica (mecanismo básico das piadas analisadas) põe à mostra a competência prosódica dos ouvintes e 'contadores' de textos chistosos.

BASES FONOLÓGICAS PARA UMA POLÍTICA DA LÍNGUA: O CASO DO SEGMENTO [W] EM POSIÇÃO DE ATAQUE NO ESPANHOL.

Clara da Silva - UCPel
FL2692C242

Em espanhol, quase desde as suas origens, há um caso em que se evidencia o divórcio entre a norma *standard* e a norma vernácula: o segmento [w] em posição de ataque. Enquanto na variante vernácula aparece, diante do [w], a epêntese de um segmento consonantal, ora velar, ora labial, na variante *standard* não há epêntese. No processo de alfabetização, a escola impõe a norma culta, mas, mesmo alfabetizados, os falantes utilizam as duas variantes, dependendo de fatores ligados ao contexto fonológico e extralingüístico. A Fonologia fornece modelos explicativos do fenômeno, tanto na teoria da sílaba, quanto na teoria autosssegmental e nos filtros restritivos de Calabrese. No processo de alfabetização em língua materna, assim como no ensino do espanhol, língua estrangeira, os aprendizes deparam-se com esse conflito de normas. Uma política da língua que não violente os princípios fonológicos que regulam o seu funcionamento deveria começar pela não-estigmatização das variantes epentetizadas.

AVALIAÇÃO FONOLÓGICA E TRAÇOS DISTINTIVOS: UM ESTUDO DE CASO

Margareth de Souza Freitas - UFOP
FI.2694C242

O estudo de alterações fono-articulatórias de sujeitos afásicos implica a descrição de seu sistema fonológico, procedimento fundamental para se chegar a uma avaliação dos casos, que permitam a elaboração de um de tipo motor, em que o aspecto fonético-fonológico da linguagem é normalmente o mais afetado. Para tanto, a escolha do modelo fonológico que servirá como parâmetro para a análise é decisiva para que os resultados sejam suficientemente explicativos do ponto de vista fonológico.

Assim, um modelo de traços distintivos que privilegie o aspecto articulatório do segmento fonológico, definindo-o como um complexo de traços hierarquicamente constituídos, amplia as possibilidades de avaliação qualitativa dos problemas fonológicos apresentados pelos sujeitos. No presente trabalho, essas questões são ilustradas e discutidas a partir dos dados fornecidos pelo sujeito afásico EF.

ACENTO E SONORIDADE

Filomena Sandalo - UNICAMP
OT2614C242

Desde a gramática normativa sabe-se que o português tem três padrões silábicos: palavras oxítonas, palavras paroxítonas e palavras proparoxítonas. Entretanto, prever a ocorrência de cada padrão tem sido um desafio para a análise do português dentro da teoria métrica. Por exemplo, Bisol 1992 propõe que o português conta com troqueus moráicos não iterativos da esquerda para a direita no domínio da palavra. Lee 1994, entretanto, postula que o português conta com pés ilimitados de cabeça à direita, sendo o domínio métrico o radical e não a palavra fonológica. Esta análise difere da primeira quanto ao domínio da aplicação bem como quanto ao tipo de constituinte criado

A análise de Bisol prevê a ocorrência de paroxítonas e oxítonas terminadas em sílaba pesada. Entretanto as numerosas proparoxítonas e oxítonas passam a ser exceção. Também são exceções as palavras paroxítonas terminadas em sílaba pesada como *cadáver*. Ao tentar diminuir o exagerado número de exceções, Bisol postula que as oxítonas terminam por uma consoante não realizada e não são, portanto, verdadeiras exceções. A autora toma como base a existência de uma consoante em palavras derivadas (ex. araca -> aracázada). Observe, entretanto que estes sufixos coocorrem também com palavras terminadas em consoante que provavelmente faz parte do sufixo e não do radical (ex. cocar -> cocarzada). Todas as outras exceções são tratadas com um uso exagerado de extrametricalidade.

De acordo com a análise de Lee, palavras como *mesa* têm a penúltima vogal accentuada porque a última vogal é um sufixo temático e, portanto, está fora do domínio do acento. Palavras como *café* têm a última vogal accentuada porque não contam com um sufixo temático. Esta análise tem a vantagem de deixar menos palavras com acento mal resolvido. Entretanto, paroxítonas terminadas em consoante e as proparoxítonas continuam sendo exceções.

Este artigo propõe uma análise alternativa, partindo da teoria da Otimalidade. Segundo a análise a ser apresentada, o acento em português é resultado de vários princípios em interação, entre eles, 1) *Edgemost R* (Prince & Smolensky 1993), o qual atrai o acento para a posição mais à direita possível; 2) *Peak-Prom* (Prince & Smolensky 1993, Kenstowicz 1994), o qual atrai o acento para a sílaba de maior sonoridade dentro da palavra e **Weak Peak* (Hangstrom 1997), o qual afasta o acento de moras não silabificadas. Segundo esta análise, o acento em português é completamente previsível.

LICENCIAMENTO DE ONSET E CODA EM IKPENG (KARÍB): UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DENTRO DA TEORIA DA OTIMALIDADE

Frantomé B. Pacheco - UNICAMP
OT26142C242

A língua Ikpeng, pertencente à família Karib, apresenta uma estrutura silábica que permite a presença de codas e a ausência de *onsets*, sendo, tipologicamente, uma língua do tipo CV(C). Partindo do trabalho de Prince & Smolensky (1993), propõe-se: a) verificar como a escala de sonoridade pode ser utilizada para determinar o tipo de segmento que pode ocorrer na coda; b) discutir uma hierarquia de restrições que permita derivar sílabas bem formadas na língua.

OS PORTMANTEAUX E A MORFOLOGIA NÃO-CONCATENATIVA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Gabriel Antunes de Araújo - UNICAMP
OT26144C242

Os estudos da morfologia do português brasileiro (PB) têm se limitado aos processos de formação de palavras concatenativos (flexionais e derivacionais). Os processos de composição não-concatenativos (por siglas, por abreviação, *portmanteau*) têm recebido pouca ou nenhuma atenção. À primeira vista, trata-se de processos de composição com comportamentos randômicos e imprevisíveis. Neste trabalho, estudarei o processo conhecido como *portmanteau* (ou palavra-valise, ou *blend*, ou composto por sobreposição) e tentarei demonstrar que ele, como qualquer outro processo linguístico, é regido por uma gramática (internalizada). Utilizarei as propostas teóricas de McCarthy e Prince (1993, 1995) e Prince & Smolensky (1993). Os compostos tradicionais podem ser mapeados ou como a junção (1) ou como recursão (2) de palavras prosódicas (PP*):

- (1) $[...]_{PP} + [...]_{PP} \rightarrow [[...]_{PP}[...]_{PP}]$
 $[papé]_{PP} + [moéda]_{PP} \rightarrow [papé]_{PP} + [moéda]_{PP}$
- (2) $[...]_{PP} + [...]_{PP} \rightarrow [[...]_{PP}[...]_{PP}]_{PP}$
 $[pónta]_{PP} + [pé]_{PP} \rightarrow [[ponta][pé]]_{PP}$

Os compostos *portmanteau*, por sua vez, se comportam como (3):

- (3) $[...]_{PP} + [...]_{PP} \rightarrow [.....]_{PP}$
 $[pilantropa]_{PP} + [filantropia]_{PP} \rightarrow [pilantropia]_{PP}$

Além do compartilhamento de material segmental, os *portmanteau* privilegiam a posição acentual de uma das palavras-base. Dentro do arcabouço da OT, posso formalizar uma hierarquia de restrições que me permite apontar o material fonético e prosódico a ser compartilhado pelo *portmanteau*, a boa formação do composto (em *flamerda*, há a ação de restrições que proíbem o *merda* seja escolhido como candidato ótimo), e a impossibilidade de compostos que não compartilham material segmental (moranja – morango com laranja, onde o material segmental (*morangana, *portmanteau* composto pelas bases *morango* e *banana*).

Confronte moranja – morango com laranja, onde o material compartilhável está em negrito). Posto que esse tipo de composição é atestado interlingüísticamente, esse trabalho se soma a outros desenvolvidos como *portmanteau* de outras línguas como, por exemplo, o inglês (*swiss + watch* → e o hebraico (*brexa + xóf* → *brexóf*).

Apresento evidências para a formalização de uma gramática baseada em restrições que, no entanto, desautoriza a suposição de que os compostos possuam uma gramática características.

SÍLABAS DO PB NA VISÃO DA TEORIA DA OPTIMALIDADE

Seung-Hwa Lee – UFMG
OT2615C242

O presente trabalho tem como objetivo discutir as sílabas do Português do Brasil (PB), à luz do modelo da Teoria da Optimalidade (OT, *Optimality Theory*), conforme Prince & Smolensky (1993). Na abordagem da OT, na qual a gramática é constituída pelo conjunto de restrições (*constraints*) violáveis e hierárquicas (*ranked*), os fenômenos fonológicos podem ser definidos pelas interações e hierarquias (*ranking*) das restrições violáveis e gerais da OT.

Neste trabalho, assume-se que a sílaba é um domínio prosódico onde as línguas expressam sua fonologia, embora não haja uma correlação direta entre sílaba e entidade fonética. As formas da sílaba variam de uma língua para outra e, na maioria das línguas, a silabificação atribuída ao conjunto de fonema(s) é previsível. No PB, por exemplo, a

posição final (Coda) da sílaba é mais restringida do que a posição inicial (*Onset*) da sílaba. Em trabalhos anteriores, postula-se que a sílaba é formada pelas regras de formação da sílaba e estipula-se a ordenação na aplicação de regras para boa-formação da sílaba.

O presente trabalho mostrará que as sílabas do PB são determinadas pelas interações e hierarquias de restrições gerais violáveis da OT, introduzindo alinhamento generalizado (*Generalized Alignment*), proposto por McCarthy & Prince (1993).

HARMONIA VOCÁLICA NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UM PROCESSO DE VARIAÇÃO ESTÁVEL

Yonne Leite, Dinah Callou &
João Antônio de Moraes - UFRJ/CNPq
OT26152C242

O objetivo do trabalho é discutir a natureza do processo de elevação das vogais pretônicas médias fechadas no português do Brasil. Trabalhos na linha da sociolinguística quantitativa laboviana vêm mostrando que as duas vogais, /e/ e /o/, não apresentam o mesmo comportamento: na elevação de e → i, o fator condicionador é a vogal alta subsequente – resultante, assim, de uma harmonia vocálica – enquanto, na elevação de o → u, o fator condicionador é a qualidade das consoantes adjacentes, um processo assimilatório de natureza consonântica, portanto. O processo está também relacionado a outros fatores, tais como, a estrutura silábica e a caracterização acústica das vogais no português brasileiro.

Os resultados obtidos através da análise em tempo aparente e em tempo real de curta duração apontam para uma variação estável, tanto no nível do indivíduo quanto no da comunidade, no que se refere à vogal posterior. No caso da vogal anterior, há estabilidade nas duas primeiras faixas etárias e um aumento de uso da regra na geração mais velha, a elevação de e → i podendo ser indicativa de faixa etária.

A LINHA DE DECLINAÇÃO DA FREQUÊNCIA FUNDAMENTAL EM PORTUGUÊS

João Antônio de Moraes - UFRJ/CNPq
OT26154C242

Investiga-se o comportamento da frequência fundamental (F0) no enunciado assertivo, com vistas a responder a duas questões:

- a) se o português apresenta a contínua queda da F0 ao longo do enunciado, fenômeno conhecido na literatura como linha de declinação (LD), comum a diversas línguas e por vezes visto como um universal fonético;
- b) no caso afirmativo, que características básicas, tanto quantitativas (taxa da queda da F0), quanto qualitativas (influência da posição do acento ou da organização sintática do enunciado) definiriam o fenômeno em português.

Vinte e três enunciados assertivos, nos quais se controlaram a extensão e a posição dos acentos foram lidos por quatro informantes cariocas e submetidos à análise acústica no laboratório de Fonética Acústica/UFRJ.

Os resultados preliminares mostram que:

- a) Nesses tipo de *corpus* (frases isoladas lidas) a LD se evidencia na maior parte dos enunciados;
- b) A acentuação desempenha um importante papel na manifestação fonética da LD, uma vez que as sílabas pretônicas, no nível vocabular, apresentam um nível melódico mais baixo que as tônicas, e essas, por sua vez, se situam num nível mais baixo que as postônicas.

Essas características nos levam a postular três linhas descendentes que irão demarcar o espaço tonal da declinação em português. A superior, que corresponde à linha da queda melódica observada nas sílabas postônicas e a inferior, que liga as sílabas pretônicas, irão definir os limites dos movimentos melódicos locais. A linha intermediária

traduz a queda que se observa nas sílabas tônicas. As sílabas pretônica e tônica que ocupam a posição final do enunciado apresentam comportamentos *sui generis*, que devem ser especificados por regras prosódicas particulares.

Essas características entonacionais do enunciado assertivo, que variam segundo o estilo e o dialeto, devem ser levadas em conta tanto no âmbito da fonologia prosódica (descrições de dialetos, por exemplo), quanto no da implementação fonética (na síntese da fala, por exemplo).

ANÁLISE ACÚSTICO-PERCEPTUAL DAS VOGAIS NASAIS ALTAS E SUAS IDIOSSINCRASIAS

Izabel Christine Seara - UFSC
FT2619C242

A nasalidade nas diferentes línguas do mundo, um tema extremamente árduo devido às inúmeras alterações acústicas que ocorrem quando se dá, no nível articulatório, o abaixamento da úvula e o acoplamento do trato nasal ao trato oral.

Essa complexidade para a caracterização acústica desses segmentos é reforçada pelas diferentes manifestações da nasalidade das vogais do português (MATEUS, 1990). Observadas também por SOUSA (1994) que cita a existência de 2 ou 3 momentos relativamente distintos compondo as vogais nasalizadas do PB. Verificamos que as vogais nasalizadas [ĩ] e [ũ], na maior parte, apresentaram 3 momentos distintos: uma vogal oral seguida de uma breve fase transicional em que a nasalidade se sobrepõe à vogal, finalizando com o murmúrio.

Este estudo objetiva então analisar acústica e perceptualmente a nasalidade das vogais [ĩ] e [ũ], tentando elucidar um pouco do fenômeno da nasalidade vocálica através de experimentos acústicos e perceptuais que permitam verificar o seu "real" funcionamento, sugerindo que o murmúrio vocálico não deva ser confundido com um murmúrio próprio de segmentos consonânticos, já que se articula de forma diversa e apresenta parâmetros acústicos também diferenciados.

O VOT NA FALA DISFARÇADA

Sandra Ghizoni Kafka
Simone Klein - UFSC
FT26192C242

As características físicas e estruturais do trato vocal podem ser facilmente alteradas para a modificação do sinal de fala. Trata-se do que, normalmente, se chama de *disfarce*. A intenção primeira quando se emprega um disfarce é a de que a informação específica não seja totalmente codificada no sinal de fala, dificultando o trabalho de perícia do foneticista responsável pela tarefa de *identificação do falante*. Vários são os parâmetros que podem ser empregados na tarefa de identificar falantes - formantes vocálicos, frequência fundamental, espectro de longo termo, velocidade de fala, consoantes nasais e VOT, sendo este último o parâmetro que estudaremos neste artigo.

O VOT (*voice onset time*), definido como a relação temporal entre a soltura da oclusiva e o início de vibração das cordas vocais, mostrou ser, de acordo com Figueiredo (1994), um parâmetro 'potencialmente útil' na área de identificação de falantes, embora não seja, propriamente 'um determinante de identidade', e sim, 'um indicador genérico'.

Nosso objetivo neste trabalho é determinar o grau de eficiência do VOT na identificação da fala com uso de disfarce a partir da análise das medidas de VOT das oclusivas do português, comparando os valores da fala normal aos da fala disfarçada.

O tipo de disfarce consiste na inserção de um lápis no trato vocal, paralelo aos lábios, preso entre os dentes incisivos e que, segundo Figueiredo (1996), tem sido bastante utilizado no Brasil nos últimos anos em casos de seqüestro.

EFEITOS DE VELOCIDADE DE FALA NO VOT DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Simone Klein - UFSC
FT26194C242

O VOT (*voice onset time*), definido como o intervalo de tempo entre a soltura do fechamento da oclusiva e o início da excitação glotal, caracteriza-se por apresentar três faixas de valores que definem as categorias de consoantes oclusivas homorgânicas nas línguas que fazem o contraste sonoro x surdo: pré-sonorização, retardo curto e retardo longo.

Embora o VOT sirva como uma medida para categorizar a sonorização em consoantes oclusivas, mudanças na velocidade de fala têm mostrado que a faixa de valores associada às categorias é afetada.

Kessinger & Blumstein (1997), estudando o inglês, francês e tai, chegaram à conclusão de que a categoria de retardo curto não muda em função da velocidade de fala em nenhuma das línguas examinadas, embora os valores para as oclusivas de retardo longo (tai e inglês) e de pré-sonorização (tai e francês) tenham sido afetados por mudanças em velocidade de fala. Seja como for, a mudança das categorias de retardo longo e pré-sonorização para os valores de VOT de retardo curto na condição de velocidade rápida resultou em pouca sobreposição entre categorias de sonorização.

Nosso objetivo, nesse trabalho, é verificar se a velocidade de fala irá influenciar os valores de VOT no PB e de que maneira se dará essa influência.

O ENCONTRO OCLUSIVA-OCLUSIVA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

José Olímpio de Magalhães - UFMG/CNPq
FT2620C242

A divisão entre as tarefas de fonólogos e foneticistas nem sempre foi tranqüila. Dentro de uma proposta da *Fonologia Experimental*, procura-se mostrar as duas áreas como integradas, mais do que em interface. O presente trabalho realiza um experimento fonético procurando relacioná-lo a princípios e parâmetros definidos pela teoria Teoria de Governo. Mais especificamente, o objetivo é verificar o comportamento das consoantes oclusivas que parecem ocupar a posição de final de sílaba ("coda") no PB como em palavras como "ca[p]tar", "aspe[k]to" e "se[g]mento". Foneticamente, o PB não tem oclusivas em tal posição porque os falantes realizam um [i] depois das consoante oclusiva, caracterizando-a como início de sílaba (ataque). Então, não há diferença melódica, por exemplo, entre as seqüências gráficas -gm- e -guim-, em palavras como "segmento" e "seguimento", ambas pronunciadas [segi'mɛ]w, ou em seqüências gráficas como -pt- e -pit- em "captar" e "capital", ambas pronunciadas como [pit]. Em decorrência, muitas questões podem ser levantadas: (a) Teria o PB dois tipos de [i] depois de oclusivas, um epentético e outro lexical, mesmo tendo realizações fonéticas idênticas? (b) Os falantes nativos perceberiam alguma diferença entre um [i] epentético e um [i] lexical? (c) Como seria a forma subjacente em cada caso e como se derivaria a forma fonética? (d) Até que ponto a percepção dos falantes deve dar respaldo às proposições teóricas da Fonologia? Nossa hipótese é de que, fonologicamente, não há oclusiva travando sílaba no PB. Os resultados do experimento fornecem algumas evidências sobre a posição de coda no PB e trazem algumas informações sobre o processamento fonológico da informação acústica.

ANÁLISE FONÉTICO/FONOLÓGICA DA VOGAL INSERIDA ENTRE A OCLUSIVA E O TAP EM SÍLABAS DO TIPO CCV NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Leandra Antunes - UFMG
FT26202C242

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise fonético/fonológica da vogal que é inserida (ou não) entre a oclusiva e o tap em sílabas de estrutura CCV (dados do PB) como nas palavras *prata* e *abro*.

Para tanto, foram gravadas as realizações de palavras que contenham tais encontros consonantais (oclusiva + tap) por quatro informantes (dois do sexo feminino e dois do sexo masculino). As palavras são dissilábicas com acento lexical na primeira sílaba e apresentam os encontros oclusiva + tap em posição inicial (tônica e acompanhada de todas as vogais possíveis) e em posição não inicial (átona, seguida de todas as vogais possíveis). A palavra foi colocada num enunciado chave, para diminuir os efeitos da melodia sobre a duração, a frequência e a intensidade das vogais que estão sendo analisadas. A palavra foi lida isoladamente em velocidade rápida para verificar se a velocidade influi na inserção dessa vogal ou não.

Para as análises, são feitos três estudos: um estudo articulatório, explicitando porque se dá a inserção de uma vogal entre a oclusiva e o tap; um estudo acústico da vogal nas sílabas que a apresentam, comparando-a àquela que se segue ao tap e um estudo fonológico da estrutura silábica mostrando a posição que a vogal inserida ocupa no nível fonológico.

A hipótese aceita é de que a vogal ocorre em 100% dos casos em velocidade normal de fala e que ela possui as características acústicas da vogal que segue o tap, sendo uma variante reduzida desta. Já em velocidade rápida, existe uma tendência à não inserção de uma vogal entre a oclusiva e o tap.

A VARIABILIDADE DE PRONÚNCIA DOS RÓTICOS EM PB: EVIDÊNCIAS PARA A AFIRMAÇÃO DO CARÁTER DINÂMICO DA FALA

Adelaide Silva - UFPR/UNICAMP
FT26204C242

Um experimento acústico que visa a examinar os róticos em início de vocábulos trissílabos - paroxítonos e proparoxítonos -, tem confirmado um aspecto já bastante frisado na literatura variacionista a respeito desses sons: a variabilidade de sua pronúncia (vide, e.g., Callou *et alii* (1997) e Monaretto (1997)).

Diferentemente desses estudos, no entanto, nossos dados, colhidos junto a informantes do sexo masculino e naturais do sul do Brasil, apontam a ocorrência da variabilidade de pronúncia dos sons de /r/ na fala de um mesmo informante. Mais: os dados revelam que a variabilidade não é um processo categórico envolvendo apenas classes de sons, como vibrantes e fricativas. Ao contrário, a "variação alofônica" existente na produção de /r/ ocorre ao longo de um contínuo físico, gradual, que se estende desde uma variante tendendo à vibrante canônica, com fechamentos e aberturas orais, até uma variante com ruído tipicamente fricativo. Intermediários a esses segmentos, ocorrem outros nos quais aos fechamentos e aberturas orais se sobrepõe ruído fricativo, em maior ou menor grau. A tais segmentos convencionamos denominar "vibrantes fricativizadas", corroborando a afirmação do caráter dinâmico da fala, e se questionando a viabilidade de se continuar tratando processos como a "variação alofônica" via modelos fonológicos, categóricos. No limite, chega-se mesmo à discussão sobre a interface entre fonética e fonologia.

ANÁLISE ESPECTROGRÁFICA DAS VOGAIS ORAIS DO PORTUGUÊS/ALEMÃO: UMA PERSPECTIVA CONTRASTIVA

Maria A. de Souza Oliveira, Lilianna M. Alves de Souza &
Lígia M. Campos Imaguire - USP
FT2621C242

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise espectrográfica contrastiva das vogais orais da língua portuguesa do Brasil e da alemã, com o intuito de apresentar dados para o aprendizado de língua alemã para falante do português do Brasil. Para tanto, utilizamo-nos do programa COOL Edit versão 1.5 for Windows, em computador Pentium 100 MHz.

Esta análise visa encontrar elementos contrastivos procurando focar pontos de encontro espectrográficos dessas línguas, no que diz respeito às vogais orais, em posição inicial.

A escolha de tais vogais nesta determinada posição se justifica em função de serem elas sempre sonoras (i.e. com vibração de cordas vocais) e serem classificadas segundo dois parâmetros bem definidos: grau de abertura da mandíbula e a posição horizontal da língua: anterior/posterior.

O corpus inicialmente será constituído da produção de um falante nativo do Brasil, tendo como língua materna o alemão (falada em casa com a família) e o aprendizado de língua portuguesa do Brasil, permitindo, portanto, o exame de interferência entre essas línguas.

PREFIXOS: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO

Catarina Vaz Rodrigues - UEM
MO278C242

O trabalho que será apresentado fundamenta-se no pressuposto de que a formação de palavras inclui componentes de morfologia, fonologia, sintaxe, semântica, lexicologia e pragmática, e que ela só pode ser apreendida em sua totalidade se todos esses componentes forem considerados. As regras que dão origem aos vocábulos construídos estruturam-se a partir de três módulos: o de base, que define as estruturas morfológicas que fazem parte das regras; o gerativo, cujas regras compreendem operações morfológicas e semântico-categoriais; o convencional, que tem por função explicitar as sub-regularidades ou irregularidades dos vocábulos construídos. Com base nesses pressupostos procurou-se demonstrar que os prefixos podem ser sistematizados em regras. Para tanto, foi analisada, especificamente, a regra prefixal de localização, a qual se caracteriza por apresentar variantes espaciais, temporais e hierárquicas.

FORMAÇÃO DE VERBOS EM PORTUGUÊS

Graça Maria Rio-Torto - FLUC
MO2782C242

Esta comunicação insere-se num projecto de pesquisa, por mim coordenado, que envolve docentes universitários de Portugal e do Brasil, sobre processos de formação de verbos em português.

Neste texto analisarei apenas a estrutura morfológica dos verbos cuja construção assenta numa relação heterocategorial, denominal ou deadjectival.

Um primeiro momento é dedicado à identificação e descrição dos esquemas configuracionais dos produtos verbais do português:

- (i) Vd: constituinte prefixal, Xb, constituinte sufixal, VT, morfema de infinitivo ou, numa formulação alternativa circum-, Xb, -fixo, VT, morfema de Infinitivo
- (ii) Vd: Xb, constituinte sufixal, VT, morfema de Infinitivo

(iii) Vd: constituinte prefixal, Xb, VT, morfema de infinitivo

(iv) Vd: Xb, VT, morfema de Infinitivo

Um segundo momento é consagrado à equacionamento de quais os processos genolexicais envolvidos: circunfixação, sufixação e/ou prefixação, conversão.

A FORMAÇÃO DO PLURAL EM PORTUGUÊS: UM ESTUDO CRÍTICO

Paulo Mosânio Teixeira Duarte - UFC

MO2784C242

Uma das propostas para explicar a formação do plural em português é a de Camara Jr. (1981, 1982), seguida por outros autores, como Macambira (1978) e Monteiro (1991). A referida proposta se ancora no postulado da vogal temática -e, (símbolo gráfico do /-í/) para nomes como *mês*, *açúcar*, *canal*, o que contribui para a simplificação do plural, já que ele se faria apenas através de -s. Se, de um lado, a proposta de Camara Jr. simplifica a regra de formação do plural, por outro, apresenta senões, que elencamos: a) a vogal temática nominal não tem sustentação em português, do que se segue, como corolário, b) a vogal temática teórica não convence como artifício. Melhor é, portanto, admitir alomorfa no plural.

UMA AMOSTRA DA COMPOSIÇÃO LEXICAL EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nukácia Meyre Araújo de Almeida - UECE

MO279C242

O estudo dos processos de formação de palavras gera muita controvérsia. O estudo da composição, em especial, ainda apresenta lacunas teóricas dentro da literatura lingüística. Neste trabalho, temos como objetivo discutir o conceito de vocábulo composto, assim como propor uma nova delimitação para esse tipo de item complexo. Baseados em um conceito distribucional de raiz, procedemos a uma delimitação e análise de itens compostos em língua portuguesa. De acordo com nossa proposta, esses itens apresentam-se divididos em três categorias: itens com todos os elementos categorizáveis, itens com apenas um elemento categorizável e itens que não contêm elementos categorizáveis. A amostra utilizada na pesquisa é formada por mais de 500 vocábulos e foi colhida do *subcorpus literatura jornalística* que faz parte do *corpus* levantado no Projeto Lexicográfico sobre Língua Portuguesa, desenvolvido pela UNESP, *campus* de Araraquara.

O PRINCÍPIO DA ANALOGIA NA CONSTITUIÇÃO DO LÉXICO

Elaine Pontes Miranda - UFJF

MO2792C242

Neste trabalho, examina-se, segundo Margarida Basílio (1987), o Princípio da Analogia (PA), como alternativa para as Regras de Formação de Palavras (RFPs) na descrição de fenômenos lexicais. Podendo produzir palavras de efeito retórico ou poético, o PA parece estar na base das formações de reestruturação morfológica que podem, além daquela função, criar novos elementos morfológicos, rompendo a linearidade das expressões definidas pelas RFPs.

O necessário para a construção de uma forma, verificada pelo PA, ou é o conhecimento prévio do indivíduo de duas palavras que tenham uma parte em comum, de forma que se possa subtrair uma parte e acrescentar outra, inferindo a significação/função desta outra parte; ou o conhecimento de uma palavra única, cuja parte ocorre com idêntico significado em muitas outras. Neste caso, uma base presa pode ser identificada se uma parte da palavra puder ser interpretada morfossintaticamente como afixo.

O fato de se considerarem certas construções como viáveis pelo simples fato de já existirem outras, consagradas pelo uso, parece não resolver o problema. A solução

talvez apontada pode advir da seguinte pergunta: por que formamos palavras?

Uma palavra nova pode ser formada a partir de uma palavra já existente num contexto que requer uma classe gramatical diferente, isto é, os afixos são usados com a principal finalidade de formar uma palavra de uma classe a partir de outra classe, sem que a palavra que se forma deixe de manter uma relação semântica fixa com a palavra-base. Mas a principal razão por que surgem palavras novas deve-se ao fato de a língua sempre procurar atingir o máximo de eficiência.

Um exemplo interessante surgiu como criação espontânea, em referência à localização temporal: uma criança de oito anos, admirada por não poder viajar para a casa dos tios, em Campo Grande, sua cidade natal, por sua tia estar nos últimos meses de gravidez, perguntou:

“Mas ela tinha que ter neném no mês trivem?”

A produção TRIVEM não pode ser explicada por regras. O falante usou intuitivamente a sua noção de tempo e de prefixos indicadores de números e, a partir daí, formou TRIVEM.

Neste caso, a importância do mecanismo da analogia é maior, na medida em que a formação foi feita a partir do reconhecimento de elementos que não fazem parte de regras. São formações esporádicas, cujo entendimento, aceitabilidade e permanência são partes importantes das estruturas lexicais; e formações que, como no caso, podem criar elementos morfológicos.

Portanto, a adoção do PA em detrimento das RFPs possibilita o estabelecimento de um princípio que, na descrição do léxico de línguas particulares, dá conta não só de formas “bem comportadas” como das que forma motivadas, e não descritas por regras.

TERMO/CONCEITO VERSUS PALAVRA/SIGNIFICADO: TRAÇANDO ALGUNS PARALELOS

Gládis Maria de Barcellos Almeida - UFSCar/UNESP-Araraquara

MO2794C242

Invariavelmente, os manuais de Terminologia postulam as designações termo e conceito para aquilo que, em língua geral, nomeamos como palavra e significado. Mas alguns questionamentos surgem à medida que olhamos a Terminologia e seu objeto de estudo com as lentes da lingüística — procedimento, aliás, natural, uma vez que os chamados termos são elementos lingüísticos e, para se efetuar a sua descrição, utilizamos pressupostos teóricos da lingüística.

Tendo em vista, pois, a perspectiva da Terminologia Comunicativa e alguns pressupostos teóricos da lingüística, esta comunicação pretende traçar paralelos entre essas dicotomias de forma a reavaliar se estes termos realmente dão conta de uma nova realidade que se vem configurando como objeto de estudo da Terminologia Comunicativa.

TERMINODIDÁTICA E O ENSINO DO VOCABULÁRIO

Antônio Luciano Pontes - UECF
MO271C242

A Terminodidática (neônimo proposto por LINO, M.T.R.F., numa comunicação apresentada no encontro da Associação Portuguesa de Linguística, 1991) tem por objetivo o ensino da Terminodidática em língua materna ou em língua estrangeira, em vários níveis (do sistema escolar, por exemplo) e para diferentes tipos de público (em sistemas não escolares).

O objetivo do meu trabalho é analisar, no nível lexical, textos técnico-científicos, considerando as contribuições da terminodidática com vistas ao ensino do vocabulário.

Os textos que serviram de base para a análise são os dos domínios das ciências agrárias veiculados em manuais e revistas especializadas, publicados em língua portuguesa - variante brasileira.

Os termos que aí ocorrem são formados a partir dos mais diversos processos de formação, os quais são motivados por aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmáticos. Com base na análise, apresentamos sugestões de ensino do vocabulário, a partir de textos especializados e de conceitos.

TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DE NOMES DERIVADOS

Beatriz N. O. de Longo - UNESP
LX2714C242

Este trabalho integra um projeto maior, que estuda a metalinguagem lexicográfica, com o intuito de subsidiar a elaboração de dicionários bilíngües. Com o objetivo de investigar os critérios utilizados por lexicógrafos para inserção de nomes derivados em *-ista/ist*, como *marxista/marxist*, nos dicionários, e de elaborar uma proposta para o tratamento de tais nomes e de seus derivantes (*marxismo/marxism*), foram analisados três dicionários escolares do português (Aurélio e Melhoramentos) e dois do inglês (Longman e Oxford). Selecionamos inicialmente um conjunto de 20 nomes derivados. A partir da gramática de valências e da lexicografia, especialmente no que concerne à distinção entre dicionários e enciclopédias, estabelecemos um conjunto de traços definitórios que deveriam fazer parte dos verbetes referentes a tais nomes. Em seguida, cotejamos tal conjunto com as definições selecionadas nos cinco dicionários, a fim de verificar a sua adequação. Do ponto de vista da valência semântica, concluiu-se que os dicionários do inglês utilizam o critério de subentradas para os nomes derivados que não apresentam expansão ou especialização de sentidos. Dessa maneira, as informações previsíveis são eliminadas do dicionário. Entretanto, a aplicação desse critério levou a incoerências e lacunas nos verbetes por nós consultados. Assim, a opção dos lexicógrafos do português por entradas independentes mas relacionadas, embora aparentemente menos econômica, revelou-se mais adequada. Quanto às definições, a pesquisa mostrou que os verbetes de nomes derivados em *-ista/ist* podem apresentar informações puramente lingüísticas, mas os de seus derivantes devem necessariamente conter algum tipo de informação cultural. Quanto à classificação de tais nomes em substantivos ou adjetivos, a pesquisa mostrou que, embora sejam primariamente substantivos classificadores, podem expandir-se semanticamente, adquirindo propriedades de qualificadores e até mesmo convertendo-se em adjetivos. Concluímos que os nomes derivados em *-ista/ist* devem receber entradas separadas das de seus derivantes, com subentradas para as classes substantivo/adjetivo e a distinção entre dicionário e enciclopédia, no caso dos verbetes relativos aos nomes analisados, deve ser estabelecida em termos quantitativos e não qualitativos.

DEFINIÇÃO DE VERBOS NUM DICIONÁRIO DE USOS

Sebastião Expedito Ignácio - UNESP
LX27142C242

A presente comunicação visa ao relato de um projeto em desenvolvimento por uma equipe de pesquisadores do Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências de Araraquara, da UNESP, com vistas à confecção de um dicionário de usos do português escrito contemporâneo do Brasil. Selecionou-se para o relato a indicação dos critérios utilizados para a definição de VERBOS.

A definição de VERBO no dicionário de usos inicia-se com a indicação da classe gramatical (V) e termina com o exemplo ilustrativo. Nesse percurso, os tipos de definições variam de acordo com as subcategorizações e segundo o nível de análise em que se situam. Dessa forma, podem-se enumerar os seguintes passos:

1. A primeira definição começa pela indicação da classe ou categoria, segundo a tradição gramatical. Nessa etapa, o dicionarista se vale de uma definição cujos critérios coube à gramática determinar. Vale-se do critério funcional, segundo o qual é o verbo, por excelência, a classe capaz de funcionar como predicado oracional. Ao registrar, por exemplo, uma mesma raiz lexical como sendo capaz de funcionar como VERBO ou como NOME, recorre, em primeiro lugar, ao critério semântico da **significação externa** e, por meio da exemplificação, a critérios distribucionais, morfosintáticos e discursivos. Por exemplo o item *jantar*, será VERBO ou NOME, segundo participe das estruturas oracionais: (i) *Vamos jantar às 22 horas* ou (ii) *O jantar será servido às 22 horas / Gosto de jantares à luz de vela.*

2. Em seguida, ao se enquadrar o verbo numa das categorias de *ação, processo, ação-processo ou estado*, e ao se descrever uma estrutura matricial em que se prevêm as possibilidades sintático-semânticas dessa estrutura, ou seja, os tipos de relações sintáticas e os traços semânticos dos complementos, está-se recorrendo a uma definição valencial, pela qual se toma o verbo como PREDICADOR e se descreve a natureza sintático-semântica dos seus ARGUMENTOS.

3. Na indicação do valor semântico-funcional do verbo (*ação, processo, etc.*), leva-se em conta a dimensão pragmática, daí a possibilidade de uma mesma raiz verbal ser classificada como verbo dinâmico ou estativo, de acordo com a realização da frase numa dada situação de fala. No primeiro caso, compondo orações *ativas, processivas e ativo-processivas*; no segundo, compondo orações *estativas*.

4. Precedendo a exemplificação, define-se o verbo pelo seu valor semântico externo, de acordo com a variedade de acepções em que possa ser empregado.

5. Em se tratando de um dicionário de usos, a definição se completa de maneira discursiva, isto é, através da exemplificação.

Em síntese, a definição de verbo aqui se realiza em três níveis: lexico-funcional, semântico e sintático, levando-se em conta a dimensão pragmática. Enfatiza-se a descrição valencial, que leva em conta, principalmente, os valores semânticos e as relações sintáticas dos argumentos, bem como o número desses argumentos. De qualquer modo, faz-se sempre uma definição segundo a FUNÇÃO TEXTUAL do verbo.

A descrição se fundamenta na teoria da predicação verbal, na gramática de valências e nas mais recentes teorias da lexicologia e da lexicografia.

NOMES CONCRETOS: ANÁLISE DE DEFINIÇÕES EM DICIONÁRIOS

Camila Höfling - UNESP
LX27144C242

Com o intuito de realizar um estudo crítico sobre a metalinguagem lexicográfica, foram analisados dicionários de grande circulação - da língua portuguesa (Aurélio e Melhoramentos), da língua inglesa (Longman e Hornby) e bilíngües (Michaelis) -, a fim de verificar os critérios definitórios utilizados pelos lexicógrafos nos verbetes referentes a nomes concretos e apresentar uma proposta de elaboração de definições para tais nomes. Os critérios foram comparados entre si e com outros sugeridos em textos teóricos de lexicografia. O estudo revelou que os dicionários do português analisados privilegiam definições enciclopédicas, com a inclusão de termos técnicos e até mesmo, em determinados campos lexicais, da classificação em gênero e espécie. Apresentam definições por equivalência, com recurso freqüente à sinonímia e, raramente, recorrem ainda à contextualização. Os dicionários de inglês normalmente fazem uma descrição física, utilizando vocabulário básico de definição, previamente selecionado, e algumas vezes a informação se reduz ao mínimo necessário para a inserção do item em um campo. Não apresentam sinônimos e não recorrem a abonações na contextualização dos itens. Concluiu-se que o consulente dos dicionários do português teria dificuldades para apreender o significado dos itens, pois a descrição excessivamente técnica levaria necessariamente à consulta de outros verbetes. No final, provavelmente permanecerá apenas a idéia da classe semântica do item. Como guias de uso, os dicionários de inglês analisados revelaram-se mais adequados, pois a informação de natureza técnica, muitas vezes, de nada aproveita ao leitor. Entretanto, considerando que a simples inserção numa classe genérica não é suficiente, optou-se por uma solução intermediária: propõe-se que, além da classe semântica, seja fornecida uma descrição do item que não inclua vocabulário excessivamente técnico (isto é, apoiada em vocabulário de definição), complementada por definição sinônímica e por contextualização.

CAMPOS LEXICAIS: UM ESTUDO DE CASO

Emilia Maria Peixoto Farias - UFC/ UFPE
LX2715C242

O interesse no estudo do vocabulário de especialidade tem crescido substancialmente nos últimos tempos devido, principalmente, aos avanços tecnológicos deste final de século. Com isso, a ciência aplicada ou não deve estar sempre atualizando a sua metalinguagem. De acordo com Wartburg (1975: 102), no vocabulário de uma língua, existem grupos de lexemas menores compreendidos e utilizados apenas por indivíduos de determinadas comunidades lingüísticas. O nosso trabalho é, pois, uma tentativa de análise do léxico das gemas em português e inglês com o objetivo de tornar mais preciso o conteúdo cognitivo e representativo dos lexemas do referido campo. Nosso estudo fundamenta-se, principalmente, nos trabalhos de Alves (1998), Vilela (1994), Barbosa (1996), Pais (1996) e Biderman (1986).

PROCEDIMENTOS E PROPOSTAS DOS ESTUDOS DE BASE LEXICAL

Maria Emília Barcellos da Silva - UFRJ
LX27152C242

Os estudos de base lexical especificadamente a lexicologia, a lexicografia e a terminologia têm-se desenvolvido significativamente nas últimas décadas e, por consequência, impõem reflexões sobre os percursos, os procedimentos e propostas que distinguem e precisam os limites dos seus campos de interesse.

Enquanto a lexicologia procura dar conta do sistema léxico da língua geral que a lexicografia se empenha em descrever, a terminologia se ocupa dos termos, das palavras específicas das línguas de especialidades. A proximidade dos estudos lexicográficos e terminológicos encontra no método de trabalho o fator de preservação de tais fazeres: a semasiologia preside os de natureza lexicográfica, e a onomasiologia, os terminológicos.

Cogita-se neste trabalho da cronologia em que tais estudos se apresenta(ram) à especulação dos usuários e estudiosos da palavra, reiterando que a produção lexicográfica de maior representatividade em português data dos albores do século XVIII, com a publicação do *Vocabulário Português-Latino* do Padre teatino Raphael Bluteau.

Enfatiza-se, ademais, a importância que a terminologia vem assumindo no cenário nacional, transcendendo mesmo os muros acadêmicos, em virtude da normatização que ela propõe aos discursos técnico-científicos que circunstanciam essa nova maneira de estar-no-mundo, hoje amplamente dominado por novas e ritualizadas formas de convivência; nesse aspecto, cumpre ressaltar o papel conciliador via adequação de códigos que o exercício terminológico tem cumprido quando se trata de levantar e descrever o acervo designativo de realidades postas em contato, não raro após séculos de litígios, rejeições e ressentimentos, dirimindo questões antes havidas como insolúveis.

AFRICANISMOS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Margarida Maria Taddoni Petter - USP

LX27154C242

Partindo da definição que o Novo Dicionário Aurélio apresenta para o termo *africanismo* - "palavra ou expressão oriunda de alguma das línguas africanas" - este trabalho propõe-se discutir a definição que esse dicionário oferece para os itens lexicais considerados como sendo de origem africana. Com esse objetivo serão analisados, inicialmente, os verbetes considerados como africanismos pelo Novo Dicionário Aurélio (1986) e, a seguir, será feito o cotejo dos dados obtidos dessa investigação com o dicionário especializado *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese* (1991) de John T. Schneider.

A análise dos africanismos levará em conta, além do estudo das definições e etimologias propostas pelos estudiosos, a questão do uso desse léxico nas diferentes situações de comunicação. Essa observação distinguirá o emprego de termos técnicos, especializados, restritos à utilização nos cultos afro-brasileiros, por exemplo, do emprego de termos incorporados à língua comum. Para essa etapa do estudo, será consultado o banco de dados do DUP, *Dicionário de Usos do Português*, (trabalho em fase de elaboração, sob a coordenação do Prof. Dr. Francisco da Silva Borba) que contém um *corpus* de língua escrita no Brasil, de tipologia diversificada, produzido a partir de 1950.

ESCOLHENDO PALAVRAS

Maria Lúcia Souza Castro
Universidade do Estado da Bahia – Campus V
LX2716C242

Quando a comunicação se estabelece entre falantes de dialetos diferentes, a tendência natural é que os participantes do processo comunicativo, conscientes das diferenças dialetais que existem entre eles, selecionem formas lingüísticas que facilitem a compreensão das mensagens veiculadas. Analisando-se dados coletados a informantes de localidades rurais da Bahia, na sua maioria analfabetos ou tendo cursado, no máximo, a 4ª série do curso primário, observa-se que estes procedem a uma seleção lexical para melhor se fazer entender por seus inquiridores, que utilizam a norma urbana culta. No momento da entrevista, os informantes substituem itens lexicais de seu vocabulário ativo por outros que parecem não ser utilizados comumente – mas fazem parte do dialeto de seus inquiridores – ou, conhecendo lexias diferentes para nomear um mesmo objeto ou noção, selecionam aquela que representa uma forma de *langue*, objetivando a clareza de suas informações. A substituição de uma base lexical por outra decorre também do conhecimento que os informantes possuem sobre o processo de variação e mudança semânticas a que estão sujeitas as línguas. Percebe-se, além disso, que a seleção lexical é também consequência da percepção que possuem sobre o fenômeno da sinonímia e da polissemia. Os informantes identificam fatores que condicionam essas diferenças e destacam idade e escolaridade como seus principais responsáveis. Observa-se que as teorias lingüísticas relacionadas a questões de variação e mudança semânticas apresentam-se no discurso de informantes analfabetos ou pouco escolarizados, confirmando as discussões sobre esse aspecto dos estudos lingüísticos.

OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO – UMA ABORDAGEM MINIMALISTA

Gessilene Silveira – UFSC
MN268C229

Tendo em vista o Programa Minimalista de Chomsky (1993), o trabalho visa apresentar algumas considerações a respeito do comportamento sintático dos clícticos no português brasileiro. Esta língua se destaca entre as línguas românicas por apresentar aos clícticos uma sintaxe bastante particular. Uma das peculiaridades que chama a atenção é o fato de a língua apresentar um sistema de clícticos bastante fragmentado. Nesta língua, há formas alternativas de expressar os objetos, formas essas que concorrem com os clícticos, como podemos ver nos exemplos abaixo:

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| (1) a. Maria <i>me</i> viu na rua. | (2) a. Maria <i>te</i> viu na rua. |
| b. Maria viu <i>eu</i> na rua. | b. Maria viu <i>você</i> na rua. |
| (3) a. Maria <i>o</i> viu na rua. | (4) a. Maria <i>nos</i> viu na rua. |
| b. Maria viu <i>ele</i> na rua. | b. Maria viu <i>a gente</i> na rua. |
| c. Maria viu ϕ na rua. | |

Estes dados evidenciam que o clíctico concorre com o pronome tônico (1b), (2b), (3b) e com o sintagma *a gente* (4b) que tem propriedades distribucionais idênticas a de um verdadeiro pronominal. Além dessas possibilidades, o clíctico também concorre com a categoria vazia (3c), o chamado fenômeno do objeto nulo.

Ao dar preferência a estas formas, o português brasileiro possivelmente adota um dos princípios básicos de economia: a minimização do número de movimentos visíveis na derivação.

AINDA OS CLÍTICOS: ARGUMENTOS E ADJUNTOS

Mirta Groppi – USP
MN2682C229

Para uma teoria que sustenta a possibilidade de interpretação dos elementos em lugares diferentes daqueles que esses elementos ocupam na superfície, os pronomes clícticos oferecem um ponto de interesse especial. A Teoria Gerativa tem se ocupado com frequência do estudo dos clícticos em diversas línguas. Dentro de PP, a duplicação de clícticos tem recebido bastante atenção e, uma vez que apresenta um desafio para o Filtro de Caso e o Critério Theta.

Por “duplicação de clícticos” entendemos a presença de um pronome clíctico e um sintagma nominal coreferentes, na mesma sentença.

O trabalho que será aqui desenvolvido expõe dados do espanhol falado no Uruguai para apresentar as possibilidades de duplicação de clícticos nesse dialeto e propor uma análise para essas sentenças.

Os elementos que conformam a duplicação -clícticos e sintagmas- vão ser relacionados a elementos argumentais e adjuntos. O trabalho tenta colocar uma análise das sentenças com clícticos dentro da Proposta Minimalista e propor uma distinção entre a ocorrência de duplicações obrigatórias e duplicações dirigidas por fenômenos discursivos.

PREPOSIÇÃO PARA INTRODUTORA DE ORAÇÕES INFINITIVAS

Heloisa Maria Moreira Lima Salles-UnB
MN2684C229

Neste trabalho, pretendo examinar a ocorrência no português do Brasil (PB), mas não no português europeu (PE), de construções como em (1a), que podem ser relacionadas a construções com o infinitivo flexionado, como em (1b), encontradas no PE e na variedade padrão de PB:

- | | |
|--------|--|
| (1) a. | Maria comprou um livro para <i>mim</i> /ti ler |
| b. | Maria comprou um livro para <i>eu/te</i> ler/leres |

O contraste em (1) suscita as seguintes perguntas: (i) por que (1a) é encontrada no PB, mas não no PE (nem nas demais línguas românicas)?; (ii) dado que (1b) é encontrada na variedade padrão do PB (e no PE), existe correlação entre a emergência de (1a) e a ocorrência de (1b)?; (iii) existe correlação entre (1a) do PB e (2) do inglês?

- (2) Mary bought a book for me/you to read

Adotando a teoria dos Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky (1995)), vou assumir a hipótese de que a emergência de (1a) no PB é independente de (1b): nesse sentido, rejeito a idéia de condicionar a emergência de (1a) diretamente à perda da flexão do infinitivo, como parte do fenômeno mais amplo de empobrecimento do paradigma verbal no PB. Com essa abordagem, exclui-se a possibilidade relacionar (1a) do PB a (2) do inglês.

Assumindo com Pereira & Roncaratti (1993) que a preposição *para* em (1a) é reanalisada na posição de núcleo do sintagma complementador SC (cf. ainda Silva (1996)), proponho que a reanálise se dá a partir de construções como em (3), envolvendo fenômeno encontrado no PB, mas não no PE, a saber, a (tendência à) perda do clíctico dativo, associada ao uso de *para* como introdutor do complemento dativo:

- (3) Disse/Falou para mim para (mim) sair

No PE, a reanálise é impossível: tem-se uma construção de controle, o complemento dativo ocorrendo como um clíctico (ou introduzido pela preposição *a*), como em (4):

- (4) Disse-me (/a mim) para sair

Reanalisada na posição relevante no PB, a preposição *para* recebe o traço [+irrealis],

tornando-se marcador morfológico dessa modalidade.

Curiosamente, tais fatos podem ser relacionados a outro fenômeno que distingue o PB do PE, a saber, a perda da distinção morfológica entre subjuntivo e indicativo, o que permite estabelecer paralelo com o inglês, em que o surgimento de (2) coincide com um conjunto de mudanças, entre elas a perda da distinção entre o indicativo e o subjuntivo na morfologia verbal e a perda dos pronomes clíticos (esta última associada à perda da morfologia de caso, do que decorre o uso de *for* introdutor do argumento benefactivo).

APLICAÇÃO DO PROGRAMA MINIMALISTA: CHECAGEM DE TRAÇOS EM KAINGÁNG

Silvia Helena Lovato do Nascimento-UFSC
MN269C229

O objetivo deste trabalho é mostrar como se dá a checagem de traços de Caso em uma língua indígena falada no sul do Brasil, o Kaingáng, de acordo com a primeira versão do Programa Minimalista (Chomsky, 1993).

De acordo com essa versão da Teoria, a atribuição de Caso por regência está descartada, pois o licenciamento de um elemento por outro se dá através de apenas um tipo de processo: a checagem de traços. Essa checagem só é possível em uma relação de concordância - relação entre um núcleo e seu especificador.

Resultados preliminares mostram que: (i) em sintaxe visível, o movimento do verbo deve terminar no núcleo Agro, derivando a ordem SOV; (ii) no caso de um verbo monoargumental, em se tratando de uma língua de ergatividade cindida, o DP que é argumento único checa seus traços em Spec-AgroP e em Spec-AgrsP, independentemente de ter sido gerado interna ou externamente a V'.

QUESTÃO DA ORDEM NO PROGRAMA MINIMALISTA

Simone Leitão Waichel-UFSC
MN269C229

No quadro teórico de princípios e parâmetros (Chomsky, 1986) a ordem dos constituintes era considerada paramétrica, ou seja, o verbo poderia preceder ou seguir o complemento dentro do sintagma verbal. Desta forma, as línguas poderiam ser núcleo-inicial, como o inglês, ou núcleo-final, como o japonês.

No programa minimalista a ordem subjacente de todas as línguas naturais é SVO, como em inglês, e qualquer outra ordem linear é considerada resultado de movimento. Fukui (1993), no entanto, segue aceitando o parâmetro do núcleo. Para ele, o movimento responsável pela ordenação do parâmetro do núcleo é livre.

JULGAMENTO DE GRAMATICALIDADE EM JULGAMENTO: A PROPOSTA MINIMALISTA E A EVIDÊNCIA DOS ESTUDOS DE AFASIA

Ricardo Joseh Lima - UFRJ
MN2694C229

O conceito de gramaticalidade foi inserido na Lingüística para avaliar possíveis teorias sobre a Gramática (Chomsky, 1957): estas deveriam prever que a Gramática gere apenas sentenças gramaticais e explicar a estrutura dessas sentenças. Para que se estabelecesse quais sentenças seriam gramaticais em determinada língua, ou em outras palavras, para que se determinasse as estruturas pertencentes à Competência do falante-ouvinte nativo (Chomsky, 1965), foi proposto o método empírico do julgamento de sentenças. Esse método e os resultados que ele obtivesse foram considerados condição *sine qua non* para a construção de qualquer teoria lingüística (Chomsky, 1986). Durante

todo esse período da Teoria Gerativa (1957-1986), o julgamento de gramaticalidade foi alvo de críticas que apontavam como prováveis pontos fracos o apelo à intuição e a artificialidade dos dados. Porém, até recentemente, essas objeções puderam ser afastadas com adequada consistência e a manutenção do julgamento de gramaticalidade como base empírica para uma teoria lingüística foi possível (cf. Schütze, 1996). Não apenas através de indivíduos normais, o julgamento de gramaticalidade também foi amplamente usado por estudos de afasia para testar conhecimentos sintáticos de pacientes (Linebarger et al. 1983; Grodzinsky & Finkel, 1998). Com o advento do Programa Minimalista (Chomsky, 1995), os problemas com o julgamento de gramaticalidade foram mais uma vez ressaltados e seu *status* como evidência lingüística foi posto de lado, dando lugar a noções relacionadas com condições de legibilidade e de arquitetura interna da linguagem. A discussão que se pretende realizar nesta Comunicação leva em conta uma dupla tensão que parece resultar da recente proposta do Programa Minimalista: por um lado, o conceito de gramaticalidade não pode ser abandonado, ou teria como consequência a impossibilidade de evidência para as hipóteses minimalistas, muitas vezes pautadas em sentenças agramaticais; por outro lado, o julgamento de gramaticalidade pode desempenhar um papel importante nos estudos de afasias, visto que pode servir para a validação de teorias lingüísticas, conforme o exposto em Lima (a sair).

VESTÍGIOS FONETICAMENTE REALIZADOS

Jairo Nunes - UNICAMP
MN261C229

Qualquer versão da teoria de movimento por cópia (veja-se por exemplo Chomsky 1993) tem de explicar por que uma estrutura como (1) abaixo, por exemplo, não pode ser foneticamente realizada como em (2). Nunes (1995) propõe que a inaceitabilidade de (2) se deve ao fato de a estrutura em (1) não poder ser linearizada de acordo com o Axioma de Correspondência Linear (LCA) de Kayne (1994). Assumindo-se que as duas cópias em (1) são não-distintas, elas induzem violações das condições de assimetria e irreflexividade sobre ordens lineares: uma vez que a cópia mais alta de *João* em (1) c-comanda assimetricamente *foi*, por exemplo, deveríamos obter a ordem <João, foi>; seguindo o mesmo raciocínio deveríamos também esperar a ordem <foi, João>, já que *foi* c-comanda assimetricamente a cópia mais baixa de *João*. Esses requirements contraditórios impedem que a estrutura em (1) seja linearizada como está, cancelando a derivação. Nunes (1995) também argumenta que a escolha da cópia a ser apagada no componente fonológico é determinada por considerações de optimalidade em relação à composição de traços formais de cada cópia.

(1) [João [foi [beijado João]]]

(2) *João foi beijado João.

Nesta comunicação examino construções envolvendo múltiplas cópias de sintagmas-QU e reduplicação de clíticos, como exemplificado em (3) (cf. McDaniel 1986) e (4), e mostro que, apesar de à primeira vista parecerem contra-exemplos para a proposta de Nunes (1995), na verdade constituem evidência adicional para a idéia de que o apagamento de elos de cadeias está ligado a questões de linearização.

(3) romani: *Kas misline kas o Demiri dikhla?* (lit.: quem você-acha quem Demir viu)

(4) espanhol argentino: *Vámonos a divorciarnos.*

Assumindo a visão de Chomsky (1995), de acordo com quem o LCA não se aplica no interior de palavras, proponho que o vestígio de 'quem' in (3) está adjungido a Comp e que a Morfologia reanalisa a estrutura de adjunção como uma palavra, tornando o vestígio invisível para o LCA; da mesma forma, argumento que a cópia mais alta do

clítico em (4) foi reanalisada e que a excepcional ênclise ao verbo finito é mero reflexo dessa reanálise.

Evidência independente para essa proposta é fornecida pelos seguintes fatos:

(i) um vestígio de um sintagma-QU em romani não pode ser foneticamente realizado, como ilustrado em (5) (cf. McDaniel 1986), e (ii) reduplicação de clíticos em espanhol argentino é possível se e somente se houver ênclise ao verbo auxiliar, como exemplificado em (6).

(5) romani: *Save chave misline save chave o Demiri dikla?
(lit.: que menino você-pensa que menino Demir viu)

(6) espanhol argentino: a. *Vámonos a divorciar.
b. *Nos vamos a divorciarnos.

O trabalho conclui com uma discussão sobre a relevância de dados como (3)-

(6) para o cômputo de economia derivacional.

EXPLORANDO A VISÃO DE QUE PAPÉIS TEMÁTICOS SÃO TRAÇOS FORMAIS

Marcelo Barra Ferreira – UNICAMP
MN2612C229

Na versão do Programa Minimalista apresentada em Chomsky (1995, cap.4), existe uma distribuição complementar entre atribuição de papéis temáticos e checagem de traços formais. Neste sistema ficam vetados tanto o movimento de um argumento para uma posição temática quanto a inserção de um argumento em uma posição não-temática, o qual receberia seu papel temático no decorrer da derivação.

Neste trabalho, buscarei lidar com a anulação desta distribuição complementar. Assumirei que papéis temáticos são traços formais e que sua caracterização e atribuição compartilham certas propriedades das relações de checagem. Em particular, adotarei a sugestão contida em Boscovic e Takahashi (1998) de que papéis temáticos podem ser fortes ou fracos. Isto, somado à definição de traço forte adotada em Chomsky (1995, cap.4), segundo a qual traços fortes induzem ciclicidade, conduz à seguinte conclusão: se os papéis temáticos atribuídos por um núcleo lexical são fortes, então os argumentos que irão recebê-los devem obrigatoriamente ser inseridos junto a este núcleo, sendo a derivação cancelada caso isto não ocorra. No caso de os papéis temáticos de um núcleo serem fracos, os argumentos deste núcleo podem ser inseridos em posições não-temáticas, para só mais tarde entrarem em relação de checagem com o núcleo e receber assim seu papel temático.

Baseado nisto, mostrarei como as línguas podem apresentar certas propriedades intimamente relacionadas com a força de cada um de seus traços temáticos. Discutirei dados envolvendo a) *Scrambling* em Japonês, associando este fenômeno à escolha de traços fracos para V nesta língua; b) interação de quantificadores em chinês, a partir da atribuição de um traço fraco para v, o que permite a inserção direta do sujeito de uma frase ativa em Spec de TP. Também serão analisadas as contrapartes destes dados em inglês e em francês, a partir da consideração de que todos os traços temáticos são fortes nestas línguas.

ALGUNS ASPECTOS DA SINTAXE DAS SENTENÇAS EXISTENCIAIS

Evani de C. Viotti – USP
SJ2614C229

Neste trabalho, eu considero sentenças existenciais aquelas sentenças que, em português do Brasil, são construídas com os verbos TER e HAVER em sua forma impessoal, como em (01):

(01) a) Tinha várias pessoas conhecidas no concerto de 6^a feira.

b) Havia móveis muito antigos nas fazendas daquela região.

Essas sentenças apresentam várias peculiaridades sintáticas, entre elas, a questão do Caso abstrato que o NP/DP que segue o verbo apresenta. Em inglês, as sentenças existenciais são construídas com o verbo BE (*ser/estar*), que tem sido considerado um verbo que não carrega traços de Caso de modo a poder estabelecer uma relação de checagem com seu complemento. A hipótese que tem sido mais aceita como solução a essa questão é a defendida por Chomsky (1986, 1995). De acordo com essa hipótese, o NP/DP complemento *se move* para a posição de Spec de T em Forma Lógica, onde se associa ao expletivo *there*, podendo lá checar os traços de Caso nominativo da categoria funcional T.

Essas considerações sobre o verbo BE (*ser*) e a solução que é proposta para a questão do Caso das sentenças existenciais do inglês dependem de uma generalização como a de Burzio (Burzio, 1986), segundo a qual um verbo que não atribui um papel temático ao seu sujeito não pode atribuir Caso acusativo a seu complemento. Essa generalização abrange verbos ergativos, verbos de *raising* e verbos na voz passiva.

Tendo em vista que os verbos TER e HAVER nas sentenças existenciais não atribuem papel temático a um sujeito, as questões que se colocam são:

- (i) se a generalização de Burzio é válida e se aplica ao português;
- (ii) se a mesma hipótese que tem sido aceita para o inglês funciona também para o português.

Primeiramente, eu vou elencar fatos de diversas línguas mostrando que a Generalização de Burzio não se sustenta. Em seguida, eu pretendo mostrar que o Caso do DP/NP que segue o verbo existencial é o Caso acusativo atribuído pelo próprio verbo, e que a solução proposta para o inglês não deve ser aplicada ao português.

O PRO E O CASO NULO

Sanir da Conceição – UFSC
SJ26142C229

Em Chomsky (1981) assumia-se que PRO não podia ter Caso, já que não podia ser regido. Contudo, Chomsky (1986) e Chomsky e Lasnik (1991) postulam que PRO tem Caso, um Caso nulo, atribuído por *to* ou *ing* em inglês. PRO precisa ter Caso para que em LF seja visível a marcação temática, segundo a Condição de Visibilidade:

- (1) Uma cadeia é visível para a marcação temática se ela contém uma posição de Caso - necessariamente seu núcleo, por Last Resort. (Chomsky e Lasnik, 1991:119)

Entretanto, alguns autores assumem que PRO recebe Caso estrutural assim como os DPs lexicais, isto é, Caso nominativo, acusativo, genitivo, etc. Algumas línguas mostram evidências claras de que PRO apresenta Caso; dentre elas, citamos o islandês, seguindo a análise de Sigurdsson (1991). O quantificador flutuante *allir* (todo), em islandês, apresenta uma flexão adjetiva forte (Caso, gênero e número). Todavia, o Caso que *allir* recebe é licenciado pelo Caso do DP. Logo, o Caso do quantificador flutuante é igual ao Caso do sujeito em orações finitas (generalização). Vejamos:

- (2) a. Stákarnir komust allir í skóla
the boys(N) got all(N.pl.m) to school
b. Strákana vantaði alla í skólan
the boys(A) lacked all(A.pl.m) in the school

Assim, o Caso nominativo e o acusativo do quantificador flutuante de (2a) e (2b), respectivamente, correspondem ao mesmo Caso do sujeito da oração. Quando temos os 'quirky subjects', como em (2b), o quantificador *allir* também exibe este mesmo Caso.

A generalização acima pode ser estendida a orações infinitivas. Vejamos:

- (3) a. Strákarnir vonast til [að PRO komast allir í skóla
the boys(N) hope for to (N) get all(N) to school
b. Strákarnir vonast til [að PRO vanta ekki alla í skólann]
the boys(N) hope for to (A) lack not all(A) to school

Em (3), temos um Caso do DP que possibilita o licenciamento de Caso (nominativo e acusativo) ao quantificador flutuante; porém, este não está na posição sujeito da oração finita, dado que em tal posição temos sempre o Caso nominativo. Assim, o Caso de *allir* é licenciado por outro Caso, que segundo Sigurdsson, é o Caso de PRO. Outros dados no islandês, como a presença da concordância sentencial, mostram também que PRO tem Caso.

Assim, somos levados a questionar se PRO recebe um tipo de Caso especial destinado somente a ele como quer Chomsky e Lasnik (1991) ou se ele recebe um Caso assim como os DPs. Diante destas hipóteses, pretendemos analisá-las e constatar qual delas é a mais adequada.

A CATEGORIA INFL (FLEXÃO) COMO LICENCIADORA DE ELEMENTOS NULOS NO PB: INVESTIGANDO DADOS DO SÉCULO XVI E DO SÉCULO XX

Sonia Maria Lazzarini Cyrino -UEL
SJ26144C229

Em recente pesquisa, proponho que as categorias funcionais são as responsáveis pelo licenciamento de elementos fonologicamente nulos. Este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento, com a meta de investigar a primeira dessas hipóteses, isto é, o que na categoria funcional, aqui genericamente denominada como INFL (FLEXÃO), estaria licenciando elementos nulos pós-verbais no PB. Mais especificamente, o objetivo é investigar a estrutura de INFL no português brasileiro, através da comparação de dados do século XVI e dados do século XX, para determinar como os elementos nessa categoria funcional tornam possível o licenciamento de elipse de VP e objetos diretos e indiretos nulos em nossa língua nas diferentes épocas.

O movimento de V tem sido relacionado a um sistema flexional "rico". Contudo, vários estudos mostram que o português brasileiro sofreu/está sofrendo uma das mudanças que também ocorreram com o inglês: o enfraquecimento/perda da concordância. Ocorre que, no entanto, o inglês não licencia elementos nulos pós-verbais da mesma forma que o português brasileiro, embora parece que podia fazê-lo quando ainda possuía um sistema flexional rico.

A caracterização da "fraqueza" em oposição à "riqueza" da concordância é alvo de vários estudos recentes. Com base neles, este trabalho, ainda em estágio inicial, procura desvendar como ocorreria a reanálise, ou seja, que evidências teriam levado a criança a analisar a concordância como sendo "fraca" no PB, apresentando um primeiro levantamento de dados diacrônicos provenientes do século XVI.

O objetivo deste trabalho é discutir a relação entre movimento de V e a categoria INFL. Análises para línguas como o português brasileiro, o inglês e o francês são discutidas e uma proposta específica é avançada, baseada em uma hipótese para o licenciamento de elementos nulos pós-verbais.

SUJEITOS INDETERMINADOS E O USO DE PRONOMES CLÍTICOS

Jânia M. Ramos - UFMG
SJ2615C229

Observa-se no dialeto mineiro o uso das formas plenas (FP) e formas reduzidas (FR) dos pronomes de terceira pessoa no masculino plural, a saber, *eles/eis*. De acordo com Correa (1998), tais formas configuram variantes sociolinguísticas, sendo a

indeterminação do sujeito um fator que favorece a variante reduzida.

Nesta comunicação discuto as conseqüências destes resultados para a hipótese de tendência de perda de sujeito nulo no Português Brasileiro (Duarte, 1995), buscando correlacionar o uso do pronome *eis* ao uso do pronome *cê* (Ramos, 1997). Tal comparação se justifica na medida em que os dois pronomes são variantes sociolinguísticas e podem ser definidos como formas pronominais clíticas.

O SISTEMA PRONOMINAL E A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS FALADO NA REGIÃO SUL

Paulino Vandresen - UFSC/UCPel
SJ26152C229

A região sul apresenta áreas com uso de "tu", com ou sem concordância, alternando com áreas de uso exclusivo de "você" nas quais, entretanto, se conservam formas imperativas de 2ª pessoa do singular e ocorrências de "te" e "teu".

O quadro das flexões verbais apresenta reduções que favorecem o uso da 1ª e 3ª pessoas do singular, esta última beneficiada pelo uso de "tu" sem a flexão de 2ª pessoa do singular e pelo uso de "a gente" com valor de "nós". Dentro da metodologia quantitativa, são apresentados alguns resultados de pesquisas com dados do Projeto VARSUL, comparadas com amostras de fala em situações formais.

Os resultados ainda iniciais, mostram dados das capitais dos três estados, destacando-se particularmente, o uso de tu (com flexão de 2ª ou 3ª pessoa singular) e o uso de "nós" e "a gente" em Florianópolis. Na conclusão de nosso trabalho comentamos a distribuição dos pronomes de tratamento na região sul, tentando relacionar os resultados com fatores sócio-históricos, como a colonização da área e a etnia dos falantes.

Salientamos ainda a importância do conhecimento da realidade linguística para a preparação de matérias didáticas para o ensino do Português nas escolas como língua nacional e para o ensino de Português como 2ª língua nos países do MERCOSUL.

O SUJEITO - UMA QUESTÃO DE LÓGICA OU DE PRAGMÁTICA?

Consuelo Maria R.C. Sucharov e Victoria Wilson - UFF
SJ26154C229

Esta comunicação apresenta como meta principal a formulação de evidências em favor da hipótese segundo a qual a ordem inversa verbo-sujeito, no português falado e escrito do Brasil, implica alterações categoriais e sintáticas na língua.

O nosso ponto de partida fundamenta-se na concepção de que a mensagem visa à eficiência comunicativa e que estão em jogo condições de uso da língua, estilo e aspectos afetivos.

Nosso objetivo fundamental é procurar levantar argumentos em favor dessa hipótese, concebendo este estudo "numa pragmática da ação que se efetiva no e pelo discurso" (Costa, 1994), atendendo motivações de ordem extra gramatical, como também aquelas gramaticais, estritamente formais (Votre, 1998).

Visamos, destarte, proceder a uma análise da ordem dessas categorias sintáticas que, em alguns casos, se cristalizaram, como, *Falta dois minutos, Bateu quatro horas* ou ainda como *Caiu as panelas e Chegou os discos* e que parecem estar seguindo essa trajetória de gramaticalização. À luz da gramática tradicional, propomos a inclusão de algum desses verbos na lista daqueles classificados como impessoais.

A pesquisa retoma, assim, a discussão da ordenação verbo-sujeito, segundo os princípios do funcionalismo, especificamente os da gramaticalização, levando a sério a estrutura.

A (IN)DEPENDÊNCIA TEMPORAL DOS COMPLEMENTOS FACTIVOS

Marina R. A. Augusto-UNICAMP
SS2619C229

Nunes & Thompson (1995) defendem que as sentenças complemento com tempo independente da sentença matriz comportam-se como sentenças independentes, opondo-se, em comportamento, às sentenças complemento com tempo dependente da matriz, em relação a uma série de construções que envolvem diferentes fenômenos. Essa diferença é mapeada pela possibilidade que as sentenças complemento com tempo independente apresentam de poder substituir uma variável proposicional associada à sentença matriz, nos termos de Chierchia (1992). Para implementar tal proposta, os autores defendem, baseando-se em discussões em Torrego & Uriagereka (1993), que as sentenças complemento com tempo independente sejam analisadas como construções paratáticas que estabelecem uma relação com um objeto nulo do verbo da matriz. Evidências empíricas são fornecidas que justificam a distinção proposta para as estruturas de complementos dependentes ou independentes temporalmente. Tais evidências podem ser encaradas como testes empíricos acerca da independência sintática das sentenças.

Varlokosta (1994), partindo do grego moderno, propõe uma análise para as construções factivas, assentada sobre Kiparsky & Kiparsky (1971), em que defende, justamente, que os complementos sentenciais de verbos factivos não constituiriam verdadeiros complementos, mas estabeleceriam uma relação paratática com um complemento nominal nulo da sentença matriz.

Tomando-se essa análise, assume-se que a leitura com independência temporal entre as duas sentenças deva ser possível, o que implica, portanto, que testes que possibilitam verificar a independência temporal entre sentenças, tais como o da ligação entre pronomes e quantificadores existenciais ou universais, interações de escopo envolvendo quantificadores, a negação e a quantificação existencial ou, ainda, a possibilidade de leituras contrafatuais, apresentem, aplicados às construções factivas, resultados análogos àqueles encontrados para as sentenças independentes. Tais testes são aplicados para alguns verbos factivos, em sentenças do português brasileiro, avaliando-se a pertinência de se estender a análise proposta por Varlokosta para essa língua, uma vez que uma diferença fundamental entre o grego moderno e o português brasileiro, em relação à ilha factiva é que na primeira língua, essa se comporta como uma ilha forte, enquanto, no PB, a ilha factiva constitui uma ilha fraca. A avaliação da possibilidade de independência sintática para o fenômeno das ilhas é uma questão estrutural extremamente relevante no que diz respeito à extratibilidade.

PALAVRAS NEGATIVAS NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Maria Aparecida C.R. Torres Morais -USP
SS2619C229

A caracterização da natureza e licenciamento de palavras negativas do tipo de *ninguém*, *nada*, *nenhum* e o comportamento do negador sentencial têm sido foco de grande interesse na literatura recente. Vários autores, entre eles, Rizzi (1982), Zanuttini (1988, 1989, 1994, 1997), Haegeman & Zanuttini (1991), Mioto (1992), Haegeman (1994), Suner (1995), Giannakidou (1997), propõem diferentes argumentos para justificar o estatuto destes itens, quer como quantificadores negativos quer como itens de polaridade. A discussão do tópico envolve também outras questões bastante complexas que abrangem a sintaxe das palavras negativas, a negação sentencial, estrutura de frase, caracterização dos contextos licenciadores dos chamados itens de polaridade e, em particular, o fenômeno da concordância negativa.

Por outro lado, trabalhos de ordem comparativa como Martins (1997) mostram

que as línguas românicas apresentam diferenças interessantes em sua evolução com respeito ao comportamento destes itens. Partindo deste estudo, faço uma investigação diacrônica do português, tendo em mente buscar argumentos históricos para corroborar hipóteses feitas a respeito destes itens e para caracterizar a mudança como um processo que resulta da competição entre gramáticas, no sentido de Kroch (1994).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FACTIVIDADE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Maria Cristina Figueiredo Silva, Roberta Pires de Oliveira &
Sandra Mara Silvério - UFSC
SS2619C229

A literatura sobre factividade é vasta, tanto na semântica quanto na sintaxe. O que significa para um predicado ou um complemento ser factivo? Que tipo de restrições sintáticas pesam sobre a factividade? Em semântica, um predicado é factivo quando existe a pressuposição de que o complemento da sentença expressa uma proposição verdadeira. Em gramática gerativa, fala-se de verbos e predicados factivos em especial porque seus complementos se comportam como um tipo de ilha sintática, uma ilha fraca: argumentos podem ser extraídos desse domínio, adjuntos não.

Muitos estudos buscam relacionar semântica e sintaxe, derivando uma propriedade da outra. Kiparsky & Kiparsky (1970), em estudo consagrado, defendem isomorfia entre semântica e sintaxe: a predicados factivos corresponde uma determinada forma sintática. A classe dos factivos se define semanticamente por seus predicados comportarem a pressuposição de que o complemento expressa um fato. Essa propriedade do item lexical determina a forma sintática do complemento: o CP é uma projeção NP vazia, mas que pode aparecer preenchida na estrutura superficial com *the fact*, *o fato*, *il fatto*. Acquaviva (1990) compartilha com Kiparsky & Kiparsky (1970) a caracterização semântica de factividade, mas questiona a descrição sintática proposta por estes autores, propondo uma outra, também problemática, como veremos.

Argumentamos que a caracterização semântica de predicados factivos, comum aos autores citados, é, no mínimo, problemática. Mostramos por que é inadequado tratar a factividade como intrínseca ao item lexical. A factividade não é uma propriedade de uma classe de predicados, mas uma propriedade de construções. Investigamos também alguns dos fatores que deflagram a interpretação factiva, dentre eles: o caráter [+/-conjugado] do complemento, certas combinações aspectuais e modo-temporais entre o verbo matriz e o da encaixada e o preenchimento ou não do sujeito matriz e encaixado.

A seguir, levantamos a questão, agora mais complexa, da forma sintática propriamente dita. Nossa conclusão é a de que a factividade parece não ter relação direta com o fenômeno de ilhas fracas. Duas razões sustentam esta afirmação: em primeiro lugar, a descrição desta restrição sintática em Acquaviva (1990) é antieconômica; em segundo lugar, ilhas fracas existem independentemente da factividade, ainda que cada vez que tenhamos a leitura factiva em um complemento, ele também apresenta resistência à extração de adjuntos. A questão das ilhas fracas requer, portanto, tratamento singular.

A NATUREZA DO LÉXICO SOB O ENFOQUE DE RAY JACKENDOFF E JAMES PUSTEJOVSKY

Rove Luiza de O. Chisman -PUCRS
SS2620C229

O presente estudo tem por objetivo analisar as concepções de léxico sustentadas por Ray Jackendoff (1997) e James Pustejovsky (1995). O fato de as investigações de Jackendoff terem um suporte eminentemente cognitivista e de os insights de Pustejovsky se associarem diretamente à prática computacional não indica que tais enfoques não possam ser estudados de forma unificada, pois ambos são expoentes da Semântica Lexical, campo de investigação eclético, que abarca uma série de estudos que reforçam o papel do léxico no desenvolvimento de pesquisas teóricas e práticas.

Haja vista as efervescentes teorias semânticas das décadas de 60 e 70 e a fase pessimista dos anos 80: com o atomismo lexical de Fodor, o estudo da semântica lexical ressurgiu de forma revigorada. Vale ressaltar que é com o desenvolvimento de sistemas computacionais de processamento da linguagem natural que se confirma o fortalecimento da Semântica Lexical. A necessidade de se superarem as limitações de performance atribuídas à inadequação dos léxicos e de se construírem léxicos em grande escala serve como justificativa para abordagens mais complexas e produtivas. Seguindo essa tendência, os léxicos meramente enumerativos são questionados e se investigam modelos em que o léxico não representa um simples repositório das idiossincrasias de uma língua.

Jackendoff e Pustejovsky estão inseridos nesse contexto. Embora apresentando arquiteturas diferentes, calcadas em ontologias diferentes, essas duas abordagens têm muitos aspectos em comum. No intuito de identificar tais similitudes, pretende-se inicialmente apresentar os dois arcabouços: merecem ênfase a Hipótese da Modularidade Representacional, que serve como suporte para a Teoria do Licenciamento Lexical, de Jackendoff, e a Teoria do Léxico Gerativo, articulada por Pustejovsky no intuito de explorar a polissemia lógica da linguagem natural.

Em um segundo momento, o estudo se volta para a estratégia utilizada por Pustejovsky para representar a classe dos nominais considerados pelo modelo como logicamente polissêmicos - tais como livro, cidade, construção. Ao analisar o modo como as entradas lexicais representam alternâncias nominais (contável-não-contável, produto-produtor, abertura-objeto físico, etc.) - recurso que espelha o caráter gerativo da teoria -, vislumbra-se a possibilidade de os dois modelos se complementarem, já que o formalismo proposto por Jackendoff prevê um lugar para a morfologia derivacional, aspecto diretamente relacionado à produtividade desse nominais.

MESMO: MARCADOR DE FOCO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Susan Lee Klein -USP
SS2620C229

Neste trabalho, consideramos a hipótese de que as construções do tipo *pronome + mesmo* (eg. *ele mesmo*) são elementos focalizados no português brasileiro (PB). Propomos uma análise de *mesmo* como marcador de foco nessa língua, uma vez que seu uso serve para salientar uma interpretação menos esperada do NP em questão. Nosso trabalho se insere na linha do tratamento dado aos elementos *NP lui-même* no francês por Anne Zribi-Hertz (1990); os dados do PB, porém, permitem que se faça uma distinção sintática mais precisa entre dois tipos de foco, *associação com foco* (exemplificado em (i)) e *foco contrastivo* (exemplificado em (ii)). Os dados do PB nos permitem ter uma visão morfossintática mais completa de como se efetua a marcação de cada um dos tipos de foco e trazer o terceiro tipo de foco, o restritivo, para dentro da mesma análise.

- (i)a. Ela mesmo sabia que o casamento não daria certo.
- (i)b. Mesmo ela sabia que o casamento não daria certo.
- (i)c. Até ela sabia que o casamento não daria certo.

- (ii)a. A Júlia, ela mesma, consertou a boneca.
- (ii)b. A Júlia consertou a boneca ela mesma.
- (ii)c. A Júlia mesma consertou a boneca.
- (ii)d. Ela mesma consertou a boneca.

A associação com foco, exemplificada em (i), é caracterizada pelo uso de *mesmo* não-flexionado e imediatamente adjacente ao NP modificado. O foco contrastivo, exemplificado em (ii), se caracteriza pelo uso de *mesmo* flexionado, que pode estar numa posição não-adjacente ao NP modificado; nesse caso, porém, *mesmo* deve fazer parte de um pronome complexo *X-mesmo*. Apresentaremos uma proposta sintática para explicar a correlação entre a interpretação focal associativa/contrastiva, por um lado, e a estrutura sintática, por outro.

POLISSEMIA E DIÁTESE

Paulo Chagas de Souza -USP/CNPq
SS26204C229

Em seu estudo detalhado da inacusatividade na língua inglesa, que inclui um estudo da alternância causativa, Levin e Rappaport-Hovav (1995) apontam o que elas denominam verbos de comportamento variável, ou seja, os que podem ser construídos com mais de uma diátese, como reveladores do funcionamento da interface entre sintaxe e semântica lexical, ou seja, as propriedades sintáticas dos verbos tornam visíveis suas propriedades semânticas e seu agrupamento em classes. Babby (1998) propõe a noção de paradigma diatéutico, o conjunto das diáteses possíveis de um verbo, derivadas a partir de sua diátese inicial através da aplicação de regras lexicais produtivas que alteram a ligação entre papéis temáticos e sua expressão na sintaxe. Normalmente se considera que cada verbo tem no léxico uma especificação de quais diáteses ele permite, quer verbo a verbo, quer por se enquadrar em determinada classe verbal ou por ter determinados papéis temáticos em sua estrutura argumental. Este trabalho apresenta evidências para uma proposta de que a cada sentido de um verbo polissêmico está relacionado um paradigma diatéutico distinto, numa extensão do sentido do conceito proposto por Babby. O paradigma diatéutico dos verbos de cada classe, constituída com base em critérios semânticos e morfológicos, é o mesmo. Isso é demonstrado neste trabalho com base principalmente na chamada alternância causativa, que aqui abrange também as formas com um reflexivo não interpretado como tal, e que, por isso, é denominada alternância causativo-reflexiva, a qual foi estudada no Brasil em Whitaker-Franchi (1989), especificamente sobre a alternância, e em Cançado (1995), como parte do estudo dos verbos psicológicos. O tratamento aqui apresentado dos verbos e das alternâncias diatéuticas está alinhado com a proposta de Pustejovsky (1995) de minimizar o número de entradas lexicais através de mecanismos semânticos com reflexos sintáticos.

A SINTAXE DOS PREDICADOS SECUNDÁRIOS

Maria José Foltran-USP/UFPR
SIN278C229

Este trabalho vai se ocupar de estruturas que apresentam predicados secundários, ou seja, elementos que predicam um argumento que é theta-marcado por outro núcleo lexical. Os predicados secundários podem estar numa relação de predicação com o sujeito (predicado orientado para o sujeito) ou com o objeto (predicado orientado para o objeto) da oração matriz, exemplificados em (1). Devem ser diferenciados dos predicados primários que ocorrem em *small clauses* complementos, exemplificados em (2).

- (1) a. João chegou feliz.
b. João encontrou o vaso quebrado.
(2) Eu considero Maria inteligente.

Na literatura, de modo geral, um predicado deve estar numa relação sintática local de comando mútuo. Vamos avaliar essa condição, diante dos novos rumos tomados pela gramática gerativa. Isolando as propriedades distribucionais relevantes, vamos, também, discutir as possíveis configurações em que o predicado secundário pode aparecer, bem como precisar as especificidades de uma *small clause* adjunto.

A RELAÇÃO SINTÁTICA NAS SENTENÇAS COPULARES NP-VP-NP

Nildes Macêdo Lage-UFSC
SIN2782C229

Sentenças copulares são aquelas articuladas por um tipo específico de verbo, cujo paradigma é o verbo *ser*. Dependendo da língua que se considere, esse verbo pode inexistir em alguns tempos, usualmente no presente. Há vários tipos de sentenças copulares, mas este trabalho objetiva as construções do tipo NP-VP-NP, como em 1(a-c):

- 1 a - Maria é uma professora.
b - Maria é professora
c - Maria é a professora.

Há duas abordagens sintáticas distintas para 1(a-c).

A primeira nega a existência de construções equativas, considerando que construções do tipo (1-c) apresentam assimetria entre os dois NPs. É a posição de Moro e Heycock, entre outros. Eles sustentam que as sentenças chamadas de equativas (que estipulariam a igualdade entre dois NPs) são um subtipo, se tanto, de sentenças predicativas, cujo paradigma é o de (1-a).

A segunda proposta, formulada originalmente para a língua inglesa, admite a existência de dois verbos *to be*: um serviria à construção equativa e outro à construção predicativa. O argumento básico é que a estrutura argumental das duas construções é diferente. Seguem por esse caminho Rothstein e Carnie, entre outros.

Este trabalho analisa a pertinência das duas visões quando aplicadas às construções de cópula em português. É fora de dúvida que o verbo *ser* (em português, também *estar*) afirma uma relação entre os termos pré e pós copulares e que a forma canônica (predicativa) dessas sentenças coloca em primeiro lugar um termo argumento e, em segundo, um termo predicado. É também certo que o verbo introduz nessas sentenças as noções de *tense*, modo e aspecto. Resta saber se a natureza da relação predicativa é determinada pelo verbo ou pelo termo predicante, o que significa dizer que, nessas sentenças, NPs constituídos com artigos indefinidos ou com determinante \emptyset , como em (1a-b), teriam papel predicativo similar ao dos APs. E, a partir daí, situar a questão da equatividade.

OS SINTAGMAS DE + NOME

Maristela dos Santos Prado-USP
SIN2784C229

Este trabalho tem por objetivo investigar e descrever, em português do Brasil, os sintagmas preposicionais introduzidos pela preposição *de* e associados a um nome. A perspectiva teórica que orienta este estudo é a da Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa.

A partir dos dados de um *corpus* formado com dados do NURC (Norma Urbana Culta), verificou-se que os sintagmas *de + nome* não compartilham de uma mesma natureza e de um mesmo comportamento sintático e semântico. A possibilidade de receber paráfrase através da pronominalização pelo relativo *cujo* separa dois grandes subconjuntos: os sintagmas genitivos - que a admitem - e os demais sintagmas preposicionais introduzidos por *de* - que a rejeitam. Testes empíricos adicionais - sugeridos por Milner (1982) e Müller (1997) para a descrição dos sintagmas genitivos - também sugerem que no subconjunto resistente à relativização por *cujo* ainda existem subgrupos menores, os quais merecem uma descrição pormenorizada.

Reconhecemos (até o momento) os seguintes subgrupos dos sintagmas *de + nome*: a) constituintes de partitivos; b) constituintes de expressões designativas de *tipo* ou *espécie*; c) constituintes de expressões como *aspecto*, *problema* e *questão*; d) modificadores designativos de matéria ou finalidade; e) constituintes de expressões de medida; f) locativos; g) constituintes de nomes deadjetivais; h) constituintes de expressões comparativas; i) constituintes de nomes deverbiais.

-INHO: UM FOCALIZADOR DE PRONOMES NOMINATIVOS?Marilza de Oliveira - USP
SIN279C229

Alguns estudos no PB apontam para a reduplicação de pronomes na posição de sujeito:
Você, você não me pega! (Kato, 1994)

Eu, eu (phonetically [o]) sinto demais isso, né? (Duarte, 1995:110)

Nunes (1994) hipotetiza que os pronomes nominativos do PB oral sofreram uma espécie de redução fonológica, como sugerem a forma *ce* do primeiro exemplo e a observação parentética de Duarte no segundo exemplo.

A diferente realização fonológica dos dois pronomes na posição de sujeito leva Kato (1996, 1998) a sugerir a existência de uma série pronominal forte e outra fraca no PB. A série forte pode ser focalizada, com a presença do complementizador *que*: *ÉU (que) telefonei*.

Neste trabalho, pretendemos mostrar que o sufixo *-inho* pode focalizar a série forte dos pronomes, contribuindo para a perda total da homofonia entre as duas séries. Além disso, este sufixo *-inho* pode levar à criação de uma semelhança fonológica entre os pronomes fortes.

VERBOS LEVES NO PORTUGUÊS DO BRASILAna Paula Scher - UNICAMP/USP
SIN2792C229

Jespersen (1954) introduziu o termo verbo leve, *light verb* no inglês, para se referir a uma tendência geral do inglês moderno de fazer uso de um verbo tematicamente vazio, ao qual se associam marcas de pessoa e tempo, antes da idéia realmente importante para a sentença, que se expressa pelo nome seguinte.

No português do Brasil (PB), o verbo *dar*, além de outros, como *levar* ou *pôr*, pode ser usado como verbo leve em sentenças como (1), em que sempre se associam a um elemento de natureza nominal.

(1) a. A Lúcia deu uma arrumada no armário.

b. O homem deu uma dormida depois do almoço.

A pesquisa mais recente sobre o assunto revela uma preocupação comum acerca do lugar em que se estabelece a relação entre um verbo leve e o elemento nominal que se associa a ele: no léxico ou na sintaxe? Grimshaw & Mester (1988) argumentam em favor de que tal relação se estabeleça no léxico. Campbell (1989), Dubinsky (1997) e Diesing (1997), entre outros, preferem trabalhar com a hipótese de que essa relação se estabelece na sintaxe.

Hale & Keiser (1993) propõem uma teoria de categorias lexicais em que cada núcleo lexical é capaz de projetar sua categoria, determinando um sistema de relações estruturais entre o próprio núcleo, suas projeções categoriais e seus argumentos. Em outras palavras, esse autores apontam que a possibilidade de identificação de princípios sintáticos atuando na derivação de itens lexicais revela o caráter sintático que deve ser atribuído à sua representação.

Neste trabalho, tomo por base as construções com verbos leves do PB e procuro aplicar a elas as análises sobre a natureza lexical ou sintática dos predicados com verbo leve. Além disso, discuto a teoria de categorias lexicais de Hale & Keiser (*op. cit.*) com base no mesmo tipo de dados, sempre procurando identificar a natureza de um predicado com verbo leve no PB.

EXTRAÇÕES QU- E SENTENÇAS RELATIVAS DO PORTUGUÊS BRASILEIROEsmeralda Vailati Negrão - USP
SIN2794C229

Uma das maneiras pelas quais a Teoria Gerativa capta a observação de que um certo constituinte de uma sentença exibe padrões de comportamento associados a duas posições sintáticas distintas é assumir que esse constituinte moveu-se de uma para a outra posição em questão. Perguntas feitas por meio de sintagmas QU- e sentenças relativas são dois exemplos de construções analisadas como envolvendo movimento do sintagma QU- de uma para outra posição na estrutura hierárquica das sentenças. Ao tratá-las como resultantes de movimento, a teoria conseguiu registrar padrões gerais e assimetrias na distribuição desses constituintes em uma língua dada e, também, entre línguas naturais, explicando-os por meio dos princípios gerais da gramática.

Este trabalho tem por objetivo descrever e buscar uma explicação para o comportamento de extrações de sintagmas QU- do português brasileiro (PB) para fora de contextos que ficaram conhecidos na teoria pelo nome de ilhas, a partir do trabalho de Ross (1967), utilizando os princípios da teoria que explicam as propriedades dessas construções nesta e em outras línguas.

Será argumentado que o PB utiliza uma versão da estratégia de concordância em CP estabelecida por meio de uma relação de predicação para a extração de sintagmas QU- a partir da posição de sujeito. A análise proposta para as extrações evidenciou a existência de dois processos sintáticos diferenciados na construção das orações relativas. Um em que *que* é um operador que transforma sentenças em predicados, ocupa a posição de núcleo de CP em cuja posição de especificador pode encontrar-se o sintagma que funciona como sujeito da predicação. Ele introduz as sentenças que chamamos de pseudo-relativas, seguindo McCawley (1988), encontradas nas construções existenciais e, possivelmente, nas clivadas.

Outro em que *que* é um elemento Qu-, o que tradicionalmente poderia ser caracterizado como um pronome, que ocupa a posição de especificador de um QP, e introduz as relativas propriamente ditas.

A MARCAÇÃO PREPOSICIONAL DE SN'S ACUSATIVOS EM PORTUGUÊSFrancisco Tarcísio Cavalcante - UEC
SIN271C229

Os SN's acusativos preposicionados em português, mais conhecidos na nomenclatura gramatical por *objeto direto preposicionado*, têm si-do estudados por gramáticos, linguistas e filólogos, sem que se pudesse chegar a um consenso no que tange ao conceito desse tipo de complemento verbal, tampouco a uma análise de sua estrutura sintagmática.

A partir da teoria dos princípios e parâmetros de Chomsky, desenvolvida por alguns autores, pares de construções como *aSN acusativo/ - SN acusativo* são etapas de um processo que se descreve como [realização de Caso através de a] > [realização de Caso através de adjacência], em que certos fatores como animacidade, ordem inversa do SN objeto e do SN sujeito em relação ao verbo favorecem a marcação de Caso através de pre-posição. A alternância *a/zero* é uma decorrência da parametrização de AGR, que licencia uma categoria vazia do tipo [- temática/ + Caso] na posição adjacente a V, quando comparece a preposição.

Os autores apresentam critérios de distinção entre o objeto direto preposicionado e o chamado objeto indireto, uma vez que ambos vêm acompanhados de preposição *dummy*. Passemos aos exemplos:

1) a) Nós [sv obedecemos [sp aos nossos pais]] b) Vós [sv canonizastes [sp aos soldados]]

Passemos à análise das hipóteses:

1. Hipótese I- Preposição gramatical X preposição lexical

Há casos em que a preposição é subcategorizada pelo verbo a partir do léxico, isto é, os verbos não seriam subcategorizados como: **obedecer**, **responder** etc., mas teriam uma preposição lexical, em decorrência da escolha do verbo; seria, então, uma preposição regime incluída entre os traços do verbo, como: **obedecer a**, **responder a** etc. Neste caso, o NP objeto é regido pela preposição **a** e o PP é subcategorizado por **V**, sendo, pois, necessária a preposição. De outra maneira, no caso do objeto direto preposicionado, a preposição seria uma escolha do usuário da língua, o que a caracterizaria como uma **preposição gramatical**. Neste caso, a preposição não seria obrigatória.

Há, porém, exemplos de SN's acusativos em que, por certos condicionamentos morfossintáticos, a preposição sempre comparece, o que não confirma a hipótese apresentada, tornando-a inadequada à solução do problema, como nos exemplos:

2) a) Nem ele entende a nós nem nós a ele;

b) O monstro amava-as a ambas.

2. Hipótese II- [+ passiva] X [- passiva]

3) a) Capitu amava a mim = Eu era amado por Capitu;

Segundo Raposo (1992:313), o argumento **eu** recebe a sua função- θ em estrutura-D na posição de objeto direto do verbo. Quanto ao agente da passiva, a posição de objeto da preposição **por** é uma posição- θ de Agente.

Contra-exemplos: 4) a) O homem tem um livro = *Um livro é tido pelo homem.

b) Maria assistiu ao filme = O filme foi assistido por Maria.

3. Hipótese III- O conteúdo semântico do verbo

Para alguns autores, o conteúdo semântico do verbo é relevante para sua subcategorização; assim, a mesma forma lexical mudaria o significado ao mudar a regência:

5) a) O diretor visa o passaporte (OD) \neq O diretor visa ao bem público (OI);

b) Judas vendeu a casa (OD) = Judas vendeu a Cristo (ODP). Contra-exemplos:

6) a) O secretário presidiu o encontro (OD) = O secretário presidiu ao encontro (OI).

4. Hipótese IV- O pronome pessoal anafórico

Os pronomes oblíquos átonos (ou tônicos) recuperam anaforicamente os SN's lexicais complementos:

7) a) Judas vendeu a Cristo = Judas vendeu-O (OD)

b) Nós respondemos ao Mestre = Nós lhe respondemos. (OI)

Contra-exemplos: 8) a) O médico assiste ao espetáculo = O médico assiste a ele;

b) Os parentes procuram o filho = Os parentes lhe procuram (norma culta oral).

No segundo caso, há exemplo de resíduo histórico do português medieval em que a forma pronominal **lhe** comparece frequentemente junto a verbos transitivos diretos. Para alguns autores, há uma estratégia de fuga ao emprego do clítico acusativo, em fase de franca extinção.

Hipótese V- Os traços sintáticos [+ Acusativo] X [+ Dativo]

Neste caso, consoante Chomsky, os Casos são determinados pela regência que, por sua vez, é uma formalização da noção tradicional de complemento e se relaciona com a noção tradicional de regência. Assim, a marcação casual é um fenômeno essencialmente sintático: os SN's recebem na sintaxe da língua um Caso abstrato que pode ou não receber uma manifestação morfológica, consoante as línguas particulares. Conforme ainda Chomsky (1986), Nominativo e Acusativo são Casos estruturais; por outro lado, a preposição é uma categoria lexical que rege, atribuindo ao SN um Caso oblíquo, que é um caso inerente.

Assim, o objeto indireto é um sintagma preposicional, como Caso dativo ou Meta, regido por **P** que lhe serve de núcleo; já o objeto direto preposicionado é um sintagma nominal preposicionado, ou seja, um SN marcado por **P** como Caso Acusativo ou Tema, e não regido por **AGR**.

A PERIFERIA ESQUERDA DA SENTANÇA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Elaine Bicudo Grolla - UNICAMP

AC2714C229

Em pesquisa em andamento na área de Aquisição da Linguagem, exploro o fenômeno da topicalização e de perguntas QU com clivagem e com Comp duplamente preenchido. Trata-se de pesquisa longitudinal, com base em dados de uma criança brasileira dos 2;1 aos 4;0 de idade adquirindo o português brasileiro (PB) como língua materna. O método de coleta dos dados é o naturalista/longitudinal, totalizando 53 sessões de gravações semanais em áudio-tape. Para a análise e interpretação dos dados, é utilizado o quadro teórico gerativista em sua versão Princípios e Parâmetros (cf. Raposo (1992)). Os primeiros resultados favorecem uma teoria continuísta da Aquisição da Linguagem (cf. Kato (1995)), uma vez que a criança em questão, aos 2;1 de idade, já produz topicalizações e aos 2;9, orações interrogativas com Comp duplamente preenchido. Para checar a adequação da teoria continuísta a tais dados, é possível analisar os enunciados da criança sujeito atribuindo-lhes uma estrutura sintática baseada em um sistema C mais complexo, como proposto em Rizzi (1995). Este autor assume uma nova análise para a periferia esquerda da sentença, análise em que o sistema C é composto por várias categorias funcionais com uma determinada ordem de dominância, o que permite explicar mais detalhadamente fenômenos do inglês e do italiano como a topicalização e a focalização. Transpondo essa análise para o português brasileiro (PB) adulto, constata-se que ela pode dar conta também de fenômenos como a topicalização e perguntas com Comp duplamente preenchido, sendo interessante observar, além disso, que os enunciados da criança sujeito também se encaixam em tal análise. Assim, considerando-se que o sucesso da proposta de Rizzi depende da presença de uma série de categorias funcionais e que a criança apresenta indícios da presença de algumas dessas categorias já aos 2;1, pode-se supor que, mesmo em sua fase inicial na aquisição da linguagem, ela possuiria essas categorias em sua gramática, o que vem favorecer a posição continuísta mencionada.

UMA PROPOSTA MINIMALISTA DE TRATAMENTO DO INPUT NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: RELAÇÕES LOCAIS

Ruth E. Vasconcelos Lopes - UFSC

AC27142C229

Há algumas propostas, na literatura chomskyana sobre aquisição de linguagem, sobre o tratamento que a criança daria ao *input* lingüístico a que é exposta. O que há de comum em todas é a assunção de que a criança não poderia se valer do *input* aleatoriamente sem limitações. Isso, certamente, é consequência de um modelo formal que precisa de tal limitação para que funcione.

Considerando o fato acima, pretendo, neste artigo, apresentar uma proposta de tratamento de *input* baseada em relações locais. Tomo como ponto de partida os trabalhos de Nunes (1995) e Bobaljik & Brown (1996) sobre "operações interarborais".

Pretendo, ainda, mostrar que tal proposta só poderá funcionar se as condições de economia previstas pela GU forem tomadas como locais e não globais (cf. Collins, 1997). Contudo, contrariamente à visão de Collins, quero mostrar que há condições globais e locais, operando de forma diversa no sistema, em que as relações locais alimentam as condições globais de economia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DE VERBOS INACUSATIVOS POR DUAS CRIANÇAS BRASILEIRAS

Denise Telles Leme Palmiere – UNICAMP
AC27144C229

Com relação aos verbos monoargumentais, o diferente comportamento de seu argumento único relativamente a certos processos e construções permite que tais verbos sejam distribuídos em duas classes distintas, a saber, inergativos e inacusativos. Em português, esta é uma distinção importante, especialmente no que diz respeito à inversão sujeito-verbo. Como apontado por Kato *et al.* (1996), a ordem VS em PB restringe-se a contextos monoargumentais, sendo que os verbos inacusativos apresentam o contexto mais favorável à inversão do sujeito.

O fenômeno da inacusatividade (apontado inicialmente por Perlmutter, 1978, no âmbito da gramática relacional, e Burzio, 1981, 1986, numa perspectiva gerativista) tem sido analisado, na literatura da área, tanto a partir de abordagens puramente sintáticas quanto semânticas ou, ainda, a partir de perspectivas que se colocam na interface sintaxe-semântica (Levin e Hovav, 1995).

A análise de dados de duas crianças adquirindo o Português como língua materna revela que os verbos inacusativos estão entre os seus primeiros verbos. Observa-se também, nos dados dessas crianças, que os únicos casos de ordem VS correspondem às construções com verbos inacusativos. A partir de tais observações, algumas questões podem ser colocadas: por que os verbos inacusativos estão entre os primeiros na fala da criança? Poder-se-ia dizer que na gramática inicial dessas crianças, diferentemente do que postulam alguns autores (Borer e Wexler, 1987), já se encontra "disponível" a distinção entre verbos inergativos e inacusativos? Que contribuição os dados de aquisição do português (em que não há marcação morfológica para tal distinção) trazem para o debate entre as diferentes abordagens do fenômeno da inacusatividade?

Este trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre tais questões, focalizando especialmente a aquisição de verbos inacusativos e seu papel na estrutura das gramáticas iniciais de duas crianças brasileiras (a partir dos 2;0 de idade), com base na teoria de Princípios e Parâmetros. Os dados dessas crianças fazem parte do Banco de Dados do Projeto de Aquisição da Linguagem do Departamento de Linguística - IEL - UNICAMP e o método de coleta adotado foi o observacional/longitudinal.

PARA NA GRAMÁTICA INFANTIL DO PB

Maria Cecília Perroni - UNICAMP / CNPq
AC2715C229

Considerando-se que preposição é uma categoria que não engloba unicamente núcleos de uma mesma natureza (cf. Ouhalla (1991), Mioto (inédito), entre outros), pretende-se neste estudo analisar seu estatuto na gramática de uma criança brasileira entre os 2;0 e os 5;0 de idade, com base em dados longitudinais, observacionais. A análise percorre os dados da criança sujeito traçando uma trajetória de seus usos de **para**, começando com as sentenças simples aos 2;0 de idade, quando tal preposição surge com o verbo **dar**, atribuindo caso dativo a SN adjacente, representado pelo pronome oblíquo **mim**, em contextos fortemente marcados pela função pragmática/discursiva de pedidos ao adulto. Logo após os 2;6 começam a surgir as sentenças complexas com **para**, todas construções não finitas do tipo das finais (**Para** + verbo (de ação) não finito), não havendo nenhuma ocorrência até os 5;0 de idade de sentenças desse tipo sob forma desenvolvida com **que** + verbo finito.

Discute-se na pesquisa a questão de **para** consistir sempre numa só categoria sintática na gramática da criança, em oposição à uma hipótese de sua

reclassificação de preposição a complementador. Discute-se também qual seria a forma mais adequada de categorização do **para** das sentenças complexas, examinando-se os argumentos arrolados em Hauman (1997) tais como: uniformidade dos elementos que introduzem sentenças encaixadas, possibilidade de movimento do constituinte, presença/ausência de modificadores, substituição por pro-formas e coordenação. Busca-se na análise de tais dados uma explicação gramatical, seguindo princípios de ordenação internos da gramática, explicação compatível com a teoria gerativa da versão conhecida como de Princípios e Parâmetros (eg. Radford (1997)), em oposição a interpretações do tipo "testagem de hipóteses"; sendo a primeira delas corroborada por constatações como a da ausência de erros nos dados da criança. Os resultados da análise confirmam a hipótese de que a preposição está a meio caminho entre categoria lexical e categoria funcional.

VARIABILITY IN L2 ENGLISH GRAMMATICAL MORPHEMES: THE QUESTION OF FUNCTIONAL CATEGORIES IN A PERFORMANCE VERSUS KNOWLEDGE PARADIGM

Ingrid Finger - PUCRS, Gita Martohardjono,
Kathy Kessler & Paul Argondale - CUNY
AC27152C229

Recently a number of studies have investigated the role of functional categories in L2 grammars. In order to account for the observed variability in the use of grammatical morphemes associated with functional categories, researchers have proposed either a structural explanation or a non-structural explanation – structural meaning projection of the functional nodes themselves. Vainikka and Young-Scholten for L2, Rizzi for L1, and Prévost for child L2 have argued that functional categories are absent or not projected in the early stages of acquisition. On the other hand, those who claim that L2 learners have full knowledge of functional categories from the beginning must offer other explanations for variability in the use of inflectional morphemes. They are the Missing Inflection Hypothesis (Epstein et al.) and the Strong Continuity Hypothesis, which hold that variation in L2 morphological marking reflects incomplete learning of the morphological paradigm rather than absence of functional categories. Our empirical data support the claim that L2 learners systematically project FCs and that extra-structural factors rather than competence deficits may be responsible for variability in the realization of morphemes. For example, durativity, a lexico-semantic feature present in the verb, played a crucial role in the production of grammatical morphemes. Furthermore, we also found an overall effect of adverbs in the perception task: redundancy of information seems to additionally help learners identify the need for a past tense marker. The use of different tasks also showed that processing mode affects accuracy rates.

A ESTRUTURA FRASAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ronice Müller de Quadros - PUCRS / University of Connecticut
AC27154C229

Língua de sinais, tais como a língua de sinais americana – ASL – e a língua brasileira de sinais – LIBRAS – têm sido alvo de pesquisas, uma vez que tais línguas se apresentam em modalidade visual-espacial e podem trazer evidências para a teoria linguística que subjazem o som. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta uma descrição da língua brasileira de sinais com base no programa de investigação da teoria linguística desenvolvido por Noam Chomsky nos últimos cinco anos apresentado em Chomsky (1995).

Apresento dados da LIBRAS que sustentam a hipótese de que tal língua apresenta a ordem básica SVO, apesar de apresentar possíveis reorganizações desta ordem mediante específicos contextos linguísticos, tais como, sentenças interrogativas,

topicalizações e constituintes focalizados. A partir destas análises, abordo uma assimetria peculiar desta língua entre duas classes verbais: verbos não-flexionados e verbos flexionados. Tal assimetria resulta de duas informações sobre os objetos sintáticos que estão contidas na Gramática Universal: *affixal* ou *featural* (Lasnik, 1995). Os dados evidenciam que verbos não-flexionados são inseridos na estrutura frasal acionando a opção *affixal*. Com os verbos flexionados a opção acionada é *featural*. Isto se confirma observando a distribuição de tais verbos com a negação e a existência de um auxiliar com os verbos não-flexionados que apresenta um comportamento similar ao *do-support* do inglês. Com base nos dados apresentados, apresento as possíveis representações da estrutura frasal na LIBRAS que captam a assimetria apresentada e a ordem SVO. Tais representações são inspiradas nos trabalhos de Pollock (1989), Chomsky e Lasnik (1993) e Bobaljik (1995).

EM TORNO DA METALINGUAGEM

Joana Plaza Pinto - UNICAMP
SG268C226

O objetivo central deste trabalho é debater os pressupostos camuflados sob o uso do termo *metalinguagem* na legitimação da cientificidade da Linguística. Milner (1989, 43-45) chama a atenção para a dificuldade que se impõe o uso do termo 'língua' para designar um conjunto de produções linguajares, além dos riscos de ambigüidade na utilização do termo 'linguagem'. O que caracterizaria tais termos como possíveis objetos tão controversos? Um dos problemas que acompanham essa controvérsia é o da coincidência entre as regras do objeto lingüístico e as dos caracteres utilizados para simbolizar as proposições sobre esse mesmo objeto.

A capacidade que as línguas naturais possuem de descreverem ou referirem a si próprias tem feito aparecer problemas, pois a reflexividade da linguagem cria um descompasso para a verificação da *verdade* das afirmações científicas sobre as línguas naturais. Lyons (1980, 15) já havia apontado para a ambigüidade que pode ser produzida pela linha tênue que separa o uso referencial de um termo e a sua ação reflexiva. Existiria uma metalinguagem científica pronta a tornar literais as afirmações sobre o objeto *linguagem*? Ou toda tentativa de metalinguagem sobre linguagem seria uma prática discursiva incapaz de relacionar empiricamente proposições, hipóteses e problemas?

Sendo frágil a separação entre instrumento e objeto de descrição em matéria de estudos da linguagem, pode-se perguntar com Milner (1989): a) o que se sabe sobre a linguagem?; b) como se sabe o que se sabe sobre linguagem?; e c) o que se faz com o que se sabe sobre linguagem?

De acordo com este autor, afirmar a própria possibilidade do fazer lingüístico traz à tona as perguntas que ainda são motivos de reflexões entre filósofos da ciência: qual é o objeto científico submetido à metalinguagem entre lingüistas, tendo em vista seu instrumento de descrição coincidente? Que tipo de proposições se pode elaborar a partir dele? Em que medida tal objeto passa de *ordinário a científico*, ou seja, como se efetiva a desnaturalização deste objeto? Ou ela não se efetiva e estaríamos fadados a nunca reconhecer por completo a diferença entre o ordinário e o científico, já que não poderíamos reconhecer a diferença entre linguagem-objeto e linguagem-instrumento de descrição?

A reflexão fundamentada nestas perguntas mostra-se de extrema importância. Quando Milner (1989, 9) afirma que a Linguística *deseja* ser uma ciência, entendida como ciência positiva natural, ele questiona também a pertinência dos critérios de cientificidade para a ciência da linguagem. Toda essa problematização em torno do estatuto da Linguística enquanto ciência é o passo seguinte ao questionamento da possibilidade de uma metalinguagem pressuposta como formuladora de descrições operantes e úteis sobre o objeto *linguagem*.

O ESTUDO DA SIGNIFICAÇÃO POR MEIO DOS PROCESSOS CONSTITUTIVOS DO ENUNCIADO

Dulce Elena Coelho Barros - UEPG
SG268C226

Observa-se atualmente uma tendência excessiva por parte dos estudiosos da linguagem em focar questões lingüísticas sob pontos de vista que ao invés de se complementarem se dicotomizam. Não se observa nenhuma preocupação em se articular explicitamente as formas lingüísticas e os conteúdos expressos por meio dessas formas. A proposta de trabalho com a linguagem apontada por Antoine Culioli (1990, 1991), mais especificamente a sua "Teoria das operações enunciativas", busca resgatar os processos responsáveis pela geração do produto lingüístico articulando a um só tempo "língua" e "linguagem". É sobre esses processos, na verdade gerador das antinomias, que consiste nosso trabalho.

A INTERPRETAÇÃO DE NÚMERO EM PORTUGUÊS SINGULAR E PLURAL - FORMA E SENTIDO

Márcio Martins Leitão - UFRJ
SG2684C226

O objeto de estudo deste trabalho está contido na expressão de número dos substantivos comuns em português, levando em consideração as relações entre as formas singular e plural dos mesmos e suas possíveis interpretações semânticas. A partir de algumas generalizações o estudo se encaminhará para o fenômeno denominado de "plural semântico", termo já utilizado por Pereira (1984), ou seja, casos em que a forma morfossintática do substantivo aparece como singular, mas sua interpretação é de plural como: *eu vou escovar o dente, enchi a casa com planta. Dente e planta* formalmente apresentam estrutura de singular, mas dentro do contexto a interpretação é de plural. Serão propostas análises para o fenômeno do "plural semântico" que visam a uma descrição, considerando-se os vários níveis de análise: morfossintático, semântico e pragmático, e mostrando-se que os mesmos são essenciais para uma compreensão mais abrangente da interpretação do número em português. Essas análises e descrições pretendem demonstrar a complexidade da expressão de número dos substantivos comuns em português, abrindo caminho para novos estudos sobre o assunto.

EXPRESSION DA CAUSALIDADE NA LÍNGUA FALADA

M^o do Socorro S. S. Netto - UFBA
SG269C226

O presente trabalho tem por objeto de estudo as formas lingüísticas e as estratégias de expressão de causalidade na língua falada.

De acordo com a tradição gramatical, a causalidade apenas se manifesta através dos adjuntos adverbiais e das orações subordinadas adverbiais, no entanto, temos observado que, na língua falada, os indivíduos se utilizam de outras possibilidades para a construção de tais expressões. Para verificação destes fatos, tomamos como *corpus*, as fitas gravadas e transcritas que constituem o material referente ao trabalho de Souza (1996). Este estudo preliminar faz parte do projeto de doutorado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação de Letras e Linguística da UFBA, sob a orientação da Prof^a Dr^a Iracema Luiza de Souza e se insere na linha de pesquisa Diversidade Lingüística e a construção de sentido.

O CONTEXTO E A INTERPRETAÇÃO

Diomara Finck - UFSC
SG2692C226

Para a interpretação de uma sentença muitas vezes é preciso considerar o contexto no qual foi produzida; por isso, a determinação de uma referência, ou do que se fala, depende não apenas de componentes semânticos, mas também de componentes pragmáticos. Desse modo, através de uma abordagem semântico-pragmática de análise de contextos, pretende-se investigar a resolução de ambigüidades, considerando interpretações possíveis para alguns enunciados.

O processo interpretativo pode ser direcionado por um certo contexto antes que a ambigüidade seja encontrada e, assim, uma determinada interpretação para um enunciado é previamente escolhida entre várias possibilidades. Nesse processo a busca de sentidos para uma expressão ambígua é determinada pelo que o interpretador consegue antecipar daquilo que o falante pretendeu com seu ato de fala e, conseqüentemente, a resolução de ambigüidades léxicas, gramaticais ou discursivas estaria, então, relacionada à reconstrução das metas e crenças do falante em um determinado contexto.

Esse conjunto de crenças e informações partilhadas pelos interlocutores pode ser alterado por novas informações incluídas durante a interação conversacional. Assim, um contexto que é modificado pelo processamento da conversação é chamado *dinâmico*.

Um conjunto de contextos no momento do fluxo conversacional indica as informações compartilhadas pelos interlocutores. Desse modo, à medida que outras informações vão sendo enunciadas, um novo conjunto de contextos é obtido e os enunciados considerados incompatíveis são eliminados. Nessa perspectiva, a dinâmica do contexto estaria ligada à resolução de ambigüidades e, conseqüentemente, à apreensão do significado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁFORA ASSOCIATIVA

Lícia M. B. Heine - UNEB/UFBA
SG2694C226

A expressão anáfora associativa foi introduzida por Guillaume (1919), no início deste século. Porém, por questões diversas, como por exemplo, a ausência de pesquisas centradas no funcionamento lingüístico, só veio a ser efetivamente tratada nos anos 90. O seu enfoque é importante porque revela o escopo da anáfora como um todo revelando, assim, um leque *latu sensu* do seu funcionamento. Os trabalhos sobre esse tipo de referencição apresentam divergências, grosso modo, situadas na sua interpretação. Contudo, os lingüistas comungam entre si a tese de que o anafórico associativo desempenha um papel central na construção do sentido do texto. Em geral, o anafórico associativo realiza-se por um sintagma nominal definido (Art_{definido} + N), que apresenta traços que lhe são inerentes, a saber: possui referente distinto do referente do SN-fonte, o seu antecedente; é não-correferencial - não recupera o mesmo referente do seu SN-fonte. A referencição coesiva entre um SN-anafórico associativo e um SN-fonte se estabelece por processos semântico-pragmáticos, por ligações sócio-culturais estereotípicas (vila-igreja), (candomblé-feitiço), (políticos-corrupção), entre outras.

Esta comunicação é parte da pesquisa lingüística da tese da Prof^a Lícia Heine, cujo orientador é o Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi.

TEMPO DE REFERÊNCIA: UMA REVISÃO DE REICHENBACH

Márcio Renato Guimarães - UNICAMP
STM2614C226

Nas teorias semânticas de condição de verdade, como a semântica de Montague, a interpretação do significado de sentenças é resolvida em um modelo teórico, matematicamente construído. Dentro dessas teorias, a referência temporal costuma ser dada através de marcadores sentenciais que remetem a um conjunto de intervalos de tempo (não raro fazendo uso de um conjunto de mundos possíveis) dentro do modelo proposto. Essas teorias, por isso mesmo chamadas de teorias semânticas de modelo teórico, costumam se basear na clássica formalização de Reichenbach (1947) para a construção de modelos para a referência temporal. Assim é, por exemplo, com Dowty (1979) e Verkuyl (1993), ambos trabalhando dentro da gramática de Montague.

O sistema de três tempos de Reichenbach (tempo de fala, tempo de evento e tempo de referência) foi revisto várias vezes, na maioria das quais se rejeitou a noção de *tempo de referência* devido à dificuldade de se provê-lo de uma definição formalizável. Pretendo recuperar essa noção, desdobrando os tempos de referência de Reichenbach em duas noções bem diferentes. Guardarei a denominação *tempo de referência* para uma delas - a que é proposta por Godói (1993) para dar conta da forma aspectual de sentenças, i.e., a diferença entre perfectivo e imperfectivo. Para dar conta da outra noção, a que poderíamos chamar de "referência temporal secundária" (como ocorre, por exemplo, no futuro anterior ou no mais-que-perfeito), introduzirei um sistema de ancoragem temporal.

O tempo de referência de Godói pode ser entendido como uma espécie de quantificador generalizado sobre conjunto de intervalos de tempo. Já o tempo de evento de referência secundária tem a mesma natureza dos tempos de evento e de fala. As duas noções têm natureza bastante diversa, portanto.

Por trás desta proposta está a assunção de que as sentenças denotam intervalos de tempo. Isso quer dizer que nos deparamos com o problema de incluir ou não intervalos de tempo como tipos, o que introduz modificações no modelo montagueano clássico de gramática de dois tipos (entidades e valores de verdade). Esse tipo de modificação é proposto por Verkuyl (1993), que inclui um terceiro tipo (i - intervalos de tempo) junto aos tipos sintáticos originais propostos por Montague.

SENTENÇAS CONDICIONAIS NO PORTUGUÊS DO BRASIL: ANÁLISE SEMÂNTICA DE TEMPO E MODO

Adriana de O. Gibbon - UFSC
STM2614C226

Esse trabalho propõe uma pequena análise de sentenças condicionais no português do Brasil. A princípio, utiliza-se o conceito de tempo e as interpretações de tempo propostas por Reichenbach para mostrar que uma forma condicional pode estar ancorada em uma notação de tempo futuro, partindo-se de duas sentenças, tais como:

- (a) Se eu for presidente, eu não deixarei as pessoas passarem fome.
- (b) Se eu fosse presidente, eu não deixaria as pessoas passarem fome.

Na sentença (a) tem-se claramente uma notação que se ancora à direita do momento de fala, proposto por Reichenbach. Nessa sentença, um desvio de sentido, tornando-o ainda mais temporal do que modal, ocorre quando se troca o conectivo *se* pelo conectivo *quando*.

No exemplo (b), percebe-se o carácter modal acentuado. A sentença perde sua temporalidade e o tempo transforma-se em emprego metafórico, ou seja, modal. A escala de maior ou menor modalidade em sentenças como (b) só poderá ser analisada pragmaticamente, envolvendo o contexto no qual são proferidas.

Para realizar a análise acima, primeiramente, serão definidos alguns termos a serem utilizados no decorrer do trabalho, tais como: tempo, modalidade, tempo futuro. Após essa descrição teórica, será realizada a análise semântica das sentenças condicionais. O objetivo é mostrar que se pode incluir no tempo futuro pelo menos uma das formas condicionais, aquela exposta em (a), já que ela possui uma característica temporal que lhe é inegável, e também mostrar como a semântica descreve essas sentenças, usando as notações lógicas de mundos possíveis.

Embora grande parte de trabalho se situe na descrição e análise de sentenças condicionais, o futuro como tempo e suas limitações também será discutido, já que sobre o tempo futuro também recaem dúvidas quanto ao seu aspecto temporal, ou seja, é possível dizer que o futuro é uma categoria temporal? O fato de o falante escolher o futuro para enunciar estados de coisas localizados à direita do momento de fala mostra o quanto essas proposições são indeterminadas quanto ao seu valor de verdade no momento em que o falante as enuncia ou não?

A INTERPRETAÇÃO DAS EXPRESSÕES TEMPORAIS

Ivete Morosov Corrêa – UFPR
STM26144C226

Em relação ao tempo gramatical, a análise semântica tem se voltado para a perspectiva traçada por Reichenbach (1947). Assim, o objetivo deste trabalho é tomar como ponto de partida as propostas desse autor e discutir algumas questões sobre a interpretação das expressões em português:

O domínio temporal vai além das sentenças?

O contexto é crucial para a interpretação da sentença?

As sentenças isoladas são suficientes semanticamente por si mesmas?

TENDÊNCIAS POSICIONAIS DOS QUANTIFICADORES TODOS(AS)/ TODO(A)/TUDO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Juá Fialho Vazzata Dias – UFSC
STM26152C226

O presente estudo pretende mostrar uma análise do comportamento dos quantificadores *todos(as)*, *todo(a)* e *tudo* encontrados no português falado no Brasil. Aqui, especificamente, abordamos somente casos do tipo "Todas as crianças leram o livro", deixando os do tipo "As crianças leram todos os livros" para uma outra oportunidade. Iniciamos esta pesquisa com suporte em Simões (1974); Lyons (1977); Lodovici (1986); Galves (1994); Bach et alii (1995); Perini (1996 a,b); Kato e Nascimento (1996); Castilho (1996), a partir dos quais uma análise descritiva, com reflexões preliminares, foi desenvolvida. Neste trabalho "piloto", foram analisados dados de entrevistas do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul), com proposta de se analisar também dados de fala coletados em situações cotidianas.

Nesta etapa da pesquisa, alguns resultados foram observados. Em linhas gerais, o quantificador *todos(as)* pode ocorrer nas seguintes fronteiras: início do SN; interno ao SN (antes de um TL se este for representado por um SPrep e não tiver aceção descritiva); e imediatamente após o verbo. Com relação à posição pós-verbal, o referido quantificador sofre restrições com relação à interpretação distributiva (cf. Perini, 1996b, opondo-se a Simões, 1974).

À maneira de *todos(as)*, o quantificador *tudo* também não pode aparecer em posição final, tendo que incidir ou sobre a sentença toda, ou sobre um SN (preposicionado ou não), ou, ainda, sobre um VP, um AuxP, um TP, um predicativo. Entretanto, com relação às posições em início de SN e antes do verbo, os falantes (bolsistas do projeto VARSUL e colegas pós-graduandos submetidos a testes de aceitação das sentenças) variam bastante quanto ao julgamento sobre frases do tipo "?*Tudo* a turma morava ali"; "?A turma *tudo* morava ali"; "?*Tudo* as criança tavu sentadinho ali"; "?As criança *tudo* tavu sentadinho ali"; "?*Tudo* as casa eru baixa"; "?As casa *tudo* eru baixa". Parece que a maior restrição diz respeito ao gênero e número do SN sujeito, ou seja, para SN feminino singular/plural.

Ao contrário de *todos(as)* e *tudo*, o *todo(a)* aparece com pouquíssima frequência nos dados de fala (salientamos que por ora deixamos de lado frases com *tudo mundo*). Segundo nossos dados, o quantificador *todo(a)* é o que sofre mais restrições quanto à possibilidade de deslocamento na sentença: excetuando a posição inicial, antes do SN sujeito, todas as outras não aceitam o quantificador. Contudo, sentenças com SN sujeito composto de dois ou mais elementos são boas mesmo com *todos(as)* se deslocando tanto para antes do verbo quanto para dentro do SN sujeito:

(1) Essa onda de assaltos *toda* é uma decorrência disso. (POA 18 L410)

(2) a. Essa onda *toda* de assaltos é uma decorrência disso.

Conforme (1) a, parece que *todo(a)* também segue a hipótese de que o SPrep não descritivo permite a colocação do quantificador entre ele e o seu indicador.

Esta análise preliminar nos permite observar que em termos de comportamento na sentença, pelo menos no que diz respeito às tendências posicionais dos três quantificadores, *todos(as)* e *tudo* se aproximam, enquanto *todo(a)* se diferencia mais.

ABORDAGEM ENUNCIATIVA DA MODALIDADE EM PORTUGUÊS

Janete dos Santos Bessa Neves - PUCRJ
STM26152C226

O presente trabalho objetiva mostrar como é construída a modalidade no quadro teórico das Operações Predicativas e Enunciativas do francês Antoine Culioli.

Esta teoria tem como parâmetros teóricos básicos o acontecimento enunciativo: um sujeito-enunciador (S) e um tempo-espaco (T) da enunciação que se combinam para construir um terceiro parâmetro enunciativo designado situação de enunciação (Sit).

Ao produzir um enunciado, definido na teoria como "agenciamento de marcadores de operações predicativas e enunciativas", o enunciador constrói significação que, a partir de reconhecimento dos marcadores num sistema referencial, vai ser reconstruída por um coenunciador.

Ao enunciar, o enunciador produz determinação através de operações de localização abstrata (operações predicativas e enunciativas). Dessas operações resultam os valores referenciais de diferentes categorias gramaticais: pessoa, tempo/aspecto, modalidade etc. Nossa proposta é fazer a descrição da modalidade através do conjunto de operações que se constrói para chegar-se à significação do enunciado produzido. O *corpus* utilizado foi retirado de artigos jornalísticos de opinião de jornais brasileiros e portugueses.

Vale acrescentar que a teoria culioliana da enunciação não é uma teoria pragmática, pois todo agenciamento de formas é de ordem do enunciativo e os mecanismos enunciativos da análise não são externos à língua.

OS ACARRETAMENTOS DE INTERPRETAÇÃO VERBAL

Teresa Cristina Wachowicz - UFPR
STM26154C226

Os acarretamentos são tipos de inferências que podem ser deduzidas logicamente. A palavra "acarretamento" quer dizer "o ato de carregar ou transportar junto". Logo, o acarretamento entre sentenças acontece quando do significado de uma primeira sentença se pode extrair o significado de outra. A sentença *Maria correu no parque*, por exemplo, acarreta a sentença *Maria esteve correndo no parque*. O exemplo sugere um acarretamento de interpretação verbal, que dependerá de interpretações aspectuais e temporais das sentenças. E isso significa, em outras palavras, que exemplos desse tipo requerem uma investigação nas diferentes propostas de teorias de eventos e as possíveis maneiras de se proceder à temporalização de sentenças. Nesse sentido, podemos considerar três vertentes de referências: a) a teoria de eventos e a aplicação do tempo (LARSON & SEGAL[1997]); b) a teoria de conjuntos e a temporalização de modelos (LINK[1997]); c) a teoria de operação em intervalos de tempo (LEITH & CUNNINGHAM[1997]).

Os mecanismos de checagem de acarretamentos não ganham muito espaço nas referências da área, apesar de os comentários sobre inferências deduzíveis serem bastante recorrentes. Julgamos ainda que o acarretamento não é só uma questão de aplicação de regras de inferência advindas da lógica clássica; ele dependerá de uma teoria fortemente estruturada que dê conta de como representar os significados de sentenças - seja através de variáveis evento, de relações algébricas entre domínios de eventos, tempos e espaços, seja através de operações entre intervalos de tempo.

AS CLASSES ASPECTUAIS E OS PONTOS EXTREMOS

Elena Godoy - UFPR
Elódia Constantino Roman - UEPG
STM2616C226

Neste trabalho, levando-se em conta a situação e a noção de intervalo (Dowty, 1979, 1986), verificamos como as classes aspectuais vendlerianas modificadas por Godoy (1992) manifestam-se nas frases da língua portuguesa. Faz parte, também, de nossa análise a propriedade *endpoints* postulada por Hatav (1989), que nomeamos de pontos extremos.

MOVIMENTOS SEMÂNTICOS DE CENAS COMITATIVAS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS

Apóstolo T. Nicolacópulos - UFSC, Avani de Oliveira - UFRGS/UFSC & Suzana S. A. D. de O. da Rocha - UFSC/ UNISUL
GC2619C226

As predicções ou cenas comitativas, no âmbito do modelo casual da UFSC, expressam a noção de companhia, captada pelo caso *Comitativo* (C). Esta abordagem focaliza cenas comitativas em textos jornalísticos (isto é, aquelas que têm como núcleo predicadores comitativos em associação vinculante com seus argumentos (casos)), referenciadas pelo contexto em que ocorrem. Com vistas a subsidiar teoricamente esta investigação, somamos aos pressupostos do *modelo casual da UFSC* os postulados de Orlandi (1984, 1994, 1996), os de Vogt (1980, 1983) e os de Parret (1988, 1994), a fim de divisar uma articulação pragmático-discursiva que dê conta da análise implementada. Essa perspectiva de abordagem institui, de forma imbricada, um aparato teórico-

metodológico eficaz para a interpretação do enunciado que se abriga no universo da língua(gem) em uso, já que o *corpus* do trabalho compreende os 'recortes' efetuados junto à mídia impressa: enunciados recolhidos da *Folha de S. Paulo*, no período de 15/10/98 a 15/02/99, sem especificação de seções. Após a coleta de dados, será efetivada a análise daqueles enunciados que contiverem verbos/predicadores *Comitativos*, visando colher e interpretar cenas comitativas básicas (aquelas cujo sentido básico configura-se como comitativo) e os movimentos semânticos que envolvem cenas comitativas, quer como origem, quer como destino, em textos jornalísticos. Desse modo, flagramos o(s) efeito(s) de sentido que se instanciam enunciativamente e cujas nuances podem ser explicitadas a partir das variações nos esquemas casuais.

A EMERGÊNCIA DE CENAS TEMPORAIS EM ENUNCIADOS DA LINGUAGEM JORNALÍSTICA

Suzana A. D. de O. da Rocha - UNISUL/ UFSC
GC26192C226

Este trabalho focaliza as *cenas temporais em textos jornalísticos* a partir de predicadores temporais, sob a ótica da Gramática de Casos, dimensionada no *Modelo Casual da UFSC*, impondo a consideração das dimensões pragmáticas que se entrecruzam no âmbito contextual.

Nesse sentido, buscamos explicitar as nuances temporais que os usuários empreendem na articulação interativa que perpassa suas intenções no processo comunicativo. E o *corpus* que escolhemos se inscreve nesse universo de referência uma vez que todo o conjunto de enunciados dos textos jornalísticos, na sua configuração de 'relato de aparências', preconiza a relação enunciator/enunciatário como coadjuvante do *lead* jornalístico, porquanto mantém um conhecimento de mundo, necessariamente, socializado.-

O contexto da notícia veiculada precisa adotar uma linguagem que atue como mediadora das intenções da indústria da informação, que deseja "vender" um produto, além de afirmar sua credibilidade, por um lado e, por outro, atender às expectativas do consumidor-leitor, que precisa receber informações num tempo específico - já que se caracteriza pela atualidade e, mesmo assim, é de segunda mão -, além dos critérios de qualidade e acessibilidade.

Olhando nessa direção, as dimensões pragmáticas assumem papel decisivo, pois situam os enunciados jornalísticos contextualmente relevantes, numa esfera nacional, auxiliando na configuração dos efeitos de sentido que, a partir deles (dos enunciados) se espriam no contexto jornalístico como um todo, a fim de expressarem as referências informativas que resguardam - a seu tempo - a história dos homens e da sociedade. O *corpus* desta pesquisa constitui-se de *cenas temporais* retiradas da linguagem jornalística, mais especificamente da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, independentemente de seção, jornais de grande circulação nacional, no período compreendido entre outubro de 1997 e abril de 1998. Focaliza tanto as cenas temporais básicas quanto as metafóricas em temporais, colhendo os efeitos de sentido deflagrados nos movimentos semânticos que se realizam.

COMPLEMENTOS E ADJUNTOS NOMINAIS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Marluce Pereira da Silva - UFPB
GC26194C226

Partindo de uma revisão dos conceitos apresentados pelos compêndios gramaticais em torno dos complementos e adjuntos nominais, procura-se, neste trabalho, sugerir uma proposta para a identificação desses termos oracionais, com base em teorias lingüísticas modernas. Assim sendo, perfilarão-se princípios de modernas teorias - o princípio da centralidade do verbo na estruturação da frase, a teoria da predicação verbal e nominal, buscando-se um modelo de análise morfossintática e semântica que propicie aos alunos o reconhecimento dos complementos e adjuntos nominais. Sintetizam os objetivos deste trabalho: propor alguns procedimentos morfossintáticos e semânticos para a identificação desses constituintes oracionais e proceder à aplicação de exercícios com alunos do 3º grau, a fim de testar o modelo proposto. Ao adotar o princípio da centralidade do verbo, quando se propõe um estudo sintático-semântico de termos oracionais, torna-se necessário, evidentemente, que se tenha como suporte teórico a gramática de casos - base de relações de predicação semântica - e a gramática de valências, que trata de relações de dependência (previsibilidade) semântica e sintática entre os constituintes oracionais. O reconhecimento das diferentes funções semânticas, segundo a proposta de Fillmore e dos estudos de Borba, serviu para dar uma visão mais clara dos papéis semânticos que os segmentos nominais preposicionados exercem como argumento do nome abstrato, bem como para mostrar as relações sintático-semânticas desempenhadas por estes segmentos, o que permite uma distinção menos confusa do que é complemento nominal e do que é adjunto adnominal. Após delinear a nossa proposta com fins didático-pedagógicos, procuramos verificar a sua eficácia numa aplicação prática em duas turmas do Curso de Letras. Consideramos, a partir do cotejamento de exercícios aplicados antes e depois da apresentação da proposta, que houve melhoria no desempenho lingüístico dos alunos. Esse fato nos leva a concluir que a adoção da prática metodológica testada poderá propiciar um ensino mais eficaz da análise sintática.

CONDICIONAMENTOS E CARACTERÍSTICAS DA ALTERNÂNCIA DINAMICIDADE/ESTATIVIDADE

Luciana Romano Morilas - UNESP/SCar
GC2620C226

Tendo em vista as relações de predicação estabelecidas entre o verbo e seus argumentos na realização frasal (FILLMORE, 1968; 1977), bem como as variações devidas ao seu funcionamento no texto, estudam-se as possíveis variedades semânticas contextuais, partindo de uma tipologia sintático-semântica pré-estabelecida de uma mesma forma lexical do verbo para uma análise funcional (HALLIDAY, 1985). Considera-se ainda a interferência do emissor do texto de acordo com a sua liberdade de escolha, ou seja, a possibilidade de escolher o modo como vai transmitir uma mesma realidade (DU BOIS & THOMPSON, 1991). Essa possibilidade se reflete na tipologia oracional. Assim, admite-se que uma mesma raiz verbal pode estabelecer tanto uma relação dinâmica (*ação, processo, ação-processo*) quanto uma relação estática (*estado*) com os outros elementos constituintes da predicação (CHAFE, 1970; IGNÁCIO, 1984).

A intenção deste trabalho é demonstrar quais os expedientes responsáveis pela alternância dinamicidade/estatividade, sendo eles características e fatores determinantes,

estes aqui chamados de condicionamentos, seja no plano do discurso, seja no plano das relações semânticas ou das relações sintáticas que devem ser levados em conta:

- A polissemia:** o fato de um verbo adquirir um sentido diferente dependendo do contexto em que se encontra pode ensejar a alteração em questão;
- A focalização:** um expediente sintático de que se vale o falante na construção do enunciado pode interferir na mudança da classificação do verbo;
- O aspecto verbal:** a realização de um item verbal num determinado aspecto caracteriza-o como dinâmico ou estativo;
- papel temático do sujeito (Δ):** a função semântica ou papel temático do sujeito constitui a característica básica, fundamental, na caracterização do verbo como dinâmico ou estativo. É importante a observação desse dado visto que, na alternância de qualquer item verbal, todos os itens anteriores se mostram principalmente pela natureza do sujeito que, enquanto argumento hierarquicamente superior, se mostra como o principal fator característico pela referida alteração;
- O tipo de discurso:** se o discurso em que se insere a frase analisada for descritivo, este proporcionará que o falante escolha preferencialmente utilizar-se de verbos estativos, enquanto em discursos eminentemente narrativos, o falante elegerá primordialmente verbos dinâmicos;
- A forma pronominal do verbo:** a caracterização dinamicidade/estatividade de uma determinada forma verbal pode se alterar conforme este verbo se realize ou não na sua forma pronominal.

Dos expedientes relacionados, os que apresentam maior regularidade e influência aplicados conjuntamente são a natureza do sujeito e o aspecto verbal, de modo que é possível distinguir com propriedade as ocorrências dinâmicas das estativas através deles.

A PRAGMÁTICA DA REFERÊNCIA A ALVOS DE MOVIMENTO NAS CONSTRUÇÕES COM O VERBO IR.

Antonio João Carvalho Ribeiro - UFRJ
GC2620C226

Com base no conceito de função pragmática de Nunberg (1978) - apresento uma análise das motivações da referência "indireta" a alvos de movimento nas construções com o verbo *ir* em dados dos Projetos: MOBRAL/RJ, PEUL e NURC/RJ, entre outros, levantados com vistas à elaboração de minha tese de doutorado, p. ex.:

"Já há dois dias que eu estou dizendo que vou na tia e não vou.
... eu vou sempre na minha mãe, não é?" (PEUL, inf. 30)

Sugiro: 1) que tais usos se explicam (o que a teoria da gramática não pode fazer) pelo Princípio de Identificação (*ID Principle* ou *Access Principle*, cf. Fauconnier, 1995), segundo o qual se pode utilizar a descrição de um "objeto" para referir um outro (sua contraparte), pragmaticamente associado; e 2) que essas, entre outras, são conexões entre espaços mentais construídos por falantes/ouvintes na produção/interpretação do sentido dessas construções.

INTRODUTORES DE "ESPAÇOS MENTAIS" E MUDANÇAS DE PERSPECTIVA NA CONSTRUÇÃO LINGÜÍSTICA DA ARGUMENTAÇÃO

Valcira Coelho Chiavegatto - UERJ/ Gama Filho
GC26204C226

Desenvolvido sob a ótica da lingüística cognitiva como vem sendo proposta por Fauconnier (1994, 1997), Fauconnier e Sweetser (1996), Goldberg (1996), Turner (1997), entre outros, o objetivo deste trabalho é descrever e explicar como funcionam os introdutores de "espaços mentais" no processo de construção lingüística de textos argumentativos em português.

Tomando por base análises qualitativas efetuadas nos relatos de opinião (orais e escritos) do *corpus* D&G (UFRJ/UERJ) e do *corpus* Interacional de Prática Reflexiva do Projeto Pró-Leitura (UFJP), descrevem-se as construções gramaticais que ativam a abertura de novos espaços de referência nos enunciados, como tais formas se interconectam para a construção dos discursos e de que maneira ativam inferências pragmáticas essenciais para a construção e interpretação dos significados veiculados.

Constatando-se que tais introdutórios são poderosos ativadores do acesso e da transferência de informações entre espaços mentais, domínios cognitivos e sua representação nas construções lingüísticas, enfocam-se, especialmente, como tais formas atuam no processo de mudança de perspectiva do sujeito discursivo na construção da argumentação em língua portuguesa. As análises efetuadas são evidências de como processos cognitivos e lingüísticos se inter cruzam.

POLISSEMIA E CAMPOS SEMÂNTICOS - UMA ABORDAGEM CASUAL

Avani de Oliveira - UFRGS/UFSC
GC2621C226

A significação se instaura a partir dos *movimentos semânticos* articulados nas referências sócio-históricas e culturais, onde ocorre a interação efetiva entre os sujeitos, participantes de uma comunidade lingüística. A linguagem é, discursivamente, o 'instrumento' que materializa a significação, divisando os percursos dialéticos instanciados nos diferentes *lugares de dizer*.

Os sujeitos se 're-presentam' através de um conjunto de elementos que subsidia o amplo domínio da historicidade; existem princípios coercitivos no 'contrato' social, onde os sujeitos/enunciadores são, ao mesmo tempo livres/comprometidos, sujeitos/assujeitados, sem gerar contradições, pois o vínculo que eles mantêm com a sociedade observa critérios que regem as ações de todos, ou melhor dizendo, as ações de cada um em relação aos outros. Essa relação funciona como uma espécie de *norma contratual* institucionalmente prevista e regulada, a partir da qual os sujeitos têm a liberdade de escolher a sua própria *forma de representação*, o *papel* que desejam desempenhar na *cenografia* enunciativa.

Este *paper* tem o propósito de analisar as variações de sentido que se processam no interior de um mesmo *campo semântico* e que, por assegurarem o processo de recursividade enunciativa, configuram a *polissemia*. Adota como referencial teórico os postulados de Ladrière (1977), Bréal (1992), Maingueneau (1993), Furlanetto (1997, 1998), Parret (1996, 1998) e Vogt (1980, 1983). As perspectivas teórico-metodológicas desses autores se harmonizam com o *modelo casual da UFSC*, no sentido de implementar uma abordagem pragmático-discursiva na análise que se propõe. O trabalho inclui os contextos enunciativos da *Revista Veja*: 25/9/98, para explicitar as noções de *polissemia* e *campos semânticos*.

O *modelo casual da UFSC* funda-se no *modelo matricial* de Cook (1979, 1989), que já assinala avanços nesta área de estudos; ele é composto de oito casos: A (Agente) – E (Experienciador) – B (Benefactivo) – O (Objeto) – L (Locativo) – T (Tempo) – C (Comitativo) – H (Holístico), sob a ótica *não-localista*; cada *caso* corresponde a um *campo semântico*, que será utilizado como 'limite' para a projeção dos efeitos de sentido nos enunciados a serem interpretados. A imbricação contextual é considerada como instância legitimadora dos *dizeres* expressos em cada *campo semântico*, na medida em que sinaliza os aspectos pertinentes ao universo discursivo, espalhados nas ordens de referência sócio-culturais em que os enunciados se inserem.

IMPLICATURAS DE RELEVÂNCIA NO CÁLCULO DAS PRESSUPOSIÇÕES DE ENUNCIADO: UMA CONTRIBUIÇÃO À RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA PROJEÇÃO

Marcos Goldnadel - PUCRS
PI278C226

Pressuposições ativadas por determinadas construções sintáticas (orações clivadas) e itens lexicais (verbos factivos, implicativos, aspectuais, ...) estão sujeitas a cancelamento em determinados contextos lingüísticos. Um conjunto específico de contextos – o das sentenças da linguagem natural que equivalem às sentenças lógicas contendo os conectivos &, V, → (e, ou, se ... então) – tem sido motivo de debate, em virtude da contribuição que pode oferecer para a compreensão das diferenças entre linguagem verbal e linguagem lógica. Fenômenos de significação resistentes às análises lógico-semânticas, entre os quais figura o da *projeção pressuposicional*, podem receber um tratamento mais promissor se abordados dentro de uma teoria pragmática integrada com o nível semântico de análise.

O trabalho é resultado do estudo do fenômeno da projeção pressuposicional em teorias pragmáticas. Segue uma linha de análise que contribuiu para o tratamento do problema por identificar uma hierarquia de cancelamentos entre suposições pertencentes ao contexto, implicaturas e pressuposições. Examina uma espécie de cancelamento de pressuposições até agora não reconhecido pela literatura. Trata-se de cancelamento de pressuposições ativadas por verbos factivos (lamentar, p.ex.) em proposições conseqüentes de sentenças condicionais (se... então). O cancelamento é o resultado de inconsistência entre a pressuposição e um acarretamento de uma implicatura de relevância e da proposição expressa no antecedente. Frases do tipo 'Se a Ana votou no Carlos para a chefia do sector, eu lamento que alguém tenha votado num imoral' não pressupõem, apesar da presença do factivo 'lamentar', a verdade da proposição expressa pela sentença 'Alguém votou num imoral'. Há o cancelamento da pressuposição.

Cancelamentos desse tipo não são contemplados por nenhum dos modelos pragmáticos elaborados para lidar com o problema da projeção. O trabalho demonstra, no entanto, que é possível estender o modelo de Soames (1991) a fim de abarcar o conjunto de fenômenos identificados (aumentando, portanto, a capacidade descritiva da teoria), reforçando o caráter explicativo presente no artigo do autor.

O CÁLCULO GRICEANO DE IMPLICATURA CONVERSACIONAL E A TRADUÇÃO DE DIÁLOGOS EM OBRAS DE FICÇÃO

Beatriz Viçgas-Faria - PUCRS
PI2782C226

No âmbito de Inferências Pragmáticas e Tradução Literária, a comunicação que se quer apresentar pretende abrir uma discussão sobre o papel que eventualmente pode vir a desempenhar, para uma correta tradução de diálogos ficcionais, o conhecimento da noção de implicaturas conversacionais. Com base na teoria das implicaturas de Paul Grice, delineada em artigo publicado em 1975 (*Logic and Conversation*, in: Cole e Morgan, 1975), pretendo ilustrar com alguns diálogos do ficcionista Raymond Chandler (1950), por mim traduzidos do inglês, que o mesmo cálculo inferencial presente em um diálogo do texto original apresenta-se da mesma forma no diálogo correspondente do texto traduzido.

Paul Grice é o autor que inaugura, dentro da Pragmática, a noção, hoje consagrada, de "implicatura", um tipo de implícito existente na conversação humana. Ele tenta explicar por que freqüentemente um ouvinte vai entender muito mais do que o sentido literal contido nas exatas palavras de seu interlocutor, o falante. Grice apresenta uma série de

máximas conversacionais, divididas em quatro categorias (quantidade, qualidade, relação e modo), ao conjunto das quais ele dá o nome de Princípio da Cooperação.

O autor segue uma lógica dedutiva para mostrar como o ouvinte entende $p + q$ quando o falante enunciou apenas p . Para tanto, ele monta uma seqüência lógica, batizada de cálculo inferencial. Com exemplos de conversações tirados de uma obra de ficção escrita originalmente em inglês, montam-se cálculos inferenciais que explicariam a seqüência das falas nos diálogos selecionados. Utilizando-se uma tradução para o português desses diálogos, mostra-se que o mesmo cálculo vigora – e tenta-se então, a partir daí, verificar se esta seria uma regra, ou seja, coloca-se a seguinte pergunta: para que a tradução de um diálogo ficcional seja adequada, ela deve necessariamente seguir o mesmo cálculo inferencial presente no diálogo original?

PRESSUPOSIÇÃO E IMPLICATURA

Carla Leticia Mendes de Medeiros – UFSC
PI2784C226

O objetivo deste trabalho é fazer uma distinção entre o pressuposto e a implicatura, num contexto conversacional.

Os pressupostos são informações que podemos deduzir da enunciação de sentenças. O sentido literal da sentença denomina-se conteúdo posto. Mesmo negando o conteúdo, posto, os pressupostos se mantêm. Como os pressupostos são inferências que fazemos através do que é dito, concluímos que há palavras que ativam esses pressupostos, que então dentro de um contexto conversacional. Para inferirmos os pressupostos, podemos fazer por meios semânticos ou pragmáticos. Os pressupostos semânticos não dependem de um contexto para serem inferidos. Os pressupostos pragmáticos caracterizam-se por ser um processo de atribuição de crenças e intenções ao interlocutor. Segundo Ducrot, os pressupostos são as “entrelinhas” de uma conversação, porque quando falamos, consideramos que os nossos interlocutores dominam um repertório de informações, sem as quais as informações novas que fornecemos não podem ser compreendidas.

Por implicatura entendemos uma relação do que é dito literalmente e o que está por trás desse sentido literal. De um modo geral as expressões das línguas naturais apresentam sentidos simples, unitários e estáveis, contudo essas características possuem um caráter pragmático instável porque depende de um contexto determinado. Segundo a teoria da implicatura de Grice, há diretrizes com objetivo cooperativo para tornar a conversação mais cooperativa. Essas diretrizes dividem-se em quatro máximas que condicionam o que os interlocutores devem fazer para tornar o diálogo o mais eficaz possível.

Em geral, é fácil fazer uma distinção entre pressuposto e implicatura, contudo em alguns casos a diferença deles é um pouco mais sutil. Para isso podemos realizar alguns testes como:

- (1a) A Maria não se separou do João. (negação)
- (1b) É possível que a Maria tenha se separado do João. (operador modal)
- (1c) José compreendeu que a Maria se separou do marido. (factivo)
- (1d) Maria se separou do marido? (interrogação)

O pressuposto permanece diante da interrogação, com o uso de operador modal, verbo factivo ou interrogação, ao contrário da implicatura. Esses testes são artifícios que podemos utilizar quando não temos certeza se estamos diante de uma implicatura ou de pressuposto.

IMPLICAÇÃO E IMPLICATURA NA ÓTICA DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Ivo José Dittrich - UNIOESTE
PI279C226

O processo da comunicação humana envolve também a capacidade de realizar inferências. Um estudo nesse sentido tem sido realizado pela Teoria da Cognição e Relevância (SPERBER & WILSON, 1995). No entendimento de que comunicar é merecer a atenção do interlocutor, as Máximas Conversacionais (GRICE, 1975) são conjugadas sob a Máxima da Relevância, considerando que os interlocutores, ao realizarem inferências, atribuem significado às expressões lingüísticas de acordo com a relevância que lhes atribuem. Nesse sentido, as implicaturas (de ordem pragmática) e as implicações do tipo *modus tollens* ou *modus ponens* (de ordem lógico-semântica) complementam-se.

Parece delinear-se assim, à luz dessa teoria, a natureza pragmático-semântica das inferências e por isso o objetivo do presente estudo se prende à possibilidade de explicá-las a partir das noções de implicação, implicatura e relevância.

A SEMÂNTICA COGNITIVA DE GEORGE LAKOFF: UMA TEORIA DO CONHECIMENTO

Anglita Mendes Lunardi – UFSC
PI2792C226

Uma questão crucial posta às Ciências da Linguagem é a abordagem do significado, e este encontra-se, juntamente com as questões referentes à forma, no cerne dos estudos lingüísticos. A sua natureza e origem têm sido motivo de divergência dentro de teorias e servido de argumento para que novos paradigmas se estabeleçam.

Se observarmos o significado dentro do paradigma gerativista, por exemplo, veremos que o espaço que lhe é concedido é dentro e através da sintaxe. Se, por outro lado, tomamos a teoria semântica de Lakoff, dissidente ilustre da teoria gerativa, teremos o significado ancorado nas experiências corporais do indivíduo, nas suas experiências sensorio-motoras com tudo que o cerca. Para Lakoff, a noção de experiência envolve a “totalidade da experiência humana e tudo o que desempenha um papel nela - a natureza dos nossos corpos, nossas capacidades geneticamente herdadas, nosso modo de funcionamento físico no mundo, nossa organização social, etc.” (Lakoff, 1987)

Uma teoria da linguagem que considerasse a cognição, o desenvolvimento humano e a interação social como elementos indissociáveis na compreensão do significado é o que vai propor a Lingüística Experiencialista. Esta nova abordagem lingüística considera o sincronismo físico-sócio-emocional do indivíduo com o meio como constitutivo da significação. É a partir das capacidades cognitivas inatas, ativadas diretamente pela experiência, que se promove o movimento do conhecimento, em que as estruturas categoriais já adquiridas se movem dando espaço para que outras categorias surjam. O resultado será novos significados, novos conhecimentos.

Este trabalho propõe apresentar e discutir as contribuições que a abordagem traz aos estudos envolvendo a linguagem.

SENTIDO E REFERÊNCIA

Valéria Sanches Fonseca - UFRGS
PI2794C226

Esse trabalho coteja o ponto de vista lingüístico de Saussure e o lógico-filosófico de Frege e Peirce sobre o significado, objeto da semântica ainda em investigação. E, para isso, retomamos a noção de signo em cada cientista.

Por que o cotejo? Porque o significado, ou sentido, ou significação e outros recebe essas diversas designações e interpretações, segundo as correntes de pensamento, a época, a teoria, os estudiosos e as finalidades ou áreas de conhecimento em que são empregadas essas denominações (psicologia e outros), e conforme se considere ou não a presença da referência. Vê-se, assim, que as diversas propostas teóricas estudam o significado a partir de fatos semânticos distintos, o que não permite à noção de significado reduzir-se a um conceito científico mais preciso.

Examinaremos a noção de significado traçada por Saussure, Frege e Peirce, com o intuito, tão somente, de poder aproximá-los ou distanciar-los nessa questão tão polêmica de semântica.

CAMPO LEXICAL E PRODUÇÃO DISCURSIVA

Edna M. F. dos S. Nascimento - UNESP
& Maria Célia de M. Leonel - UNESP
PI271C226

Este trabalho faz parte de um projeto denominado *Mecanismos de referencialização e produção discursiva*, voltado para o estudo dos procedimentos que criam efeitos de veridicação em textos literários e da mídia.

Nossa concepção teórica fundamenta-se nos ensinamentos de Saussure que, ao postular o caráter imanente da língua, instaura a impossibilidade de recorrermos a um referente externo (objeto do mundo dito real), levando a semiótica de base hjelmsleviana a inscrever, entre suas preocupações, não o problema da verdade, mas o do dizer verdadeiro, da veridicação e dos mecanismos utilizados para sua produção.

Assim sendo, consideramos a organização do campo lexical de um texto como um dos mecanismos de construção da referencialização. Para tanto, utilizamos um texto-exemplo no qual levantamos lexemas que, empregados de forma sinonímica, antonímica, associativa ou em relações hiponímicas e hiperonímicas, recortam a mensagem que se quer transmitir, sendo responsáveis pelo efeito de construção da referencialização textual.

O agrupamento dos diferentes campos lexicais que se inter-relacionam na superfície textual, permitir-nos-á delinear as isotopias temáticas e figurativas representativas dos diferentes discursos que permeiam o texto.

OS SLOGANS POLÍTICOS DOS CANDIDATOS AO GOVERNO DE MATO GROSSO: UMA LEITURA SEMÂNTICO-DISCURSIVA

Roberto Leiser Baronas - UNESP
SD2714C226

O presente trabalho analisa o funcionamento discursivo dos slogans políticos utilizados pelos candidatos ao governo de Mato Grosso nas eleições deste ano (1998). Para tanto, buscou-se subsídios teóricos-metodológicos e epistemológicos em duas perspectivas, a saber: Semântica Argumentativa e Análise do Discurso francesa. Trabalhou-se, mais especificamente, num primeiro momento, à luz do *"Esboço de Uma Teoria Polifônica da Enunciação"* de Ducrot (1984), verificando as perspectivas de enunciação construídas nesses slogans, e, num segundo momento, valendo-se da categoria analítica de *"memória discursiva"*, trabalhada por Courtine (1981 e 1984), verificando que elementos do saber são atualizados e apagados nas formações discursivas que constituem esses slogans.

O PROCESSAMENTO DÊITICO NA CONSTITUIÇÃO DA POLIFONIA¹

Maria Angela Paulino Teixeira Lopes - PUCMG
SD27142C226

A dêixis tem sido compreendida, desde a origem do termo entre os gregos, como capacidade de "mostração" e de indicação de determinadas categorias gramaticais (artigos, pronomes, advérbios). Essa concepção, atrelada a uma visão de língua como código lingüístico, acabou reduzindo o estudo do fenômeno dêitico ao exame do enunciado, preso ao produto.

Por outro lado, a polifonia discursiva também tem sido apresentada e analisada como presença de "vozes" em um texto, sem, no entanto, descrever e explicitar quais seriam os procedimentos e estratégias do processamento lingüístico desse fenômeno.

Numa perspectiva discursiva, fundamentada em uma concepção de linguagem como atividade, o presente estudo pretende analisar como se dá o funcionamento do processo dêitico temporal/espacial, na instauração de instâncias de enunciação, responsável pela polifonia do texto.

¹ O texto da comunicação é resultado da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado, intitulada "O Processamento Dêitico na Constituição da Polifonia", defendida em abril de 1998 na PUC-MG, sob a orientação do Professor Milton do Nascimento.

O SIGNIFICADO EM CONSTRUÇÃO

Hosamis Ramos de Pádua - UFG
SD27144C226

O objetivo inicial desta comunicação é o de apresentar a compreensão da realidade social construída pelos moradores de uma determinada região, através de análise lingüística do termo "pobre" (não aceito pela população) e da expressão "fraco de situação" (aceita).

A região está localizada no município de Niquelândia - Estado de Goiás - e é denominada por "Acaba Vida" devido ao nome da serra, Serra Acaba Vida, na qual moram as várias famílias.

Após, pretende-se apresentar outros termos e expressões com as possíveis escolhas de trocas, como:

- 1- "morreu" substituído por "foi para o céu" ou "desencarnou" ou ainda "passou para uma outra vida";
- 2- "câncer" substituído por "C.A." ou "aquela doença que faz sofrer";
- 3- "negro" substituído por "pessoa bem moreninha" ou "pessoa de cor".

Partindo da constatação de que a linguagem é uma representação do pensamento construído em sociedade e que, portanto, está em permanente construção, será possível analisar a causa da troca, o porquê da escolha e em quais circunstâncias várias expressões são construídas e usadas em substituição aos termos que as traduziam anteriormente.

ESTRUTURAS ARGUMENTATIVAS "SÉRIA" E IRÔNICA: UM ESTUDO COMPARATIVO

Maria Célia Cortêz Passetti - UEM
SD2715C226

Em nossa dissertação de mestrado estudamos o discurso irônico, a partir da análise da argumentação irônica em textos opinativos da Folha de S. Paulo. Nesta comunicação pretendemos fazer algo que, na época, não era nosso objetivo: a comparação das estruturas argumentativas séria e irônica. Para isso aproveitamos um texto "sério" (aquele em que o locutor se assimila ao ponto de vista do enunciatador explícito no enunciado) retirado de um dos editoriais da *Folha* de 22-12-93, intitulado "Doação aberrante" e o comparamos com um artigo-assinado de Clóvis Rossi, da mesma data e página, versando sobre o mesmo tema, feito de forma altamente irônica, intitulado "Fé e idiotia". A estrutura argumentativa irônica desse texto já foi por nós levantada em nossa dissertação. O objetivo

desta comunicação, portanto, não é mais o de explicitar o seu sentido irônico, mas o de compará-lo ao editorial mencionado evidenciando suas diferenças e pontos em comum, a partir da consideração da categoria dos topoi argumentativos e das relações entre as estruturas argumentativas dos dois textos. Interessa-nos esclarecer como se dão os diferentes revestimentos enunciativo-discursivos em textos que tratam do mesmo tema, na mesma página (com possibilidades de terem até o mesmo autor ou autores). Com a análise concluímos que dentro de uma formação ideológica, as coerções do gênero textual e da enunciação levam a diferentes estruturações do discurso ainda que tendo uma estrutura argumentativa básica comum. Assim o jornal atinge mais amplamente seus variados tipos de leitores e reforça sua ideologia.

TEORIA DA CONVERSAÇÃO - PERSPECTIVA ESTILÍSTICA TEXTUAL

Aline C. K. Emilio - UEPG

SD27152C226

Um aspecto importante da Lingüística /Estilística da enunciação que vem merecendo numerosos estudos é o dos princípios que dirigem a conversação. Esse é o incentivo básico do trabalho, que tem por objetivo refletir sobre o estudo do implícito em Ducrot (1972), somado à teoria da conversação de Grice (1975) e a análise de Wilson e Sperber (1980) sobre a teoria de Grice em uma perspectiva estilística. Os itens desenvolvidos serão: a) O implícito e a expressividade; b) Fundamentação teórica; c) Texto e implícito. As reflexões emergentes desses estudos serão aplicadas em textos conseguidos na "Oficina de Produção de Texto", realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde o objetivo maior foi com uma concepção estilística de língua, que permitisse ao aluno extrair do idioma suas potencialidades, porque nelas se insere o aspecto expressivo estilístico.

A AMBIGÜIDADE DA NEGAÇÃO NA TEORIA DOS TOPOI

Eliana Tavares - FURG

SD27154C226

Investigaremos a questão da ambigüidade resultante de sentenças negativas, que envolverá fatores de diferentes ordens, quer lexical, quer semântico ou lógico, quer pragmático; além daqueles já convencionais, como o sintático, o dêitico, entre outros.

O questionamento proposto para descrição centra-se sobre a seguinte afirmação da teoria argumentativa desenvolvida por Ducrot e colaboradores: *uma sentença afirmativa e, em contrapartida, sua negativa, devem ter orientação argumentativa opostas*. Entretanto, vêm sendo apontados casos em que, aparentemente, podemos ter orientações argumentativas divergentes partindo de uma "mesma" sentença negativa.

Tomemos o exemplo:

Pedro não tem pouco dinheiro
Ele não tem dinheiro nenhum Ele tem dinheiro suficiente

Na tentativa de, justamente, dar conta de casos como esses, são recuperadas noções como *polifonia* e *dialogismo*, *implicatura* e *leis de discurso*, bem como rearranjados os conceitos de semântica e pragmática, que deverão constituir, como postulado por diversos teóricos, disciplinas inter-relacionadas.

Nessa medida, nos propomos descrever, a partir do componente lingüístico, a previsão do valor das expressões lingüísticas numa dada situação - componente retórico.

A descrição semântica proposta deve ser realizada a partir de uma fórmula que permita o cálculo e a verificação do efeito de sentido obtido pelo enunciado no momento em que for utilizado. Assim, a descrição semântica deve prever e explicar as significações que um enunciado pode ter nos diferentes contextos.

Nossa investigação, por ser baseada nos últimos estudos referentes à Teoria dos Topoi, trabalha com a perspectiva de que o lugar argumentativo em que se posiciona o enunciador é inerente ao próprio léxico, ou seja, que o movimento de orientação argumentativa é indicado a partir da seleção lexical.

A proposta de descrição semântica não deve ser interpretada apenas como uma prática de determinação lexical, porque mesmo quando pretendemos descrever uma palavra o objetivo final é o cálculo da significação do enunciado ou, na perspectiva por nós adotada, a determinação de seu movimento argumentativo.

A descrição lingüística será responsável pelo sentido do enunciado, calculado com base nos componentes lingüístico e retórico. São os conceitos de *implicatura conversacional* (subentendido) e *pragmática integrada* que suportam uma análise descritiva como a proposta.

SOBRE O "VALOR DE SIGNO" DAS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS INFANTIS

Maria Lúcia Batezat Duarte - Universidade Tuiuti do Paraná

SD2716C226

Casa, árvore, sol, passarinho são algumas das representações gráficas recorrentes nos desenhos infantis. Se uma primeira análise desses desenhos provoca apenas a constatação ctediada de uma repetição nada inventiva, um segundo momento de verificação permite, através do recorte das figuras, perceber um "discurso" sendo formulado pela criança no modo como ela as organiza e combina no espaço plástico. A combinação de representações gráficas (figuras) pertencentes ao "senso comum" e compreendidas com "valor de signo", parece dar origem a uma "sintaxe formal" que revela um discurso significativo do sujeito sobre as coisas da vida e da sua cultura.

Em *Mitologias*, Roland Barthes propôs um modelo para a leitura de imagens gráficas produzidas para as massas enfatizando as imagens não verbais: imagens visuais. A partir da seqüência lingüística Significante, Significado, Signo; verifica na produção comunicacional para as massas um processo metalingüístico, isto é, o termo inicial da comunicação publicitária seria um signo cultural que, esvaziado, transforma-se em um novo significante ao qual são aderidos novos significados de caráter mais intensamente ideológico e cultural. Barthes constrói então uma nova cadeia de sentidos cujo termo final é uma significação que aponta para um modo próprio de utilização do antigo signo.

Este aporte teórico permite um novo olhar para as velhas representações gráficas infantis e o exercício de atribuir-lhes um "valor de signo". Essa possibilidade, posta em diálogo neste estudo, permitiria re-significar a produção infantil de desenhos esclarecendo aspectos fundantes como a sua importância nos processos educacionais e comunicacionais, e na constituição sociocultural dos sujeitos.

Trata-se finalmente, de rever as categorias de Forma/Sentido, Conceito e Significação propostas por Barthes considerando como objeto de análise o desenho infantil. E também de tensionar os conceitos de Mito e Mitologia, definidores, para o autor, da abordagem proposta.

¹ Usa-se aqui esse termo de acordo com o sentido proposto por Roland Barthes em *Mitologias*.

RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO EM KAMAIURÁ (TUPI-GUARANI)

Lucy Seki – UNICAMP
IMS268C239

O trabalho tem como objetivo tratar, numa perspectiva funcional-tipológica, os diferentes tipos de coordenação (conjuntiva, disjuntiva e adversativa) existentes na língua kamaiurá (tupi-guarani) e os recursos usados para expressá-los.

A coordenação se realiza em kamaiurá por meio da parataxe (justaposição) e por meio de elementos conjuntivos, recursos estes que acumulam outras funções na língua. Afora a parataxe, usada para expressar coordenação tanto de orações quanto de subconstituintes da oração, a língua emprega distintos morfemas para assinalar as relações de coordenação nestes dois níveis. No que respeita ao nível da sentença, são descritas mais detalhadamente as coordenações marcadas com o traço [+adversativo], isto é, que assinalam a existência de contraste entre os conjuntos ou suas implicações (Payne, 1985:6): coordenação contrastiva simples, contra expectativa e preventiva, e são analisadas as relações semântico-pragmáticas entre estas formas de coordenação, certas partículas de segunda posição e mudanças na ordem de constituintes. No nível de constituintes, o foco da análise recai sobre construções coordenadas com o morfema nite, formalmente idêntico à posposição que marca o comitativo, e que coloca a questão da interpretação da relação expressa como sendo comitativa ou conjuntiva, levantando-se um conjunto de propriedades que permitem distingui-las.

PREFIXOS RELACIONAIS

Marci Fileti Martins - UNICAMP
IMS2682C239

Como em outras línguas da família tupi-guarani, o mbyá¹, dialeto da língua guarani, vai apresentar uma classe de termos ditos *relacionais*. O prefixo relacional {r-}: r-ì í, responsável pela alternância r-ì í no segmento inicial das raízes nominais e verbais, leva à divisão das raízes em duas grandes classes morfológicas: classe r- e classe ø, que englobam os vocábulos inalienáveis em mbyá.

Essa divisão em duas classes morfológicas pode ser considerada preliminarmente a partir de uma motivação fonológica, pois, na maioria dos casos, o alomorfe r- liga-se a vocábulos iniciados por vogais. Já o alomorfe ø é unido a radicais que apresentam consoante no seu segmento inicial, pois não há no dialeto grupos consonantais propriamente ditos, ou ainda, a radicais iniciados por vogal diferente de e. Entretanto, em outra situação, não há razão fonológica aparente para que certos radicais, como por exemplo akã, "galho", seja prefixado com o alomorfe r-, enquanto que o seu homônimo -akã, "cabeça", seja ligado ao alomorfe ø (Dooley 1983:16). Este fato sugere uma possível interação entre os componentes morfológico/sintático e fonológico da gramática, ou, ainda, estas alterações podem estar relacionadas à capacidade de alguns vocábulos serem ou não inerentemente relacionais, isto é, à capacidade de terem ou não o seu possuidor especificado. Os termos de *partes-do-corpo* e de parentesco, que, em um grande número de línguas, caracterizam-se como nomes inalienavelmente possuídos, parecem exibir em mbyá alterações no seu segmento inicial relacionadas a esta característica.

¹Os dados do dialeto mbyá aqui analisados fazem parte de um corpus mais amplo, falado nos assentamentos de Maciambu e Morro dos Cavalos, município de Palhoça (SC)

OS PREFIXOS RELACIONAIS EM SURUÍ DO TOCANTINS

Débora David das Neves – UFPa
IMS2684C239

O estudo em questão objetiva descrever a ocorrência dos prefixos relacionais e seus respectivos alomorfes na língua suruí do Tocantins.

Considerando a abordagem de Rodrigues (1990) sobre os prefixos relacionais, verificou-se que em suruí há o prefixo relacional de contigüidade e o prefixo relacional de não-contigüidade, como se observa também em várias línguas da família tupi-guarani.

LÍNGUA IKPENG/TXIKÃO (KARÍB):

ASPECTOS DA MORFOSSINTAXE NOMINAL

Frantomé B. Pacheco - UNICAMP
IMS269C239

A língua ikpeng, conhecida por "txikão", é falada por uma comunidade de duzentas e cinquenta pessoas, que habitam nas proximidades do Posto Indígena Pavuru, Parque Indígena do Xingu (MT).

O trabalho pretende mostrar como a língua organiza as construções que tenham o nome por núcleo, discutindo os seguintes aspectos: a) estrutura das construções genitivas; b) formação de nomes a partir de verbos; c) coordenação de núcleos nominais; e d) relação nome-modificador.

Com isso, pretendemos abordar como se comporta gramaticalmente o nome, de uma forma bastante geral, tentando fornecer subsídios para futuras pesquisas sobre os aspectos discutidos e sobre outros fenômenos relacionados ao nominal.

Tomaremos como referência os trabalhos sobre a gramática ikpeng (Pacheco, 1997 e 1998; Campetela, 1997), trabalhos sobre as línguas karíb (Derbishire, 1985; Gildea, 1992, entre outros), além de trabalhos sobre a morfosintaxe em geral (Nichols, 1986; Zwicky, 1993).

EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS ENTRE OS KARAJÁ

Karylleila Andrade – USP
IMS2692C239

A língua é um dos elementos mais persistentes da cultura em geral. Concomitantemente, com os processos de integração e transformação sócio-econômico e cultural, grupos indígenas vêm, em alguns casos, perdendo sua própria estrutura lingüística inicial em favor da língua de grupos majoritários. Outros vêm apenas recheando o sistema lingüístico de novas 'palavras' através dos mesmos processos. O trabalho tem como objetivo de análise os empréstimos lingüísticos incorporados ao léxico da língua karajá, em virtude do contato direto com indivíduos inter e extratribais sertanistas, comerciantes, etc. A língua a ser pesquisada pertence ao grupo karajá, família karajá, tronco macro-jê (RODRIGUES, 1986), situada na Aldeia Txuiri, Ilha do Bananal, Estado do Tocantins.

Como ilustração, apresentam-se alguns dados analisados sob uma perspectiva morfológica. Com efeito, deve-se observar que o estudo temático da língua acompanha ainda uma abordagem morfosintática, fonológica e semântica de tais dados.

Ex:	ijarany	"bicicleta"
	i-	'seu, sua' (pref. pronominal - 3 ^o p. sg. pron poss.)
	-jara-	'correr' (rad. verbal)
	-ny	(suf. nom.)

BILINGÜISMO MAKUXI - MALOCA DA RAPOSA

Déborah de B. P. F. Freitas - UFR
IMS2694C239

O grupo makuxi de Roraima, com língua do mesmo nome (família karib), enfrenta um contato com a sociedade majoritária há cerca de dois séculos (Diniz, 1972). Apesar da perda de elementos tradicionais, constituem um grupo social cultural e linguisticamente distinto. A Maloca da Raposa, que está a 178 km de Boa Vista, capital do Estado, tem uma população de aproximadamente 600 índios que possuem níveis variados de proficiência e uso de makuxi e português.

A escola, implantada pelo Estado em 1961, além do 1º e 2º graus tem um *campus* avançado da Universidade Federal de Roraima, onde funciona o curso de Pedagogia. Algumas séries, fora o currículo oficial, têm aulas de makuxi administradas por um professor bilíngüe nativo, entretanto, a língua indígena raramente é usada no cotidiano escolar, em nenhuma das modalidades - oral e escrita.

Cerca de 10% da comunidade, observando as variáveis de sexo e idade (7 a 15 anos, 16 a 32 anos e 33 anos e +), compõem o universo da nossa amostra; 89% dos entrevistados fazem uso, mesmo que de forma, constância e intensidade variada, tanto do Makuxi como do português. Concordando com Mackey (1968) que o uso individual de duas línguas pressupõe a existência de um grupo bilíngüe, a Maloca da Raposa é assim por nós caracterizada.

Entretanto, constatamos que, com o passar do tempo, um número maior de pessoas vem substituindo a língua indígena pela da sociedade envolvente, inclusive como primeira língua aprendida. Em relação à execução de tarefas e vivências no dia a dia, observamos o predomínio da língua portuguesa nas duas primeiras faixas etárias, em maior escala na primeira. Apesar disto os entrevistados demonstram um sentimento positivo em relação a sua língua tradicional, relacionando-a com a preservação da identidade étnica e identificando-a como via de acesso à cultura tradicional, à história oral e à sapiência dos mais velhos.

Para isso a escola é apontada como um possível espaço mantenedor/revitalizador da tradição makuxi; sendo assim, é necessário neste momento diagnosticar de forma mais precisa e minuciosa o uso das duas línguas na escola e detectar as expectativas da comunidade quanto ao papel da língua indígena no processo educacional.

(NÃO)-CONFIGURACIONALIDADE EM KASDIWÉU

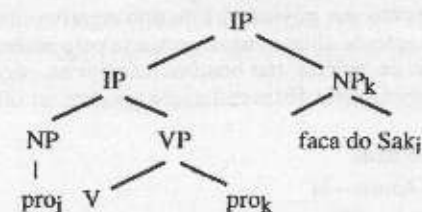
M. Filomena Sandalo - UNICAMP
IMS261C239

Este trabalho apresenta uma descrição e análise da sintaxe e da morfologia verbal do kadiwéu, sob a perspectiva de Bittner & Hale (1996). O objetivo deste estudo é esclarecer alguns pontos da chamada sintaxe "não-configuracional" de línguas polissintéticas. De acordo com este trabalho, a aparente ordem livre dos constituintes e a aparente possibilidade de violar a Condição C da teoria da Vinculação deriva-se de uma interação entre os sistemas de ergatividade cindida, obviação e restrições que regulam a posição do sujeito no *output*.

Jelinek (1984) deriva a ordem livre dos constituintes das línguas polissintéticas dizendo que as línguas podem escolher que elementos funcionam como argumentos. De acordo com Jelinek, clíticos e afixos pronominais são argumentos nestas línguas e sintagmas nominais (NP) são adjuntos. Sendo adjuntos, eles podem aparecer em qualquer ordem ou ser omitidos. Uma visão similar encontra-se em Baker (1995). De acordo com Baker, os

morfemas verbais das línguas polissintéticas não substituem argumentos convencionais. Neste ponto de vista, as línguas polissintéticas são caracterizadas por uma estrutura de frase na qual NPs são gerados como adjuntos e os argumentos verbais são uma categoria vazia *pro*. Como argumento, Baker observa que estas línguas são caracterizadas por uma aparente violação da Condição C em frases do tipo "Ele_i quebrou a faca do João_j", onde um NP pode estar vinculado a uma categoria que a c-comanda. Na configuração proposta por Baker a frase mencionada é possível, pois o sujeito *pro* não c-comanda o NP João na posição de adjunto:

(1) Baker 1995



A proposta de que sintagmas nominais são adjuntos não se acomoda, entretanto, nos vários aspectos da língua kadiwéu, língua polissintética da família Guaikurú falada no Mato Grosso do Sul. Por exemplo:

1. A ordem de constituintes não é completamente livre em encaixadas
2. A extração de longa distância é sensível ao Princípio das Categorias Vazias
3. A violação da Condição C é possível apenas em encaixadas
4. A violação da Condição C é possível apenas quando o COMP e verbo estão adjacentes

ANÁLISE DE ALGUNS VERBOS POSICIONAIS EM KAYAPÓ (MEBENGOKRÊN)

Marília de N. de O. Ferreira - UNICAMP/UFPA
IV2614C239

Esta comunicação visa apresentar uma análise de alguns verbos posicionais na língua falada pelos mebengokrên de um ponto de vista funcionalista.

Stout e Thomson (1974) afirmam que verbos como o *nhü*, o *ja*, o *nõ* e o *mõ* pospostos aos verbos das proposições são usados para marcar um tipo de modalidade de orientação-duração, neste caso, o continuativo-presente.

Assim, nossa proposta é a de descrever as várias possibilidades de ocorrência de tais verbos nesta língua como, por exemplo, como verbos "principais" de uma sentença e como verbos "auxiliares" em outras, como é o caso do continuativo-presente aqui apontado, conforme a nomenclatura de Stout e Thomson (*op.cit.*). (O uso tradicional dos termos verbos principais e auxiliares se faz no momento pela falta de uma denominação mais adequada.)

MARCAS DE MODO E ASPECTO EM XIPAYA

Carmen Lúcia Reis Rodrigues - UFPA
IV26142C239

O verbo em xipaya (tupi) pode apresentar-se no modo real ou no modo irreal. O modo real é marcado pelo verbo em sua forma de base e o modo irreal é marcado pelo sufixo *-a* no radical verbal. No modo real o evento, expresso pelo verbo, pode se manifestar no presente, no passado ou no futuro. Neste modo, além das noções de tempo, temos também a forma verbal para o presente progressivo. No irreal, agrupamos as formas verbais que indicam o prospectivo, o futuro modal, o intencional, o condicional irreal e o iterativo.

ASPECTOS DA ERGATIVIDADE NA LÍNGUA POYANÁWA (PANO)

Aldir Santos de Paula - UFAL/UNICAMP
IV26144C239

O objetivo deste trabalho é descrever alguns aspectos da ergatividade na língua poyanáwa, tipologicamente classificada como da família pano e falada pelo grupo de mesmo nome, que vive às margens do Rio Mõa, Município de Mâncio Lima, Estado do Acre. A análise dos dados será baseada principalmente em Dixon (1994) e procura caracterizar as principais realizações do caso ergativo na língua.

A marcação de caso em poyanáwa é do tipo ergativo-absolutivo. O caso ergativo é marcado pela nasalização da última vogal, ou ainda pelo acréscimo do sufixo **-nan** ao SN que ocupa a função de sujeito nas orações transitivas, enquanto o caso absolutivo não é marcado morfológicamente. Estas realizações podem ser observadas nos exemplos seguintes:

Orações intransitivas

1. ð a-O huhu-hantsi - ki
cu-ABS chorar-? - AF
"eu chorei bastante"

Orações Transitivas

2. ð wa-n Baki-O kanda
mãe-ERG menino-ABS chamar
"a mãe chamou o menino"
3. ð-nan a-O patsa
cu-ERG cle-ABS bater (surrar)
"eu bati nele"
4. a-nan kapð-O ku S a-pawti
cle(a)-ERG jacaré-ABS matar-PAS I
"ele(a) matava jacaré"
5. tankara-nan tu-O rðw-a
galinha-ERG ovo-ABS botar-PRES
"a galinha botou ovo"

VERBOS DE FORMA LONGA EM SUYÁ (KISÊDJÊ)

Ludoviko dos Santos - UEL-PR
IV2615C239

O suyá é uma língua da família jê falada por cerca de 250 pessoas no Parque Indígena do Xingu (Mato Grosso-Brasil). Esta língua apresenta uma variação morfofonológica de verbos condicionada, na maioria das vezes, pela negação, pelo aspecto progressivo e pelo aspecto futuro. Os exemplos abaixo ilustram tal distribuição (SANTOS, Ludoviko dos. *Descrição de Aspectos Morfosintáticos da Língua Suyá (Kisêdjê) Família Jê*. UFSC, 1997).

1. mendijê ra ngre
mulheres ms dançar
"As mulheres dançaram"
2. mendijê ra ngere kerê
mulheres ms dançar neg
"As mulheres não dançaram"
3. pa -n wa tep ku
lps top lps peixe comer
"Eu que comi peixe"
4. pa -n wa tep kuru ro nhy
lps top lps peixe comer part v. pos.
"Eu que estou comendo peixe"
5. ludu ra tep kuru mã
n.próp. ms peixe comer fut
"Ludo comerá peixe"

Em 1 temos uma oração neutra, sem marcas de tempo/aspecto, que indica sempre um fato passado. Em 2, condicionado pela negação, o verbo ngre "dançar" assume sua forma longa ngere. O verbo ku "comer" (cf. 3), condicionado pelo progressivo (cf. 4), toma sua forma longa: kuru. Este mesmo verbo ocorre na forma longa, condicionado pela partícula que expressa o futuro, no dado 5.

Apesar desse condicionamento, o estatuto do verbo de forma longa não é claro. A dificuldade decorre do fato de que, em alguns contextos, nem todos ainda identificados, o verbo de forma longa parece funcionar como nome. Para desenvolver-se tal interpretação, é necessário discorrer sobre as partículas e posições do suyá. No entanto, restrinjo-me apenas à partícula mã que mais facilmente contribuirá para esclarecermos o ponto de vista aqui abordado, embora sua distribuição seja mais complexa do que outras partículas e posições.

Nossa intenção com este trabalho é colocar em discussão a possibilidade de os verbos de forma longa serem considerados nomes.

ASPECTOS DA MORFOLOGIA VERBAL DO AGUARUNA (JÍVARO)

Angel Corbera Mori - UNICAMP
IV26152C239

Este trabalho visa como tema principal a uma descrição básica do verbo no aguaruna, uma língua indígena da família jvaro falada na região norte da Amazônia do Peru.

O trabalho compreende duas partes. Uma, onde se trata da formação dos verbos a partir de bases nominais e verbais. A formação de verbos a partir de bases nominais dá-se por meio dos sufixos [-ma] 'fatitivo', [-maga ≈ -mea] 'transformativo' e [-t(a)] 'infinitivo'. Os verbos resultantes das bases verbais incluem os causativos, reflexivos, recíprocos e repetitivos. Nesses casos, o morfema derivativo é também dado por sufixos, exceto o causativo que inclui, além dos sufixos, um conjunto de prefixos circunscritos às vogais [a-, u-, e-]. Uma segunda parte inclui os tipos de verbos que resultam segundo a função que cumprem numa construção sintática, ou seja, levando em conta a presença ou não de um SN em função de argumento interno do verbo. Nesta segunda parte descreve-se, igualmente, a morfologia flexional do verbo, focalizando-se os marcadores de pessoa, número, tempo, modo e aspecto.

RELATIVIZAÇÃO EMPANARÁ

Luciana G. Dourado - UNICAMP/UNB
IV26154C239

Na língua panará (família lingüística j) há uma série de construções que atendem à definição das chamadas orações relativas (Comrie, 1981). Essas orações são pós-nominais, isto é, ocorrem após o elemento nominal com o qual se relacionam. A língua, contudo, emprega diferentes estratégias para expressar a relativização:

- 1) como oração plena: a) com a oração relativa seguida por um operador (ra), ou simplesmente sem qualquer operador, caso em que vem intercalada - ocupando a posição entre o núcleo e os demais constituintes da oração matriz; b) com a oração relativa introduzida por um operador (mãmã) e/ou um dêitico (ia) seguido de posição;
- 2) como oração reduzida pela nominalização do seu predicado por meio de afixo.

Também ocorreu nessa língua orações relativas sem núcleo, introduzidas por pronome interrogativo marcado por caso. As estratégias utilizadas pela língua para expressar a relativização estão relacionadas com as funções dos constituintes relativizados: Formalmente não existe diferença entre orações relativas restritivas e não-restritivas.

TRATAMENTO ACÚSTICO DAS VARIANTES INDIVIDUAIS EM BANÍWA-HOHODENE, LÍNGUA DA FAMÍLIA ARAWÁK

Iara Maria Teles – UNIR
IFE2619C239

Baníwa-hohodene é uma língua falada na Comunidade Uzuki-Cachoeira, do Alto Içana, afluente do Rio Negro, no Noroeste do Estado do Amazonas. Esta língua apresenta variantes individuais dificilmente detectáveis em nível perceptual. A definição pontual destas variantes só foi possível por uma análise acústica acurada realizada através do programa de análise linguística – “*Computerized Extraction of Components of Intonation in Language*” (CECIL). A análise espectrográfica permitiu, por exemplo, identificar uma variante fricativa surda [s] da aproximante retroflexa surda [óʃ], na palavra [páóʃada] “barriga”, com informantes diferentes. Para a série dos róticos, distinguiu-se a realização de vibrante, tepe alveolar, flape retroflexo e flape lateral. A análise acústica detectou a realização de tepe alveolar em um informante e a de uma vibrante em outro, para a mesma palavra e, no mesmo informante, realizações diferentes para o tepe alveolar.

PROCESSOS QUE DETERMINAM A ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS TRAÇOS CONSTITUINTES DAS DISTINTAS REALIZAÇÕES DO SEGMENTO /a/ EM WAPICHANA

Manoel Gomes dos Santos UFRR
IFE26192C239

Os wapichana são um povo indígena que fala uma língua de igual nome pertencente à família aruák (RODRIGUES, 1986: 71). Sua população é estimada em cerca de 12.500 pessoas que habitam 35 malocas localizadas no Brasil e na República Federativa da Guiana. No Brasil, especificamente, situam-se 26 dessas malocas com algo em torno de 3.500 habitantes espalhados na região do lavrado de Roraima, porção nordeste deste Estado (DIOCESE DE RORAIMA, 1989: 71). O propósito deste trabalho é descrever e interpretar à luz da teoria Geometria de Traços, especialmente a proposta de Clements e Hume (1993), os processos fonológicos de assimilação (coronalização; espraiamento do traço vocálico de segmento consonantal complexo sobre o segmento vocálico e harmonia vocálica) que resultam em diferentes realizações do segmento /a/ na língua wapichana. Em seu trabalho *Wapishana Phonology*, Frances Tracy (1972), tomando como base informantes dessa língua que habitam a República Federativa da Guiana, tratou desse assunto, mas o método por ela empregado – a Tagmêmica – de natureza estruturalista, não lhe permitiu aprofundar sua pesquisa e cobrir certos aspectos que os métodos mais atuais alcançam.

AS ESTRUTURAS SILÁBICAS DO CANELA APÂNIEKRÁ E DO PYKOPYÊ: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DA SÍLABA NAS LÍNGUAS TIMBIRA

Flávia de Castro USP
Rosane Muñoz de Sá USP
IFE26194C239

O canela apâniekrá assim como o pykopyê compõem com outras variantes (ramkókamekra, krikatí, parakáteje e krahô) a língua timbira, pertencente à família jê. Os apâniekrá vivem na Área Indígena Porquinhos, município de Barra do Corda, MA. Os gavião, na Área Indígena Governador, Área Indígena Rubiácea e Área Indígena Riachinho, município de Amarante, MA. O canela apâniekrá apresenta os seguintes padrões silábicos atestados em qualquer posição do vocábulo: CV, V, CVC, VC. De acordo com Clements & Keyser (1983), as línguas que apresentam esses padrões são do tipo IV. A língua ainda apresenta como variantes os padrões CVV, VV, CCV, CCVC, CCVV.

Já o pykopyê apresenta os seguintes padrões silábicos atestados em qualquer posição do vocábulo: CV, CVC. De acordo com Clements & Keyser (*op.cit.*), as línguas que apresentam esses padrões são do tipo III. A língua ainda apresenta como variantes os padrões CCV, CCVC, CVV, CCVV, CVVC. Além desses padrões foi encontrado também o padrão VC, mas somente em início absoluto, o que o caracteriza como um *edge effect*, segundo Juliette Blevins (1995).

Como em qualquer outra língua, o canela e o pykopyê apresentam restrições quanto à presença de fonemas em determinadas posições da sílaba (*onset*, rima ou coda). Assim, algumas seqüências de consoantes no *onset* complexo são, segundo o Princípio do Contorno Obrigatório (OCP)¹ das línguas, malformadas. Não vão ocorrer, então, seqüências de segmentos labiais *pw nem coronais *tr, tj, tsér, tséj. Seqüências de segmentos contínuos também representam uma violação de OCP *wr, wj, Rw, Rj, jw, jr.

Outra característica interessante das línguas Timbira são seus alongamentos (vocálicos e consonantais). Em canela apâniekrá, o alongamento da consoante parece estar condicionado à ocorrência/ausência de vogal alongada: se o núcleo silábico tiver sua vogal alongada não há lugar para o alongamento da consoante, mas se não o tiver, há lugar. Em pykopyê, vogais alongadas parecem ocupar o lugar de consoantes subespecificadas, como a oclusiva glotal e a fricativa aspirada, devido a um mecanismo compensatório, pois a língua parece ser sensível ao peso silábico.

¹ Esse princípio deve-se a Leben (1973) e foi proposto originalmente para resolver problemas tonais, sendo estendido para os segmentos por McCarthy (1986), nos seguintes termos: elementos adjacentes idênticos são proibidos.

O DISCURSO RELIGIOSO GUARANI MBYÁ

Luiz C. Borges
CNPq/Museu de Astronomia e Ciências Afins(RJ)
IFE2620C239

Esta comunicação tem por objetivo apresentar uma análise discursiva do discurso religioso guarani mbyá, utilizando como dado os textos míticos reunidos na coletânea *Ayvu Rapyta*, publicada por Leon Cadogan.

O enfoque analítico assume, em primeiro lugar, que os mitos constituem, além de documento de fundação histórica de um povo, uma fundação, pela qual as narrativas mitológicas, assumidas em sua discursividade, são entendidas como discurso fundador. A segunda perspectiva, considera-os como uma prática discursiva, pela qual os textos bem como os rituais são tomados como material de análise.

Assim considerado, o discurso religioso mostra-se como a forma discursiva central da sociedade mbyá, base do processo de assujeitamento e de identidade desse povo. É no eixo sagrado/profano que os guarani mbyá sustentam a sua alteridade. O que a análise da prática discursiva mbyá revela é que o núcleo de todo processo discursivo desses guarani é formado pela errância *terra* → **TERRA**. É, pois, essa errância que discursivamente caracteriza a vida mbyá.

O ÍNDIO E A SOCIEDADE NÃO-ÍNDIA

Maria Suely de Aguiar UFG/FL/MA
IFE26202C239

O presente trabalho visa à exibição de um vídeo (11 mn.) e ao relato de um dos eventos que levamos a cabo em uma escola pública no interior do Estado de Goiás, em setembro de 1997.

O propósito é o de disseminar um pouco dos resultados de nossas pesquisas junto aos índios aos não-índios. Assim, estaremos motivando todo o corpo da escola - professor, diretor, alunos, merendeiras, faxineiras, guardas etc. - e a comunidade em geral - pai, mãe, irmãos, amigos, etc. - a repensar o conceito de índio.

Esse mesmo tipo de evento também é realizado junto aos índios quando eles estão reunidos em sala de aula no curso de Formação de Professores Índios (Projeto Tucum), pois nesse momento eles dão depoimentos de como se vêem, como percebem o não-índio, de quem é o índio no contexto histórico e atual.

Acreditamos que com este tipo de atuação estamos ensaiando uma nova metodologia de trabalho entre culturas diferentes. Esse tipo de evento proporciona um olhar questionador natural tanto do índio sobre o não-índio, quanto do não-índio sobre o índio, já que é sabido que ambos têm sido vítimas de conceitos preestabelecidos.

O DISCURSO SOBRE A ESCRITA EM SOCIEDADES INDÍGENAS

Ceci M. Aparecida Honório UNICAMP
IFE26204C239

A partir de uma perspectiva discursiva, procuramos explicitar o funcionamento da escrita no contexto indígena, partindo do pressuposto de que o imaginário da escrita projetada sobre a oralidade funciona como alteridade no processo de constituição de um saber sobre a língua, e de que, portanto, a relação do simbólico com o real não é direta. Há deslocamentos. Em outras palavras, este trabalho situa-se no campo teórico caracterizado pela *passagem da noção de funcionamento da língua para o discurso, e a construção de um dispositivo analítico fundado na noção de efeito metafórico* (Orlandi, 1996:79). A escrita, portanto, será aqui entendida através de um lugar discursivo em que as representações imaginárias e a história funcionam no processo de produção de sentidos, deslocando sujeitos e discursos. Deste lugar de interpretação procuramos compreender o funcionamento de certas formas políticas do século XVII ao XIX - fundamentadas na construção de instrumentos lingüísticos - que sustentaram práticas religiosas e jurídicas, apagando ambigüidades. A constituição do sujeito e de um discurso sobre a escrita, determinada por injunções dessa ordem do simbólico será o ponto central de nossas discussões.

O PROFANO SACRALIZADO OU A PESQUISA ETNOGRÁFICA COMO CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

Vera Helena Gomes Wielewicki UEM/USP
ET278C239

O objetivo deste trabalho é discutir como a pesquisa etnográfica, mais especificamente no contexto educacional, pode ser vista como uma construção discursiva. Para isso, procurarei definir etnografia, discutindo seus princípios e as formas de avaliação de seus resultados. Alguns conceitos serão problematizados, como a questão da representação, a relação verdade-ciência, e o papel da teoria na pesquisa etnográfica.

PROCISSÕES NAS MINAS SETECENTISTAS: SIGNO DA REAFIRMAÇÃO DO PODER

Fábio César Montanheiro UNESP/FCL/Car/CAPES
ET2782C239

Nosso trabalho de mestrado consiste na análise de livros de compromisso de sociedades religiosas leigas, conhecidas como "irmandades", das Minas Gerais do século XVIII. Tomando como fundamentação teórica os postulados da Análise do Discurso de linha francesa, procuramos verificar como os ideais de liberdade dos negros escravos se materializam discursivamente nesses livros, através de marcas enunciativas presentes em tais discursos, considerando o meio histórico-social em que foram produzidos.

Para este evento, trataremos de um dos aspectos da sociedade setecentista mineira - as festas -, materializadas nas procissões que então se realizavam. Recorrendo à AD, encararemos esses eventos não só como manifestações engendradas sob o signo do barroco e das resoluções pós-Tridentinas, mas também, num segundo plano, como expressão de consolidação das classes dominantes.

A EDUCAÇÃO PELO SILÊNCIO: O FETIÇO DA LINGUAGEM NO CANDOMBLÉ

Marialda Jovita Silveira UESC
ET2784C239

A dimensão pedagógica das práticas operadas nos terreiros de candomblé é vista a partir da compreensão do estatuto que a linguagem do silêncio possui entre os falantes. Analisando as interações verbais, numa comunidade de tradição africano-brasileira, o estudo toma o silêncio como uma microatitude da vida cotidiana que reflete importantes indicadores para a compreensão da prática educativa de um grupo. O silêncio, instituindo-se como um discurso matriz, porque legado da cultura africana, revela elementos no que concerne ao seu valor simbólico e cultural. O estudo preocupa-se com o resgate epistêmico do conhecimento comum, da linguagem e da educação, em comunidade cujo *ethos* se distancia dos padrões religiosos dominantes e dos espaços educativos tradicionais. O silêncio consolida-se como resistência a valores culturais hegemônicos, sugere novas formas de o sujeito estar no mundo e se relacionar com o outro, de construir novas estratégias de vivência no coletivo.

O estudo é de natureza etnográfica, com base nos princípios da pesquisa participante. Os resultados finais apontam para considerar o silêncio discurso fundamental à configuração de novos conteúdos educacionais, apontando para um modo singular como cada sujeito interpreta a sua experiência e representa o mundo.

DEPURAÇÃO DO MITO DO GAÚCHO - UMA CRÍTICA IDEOLÓGICA DA CULTURA

Geane Valesca da Cunha Klein UFSC
ET279C239

A linguagem serve de alicerce para a revelação do mito, cujo significado está vinculado a grupos de acontecimentos. Considera-se que o mito carrega em si a capacidade de revelar a maneira como a sociedade em que ele se originou vê o mundo e as relações que os homens estabelecem entre si. A própria antropologia assume a existência do mito dentro de um contexto social.

O mito do gaúcho é contemporâneo e reflete um ideal de vida a conquistar. A modificação das condições sócio-históricas, com o povoamento e o surgimento da propriedade privada, levou o homem sulino a idealizar protótipos de vida. O gaúcho

assimilado encontrou sua forma de expressão nas narrativas de galpão, contemplando-se na palavra da maneira como gostaria de ser visto na realidade, projetando o «eu» em uma imagem que se faz concreta através do discurso.

A aceitação e a insistência em propagar a figura mítica do gaúcho não são gratuitas. Se há enraizamento, é em função de uma realidade sócio-cultural. O engrandecimento imaginário da figura do gaúcho constitui o processo de mitificação. O estereótipo evidente do gaúcho mascara a necessidade ideológica de valorizar este tipo e integrá-lo num determinado contexto histórico-social.

Neste sentido, o que se pretende fazer é desestabilizar a falsa evidência do gaúcho (figura heróica) através de uma crítica ideológica da cultura, desenvolvida à luz da Análise do Discurso (linha francesa).

LUZES E ESTRELAS: O DISCURSO DO BUMBA-MEU-BOI E SUA HISTÓRIA

Mônica da Silva Cruz UNESP/CAR
ET2792C239

Revela-nos a História que as manifestações de origem africana, no período colonial, eram duramente perseguidas pela elite, em sua maior parte constituídas de descendentes europeus. No Maranhão, por exemplo, sabe-se que o bumba-meu-boi, atualmente um dos mais fortes ícones de maranhensidade, sofrera grandes perseguições por parte da classe dominante, tanto pela sua temática irreverente, quanto por ser o folguedo mais apreciado pelos negros escravos. Um outro segmento cultural que adquiriu popularidade entre os maranhenses foi o *reggae*, ritmo oriundo da Jamaica e que também passou pelas malhas do preconceito, haja vista seus maiores adeptos serem negros e, como no dizer de SILVA (1992), ser negro no Maranhão é sinônimo de marginalidade. A toada LUZES E ESTRELAS, do bumba-meu-boi de Rosário, versa sobre esta temática. Contudo, o sentido do texto só se edifica mediante o reconhecimento de interdiscursos que estão dispersos no espaço discursivo e no tempo (FOUCAULT, 1969). Neste caso, a memória é concebida como elemento fundamental para a apreensão desse sentido, funcionando como guia dos gestos de interpretação e a História como o recôndito maior das informações que ensinam essas interpretações. Desse modo, esta comunicação tomará a toada LUZES E ESTRELAS para analisar de que forma História e memória contribuem para a construção de sentido do texto.

A VOZ DO NARRADOR NAS VARIANTES POPULARES NORDESTINAS DA CINDERELA

Ana Cristina de Sousa Aldrigue UFPP
ET2794C239

A tradição oral, como memória contínua, revela o processo de tradicionalização, que se mantém pela herança recebida e pela transmissão através da voz. A cada apresentação oral, os contos podem sofrer transformações. Contadores diferentes narram a mesma história, porém com adaptações que parecem mais pertinentes a cada um. Muitas vezes, a presença dos contadores aparece através da heterogeneidade mostrada, outras da constitutiva. No discurso das personagens dos contos populares, o autor-narrador usa o discurso de um *outro* e imprime nele as suas próprias intenções. Trata-se do discurso bivocalizado, o discurso polifônico. O discurso narrativo deixa-se contaminar pelo pensamento do narrador que se mostra mediante a expressividade oral. É nessa modalidade do discurso que está o *skaz*. Esse traço de intertextualidade, entre outros, é que marca a presença do *outro* - narrador - e que faz das variantes populares nordestinas da Cinderela um texto polifônico.

CONSIDERAÇÕES LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICAS SOBRE A CULTURA DO DENDÊ NA BAHIA

Denise Gomes Dias Santos UFBA/CNPq
ET271C239

O azeite de dendê, componente indispensável na culinária baiana, representa um dos legados culturais do elemento africano durante o processo de colonização do Brasil. O presente trabalho apresenta resultados parciais de um estudo lingüístico-etnográfico sobre a cultura do dendê na Bahia, com enfoque nos processos de beneficiamento rudimentares praticados nos pequenos "engenhos de dendê" ou "casas de azeite" familiares que ainda remanescem, à revelia das grandes indústrias que, praticamente, extingüiram essas unidades artesanais de produção.

Essa substituição de métodos, acreditamos, conduziria ao desuso um acervo lexical que representa um testemunho valioso sobre a constituição sócio-histórica do português do Brasil, o que justifica o nosso interesse pelo levantamento do léxico relacionado a essa atividade.

Os dados que dão suporte a esta análise foram levantados na pequena localidade de Ponta Grossa, no município de Vera Cruz, estado da Bahia.

O FUTURO VERBAL NO PORTUGUÊS FALADO NO RIO GRANDE DO SUL.

Luciana Bergmann de Souza - UFRGS
VV268C141

Este trabalho é um projeto, em fase inicial, de dissertação de Mestrado e tem o objetivo de analisar a variação entre formas do futuro verbal na linguagem falada: futuro simples (*comprarei*); futuro perifrástico (*vou comprar*); e presente como futuro (*compro*). A teoria segue a metodologia variacionista laboviana, e a análise dos dados será submetida a tratamento quantitativo e probabilístico realizado pelo pacote Varbrul. A amostra de dados, por sua vez, é composta por entrevistas de quatro cidades que representam a fala urbana gaúcha no Banco de Dados VARSUL: Porto Alegre (região metropolitana); Panambi (região de etnia alemã); Flores da Cunha (região de etnia italiana); e São Borja (região de fronteira). A hipótese é de que a forma perifrástica apresente maior probabilidade de uso na fala, e, para verificar se há essa tendência de fato, serão consideradas variáveis sociais (etnia, sexo, idade, escolaridade) e lingüísticas (em definição). Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a discussão sobre mudança lingüística e gramaticalização no português falado do Brasil.

O VALOR TEMPORAL DE PASSADO NA ALTERNÂNCIA ENTRE O PRETÉRITO IMPERFEITO E O FUTURO DO PRETÉRITO NA FALA DE FLORINÓPOLIS

Terça Santos da Silva - UFSC
VV2682C141

O estudo ora apresentado está inserido na área da Sociolingüística Quantitativa que trata dos fenômenos da variação lingüística, numa perspectiva sincrônica, correlacionando-se com as subáreas sintaxe e discurso, pretendendo-se desenvolver uma análise sistemática acerca da alternância verbal *-va, (i)al-ria* verificada entre os falantes de Florianópolis.

O objetivo central deste trabalho consiste em descrever o uso variável das formas de futuro do pretérito (FP) e pretérito imperfeito (PI), em verbos únicos e em locuções, identificando os contextos discursivos em que se manifestam as diferentes formas na fala florianopolitana.

O emprego de verbos flexionados no tempo PI do modo indicativo em contextos em que o esperado seria o FP, ou em contextos em que também poderia ser usado o FP, parece ser um fato bastante recorrente no português falado no Brasil. Considerando-se que há, em princípio, três possibilidades diferentes de variação, a saber: uso do PI pelo FP - (valor: certeza sobre os fatos futuros); uso do FP pelo PI - (valor: incerteza sobre fatos passados); e uso de uma ou de outra dessas formas pelo presente (valor: polidez), optou-se, nesse trabalho, por controlar três possibilidades de uso alternante de PI e FP, excluindo-se as ocorrências de dados factuais ou *realis*.

O estudo se insere no quadro teórico da Sociolinguística Quantitativa (Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Labov, 1972a, 1972b; Cedergren & Sankoff, 1974; Lavandera, 1978; Sankoff, 1988*; Tarallo, 1994; Scherre, 1996, entre outros). Ao tratar de uma variável morfossintática em seu contexto discursivo, o trabalho insere-se também numa perspectiva funcionalista (Givón, 1983; Du Bois, 1984, 1987; Bentivoglio, 1987; Silva - Corvalán, 1983, 1989; Callou et alii, 1991; Parredes da Silva, 1993; Matos, 1996, entre outros).

O modelo laboviano de sistematização metodológica norteia nossa pesquisa, que segue os seguintes critérios: levantamento de dados; descrição da variável e suas conseqüentes variantes; análise dos possíveis condicionadores, entre outros fatores.

A VARIAÇÃO TER/HAVER NO PORTUGUÊS

Raimundo Enedino dos Santos - UFBA
VV2684C141

Ilza Ribeiro (1993) afirma em seu estudo que "*no PB (Português Brasileiro) contemporâneo falado haver reduziu-se a um afixo gramatical de futuro, desaparecendo de todos os outros contextos*". Este trabalho considera a variação TER/HAVER em diferentes variedades de português e constata que ainda existe esta variação, no tocante às construções existenciais, através de análise na sincronia dos *corpora* DE SOUZA (PB em contexto afro-baiano), NURC (norma culta do PB), DIALETOS RURAIS DA BAHIA, AMOSTRA DE DIALETOS RURAIS DO PE (português europeu) e o crioulo de Cabo Verde.

Faz-se também uma visita aos estudos realizados a respeito de TER/HAVER em sincronias diferentes, através dos dados de estudos de Mattos e Silva e de Ilza Ribeiro. Essa concorrência iniciou-se no século XVI, em Portugal, e dados retirados do *corpus* de João Saramago (dialetos rurais do PE) mostram que essa variação está presente no português dialetal ainda hoje. Analisa-se o motivo pelo qual a preferência recaiu sobre TER em algumas variedades da língua nas colônias, principalmente nos crioulos de base portuguesa e na variante falada na zona rural da Bahia.

O CARÁTER EPISTÊMICO DE *TALVEZ* E O USO VARIÁVEL DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO

Tatiana Schwochow Pimpão - UFSC
VV269C141

A tendência das línguas românicas é neutralizar o componente semântico de incerteza atribuído ao sistema morfológico do modo subjuntivo pela tradição gramatical. Autores como Jespersen, Camara e Perini propõem a extensão desse valor de incerteza para outros recursos como o advérbio *talvez*. Nesses termos, um estudo variacionista prevê condicionamentos linguísticos e também condicionamentos sociais na explicitação dos contextos em que o presente do subjuntivo é empregado e é intercambiado com o presente do indicativo. Assumindo a variação entre o presente desses dois modos verbais, admite-se um tratamento mais abrangente para o subjuntivo que o previsto pela gramática normativa.

Admitindo o valor de incerteza como um componente pragmático deslocado da flexão do subjuntivo, trata-se o subjuntivo como a marca morfológica mais provável de ser empregada em contextos comunicacionais que expressam incerteza epistêmica.

O estudo analisa os contextos favorecedores do presente do subjuntivo, verificando que a flexão de tal modo verbal realiza-se mediante recursos tradutores da noção de incerteza epistêmica, como o advérbio *talvez*. Para a análise dispôs-se de 48 entrevistas de falantes florianopolitanos armazenadas no Banco de Dados VARSUL e de redações do vestibular realizadas na cidade de Florianópolis em 1996.

O PASSADO ANTERIOR E SEU PONTO DE REFERÊNCIA: UMA ANÁLISE DE TIPOS VERBAIS

Márluce Coan - UFSC
VV2692C141

No português, o pretérito mais-que-perfeito pode ser substituído pelo pretérito perfeito quando o falante objetiva codificar um tempo passado anterior. Considerem-se os seguintes exemplos:

- (1) ... que eu **notei** que alguma coisa **TINHA ACONTECIDO**. (FLP 17, L684)
- (2) ...c **descobri** que [ele tinha] - **ACONTECEU** um acidente. (FLP 03, L867)

A possibilidade de utilização de um pretérito perfeito (cf. ex. 2) referindo um passado anterior se deve à existência de um ponto de referência passado intermediário entre a situação variável e o tempo de fala. O ponto de referência caracteriza-se como um segmento da linha temporal diferente do segmento da situação variavelmente codificada, o que possibilita a interpretação da situação como anterior no tempo.

Partindo, então, do fenômeno de variação entre os pretéritos mais-que-perfeito e perfeito relativamente a um ponto de referência passado, pretende-se correlacionar o tipo verbal do dado variável ao do ponto de referência (neste caso, ponto de referência verbal). Para a classificação dos tipos verbais, utilizamos a tipologia proposta por Vendler (1967), assentada em valores aspectuais e constituída pelos seguintes tipos de verbos: *activities*, *accomplishments*, *achievements* e *states*.

A hipótese geral a ser testada é a de que deve haver uma forte correlação entre os traços de dinamicidade e duração temporal tanto da situação quanto de seu ponto de referência e o tempo verbal utilizado para codificar a situação de passado anterior. Considere-se a seguinte escala:

Menos durativo/mais dinâmico

- Achievement* (situação pontual, ocorrida em um instante temporal)
- Accomplishment* (situação completada, i. é, com ponto final especificado, ocorrida em uma pequena extensão temporal)
- Activities* (situação não delimitada, i. é, sem o ponto final especificado, ocorrida em uma extensão temporal)
- States* (situação não delimitada, ocorrida em todos os instantes temporais de uma extensão)

Mais durativo/menos dinâmico

Com base nessa distribuição escalar, acreditamos que o pretérito mais-que-perfeito deva aparecer quando o tipo de verbo da situação se localiza no topo da escala e o do ponto de referência na base. Inversamente, quando o tipo de verbo da situação é o da base e o do ponto de referência, o do topo, acredita-se que deva aparecer o pretérito perfeito.

**PRONOMES PESSOAIS DE 2ª PESSOA DO SINGULAR NAS TRÊS
CAPITAIS DO SUL DO BRASIL - CONDICIONAMENTOS SOCIAIS**

Loremi Loregian Penkal - TUIUTI
 VV2694C141

Abordaremos, no presente estudo, a escolha pronominal feita pelos falantes das três capitais do Sul para tratar seus interlocutores. Daremos ênfase especial às formas Tu/Você.

Abordaremos também os fatores extralingüísticos que condicionam a variação da concordância verbal com o pronome Tu em três localidades do Sul (Florianópolis, Ribeirão da Ilha e Porto Alegre).

Os dados analisados são provenientes, em sua grande maioria, do Banco de Dados do Projeto Variação Lingüística na Região Sul (VARSUL). Trabalhamos com um total de 72 informantes e 2.100 ocorrências. A fundamentação teórica e metodológica da pesquisa foi buscada na Teoria da variação Lingüística Laboviana.

**RESTRIÇÕES SINTÁTICAS E FONOLÓGICAS NA EXPRESSÃO
VARIÁVEL DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Maria Marta Pereira Scherre, Vera Aparecida de Lucas Freitas,
 James Gonçalves Dias, Étel Teixeira de Jesus &
 Helena Rodrigues de Oliveira - UnB
 VF2614C141

O expressão variável no imperativo no português do Brasil ocorre por restrições de natureza estrutural, discursiva e social. O nosso objetivo nesta comunicação é evidenciar que razões sintáticas e fonológicas são fundamentais para o entendimento da alternância das variantes na forma indicativa (*Me liga*) e na forma subjuntiva (*Ilgue para a NET Rio*). Na parte quantitativa, vamos apresentar resultados da análise de dados extraídos de eventos formais e informais de fala planejada e não planejada, levada a cabo com o auxílio do programa Varbrul (Sankoff 1988, Pintzuk 1988). Razões sintáticas vão dar conta do uso quase categórico da variante subjuntiva nos casos de segunda pessoa de plural; nas estruturas com de clíticos de terceira pessoa e nas construções escritas de propagandas não dialógica.

Razões fonológicas subjazem ao efeito da natureza da vogal imediatamente precedente de forma verbal conjugada e ao número de sílabas do verbo na forma infinitiva. A variante na forma indicativa, identificada por uma vogal aberta [a], é favorecida pela vogal precedente mais abertas (0,33); a variante na forma subjuntiva, que se realiza por uma vogal fechada [i], é favorecida pela vogal precedente mais fechada (0,65) - 0,32. O efeito do número de sílabas é também claro: verbos de uma sílaba favorecem a variante indicativa (0,86); verbos de 4 ou mais sílabas desfavorecem-na (0,11) - range 0,75 -, e verbos de duas e três sílabas evidenciam efeito intermediário (0,49; 0,40, respectivamente). A nossa análise demonstra, mais uma vez, a necessidade de restrições de natureza diferente para o entendimento adequando de fenômeno de natureza variável. Portanto, na descrição e explicação da variação lingüística analisada em seu contexto social, a interdependência entre os níveis lingüísticos é sem dúvida natural.

**UM FENÔMENO VARIÁVEL: O APAGAMENTO DA OCLUSIVA DENTAL /d/
NO GRUPO "ndo" NA FALA DE JOÃO PESSOA**

Iara Ferreira de Melo Martins - UFPb
 VF26142C141

O objetivo desta comunicação é apresentar uma descrição do conjunto de variáveis extralingüísticas e lingüísticas que regem a variação do apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo "ndo" na fala de João Pessoa, tendo como suporte teórico-metodológico a Teoria da Variação (LABOV, 1972). Na pesquisa, utilizamos os 60 informantes que compõem o *corpus* levantado pelo Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba (VALPB), o qual está estratificado em 3 categorias sociais: sexo (masculino e feminino), faixa etária (15 a 25; 26 a 49 e mais de 50 anos) e anos de escolaridade (analfabetos, 5ª a 8ª série do primeiro grau e universitários). Investigamos a influência dos seguintes grupos de fatores lingüísticos: classe de palavras, contextos fonológicos precedente e seguinte e extensão do vocábulo que inibem ou favorecem o apagamento desta oclusiva em contextos finais de palavras como na realização de "trabalho", "bebendo" coexistindo com "trabalhando", "bebendo". Os resultados da nossa pesquisa tornam evidente que este processo é também variável nesta comunidade a exemplo de estudo realizado por Mollica e Mattos (1989) na cidade do Rio de Janeiro.

**CARACTERIZAÇÃO ACÚSTICA DO [i] EM FLORIANÓPOLIS: UMA
MUDANÇA EM PROGRESSO**

Cláudia Borges de Faveri - UFSC
 Emílio Gozze Pagotto - UFSC
 VF26144C141

A partir da caracterização acústica do [i] no dialeto de falantes de Florianópolis-SC, procuraremos encontrar evidências de uma mudança em curso, que teria correlação com outras mudanças no mesmo dialeto, tais como a realização do /U/. Partindo da comparação com os resultados encontrados por CALLOU, LEITE e MORAES (1993), procuraremos detectar uma possível mudança fonética em curso no dialeto falado em Florianópolis por meio da correlação com fatores sociais como idade, escolaridade, etc.

**ENTOÇÃO REGIONAL: ASPECTOS PROSÓDICOS
NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Cláudia de Souza Cunha - UFRJ
 VF2615C141

Este trabalho tem por meta apresentar uma proposta de descrição dos parâmetros prosódicos responsáveis pela caracterização regional no falar de três cidades: Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Com ele, pretende-se dar prosseguimento ao sub-projeto *Para uma história do português do Brasil: entoação regional*, vinculado ao Projeto NURC, cujo objetivo é descrever melodicamente o falar das principais capitais do país.

Para tanto, analisam-se, com ajuda do Programa Computacional CECIL (*Computerised Extraction of Components of Intonation in Language*) 2 corpora, formados por amostras de fala colhidas nas três cidades pelo Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (Projeto NURC) e amostras de fala provenientes de gravações realizadas especialmente para a pesquisa, nas quais os entrevistados fazem a leitura de um mesmo texto.

A PALATALIZAÇÃO DOS SONS FRICATIVOS ALVEOLARES DIANTE DOS SONS AFRICADOS PALATAIS, NOS DIALETOS DE BELO HORIZONTE E DO RIO DE JANEIRO

Mário Alexandre Garcia Lopes - UFMG
VF26152C141

Este trabalho tem como proposta discutir e analisar o processo de palatalização dos sons fricativos alveolares vozeado e não vozeado diante dos sons africados palatais vozeado e não vozeado, nos dialetos de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro.

Teremos três etapas na realização deste trabalho: a primeira etapa será dedicada à coleta de dados através da gravação de seis informantes, falantes nativos do português brasileiro, sendo três informantes da cidade de Belo Horizonte e três informantes da cidade do Rio de Janeiro. Na segunda etapa, pretendemos descrever os sons fricativos no programa de análise acústica SoundScope. Finalizando, na terceira etapa, analisaremos os resultados da descrição acústica dos sons fricativos e observaremos as diferenças da palatalização dos sons fricativos alveolares diante das africadas palatais nos dois dialetos.

SOBRE A PALATALIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Thaís Cristóvão A. da Silva - UFMG
VF26154C141

Tem-se por objetivo discutir aspectos da palatalização das oclusivas alveolares /t/ em vários dialetos do português brasileiro. Pretende-se avaliar as variações regionais em termos de distribuição estrutural em domínios que aceitam ou bloqueiam a palatalização. Avaliam-se análises do processo de palatalização de oclusiva em algumas abordagens teóricas buscando uma explicação e formalização mais adequadas para o processo.

DEVE FAZER E DEVE DE FAZER: UM PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO EM CURSO?

Jorge Ricardo Sanches Abrahão - UFRGS
VI2619C141

A alternância no uso da preposição em *deve fazer* e *deve de fazer* pode ser indicio de que a locução verbal formada pelo verbo *dever*+verbo no infinitivo está passando por um processo de gramaticalização. Este processo se caracteriza por uma especialização semântica, por restrições sintáticas específicas e por uma redução fonética das formas a ele submetidas. O objetivo do trabalho é levantar evidências de que este processo de mudança lingüística está em curso. Para tanto, num primeiro momento, examina-se a fala de informantes de São Borja, do Projeto VARSUL. Seguindo-se a metodologia laboviana, fez-se um levantamento de todas as ocorrências do fenômeno em estudo. As ocorrências foram codificadas segundo variáveis sociais (sexo, idade e escolaridade) e lingüísticas (tempo verbal, tipo de modalidade, paralelismo e tipo de discurso) e submetidas ao pacote de programas VARBRUL para análise estatística. O presente estudo visa aprofundar os estudos nas áreas de gramaticalização e modalidade no português do Brasil, até agora pouco estudadas.

AS MANIFESTAÇÕES DO DEVER: UM ESTUDO FUNCIONALISTA DA MODALIDADE DEONTICA

Marize Mattos Dall' Aglio-Hattner - UNESP
VI26192C141

O caráter complexo do processo de modalização tem levado vários pesquisadores a considerar que somente uma representação da estrutura oracional em camadas permitiria um tratamento adequado para essa categoria qualificacional. Assim, considerando a

organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação, de acordo com modelo de estrutura oracional em camadas proposto por Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989), identificamos diferentes instâncias da modalização, bem como as diversas qualificações que atuam em cada uma das camadas da estrutura frasal. Em especial, descrevemos formal e funcionalmente a modalidade deontica. Para tanto, foram utilizados, como *corpus*, textos escritos cujas condições de produção pudessem ser parcialmente conhecidas ou inferidas (textos jornalísticos opinativos, editoriais, discursos políticos). Na análise dos dados foi possível verificar os mecanismos utilizados para expressar o dever que incide sobre o falante e aquele que incide sobre o outro, bem como as formas de escamoteamento da modalidade deontica ativadas pelo falante para evitar o caráter autoritário de seu discurso.

FORMAS DE QUANTIFICAÇÃO UNIVERSAL

Angela Cristina Di Palma Back - UFSC
VI26194C141

O estudo proposto tem como objetivo mostrar, através de análise quantitativa laboviana, a variação lingüística do quantificador universal (QU), nos contextos frasais em que se manifesta sob as formas 'tudo', 'todo (a)' e 'todos (as)' com a mesma equivalência semântica. Exemplos:

- (1) ...*todos* os meus tios ficaram muito chateados. (FLP.20)
- (2) ...os meus sobrinhos *todos* não acharam nada legal... (FLP.M)
- (3) ...nós somos *todos* parentes... (FLP.M)
- (4) ...nós *tudo* nascemos aqui mesmo (FLP.11)
- (5) ...nós estudamos *tudo* ali. (FLP.11)

Pretende-se levantar os condicionamentos do uso das formas, a partir de dados coletados em entrevistas gravadas e codificadas pelo Projeto VARSUL (Variação Lingüística da Região Sul).

CONSTRUÇÕES LEXICAIS COMPLEXAS COM O VERBO "LEVAR"

Eliane Ferraz Alves - UFPb
VI2620C141

Este estudo aborda aspectos do funcionamento semântico-sintático-pragmático, relativos ao item lexical "levar", em expressões do tipo "*levar na conversa*", "*levar fim*", "*levar em consideração*". A orientação teórica básica está centrada em alguns princípios do funcionalismo lingüístico não-ortodoxo, principalmente nos que pautam os estudos da língua/linguagem no discurso lingüístico, em situações reais de comunicação, no sentido de que "da forma da língua origina-se o uso da língua". Para este fim foram utilizados, preferencialmente, textos orais (entrevistas), de onde foram coletados registros de construções lexicais complexas constituídas com o verbo "levar". Tais registros foram submetidos, inicialmente, a uma análise em termos qualitativos e constitutivos e, posteriormente, a uma representação semântica co-composicional. Constatou-se, entre outros aspectos, que o item lexical "levar" assume funções mais gramaticais que resultam não só de um processo de variação motivado por fatores lingüísticos, previstos no sistema, mas também por fatores discursivos, previstos no discurso.

A REGÊNCIA VARIÁVEL DO VERBO *IR* DE MOVIMENTO NA FALA DE FLORIANÓPOLIS - VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS E SOCIAIS

Marilécia Silva dos Reis - UFSC/UNISUL
VI26202C141

Este trabalho trata de investigar a regência do verbo *IR* de movimento na fala de Florianópolis, sob a perspectiva da Teoria da Variação e Mudança Lingüística. Este fenômeno lingüístico já foi investigado na fala carioca (Mollica, 1996), constatando-se que a variação entre as formas padrão *ir a/para* vs *ir em* (não-padrão) não é aleatória, mas motivada por condicionamento específico, seja ele semântico ou pragmático.

A Sociolingüística Variacionista parte do pressuposto de que toda variação é motivada, ou seja, controlada por fatores lingüísticos e sociais de maneira tal que a heterogeneidade se delinca sistemática e previsível. Propriedade geral e universal das línguas, a variação é então passível de ser descrita e analisada. A sistematização no emprego variável das formas preposicionais *em* vs *para*, como em (1), por exemplo, possibilitou o encaminhamento deste estudo numa perspectiva variacionista.

(1) Tá, solteiro, eu gostava de *ir* muito *na* Joaquina. Então, a gente gostava de *ir pra* Joaquina.

Agora, casado, a gente *vai pra* Pinheira. É, *pra* Pinheira. *Vai na* Barra, Barra da Lagoa. E *nos* Ingleses, às vezes *vou nos* Ingleses. (FLP 10 AMG, 513)

Este trabalho tenta trazer alguma contribuição na área de variação lingüística, por abordar um fenômeno muito recorrente na fala de Florianópolis, permitir o confronto com alguns resultados obtidos no estudo deste tipo de variação na fala carioca e também por levantar alguns questionamentos referentes à descrição concedida a este fenômeno pela tradição gramatical.

PERÍFRASES COM VERBOS LEVES NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

Marcia dos Santos Machado Vieira - UFRJ
VI26204C141

Pesquisas sobre o uso de perífrases com verbos leves têm suscitado hipóteses que abarcam desde questões concernentes à reorganização do sistema lingüístico até questões referentes à motivação sócio-discursiva. Entre as hipóteses consideradas, destacam-se aqui a de KATO (1996) e a de NEVES (1996). De acordo com KATO, o uso de verbos *leves* em substituição aos verbos pronominais, conforme ilustrado em (1), decorre da tendência geral à omissão do clítico observada no Português do Brasil; assim sendo, constitui um recurso lingüístico com o qual o falante evita o clítico dos verbos pronominais. Segundo NEVES, a opção por construção com verbo *leve* em lugar do correlato semântico constituído por verbo pleno, conforme ilustrado em (2), deve-se a fatores de ordem discursiva e a características de registro e modalidade da língua; desse modo, funciona como uma forma lingüística à qual o falante recorre para, entre outras coisas, obter maior versatilidade sintática, dar maior precisão semântica ao enunciado, adequar lingüisticamente o enunciado ao contexto de enunciação, enfim, alcançar determinados efeitos semânticos, pragmáticos e sócio-comunicativos intencionais. Com base nas hipóteses acima, esta comunicação visa a apresentar uma análise da produtividade e do funcionamento das perífrases com verbos *leves* como um mecanismo discursivo alternativo ao uso de verbos pronominais e verbos não-pronominais:

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| (1) Paulo <i>se barbeou</i> . | Paulo <i>fez a barba</i> . |
| Paulo <i>se chateou</i> . | Paulo <i>ficou chateado</i> . |
| (2) Paulo <i>participa</i> da equipe. | Paulo <i>faz parte</i> da equipe |
| Paulo <i>teme</i> um empate. | Paulo <i>tem medo</i> de um empate. |

Nessa análise, investigam-se a frequência de emprego dessas formas lingüísticas no português do Brasil e de Portugal, alguns de seus condicionamentos lingüísticos e sociais, a configuração estrutural dessas formas e os tipos de verbo-suporte mais recorrentes.

A análise, com aporte da Teoria da Variação e Mudança Laboviana e contribuições do Funcionalismo, pauta-se na fala de 72 homens, distribuídos por três faixas etárias distintas e por dois níveis de escolaridade. A amostra do português brasileiro advém de entrevistas com falantes da cidade do Rio de Janeiro (Projeto NURC-RJ) e falantes de áreas rurais do Norte e Nordeste do estado do Rio de Janeiro (Projeto APERJ). A amostra do português europeu foi coletada no *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo.

NEGATIVAS SENTENCIAIS NO DIALETO MINEIRO: UM CASO DE MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Mônica G.R. Alkmim - UFMG
VO278C141

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma descrição da negação sentencial no Dialeto Mineiro Contemporâneo, mais especificamente, na modalidade falada na região de Mariana (MG).

O interesse nesse estudo está voltado para estruturas tais como: i) Eu *não* vou falar hoje [Neg V]; ii) Falo *não* [V Neg] e iii) Eu *não* vou falar hoje *não* [Neg V Neg], onde Neg representa apenas a partícula *não*.

Essas estruturas serão consideradas como estratégias de negação e tratadas como variação, uma vez que apresentam as seguintes características: a) podem ser descritas como três maneiras de se dizer a mesma coisa e b) por serem frequentes em situação de linguagem informal.

Lanço mão da hipótese de que as estratégias de negação são etapas de um processo de mudança (Schwegler (1983, 1991a); Roncarati (1996) e Cunha (1996)). Assim, a estratégia de negação [V Neg] constitui o estágio mais avançado de um processo que tem as negativas [Neg V] e [Neg V Neg] como estágios anteriores, nessa ordem (Jespersen, 1924).

Há, na literatura, controvérsia quanto à origem de [Neg V Neg]. Para Jespersen (1924), em estudos do Francês, essa estrutura surgiu com o enfraquecimento do primeiro elemento negativo, com conseqüente necessidade de reforço na sentença. Para Holm (1988), a presença dessa estrutura no PB é uma evidência da existência de um crioulo no Brasil no séc. XVII. Para Aragão (1996), trata-se de influência de língua africana.

Considerando um *corpus* composto por 36 informantes, divididos em três faixas etárias, em dois níveis de escolaridade e ainda em duas etnias (brancos e afro-brasileiros), pode-se concluir que:

- os resultados sugerem mudança em progresso;
- no Dialeto Mineiro, a escolarização não vai afetar a realização das variantes;
- as variantes inovadoras [Neg V Neg] e [V Neg] são desfavorecidas pela or. subordinada e pela presença de quantificador na sentença;
- poderão favorecer a implementação o enfraquecimento da part. negativa *não*>*num* e a presença de verbo auxiliar na oração;
- os dados mostram que a etnia do informante não vai favorecer o uso de [Neg V Neg], não ratificando, assim, a hipótese do contato levantada por alguns autores.

A POSPOSIÇÃO DO SUJEITO AO VERBO NO PORTUGUÊS FALADO NO RIO GRANDE DO SUL

Ana Maria Sthal Zilles - UFRGS
VO2782C141

Este trabalho visa a comparar as ocorrências de construções com sujeito posposto ao verbo na fala de quatro cidades do Rio Grande do Sul, a saber, Porto Alegre (capital), São Borja (zona de fronteira), Flores da Cunha (zona de colonização italiana) e Panambi (zona de colonização alemã), a partir de entrevistas do Banco de Dados VARSUL. São 12 informantes para cada cidade, com um total de 48 entrevistas analisadas. A interferência lingüística nas situações de contato é discutida com base no fato de os mesmos grupos de fatores formais (tipo de sintagma nominal, tipo de verbo e animacidade) e discursivos (status da informação) terem sido selecionados como estatisticamente significativos nas quatro cidades. As fortes restrições à posposição do sujeito resultantes da mudança sintática no português do Brasil transparecem claramente nos percentuais de ocorrência dessa ordenação, quando são consideradas todas as orações com sujeito explícito: em Porto Alegre e Panambi são apenas 5% das orações e em São Borja e Flores da Cunha são 7% de orações com sujeito posposto. Dentre tais restrições, chama a atenção, além do tipo de verbo, já claramente demonstrada na literatura, a quase total impossibilidade de o sujeito posposto ser pronome reto. Discute-se, ainda, a associação da ordem VS a informação nova (um condicionamento de VS freqüentemente apontado na literatura) em comparação com outra análise, em que se leva em conta a importância da informação no discurso (medida em termos da sua persistência no discurso precedente ou subsequente), com base em T. Givón (1989). Por fim, levantam-se questões relativas à relevância de investigar condicionamentos sociais em circunstâncias em que a mudança já se deu e a variação que resta é própria da estrutura da língua, sendo a escolha do falante de natureza essencialmente pragmático-discursiva.

A POSPOSIÇÃO DO SN AO VERBO EM CONSTRUÇÕES MONO-ARGUMENTAIS: UM FENÔMENO DE INACUSATIVIDADE?

Izete Lchmkuhl Coelho - UFSC
VO2784C141

Este trabalho busca fazer uma análise variacionista da ordenação do SN em construções declarativas mono-argumentais em oito entrevistas de Florianópolis, pertencentes ao Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul), tentando aproximar o saber teórico da variação (cf. Labov, 1972), às conquistas do modelo de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky, 1981), conforme proposta pioneira de Tarallo (1987) e Kato & Tarallo (1988).

Muitos trabalhos já revelam que a posposição do SN ao verbo no português do Brasil ocorre, em sua grande maioria, com verbos intransitivos. Esse resultado está tradicionalmente ligado à idéia de que há uma correspondência entre transitividade verbal e ordem SN V/V SN. Do ponto de vista sintático, quanto menos transitivo um verbo é, maior a possibilidade de posposição de seu SN sujeito; quanto mais transitivo é, menor essa possibilidade. A mono-argumentalidade é indicada, consensualmente, como um fator favorável à ocorrência de V SN. Entretanto, segundo Kato et alli (1996), essa é uma propriedade necessária à inversão, mas não suficiente, já que nos mesmos contextos pode-se encontrar sujeitos pró-verbais. Esse é, de fato, o ponto central de nossa discussão.

As descrições da sintaxe do português admitem habitualmente a existência de dois tipos básicos de construções: as transitivas e as intransitivas, a primeira multi-argumental e a segunda mono-argumental. Entretanto, alguns trabalhos já destacam que a

classe de verbos mono-argumentais guarda distinções internas significativas com relação à ordem dos constituintes, seja do ponto de vista sintático, seja do ponto de vista semântico. Essas distinções são suficientes para indicar pelo menos duas classes de verbos mono-argumentais: a classe dos verbos intransitivos (já legitimada pela gramática tradicional) e a classe dos verbos inacusativos. A existência de uma classe de verbos inacusativos distinta da classe dos verbos intransitivos foi tratada, pela primeira vez, por Perlmutter (1976; 1980), dentro do quadro da gramática Relacional e seguida por um certo número de autores; entre eles, Burzio (1981) merece destaque, por introduzir o conceito de inacusatividade dentro do modelo de Princípios e Parâmetros.

Nosso objetivo é apontar alguns resultados de pesquisa e das reflexões que sobre eles se fez, comparando a ordem dos constituintes com dois fatores sobre a natureza do verbo mono-argumental, a saber o tipo categorial e a composição semântica do verbo. Nossa expectativa é de que há uma correspondência entre natureza do verbo e ordenação do SN: ordem SN V e verbo intransitivo; e ordem V SN e verbo inacusativo. A análise confirma nossa hipótese, mostrando que o fenômeno da posposição não constitui, propriamente, um caso de variação *stricto sensu*, na medida em que tipos de verbos (intransitivo e inacusativo) e traços opostos do SN (como os de agente e de tema, por exemplo) são ligados à ordem SN V e V SN, indicando sua complementaridade. Essas duas possibilidades de ordenação, portanto, não poderiam ser entendidas como variantes de uma mesma variável, no sentido laboviano. A inacusatividade da construção caracteriza-se como o requisito fundamental de ocorrência da ordem V SN.

A COLOCAÇÃO DO POSSESSIVO NA FALA DE COMUNIDADES PESQUEIRAS

Silvia Figueiredo Brandão - UFRJ
Evanilda Marins Almeida - UFRJ
VO279C141

Estuda-se a colocação dos pronomes possessivos, em particular os casos que se inscrevem na estrutura [art. def. + subst. + poss.], que, como se exemplifica em (1), na fala de comunidades pesqueiras do Norte-Noroeste fluminense, alterna com a estrutura [art. def. + poss. + subst.], considerada norma na variante culta.

(1) a- [O peixe nosso] aqui é o robalo.

b- [O nosso barco] é de oiticica.

Para a consecução do estudo, constituiu-se, com base em 72 entrevistas pertencentes ao Arquivo Sonoro do Projeto APERJ, um *corpus* do qual constam as ocorrências de sintagmas nominais que apresentam pronomes possessivos antepostos ou pospostos ao substantivo.

A análise permitiu (a) caracterizar os contextos estruturais em que pode ocorrer a posposição do possessivo, indicando se tal colocação depende de fatores sintáticos, semânticos e/ou pragmáticos, e (b) focalizar, em especial, as duas mencionadas estruturas do ponto de vista sociolingüístico variacionista, determinando os fatores que condicionam a posposição.

CONSTRUÇÕES MARCADAS - TOPICALIZAÇÃO E DESLOCAMENTO À ESQUERDA - NA FALA DE DUAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS MARANHENSES

Ana Stela de Almeida Cunha - USP
VO2792C141

O presente trabalho tem por objetivo a descrição da fala de duas comunidades negras rurais do interior do Estado do Maranhão, as quais foram previamente selecionadas, sendo parcialmente isoladas (distantes cerca de 400 quilômetros da capital, São Luís) e constituídas por descendentes de escravos.

Foi verificado, em tais comunidades, um uso crescente (através das faixas etárias) de construções marcadas, através de Topicalizações (Top) e Deslocamentos à Esquerda (DE), dado contrário a todos os estudos de construções marcadas que têm como objeto a norma culta e o português padrão.

O Português do Brasil (PB) sempre foi tido como uma língua do tipo *pro drop*, ou seja, uma língua que, devido a um rico sistema flexional dos verbos, tem como realização esperada o sujeito nulo, sempre que o referente estiver bem definido e não houver risco de ambigüidade. No entanto, dados da língua oral do PB (Duarte: 1995) têm demonstrado a perda progressiva do sujeito nulo, de forma mais acentuada na fala dos mais jovens, estando os mais idosos ainda resistentes a essa mudança. Um predomínio significativo de sujeitos nulos de 3ª pessoa (Negrão & Müller: 1994) sobre os de 1ª e 2ª vinha sendo atestado até aqui, confirmando a ineficiência de um mecanismo nulo centrado apenas na flexão, o que explicaria a resistência maior de 3ª pessoa em não provocar sujeitos correferentes, já que essa conta com o reforço da referência externa de um sintagma nominal (SN).

Os dados das comunidades maranhenses atestam o contrário: 92% das ocorrências de DE com correferente expresso são de 3ª pessoa, e todos os referentes são definidos e imediatamente anteriores aos correferentes. Os dados levantados junto às comunidades de Damásio e Frechal têm revelado assim um estágio mais avançado da perda do sujeito nulo, sendo a retomada do sujeito (preenchida por pronomes, SNs, etc) em construções de deslocamento quase categórica, especialmente na fala dos mais idosos, o que indicaria o distanciamento do PB das línguas *pro drop* devido principalmente à perda de seu sistema flexional, em especial na linguagem popular (inserindo-se aí a linguagem rural).

A DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES DE SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR NA FALA CARIÓCA AO LONGO DO SÉCULO XX

Vera Lúcia Paredes Silva - UFRJ
VO271C141

É tradição nos estudos lingüísticos sobre o português do Brasil associar-se o uso do pronome *tu* à fala sulista ou à de alguns estudos do norte e nordeste, excluindo-se a área do Rio de Janeiro, onde prevaleceria a forma *você* no tratamento de intimidade e o *senhor* para casos de maior cerimônia (cf. Mattoso Câmara, 1970).

No entanto, o crescimento da ocorrência do pronome *tu* na fala carioca nos últimos anos é facilmente perceptível por ouvidos atentos. Tal pronome sempre faz acompanhar, porém, de formas verbais de terceira pessoa, afastando-se do uso padrão. Este trabalho apresenta alguns resultados de pesquisa empreendida no sentido de traçar o percurso dos pronomes de referência específica ao ouvinte na fala carioca, através de um *corpus* de peças teatrais de autores cariocas ou ambientadas no Rio de Janeiro. Mais especificamente, pretende-se discutir como se dá a paulatina substituição do pronome *tu* pelo *você*, e ainda o comportamento de o *senhor* através das primeiras décadas deste século. Ao mesmo tempo, procura-se verificar em que circunstâncias se processa a

recuperação do pronome *tu* na segunda metade do século, sua relação com *você* e o *senhor*. Tratadas como variantes lingüísticas numa perspectiva sociolingüística quantitativa laboviana, essas formas serão correlacionadas com as marcas sociais dos personagens que as utilizam, não só no sentido das variáveis sociais convencionais, como idade e sexo, como também do tipo de relações sociais que se estabelecem entre os participantes, quer por diferenças de faixa etária, quer por pertencerem a grupos distintos na escala social. Nesse sentido, tem sido interessante observar, inclusive, variações de uso num mesmo personagem, muitas vezes empregadas como indício de mudanças no tipo de relação ou no estado psicológico do personagem. Para efeitos de quantificação, os dados foram submetidos ao pacote estatístico VARBRUL, versão Pintzuk 1988. A partir dos resultados numéricos, serão apresentadas as projeções referentes à variação e mudança no uso dos pronomes em questão.

ORAÇÕES FINAIS: VARIAÇÃO E FUNCIONALIDADE

Vanda M. Cardozo de Menezes - UFF
VC2714C141

Este trabalho propõe uma análise das cláusulas finais sob uma perspectiva funcionalista. Como *corpus*, tomamos uma amostra de língua oral culta, representada por 12 inquiridos que integram o conjunto de "elocuições formais" coletadas pelo Projeto NURC/RJ e NURC/SP.

Para o estudo das finais, formulamos a hipótese de que essas construções não formam um bloco sintaticamente homogêneo, mas se distribuem num continuum de integração sintática e semântica em relação à cláusula núcleo. Buscando definir pontos de aglomeração nesse continuum, investigamos se a localização da cláusula final face àquela que com ela se articula teria algum tipo de motivação (sintática, semântica e/ou pragmática).

Contrariando a tradição gramatical que de maneira geral enfatiza a flexibilidade de posição das chamadas "orações adverbiais", associando a diferença anteposição/posposição a questões de ordem estilística, a pesquisa aponta diferentes graus de integração e diferentes funções, de acordo com o tipo de vinculação sintática e semântica que as cláusulas finais estabelecem, seja em relação a um dado constituinte da cláusula núcleo, seja em relação à cláusula núcleo como um todo, seja em relação à organização sintático-discursiva do enunciado.

NÍVEIS DE VINCULAÇÃO SINTÁTICA EM CLÁUSULAS FINAIS

Mário Eduardo Martelotta - UFRJ
VC27142C141

Análise dos usos das cláusulas adverbiais finais, desde os mais prototípicos aos mais gramaticalizados, com ênfase nos fenômenos que caracterizam o surgimento desses últimos. A base desse trabalho está na noção de iconicidade proposta por Givón (1990: 515), que sugere a existência de diferentes graus de vinculação entre a cláusula principal e sua subordinada com função de objeto. Segundo essa proposta, há um isomorfismo entre a semântica e a sintaxe da complementação verbal, no sentido de que os graus de integração sintática entre as cláusulas constituem a expressão gramatical dos níveis de vinculação semântica entre o evento expresso pela principal e o expresso pela subordinada.

O objetivo é demonstrar que, apesar de os princípios de iconicidade da complementação verbal, de um modo geral, não serem válidos para a caracterização dos usos das cláusulas adverbiais, as finais apresentam usos sintaticamente mais vinculados e tendem fortemente à redução.

Alguns desses usos mais vinculados estão associados a mapeamentos metafóricos baseados em uma construção central associada a um cenário de transferência de posse, em que, segundo Salomão (1990), um agente provê os meios pelos quais um

receptador se torna capaz de praticar uma determinada ação. O que parece motivar o uso dessas construções mais vinculadas é o mapeamento da metáfora **recursos são posses** na metáfora **habilidades são recursos**.

Nesses casos, a construção originalmente final se associa a cláusulas que indicam os recursos transferidos e que apresentam verbos como *pedir, dar, emprestar, possuir, ter, perder, ganhar*, entre outros. A serventia ou a finalidade do recurso, expresso muitas vezes por um sujeito ou complemento na cláusula matriz, é indicada pela cláusula final. Desse modo, essa cláusula final encaixa-se à principal, assumindo, entre outras, as funções

A EXPRESSÃO DA CONDICIONALIDADE NA FALA DE COMUNIDADES RURAL E URBANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rejane Martins de Albuquerque - UFRJ
VC27144C141

Trata-se de um estudo sobre processos sintático-argumentativos para exprimir condição na fala de comunidades pesqueiras do Norte/Noroeste fluminense, utilizando-se, para formação do *corpus* da pesquisa, de entrevistas pertencentes ao Arquivo Sonoro do Projeto APERJ (Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro).

Os primeiros resultados revelaram que, para a expressão da condicionalidade, o falante APERJ emprega três estruturas distintas: as canônicas com *se* ("Se troveja muito, o peixe some"), as *coordenadas* ("Troveja muito, o peixe some") e as *reduzidas de gerúndio* ("Trovejando muito, o peixe some"). Observou-se, ainda, uma semelhança entre os traços dessas construções e os das iniciadas por **quando**¹ ("Quando troveja muito, o peixe some"), possibilitando a inclusão destas nas estratégias para a representação da condicionalidade.

Para verificar se essas construções iniciadas pelo conector **quando** também podem veicular condição na fala de comunidades urbanas, aplicaram-se testes de atitudes a estudantes universitários, secundaristas e de primeiro grau, bem como a indivíduos analfabetos e semi-alfabetizados, residentes no município do Rio de Janeiro.

Assim, esta comunicação tem por objetivo não só expor os resultados da análise desses testes, confrontando-os aos já obtidos no *corpus* APERJ, como também apresentar dados novos, alcançados com o andamento da pesquisa.

¹ Comumente classificadas como orações temporais nas gramáticas.

ORAÇÕES INICIADAS POR ENQUANTO: MULTIPLICIDADE DE USOS

Maria Suely Crocci de Souza - Universidade de Ribeirão Preto
VC2715C141

Com o propósito de se descrever a multiplicidade de usos das orações temporais iniciadas por "enquanto", optou-se pela utilização do modelo funcional, com apoio em pontos da teoria de Halliday (1985) e Dik (1989).

Examinaram-se 44 ocorrências, retiradas da língua em uso. A aplicação dos programas VARBRUL possibilitou a análise simultânea dos dados, a partir de 15 variáveis, com a posterior focalização de 5 variáveis: ordenação das orações, correlação modo-temporal, tipo de verbo da oração nuclear (ON), tipo de verbo da oração temporal (OT) e relações semânticas contraídas.

Com o resultado dessa análise, pretende-se mostrar que a classificação das cláusulas temporais iniciadas por "enquanto" não representa uma unidade, mas um *continuum* que abrange diversos graus de incorporação da OT à ON, resultando em diferentes relações semânticas que podem até representar a perda de sua característica básica de ser uma oração temporal. A análise propicia também uma discussão sobre os limites entre coordenação e subordinação.

Desse modo, as orações iniciadas por "enquanto", tradicionalmente classificadas como orações subordinadas adverbiais temporais, têm, na abordagem funcionalista, uma descrição bem mais complexa e completa.

AI, DAÍ, ENTÃO E E: CONDICIONAMENTOS EXTRA-LINGÜÍSTICOS

Maria Alice Tavares - UFSC
VC27152C141

As formas *ai, daí, então* e *e* são bastante recorrentes no discurso oral, desempenhando múltiplas funções. Temos por hipótese que tais formas estejam passando por um processo de gramaticalização (cf. Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991; Traugott e Heine, 1991; Hopper e Traugott, 1993) que as tem transportado do nível lexical (usos adverbiais) ao nível gramatical, em que se situam seus usos como conectores frasais e textuais. Centramos nosso estudo neste último âmbito, tratando os itens sob pesquisa como variantes de uma mesma variável, a seqüenciação retroativa-propulsora de informações na fala. Pretendemos apontar influências dos fatores extra-lingüísticos sexo, idade e escolaridade no emprego de *ai, daí, então* e *e* seqüenciadores retroativo-propulsores. Utilizamos, para tanto, dados referentes ao *corpus* do município de Florianópolis (SC), um dos *corpora* integrantes do Banco de Dados do Projeto VARSUL. Analisamos 36 entrevistas de 36 informantes distribuídos homogeneamente em relação às variáveis sexo, idade (de 15 a 25 anos, de 25 a 50 anos e mais de 50 anos) e escolaridade (primário, ginásio e colegial). Como resultados iniciais, podemos apontar: (i) à medida que o nível de escolaridade dos informantes avança, decresce o uso de *ai* e *daí*, ao passo que aumenta o uso de *então* e *e*; (ii) os informantes de 15 a 25 anos empregam mais o *ai* e o *daí*, os de 25 a 50 anos o *ai* e os informantes mais idosos (com mais de 50 anos) privilegiam o uso do *então* e do *e*, resultado que pode indicar a ocorrência de mudança em tempo aparente (cf. Labov, 1994); (iii) as mulheres utilizam mais o *ai*, o *daí* e o *e*, enquanto os homens utilizam mais o *então*. Portanto, constatamos que fatores condicionadores extra-lingüísticos influem no emprego de *ai, daí, então* e *e* no plano da conexão textual.

O CONECTOR ENQUANTO: POLISSEMIA, EQUIVALENTES E VALOR ARGUMENTATIVO

Helênio Fonseca de Oliveira - UFRJ
VC27154C141

Com base num *corpus* constituído de matérias jornalísticas brasileiras dos últimos cinco anos, geralmente editoriais, procura-se descrever a semântica do conector *enquanto* no português escrito do Brasil, a saber, sua polissemia, seus equivalentes e seu valor argumentativo.

Esse conector fica na zona fronteira entre temporal concomitante, usado no relato de fatos simultâneos, e opositivo, que "conecta" conteúdos antitéticos, emprego em que a noção de "tempo simultâneo", proeminente no primeiro caso, NÃO desaparece, mas desloca-se para uma espécie de "pano de fundo".

Faz-se um levantamento dos sinônimos ou quase sinônimos do conector *enquanto* observáveis no *corpus*, com cada um desses valores semânticos, além de um exame do papel dos conectores opositivos na argumentação, comparado ao dos adversativos e concessivos.

MOTIVAÇÃO DISCURSIVA E VÍNCULO ORACIONAL ADJETIVO

Mariangela Rios de Oliveira - UFF
VC2716C141

Em nossas pesquisas atuais, acerca dos níveis e tipos de vinculação oracional adjetiva, temos observado que, ao lado da estrutura mais freqüente e sistemática desse arranjo sintático, representada pela cláusula mais integrada, ou restritiva, surgem, esporadicamente, cláusulas adjetivas menos vinculadas ao núcleo SN.

Com base no aparato teórico funcionalista (Hopper e Traugott, 93; Haiman, 94; Givón, 95) e tomando como *corpora* textos falados e escritos, representativos de distintas fases e registros do português, temos investigado as possíveis motivações para as eventuais ocorrências de cláusulas adjetivas de menor integração semântico-sintática.

Dentre os fatores concorrentes para a utilização de tais cláusulas, destacam-se aqueles situados no âmbito discursivo, relacionados às motivações pragmático-comunicativas que impregnam e moldam os textos produzidos pelas comunidades lingüísticas em geral.

A análise empírica até agora realizada tem apontado algumas estratégias de ordem discursiva interferentes na vinculação oracional adjetiva, tais como: a utilização acentuada do plano de menor relevância textual, ou fundo (Hopper, 79), em seqüências de informação subsidiária; a atuação do princípio de *baixa tensão* comunicativa, tal como postulado por Votre e Naro (89), relativo às questões de fluxo informacional de menor saliência; o texto de tipo dissertativo ou de opinião, em que pontos de vista, enquanto entidades abstratas, se tornam os eixos centrais de um texto; os recursos modalizadores, com os quais se marcam intenções, sentimentos e atitudes do emissor, dentre outros procedimentos.

AINDA SOBRE O ARTIGO DEFINIDO NA FALA CULTA

Dinah M. I. Callou - UFRJ/CNPq
Kátia Portela - UFRJ/CNPq
DM268C142

Análise do uso do artigo definido, com base em dados do Projeto NURC no Rio de Janeiro e em Salvador, levando-se em conta grupos de fatores estruturais, funcionais e sociais, tais como, função sintática, tipo de predicado, grau de definitude, *status* informacional, posição na sentença, região e modo de interação (entrevista, diálogo ou elocução formal).

Procura-se investigar e identificar as variáveis que permitam explicar e/ou prever a presença ou ausência do determinante em vários contextos, inclusive, em lexias verbo-nominais, em que a presença do determinante pode ou não desfazer a expressão lexicalizada, do tipo *dar a conta/dar conta versus dar os parabéns/dar parabéns*.

MARCAS FORMAIS DA INTERRUPÇÃO NO TEXTO FALADO

Mercedes Fátima de Canha Crescitelli - PUCSP
Maria Cecília Pérez de Souza e Silva - PUCSP
DM2682C142

O critério para explicitar o fenômeno da interrupção no texto falado não tem sido satisfatório, seja porque, em geral, parte-se do pressuposto de que se trata de um conceito partilhado, seja porque ela é considerada sob os padrões da escrita. Por essa razão, transformamos uma categoria do senso comum em tema de reflexão.

Com o objetivo de mostrar que a interrupção é constitutiva da própria natureza do oral, isto é, que os enunciados interrompidos não se caracterizam como sendo próprios apenas a este ou aquele indivíduo ou somente a determinadas situações, apresentaremos,

neste trabalho, um estudo sobre a materialização da interrupção na superfície lingüística do texto falado, procurando responder à pergunta: quais são as marcas formais da interrupção?

O *corpus* utilizado para a pesquisa é composto por 80 minutos de gravação de seis inquéritos de natureza diferente do NURC/SP, RJ e RE: elocuições formais (377/SP e 405/SP); diálogos entre informante e documentador (328/RJ e 161/SP) e diálogos entre dois informantes (333/SP e 05/RE).

Pudemos concluir que o corte, tanto o sintático, representado pela ausência imediata de constituintes, quanto o lexical, é um critério importante para se determinar a ocorrência da interrupção. Além disso, no que se refere à análise interpretativa do fenômeno, tendo em vista sua caracterização adequada, concluímos que a *retomada* - realizada pelos interlocutores - de um enunciado que havia ficado em suspenso é também imprescindível.

A PRESENÇA DE MARCADORES DO DISCURSO EM TEXTOS QUINHENTISTAS

Célia Marques Telles - UFFa
DM2684C142

Mostra o texto da *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia* um emprego abusivo do coordenante *e*, uso característico nas narrativas informativas. Verificou-se, posteriormente, que ao lado de *e*, *e mais e* e *e depois* havia outras formas que introduziam o discurso: *item*, *sabe que*, *devo saber que*. Por outro lado, esse tipo de construção não é restrita aos roteiros de navegação, vai aparecer ainda em textos de intenção informativa como os livros de marinharia e de astronomia náutica, em receiptários, em textos de formação moral e religiosa. Parece que se trata em todos os casos de *marcadores do discurso*, pois eles estabelecem relações entre as unidades frasais do texto, a sua significação interage na comunicação discursiva, têm uma função informativa no componente discursivo. Ilustram-se com exemplos da literatura de viagem e de outros textos informativos ou dogmáticos.

MARCADORES GRAMATICAIS POLISSÊMICOS: O EXEMPLO DE AINDA

Liliane Moreira Santos - USP
DM269C142

Em nosso trabalho, partimos da hipótese de que os diferentes usos de *ainda* guardam um parentesco entre si, mesmo nos casos em que tais usos parecem muito distantes. Para sustentar nossa hipótese, propomos que as indicações dadas pela etimologia desse marcador fornecem elementos para a determinação de seu semantismo de base.

Tais indicações fornecem pistas não apenas para o estudo do funcionamento de *ainda*, mas, sobretudo, para a descoberta de um núcleo de sentido invariante, subjacente a todos os seus usos. A descoberta desse núcleo invariante nos permite postular a existência de um *continuum de sentido* ligando os usos de *ainda*, quer sejam temporais, quer sejam textuais e/ou discursivos. Esse núcleo de sentido ajuda, assim, a estabelecer os princípios que explicam os diversos usos de *ainda*.

A análise do funcionamento temporal desse marcador é o ponto de partida para o exame de seus usos. Essa análise permite a determinação do valor primário (cf. Fuchs, 1995) de *ainda*, a saber, o fato de se tratar de um operador que percorre o eixo das referências temporais pontuais, e que estabelece que a relação predicativa em questão é válida até (e inclusive) o momento considerado, quando se poderia pensar que ela não mais o seria (cf. Victorri e Fuchs, 1992; Santos, 1996).

AS DIFERENTES MARCAS DE SUJEITO NO DISCURSO DE SALA DE AULALuiz Antônio da Silva - USP
DM2692C142

A conversação é um dos eventos mais importantes da vida diária, pois sua utilização é constante. Na escola como instituição, há vários tipos de discurso: o dos alunos no pátio; a conversa informal dos professores durante o intervalo; o dos professores e demais profissionais em reuniões pedagógicas; o dos professores e alunos após o término das aulas; o dos professores e alunos durante a aula. Minha preocupação foi, unicamente, penetrar na intimidade do que acontece dentro das quatro paredes de uma sala de aula, enquanto o professor interage com seus alunos, objetivando levar adiante o processo ensino/aprendizagem.

O dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e deve ser entendido sob a forma de interação verbal que se estabelece entre locutor e interlocutor. Concebe-se o dialogismo como espaço interacional entre o *eu* e o *tu* ou entre o *eu* e o *outro*.

O discurso de sala de aula está inserido no tipo de interação em que um dos interlocutores desempenha um papel social revestido de poder institucional, por isso mesmo é respeitado (deveria ser) e, por vezes, temido pelos demais interactantes. A sala de aula é um lugar propício para a interação verbal e os sujeitos envolvidos, quer dizer, professor e aluno(s), são os responsáveis pela produção do discurso. Ao analisar esse discurso produzido na sala de aula, é possível afirmar que há uma multiplicidade de vozes.

Este trabalho tem por objetivo estudar as diferentes marcas de sujeito no discurso de sala de aula. Para isso, foram utilizados inquéritos do Projeto NURC, de São Paulo e do Rio de Janeiro, do tipo EP (Elocuções Formais).

TOMADAS DE TURNO EM ENTREVISTAS E CONVERSAS ESPONTÂNEASAlzira V. Tavares de Macedo - CNPq/UFRJ
DM2694C142

Os inícios de turno são locais importantes na conversa, pois é onde os falantes lutam pela palavra, enquanto precisam, ao mesmo tempo, manter a coesão do que está sendo dito, a atenção dos presentes, bem como a harmonia na interação. Tais situações comunicativas deixam reflexos na estrutura lingüística, como o emprego dos marcadores conversacionais.

Neste trabalho, descrevo como, nas tomadas de turno em entrevistas (perguntas e respostas) e em conversas espontâneas à mesa de jantar, ocorrem marcas e ausência de marcas. Entre as marcas, destaco os marcadores conversacionais, explicados, no início de turno, como decorrentes de situações interacionais mais custosas.

O levantamento efetuado, de mais de 4000 turnos, permitiu, paralelamente, descrever com sistematicidade a estrutura das perguntas e respostas em português. Além disso, o estudo quantitativo de questões discursivas levou à discussão das dificuldades em aplicar uma análise ortodoxa variacionista aos marcadores.

Mostro então, como ponto central, que as teorias da polidez, segundo Brown & Levinson, dão conta, com extrema sistematicidade, da variação encontrada.

Embora o uso de marcadores em português possa ser explicado pelas teorias de polidez - que parecem ser universais - sabemos que cada cultura vai privilegiar determinadas avaliações para diferentes situações, com usos de diferentes estratégias. Por isso, o trabalho apresenta resultados numa área de interesse para o ensino de línguas estrangeiras. Em sua parte final, o trabalho traz sugestões para essa aplicação

MOBILIDADE E GRAMATICALIZAÇÃO NA COMBINAÇÃO DE CLÁUSULASMaria Célia P. Lima-Hernandes - USP/UNIBAN
DM261C142

Gramáticos e funcionalistas partilham a idéia de que algumas orações são mais móveis do que outras. As paratáticas, por exemplo, não possuem mobilidade, por serem regidas pelo princípio da iconicidade lingüística. As hipotáticas, em contrapartida, não sendo regidas por esse princípio, demonstram um comportamento posicional mais flexível.

Se levamos em conta o contínuo de gramaticalização de combinação de orações, uma oração num estágio mais avançado teria restrições quanto à alteração da ordem, ou seja, ocorreria uma fixação posicional dessas orações. Nesse sentido, esperamos encontrar menor mobilidade das orações encaixadas, porque, ao desempenharem função sintática dentro da núcleo, já estariam mais gramaticalizadas. Em resumo, a gramaticalização da noção de tempo representada numa encaixada faria com que a ordem fosse obrigatória e a proposição seria uma necessidade do complementizador.

Aqui, propomos que se faça a distinção entre mudança potencial da ordem e mobilidade de fato. Em outras palavras, as orações podem, se submetidas ao teste de inversão de ordem, manter sua integridade semântica, entretanto não necessariamente são construídas em outra posição que não aquela encontrada. Nesse caso, essas orações teriam um comportamento posicional mais rígido ou até mesmo categórico, o que seria evidência de estágio mais elevado de gramaticalização.

CONTATO LINGÜÍSTICO/CONFLITO LINGÜÍSTICOMarlene Maria Ogliari - UNICENTRO/UFSC
LC2614C142

Conforme foram surgindo estudos empíricos sobre as várias situações diglósicas existentes, principalmente algumas das investigações feitas sobre o crioulo do Caribe, o modelo conceitual de Ferguson e Fishman recebeu várias críticas, exigindo sucessivas reformulações dos postulados originais. As objeções feitas às concepções vão desde a afirmação de uma invalidade total da análise feita por Ferguson sobre a situação lingüística do Haiti, até críticas parciais a esquematização proposta pelas quatro categorias levantadas por Fishman sobre situações de contato lingüístico.

A questão central criticada é quanto à visão idílica de estabilidade, homogeneidade e harmonia em que concebem uma situação diglósica, tanto de Ferguson como de Fishman. Essa visão estruturalista do fenômeno lingüístico só poderia resultar em uma concepção polarizada do processo lingüístico, enquanto na visão interacionista o fenômeno é visto como resultante de um conflito lingüístico não polarizado, onde as imposições sociológicas e as redes afetivas estruturam as formas híbridas de comunicação, não necessariamente de *code-switching*.

EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS: TIPOS, CAUSAS E EFEITOSValdirene Maria de Araújo Gomes - UFG
LC26142C142

Nesse trabalho são apresentadas algumas considerações acerca do fenômeno do empréstimo lingüístico. Abordamos pontos tais como: tipos, causas e efeitos dos empréstimos. Finalizamos com uma breve discussão sobre a ocorrência de empréstimos em comunidades bilíngües que são vistas por muitos autores como o lugar mais passível de ocorrência da interferência lingüística e, conseqüentemente, dos empréstimos.

**CELERIDADE DO LÉXICO DO PORTUGUÊS E DO FRANCÊS:
SETA E FLÊCHE**

IVã Carlos Lopes - UNESP - São José do Rio Preto
LC26144C142

Desde que a semiótica francesa, inspirada em A. J. Greimas, passou a se interessar pelas modulações de velocidade e suas manifestantes no discurso, abriu-se todo um campo de pesquisa ainda insuficientemente explorado, para o qual desejamos contribuir localmente com nossa intervenção. Escolhemos situar-nos no plano lexical para aí destacar uma figura específica: a *flecha*, durante longo tempo representante tecnológica por excelência da celeridade. Cotejando suas acepções em estado de dicionário nas línguas portuguesa e francesa, detectaremos uma série de contrastes interessantes pelo que revelam de diferenças culturais. Assim é que, em razão do seu étimo, o vocábulo português *seta* comporta uma conotação ligada ao saber rápido, que o distingue quando o comparamos ao francês *flèche*. É possível, além disso, identificar, nas definições da flecha, certos traços atinentes às disposições actanciais daquilo que consideraremos como um « cenário » prototípico da ação desse objeto, e que nos servirão de ponto de partida para uma breve interrogação sobre tipos de objetos e suas pré-disposições actanciais no interior de uma dada cultura. De fato, há objetos cuja definição aproxima-os das funções tendencialmente reservadas aos sujeitos, e bem assim objetos caracterizados quase como destinadores. Examinar algumas dessas manifestações de contrastes semióticos extensos na forma como se apresentam no léxico é um modo de subsidiar a construção de uma semiótica das culturas, propósito assumido pela corrente francesa, mas que ainda aguarda estudos locais a fornecer-lhe as bases comparativas sem as quais não se pode edificar uma teoria geral.

**ESTUDO CONTRASTIVO DOS VERBOS NAS
LÍNGUAS GALEGO E PORTUGUESA**

Valéria Gil Condé - USP
LC2615C142

O padrão geral da estrutura mórfica dos verbos nas línguas galego e portuguesa segue o mesmo paradigma latino: excetua-se a terceira conjugação latina (tema latino em -e), que foi assimilada, pela segunda e terceira conjugações. Sendo assim, o paradigma estrutura-se da seguinte forma: primeira conjugação (temas em -a), segunda conjugação (temas em -e), terceira conjugação (temas em -i). É a esse tema que se acrescenta o sufixo flexionado em modo-tempo e número e pessoa.

A partir da fórmula proposta pelo prof. Mattoso Câmara Jr, em que $V = T (R + VT) + (M.M.T + M.N.P.)$, far-se-á o estudo dos verbos nas línguas galego e portuguesa, analisando-as contrastivamente. Interessante salientar que as mudanças não se realizam nas raízes dos verbos, no aspecto semântico estes permanecem inalterados. Exemplo: verbo pertencente à terceira conjugação, segunda pessoa do plural, port: fugis, galego: fuxides. Essa observação se dará na análise da estrutura mórfica das línguas citadas.

**A MARCA ASPECTUAL NOS TEMPOS VERBAIS DO PASSADO:
UM ESTUDO CONTRASTIVO ITALIANO/PORTUGUÊS**

Lys Miréia Santanché - UFBA
LC26152C142

O estudo considera, no âmbito do sistema verbal de duas línguas românicas, as relevantes categorias de tempo e aspecto nas suas relações com o *aoristo* grego, para expressão do passado; como evoluíram as formas românicas compostas e o fenômeno da *gramaticalização*, tendo o italiano desenvolvido o uso dessas formas analíticas, enquanto o português conservou de preferência a forma sintética. As marcas aspectuais denotadas nos atuais usos das duas línguas.

**O MONITORAMENTO DA FALA EM PESQUISAS SOBRE VARIAÇÃO
LINGÜÍSTICA**

Luís I. C. do Amaral - UFPel
VM2619C142

Os informantes que emprestam suas narrativas a pesquisas sociolingüísticas monitoram, freqüentemente, a própria fala. Labov (1970) refere que está no monitoramento da fala pelo informante o principal problema do observador que busca estudar o vernáculo. Tem-se aconselhado nos últimos anos que bancos de dados sociolingüísticos devem desconsiderar os minutos iniciais das entrevistas em virtude do alto grau de monitoramento; o presente trabalho, ao contrário, pretende demonstrar que o monitoramento está mais fortemente atrelado à estrutura da narrativa (racional x emocional), bem como a outros fatores subjetivos, do que propriamente aos momentos iniciais de uma entrevista.

**A CORREÇÃO NA CONVERSAÇÃO:
IMAGENS DE SUJEITO E DE DISCURSOS**

Maria Eulália Sobral Toscano - UFPA/ USP
VM26192C142

O discurso produzido durante uma conversação é resultado de uma participação ativa dos diversos parceiros do encontro, os quais garantem-lhe conjuntamente a *pilotagem*, sendo a troca comunicativa uma *inter-ação* na e pela linguagem. Falante e ouvinte exercem um e outro um constante controle sobre suas manifestações verbais, de forma que tudo o que o eles fazem ou deixam de fazer tem valor na medida em que influencia sensivelmente o discurso do outro e contribui para a construção dos sentidos das trocas verbais.

Neste tipo de interação verbal, como os interactantes *co-operam* a produção do texto em condições de quase simultaneidade entre planejamento e verbalização, uma série de fenômenos lingüísticos que desnudam este *em se fazendo* inscreve-se no texto conversacional, revelando, dessa forma, seu próprio processo de edição. Dentre esses fenômenos, está a *correção*, procedimento que se encontra apagado no texto escrito enquanto produto final de elaboração textual e, a descoberto, no texto conversacional.

O texto conversacional distingue-se, assim, por mostrar a um só tempo suas várias versões, sendo a correção o processo por excelência que coloca a descoberto os paradigmas das escolhas lingüísticas dos interactantes. Ela refere assim o trabalho de composição textual realizado pelo falante, o qual, por meio de *signalizadores*, relaciona paradigmaticamente duas formulações (F_1 e F_2) que se encontram na cadeia linear do texto, e *mostra* ser a segunda formulação, o ato corretor propriamente dito, a selecionada para funcionar no lugar da primeira.

Esta pesquisa pretende demonstrar que a correção, como fenômeno textual, opera a construção do texto, e como fenômeno discursivo, opera a geração dos efeitos de sentido que tecem as imagens de sujeito e de discursos, partindo do pressuposto de que a conversação, como evento comunicativo, coloca em contato indivíduos que, ao mesmo tempo em que se expõem, pelo simples fato de que têm a palavra, tentam se resguardar, zelando por suas expressões verbais, pontos de vista, papéis conversacionais e sociais.

É uma investigação de base empírico-indutiva, uma vez que parte de realizações de fato ocorridas, inserida no campo da Análise da Conversação, numa perspectiva textual-interativa, posto que privilegia o texto enquanto objeto de significação como produto de uma atividade interacional do indivíduo.

A FORÇA DA ESQUERDA NA CONCORDÂNCIA DE GÊNERO

Alzira V. Tavares de Macedo - CNPq/UFRJ

Dante Lucchesi - CNPq/UFBA

VM26194C142

No português de contato do Alto Xingu, a concordância de gênero sofre grande variação e é bem menos utilizada pelos falantes de menor contato com o português dominante, evidenciando um possível estágio de pidginização.

Diversos fatores interferem nesse processo, descritos por Lucchesi & Macedo, 1997, que ressaltaram a influência de fatores ligados ao processo imperfeito de aprendizagem em situações de contato multilíngüe.

No presente trabalho, mostramos as diferenças e semelhanças entre o gênero e o número. O gênero é considerado uma categoria mais "inerente" ao nome do que o número, adquirido mais facilmente por regras morfossintáticas.

Apesar das diferenças, porém, verificamos que os principais fatores no nível morfossintático atuantes na concordância de gênero, coincidentemente, estavam sempre à esquerda do nome. Assim, parece que o gênero tem mais semelhanças com o número do que se pensava, cabendo a hipótese de que, nas regras de concordância em geral, tudo o que está à esquerda, na verdade, "controla" essa concordância, tal como mostrado por Scherre & Naro, 1996.

Discutimos duas hipóteses na interpretação de tais dados: Uma, de que forças mecânicas (como a prioridade dos elementos à esquerda) atuam mais do que forças funcionais (como a necessidade de marcar a informação apenas uma vez). Outra, de que, na verdade, a força da posição à esquerda se explicaria por fenômenos ainda mais gerais da sintaxe do português do Brasil, ligados a uma série de mudanças que evitam qualquer situação de inversão.

A CONCORDÂNCIA NOMINAL NO SN EM FALANTES CULTOS DE SALVADOR

Norma da Silva Lopes - UNEB/UFBA

VM2620C142

Este é um pequeno estudo de caráter preliminar sobre a concordância de número entre os elementos do sintagma nominal (SN) na realização oral de falantes com escolarização superior de Salvador e tem como objetivo buscar possíveis relações entre a presença / ausência de marca de plural nos elementos do SN e fatores lingüísticos e sociais. Do *corpus* do Projeto NURC/SSA, foram estudados oito inquéritos DIDs, envolvendo oito informantes, quatro do sexo masculino, quatro do sexo feminino, sendo 50% da faixa etária 1 (entre 25 e 35 anos) e 50% da faixa etária 3 (de 55 a 65 anos).

Nesse dialeto, os núcleos nominais são quase sempre marcados, ocorrendo mais ausência de marca no núcleo quando ele ocupa a 2ª ou a 3ª posição no sintagma. Os elementos não nucleares (EFNN) são mais marcados quando em posição anterior ao núcleo e menos marcados quando pospostos a ele. É em situação de posposição ao núcleo que, no dialeto estudado, parece haver mais possibilidade da ausência da marca, principalmente quando os EFNNs estão em terceira ou outra posição dentro do SN. Ocorre menos marca em sintagmas mais extensos, em que há EFNNs em 2ª ou em 3ª posição, pospostos ao núcleo. Em primeira posição do sintagma, a marca de plural é freqüente em elementos nucleares e não-nucleares do sintagma. Das faixas etárias estudadas, a FE - 1 mostrou-se mais inovadora que a FE - 3, conforme se esperava. Em todos os tipos de estrutura, os mais jovens tiveram percentual menor de marcação de plural nos

elementos do SN que os informantes da FE - 3. Entre os mais velhos, no grupo dos homens, não se constatou ausência de marca, em qualquer das estruturas do SN trabalhadas.

A expectativa de que esse trabalho mostrasse que os homens fazem menos concordância não foi confirmada pelos dados coletados. Pelo contrário, os informantes do sexo feminino, em todas as estruturas do SN, marcaram menos os elementos nucleares e não-nucleares que os informantes do sexo masculino, no universo estudado. A explicação para esse fato pode ser encontrada com a ampliação dos dados, ou pode estar não na variável sexo, mas no mercado ocupacional, o que deverá ser também estudado em fase subsequente deste trabalho.

A QUESTÃO DO OBJETO INCORPORADO EM PORTUGUÊS: UMA PERSPECTIVA FUNCIONAL

Clézio Roberto Gonçalves - UFMG

VM2620C142

Esta pesquisa, de linha funcionalista, adota o conceito de **objeto incorporado** desenvolvido por SARAIVA (1997) e, a partir daí, se propõe a explorar a função discursiva do objeto incorporado, ou seja, que função (ou funções) o SN nu objeto desempenha no discurso, estudando tal fenômeno em português, sob um prisma mais amplo, que permita a visão daquilo que antecede e sucede a unidade lingüística, bem como a recorrência deste tipo de unidade em ambientes semelhantes e distintos. Inicialmente, fez-se um levantamento geral dos casos de objeto incorporado. Em seguida, tendo como objeto específico de análise o objeto incorporado nos planos discursivos, dividiu-se o texto, seguindo-se as orientações de AZEVEDO (1992), em "unidades oracionais" que foram numeradas e posteriormente distribuídas em cinco categorias discursivas: figura, fundo, discurso direto, categoria intermediária e fundão. Depois desta etapa, fez-se um levantamento dos tipos de estrutura que favoreceram a incorporação do objeto: oração independente, coordenada, principal, subordinada (desenvolvida ou reduzida) e descreveu-se cada oração com objeto incorporado com referência aos dez parâmetros de transitividade de HOPPER & THOMPSON (1980), a fim de se tirar conclusões sobre o grau de transitividade das orações em que o objeto incorporado ocorre. Depois, verificou-se, nas narrativas, que classes semânticas de verbos favoreceram a incorporação do objeto, uma vez que SARAIVA (1997) levanta várias classes semânticas de verbos, mostrando que, em nível de competência lingüística, nessas classes pode ocorrer objeto incorporado com verbos a elas pertencentes. Em outras palavras, tentou-se verificar se haveria predomínio de uma classe semântica sobre as demais, no que concerne ao favorecimento da incorporação do objeto. Este trabalho tem também a preocupação de estudar o uso da língua no discurso, uma vez que os dados que interessam à abordagem funcionalista, buscados no discurso, são, portanto, contextualizados, permitem a verificação empírica, a contagem de freqüências, a visão e o controle do contexto lingüístico anterior e posterior, e a correlação com variáveis sócio-culturais e pragmáticas.

CONCORDÂNCIA VERBAL COM O PRONOME 'TU' NA FALA PESSOENSE

Juliene Lopes Ribcero Pedrosa - UFPb
VM26204C142

Com o advento da Sociolinguística ficou provada a importância de estudos que descrevem o perfil linguístico dos falantes, levando, também, em consideração restrições sociais que possam, juntamente com as restrições linguísticas, reger os processos linguísticos existentes. É exatamente por essa razão que nos propomos a descrever, nesse trabalho, o perfil linguístico do falante pessoense no que concerne ao uso da concordância verbal com o pronome TU. Para conseguirmos tal intento, observamos os 60 informantes que fazem parte do *corpus* do Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB), onde apenas 20 informantes apresentavam a variável em estudo. Esses informantes estão estratificados socialmente com relação ao sexo, faixa etária e anos de escolarização. Além dos mencionados fatores sociais, também observamos os seguintes fatores linguísticos: paralelismo formal, interação emissor/receptor, material interveniente entre o sujeito e o verbo, tempo verbal & saliência fônica, tonicidade do verbo & número de sílabas e contexto fonológico seguinte. Assim, através do tratamento estatístico realizado pelo pacote de programas VARBRUL, observamos que apenas 23% dos dados são de concordância verbal contra 77% de não concordância, apontando o tempo verbal & saliência, anos de escolarização, faixa etária, contexto fonológico seguinte, tonicidade & número de sílabas e interação emissor/receptor como as restrições mais relevantes para o processo da concordância verbal com o pronome TU na fala pessoense.

UM PROCESSO DE REFORMULAÇÃO TEXTUAL (A CORREÇÃO) NA FALA CULTA DE SÃO PAULO

Paulo de Tarso Galembek - UNESP Araraquara
Mércia Reiko Takao - UNESP/CNPq
VM2621C142

Castilho (1995) menciona três processos que constituem a língua falada: a construção, a reconstrução e a descontinuação. A reconstrução é a retomada do que foi dito, e compreende os procedimentos de reiteração ou repetição (retomada do mesmo item gramatical ou lexical), de paráfrase (enunciado que reformula o que foi dito, mas mantém uma relação de equivalência semântica), de correção (reelaboração do que é incorreto ou inadequado).

Este trabalho discute a presença de um dos processos de reformulação, a correção, em textos conversacionais. Enfatiza-se que a correção - assim como os demais processos de reformulação textual - tem um papel relevante na condução do texto falado, à medida que permite a reelaboração contínua do que foi dito, para que se alcance a formulação mais adequada aos propósitos comunicativos. De acordo com essa perspectiva, a correção alimenta a própria interação, pois visa, fundamentalmente, a assegurar a boa compreensão entre os participantes do ato conversacional.

As ocorrências de correção são classificadas de acordo com os critérios expostos a seguir:

1. Elemento que se corrige e natureza do erro: lexical (erro semântico-pragmático); gramatical; fonético-prosódico.
2. Interlocutor que desencadeia e desenvolve o processo: auto-correção auto-iniciada; auto-correção hetero-iniciada; hetero-correção auto-iniciada; hetero-correção hetero-iniciada.
3. Dimensão da correção: total; parcial.

4. Proximidade em relação ao enunciado matriz: contígua; distante.
5. Fenômenos da língua falada associados à correção: truncamento; hesitação ou pausa; ameaça de perder o turno; não se aplica.

Os dados preliminares apontam um ligeiro predomínio da correção lexical sobre a gramatical, o que evidencia maior frequência da correção de dados semântico-pragmáticos; os "erros" fonológico-prosódicos são quase inexistentes. Além disso, predominam largamente os casos de auto-correção auto-iniciada e há equilíbrio entre as correções totais e parciais. Todos os casos levantados são de correções contíguas e a eles estão associados, geralmente, fenômenos que manifestam hesitação (truncamento, pausas, alongamentos).

O *corpus* do trabalho é constituído por inquiridos do tipo D₂ (diálogos entre dois informantes), pertencentes aos arquivos dos Projetos NURC/SP e NURC/RJ.

DO ORAL PARA O ESCRITO: O FALSEAMENTO DA INFORMAÇÃO EM ENTREVISTAS NA MÍDIA

Sigrid Castro Gavazzi - UFF
ADM278C142

Este trabalho pretende detectar as estratégias (conscientes ou não), utilizadas pela mídia em entrevistas realizadas pela mídia impressa, em duas revistas de circulação nacional: a Revista VEJA e a Revista de DOMINGO/IB, no que concerne ao falseamento da informação publicada, que não corresponde - integral ou parcialmente - ao declarado pelo entrevistado em seu discurso oral.

A partir, então, do levantamento de tópicos e subtópicos dos respectivos textos (orais e escritos), iniciou-se o confronto entre as duas modalidades. Detectaram-se, assim, até o momento, quatro mecanismos básicos que acarretam dessemelhanças entre as produções analisadas:

- (1) por omissão
 - a- omite-se informação em sua totalidade tópica;
 - b- aproveitam-se apenas alguns subtópicos, desprezando outros;
- (2) por condensação: condensam-se subtópicos que, originalmente, apresentavam-se em tópicos diversos;
- (3) por alteração
 - a- altera-se a ordem tópica;
 - b- modifica-se, total ou parcialmente, a questão proposta pelo entrevistador;
 - c- insere-se, no texto escrito, tópico (pequenas manchetes centralizadas), ou falas do entrevistador e do entrevistado não registradas magnetofonicamente.

Todas essas retextualizações (Marcuschi:1993) "indevidas" (Gomes:1995) devem-se possivelmente à linha editorial/ideológica adotada pela Revista, com conseqüente ataque, defesa ou manutenção da face do documentado (Goffman:1974). Encontramos também mais "desvios contedutísticos" em entrevistas que se preocupam em abordar temas controvertidos e que, em decorrência, contam com entrevistados que apóiam seus argumentos na polêmica (Charaudeau: 1992; Olbrechts-Tyteca: 1996).

Pela imprecisão/falseamento, pode-se afirmar que os semanários sob nosso crivo traçam - pelo título, apresentação do entrevistado e conteúdo da própria entrevista - retratos/"máscaras" sociais bastante definidos, construindo o perfil ideológico que mais lhes interessa. Ou, antes, que melhor se adapta a seus leitores.

A ORGANIZAÇÃO DOS ARGUMENTOS E O CONFLITO NAS ENTREVISTAS DE TV

Zilda G. O. de Aquino - Fac. Oswaldo Cruz SP
ADM2782C142

Considera-se que o número de ocorrências de interações em que ocorre conflito é elevado e que a formulação discursiva desempenha um papel importante, já que se coloca como provedora, solucionadora ou mediadora desses eventos.

Nesse sentido, este trabalho observa as atividades realizadas pelos interlocutores que selecionam estratégias de modo a organizar a situação discursiva da qual participam, com o objetivo de destacar as estratégias argumentativas que trabalham como pistas para a construção do significado, apontando, muitas vezes, para um discurso característico de conflito.

A pesquisa tem por embasamento os domínios da Teoria da Argumentação e da Sociolinguística Interacional e o *corpus* utilizado foi transcrito a partir de entrevistas transmitidas pela TV das quais participaram os políticos Ciro Gomes e Paulo Salim Maluf.

CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NAS ENTREVISTAS DE TELEVISÃO

Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira Andrade - USP
ADM2784C142

Em suas várias aplicações, a entrevista é uma técnica de interação social. Por meio dela, busca-se uma interpenetração informativa que visa a quebrar isolamentos sociais, pode ainda servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação, constituindo sempre um meio cujo objetivo fundamental é o inter-relacionamento humano.

Em toda a entrevista, além de se pretender uma troca de informações, de experiências, de juízos de valor, há uma ambição mais ousada que Buber (1982) já dimensionou: o diálogo em que a relação eu-tu é plena, isto é, entrevistador e entrevistado saem "modificados" do encontro, porque houve interação, ambos se revelaram, cresceram no conhecimento do mundo e deles próprios.

Esta comunicação se volta para o estudo das digressões em entrevistas de televisão, tendo como *corpus* dois programas distintos: Entrevista Coletiva, transmitido pela rede Bandeirantes e Jô Onze e Meia, veiculado pelo SBT. Devido a essa seleção, o centro de interesse estará voltado, por um lado, para entrevistas em que ocorre certa polemização, já que se instaura o debate de idéias, o confronto de opiniões; por outro, para aquelas onde se traça um perfil humano.

Em síntese, esta pesquisa busca tratar a digressão, verificando em que medida, ao empregar essa estratégia, a interação recebe uma espécie de reorientação de seu sentido, revelando algo que está no horizonte do campo de percepção do locutor. Pretende-se verificar também como a digressão apresenta papéis definidos na construção textual.

A PRESENÇA DE COLLOR NO JORNAL FOLHA DE S.PAULO

Sonia Aparecida Lopes Benites - UEM
ADM279C142

Embora o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello tenha sido votado apenas em setembro de 1992, a veiculação dos fatos que o motivaram e, mais importantes que esta, os comentários e as análises dos jornais sobre tais fatos tiveram início já nos primeiros meses de 1991, momento que marcou o fim da trégua concedida pela imprensa nacional ao governante.

Nesse contexto, destaca-se o papel do jornal *Folha de S. Paulo*, por duas razões: sua posição como um diário de envergadura, com grande poder como formador de opinião, e seu desentendimento particular com o então chefe do executivo federal. Assim, embora

sua auto-imagem seja a de um periódico crítico, apartidário, pluralista e independente, o jornal, como todos os demais órgãos de imprensa, procede à construção da realidade, textualmente. O objetivo do presente trabalho é a análise da forma como se dá a construção dessa realidade.

MÍDIA & GLOBALIZAÇÃO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Elizabeth Labes - FECILCAM/UNESP Car
ADM2792C142

A presente reflexão faz parte de atividades de nosso projeto de pesquisa ora em curso na UNESP/Car cujo objetivo geral é discutir a apropriação que a mídia, em específico o texto publicitário, faz do discurso da globalização.

Tomando o discurso em relação com seu exterior, propomos uma abordagem de inter-relação entre discurso e História. História aqui entendida conforme Orlandi (1995), não como sendo algo exterior, complementar ou em relação de causa e efeito com o sistema lingüístico, mas como relação constitutiva inscrita no próprio texto.

A partir das formulações teóricas da Análise do Discurso de linha francesa, tentaremos desvelar através da materialidade lingüística os procedimentos discursivos, verbais e não-verbais, responsáveis pela criação de efeitos de sentidos próprios ao discurso ideológico da globalização.

OS CONECTORES E E SE NO TEXTO PUBLICITÁRIO IMPLICAÇÕES SEMÂNTICO-DISCURSIVAS

Rosane S. Mauro Monnerat - UFF
ADM2794C142

Este estudo apresenta uma análise do comportamento discursivo dos conectores *e* e *se*, num *corpus* de textos publicitários, sendo priorizadas as construções com *e*, seguidas das com *se*, provenientes de diferentes tipos de mídia. Apoiando-se na polissemia do *e*, o trabalho verifica os valores semânticos que esse conector assume em relação a tópicos semânticos selecionados, bem como analisa as noções de simetricalidade e assimetricalidade desse conector nas construções em foco. Com relação ao *se*, o estudo se desenvolve a partir dos graus de hipótese veiculados pelas orações condicionais, para, em seguida, focalizar os diferentes níveis de vinculação entre prótases e apódoses, em condicionais de construções canônicas, ou periféricas. Analisa paralelamente as noções de modalidades discursivas - *enunciativa*, *narrativa* e *argumentativa* - para concluir ser o *alocutivo/delocutivo* - do ponto de vista enunciativo - e *P* (produto), equivalente a *objeto da busca* do destinatário - do ponto de vista narrativo - os tipos discursivos mais recorrentes, nessa modalidade de texto, que utiliza, também, amplamente, a estratégia argumentativa da *singularização*.

DIZENDO COMO FAZER

Clarissa Rollin Pinheiro Bastos - PUCRJ
EM2714C142

Os estudos lingüísticos voltados para a interação no âmbito da organização empresarial são pouco numerosos e mais raros ainda são os estudos das atividades comunicativas em reuniões empresariais. Entre vários recursos lingüísticos que podem marcar a assimetria dos falantes em uma dada interação, este estudo tem por objetivo investigar o uso de estratégias discursivas utilizadas por um Diretor Geral (de uma empresa brasileira de médio porte, voltada para o ramo de vendas) para instruir/dizer como fazer. A metodologia de pesquisa é de base etnográfica, mediante observação participante da pesquisadora e gravação em áudio. Nosso *corpus*, para esse trabalho, é composto de três reuniões, com aproximadamente 8h de gravação. O presente trabalho

inscre-se numa abordagem interacional para o discurso na vertente da Sociolinguística em que ocorrem, como também estão intimamente relacionadas ao status hierárquico do falante e ao papel discursivo por ele desempenhado. Apontam, ainda, para um tipo de estilo gerencial que procura manter procedimentos e decisões sob controle.

OS ESCRITOS MAQUIADOS E OS FALADOS VERDADEIROS?

M.^a Cecília P. de Souza e Silva - PUC-SP
EM27142C142

O objetivo desta comunicação é apresentar e discutir algumas práticas de linguagem produzidas em um contexto de trabalho específico: uma empresa multinacional sediada em São Paulo, que produz aparelhos eletrônicos.

A análise de tais práticas socialmente situadas implica uma reflexão sobre a produção do significado pelos atores sociais, motivo pelo qual o *corpus* privilegiado é constituído de dois tipos de discurso: um deles resultante de *entrevistas* feitas com o Conselho de Edição do jornal interno da empresa e o outro, de *grupos de discussão* ocorridos entre pesquisadores e alguns operários do chão de fábrica.

O quadro teórico escolhido privilegia o conceito de *cenografia discursiva* (Maingueneau, 1987, 1993), que permite ultrapassar as referências dêiticas do plano empírico, facilitando o acesso ao modo pelo qual uma enunciação simultaneamente produz e pressupõe a cena que lhe permitirá legitimar-se.

Os resultados, que levaram em conta também os dados obtidos por meio da análise de doze números do jornal interno, revelam três cenas que se questionam. Enquanto o jornal apresenta a empresa como ideal de harmonia, de interesses comuns na qual o *eu* se identifica ao *nós* e a *ela* empresa, as entrevistas com os membros do Conselho Editorial apontam para uma oscilação entre dois lugares discursivos, que se explicitam no e pelo discurso por meio do jogo enunciativo entre o *eu*, quando falam como assalariados comuns e o *nós* ou *a gente*, quando se colocam como fiadores da empresa e "porta-vozes" de seus gerentes. Finalmente, na voz do(a) operário(a) assiste-se a uma mudança radical: ele(a) marcam discursivamente sua exclusão do circuito comunicacional pela oposição entre *nós*, o chão de fábrica, e *elas*, os funcionários administrativos, denunciando, assim, a estratégia de monofonização que se manifesta nos escritos oficiais, representados, no caso, pelo jornal.

AFETO E ETHOS INTERACIONAL: A CONSTRUÇÃO DE EMOÇÕES NO DISCURSO EM SITUAÇÕES DE RECLAMAÇÃO

Victoria Wilson Coelho Cerbino PUC-Rio
EM27144C142

Pretende-se, em relação à afetividade e ethos interacional, identificar, através das marcas de afeto – em cartas de reclamação –, o ethos da interação na relação cliente/empresa.

Toma-se o conceito de ethos interacional aquele proposto por Brown e Levinson (1987), isto é, aquilo que se refere especificamente à qualidade da interação, o que caracteriza grupos ou categorias sociais de pessoas numa dada sociedade ou num grupo particular. Quanto ao afeto, incorporam-se conceitos de tradição antropológica, incorporada nos estudos sociolinguísticos e no presente estudo, em que se empregará a noção em sua acepção mais ampla. Tratar-se-á de emoções, sentimentos, atitudes, disposições, etc. que se manifestam em comportamentos observáveis no contexto em que se inserem as cartas.

Serão analisadas, pois, as estratégias discursivo-interacionais utilizadas por clientes – proprietários de imóveis –, que se dirigem à empresa do ramo da construção civil com o intuito de solicitarem serviços/repares em suas respectivas residências. Como tais pedidos, constituem, na verdade, reclamações, propõe-se examiná-las para descrever

não só os diferentes tipos de afeto que emergem em situações dessa natureza e o que podem sinalizar (o que os indivíduos podem dizer ou não sobre suas emoções), como também de descrever a qualidade afetiva da interação, nesse contexto específico.

A ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERAÇÃO CLIENTE-EMPRESA

Célia Maria Macêdo de Macêdo - PUCSP
EM2715C142

Este trabalho apresenta uma análise do modo como a informação está organizada na interação entre cliente e empresa realizada por meio de cartas e intermediada por uma revista de ampla circulação através da publicação. A análise mostra como os participantes dessa interação escolhem distribuir a informação em suas cartas de modo a enfatizar o que consideram mais relevante, ou seja, que segmento da informação eles tratam como *newsworthy*, segundo Fries (1992).

O *corpus* do trabalho constitui-se de dez pares de cartas, em sua versão original, de reclamações escritas por clientes insatisfeitos com o serviço prestado por empresas ligadas à área de turismo e as cartas-resposta enviadas pelas empresas.

A análise está baseada na Gramática Funcional de Halliday (1994), mais especificamente na metafunção textual, que trata das escolhas dos participantes quanto à alocação da informação nos segmentos temático e remático de uma oração. Para a análise, são usadas também as expansões à Gramática Funcional de Halliday feitas por Fries (1992, 1994) e Thompson (1996).

A análise conclui que a informação feita mais proeminente pelo cliente e pela empresa, aquela que se encontra no N-Rema (Fries, 1994), está diretamente relacionada aos objetivos que ambos querem alcançar: o cliente quer que o problema seja solucionado ou que seja feito um reparo ao dano a ele causado; a empresa quer satisfazer o cliente e, ao mesmo tempo, quer preservar sua imagem como uma empresa de confiança no ramo.

ANÁLISE DE TEXTOS EMPRESARIAIS DE CUNHO INSTITUCIONAL: IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS

Tatiana Piccardi - USP
EM27152C142

Pode-se dizer que o discurso empresarial é o principal aliado dos discursos político-econômicos em um capitalismo renovado, em que o discurso neo-liberal, da informatização, privatização, globalização, qualidade e preservação do meio ambiente se articulam e formam a base do discurso empresarial moderno. O discurso empresarial serve ao discurso político-econômico, em um processo de mútua sustentação, visando ao apagamento das vozes que separam o capital do trabalho.

Dentro deste quadro, torna-se necessário compreender melhor a dinâmica da produção do discurso empresarial para se perceber com maior clareza quais são as bases ideológicas que o sustentam e quais as consequências de um discurso construído sobre tais bases nos níveis mais corriqueiros da vida do cidadão comum.

Desta forma, a partir de conceitos da pragmática, em particular da semântica argumentativa, pretendemos verificar em textos de determinada empresa as diferentes vozes que se articulam e como desta articulação se legitima uma ideologia que cria, mantém e difunde significações. O discurso empresarial institucional, por sua pretensa objetividade, tem se mostrado bastante eficiente em sua tarefa legitimadora, contribuindo de maneira determinante para consolidar novas formas de ver o mundo e atuar nele. Um maior conhecimento linguístico deste jogo discursivo, a ser mostrado através de caso concreto, poderá trazer novas luzes à questão.

A NOÇÃO DE LÉXICO NA ANÁLISE DO DISCURSO

José Horta Nunes - UNICAMP
DP268C137

O objetivo deste trabalho é refletir sobre o modo como a noção de léxico é trabalhada na Análise de Discurso de linha francesa. Para isso, realizamos uma leitura de textos teóricos, considerando alguns trabalhos realizados na área. Propomos efetuar uma discussão teórico-metodológica a propósito do lugar do léxico na teoria do discurso. Na perspectiva em que nos colocamos, as ciências são consideradas como discursos produzidos historicamente; o trabalho científico, ao se realizar, produz deslocamentos no contexto epistemológico em que ele tem lugar, ou seja, ele incide sobre um determinado campo da história das ciências. Vamos tratar especialmente da relação entre lexicologia e teoria do discurso. Consideramos a influência de Harris e Jean Dubois nos inícios da Análise de Discurso. Abordamos os trabalhos com palavras-pivô, com vocabulário, o conceito de *corpus* e de formação discursiva, a relação entre léxico e sintaxe. Visamos com isso compreender a historicidade dessa noção e avançar na discussão sobre os procedimentos metodológicos em Análise de Discurso.

SLOGAN, POLIFONIA E MEMÓRIA DISCURSIVA

Sfrio Possenti - UNICAMP/CNPq
DP2682C137

O presente trabalho será dedicado a descrever as relações entre os slogans mais freqüentemente utilizados nas campanhas em rádio e TV por três candidatos ao governo de S. Paulo nas eleições de 1998. Todos os slogans têm como estrutura básica o enunciado "X faz", com algumas variações: *X fez e faz; X não é santo, mas faz; Quem é honesto faz mais*. Vale a pena lembrar que a candidatura do PT à prefeitura de S. Paulo, em 1996, tinha como slogan: *O PT que faz*.

Três são as questões mais importantes a serem postas em relevo: a) a semântica de "fazer", especialmente pelo fato de que o complemento do verbo nunca é explicitado, e parece não ser necessário que o seja - no entanto, não há dúvida sobre qual seja ele, pelo menos de forma genérica; b) as relações intra-discursivas e de "Quem é honesto faz mais" e de "X não é santo, mas faz"; c) uma tentativa de avaliação da eficácia destes slogans, considerando-os de dois pontos de vista: 1) supondo que haja compreensão das relações interdiscursivas que cada um desses slogans mantém com os outros, ou com outros discursos (notadamente, um deles com "rouba, mas faz") ou, seja, que os slogans sejam compreendidos pelos ouvintes; 2) supondo que se trate de relações interdiscursivas para as quais a passagem por uma memória "ativa" não seja relevante, caso em que a relação dos referidos slogans com instâncias de tipo ideologia/inconsciente é evidentemente mais relevante.

O trabalho tomará como base uma análise feita por Pêcheux (de um grito de guerra de torcedores de futebol que foi cantado pela população quando da eleição de Mitterand - *on a gagné*), e pontos de vista de Courtine e Foucault sobre a noção de memória discursiva, de De Certeau sobre a noção de usuário (que se contrapõe à de sujeito como mero consumidor) e as análises de Reboul sobre as relações entre chiste e slogans em suas conexões com o inconsciente.

O objetivo principal é explicitar e problematizar duas questões afetas à chamada Análise do Discurso Francesa: em primeiro lugar, a questão dos lugares enunciativos previstos para os sujeitos de discursos caracterizáveis ideologicamente; em segundo

lugar, fazer funcionar, um pouco a título de experiência, duas noções propostas por Maingueneau em seu *Genèse du discours*: a noção de competência discursiva - possível não porque o sujeito teria uma poderosa consciência, mas porque os discursos dependem de poucas coerções; e a noção de interincompreensão constitutiva, responsável pelo fato de que cada discurso só pode ser compreendido pelo outro na forma de um simulacro. Minha hipótese é que o discurso político presta-se muito bem a esse "teste".

FUNDAMENTOS DE UMA TEORIA DIALÓGICA DO DISCURSO

Carlos Alberto Faraco - CEFET-PR
DP2684C137

Buscar os fundamentos de um modelo teórico tem sido mais raro, nos meios acadêmicos, do que difundi-lo e aplicá-lo. Em outros termos, a prática analítica tem se sobreposto, geralmente, a preocupações de caráter epistemológico. Nossa investigação em torno dos fundamentos das reflexões teóricas do pensador russo M. Bakhtin tem procurado inverter um pouco essa desproporção. Para isso, temos rastreado não só as fontes imediatas de seu pensamento, mas também temos olhado seu trabalho numa perspectiva de grande temporalidade (para usar uma expressão e um movimento metodológico caros àquele autor). Isso significa aproximar-se de um pensamento teórico sem encerrá-lo em sua contemporaneidade (i.e., na sua temporalidade imediata). Trata-se de projetar esse pensamento num eixo de grande temporalidade que permita ao analista observar sua significação para além de seus condicionantes e ressonâncias próximos. Cabe apontar sua vinculação indireta a grandes movimentos de pensamento que cruzam séculos e que permanecem imperceptíveis quando a câmera aproxima muito seu foco. Temos, assim, buscado projetar Bakhtin numa linhagem intelectual que, pelo menos desde os primeiros anos do século XIX, vem tomando forma à margem dos debates filosóficos e científicos hegemônicos. Em nossa comunicação, vamos apresentar resultados dessa pesquisa, mostrando como a metodologia adotada fornece subsídios para entender-se a continuada relevância do pensamento e o vigor heurístico de seu conceitual.

A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO LEITOR NA CRÔNICA FOTOGRÁFICA

Tânia Maria Campos Zen - UNICAMP
DP269C137

Este texto objetiva refletir, de uma perspectiva discursiva, sobre a relação crônica/fotografia. Nossas reflexões estarão sustentadas na Análise de Discurso de Escola Francesa (AD) que visa construir um método de compreensão dos objetos de linguagem. Para isso, não trabalha com a linguagem enquanto dado, mas como fato. A AD busca explicitar os elementos individualizadores que definem o fato de linguagem em sua especificidade, procurando entender o seu funcionamento. A AD trabalha não só com as formas abstratas mas também com as formas materiais de linguagem, no nosso caso, a crônica fotográfica. Estudar a crônica fotográfica, sob o enfoque discursivo, possibilitou-nos compreender os processos de produção dos sentidos que circulam pelas cidades e que vão constituir a memória discursiva (o interdiscurso).

AIDS, HOMOSSEXUALISMO E IDENTIDADE: UMA CONCEPÇÃO DISCURSIVA

Cristiane P. Dias - UFSM
DP2692C137

Na década de 80 o movimento homossexual havia conquistado um espaço discursivo no meio social e político, via os grupos de afirmação. Nesse período, a Aids, (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), começa a expandir-se na sociedade, inicialmente, entre homossexuais. Dessa forma, na medida que vai sendo disseminada, a Aids traz para a questão identificadora dos homossexuais "uma outra concepção de identidade, que é a soropositividade" (Terto Jr. 1997:55). nesse sentido, questionamos: como é que um sujeito homossexual produz sentido para si mesmo, a partir do "acontecimento" (Pêcheux, 1990) da Aids, sendo que, com a doença, o referencial para novas práticas discursivas a respeito do homossexualismo passa a ser *peste gay*? É, pois, da análise de recortes discursivos do relato da experiência pessoal de sujeitos homossexuais soropositivos, que pretendemos, nessa comunicação, refletir sobre esse questionamento. Esses relatos são narrados via *e-mail*, pois, se na década de 80 a carta (Souza, 1997) era um meio de expressão da subjetividade, hoje, vivendo a era da virtualidade, o discurso epistolar adquire uma outra materialidade, o *e-mail*. Entendemos que a produção de sentido para a identidade passa pela construção narrativa de uma experiência pessoal, já que, quando um sujeito narra a sua experiência, ele se coloca diante de si mesmo, deixando, no seu relato, marcas discursivas das representações e do imaginário social, que constroem a sua imagem e determinam o seu espaço na sociedade. Dessas marcas discursivas, traçamos um caminho interpretativo (Orlandi, 1996), no sentido de compreender o processo de construção de sentido para a identidade homossexual a partir da soropositividade.

IMAGENS DO OUTRO: DISCURSOS DA IDENTIDADE E DA ALTERIDADE

Diana Luz Pessoa de Barros - USP
DP2694C137

Neste trabalho examinamos a construção de discursos da identidade, na perspectiva da teoria semiótica da narrativa e do discurso, de linha francesa, a partir dos discursos de aceitação e de recusa do uso de estrangeirismos no português do Brasil.

Os discursos de identidade articulam de formas diversas as relações intelectuais e afetivas entre "nós" e "o outro", e esses diferentes modos de relação são também encontrados no âmbito das relações lingüísticas. As imagens do outro e de sua língua e os discursos de aceitação e rejeição ao uso de estrangeirismos fornecem bons elementos para o exame dos discursos da identidade. Quatro fatores influenciam o surgimento dos discursos de rejeição e aceitação:

- 1) a quantidade e a homogeneidade de origem dos estrangeirismos;
- 2) os processos de adaptação lingüística;
- 3) a necessidade ou caráter supérfluo do uso;
- 4) a valoração positiva ou negativa dos usos de estrangeirismos.

Misturam-se nesses discursos fatores de três ordens: **racionais** ou **intelectuais**, **sensoriais** e **afetivo-passionais**. Os usos de estrangeirismos são, dessa forma, e com base na modalização discursiva, ditos **proveitosos** ou **prejudiciais**, **desejáveis** ou **temíveis** (modalização do querer), **prescritos** ou **proibidos** (modalização do dever), **possíveis** ou **prescindíveis** (modalização do poder), no campo das relações intelectuais; **belos** ou **feios**, no quadro das relações sensoriais; **amados** ou **odiados**, no âmbito das relações afetivo-passionais (e em contraposição ao amor ou desamor da pátria).

As várias ordens de valores combinam-se no discurso e estabelecem-se entre as relações de homologação e de contradição de que dependem os sentidos dos discursos e sua eficácia persuasiva e argumentativa.

AS RELAÇÕES DE PODER NA INTERAÇÃO PROFESSOR/ALUNOS, EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Maria Francisca Oliveira Santos - UFAL
DF2614C137

Este trabalho investiga as marcas lingüísticas de poder na relação professor/aluno, em contexto universitário de sala de aula, pelo fato de ser esse o espaço em que professor e alunos trabalham na construção do sentido discursivo, segundo a prática de um comportamento pedagógico, que deveria ser voltado para o aluno como centro das atividades acadêmicas, bem como para a sua socialização por meio das atividades de grupo. A pesquisa utilizou-se de um *corpus* constituído de gravações e transcrições de quatro aulas geminadas, abrangendo as áreas de letras, saúde, ciências sociais e tecnologia. A análise qualitativa dos dados fundamenta-se numa abordagem de caráter discursivo-iterativo, que considera o discurso como o espaço de negociação do sentido e da construção e constituição dos sujeitos que se propõem essa negociação, já que são influenciados pelas determinações sociais. Com base nessas considerações, foram analisados, graças à freqüente ocorrência nas aulas gravadas, os operadores modais, o silêncio à resposta do aluno, as repetições, a duração do turno do professor etc., que são identificados como marcas que fortificam o poder na díade professor/aluno em momentos específicos das aulas gravadas. Apesar de o professor saber que a sala de aula é um lugar de atividades interativas, verificou-se que a interatividade prescrita nos modernos manuais de didática não ocorre efetivamente na sala de aula, por motivos relacionados à formação acadêmica desse professor e à do próprio aluno. Além disso, o contexto acadêmico já se configura como um espaço de hierarquização, contribuindo, assim, para que o professor reproduza a prática do ensino autoritário. A análise minuciosa das marcas lingüísticas evidenciou que o uso dessas marcas no discurso de sala de aula indica a predominância do poder do professor nas situações analisadas.

O SILÊNCIO E A FALA COMO FORMAS DE SUBMISSÃO OU RESISTÊNCIA

Mariza Gyrão Góes - UFSC
DF26142C137

No decorrer da pesquisa sobre os "eventos de correção", na quarta série do ensino elementar de uma escola pública de periferia, observou-se que, quando o professor corrige os alunos em relação à sua linguagem e/ou comportamento, dois tipos de respostas, ligadas ao silêncio e à fala, apresentam-se de forma mais recorrente: em (1) o aluno se defende, argumentando, caso em que o professor demonstra uma revisão de atitude; por outro lado, em (2) a criança se cala, criando a possibilidade de reforço da correção, por parte do professor. Considera-se que, em ambas as situações, ocorram atos comunicativos, mesmo que o silêncio seja, em determinados momentos, uma resposta inconsciente do aluno. O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise interpretativa dos dados obtidos em alguns episódios, no sentido de verificar qual o seu significado para os participantes da interação e as conseqüências de tais ocorrências no processo de aprendizagem daquelas crianças, na medida em que indiquem submissão ou resistência. Estas atitudes são opostas, mas compartilham, pelo menos, dois traços: um negativo: a insatisfação em relação a algo e outro, em princípio, positivo: a possibilidade de serem manifestadas pela fala ou através do silêncio.

RELAÇÃO ENTRE A MODALIDADE E PODER

Judith C. Hoffnagel - UFPE
DF26144C137

"A modalidade é uma das áreas mais misteriosas da lingüística", dizia Robin Lakoff num artigo em 1972. Talvez por isso é, também, uma área pouco estudada na lingüística brasileira. No intuito de contribuir para investigação da modalidade em língua portuguesa, esta comunicação discutirá a relação entre modalidade e poder. Em geral, a modalidade diz respeito à autoridade do falante/escritor, seja na sua dimensão deontica (relacionada ao uso instrumental), seja na sua dimensão epistêmica (relacionada ao uso representacional). Assim, a autoridade pode ser associada, literalmente, com o poder que um indivíduo ou coletividade tem sobre um outro indivíduo ou coletividade ou pode ser definida em termos do conhecimento que o falante/escritor afirma ter para fazer um julgamento ou expressar uma opinião. O uso dos verbos modais *poder*, no sentido de permissão, e *dever* no sentido de obrigação, por exemplo, representa reivindicações de poder; enquanto seu uso paralelo para denotar possibilidade representa afirmações de conhecimento. Utilizando um *corpus* composto de vários gêneros textuais falados e escritos (NELFE-Recife), mostraremos que a análise do uso da modalidade pode oferecer pistas para desvendar as relações de poder desenvolvidas, implícita ou explicitamente, nos vários tipos de discurso. Partindo da premissa que a linguagem, escrita ou falada, tem um peso ideológico, então a escolha deliberada de uma forma modal em preferência a outra, por exemplo, caracteriza o enunciado em termos da autoridade do falante/escritor. A fonte desta autoridade pode ser explícita ou camuflada. Por exemplo, um comando pode ser despersonalizado e desta forma menos susceptível a desafios; uma avaliação, um julgamento ou uma opinião podem ser oferecidos com um certo distanciamento que os distingue de um comprometimento categórico, permitindo assim que o falante proteja seus enunciados contra possíveis críticas.

UMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA VISTA SOB O ÂNGULO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Adriana de Carvalho Kuerten Dellagnelo - UFSC
DF2615C137

De acordo com Kress (1989), a linguagem não acontece isoladamente, mas sim em textos. Desta forma, apesar da origem do significado das palavras estar fora do texto, sua expressão encontra-se nele. Como Bakhtin (1973) argumenta, o significado não é estável, não está em si, mas no contexto no qual as palavras são usadas. Ou seja, o significado é negociado em textos, em situações concretas de interação.

Os itens lingüísticos não são arbitrariamente escolhidos. Deste modo, a seleção do léxico é um poderoso indicador da visão de mundo dos falantes/escritores. Como Clark (1992) sugere, diferentes nomes para um aspecto similar da realidade indicam diferentes formas de percepção.

O foco do presente estudo é em propaganda, um gênero textual proeminente em todas as sociedades contemporâneas e bem estabelecido no Brasil. Por esta razão, e principalmente pelo fato de dizer bastante a respeito de nossa sociedade, valores, ideologia a propaganda parece ser um tipo discursivo que merece atenção. Precisamente, este estudo visa analisar os textos de uma campanha publicitária apresentada na televisão brasileira, baseada no modelo analítico tri-dimensional (texto, prática discursiva e prática social) sugerido por Fairclough (1992).

Sob a perspectiva textual, a análise focaliza nos níveis textual de modo (Halliday, 1985) e lingüístico de vocabulário (Clark, 1992; Fairclough, 1992; Kress, 1989). Sob o ângulo da prática discursiva, que encapsula os processos de produção textual, distribuição e consumo, pretende-se discutir como os textos analisados, ricos em metáforas, são compreendidos e interpretados pelos consumidores (coerência). Para tanto, faz-se uso das máximas de Grice (1975), bem como da noção de implicaturas sugerida pelo mesmo autor. Finalmente, a dimensão de prática social é interpretada de acordo com a interação entre texto e prática discursiva. Uma vez que estas tradições se projetam uma na outra, nem sempre é possível fazer referências a texto sem levar em consideração aspectos de produção e interpretação.

Através desta análise, pretende-se examinar como a linguagem reflete a nossa visão de mundo e reforça a relação entre linguagem, pensamento e realidade. Em outras palavras, a análise aborda o efeito de práticas discursivas sobre práticas sociais.

POLITICAL CORRECTNESS IN THE BRITISH AND BRAZILIAN PRESS: A STUDY IN CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS

Alcksaandra Piasecka-Till - UFSC
DF26152C137

As a critical discourse analyst concerned with the interdependence between language use and social practice (Halliday 1978, Fairclough 1992, 1994), I focus my research on women, their position in society and gender relations. Working on my Ph. D. thesis, I investigate the use of 'politically correct' language in the Brazilian and British quality newspapers and its influence on constructing women's social identity. Here, I present results of the initial lexical analyses. The first were motivated by my observation that in the Brazilian media, the use of PC related terms (the equivalents of the English *politically correct* and *political correctness*) appeared suddenly and intensified in the early nineties, while the recent literature on PC in the Anglo-Saxon world was reporting a media campaign against this concept. Using the data from COBUILD's Bank of English, collected between 1990 - 1996, I applied the collocater programme (Clear 1993) to assess frequency, concordance and collocation of PC and sexism related terms. I confirmed three hypotheses about these terms: the one of diachronic modifications in the occurrence of PC in English; the second one, stating that the semantic fields of PC related terms would embody negative assumptions; and the last one which predicts some overlapping between these semantic fields and those of sexism related terms (since sexism is one of the forms of discrimination against which PC was created).

Next, an examination of several articles belonging to different genres from the *Times* and the *Folha de São Paulo* allowed me to establish how the concept of political correctness is linguistically constructed in English and in Portuguese. I focused on the similarities and contrasts in these processes, resulting from different cultural backgrounds of the text producers. Certain globalizing tendencies in the media discourse (Fairclough 1995) were detected.

"HOMEM QUE É HOMEM NÃO CHORA": UMA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DOS PAPÉIS DE GÊNERO EM UMA NARRATIVA PARA CRIANÇAS

Rubens Prawucki - FERJ/UNIVILLE
DF26154C137

A presente comunicação investiga o livro *Aninha e João* (1994) a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1989; 1992) e da gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985; 1994). Como o livro propõe-se a questionar as diferenças de educação entre meninas e meninos na sociedade, o objetivo do trabalho é

analisá-lo (1) estudando os elementos textuais de que as escritoras fazem uso para questionar tais diferenças assim como transitividade (*ibid.*) e o modelo Problema-Solução (Hoey, 1983) e (2) observando o contexto sócio-histórico e ideológico da produção e interpretação a partir do ponto de vista de alguns(as) jovens leitores(as) (Bakhtin, 1995). Desta integração TEXTO-CONTEXTO, chego à conclusão de que as escritoras e leitores(as) estão despertos para o tópico relações de gênero. Entretanto, contradições originárias de um mundo interdiscursivo são perceptíveis quando estes sujeitos/atores sociais se comprometem a expressar sentidos sobre a temática em questão.

MODIFICADORES CIRCUNSTANCIAIS DE NOMES

Liney de Mello Gonçalves - PUC/CAMPINAS
BM2619C137

Esse é um estudo de Gramática Funcional, por ter o pressuposto teórico de que a língua é um instrumento de interação social entre falantes. Nesse paradigma, as classes, as relações e as funções correlacionam-se com as situações concretas de fala em que foram geradas, devido à necessidade de expressão dos pensamentos e sentimentos de um emissor para receptor, em um determinado lugar e em um determinado tempo. Daí decorrem os diferentes graus de instabilidade das formas lingüísticas.

A partir dessa base teórica, verificamos que, por um processo de gramaticalizaçãosintática (ou sintaticização), utilizam-se, na língua escrita da mídia, circunstâncias de tempo, modo, lugar, fim, causa, que caracterizam a classe dos advérbios nas mais variadas teorias lingüísticas, para determinar substantivos, em função adjetiva, portanto, como nos exemplos abaixo:

A medicação para resfriados não é essa! (fim)

O casamento por interesse é muito comum na nossa sociedade. (causa)

As festas aos sábados na sua casa eram muito concorridas. (tempo/lugar)

HETEROGENEIDADE E DIALOGISMO: MODULAÇÕES BAKHTINIANAS NA PROPOSTA TEÓRICA DE JACQUELINE AUTHIER-REVUZ

Beth Brait - PUCSP/USP
BM2619C137

O conceito de heterogeneidade constitui o núcleo da concepção de linguagem e de sujeito que impulsionam os trabalhos Jacqueline Authier-Revuz, mostrando-se extremamente produtivo em diferentes abordagens lingüístico-discursivas. Perseguido desde os primeiros artigos publicados na década de 70, esse conceito encontra sua sistematização na tese, recentemente transformada em livro, *Les non-coïncidences du dire et leur représentation métaenonciative*. Uma das fontes teóricas dessa concepção pode ser encontrada no conceito de dialogismo tal como foi esboçado pelo pensador russo Mikhail Bakhtin e que é assim explicitada pela autora: "Para apresentar o que denomino heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, me apoiarei, de um lado, nos trabalhos que concebem o discurso como produto do interdiscurso e na problemática do dialogismo de Bakhtin, advinda de um outro horizonte; de outro, na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem, autorizada por Freud e pela releitura feita por Lacan". (*Langages* 73, 1984: 99).

Este estudo pretende, a partir de uma análise da classificação dos processos metaenunciativos propostos pela autora, demonstrar de que forma, ao longo do percurso teórico, ela faz uma leitura da teoria bakhtiniana para, aproveitando sua dimensão ideológica, articulá-la com a perspectiva lacaniana de sujeito o que, em princípio, poderia redundar numa contradição.

O PROBLEMA DO TEMA NA OBRA DO CÍRCULO DE BAKHTIN

Geraldo Tadeu Souza - USP/FAPESP
BM2619C137

A busca por um ponto de partida para examinar a obra do Círculo de Bakhtin tem nos levado a uma série de investigações que, parecem, nos deixam em círculo, tentando costurar idéias, promover relações dialógicas as mais diversas, nem que seja para, no final, voltarmos ao mesmo ponto de partida sem nenhuma pista para a construção de uma disciplina científica que se constituiu em construção e que não deixou uma receita pronta, acabada, para que enfrentássemos a sua complexidade e a déssemos por resolvida.

De qualquer modo, vários pesquisadores têm se debruçado sobre essa obra em busca de critérios outros que não apenas a apropriação de conceitos ou princípios para cobrir carências de outras perspectivas de estudos da linguagem. Nesse sentido, procuramos apresentar neste trabalho algumas reflexões em torno do conceito *tema*.

O tratamento exaustivo do *tema* é, como diz Bakhtin, um dos fatores do acabamento específico de um enunciado concreto enquanto unidade da comunicação verbal. Mas como esse conceito foi tratado no percurso teórico do Círculo de Bakhtin? Quais são as características que ele apresenta na relação com outros conceitos como *gêneros do discurso*, *situação*, *significação*, *relações dialógicas*? Como inserir o *tema* na engrenagem dinâmica que move o todo do enunciado concreto?

Acreditamos que ao tomar a evolução de um conceito, como ponto de partida para uma investigação da obra do Círculo de Bakhtin, poderemos encontrar o eixo da engrenagem que estamos procurando e, também, compreender de maneira ativa o corpo científico e a arquitetura concitual que interage nos estudos da linguagem empreendidos por esse Círculo.

MATERIALIDADE DISCURSIVA DAS CRÔNICAS NUMA REVISTA DE CULTURA BRASILEIRA

Maria Inês Batista Campos - PUCSP
BM2620C137

Esta comunicação discutirá a questão da materialidade discursiva nas crônicas publicadas na *Revista do Brasil* (1918-1925), mensário paulista. Essa revista de cultura traz um gênero discursivo que rompe com o cânone literário vigente. Tal ruptura constitui-se num novo conjunto discursivo no tempo e no espaço.

Ao se tomar a linguagem em seu aspecto lingüístico e também como um tecido produzido na cultura brasileira, serão mostrados elementos que fizeram com que essas crônicas fossem esquecidas ou apagadas da instituição literária.

A partir dos conceitos "discurso" e "campo discursivo" de D. Maingueneau e "gênero discursivo" de Bakhtin, pretende-se apresentar como essas crônicas, publicadas e esquecidas, formam um discurso expressivo construindo sentidos heterogêneos e múltiplos. Tal produção discursiva converte-se num engendramento de discursos que a instituição literária insistiu em homogeneizar ou excluir.

Este trabalho inscreve-se no bojo de projeto de tese de doutoramento com o objetivo de discutir os possíveis diálogos entre os discursos da tradição e da transgressão na crônica da *Revista do Brasil*.

A LINGUAGEM EM PERMANENTE ALTERIDADE NO PERCURSO DIALÓGICO DE BAKHTIN

Lívia M. T. Rádis Baptista - USP
BM26202C137

Pretendo recuperar alguns pressupostos de Bakhtin, presentes em *Marxismo e filosofia da linguagem*, *Problemas da Poética de Dostoiévski*, *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, e ainda, *Questões de literatura e estética*. Considerando-se a necessidade de um percurso "dialógico" entre os textos examinados, enfatizarei determinados pontos que considero fundamentais, tanto para os estudos literários como lingüísticos: o romance polifônico, suas relações com a paródia, com o campo do sério-cômico; a literaridade, o embate entre linguagens; a carnavalização e o dialogismo. Tais pontos evidenciam uma concepção da linguagem sempre em alteridade, estabelecendo-se o jogo enunciativo, a "arena discursiva". Assim, passamos de uma concepção excessivamente formalista e mimética da representação da linguagem, à instauração de um sujeito que fala; fala ecoando vozes outras, instaurando a polifonia textual, a intertextualidade, a citatividade e o dialogismo. Daí a atualidade e importância das reflexões de Bakhtin para os estudos literários e lingüísticos.

O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Leila Lourenço - UFSC
BM26204C137

A temática *funcionário público* tem ocupado, nos tempos atuais, destaque nos meios de comunicação, principalmente na imprensa escrita.

Na perspectiva da Análise de Discurso da escola francesa, nova tendência lingüística que irrompe na década de 60 e emerge da necessidade de superar o quadro de uma lingüística frasal e imanente, volta-se então para o "exterior" lingüístico, procurando apreender como, no lingüístico, inscrevem-se as contradições sócio-históricas de produção. Analisarei, nesse sentido, discursos de jornal da década de 90 sobre o funcionário público, procurando perceber os "efeitos de sentidos" provenientes das formações ideológicas que constituem essas formações discursivas.

DISCURSO, POLIFONIA, ARGUMENTATIVIDADE

Helena Hathsue Nagamine Brandão - USP
BM2621C137

O presente trabalho inscreve-se na linha teórica da análise do discurso que concebe a linguagem enquanto lugar de interação entre locutores, de emergência de subjetividades, de negociação/construção de sentidos. Dessa forma, opera com conceitos tais como os de dialogicidade, heterogeneidade enunciativa, lugar e etos enunciativo, orientação argumentativa do discurso (Bakhtin, Maingueneau, Ducrot). À luz desses conceitos teóricos, faz-se a análise de um pronunciamento político com vistas à caracterização: a) do *etos* do Locutor: como ele se representa, qual seu engajamento enunciativo, como constitui o referente e seus interlocutores; b) das estratégias que orientam argumentativamente seu discurso. Veremos como, jogando com o caráter interativo e heterogêneo da linguagem, esse Locutor, depositário de uma autoridade delegada, busca imprimir essa marca de "autoridade" ao seu discurso, construindo sua identidade enquanto pessoa legitimada para fazê-lo (Bourdieu). Para isso, mobiliza estratégias que julga adequadas aos objetivos a serem atingidos, às relações ideológicas que (não) deseja estabelecer e aos efeitos que pretende provocar. A análise nos mostra que o discurso, enquanto "palco de representação", marcado por uma heterogeneidade que é constitutiva da linguagem, deixa vaziar na aparente homogeneidade/coerência da superfície textual o conflito de vozes que se insinua no seu espaço discursivo.

PERFORMATIVIDADE E HISTORICIDADE NO TEXTO JURÍDICO

Socli Maria Schreiber da Silva - UFSCar
DID278C137

Na análise do discurso jurídico pode considerar-se que, desde a lei que é promulgada ou sancionada até os despachos de juízes que *condenam* ou *absolvem* *acatam* ou *não acatam solicitações*, não se trata em nenhum desses casos de narrativas, de informações que descrevem o que é a lei ou o que é a decisão do juiz. Trata-se do que a lei estabelece, do que o juiz decide. Trago essa visão para meu estudo para configurar a relação entre performatividade e historicidade. Considero a ação a partir das posições do sujeito e da interdiscursividade com base em Guimarães (1989 e 1996). Com esse deslocamento, concebo que a performatividade fundamenta-se em outras enunciações distintas daquelas em que se produz e é por estas sustentada. Assim a performatividade não é constituída situacionalmente. Analiso o modo de constituição da performatividade do acórdão do Recurso Extraordinário nº 83.930 de São Paulo. Mostro que a construção da posição enunciativa que decide constrói-se na medida em que constrói a interpretação de dizeres outros (tanto no relatório quanto no voto). Assim a força performativa da decisão judicial é uma construção interdiscursiva no acontecimento e nesse sentido ela é histórica.

NACIONALISMO E CIDADANIA NA LETRA DO HINO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Jarbas Vargas Nascimento - UBC/ PUCSP
DID2782C137

O século XIX se apresenta como um momento privilegiado para a reflexão sobre a história das idéias lingüísticas no Brasil por acarretar mudanças na concepção de nação e provocar o surgimento das primeiras manifestações sobre a natureza de uma série de características evidentes da língua que se falava e se escrevia no Brasil em confronto com aquela de Portugal, de tal forma que, impelidos por um instinto de nacionalismo, os cidadãos, de modo especial José de Alencar, entre outros, buscavam a integridade nacional, como uma tentativa de emancipação do jugo histórico-cultural com o povo português. Accentuam-se, então, a partir desses fatos, debates, polêmicas e reflexões sobre a questão da língua do Brasil resultantes não só de um forte impulso político mas também de busca da independência e da espontaneidade do brasileiro no uso da língua e da consciência da nacionalidade, no intuito de consolidar um projeto de autonomia intelectual e individuação nacional.

A constituição da cidadania brasileira e a exaltação à prática pela liberdade político-cultural, enquanto aspiração do homem do final século XIX, podem ser examinadas do ponto de vista da Historiografia Lingüística. Em primeiro lugar, porque a materialidade lingüística permite-nos reconstruir os diversos sentidos dos enunciados constitutivos dos discursos. Em segundo lugar, graças à disponibilidade dos recursos lingüísticos, podemos estabelecer um paralelo entre a língua e a história, verificando como o cidadão e a sociedade estão representados lingüisticamente.

O objetivo desta comunicação é divulgar parte dos resultados de um projeto maior que venho desenvolvendo. Por conseguinte, a comunicação pretende explicitar uma condição de nacionalismo e cidadania, por meio da análise da letra do Hino da Proclamação da República, de Medeiros de Albuquerque (1867-1934).

IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS UMA ANÁLISE DE ARGUMENTAÇÃO EM PERSPECTIVA DISCURSIVA

Sheila Elias de Oliveira - Universidade Estadual de Campinas
DID2784C137

Este trabalho consiste em uma análise da argumentação dos pastores da Igreja Universal do Reino de Deus em dois programas de TV exibidos pela Rede Record - *O Santo Culto em seu Lar*, que traz como tema 'ser cristão', e *Palavra de Vida*, com o tema 'prosperidade'.

O ponto de vista teórico adotado é o da Semântica Histórica da Enunciação, tal como a apresenta Eduardo Guimarães (1995). Essa perspectiva, que se filia à Escola de Análise de Discurso Francesa, preconiza que os sentidos de uma enunciação são constituídos em lugares de significação historicamente construídos - os discursos. A partir da consideração do histórico como constitutivo dos sentidos, o dizer é analisado em dois níveis - o de sua constituição, que é o espaço interdiscursivo, e o de sua formulação, aquele em que o sujeito falante verbaliza os seus sentidos.

A argumentação, que se dá no espaço da formulação textual, é efeito da relação de discursos; as intenções do sujeito falante ao argumentar se constituem a partir de sua memória histórica, dos lugares de significação discursivos que ele ocupa necessariamente, ainda que de forma inconsciente. Desse ponto de vista, argumentar não é persuadir ou convencer; argumentar é direcionar o dizer, unificar a interpretação, em gestos que produzem o efeito de que o que foi dito: 1) só poderia ter sido formulado daquela maneira e 2) se origina no indivíduo, e não como processo histórico de significação.

No corpus analisado, identifiquei um procedimento semântico de construção da argumentação - o mecanismo definitório, realizado por meio de predicados. Os pastores definem (e, ao definir, constroem como referentes) alguns conceitos-chave na argumentação da Igreja Universal, tais como os de 'Deus', 'diabo', 'cristão carnal', 'cristão verdadeiro', 'prosperidade', etc. As definições são formuladas por dois tipos de predicados, que classifico a partir de seu funcionamento enunciativo: os predicados parafrásticos e os exegéticos. Os predicados parafrásticos fazem ressoar os sentidos uns dos outros e/ou dos referentes que constroem; os exegéticos dão visibilidade social a esses referentes. Juntos, os predicados vão-se articulando em argumentos e conclusões, formando uma teia argumentativa.

Na análise intertextual entre os dois programas, observo que os referentes assumem novos sentidos, de acordo com as condições de produção de cada um dos programas. *O Santo Culto em seu Lar* é gravado a partir de um culto na sede nacional da Igreja Universal; *Palavra de Vida* é feito para TV e exibido ao vivo. Essa diferença marca uma mudança nos sujeitos interlocutores dos pastores - no primeiro programa, já fiéis; no segundo, primordialmente fiéis potenciais. A partir dessa alteração, os objetivos dos programas são diferenciados e os sentidos dos referentes que constroem a argumentação são outros. No movimento dos sentidos, em cada um dos programas e entre um e outro, há contradições argumentativas. O direcionamento do sentido se dá a partir das fundações discursivas majoritárias - os discursos capitalista e liberal.

O ADVÉRBIO EM DUPLO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

Teresinha Oliveira Favero - UFRGS
DID279C137

Este trabalho constitui-se de um recorte de uma dissertação de mestrado, realizada em 1996, na Faculdade de Educação da UFRGS. O trabalho objetivou uma análise discursivo-comparativa dos projetos de LDB da Câmara e do Senado (hoje LDB vigente), interligando as áreas do Planejamento da Educação e da Análise do Discurso de linha francesa, com a finalidade de desvelar discursos que se propõem para a Educação no

Brasil. Foram tomadas três categorias de análise: o processo constitutivo da referência; o funcionamento discursivo do advérbio e a política do silenciamento. Para fins de apresentação, destacaremos o comportamento discursivo do advérbio nos dois projetos e as consequências desses discursos para a Educação. Os resultados da análise levam à conclusão de que os dois Projetos são ilustrativos de discursos opostos, representativos de formações discursivas e sociais concorrentes, em permanente relação e litígio na Educação brasileira, há longo tempo.

AS HESITAÇÕES E A DISPERSÃO DO SUJEITO/SENTIDO

Elizabeth Fontoura Dorneles - UNICRUZ/UFRGS
DID2792C137

O trabalho consiste na análise de recorte discursivo retirado de arquivo de falas dos assentados que passaram pelos acampamentos do MST. Faz parte da pesquisa em que estudo as relações de identificação numa formação discursiva. Esta pesquisa situa-se no quadro teórico da Análise de Discurso francesa.

O sujeito do discurso, em nossa análise, produz um movimento constante de retomada do acontecimento histórico. A "luta" vem sempre irromper no tempo da enunciação produzindo aí o confronto entre "o antes e o agora". A pretensão que tenho é de mostrar que essa irrupção constante de uma memória que insiste em não se "apagar", além de produzir no tecido lingüístico falhas, lacunas, produz a divisão do enunciado ao colocar em confronto posições-sujeito distintas. Nelas "o antes e o agora" se encontram ou então aquilo "que pode mas não deve ser dito" se confronta com aquilo "que pode e deve ser dito" ou até mesmo com o que "não pode e não deve ser dito" na FD dominante.

As marcas lingüísticas, as pistas, são as lacunas que marcam a dúvida, a hesitação considerada como evidência, na intradiscursividade, do confronto. Esse é o espaço do "jogo tenso", da assunção da unicidade necessária do sujeito. A tensão, nesse caso, se evidencia na lacuna, sintoma da permuta errante no "tempo curto da enunciação". Um lugar imaginário deve ser assumido, mas a insistência do *outro* se apresenta como "lembrança" que vem perturbar a ordem da linguagem. Uma perturbação que faz o texto se apresentar lacunar, interrompido por uma "intromissão" demarcadora da heterogeneidade constitutiva de todo discurso/sujeito. O trabalho que proponho apresentar pretende mostrar a produtividade da aparente falta instaurada pela "falhas" mostradas no texto.

MEDO DE FALAR EM PÚBLICO: UM ESTUDO INTRODUTÓRIO

Silvia Inês C.C. de Vasconcelos - UEM

Silvana Marçal - FAFIPA

DID2794C137

Os profissionais da sala-de-aula de educação básica - os professores - são tidos como aqueles que passam grande parte de suas atividades profissionais discursando para um público. No entanto, muitos desses profissionais estão longe de se sentirem seguros ao terem de falar para um público diferente de seus alunos, apesar de terem por função o ensino do uso da língua e o desenvolvimento de habilidades de uso da língua em seus alunos, em várias modalidades, incluindo a oral. Tendo em vista esse quadro, o objetivo do estudo foi delinear como professores com diferentes experiências profissionais e pessoais expressam seu medo de falar em público, bem como evidenciar como esses professores determinam as possíveis causas desse sentimento, com vistas a uma possível construção de instrumentos de intervenção e superação da dificuldade. Os sujeitos entrevistados na primeira etapa da pesquisa foram quatro professoras atuantes em quatro graus ou modalidades de escolarização: educação especial, alfabetizadora, ensino fundamental, ensino médio. A opção metodológica recaiu sobre a pesquisa qualitativa,

com entrevistas semi-dirigidas, durante as quais os sujeitos puderam lembrar parte da infância, relacionamento familiar, experiências prazerosas e problemáticas durante a fase de escolarização, sensações físicas e psíquicas quando da necessidade de falar em público e avaliação dessa situação de medo e pânico em que se colocam. As declarações das entrevistadas permitem-nos indicar que o medo de falar em público, que leva à desconstrução de seqüências frasais, à justaposição de seqüências sem conexão, a lacunas discursivas, tem origem na infância com o distanciamento entre pais e filho – ausência da experiência do diálogo – e com experiências negativas, e não superadas, na escola: o dizer em público é considerado pela escola um produto e não um processo de aprendizagem real de uso da língua, que demanda investimento por meio da experimentação monitorada.

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM DEBATES POLÍTICOS: A MANIPULAÇÃO DOS ENQUADRES

Carla Macedo Martins - UFRJ
DID271C137

Este trabalho tem como objetivo analisar, à luz da categoria sócio-interacional “enquadre”, as estratégias discursivas empregadas em um debate político televisionado, ocorrido em um contexto de eleição presidencial.

Na análise, seguimos a tradição de Bateson (1972), Goffman (1974; 1981) e Gumperz (1982), que compreendem enquadre como uma metacomunicação sobre “o que está acontecendo numa interação” ou sobre “o que está sendo feito pelos participantes”. O enquadre é um reflexo (ou resultado) do processo dinâmico de construção de significados pelos participantes, servindo de base tanto à interpretação quanto à produção dos significados. Nesta dinâmica de gestão de contextos interacionais, os participantes da interação enfocada – os políticos em busca do voto do eleitorado – desenvolvem estratégias discursivas de manipulação de enquadres, com o fito de construir significados e, em última instância, derrotar o oponente.

A partir dos pressupostos da análise do discurso de linha sócio-interacional, a investigação partiu de uma micro-análise interpretativa dos dados, de forma a captar o significado das ações dos participantes da interação no curso da mesma. A análise buscou responder às três perguntas clássicas desta linha de pesquisa sócio-lingüística: (a) o que está acontecendo aqui e agora na interação; (b) como se organizam os acontecimentos; e (c) o que significam. Nesta direção, os dados foram segmentados em atividades – “criticar”, “comentar”, “perguntar”, “informar” e “justificar”; estas, por sua vez, foram divididas em enunciados enquadrados. As “pistas de contextualização” (Gumperz, *op. cit.*) que serviram de base à análise dos enunciados foram de três níveis interligados: o sentencial, o semântico-pragmático e o discursivo-interacional.

A análise identificou dois enquadres em conflito na interação analisada: o “debate livre de idéias” e a “luta pelo consenso”. Os participantes organizam a interação no sentido de manipular discursivamente estes dois enquadres paradoxais, de forma a manter aberta a discussão a respeito das questões nacionais relevantes e, ao mesmo tempo, destruir o oponente. A análise demonstrou que tais enquadres se organizam a partir de uma estrutura lingüístico-discursiva complexa que envolve conflito entre os três níveis lingüísticos supra-citados. Em última instância, portanto, a investigação apontou que a análise de enquadres coloca, para os estudos do significado lingüístico, a tarefa de investigar a natureza e a estrutura das comunicações paradoxais.

NARRATIVAS DE CASAIS INTERNACIONAIS: IDENTIDADE, VOZ E O OUTRO

Rachael Anneliese Radhay - UnB

DI2714C137

“Na cultura, a exotopia é o instrumento mais poderoso da compreensão. A cultura alheia só se revela em sua completude e em sua profundidade aos olhos de outra cultura....” (Bakhtin, Trad. 1997)

Ter uma vivência que envolve o uso de duas ou mais línguas é uma experiência que vai além da prática de variação lingüística numa só língua. O uso de uma língua não é uma mera prática gramatical e lingüística – é um processo de escolhas interativas que é determinado ora por fatores pessoais, psicológicos, sociais, contextuais, ora por questões de papéis, identidades, culturas, enfim, pode ser uma combinação de todos estes elementos. É uma escolha híbrida, e é este hibridismo que caracteriza o discurso ou a fala, e que demonstra o caráter polifônico no jogo de palavras e na língua. É um jogo de sensibilidades que determina e interpreta a realidade. Para o indivíduo bilíngüe, este jogo torna-se uma dinâmica de entender o mundo de duas ou mais óticas. Ou seja, uma língua representa a visão do mundo do indivíduo como membro de uma cultura particular. Esta visão não é necessariamente uma perspectiva singular para o bilíngüe que leva uma existência bicultural/multicultural. É um viver no qual o ser é tanto o ‘eu’ quanto o ‘outro’. Portanto, o indivíduo bilíngüe é ao mesmo tempo ‘le voyeur’ e o participante. Ele é o personagem exotópico (Bakhtin, Trad. 1997) que negocia constantemente o seu lugar (a sua voz) entre culturas, identidades e papéis diferentes segundo a sua competência de dominar os registros e os códigos de suas duas ou mais línguas e de interagir com o outro.

O objetivo principal deste projeto é de analisar as histórias de vida e as práticas de letramento de casais internacionais por meio de narrativas, diários, gravações de conversas com a finalidade de estudar a identidade sociocultural e identidade de gênero social em relação à ‘voz’ e o ‘outro’. Procura-se desvendar os elementos contraditórios de hibridismo e poder (Bakhtin, Trad. 1997, Hall, Trad. 1996, Fairclough, 1992) que subjazem às práticas discursivas em situações bilíngües/biculturais. O projeto segue a linha da Análise do Discurso Crítica, focalizando o uso de linguagem não em termos descritivos ou funcionalistas mas, à luz dos elementos subjacentes antes mencionados. Dessa forma, a produção e a interação lingüística ocorrem em contextos socioculturais complexos que precisam ser considerados porque simbolizam a construção identitária que pertence tanto ao ‘eu’ quanto ao ‘outro’. Portanto, pretende-se responder neste estudo às seguintes questões:

1. Como é que se define e se constrói a identidade sociocultural e a identidade de gênero social de sujeitos que têm contato com duas ou mais línguas?
2. Como é que o hibridismo (o ‘eu’ e o ‘outro’) e o poder subjazem às práticas discursivas na história de vida, nas conversas e nos diários dos casais?
3. Como se define a ‘voz’ e o ‘outro’ em termos da inter-relação entre a identidade sociocultural, a identidade de gênero social e as práticas discursivas dos casais?

ESTUDO DE TEXTOS DE PROFESSORES FEITOS PARA A PSICÓLOGA

Mônica F. Caron - UNICAMP
DI27142C137

Este trabalho tem como objetivo discutir a *representação social* da "doença de dificuldade de aprendizagem", pretendendo entender como esta concepção contribui no processo de diagnosticar crianças e no aprendizado e ensino escolar de linguagem. A linguagem é, aqui, considerada como atividade constitutiva do social.

O material empírico que pretendo analisar é proveniente de uma coleta de dados realizada em situação de atendimento psicológico de crianças, enviadas ao hospital público universitário pelo fato de serem consideradas como portadoras de "dificuldades de aprendizagem", da perspectiva de profissionais das áreas da Saúde e/ou da Educação. Pretendo analisar textos de professores, das séries iniciais das escolas públicas de Campinas e Região, dizendo respeito aos alunos e produzidos em resposta à solicitação da psicóloga. Estes textos, somados ao material escrito das próprias crianças, produzido no hospital em situação de interação com a psicóloga, compõem o *corpus* deste estudo.

Pautada pelo paradigma indiciário das ciências humanas, a metodologia pretende buscar, na escrita do professor, indícios de sua *representação social* do "distúrbio de aprendizagem", acreditando que esta veicula "valores", "idéias" e "crenças" de homem, educação, saúde e sociedade, determinando "hábitos" e "práticas escolares". Pretende, ainda, refletir sobre o complexo processo de conceitualização da "doença" dos alunos e como este processo é socialmente compartilhado pelos educadores. Entendo que privilegiar estes dados permite contemplar a relação da construção da "doença" com o desenvolvimento/aprendizagem escolar na sociedade.

Na discussão que pretendo desenvolver considerarei as concepções de homem e sociedade veiculadas nas práticas institucionais que envolvem crianças "especiais". Para realizar esta investigação pretendo considerar a concepção de *sujeito* de Bakhtin, que se constitui na relação com o *outro*; a visão de *mundo* que esta concepção veicula, na qual tempo e espaço são limites importantes na conceitualização do *eu* e do *outro*; e a *linguagem* bakhtiniana, que tem garantida sua unicidade na *ocorrência concreta*. Busco fundamentações, ainda, nos pressupostos teóricos de Vygotsky, cuja visão incorpora a realidade sócio-histórica como determinante na construção do conhecimento dos indivíduos. Este resgate das dimensões sociais resitua o papel do *outro* e das interações sociais entre sujeitos como construtores de referências de mundo. Com este debate, acredito poder vir a contribuir para o enfrentamento de questões relativas ao aprendizado e ensino de linguagem, situadas na interface Psicologia Social e Educação.

FAZENDO UM MAPA DE UM MITO

Rodrigo Borges de Faveri - UFSC
DI27144C137

Noam Chomsky, o fundador dos estudos em linguística gerativa, desenvolve, paralelamente ao seu trabalho linguístico, um amplo trabalho de crítica à política internacional estadunidense. Ao mesmo tempo, afirma que seus estudos em psicologia cognitiva - ou a linguística gerativa - não compartilham o mesmo sistema de pensamento que aquele usado para a construção da sua crítica política. Dentro dessa maneira de se estruturar o pensamento chomskiano, se encontra um tipo bem característico de apropriação do mito racionalista que separa a política da ciência. No filme *Manufacturing Consent*, Chomsky afirma sempre ter considerado a relação entre sua prática científica e o seu fazer político mas nunca ter percebido uma ligação efetiva. Em seu *Diálogos com Mitsou Ronat* pode-se ler, mais uma vez, a mesma afirmação, só que apresentada de um modo mais tático. Ao longo do pensamento chomskiano, vez por outra, nos deparamos com

discussões que nos transportam para a máquina de guerra das dicotomias. Se as afirmações de Chomsky apontam para a confirmação do mito da separação *saber-poder*, afirmações sobre dicotomias, paradoxalmente, confirmam a existência do vínculo *saber-poder* no pensamento chomskiano. Não nos parece que tal doutrina não comporte a união conceitual entre linguística e política. Ou, ainda, que seja impossível desenvolver o vínculo entre o pensamento político chomskiano e o pensamento em linguística. Uma de nossas hipóteses é, pois, que existe ligação entre os dois sistemas de saber, e para chegar a uma conclusão sobre a validade dessa hipótese, estabelecemos pontos de convergência entre os escritos em linguística e os em crítica política de Chomsky.

ESTRATÉGIA DE INQUIRÇÃO NA JUSTIÇA: A DÊIXIS

Virgínia Colares S. F. Alves - UNICAMP
DI27152C137

Este trabalho analisa a estrutura e funcionamento da organização e do fluxo discursivos dos *dêixicos de lugar e tempo* no fragmento N°0101 F A/B (067 - 090) do *corpus* Interação Verbal na Justiça¹. A referenciação - "situação" do texto através de coordenadas espaço-temporais - desencadeia processos de atualização (de itens lexicais, associações, analogias, aspectos da experiência, etc...) que demandam inferências analógico-semânticas e pragmático-culturais ignoradas pela lógica aristotélica (fundada em valores verdade/falsidade, na relação entre proposições), suporte à interpretação na cultura jurídica brasileira. Nossa reflexão incide sobre o deslocamento dessas unidades linguísticas do texto do momento da enunciação (tomada de depoimento) para o texto-documento, questionamos as possibilidades interpretativas dos operadores do Direito ante a carência, na grade curricular dos cursos nas universidades brasileiras, de disciplina que possibilite o conhecimento de alguns pressupostos significativos na perspectiva da pragmática linguística e da ausência de reflexões que considerem uma concepção dinâmica de língua.

¹ O acervo de pesquisa *Interação Verbal na Justiça* está constituído de sete protocolos verbais, numerados de 00 a 06. Trata-se de dados orais, por nós coletados em situações autênticas; constituem-se de seis tomadas de depoimento gravadas nos fóruns, durante audiências de processos jurídicos em andamento; e de uma conversação, registrada como "audiência zero", que foi gravada numa das salas do prédio do fórum, em situação informal de interação entre a pesquisadora e os operadores jurídicos. Os documentos escritos, registrados nos cartórios das varas, foram fotocopiados, com autorização por escrito dos juizes das referidas comarcas.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO PROFESSOR E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO DISCURSIVA DO PROFESSOR

Sônia Aparcida Lopes Benites, Gisane Márcia Carvalho Dinnouti - UEM
DI27152C137

O objetivo desta comunicação é relatar os primeiros resultados da pesquisa de mestrado em andamento que tem analisado a influência ideológica do centro de capacitação do professor denominado "Universidade do Professor" sobre o professor da rede estadual no Paraná. Este centro de convenções, localizado em Faxinal do Céu, tem o intuito de promover o aprimoramento e a capacitação dos professores da rede estadual através de congressos em que quatro segmentos são enfatizados: o Conceitual, o da Qualidade de Vida, o da Construção Coletiva e o da Integração Cultural. Os professores que participam desses encontros recebem um material com ênfase na busca da qualidade total no ensino em termos neo-liberais.

A constituição ideológica neo-liberal da "Universidade do Professor" torna-se, então, um objeto passível de análise entrecruzando três caminhos: o do acontecimento, o

da estrutura, e o da tensão entre descrição e interpretação segundo o aporte teórico da Análise do Discurso de Linha Francesa. A pesquisa feita sobre a organização funcional dos eventos, os materiais confeccionados entregues aos professores, os palestrantes selecionados para o direcionamento das reflexões, enfim, toda estrutura da Universidade do Professor é analisada a luz do momento histórico e social em que vivemos e onde está inserida a escola atual. Descrever e interpretar o funcionamento da Universidade do Professor tem sido um meio de análise de toda uma proposta de ensino e (re) estruturação político-pedagógica da escola pública no Paraná.

A partir destas considerações iniciais, fixamos o foco de nossa pesquisa na formação discursiva do professor de Língua Portuguesa. Entrevistamos, especialmente, os que já participaram dos cursos em Faxinal do Céu procurando identificar no posicionamento do professor aspectos conceituais em comum com os propostos nestes cursos. Temos como resultado parcial a grande aceitação, por parte dos professores, das propostas para o ensino da Língua Portuguesa e encontramos, apesar das críticas, pouca resistência aos projetos que envolvem a participação direta dos professores. Finalmente, acreditamos que, devido à importância da instrumentalidade pedagógica e ideológica que a Universidade do Professor tem assumido perante aos professores estaduais, este acontecimento merece uma análise das discursividades empregadas para convencimento, sedução e persuasão. Desta forma, as reflexões propostas nesta pesquisa revelam a importância do entrecruzamento teórico oferecido pela AD para análise e compreensão de fenômenos relativos ao ensino e à linguagem.

O GÊNERO SOCIAL NO DISCURSO NARRATIVO ORAL E NO DISCURSO NARRATIVO ESCRITO

Nilcéia Albuquerque França - UEPG
DI27154C137

O presente trabalho trata de um estudo de duas narrativas, uma oral e uma escrita, produzidas por uma adolescente, aluna da 8ª série de um colégio estadual da cidade de Ponta Grossa, Paraná, com o intuito de trazer maiores subsídios aos profissionais que buscam conhecer em maior profundidade a realidade de nossos alunos, mormente aqueles que frequentam as escolas públicas. Escolhi esse nível de idade/escolaridade, pois foi o bloco de textos que apresentou o pico da produção textual em pesquisa anteriormente realizada e, portanto, o de maior completude estrutural, podendo, desta forma, trazer maiores possibilidades de análise.

As narrativas parecem configurar traços de ideologias sociais que a adolescente já internalizou. Principalmente, por se tratarem de gênero feminino, parecem trazer algumas marcas específicas convencionadas pelo grupo social, contribuindo para uma construção de conhecimento peculiar.

Baseei-me em Fairclough (1995), Lee (1992), Koch (1997), Magalhães (1996) e outros, procurando fazer não só as análises dos textos, mas também dos processos de produção (como reprodução social de relações de dominação), e ainda uma análise sócio-cultural do evento.

Os resultados alcançados são interessantes, parecendo revelarem forte potencialidade de formações ideológico-discursivas.

UM PROCESSO PARA VALIDAREM-SE CATEGORIAS DISCURSIVAS NA LINGUAGEM DE SALA DE AULA

Douglas Altamiro Consolo - UNESP
DI2716C137

Relataremos, nesta comunicação, as etapas de um processo para validar uma versão revisada de um sistema de categorização do discurso de sala de aula em classes de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, cujo contexto contempla o 'duplo papel' da linguagem, enquanto conteúdo de curso e meio de comunicação entre alunos e professores. Dados os vários objetivos de comunicação entre esses interlocutores, da perspectiva social à pedagógica, e as diversas funções comunicativas utilizadas no discurso de sala de aula, verifica-se, inclusive, a ocorrência de ambigüidades ao nível pragmático, na análise de determinados enunciados. Considerando-se, neste trabalho, tais características da interação verbal professor-aluno, a linguagem de sala de aula foi investigada focalizando-se ambos os aspectos das falas do professor e do aluno, a saber, o linguístico e o pedagógico, objetivando-se estabelecer um arcabouço de pressupostos e categorias de análise do discurso pedagógico. As categorias propostas no estudo a ser discutido (Consolo, 1996:144-187) foram adaptadas a partir de uma variedade de modelos utilizados anteriormente para a análise do discurso e da interação em sala de aula (por exemplo, Cazden, 1988; Francis & Hunston, 1992; Sinclair & Coulthard, 1975, 1992, entre outros), modelos que contemplam principalmente os objetivos da *interação verbal* com propósitos pedagógicos. Modelos propostos para a análise da linguagem de sala de aula necessitam, entretanto, de revisões e adaptações ao serem utilizados em contextos diversos daqueles para os quais foram utilizados originalmente e, nesse processo de (re-) adaptação, redefinem-se categorias existentes, bem como criam-se novas categorias, gerando modelos de análise diferenciados dos originais. Nesse processo, faz-se necessário validar um modelo recriado, para garantir a cientificidade do estudo realizado e suas implicações, pois os resultados da investigação foram obtidos via instrumentos para os quais a objetividade de análise é fundamental. Apresentaremos o conjunto de procedimentos utilizados para validar o modelo de análise utilizado por Consolo (*op.cit.*), incluindo-se a seleção dos dados, o treinamento de pesquisadores-participantes, a codificação das categorias e os resultados do estudo, como diretrizes para se conduzir pesquisas ao nível de categorias discursivas, em condições e contextos de investigação análogos ou similares.

A BRIEF GENRE-BASED STUDY OF ELECTRONIC MAIL

Felix Augusto Rodrigues - UFSC
G268C130

For the last fifteen years or so an increasing number of discourse analysts have shifted their attention from the traditional limited approaches to text analysis, which focus on the formal textual features, to concentrate on the study of genres. In doing so, discourse analysts drew their attention towards the communicative rhetorical forms of social actions giving emphasis to the roles discourse plays within society. From a socio-cultural perspective, the application of genre studies to text analysis seems to be boundless in that its scope encompasses not only the still existing rhetorical modes, but also the ones yet to come in a near or distant future as a result of social evolution.

Together with the computational revolution, there emerged a system of communication which literally interconnected the four corners of the earth and whose growth and employment in all areas of human activities seem to be limitless. The World Wide Web paved the way for the development of a means of communication which has

increasingly become part of everyone's life: the electronic mail. From a socio-cultural perspective, the electronic mail exemplifies a type of discursive practice whose inherent features seem to provide grounds for it to be classified as a genre.

The main objective of this paper therefore is threefold. First, I start with a concise exposition of the traditional use of the concept of genre and then I present an overview of its current meaning. Second, I carry out a brief genre-based investigation of electronic mail and present a brief account of the main findings, and finally, I discuss the contribution of genre studies to the present state of language use.

A PERSUASÃO EM TEXTOS DE PROPAGANDA E A FUNÇÃO TEXTUAL

Fátima Beatriz de Benedictis Delphino - PUCSP
G2682C130

Este artigo deve ser visto como uma tentativa de identificar algumas realizações lingüísticas, que se revelam como marcas persuasivas ou manipulativas importantes, em textos escritos por campanhas publicitárias organizadas por uma empresa de serviços bancários, campanhas essas que visam vender serviços como poupança, seguros e investimentos. Para isso foram analisados 12 folhetos de propaganda distribuídos nas agências bancárias.

Acredito que a **ordem das palavras** nessas mensagens não acontece por acaso, pois a informação é distribuída sempre de modo a tornar-se mais eficiente, de acordo com as necessidades do gênero.

Segundo a perspectiva da Gramática Funcional, a função textual é responsável pela organização da sentença: *The textual function is the enabling function...* (Halliday, 1994). Ela é a responsável pela textura do texto em qualquer língua. A mensagem, segundo esta perspectiva, é constituída de um tema combinado com um rema. O tema constitui o ponto de partida da mensagem, ocupando a 1ª posição na sentença, trazendo sempre a mensagem já conhecida pelo leitor, apresentando-se geralmente como o primeiro componente gramatical da sentença. O rema carrega a nova informação e aparece sempre numa posição depois do tema.

Com esta perspectiva teórica como suporte teórico, eu pretendo: (1) identificar os tipos de tema que são mais comuns nestes textos; (2) identificar os padrões de progressão temática que são típicos destes textos; (3) observar o paralelismo de temas e remas na propaganda.

Sabemos que a propaganda utiliza sempre uma linguagem específica cujo conteúdo pretende persuadir o receptor e provocá-lo a fazer alguma coisa. Chang (1996) faz uma ligação entre este tipo de linguagem especial usada pela propaganda e os recursos fornecidos pela função textual, como a progressão temática, por exemplo. Para este autor, a publicidade supõe uma linguagem específica cujo conteúdo pretende persuadir o receptor, provocá-lo a fazer alguma coisa: *la información se distribuye siempre de forma que resulte lo mas eficaz posible. El efecto así conseguido puede ser establecido de acuerdo con la teoría de la progression temática...* (P.1)

Com o apoio teórico de Fries (1983/1995), que relaciona escolhas temáticas a tipos de textos, pretendo mostrar como a organização da mensagem pode ser um meio eficiente de se conseguir produzir um texto mais persuasivo e como o uso de figuras retóricas como o paralelismo e a repetição, conjuntamente com uma adequada manipulação de temas e remas na composição da mensagem podem ser usados pelo escritor de textos publicitários como meio eficiente de persuadir o leitor a comprar um serviço ou um produto.

UM ESTUDO DA DESCRIÇÃO DO PONTO DE VISTA DE SUA ORGANIZAÇÃO TEMPORAL

Vera Lúcia Massoni Xavier da Silva - UNESP/São José do Rio Preto
G2684C130

Neste trabalho, abordamos o modo de organização discursiva da descrição, segundo os seguintes critérios: **progressão temporal e progressão temática; sistemas temporais e respectivos tempos verbais e embreagem temporal.**

Por progressão temporal entende-se que, entre os enunciados, há uma ordem cronológica que não pode ser alterada sem expediente lingüístico adequado. Neste caso, há um **antes** e um **depois**, o que não ocorre na descrição, pois neste modo de organização discursiva a ausência de progressão temporal alia-se à permanência da referência temporal.

A progressão temática pode estar ligada à progressão temporal ou às relações lógicas manifestadas no texto. Na descrição, entretanto, a progressão temática se dá por expansão, já que o texto progride, à medida em que expande predicados referentes ao objeto descrito.

Para o exame da descrição, segundo o critério dos sistemas temporais e respectivos tempos verbais, consideramos o sistema enunciativo e o sistema enuncivo com seus respectivos tempos verbais, a fim de verificar quais tempos verbais podem, efetivamente, ocorrer neste modo de organização discursiva.

A embreagem temporal se caracteriza pelo emprego de um tempo verbal por outro, dentro do mesmo sistema e entre sistemas diferentes. Este critério permite-nos verificar os tempos verbais susceptíveis de se neutralizarem no modo de organização discursiva da descrição.

CONVENÇÕES E ANTICONVENCIONALISMOS NA PRODUÇÃO DE RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

Bernardete Biasi Rodrigues - UFC
G269C130

Contrariando a expectativa de que especialistas no uso da linguagem dominam também o uso dos gêneros, nossa pesquisa mostra um grande número de aspectos que evidenciam formas particulares e anticonvencionais de conduzir as informações em resumos de dissertações de mestrado em Lingüística. A abordagem teórica enquadra-se especialmente na Análise de Gêneros e tem como suporte de análise o modelo CARS (*Create a research space*), proposto por Swales (1990).

Da análise de 134 resumos de dissertações, em nível de conteúdo e de forma, levantamos um percentual bastante baixo de padronização e um índice elevado de variabilidade na organização retórica desse gênero.

Encontramos cinco unidades retóricas básicas que refletem a organização de gêneros acadêmicos em geral, mas, em contrapartida, verificamos um comportamento acentuadamente fora do padrão quanto à presença dessas unidades e quanto à ordem em que se apresentam na maioria dos resumos do *corpus*. Detectamos também um comportamento especular de escrever resumos acadêmicos, que privilegia excessivamente as convenções geradas no meio, e um bom número de resumos que contém a descrição da estrutura do texto-fonte, função que cabe à introdução do gênero dissertação.

O tratamento dos dados permitiu-nos definir um posicionamento teórico-aplicado que recobre as regularidades da distribuição de informações em resumos de dissertações e, paralelamente, possibilitou-nos apontar a variedade das escolhas que denotam a instabilidade do gênero na comunidade discursiva estudada.

UMA ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA DE RESUMOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Antonia Dilamar Araújo - UFPI
G2692C130

Um tipo de texto acadêmico muito praticado pela comunidade científica é o resumo, que tem a função de reunir e apresentar informações básicas, de maneira concisa, coerente e seletiva, em artigos de periódicos científicos, dissertações e teses. No entanto, os manuais de redação quase não apresentam indicações de ordem prática, que auxiliem os pesquisadores a escreverem resumos claros e concisos. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar resumos, com base na teoria de *Genre Analysis* (análise de gênero textual) postulada por Swales (1981, 1990), tendo em vista que este tipo de texto acadêmico é um importante meio de difusão do conhecimento científico. Com o propósito de ajudar os alunos de pós-graduação a suprirem suas deficiências na redação de resumos, aplicou-se a teoria mencionada acima na análise de resumos extraídos de dez dissertações de Mestrado em Educação da UFPI, observando-se a organização discursiva (macroestrutura) e os aspectos lexicais na redação deste tipo de texto. O estudo revelou que os resumos refletem a seqüência lógica de organização das dissertações e tendem a uma estrutura discursiva padrão, confirmando pesquisa realizada por Santos (1996) sobre resumos (*abstracts*) em artigos científicos publicados em periódicos. Os resultados deste estudo leva-nos a sugerir que essa estrutura padrão pode auxiliar, enquanto recurso pedagógico, os pesquisadores a produzirem resumos mais coesos e comunicativos.

GÊNEROS DISCURSIVOS E HETEROGENEIDADE

Rosângela Hammes Rodrigues - UFSC/PUCSP
G2694C130

A partir de uma perspectiva bakhtiniana de gênero discursivo, este trabalho objetiva tematizar a questão da heterogeneidade enunciativa na constituição e no funcionamento dos gêneros das diferentes esferas sociais, bem como destacar a relevância desse aspecto no processo de ensino/aprendizagem da produção escrita no contexto escolar.

INTERAÇÃO EM SALA DE AULA E GÊNEROS ESCOLARES DO DISCURSO: UM ENFOQUE ENUNCIATIVO

Roxane Helena Rodrigues Rojo - LAEL/FUCSP
GS2614C130

A presente comunicação apresenta uma análise enunciativa baseada na Teoria dos Gêneros do Discurso (Bakhtin, 1979) de processos interativos de sala de aula, re-focando-os como diferentes gêneros escolares e escolarizados (regras, combinados, explicações, exposições, instruções, no primeiro grupo; e diversos gêneros secundários de circulação social mais ampla, transpostos para a sala de aula, no segundo grupo).

Para fazê-lo, parte-se de uma crítica às visões interacionistas e micro-etnográficas da interação em sala de aula e, em seguida, analisa-se dados colhidos durante aulas de diversas disciplinas (especialmente, Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências), em salas de aula de Pré-Escola (Jardim I, II e Pré) e de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental, em escola privada da capital de São Paulo.

Os resultados da análise de dados e as discussões decorrentes fazem ver que o instrumental enunciativo é mais potente para detectar não só os objetos negociados, i.e., os conteúdos temáticos em negociação em sala de aula, mas também os processos discursivos pelos quais tal negociação se dá, incluindo os fluxos de poder e autoridade, ideológicos, e os processos de ensino-aprendizagem e apropriação dos discursos em sala de aula.

A PRODUÇÃO ESCRITA NO ENSINO MÉDIO: UM PROCESSO DISCURSIVO

Maria Terezinha Reis Pinholi - UFJF
GS26142C130

Nossa pesquisa aborda um dos grandes problemas do ensino: a produção escrita do concluinte do 2º. grau (Ensino Médio), em geral, não atende a exigência do cotidiano social/profissional.

Partindo dessa observação prévia, propusemo-nos investigar quais seriam os pontos cruciais dessa questão e suas possíveis causas.

O trabalho de investigação assume uma perspectiva sócio-histórica e enunciativa com base nas teorias de Vygotsky e Bakhtin, passando por Dolz e Schneuwly.

Nossos sujeitos da pesquisa foram alunos da 3ª. série dos cursos Científico, Técnico em Contabilidade e Magistério, de uma escola estadual e de uma escola particular.

Coletamos dos alunos produções escritas no seu cotidiano escolar e produções escritas que poderiam ser exigidas pelo cotidiano social/profissional, propostas por nós.

A análise dos dados aponta para problemas relacionados ao ensino nas escolas. Estas não trabalham com **currículo**, partindo do estágio de desenvolvimento do aluno (na visão de Dolz e Schneuwly), mas seguem um programa ditado pelo livro didático adotado ou uma apostila elaborada por cursos pré-vestibulares.

Os problemas mais evidentes estão relacionados com os gêneros (mal definidos), coesão e coerência e, principalmente, com a interlocução (dialogia e interação) – o leitor virtual do aluno é o professor, causa principal dos textos contextualizados. Todos os dados omitidos, nas produções, contam com o contexto situacional, do conhecimento do docente.

Tanto a escola pública quanto a escola particular mantêm uma postura “monológica” diante de seus alunos.

A APROPRIAÇÃO DE “GÊNEROS” NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA MATERNA

Sérgio Roberto Costa - UFJF
GS26144C130

O construto “gêneros” tem sido, histórica e culturalmente, uma mega-categoria pela importância e pelo valor que estudiosos – literatos, psicólogos, sociólogos, semióticos... (v. Canvat, 1994:265-73) – lhe atribuíram em suas pesquisas, embora o debate teórico sobre esse construto seja muito polêmico e sua conceituação muito diversificada. Contudo, consciente ou inconscientemente, a escola parece trabalhar didaticamente com “gêneros”, mesmo que, até agora, ainda predomine a herança do estruturalismo dos anos ‘50/ 60’ e do “textualismo” barthesiano dos anos ‘70, que criticava o caráter obsoleto da noção de gênero. Ou seja, a lingüística, que se limitava a análises da palavra e da frase, passa a se interessar pelos textos e tipologias de textos, desvinculados da categoria de gênero (*id. ibid.*: 264).

Tradicionalmente, a escola tem se centralizado nos gêneros literários, tanto para o ensino lingüístico quanto literário. Gêneros e textos seriam quase que pretextos para estudos gramaticais, ou de interpretação de textos ou de classificação de escolas literárias e suas características nos estudos de literatura. Este caráter proto e paradidático do gênero, que tem origem em Aristóteles, continua sendo uma prática recorrente nas escolas, pois estudantes lêem/estudam/interpretam um *soneto* de Bilac, um *romance* de M.

de Assis, um conto de Rosa, histórias/lendas infanto-juvenis, reportagens jornalísticas...

Nos anos '80, estudiosos da Análise (Crítica) do Discurso, principalmente de linha saxônica, de certa maneira, redescobriram o gênero em suas pesquisas. Porém a noção de *gêneros primários e secundários* de Bakhtin (1953) reabriu e revolucionou a discussão teórica sobre essa categoria, abrangendo a heterogeneidade e a complexidade das múltiplas formas cotidianas ou literárias, científicas, jornalísticas, religiosas, políticas, etc. em que o falante/escritor faz uso das diversas capacidades humanas de linguagem dominantes: *narrar, relatar, argumentar, expor e descrever ações* (Dolz e Schneuwly (1996).

Entendendo, portanto, os gêneros como formas heterogêneas, sócio-discursivo-enunciativas, dadas pela tradição e pela cultura, somos de opinião que, tanto na fala, quanto na leitura ou na escrita, propostas de reavaliação dessa categoria (sempre muito trabalhada na escola de maneira teórica muito diversificada e muito fluida) na perspectiva discursivo-enunciativa bakhtiniana, principalmente, podem contribuir para a construção do letramento escolar, pois sem gêneros não há comunicação verbal, sendo eles, então, os enunciados pelos quais falamos e escrevemos. Estamos, assim, sugerindo como proposta de construção do letramento escolar o "gênero discursivo" como uma mega-unidade instrumental semiótico-psicológica (Vygotsky, 1930/ 1934) de ensino/aprendizagem, de que se deve apropriar.

A partir dessa idéia, estamos criando um Banco de Textos, orais e escritos, classificados segundo a noção/categorização de Bakhtin e a tipologia sugerida por Dolz e Schneuwly, que estão sendo objeto de análise quanto ao seu conteúdo, estrutura genérica e configurações específicas das unidades de linguagem. Pedagogicamente, os resultados poderão ajudar na melhoria do desempenho profissional do professor no processo de ensino/aprendizagem progressivo de Língua Materna enquanto práticas discursivas de fala, leitura e escrita e de conhecimento lingüístico e metalingüístico, bem como contribuir para a organização de um currículo de 1º. e 2º. graus em expressão *oral e escrita*.

A ESCRITURA COMO PRÁTICA SOCIAL NO ENSINO DE REDAÇÃO

Adair Bonini - UFSC/CNPq
GS2615C130

O trabalho com redação no ensino fundamental e médio, há décadas, tem se pautado em uma tipologia de textos centrada em três tipos: narração, dissertação e descrição. As dificuldades dessa tipologia também vêm sendo mencionadas há muitos anos em inúmeros trabalhos acadêmicos. O estudo da "identidade" de textos encontra hoje um quadro bastante amplo de teorias e debates, mas ainda não se encontrou uma forma de negociar os conflitos entre as várias abordagens e encaminhar os resultados provenientes destes estudos para solucionar os problemas do ensino de redação no tocante às restrições impostas pela tipologia de textos tradicional. Na iminência da popularização do termo gênero textual e de todo o aparato teórico que ele traz embutido, restam ainda algumas questões a serem respondidas, entre elas: Qual tratamento devemos dar à tipologia tradicional? Quais gêneros devemos ensinar na escola? Como trabalhar as questões normativas dos gêneros de modo a caracterizar o fixo e o variável, levando o aluno à possibilidade de manipular graus de adequação e subversão em um exercício útil e contextualizado, criativo e prazeroso da linguagem?

Detendo-se nestas questões, este trabalho traça um paralelo entre as condutas atuais do ensino de redação na escola e as reflexões recentes sobre gêneros textuais, visando contribuir para uma abordagem da escritura como prática social no ensino de redação.

PIADAS DE ADOLESCENTES: UMA TENTATIVA DE ANÁLISE

Elizabeth dos Santos Braga - UNICAMP
GS2615C130

Piadas constituem material privilegiado para análises lingüísticas em geral e a Análise do Discurso em particular, uma vez que, além de apresentarem temas socialmente controversos, estereótipos e veicularem discursos proibidos, exibem um domínio da língua de alguma forma complexo e, segundo Possenti (1998), são válidas para que se defendam teses contrárias à concepção da língua como código, teses sobre a ambigüidade ou o equívoco produzidos pela linguagem e sobre a relevância das condições de produção, por exigirem um *solo* e regras que expliquem por que um enunciado pode ocorrer ou não, dependendo da circunstância.

Esse tipo de *corpus* parece reafirmar a posição de Foucault (1996, 1997) contra a noção de sujeito uno e fundador. Para ele, o discurso é atravessado pela dispersão do sujeito. Entre as unidades que o autor propõe deixar em suspenso estão o livro e a obra. Com relação às piadas, que têm *marginens* menos determinadas que as do livro, Possenti (*op. cit.*) aponta que a autoria não funciona como critério para sua interpretação. Elas podem evidenciar a existência de discursos ditos, sem que sua origem seja relacionada a um indivíduo. Pêcheux considera que o sentido e o sujeito não são dados *a priori*, mas são constituídos no discurso. O sujeito, para ele, é descentrado, determinado pela ideologia e pelo inconsciente, e o sentido, determinado pelas posições ideológicas (Pêcheux, 1969; Pêcheux e Fuchs, 1975 in Gadet & Hak, 1997).

Considerando as piadas enquanto práticas sociais, em que se articulam a língua, posições, condições de produção, sentidos... procuramos, neste terreno de intenso trabalho de linguagem, analisar algumas piadas tipicamente veiculadas entre adolescentes, conhecidas como "piadas de pontinho". Elas costumam provocar riso pelo absurdo, pela simplicidade, pelo ridículo e, sobretudo, pelo trabalho que se opera com a palavra.

Nesses esboços de análise, tentamos observar como os efeitos de sentido vão se produzindo no discurso, o que as piadas operam no nível do significante, a interdiscursividade constitutiva, as vozes que nos evocam outras vozes, outros discursos... (Pêcheux, *op. cit.*; Bakhtin, 1992; Maingueneau, 1997)

ADIVINHAS E PIADAS: SUAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Daniela Marini - UNICAMP
GS2615C130

As adivinhas têm suscitado o interesse de estudiosos desde os tempos de Aristóteles por serem constitutivas de um gênero folclórico antigo e amplamente cultivado por várias culturas. No final do século XIX e início do século XX, foram objeto de estudo dos folcloristas. Atualmente, alguns estudos têm sido feitos por estudiosos da área de cognição (psicólogos, principalmente). Entretanto, eles tangenciam as questões de natureza lingüística para tentarem dar conta de estabelecer, ou uma idade aproximada na qual as crianças estão aptas a apreciar esse jogo, ou as várias etapas nas quais podem-se notar algumas evoluções do desenvolvimento cognitivo da criança no processo de aquisição de linguagem. As abordagens lingüísticas sobre o tema das adivinhas são relativamente recentes e escassas. Os primeiros estudos no campo da lingüística datam do ano de 1899 e foram propostos por Robert Petsch, que demonstrara grande interesse em descrever os elementos constitutivos da forma da adivinha. O livro de Pepicello e Green (1984), pelo que se sabe até agora, foi o que tratou do assunto com maior propriedade. Os autores propõem cinco critérios estruturais para a caracterização do gênero das adivinhas, que se

mostraram insuficientes para dar conta dos dados que eu tinha me proposto analisar. Além disto, deparei-me com dados limítrofes entre o que, tradicionalmente, tem-se chamado de adivinha e o que se tem chamado de piada. Diante deste fato, fez-se necessário um estudo comparativo entre as diferenças e semelhanças formais destes dois gêneros, para que tais dados pudessem ser excluídos ou incluídos em meu *corpus* face à proposta inicial de recorte do objeto. Para além da análise estrutural, centrar-me-ei nos aspectos relativos às questões de natureza enunciativa destes dois gêneros.

ESTUDOS DE LINGUAGEM E QUESTÕES DE GÊNERO NO V CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA

Viviane M. Heberle - UFSC
GM2619C130

Questões de gênero (*gender*) vêm sendo investigadas no Brasil na área de estudos lingüísticos, mais especificamente na análise crítica do discurso (ACD) e na sociolingüística interacional (SI). O conceito de gênero tem recebido várias definições e neste trabalho é considerado uma categoria socialmente construída, diferenciada da oposição biológica macho/fêmea, que interage com outras variáveis sociais e contextuais tais como idade, grau de instrução, etnia, posição socio-econômica, ocupação, classe social, orientação sexual, filiação política, religiosa, etc. (Cameron, 1992; Caldas-Coulthard e Coulthard, 1996; Coates, 1993; Mills, 1995; Heberle 1997). O objetivo de meu trabalho é discutir as comunicações sobre linguagem e gênero dentro da ACD e SI apresentadas no último Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, destacando suas especificidades lingüísticas e sócio-culturais e procurando mostrar sua relevância para estudos de lingüística aplicada no Brasil. Alguns dos tópicos abordados incluem estudos sobre identidades de gênero no discurso jurídico em empresas e em revistas femininas. O trabalho pode suscitar uma conscientização de que as nossas identidades de gênero fazem parte de um complexo de sistemas culturais, sociais, políticos, psicológicos e lingüísticos interligados juntamente com outros fenômenos sociais.

VIOLÊNCIA SEXUAL E CONTROLE LEGAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE TRÊS EXTRATOS DE SENTENÇAS EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Débora de Carvalho Figueiredo - UFSC
GM26192C130

A lei e seu discurso estão cercados por várias noções populares. Uma das mais abrangentes e perigosas destas noções é a idéia de que a lei tem o poder de promover a justiça. O sistema jurídico, entretanto, também é um poderoso criador e disseminador de diferentes tipos de discriminação, como a discriminação de gênero. O poder da lei baseia-se em grande parte na linguagem da lei, o que torna o discurso legal um objeto digno de uma análise crítica. Para ilustrar as afirmações acima, neste trabalho eu investigo a estrutura de organização textual de três extratos retirados de sentenças em casos de abuso e violência sexual contra mulheres. Meu objetivo é investigar como estruturas lingüísticas presentes no discurso do sistema jurídico criminal ajudam a transmitir mensagens sexistas e discriminatórias.

"EU SOU SINCERA": SUSTENTANDO A FACE EM SESSÕES DE ORIENTAÇÃO NA DELEGACIA DA MULHER

Clara Z. C. Dornelles -UFSC
GM26194C130

A microanálise da interação que apresento aqui se insere dentro da linha de pesquisa sociolingüística interacional (Goffman, 1974; Gumperz, 1982; Ribeiro & Garcez, 1998). Assim, busco primordialmente entender como os participantes dos encontros

analisados fazem sentido do que acontece na conversa. Parto do pressuposto de que quando interagimos, em encontros face-a-face, orientamos nossas ações de acordo com a nossa interpretação do que está acontecendo e de quais são os papéis que os outros participantes estão representando (Goffman, 1974). O sentido que fazemos do que está acontecendo influencia tanto a maneira como nos apresentamos, quanto a maneira como entendemos os outros. E a maneira como nos apresentamos, ou seja, a imagem que criamos para nós mesmos é o que eu chamo aqui de *face*. O ato de apresentar *faces*, um ao outro, proteger a própria *face* e a do outro, ou mesmo, destruir ou ameaçar *faces* é chamado por Goffman (1969) *trabalho de face*. Portanto, a *face* está relacionada às identidades e papéis que os participantes de uma conversa projetam para si mesmos e para os outros. Surge então uma questão: como as pessoas se comportam (interacionalmente) em situações de natureza *conflituosa*, em que se constroem contextos interacionais *ameaçadores à face*? Para dar uma resposta a essa pergunta, analiso a interação em sessões de orientação a casais com problemas de violência conjugal. Os participantes atuam a princípio nos papéis de *assistente social, mulher-vítima e homem-agressor*. Esses atendimentos aconteceram na 6ª Delegacia de Proteção à Mulher de Florianópolis. Seguindo métodos etnográficos de pesquisa (Duranti, 1997; Ellen, 1984; Erickson & Shultz, 1981), observei e gravei em áudio as sessões de orientação aqui discutidas. Os dados também incluem notas de campo, transcrições das conversas, além de entrevista e playback com as assistentes sociais. Os objetivos da análise são: (1) investigar a construção das identidades sociais e interacionais pela análise da manipulação da impressão e sustentação da face; (2) apontar os aspectos e estratégias lingüísticas que impulsionam os participantes para o trabalho de face; (3) levando em consideração que as ações interacionais fazem do gênero (*gender*) um aspecto relevante nos encontros analisados, tento entender como os participantes interagem nos *contextos de gênero* (Hopper & LeBaron, 1998).

HILLARYS: O DISCURSO DO FEMININO

Dina Maria Martins Ferreira - UPM
GM2620C130

A imprensa atual tem se ocupado sobremaneira com o papel da mulher na sociedade; prolifera em reportagens "o caso Clinton", revistas vendem soluções de vida através de "aconselhamentos amorosos". Não importa o fato, a versão discursiva configura uma posição valorativa do feminino face ao mundo masculino; de um lado pontifica um discurso de emancipação, de outro ratifica a submissão da mulher a um passado servil aos valores patriarcais. Tendo como base dois textos jornalísticos, vai-se verificar, através de análise de marcas lingüísticas, como se processa a prática discursiva que tece o papel da mulher no mundo moderno.

O RELACIONAMENTO ENTRE MULHERES E HOMENS NA PUBLICIDADE DE NOVA/COSMOPOLITAN

Elisa L. Grimm - UFSC
GM26202C130

A propaganda é um discurso proeminente em praticamente toda sociedade moderna. Hoje em dia é quase impossível evitar a presença de anúncios - somos bombardeados por eles através de todo tipo de mídia, desde rádio e televisão até *outdoors* e revistas. É justamente nesta última categoria - anúncios de revista - que se concentra este estudo. Visto que a propaganda é altamente difundida, e que pode ter o efeito de perpetuar certas ideologias, eu examino a linguagem verbal e visual usada em 10 anúncios recentes veiculados em uma revista feminina transnacional (*Nova/Cosmopolitan*), dentro do contexto cultural brasileiro e americano (E.U.A.). Para realizar a análise verbal, utilizo

os conceitos de *transitivity* (Halliday, 1985/1994) e *naming* (Fairclough, 1989; Clark, 1992). A análise visual é baseada nos métodos descritos por Kress & Van Leeuwen (1996). Meu objetivo é verificar o que estes anúncios apresentam em termos da relação homem/mulher, descrever como isto ocorre, e explicar como isto se relaciona à prática social.

MULHERES E EMPREGO - DISCURSO E IDEOLOGIA

Astrid Nilsson Sgarbieri - PUC/Camp
GM26204C130

Este trabalho analisa alguns aspectos lingüísticos dos artigos *Mulheres, Mulheres* de Clóvis Rossi e *Mulheres e Empregos* de Eva Blay, ambos publicados no jornal *Folha de São Paulo*. O primeiro texto, produzido a partir da noção de que a mulher "rouba" o emprego do homem, trata de um problema social qual seja: o fato de que a mulher está tentando "negociar" com o homem um espaço no mercado de trabalho. O segundo texto que é uma resposta ao anterior sugere algumas soluções para "o problema". A análise levou em consideração não apenas as marcas lingüísticas do poder e do preconceito mas, também, o contexto socio-cognitivo em que ambos foram produzidos. Metodologia: O arcabouço teórico utilizado foi o da Análise do Discurso Crítica proposta por Fairclough e van Dijk que possibilita relacionar o discurso com a atividade social e as cognições sociais manifestas por indivíduos como participantes de grupos, instituições e outras estruturas sociais, refletindo assim diferentes ideologias. Resultados: A análise dos artigos permitiu observar as dificuldades enfrentadas pela mulher para ser aceita como força de trabalho na sociedade brasileira. Vale ressaltar, porém, que um processo *on line* de avanços e regressos na sociedade moderna vem propiciando o reconhecimento e a aceitação da mulher como profissional competente.

RELEITURAS DO MASCULINO E FEMININO EM CONTOS DE FADAS

Arary Ernst Pereira - UCPel
GM2621C130

A construção social da sexualidade alienada, derivada de uma cultura dominada pelo masculino, e suas conseqüências para as mulheres, encontra nos tradicionais contos de fadas, um meio eficaz de permanência e de controle. Em contrapartida, as inversões parodísticas parecem apresentar índices de construção de uma feminidade que vem se constituindo historicamente e operando transformação nas relações de poder na sociedade.

O presente trabalho visa produzir, a partir do confronto entre os contos de fadas tradicionais e suas inversões parodísticas, uma compreensão do papel social desses discursos na reprodução ou transformação do gênero. Parte basicamente de dois questionamentos: que elementos constitutivos da ação humana, relativos ao gênero, estão presentes nos contos de fadas, caracterizando-os como uma prática discursiva que trabalha para que se mantenha a dualidade masculino/feminino? E, em contrapartida, que elementos transgressores da ação humana, presentes nas versões revisionistas dos contos de fadas, deslegitimizam a construção social do gênero, caracterizando-as como uma prática discursiva cujo lugar é o da crítica à inevitabilidade do dualismo masculino/feminino? O que está em pauta é a construção sócio-cultural da identidade feminina, tema dos estudos da crítica feminista, que será tratado discursivamente, isto é, com vistas à interpretação dos sentidos que estão sendo produzidos para a feminidade num terreno de entrecruzamento de discursos como é o parodístico.

A METÁFORA DO SÉCULO XXI: A SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Roberta Pires de Oliveira - UFSC
Cog 2784C130

Se olharmos a (meta)linguagem utilizada hoje em dia na semântica para descrever o fenômeno do significado e, em particular, o da metáfora, notamos, sem surpresa alguma, uma tendência ao interno, à explicitação de processos mentais, cognitivos que dão suporte à própria linguagem. Na semântica cognitiva, metáforas são mapas cognitivos que estruturam nosso pensamento, nossa ação e nossa fala cotidiana (Veja Lakoff 1987 entre outros). Na abordagem formalista, se a metáfora não é excluída, então é vista como um processo inferencial que ocorre na mente do intérprete (cite-se a abordagem da relevância em Sperber & Wilson 1996). Este deslocamento em direção à mente está presente em várias áreas do fazer científico contemporâneo, daí não ser surpreendente encontrá-lo também nas teorias contemporâneas de metáfora.

O que significa estar a prática semântica inscrita neste quadro mentalista? A conseqüência mais imediata é minimizar a presença da linguagem, entendida como instância pública que carrega as marcas constitutivas do nosso estar-juntos, em outros termos, a relação entre linguagem e sociedade está em segundo plano. A semântica cognitiva toca nesta relação, mas o faz de forma no mínimo tímida, já que os conceitos e esquemas básicos resultam de nossa interação de corpos num mundo físico concreto. Na abordagem formal, a linguagem, instância pública que engendra visões de mundo, está totalmente ausente, só aparece enquanto fornecendo informações para raciocínios inferenciais. Esta virada em direção ao interior da mente parece, pois, varrer para baixo do tapete o fato de que a linguagem dá forma ao nosso estar-no-mundo, embora ela não o determine. Coloca de lado a questão da ideologia, do domínio através da palavra e esquece que mesmo a linguagem científica é por ela marcada. As teorias de metáfora do século XXI ganham se olharem criticamente este legado mentalista do final do século XX e recuperarem a dimensão retórica da racionalidade.

PRAGMÁTICA COGNITIVA E MODELOS DE ARQUITETURAS MENTAIS

Heloisa Pedrosa de Moraes Feltes - UCS
Cog279C130

Os modelos de interpretação pragmático-inferenciais, propostos no âmbito da Pragmática Cognitiva (PC) devem basear-se em alguma hipótese sobre a arquitetura mental humana. Um dos modelos mais estudados em PC atualmente é o de Sperber & Wilson (cuja obra inaugural é de 1986), na defesa da comunicação ostensivo-inferencial. O modelo de 1986 é construído a partir da hipótese da modularidade da mente de inspiração fodoriana, sustentando que a inferência pragmática ocorre no chamado mecanismo dedutivo, situado no processador central, que por sua vez recebe informação advinda dos módulos de *input*. Temos, então, uma proposta representacionalista-computacional que supõe uma arquitetura clássica. Entre as críticas feitas ao modelo encontram-se algumas que pretendem aprimorar o modelo articulando-o com algum recurso conexionista. É o caso de Hinkelman que afirma que a noção de força de suposição, não-representacional, poderia situar-se no nível do *hardware*, através de ativações elétricas. O problema é ainda como conciliar, se é para fazê-lo, arquiteturas clássicas e arquiteturas conexionistas. Questões desse tipo apontam para a necessidade de discutir-se essa abordagem no plano da metateoria e mesmo de metaciência, níveis de discussão de que não se pode prescindir quando se visa a construir conhecimento em nível transdisciplinar. A proposta de S&W apresenta-se como contendo um equilíbrio interessante: tem grande poder explanatório, potencializado por um aparato descritivo rico, viabilizando análises de proposições isoladas,

encadeamento de proposições ou unidades maiores de discurso. Modelos que se pretendem explanatoriamente mais poderosos, mas que não dispõem de um aparato descritivo suficientemente desenvolvido, precisam ainda justificar-se em nível de "como" operacionalizar suas teses em análises consistentes. Parte dessa consistência advém do modelo de arquitetura mental suposto e do que se sabe sobre ele a partir dos estudos sobre a mente humana.

A INCONGRUÊNCIA NAS DESCRIÇÕES HUMORÍSTICAS

Nina Célia Almeida de Barros - UFSM

Cog2792C130

O objetivo deste trabalho é caracterizar a descrição humorística, usando como pressuposto a teoria da incongruência. Com o desenvolvimento das teorias a respeito das estruturas cognitivas que constituem o nosso conhecimento de mundo – os esquemas –, as incompatibilidades entre os elementos de um esquema ou as oposições entre dois esquemas postos em contato foram vistas como incongruência, uma vez que vão de encontro ao conhecimento armazenado por um indivíduo. E a incongruência foi considerada responsável pelo humor. Para estudar a descrição humorística, adapta-se um modelo de estrutura descritiva, que tem como ponto de partida um esquema temático. Duas operações são realizadas para descrever esse esquema: a de aspectualização e a de associação. A operação de aspectualização consiste na identificação de propriedades e partes do esquema. A de associação consiste na relação do esquema principal a outro. A hipótese que norteia o trabalho é a seguinte: nas descrições humorísticas, a incongruência se estabelece nas relações entre as partes dos esquemas ou entre as partes e propriedades do esquema. A hipótese é comprovada por meio da análise de um texto humorístico descritivo.

COGNIÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL: PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO

Luiz Antônio Marcuschi - UFPE

Cog2794C130

Embora muito analisada, a questão da produção textual está longe de uma explicação satisfatória. Mais do que uma atividade linear e explícita de pôr em palavras (faladas ou escritas) as idéias que se têm em mente, a produção textual é uma ação interativa, multilinear, não ostensiva nem representacional que, em essência, fornece pistas de acesso (v. Beaugrande, 1997). O problema crucial é a natureza dessas pistas e como elas são representadas a fim de barrar influências indevidas e permitir efeitos coerentes, já que a coerência é um processamento fundado em realidades mentais (v. Coates, 1995), realizando-se como uma atividade inreferencial. Para tanto, é central uma noção de linguagem como atividade cognitiva, social-interativa e não como um simples código autônomo, pois os procedimentos da textualização envolvem princípios gerais que não se esgotam num conjunto de regras de boa-formação. A textualização deve permitir inferenciações possibilitadas por suposições de partilhamentos cognitivos para identificação de sentidos e referentes baseadas numa dada relação entre linguagem, mente e mundo (v. Kempson, 1998) que não é fixa nem *a priori*, mas situada e produzida num aparato mental não isolado. Esta exposição visa a fornecer elementos para uma explicação do acesso a referentes na produção de textos. Tal como sugerem Sanford & Garrod (1982), no processo de resolução da referência, construímos espaços referenciais que consistem de *domínios explícitos* com a "representação de entidades atualmente mencionadas", mas também construímos *domínios implícitos* que constituem de "cenários colhidos no próprio texto, mas que o aumentam". Resta explicar em que condições esses últimos cenários são construídos, já que não são simples produtos da mente nem estão previamente inscritos na língua. Em suma: como se dá, na atividade enunciativa, a construção referencial?

CONSTITUIÇÕES LUSÓFONAS - ASPECTOS LINGÜÍSTICOS

Lutz Franzke - Universidade de Humboldt de Berlim/Romanistik

CC2714C130

A comunicação baseia-se nos *corpora* constitucionais das Cartas Magnas vigentes dos sete Estados lusófonos abrangendo aspectos lexicais, sintáticos, textuais e pragmáticos. As tendências de unidade e diversidade manifestam-se perfeitamente nos textos juspolíticos dos respectivos países. Será exemplificada uma óbvia inclinação casuística regulando um número crescente de casos particulares ("inchaço constitucional"), o que implica necessariamente novos recursos lingüísticos como, p. ex., nas estratégias coesivas, informativas e intertextuais bem como nos domínios de atos ilocutórios comissivos e expressivos.

COERÊNCIA COMO UM PRINCÍPIO PARA A INTERPRETAÇÃO E PARA A PRODUÇÃO DISCURSIVAS

Claudia Mendes Campos - UFPR

CC27142C130

Coerência, para Charolles (1978), não pode ser distinguida de coesão. No referido trabalho, o autor apresenta quatro meta-regras de coerência, que representam as condições de boa formação de um texto. Mais adiante, em trabalhos de 1983 e 1989, o autor já faz a diferenciação entre coerência e coesão, discutindo a noção de coerência de pontos de vistas distintos daquele primeiro. Em 1983, ele defende a idéia de que a coerência é construída pelo interlocutor, diferentemente da coesão. A coerência é vista como um princípio para a interpretação do discurso, uma vez que o interlocutor levanta hipóteses que lhe parecem razoáveis para representar as relações de sentido que ele imagina tenham sido propostas pelo produtor do texto. Isto é, o interlocutor sempre procura um sentido para os textos frente aos quais se coloca - um sentido que lhe pareça compatível com a intenção do produtor.

Em 1989, ele defende a idéia, complementar à anterior, de que a coerência é um princípio que governa a produção de enunciados discursivos. O produtor fornece todas as indicações relacionais relevantes para a apreensão do sentido de seu discurso. Ele é capaz de manejar com eficiência os recursos lingüísticos oferecidos por sua língua, de tal forma a "distribuir instruções interpretativas" que levam em conta seu plano de comunicação e sua representação das habilidades interpretativas de seu interlocutor.

Esta comunicação pretende observar quais as conseqüências desta visão de coerência como um princípio para a interpretabilidade e para a produção discursivas sobre a análise de textos escolares e sobre as práticas pedagógicas dos professores. Para tanto, serão analisados textos produzidos por alunos da 6ª. série do ensino fundamental.

A COERÊNCIA TEXTUAL

Léa Alves de Castro - CES/Juiz de Fora

CC27144C130

É consenso entre os professores de português que desenvolvem com os alunos atividades de produção de textos em sala de aula de 2º grau (3ª série) que, apesar de tal prática ser realizada, com certa frequência, ao longo dos anos de escolarização, os alunos apresentam sérias dificuldades relacionadas ao conhecimento de língua em produção de textos. Dentre os problemas comumente evidenciados, encontra-se a falta de coerência. A partir do levantamento, ainda intuitivo, das causas desse problema, fez-se necessário o desenvolvimento de uma pesquisa sistemática da questão para que, caracterizando e analisando a dificuldade, fosse possível buscar soluções para a superação dessa dificuldade.

Em função da necessidade de melhor conduzir as aulas de produção de textos

escolares ou de textos do cotidiano foi que surgiu o desejo de uma investigação que analisasse as habilidades ou não em produção textual, apresentadas pelos alunos de 2º grau e, conseqüentemente, a busca de condições adequadas para a superação de tais limitações, bem como para a continuidade do desenvolvimento desses produtores.

O objetivo desta pesquisa é, assim, o de investigar como alguns alunos de 2º grau constroem uma unidade significativa para o texto escrito, por meio da análise das estratégias de produção que utilizam durante a confecção textual, apontando para os problemas manifestados nesse procedimento.

Para explicitar as estratégias de produção textual, recorre-se ao modelo Koch e Travaglia (1993), por considerá-lo adequado para descrever a complexidade desse fenômeno.

A FUGA DO TEMA GERANDO POLUIÇÃO PLENÁRIA

Cristiane Duarte - UNICAMP

CC2715C130

Na avaliação da redação do vestibular UNICAMP, o candidato deve mostrar suas habilidades com a língua escrita, mediante uma tarefa de *produção de texto*, feita a partir da *leitura* de uma coletânea de fragmentos de livros, jornais, revistas sobre determinado tema. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos referentes a um paradigma de análise desenvolvido no âmbito das ciências humanas que permite análises de tipo qualitativo (o chamado *Paradigma Indiciário*), foram levantadas hipóteses sobre a "caminhada interpretativa" realizada pelos candidatos do momento em que lêem a coletânea da proposta de redação até a produção de seus textos. A partir de "pistas" (ou indícios) deixadas nas redações, puderam-se depreender os procedimentos de leitura desses candidatos. Encontrou-se, entre outras, uma redação em que ocorreram a fuga do tema e a não utilização da coletânea. O tema proposto, referente ao vestibular de 1994, dizia respeito às campanhas contra a fome e a consigna que introduzia o tema era uma adaptação do provérbio, feita em forma de pergunta: *Dar o peixe ou ensinar a pescar?* O candidato criou uma analogia entre *políticos corruptos* e *peixes grandes*, contrapondo a isso as *pessoas comuns*, os *peixes pequenos*, e escreveu sobre a corrupção de políticos, dando à sua redação o título *Polição Plenária*. Diante disso, surgiu a questão: por que ele tematizou a corrupção de políticos e não abordou a questão da fome? A analogia com a figura do *peixe* pode ser explicada pelo fato de que na consigna da prova de redação havia o provérbio com a palavra *peixe*, mas por que o candidato escrevera sobre corrupção de políticos? A resposta a essa questão pode estar no contexto sócio-político no qual se encontrava o Brasil naquele ano, em que vários parlamentares estavam envolvidos no escândalo do Orçamento da União. Aqui podemos dizer que pode haver uma característica das aulas freqüentadas por esse candidato: a abordagem de temas atuais, muito comum em certos cursinhos, cujos professores procuram fazer de tudo para acertar o tema da redação do vestibular. Isso não levou a formular a hipótese sobre um tipo de aula construída com base em *macetes*, em que os professores, além de apresentarem modelos prontos para serem seguidos, apresentam temas prováveis que, uma vez aparecendo no exame vestibular, garantiriam o sucesso de seu alunos. Na verdade, esses professores estão procurando estratégias que garantam um bom desempenho para aqueles alunos que não têm condições de produzir um bom texto. O raciocínio seguido parece ser o seguinte: "já que eles não sabem escrever, quem sabe não seria o caso de eles "aprenderem" um modelo e "decorarem" um tema atual, para que, pelo menos, tenham condições de escrever alguma coisa na hora do vestibular". Trata-se de uma espécie de *macete* que, infelizmente (ou felizmente), não parece funcionar em textos dissertativos, mas que ainda ilude muitos alunos e professores que o utilizam...

PROBLEMAS DE COESÃO DO TEXTO TRADUZIDO

Marisa Sormani Bastos - UNESP/Araraquara

CC27152C130

O presente trabalho apresenta dados da pesquisa realizada com 240 traduções de alunos do Curso de Tradução da Universidade do Sagrado Coração de Bauru, São Paulo.

Tem, como objetivo, verificar como se processam os elementos de coesão na tradução e como uma leitura eficiente do texto de partida pode contribuir para a sua compreensão e, conseqüentemente, para aprimorar o trabalho de tradução.

Por leitura eficiente, entendemos a leitura que consegue recuperar as marcas semânticas de um texto. O tradutor, segundo Diocaretz, possui dupla função: a de leitor ativo e a de escritor. Como leitor ativo, ele deverá ser capaz de basear-se nessas marcas do texto e, assim, decodificá-lo para depois, como escritor, codificá-lo na língua-alvo.

Para tanto, realizamos um estudo sobre Lingüística e Tradução, enfatizando a importância da Lingüística Textual e da leitura para os estudos da Tradução e, também, discutimos os modelos teóricos de coesão de Halliday e Hasan, de Beaugrande e Dressler, de Koch e de Fávero.

A RAPOSA E AS UVAS: UM ESTUDO COMPARATIVO NA PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Evandra Grigoletto - URFGS

CC27154C130

Este trabalho tem por objetivo fazer um estudo comparativo de três versões da fábula "A Raposa e as Uvas". A saber: texto fonte, de Esopo, traduzido por Guilherme Figueiredo, uma tradução de La Fontaine feita por Iside Bonini e uma versão de Millôr Fernandes. Para tanto, faço uma análise destes textos à luz da teoria da Lingüística Textual, me baseando, sobretudo, nos critérios de textualidade apontados por Beaugrande & Dressler (1981).

Segundo esses autores para que um texto cumpra sua função, que é a de comunicar de maneira eficiente, deve englobar sete níveis de textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade. Os dois primeiros estão centrados no texto e se relacionam com os aspectos lingüístico e conceitual e, os demais, dizem respeito aos fatores pragmáticos envolvidos no processo sócio-comunicativo.

Tomando a comunicação como interação entre falantes (leitor/autor) que produz sentido, analiso as três versões da fábula "A Raposa e as Uvas" estabelecendo comparações entre elas, procurando privilegiar a intertextualidade, já que este fator de textualidade desempenha um importante papel na constituição do sentido destas fábulas. Procuo mostrar também a relação parafrástica que há nestes textos entendendo-a como uma atividade de reformulação textual que repousa sobre o semelhante e que se oculta atrás de algo já estabelecido, de um velho paradigma.

Enfim, procuro, neste trabalho, fazer uma aplicação prática dos critérios de textualidade, mostrando a importância que eles assumem para que os textos em estudo façam sentido.

UMA PERSPECTIVA SOCIOLINGÜÍSTICA SOBRE EDUCAÇÃO DE SURDOS: PIDGINS E CRIoulos

Leland McCleary – USP
S268C249

Esta comunicação objetiva investigar a aplicabilidade de conceitos desenvolvidos no estudo lingüístico de pidgins e crioulos e da pragmática aplicada ao estudo da aquisição de primeira e segunda línguas para uma melhor compreensão dos processos de comunicação e aquisição de língua dentro da sala de aula de alunos surdos. Estudos do discurso de professores, de pessoas em interação com estrangeiros e de mães em interação com crianças pequenas mostram que as modificações na fala seguem um padrão comum: por exemplo, os falantes simplificam as estruturas e o vocabulário, usando menos construções subordinadas, mais estruturas coordenadas e mais vocábulos concretos. Já foi sugerido que essas modificações representam uma estratégia universal de comunicação, e que tal estratégia pode ser encontrada na fala de pessoas nas fases iniciais de aquisição de segunda língua em ambientes naturais, bem como nas línguas de contato conhecidas como *pidgins*. A comunicação diária entre professores não proficientes em língua de sinais e alunos não proficientes em Português pode ser caracterizada como uma espécie de *pidgin*, diferente tanto da língua de sinais que os alunos surdos usam entre si, quanto do português fluente dos professores. Outros dois processos devem ocorrer nos ambientes em que se fala *pidgin*. O primeiro é a *crioulização*, ou seja, o processo da criação de uma língua gramatical a partir de insumos lingüísticos falhos. Em tal processo, as crianças são capazes, graças à operação da gramática universal durante o processo de aquisição de língua, de transformar insumos agramaticais (dos professores, por exemplo), em língua regradada, ou gramatical, mesmo que essa gramática seja de todo diferente da das línguas-fonte. O outro processo, que deveria acontecer num ambiente escolar, é *despidiginização*, ou a progressiva transformação do *pidgin* da sala de aula em uma forma mais padronizada da língua de sinais (no caso do Brasil, a Libras). Esse último processo só acontece quando há contato interativo adequado com as formas normalizadas, o que se daria à medida que houvesse contato com falantes fluentes de Libras ou que os professores fossem adquirir, progressivamente, fluência na Libras padrão. Considerações são feitas acerca da inadequação de um *pidgin* como meio de ensino.

UMA PERSPECTIVA PSICOLINGÜÍSTICA SOBRE EDUCAÇÃO DE SURDOS: LÍNGUA DE SINAIS E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Eulalia Fernandes – UERJ
S2682C249

Esta comunicação tem como objetivo discutir sobre a importância da língua de sinais na educação de crianças surdas. A língua de sinais tem uma importância que vai além do seu papel na aquisição de conteúdos em sala de aula, função essa que tem sido explorada em muitas das instituições educacionais de surdos, como se apenas a garantia da presença desta língua fosse a responsável pela redenção dos processos educacionais do surdo em nosso país. O que se pretende ressaltar é o fato de que a língua de sinais é um dos principais meios responsáveis pela garantia das etapas, sem atrasos, do desenvolvimento cognitivo da criança surda, já que a língua é um dos principais meios que servem de impulso para o pensamento. Além disso, será abordado o papel da língua de sinais no processo da educação de surdos, entendendo o conceito de educação em seu sentido mais amplo, que não se confunde apenas com as atividades escolares.

ALFABETIZAÇÃO E O ENSINO DA LÍNGUA DE SINAIS

Ronice Müller de Quadros – PUCRS
S2684C249

O presente trabalho tem como objetivo básico discutir sobre a alfabetização e o ensino da língua de sinais no processo educacional da criança surda. A alfabetização em sinais e a escrita de sinais são tópicos que vêm sendo abordados na perspectiva da língua portuguesa. O presente trabalho apresenta a perspectiva própria da língua de sinais, uma vez que tal língua é uma língua natural com todos os níveis de análise de uma língua e apresenta uma escrita própria não alfabética. Portanto, serão apresentadas evidências da autonomia da língua brasileira de sinais, bem como da sua respectiva forma escrita. A alfabetização na língua de sinais através da sua escrita garante um processo natural e espontâneo de construção da escrita. A partir disso, o ensino da língua de sinais deve passar por um processo de reconhecimento das próprias construções lingüísticas. Será argumentado que o reconhecimento metalingüístico da língua de sinais em sala de aula pode garantir o reconhecimento das diferenças e similaridades entre a língua de sinais e o português no processo de aquisição de segunda língua, línguas com diferentes modalidades de produção (visuo-espacial e oral-auditiva).

DISCUTINDO O USO DA SINTAXE POR ESTUDANTES SURDOS

Maria Cristina da C. Pereira – PUCSP/UNICAMP
S269C249

A escrita de crianças e mesmo de adultos surdos, filhos de pais ouvintes, tem sido caracterizada na literatura como deficiente, se comparada com a de ouvintes ou mesmo com a de surdos, filhos de pais surdos. Faltam elementos de ligação como preposições e conjunções; os vocábulos não são ordenados conforme determina a gramática e muitas são as dificuldades observadas em relação à flexão dos verbos e à concordância entre os elementos da frase. No entanto, observando as produções escritas de crianças e adolescentes surdos, alunos do Ensino Fundamental de uma escola especial para surdos, em São Paulo, constatamos, além de criatividade, coerência e coesão, a presença de muitos dos elementos comumente referidos na literatura com sendo omitidos ou usados inadequadamente pelos surdos. Tais resultados parecem decorrer principalmente do fato de os estudantes dominarem a Língua Brasileira de Sinais. A falta de domínio de uma língua, sobre a qual a escrita vai ser construída, é o que responde, a meu ver, por muitos dos problemas sintáticos apresentados pelos surdos. Além disso, as estratégias usadas pela professora na exposição à escrita, como ênfase na leitura, conversa e discussão sobre o que foi lido, entre outras, parecem ter papel importante nos resultados observados. Partindo dessas idéias, neste trabalho, com base em exemplos de produções escritas de alunos surdos de diferentes graus de escolaridade, são discutidas questões relacionadas ao uso que os mesmos fazem da sintaxe, relacionando-as às concepções de língua e de sujeito surdo que parecem subjacentes às práticas pedagógicas que envolvem o ensino da linguagem a indivíduos surdos.

MESCLA LINGÜÍSTICA, CONSTRUÇÃO ESCOLAR DE CONHECIMENTO E O ALUNO/SUJEITO SURDO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Regina Maria de Souza - UNICAMP
S2692C249

Há vários modos de se entender a constituição da mescla lingüística no confronto entre alunos surdos (fluentes ou não em língua de sinais) e professores ouvintes (falantes de português) em contexto escolar. McCleary, por exemplo, atribui a emergência dessas mesclas - pidgins - como efeito da competência lingüística humana universal. Sem tomar como ponto de partida as operações da gramática universal durante o processo de aquisição de linguagem, o objetivo da presente reflexão será analisar aspectos do processo de construção lingüística de signos em sala de aula, da qual façam parte surdos e ouvintes(s). Tomando como referencial teórico a abordagem de Mikhail Bakhtin e deixando-me igualmente afetar por categorias conceituais da análise do discurso de origem francesa, analisarei a constituição da mescla (sinais, gestos e sons) no interstício do acontecimento dialógico. Inscreverei a mescla como efeito de ações lingüísticas dos sujeitos sobre a linguagem e da linguagem sobre os sujeitos. Igualmente, considerarei a mescla/pidgin como efeito dos jogos de interpretação dos personagens em cena em sala de aula e, portanto, como um trabalho social e historicamente determinado. Analisarei alguns episódios ocorridos em sala de aula nos quais signos são gerados, de início, com significados unívocos, ganhando, porém, ao longo do ano letivo, novos significados (tornando-se, pois, polissêmicos ou polivalentes). Finalmente, discutirei as conseqüências negativas do uso de sistemas mesclados na medida em que compõem no plano simbólico, uma espécie de arena de lutas, conflitos e resistências, palco no qual o surdo será narrado, construirá imagens sobre si, sobre o ouvinte e sobre a(s) linguagem(ns) em cena.

O PAPEL DA 'FALA' NA INTERAÇÃO EM UM CONTEXTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Audrei Gesser - UFSC
S2694C249

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua usada pela maioria das comunidades surdas no Brasil em alguns ambientes sociais. Nesse estudo, apresento uma descrição de um contexto de sala de aula do ensino de LIBRAS como língua estrangeira (LE), onde professor surdo (sinalizador nativo) e seus alunos ouvintes interagem. Esta análise faz parte de uma dissertação de mestrado em andamento do curso de pós-graduação em Letras/Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina. O presente trabalho tem como objetivo observar essa interação intercultural, visando, especificamente, verificar o papel da 'fala' (Português) nesse ambiente de ensino da LIBRAS. A ocorrência da 'fala' está fortemente presente neste contexto de ensino da língua de sinais. Para poder entender o que está acontecendo nestes momentos interacionais, esta análise considera os significados locais para os participantes da interação (Goodwin & Duranti, 1992). Meu objetivo é chegar a uma visão mais *êmica* (visão dos participantes) para entender porque a alta ocorrência da 'fala' faz sentido para os participantes neste contexto e qual é o seu papel. Essa investigação segue a linha da Sociolinguística Interacional (SI) (Wardhaugh, 1992) e baseia-se em métodos etnográficos de pesquisa (Hammersley & Atkinson, 1983). Os dados são constituídos de observação-participante e gravação em vídeo; e a análise segue os estágios propostos por Agar (1980), Erickson & Shultz (1981) e Erickson (1992).

DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO DO SURDO E PRODUÇÃO TEXTUAL

Sonia Maria Dechandt Brochado - FAFJJA
S261C249

Pretende-se discutir a importância do desenvolvimento lingüístico do surdo para a organização de suas funções psicológicas superiores. Observam-se as interferências da deficiência no desenvolvimento normal da linguagem e as conseqüências dessa privação. Objetiva-se, por outro lado, verificar o domínio do surdo sobre a linguagem na modalidade escrita, observando, numa amostra, a capacidade de compreensão e reprodução textual.

PROBLEMÁTICA DE JUNTURA E SEGMENTAÇÃO FONOLÓGICA EM CRIANÇAS DE 1º GRAU ESCOLAR

Lígia Maria Campos Imaguire - USP
Cm2614C249

Segundo (Martinet, 1971:11), a linguagem humana se distingue das demais produções vocais pelo fato de ser "articulada" em dois planos, aquele em que, para usar os termos do falar cotidiano, os enunciados se articulam em palavras, e aquele em que as palavras se articulam em sons.

De acordo com (Ladefoged, apud Dinah Callou *et al.*) o contínuo sonoro pode, pois, ser escandido em segmentos linearmente dispostos cuja presença ou ausência, assim como sua ordem, têm uma função distintiva, isto é, ocasionam mudança no significado de uma palavra.

De acordo com (Catts, 1991) são essas combinações de unidades segmentais que revelam o conhecimento fonológico que o aluno tem do seu sistema lingüístico. Conhecimento fonológico é a consciência de que as palavras são compostas por sílabas e fonemas e que palavras podem rimar ou começar/terminar com os mesmos sons.

Nos primeiros estágios da aquisição da linguagem, as crianças apresentam pouco conhecimento da estrutura da linguagem. Nesta época, o foco é o entendimento, usam a linguagem sem dar importância à estrutura (o aspecto semântico é mais forte).

Com o passar do tempo as crianças começam a apreciar a estrutura das palavras, notam, por exemplo, que *foca* começa com o mesmo som de *fofoca* ou percebem rimas como *bola* e *cola*.

Para verificarmos o conhecimento fonológico das crianças, analisamos os erros de juntura e segmentação em um ditado que foi aplicado às 4 primeiras séries do 1º grau em uma escola da rede particular de São Paulo, sob a perspectiva lingüística.

A pesquisa apresentou o percentual de acertos crescente da primeira à quarta série, demonstrando o crescente desenvolvimento do aluno na vida escolar. Com a elaboração deste trabalho, constatamos o quanto a leitura é importante para a aquisição da escrita.

NÍVEIS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA

Simone Faria Herrero - USP
Cm2614C249

A Consciência Fonológica, por estar relacionada com a aprendizagem da leitura e escrita, tem recebido grande interesse dos pesquisadores com o objetivo de entender principalmente como este processo se desenvolve e interfere na aprendizagem da leitura e escrita.

Partindo da necessidade de se pesquisar um pouco mais sobre o tema no Brasil, já que há poucos dados de pesquisa no país, é que nasceu este trabalho.

O objetivo da presente pesquisa é verificar o nível de consciência fonológica apresentado por crianças pré-escolares.

Outro aspecto a ser investigado é se instruções diferentes para averiguar o mesmo item podem interferir no resultado e quais provas podem determinar com maior precisão o nível que a criança se encontra.

Participaram dessa pesquisa 12 crianças pré-escolares, com idade variando entre 5:0 a 6:8 anos e que não tinham recebido ainda a aprendizagem formal em leitura e escrita. Foram realizados 7 itens, sendo 2 de percepção auditiva e 5 de consciência fonológica. A prova de percepção auditiva teve como objetivo verificar a memória verbal e a localização da fonte sonora.

Já na prova de consciência fonológica as crianças tiveram que realizar o item de silabação e identificação da palavra que iniciasse e terminasse com o mesmo som e com o som diferente. No último item citado anteriormente houve uma diferença no desempenho das crianças prevendo que dependendo da instrução utilizada poderemos obter diferentes resultados.

Na análise dos resultados realizados nos 7 itens, foram considerados os resultados obtidos separadamente de acordo com a faixa etária e sexo.

Observamos que a habilidade das crianças em realizar as tarefas de consciência fonológica aumentou de acordo com a faixa etária, sendo que as meninas apresentaram um desempenho melhor do que os meninos.

REGULARIDADES CONTEXTUAIS NA ORTOGRAFIA: ANÁLISE QUALITATIVA DA EVOLUÇÃO DOS CONHECIMENTOS INFANTIS

Artur Gomes de Moraes & Aparecida Moreira da Silva Biruel - UFPE
Cm26144C249

Este estudo teve por objetivo analisar qualitativamente como crianças brasileiras evoluem na apropriação das regras contextuais de nossa ortografia. Entendemos por regras contextuais aqueles casos de restrições regulares de nossa norma ortográfica nos quais a competição entre dois grafemas - que no sistema alfabético da língua notam o mesmo fonema - é resolvida em função do contexto que a sequência fonográfica ocupa na palavra. Estudos prévios (cf. Moraes, 1998) demonstram que, após quatro anos de escolaridade, crianças de meio popular permanecem cometendo muitos erros na notação de palavras envolvendo usos regulares de grafemas como G, GU, R, RR, C, QU, etc.

Nossos sujeitos foram 55 alunos de uma escola da rede pública municipal de Recife, sendo 16 da 2ª série, 21 da 3ª série e 18 da 4ª série do ensino fundamental. Eles participaram de tarefas de ditado de textos - contendo palavras reais e inventadas -, nas quais apareciam as principais correspondências fonográficas regulares contextuais de nossa língua.

A análise dos resultados focalizou os erros cometidos pelos alunos. Observamos que as crianças avançavam (na competência ortográfica examinada) em função da progressão escolar. Embora este efeito da escolarização aparecesse tanto na escrita de palavras reais como inventadas, as crianças tiveram bem mais dificuldade em notar regularidades contextuais em palavras inventadas, o que confirma estudos anteriores. Por outro lado, constatamos também que o domínio de diferentes regras contextuais parece ocorrer em momentos distintos. A análise qualitativa dos erros, tomando por referência a série escolar e o desempenho relativo dos sujeitos (no conjunto da amostra) revelou que:

1) alguns contextos de emprego do R e do RR constituem maior fonte de erros (por exemplo, o RR e o R que precedem consoante); 2) os alunos elaboravam mais cedo e melhor seus conhecimentos sobre o emprego de C ou QU (para notar /k/) em comparação

com os usos de G e GU (para notar /g/); 3) nos casos onde há regras contextuais para o uso das consoantes S, J e Z, verificou-se que os aprendizes incorporavam rapidamente apenas as restrições de uso do S; 4) os empregos de O ou U, E ou I em final de palavra também permaneciam como importante fonte de erro até a 4ª série, sendo mais comuns as trocas de E por I e vice-versa; 5) quanto à notação de sons nasais, os sujeitos tiveram pior rendimento no emprego de M ou N em posição final de sílaba, antecedendo consoantes, e no emprego do Æ no final de palavras.

A variabilidade de desempenhos encontrada sugere que a aquisição de regras contextuais não deve ser tratada como um "estágio" no desenvolvimento da competência ortográfica. Embora os resultados tenham apontado uma tendência de evolução ao longo da escolaridade, isto não se aplicava a todas as regras contextuais investigadas; certas regras pareciam mais difíceis para os aprendizes, especialmente para aqueles com baixo desempenho relativo, independentemente da série escolar. O pior desempenho na notação de regularidades que apareciam em palavras inventadas talvez indique que nossos sujeitos nem sempre tinham um conhecimento explícito das regras de nossa norma que utilizam ao escrever.

A ESCRITA COMO DESCOBERTA DAS ESTRUTURAS DA LINGUAGEM

Sílvia D. Fernandes - UNESP - Araraquara
Cm2615C249

A partir de teorias que se referem às implicações cognitivas da alfabetização (Olson, 1996), este trabalho discute a importância do instrumental teórico da lingüística para um melhor entendimento do processo de aquisição da escrita alfabética. Com base em conceitos de Ferreiro (1989), a respeito do princípio da combinatória, da relação do todo com as partes que o constituem, e de conceitos lingüísticos, particularmente a idéia de Jakobson (1977) sobre o valor distintivo dos fonemas, unidades estritamente funcionais; as noções de dupla articulação da linguagem de Martinet (1971) e de dupla significância da língua de Benveniste (1989), a intenção é observar e analisar as etapas desse processo, com o objetivo de explicitar seus mecanismos subjacentes. O estudo das operações cognitivo-lingüísticas aí envolvidas contribui para uma interpretação mais adequada de problemas reais de alfabetização. É importante refletir a respeito da relação entre o conhecimento da segmentação da linguagem em unidades discretas e a aprendizagem da escrita. É aí que reside, fundamentalmente, a dificuldade de inúmeras crianças. Reafirma-se, assim, a importância do ato de escrever no desenvolvimento da cognição e a relação entre o conhecimento da estrutura fonológica da fala e a habilidade da escrita.

Este trabalho avaliou e acompanhou três crianças que se encontravam nos estágios pré-silábico e silábico da aquisição da escrita e que manifestavam dificuldades significativas na alfabetização inicial. Nessas etapas, não há discriminação das unidades lingüísticas e sobretudo há uma precária vinculação entre a pronúncia das partes da palavra ou de uma frase e sua escrita. As escritas pré-silábicas e silábicas foram tradicionalmente consideradas como escritas "desviadas", como "omissões de letras", momentos em que não há discriminação das unidades lingüísticas. É importante salientar que tais níveis intermediários constituem momentos-chave do processo de aprendizagem.

Com base na avaliação inicial de cada criança, foram estabelecidos procedimentos instrucionais, visando à estimulação e ao desenvolvimento: a) da capacidade de abstração e representação, por meio de atividades com relações simbólicas e noções de categoria; b) da apreensão da estruturação da escrita, no nível das habilidades de base, por meio da composição e recomposição das unidades mínimas. Trata-se de um salto qualitativo, uma vez que a aquisição da língua escrita implica uma mudança no nível de abstração das unidades de segmentação. As maiores dificuldades dessas crianças residiam exatamente na diferenciação e na articulação das unidades estritamente funcionais. A escrita, de certa

forma, explícita concretamente a natureza semiótica da linguagem humana. Nessa perspectiva, a produção escrita das três crianças foi examinada e analisada com o objetivo de detectar os diversos níveis de aquisição da língua escrita, os diferentes graus de comprometimento de cada criança e, finalmente, os mecanismos básicos que caracterizam a evolução desse processo.

As crianças apresentaram um resultado bastante significativo, comprovando, no decorrer do processo de aprendizagem, que a aquisição da língua escrita intervém, de maneira determinante, sobre o desenvolvimento cognitivo.

CONCEPÇÕES DE CRIANÇAS SOBRE A LINGUAGEM QUE DEVE APARECER EM LIVROS.

Ana Célia Clementino Moura - UFC
Cm26152C249

O presente trabalho tem como objetivo verificar o emprego da linguagem elaborada em textos escritos por crianças da escola pública e da particular. Sabe-se que a linguagem escrita é bem mais estruturada do que a falada; o texto escrito é mais polido, tanto que soa formal quando lido. Assim, a linguagem escrita é vista como a linguagem na sua forma mais pura, como o melhor da linguagem.

Considerando que esta diferença poderia ser percebida pelas crianças em fase de aquisição, decidimos que, para desenvolver este trabalho, se fazia necessário contrapor estruturas que retratassem a linguagem coloquial e a linguagem elaborada em trechos narrativos e em discurso direto, já que o primeiro retrata a escrita e o segundo, a fala. Trabalhamos com trinta crianças, quinze da escola pública e quinze da particular e tentamos verificar a concepção delas a respeito da linguagem escrita nestes dois tipos de discurso.

Os resultados desta experiência nos permitiram afirmar que, embora as crianças da escola pública demonstrem mais cuidado com a linguagem escrita em alguns contextos particulares, todas, em geral, tanto as da escola pública como as da particular, mostram preferência pela linguagem elaborada, quer se trate de narração ou de discurso direto.

GRAMÁTICA: NÃO TENHO CLAREZA DESTA PALAVRA¹

Isaac Ferreira - UFSC
Cm26154C249

No ano de 1997 desenvolvemos um projeto em uma das escolas públicas de Florianópolis que tinha por objetivo refletir sobre a Proposta Curricular de Santa Catarina, principalmente quanto ao ensino de Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Discutimos, num primeiro momento, a teoria de cunho sócio-histórico norteadora da prática pedagógica interacionista defendida pela "Proposta", que busca em Vygotsky fundamentar a aprendizagem através da categoria "Mediação".

Posteriormente trabalhamos concepções de linguagem, de gramática e de ensino sob a perspectiva do dialogismo bakhtiniano na tentativa de apresentar aos 22 professores participantes uma abordagem pedagógica que fosse capaz de trabalhar o ensino da linguagem a partir de seu próprio uso, privilegiando o texto produzido pelo aluno como núcleo da aula de língua materna.

Durante a discussão, ficou claro que todos tinham na Gramática, e aqui entendida a normativa - prescritiva, o foco de atenção, elegendo esta com prioridade e tomando-a em substituição à própria língua.

Pedimos, então, que definissem Gramática e é a partir destas definições que refletiremos sobre as condições que tais profissionais demonstram ter para que como mediadores inseridos num processo interacional possam atuar efetivamente na Zona de Desenvolvimento Proximal, lugar onde se dá a mediação.

Segundo Vygotsky, a escola é o lugar de produção de um conhecimento mais elaborado, ou seja, sistematizado; é papel do professor, como sujeito mais experiente, oportunizar relações interacionais que possibilitem ao aluno aprofundar seus conhecimentos anteriores.

Portanto, o sucesso de todo o processo nesta perspectiva cabe, em grande parte, àquele que faz a mediação, ao professor, que deverá ter um arcabouço de conhecimento internalizado tal que o habilite a "ensinar" a língua não somente do ponto de vista lingüístico-discursivo, como metodológico.

¹ - O título deste resumo é, na verdade, uma dentre as definições de Gramática apresentadas pelos professores quando da realização do curso previsto no projeto mencionado.

FORMAS DE CONTROLE DO DISCURSO NA INTERAÇÃO DO FONOAUDIÓLOGO COMO CRIANÇA

Sônia Maria de Mello Araújo - USP
FA2619C249

A interação fonoaudiólogo-paciente caracteriza-se pela busca do aprimoramento, em algum nível, do padrão de comunicação verbal da criança, o que pode ser verificado através das apropriações enunciativas que o adulto realiza para reformular ou para promover a auto-reformulação da fala da criança. Corrigir, parafrasear, resumir, repetir, precisar, completar, são exemplos de atividades reformuladoras exercidas pelo terapeuta com vistas à estimulação de um melhor padrão de produção verbal do paciente.

O trabalho em questão propõe uma investigação das formas de organização discursivas reveladoras de *controle* do discurso que atuam com a finalidade de corrigir/aprimorar a produção oral da criança em sessão de terapia fonoaudiológica.

Para dar conta da proposta deste estudo, parto dos fundamentos teóricos da análise da conversação, através dos quais será feita a análise das reformulações dos enunciados da criança, como também dos pressupostos da sociolingüística interacional, que fornecerá os subsídios para a identificação das formas de controle do discurso da criança.

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de textos conversacionais produzidos a partir da interação de 3 fonoaudiólogos com crianças na faixa etária de 5;0 a 8;0 anos em sessão de terapia. Os profissionais foram instruídos a registrar uma situação de terapia que visasse a estimular qualquer aspecto da linguagem oral.

Na análise do *corpus* foram encontradas formas mais e menos diretas de controle do discurso. Em linhas gerais, as estratégias verificadas foram: interrupção da fala da criança; questões com uso de expressão de verificação (ela põe a pipa mais baX::inho é isso?); questões com *tag question* ("nu vai sê desclassificado, né?"); uso de expressões que demonstram a impossibilidade de compreensão do que foi enunciado ("ela foi o que?"; "nu entendi") e uso variado da entoação, que se mostrou um dos meios relevantes de controle.

IMPOSTAÇÃO DE FONEMAS EM PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA - UMA PRÁTICA ALTERNATIVA PARA ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REGULAR

Elaine Marta Lopes Medina - UEM
FA26192C249

É comum à pessoa que é privada de suas faculdades auditivas apresentar uma interferência em termos de processamento, recepção e interpretação de mensagens comprometendo o seu desempenho lingüístico. Mas, no tocante aos aspectos ortográficos e fonéticos, os surdos, com perdas auditivas de 90 a 100 dB (surdez profunda), podem

apresentar melhores habilidades de uso da escrita comparadas a crianças do Ensino Regular (doravante E. R.), com audição normal. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o desempenho lingüístico do surdo-mudo em Língua Portuguesa e discorrer sobre algumas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes dos deficientes auditivos enfocando a impositação de fonemas, especificamente das consoantes oclusivas [p, b, t, d] e das fricativas [f, v, s, z] como possível proposição pedagógica aos alunos em fase de alfabetização do E. R.

A pesquisa de campo desenvolveu-se com 7 alunos surdos-mudos que freqüentam o Centro de Atendimento Especializado ofertado por uma das escolas da Rede Pública Estadual do município de Arapongas - Pr., nos três períodos; e com 7 alunos da 1ª. Série do E.R. A aquisição do material resultou de 4 atividades diferentes: construção frasal, produção textual, ditado de palavras e de frases, analisando o domínio fonético, as dificuldades morfosintáticas, textuais e lexicais dos surdos. Em contrapartida, a análise do material dos alunos da 1ª. Série restringe-se em identificar os erros fonéticos.

A análise lingüística permite afirmar que a falta de domínio e limitação aos recursos gramaticais, principalmente com a estruturação morfosintática é, dentre todas as características, a que mais se destaca. As amostras refletem também pouca variabilidade de vocabulário, uso inadequado ou ausência das preposições, predomínio dos tempos verbais no presente e pretérito perfeito, predomínio das primeiras e terceiras pessoas e a omissão dos verbos de ligação. No que concerne à produção textual, prevalecem os enunciados curtos, telegráficos, sem elementos coesivos: não obedecem a uma seqüência narrativa, apenas apresentam um modelo típico da cartilha. Quanto aos aspectos ortográficos e fonéticos, os surdos-mudos apresentaram um melhor desempenho e domínio em quase todas as atividades que compõem esse *corpus*, comparadas às crianças da 1ª Série.

Essas observações vêm indicar que a impositação de fonemas, uma prática de exercícios rítmicos e corporais adotada para o D. A., pode servir como método alternativo para o ensino-aprendizagem de crianças em fase de alfabetização no E. R. para minimizar as incidências de desvios gráficos e facilitar a memorização e distinção dos grafemas.

PATOLOGIA DE LINGUAGEM: UMA NOSOLOGIA

Freire, R. M. P. de C., Cordeiro, D.T. & Barros, R.P. - PUCSP
FA26194C249

A patologia de linguagem tem sido tomada pela Fonoaudiologia tradicional quer como decorrência do funcionamento orgânico do indivíduo quer como representação de um funcionamento cognitivo perceptual. Este posicionamento, advindo das relações que se têm estabelecido com a Medicina e com a Psicologia, coloca a linguagem no campo da complementaridade. O efeito desta posição tem sido a impossibilidade de avançar na constituição de um campo teórico quando se opta por buscar, em terreno alheio, as respostas às questões que o fazer clínico coloca. Com o reconhecimento de que o compromisso de uma clínica de linguagem é com a fala do cliente, a Fonoaudiologia estabelece uma relação de interpelação com a Lingüística que lhe parece mais frutífera para a problematização de suas questões. O objetivo deste trabalho será o de apontar as razões teóricas que nos levaram a eleger o funcionamento da linguagem em seus processos metafóricos e metonímicos ou polissêmicos e parafrásticos como uma forma possível de descrever a linguagem patológica. Esta descrição, ao reconhecer uma certa regularidade no funcionamento patológico, permitirá o esboço de uma nosologia - classificação de estruturas

clínicas. A nosologia, por sua vez, deverá ultrapassar as estruturas clínicas para atingir, num segundo momento, a constituição de tipos clínicos - passo necessário e imprescindível para a atribuição de uma direção ao tratamento fonoaudiológico. Ao optar-se por uma nosologia assentada sobre esta abordagem metodológica, reconhece-se, paralelamente, que os efeitos da linguagem do clínico sobre a fala do cliente poderão alçar um outro estatuto - o de técnica terapêutica.

A ROUPA NOVA DO REI

Luiza Milano Surreaux & Lisiane de Rosa Barbosa - UFRGS
FA2620C249

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos do discurso da lingüística no campo discursivo fonoaudiológico. Há muito nos têm chamado atenção as questões relativas à formação do discurso do fonoaudiólogo, principalmente no que diz respeito a noções básicas dos conceitos de língua e linguagem.

Visto ser o fonoaudiólogo um profissional que trabalha no seu dia-a-dia com desenvolvimento e patologia de linguagem, acreditamos ser de significativa necessidade que esse profissional tenha conhecimento dos pressupostos teóricos que embasam suas concepções oriundas do campo dos estudos da linguagem.

Quais conceitos lingüísticos permeiam a formação (acadêmica ou não) do fonoaudiólogo? Qual a relação das concepções de língua e linguagem com o fazer clínico do fonoaudiólogo? Quais as conseqüências desses conceitos provenientes da lingüística na formação do discurso fonoaudiológico?

São questionamentos como estes que permeiam nossa trajetória de formação teórica e nossas reflexões clínicas. Nosso objetivo é discutirmos e aprofundarmos neste artigo, à luz dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, quais as relações entre o discurso imaginário de completude da língua e as diretrizes do trabalho do fonoaudiólogo que parecem insistentemente apontar para esse mesmo ideal.

Discutiremos a questão da ilusão da existência da *verdadeira forma do dizer* tão arraigada nas bases de importantes teorias lingüísticas e como a fonoaudiologia se apropria, sem se dar conta, desta mesma concepção. Pêcheux em *Semântica e Discurso* (1985) nos adverte: "A língua, meio de comunicação ou "instrumento", permite ao mesmo tempo a comunicação e a "não-comunicação", isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, e isto em razão de que não se trata "antes de tudo" de "comunicação" de um sentido."

No decorrer do artigo fazemos alusão à história infantil "A Roupinha do Rei", onde trabalhamos as noções de ideal de transparência da linguagem, de materialidade lingüística, de mal-entendido na linguagem, de incompletude da língua e suas relações com o discurso da fonoaudiologia. Para tal retomamos embasamentos teóricos de Pêcheux (1985), Courtine (1982), Orlandi (1995), Harroche (1992) e Milner (1987).

FALAR: A AVENTURA DE SUPORTAR A FALTA

Renata Mancopes - UFRGS
FA2620C249

Os termos que dão título a este trabalho não são ingênuos nem casuais; ao contrário, são o resultado de um percurso que os selecionou, para abrir uma problemática. A problemática da abordagem da Fonoaudiologia na clínica da linguagem com crianças com transtornos no desenvolvimento e/ou síndromicas. Comecei esse projeto de estudo partindo de um desejo: demonstrar que aquelas crianças que chegavam a mim com o rótulo de "não poderá" (falar, ler, escrever...) subvertiam esse *epitáfio*. Perguntava-me sobre a inclusão destas crianças na cultura e que tipo de laços estabeleciam em uma sociedade onde se define o homem como ser social, isto é, incluído nas relações de produção de uma sociedade. Perguntava-me também: o que de uma síndrome torna

deficientes os laços sociais? Tratando-se de seres de linguagem, não teria que interrogar a relação que, muitas vezes, o sujeito deficiente tem com sua palavra?

Efetivamente, a problemática referida pode ser abarcada a partir de diversas óticas e discursos. O "fenômeno" linguagem é lido não só pela Fonoaudiologia, mas também pela Lingüística, pela Psicanálise, pela Antropologia, pela Filosofia, pela Sociologia, entre outros. O lugar de onde se pensa a problemática determina não só o tipo de conceituação do fenômeno, mas também a posição que assume quem pretenda operar sobre ele. Desta forma, pretendo que a abordagem do presente estudo possa instalar um gesto de leitura acerca do que possa ser o "falar" para crianças com deficiência mental e como o discurso que os circunda autoriza ou não seu dizer, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso (AD). Quanto às crianças que nascem marcadas por uma síndrome, parece existir uma demanda que já vem cristalizada e o discurso que a circunda parece limitar, enfim, suas possibilidades desde o subjetivo, o social e muitas vezes o terapêutico. Qual é o efeito desta marca genética ou orgânica, que sela desde o começo toda a possibilidade de que este ser seja sujeito de seu discurso, qual é o peso desta marca significativa que o nomeia como Down, lesionado, ou qualquer patologia desta série. Os pais perguntam "como são estas crianças?"; e, popularmente, diz-se também "são carinhosas, muito afetuosas", como se a síndrome determinasse sua personalidade inteira. Esse é o discurso dos pais que se encontra nos livros, e que parece designá-los como "filhos de Down", e como se pertencessem a uma categoria terceira. Creio que a capacidade de encontrar um lugar no mundo não é uma capacidade medida por um Q.I., mas uma capacidade discursiva. Talvez o que torne deficiente a construção de laços sociais é a deficiente crença na palavra desse sujeito. Por isso a necessidade de discutir a linguagem para além dos limites de um "instrumento" de comunicação e envolvê-la num ponto de vista onde esta seja local privilegiado de reflexão onde sujeito e sentido se constituam através de laços atravessados pela ideologia.

A ADAPTAÇÃO DOS INVENTÁRIOS MACARTHUR DE DESENVOLVIMENTO COMUNICATIVO (CDI'S) PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO

Elizabeth Reis Teixeira - UFBA
FA26204C249

O estudo das semelhanças e das diferenças no processo aquisicional empreendido por falantes de línguas estruturalmente distintas tem fornecido evidência crucial sobre a existência e a natureza de princípios operacionais básicos de desenvolvimento lingüístico. A fim de investigar as semelhanças e diferenças através do cruzamento de dados de diversas línguas, amplas amostras - normativamente controladas - se fazem necessárias.

A validade e eficiência dos **Inventários MacArthur de Desenvolvimento Comunicativo** como uma medida de desenvolvimento lingüístico para o inglês americano (FENSON, DALE et. al. 1993) levaram vários grupos de pesquisa a desenvolver medidas semelhantes para outras línguas, a saber:

- Italiano (CASELLI E CASADIO 1993) e espanhol (JACKSON-MALDONADO et.al., no prelo) - com versões já normatizadas;
- Japoneses (OGURA et. al. 1993) e Língua de Sinais Americana (REILLY, PROVINE & BELLUGI 1993) - com adaptações desenvolvidas e dados preliminares coletados;
- Hebreu, chinês, alemão, suco, inglês britânico, holandeses, finlandês, flamengo, francês, islandês, coreano, russo e serbo-croata - com versões ainda em desenvolvimento.

Os Inventários consistem em duas formas básicas:

1. o **CDI/ Palavras e Gestos**, composto de 396 itens lexicais e dirigido à medição da compreensão lexical, produção lexical e uso de gestos por crianças de 8 a 16 meses;
2. o **CDI/ Palavras e Orações**, composto de 680 palavras (organizadas em 22 categorias semânticas) e 37 pares de orações, e dirigido à medição da produção lexical, complexidade oracional e extensão média do enunciado de crianças de 16 a 30 meses.

As normas permitem que a pontuação de uma dada criança seja convertida em *scores* percentuais que refletem a posição da criança em relação a outras da mesma idade e sexo.

Tendo já iniciado o trabalho preliminar de adaptação e recebido autorização formal do coordenador do projeto - Dr. Larry Fenson - para prosseguir com o trabalho de normatização, ora apresentamos a primeira versão, que deverá ser validada proximoamente de acordo com as recomendações da coordenação do projeto.

FONOAUDIOLOGIA, LINGÜÍSTICA E PSICANÁLISE: REFLEXÕES TEÓRICO- PRÁTICAS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DESTE ENCONTRO NA CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA.

Larissa Scabra Toschi-UFG/UFG
FA2621C249

O presente estudo vem mostrar a prática do encontro entre conhecimentos da fonoaudiologia, lingüística e psicanálise com pacientes da neuropsiquiatria da infância e adolescência do departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFG. O trabalho fonoaudiológico utiliza os prováveis significantes latentes para interpretar as produções das crianças, estabelecendo efeitos de sentido através do uso dos processos metafóricos e metonímicos, ressignificando o discurso. A partir da análise de fragmentos de discurso de pacientes, podem-se levantar considerações sobre *resultados* e questionamentos quanto à linguagem denominada *patológica*.

A fonoaudiologia tem se deparado com outras áreas de conhecimento que têm a linguagem como objeto de estudo, evidenciando a busca de novos paradigmas que questionem e subsidiem a prática clínica.

O início das práticas fonoaudiológicas, segundo Berberian, teve lugar na década de 20. Elas foram firmadas academicamente no início dos anos 60. Todavia, somente nos últimos 10 anos, com o avanço de pesquisas na área, tem-se buscado fundamentação teórico- filosófica para subsidiar tais práticas.

Ao direcionar este estudo a uma das faces da linguagem - a semântica - problematiza-se a definição desta, pois não há um consenso relativo ao conceito e essência do significado.

Na busca de uma origem do significado, coloca-se em questão o sujeito, uma vez que o mesmo se encontra presente em diversas teorias que tentam explicar tal origem, apesar das divergentes concepções que se fazem dele na filosofia clássica, nas teorias de linguagem e nas concepções de Freud e Saussure.

Ao refletir sobre a concepção de sujeito, de linguagem, significação e de "outro" (no caso, vale considerar esse outro enquanto um "outro- fonoaudiólogo") busca-se suporte para refletir e dirigir pressupostos teóricos para a clínica fonoaudiológica. Tal reflexão se dá a partir de uma análise crítica sobre as concepções behaviorista, inatista, cognitivista e sócio-construtivista a partir de embasamento teórico e questionamentos colocados por Maria Francisca Lier De Vitto e por Cláudia T. G. de Lemos.

A escola psicanalítica francesa retoma Saussure e Jakobson e ressignifica suas produções referentes à noção de significado, aproximando-as do enfoque interacionista

proposto por Cláudia T. G. de Lemos.

A psicanálise, utilizando a noção de língua em relação ao inconsciente, alega que o significante não tem essência; o "vazio" do significante que remete à possibilidade dos significantes se movimentarem e produzirem efeitos de sentido.

Ao retomar o algoritmo de Saussure, Lacan modifica-o possibilitando o estudo entre os significantes, que segundo Darmon, constitui a gênese do significado. Como este não está pronto, se constrói na relação entre significantes, constituintes da linguagem do Outro.

O estudo aborda também como a forma de atuação clínica, embasada em tais referenciais, dá suporte para uma *prática pensada em, na e pela linguagem*.

ANÁLISE DA RELAÇÃO CONHECIMENTO DE MUNDO E COMPREENSÃO LEITORA

José Marcelino Poersch & Clarice Beatriz Söhngen - PUCRS
PP278C249

A compreensão leitora consiste na construção do sentido como resultado de um processamento, de distribuição em paralelo, de conhecimentos provindos diretamente do material impresso (explícito), de conhecimentos indiretamente extraídos do texto via pressuposição e/ou inferenciação (implícito), e de outros conhecimentos pertencentes à situação de produção e de recepção do texto (metaplícito). Nessa abordagem, considera-se a leitura como um ato de comunicação que leva o leitor a construir intencionalmente em sua mente, a partir da percepção de símbolos impressos (*bottom-up*) e com a ajuda de dados não verbais (*top-down*) uma substância de conteúdo semelhante àquela que o escritor quis expressar por meio de uma mensagem verbal escrita. A leitura pode ser analisada sob três facetas distintas: primeiro, como uma atividade fisiológica (percepção visual e recodificação); segundo, como processo cognitivo (de decodificação e de solução de problemas) que pressupõe conhecimento prévio; terceiro, como um produto final (a compreensão global), produto que pode ser medido através do "procedimento *cloze*". Analisando os fundamentos do "procedimento *cloze*" (baseado na Psicologia da Gestalt e na Teoria da Informação) e a necessidade do conhecimento prévio para a construção do sentido, aventa-se a hipótese da existência de uma estreita relação entre essas duas variáveis. A pesquisa aqui relatada traz dados empíricos para avaliar a existência de um coeficiente de correlação, positivo e estatisticamente significativo, entre os escores de compreensão leitora e os níveis de conhecimento de mundo do assunto tratado. Esses dados permitem pleitear a utilização do "procedimento *cloze*" não só como instrumento de compreensão leitora mas também como instrumento indicador de conhecimento de mundo que um determinado leitor possui sobre o assunto tratado no texto.

A ANÁFORA SUJEITO EM PORTUGUÊS E O ACESSO SEMÂNTICO NO PARSING SINTÁTICO

Maria de Fátima Benício de Melo - UFRJ
PP278C249

Esta comunicação tem como objetivo apresentar um experimento psicolinguístico que focaliza a questão da correferência do sujeito pronominal em sentenças formadas por verbos de comunicação linguística (verbo *dizer* e seus vicários) com complementos oracionais introduzidos por *que* ou *se*, em contextos do tipo: "Marcos disse a Paulo que ele/Ø viajaria/viajasse". Este experimento terá como base a técnica da reativação (*Priming Memory*) para avaliar (ou seja, mensurar em milésimos de segundos) a compreensão da relação entre o sujeito pronominal anafórico (ele/ela/Ø) e seus antecedentes.

A proposta de uma classificação dos verbos de comunicação linguística em **auto-centrados** (ex: *afiançar, prometer, garantir*), **outro-centrados** (ex: *aconselhar, pedir, ordenar*) e **bi-**

centrados (ex: *dizer, comunicar, avisar*) foi adotada neste trabalho, visando a investigar os fatores (sintático, semântico e/ou pragmático) que podem entrar em jogo no momento do processamento *on-line* da sentença. Em suma, procuraremos verificar se o falante do português, ao ouvir frases construídas com a tipologia verbal mencionada, acessa, de forma rápida e eficiente, informações acerca do controle verbal, optando, assim, pelo antecedente sujeito ou pelo antecedente objeto, em função do verbo utilizado na oração matriz. Isto nos possibilitará comparar o efeito de reativação da categoria vazia em posição de sujeito na oração subordinada com o efeito de reativação do pronome lexical (ele/ela) na mesma posição de sujeito.

AS LIMITAÇÕES LINGÜÍSTICAS E O CURTO-CIRCUITO NO PROCESSAMENTO DE TEXTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Gláucia Maria Cabral Borges - UFC
PP278C249

Neste trabalho, fizemos uso de técnicas mentalísticas a fim de observarmos os estados mentais durante o processamento de textos em língua estrangeira. A partir de dados coletados em uma tarefa de auto-observação retrospectiva imediata, evidenciamos que os sujeitos sentiram mais dificuldade em elaborar os processos dependentes de fatores derivados do próprio texto - das formas linguísticas e dos elementos discursivos - do que os dependentes dos esquemas cognitivos do leitor. Podemos constatar que as limitações linguísticas dos sujeitos causaram falhas na efetuação de vários processos e que essas falhas comprometeram, inclusive, a compreensão de algumas partes do texto, ou, como sugere Clarke (1988), provocaram um curto-circuito em alguns pontos do processamento textual.

SENTENÇAS COM RELATIVAS: COMPREENSÃO DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Sozângela Schemim da Matta - UEPC/UEP
PP279C249

Este trabalho tem como objetivo analisar a competência linguística de crianças em idade escolar - entre 8 anos a 12 anos de idade - que vêm sendo comumente avaliadas como índices de problemas de aprendizagem.

Utilizando testes de compreensão de sentenças com orações relativas, com base nos trabalhos de Grodzinsky (1989), Sicuro Corrêa (1986), Gregolin Guindaste (1996), entre outros, busca-se aferir, a partir da investigação experimental, problemas na competência cognitivo-linguística das crianças. Por isso, as considerações teóricas acerca das estruturas com relativas amparam-se nos pressupostos da teoria gerativa para justificar o procedimento metodológico e determinar o enfoque desta pesquisa, que é a língua interna das crianças investigadas.

Os quinze sujeitos participantes dos testes são alunos de 2ª a 4ª. Séries do 1º grau de uma escola estadual de Curitiba, inserida em um projeto de extensão da UFPR, intitulado "Diagnóstico e acompanhamento de casos problemas de alfabetização". O grupo de controle utilizado na testagem também faz parte desta escola.

Os resultados dos testes, representados em tabelas, determinam primeiramente quais as estruturas com relativas que se apresentam como as mais difíceis aos sujeitos e quais fatores envolvidos influenciam nessas dificuldades, a saber, encadeamento, foco, animacidade e restritividade. Em segundo lugar, pelos resultados dos testes linguísticos estabelecem-se comparações com os testes psicológicos, realizados pelos psicólogos envolvidos no projeto, em função do grau de dificuldade sintática encontrada pelos sujeitos. Por fim, é feita a discussão sobre a validade do método experimental utilizado nas entrevistas.

ANÁFORA, COLOCAÇÕES E MARCADORES DISCURSIVOS EM DIÁLOGOS EM PORTUGUÊS

Marco A. E. da Rocha - UFSC
PP2792C249

O trabalho apresenta resultados de um estudo baseado em *corpus* sobre a interação entre relações anafóricas, marcadores do discurso e colocações. Os dados foram coletados no *Corpus* de Diálogos Clínicos do Rio de Janeiro. Todos os exemplos incluídos no trabalho foram extraídos deste *corpus*, utilizando uma anotação de *corpus* criada para a análise de relações anafóricas. A fim de codificar adequadamente fenômenos anafóricos típicos da língua falada, a codificação teve que ser ajustada de modo a acomodar a análise de casos nos quais a ligação anafórica interage com funções pragmáticas e restrições colocacionais, alterando o valor referencial da ocorrência. Este processo de adaptar a classificação às necessidades analíticas impostas pelos dados é descrito no trabalho.

Conforme compreendido tradicionalmente, o conceito de anáfora estava associado à referência pronominal, mas o espectro de fenômenos lingüísticos contidos no termo foi sendo gradualmente expandido. A natureza de uma referência pronominal pode ser alterada pelo contexto. Deste modo, o demonstrativo *isso*, quando ocorre como objeto direto de um verbo como *trazer*, tem muito provavelmente um referente específico. Contudo, o mesmo demonstrativo ocorre também em contextos - tais como a expressão *por isso ou por aquilo* - onde seu valor referencial ou grau de referencialidade é diferente e, possivelmente, nenhum. Isto sugere que um tratamento da questão da referencialidade com base no conhecimento de colocações pode se tornar uma abordagem promissora para explicar as variações no valor referencial de termos tipicamente anafóricos.

No português falado, o termo anafórico típico, conforme será demonstrado no trabalho por meio de dados estatísticos, é uma forma verbal com o sujeito *e/ou* o objeto omitidos. Isto aumenta a complexidade da análise da referencialidade e das funções pragmáticas dentro da abordagem baseada no conhecimento de colocações para o processamento de anáforas, sobretudo se for considerado que marcadores discursivos, tais como respostas a perguntas e perguntas elípticas de confirmação, também são realizados por formas verbais.

O trabalho apresenta diversos exemplos em que os conceitos de anáfora, colocação e marcador discursivo interagem, descrevendo o modo pelo qual estes conceitos foram combinados para criar uma classificação dos fenômenos anafóricos no português falado. As possibilidades de utilização da classificação em estudos multilíngües também são discutidas sucintamente, assim como as possíveis aplicações da anotação de *corpus* e da interação dos conceitos em contextos relacionados ao processamento de linguagens naturais em computadores, mais especificamente no que se refere a interfaces com capacidade de diálogo e à tradução automática.

INTERLÍNGUA: ATIVADORES DE SENTIDO NOS "FAUX-AMIS"

Ronaldo Lima - UFSC
PP2794C249

Rompendo com a problemática clássica das relações entre unidades lexicais e o sentido, propomos aqui uma nova abordagem para o estudo do léxico, mais especificamente para o estudo dos chamados "falsos-amigos". Para fazê-lo, empregaremos neste artigo alguns princípios da semântica diferencial atualmente utilizados em sistemas de processamento automático de línguas. A semântica diferencial é um modelo de representação utilizado como suporte teórico para a determinação dos traços semântico-conceituais atribuídos a unidades *e/ou* a seqüências lingüísticas. Algumas bases desta

teoria são adotadas nos processos de formalização de dados lingüísticos a serem implementados em sistemas de tratamento de línguas. O importante a ser observado, no âmbito deste trabalho, diz respeito ao fato de estes mecanismos se adaptarem bastante bem ao estudo do léxico nas aulas de línguas estrangeiras. Nosso objetivo é, por um lado, tentar provar que ocorrem operações de atualização no processo de elaboração da interlíngua. E, por outro lado, pôr em evidência e discutir alguns desses processos em função dos seus eventuais agentes determinantes. Tentaremos mostrar que os processos de atualização de componentes semântico-conceituais ocorrem, quase sempre, em função da ação de ativadores virtuais armazenados na memória lingüística do aprendiz e que os conduz a atualizar traços semânticos sobre elementos lingüísticos em todos os patamares, isto é, sobre elementos da língua-fonte, da interlíngua e da língua-alvo. Neste artigo, discutiremos, a partir de exemplos da língua-alvo, neste caso específico: o francês, alguns destes mecanismos. Colocaremos em evidência, sobretudo, os agentes responsáveis pela emergência destes ativadores. Nosso trabalho desenvolve-se numa perspectiva didática, no intuito de que os professores de língua estrangeira, mais particularmente os professores de francês, possam eventualmente utilizar estes conhecimentos nas suas aulas.

AVALIAÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NAS AFASIAS: REFLEXÕES DA LINGÜÍSTICA

Ana Paula Santana Borges - Unicamp
NE2714C249

A maioria dos testes utilizados em baterias-padrão para avaliar a linguagem escrita dos afásicos é constituída pelos sempre mesmos procedimentos metodológicos fechados, com poucas diferenças. O afásico é avaliado tal qual os alunos nos bancos escolares, por meio de tarefas fragmentadas como cópias, ditados, leitura em voz alta, palavras sem sentido, "fáceis" e "difíceis", letras isoladas etc. É por essa razão que há a preocupação com a maneira pela qual a linguagem escrita é avaliada: para que ela não privilegie apenas a atividade metalingüística sobre as outras. No entanto, é importante ressaltar que não se trata de privilegiar um modelo teórico em detrimento de outros, mas sim de tomar como referencial, para a avaliação, uma concepção de linguagem enquanto processo sócio-histórico, cuja origem pode ser rastreada através das práticas discursivas, recolocando a questão do "distúrbio" dentro de um referencial que considera os usos efetivos e comunicativos da língua, deslocando assim o lugar que a atividade metalingüística ocupa. Com isso, a avaliação da leitura e da escrita "contribui" para a formação conceitual que se tem da linguagem escrita na afasiologia.

A questão que se coloca quanto a esse assunto é: o que muda quando adotamos uma concepção enunciativo-discursiva na análise de uma distúrbio afásico? Segundo Morato (1996), adotar uma perspectiva enunciativo-discursiva implica um movimento que se define pelo estudo do uso efetivo da linguagem e pelo princípio de que há vários movimentos de sentido em torno de objetos simbólicos e situações humanas.

Acredito que, dentro dessa vertente, a Neurolingüística tenha condições de caracterizar o discurso escrito de uma maneira bem mais interessante. A linguagem escrita, vista dessa forma, colocaria a questão do sentido como primordial e, com este procedimento, a Neurolingüística afastar-se-ia das concepções modularistas e formalistas acerca da língua, que dão conta do problema apenas de modo parcial.

ESPECIFICIDADES SINTÁTICAS NA SÍNDROME DE DOWN

Reny Gregolin Guindaste- UFP
NE2714C249

O objetivo desse trabalho é apresentar peculiaridades lingüísticas encontradas em casos de síndrome de Down. Após análise de 160 casos de aquisição de escrita, numa clientela de escola especial, foram observadas características sintáticas na linguagem dos portadores daquela síndrome que permitiu diferenciá-los de outros quadros de linguagem patológica.

A análise lingüística de dados da oralidade, coletados em situações de entrevista e em testes lingüisticamente informados, permitiram estabelecer semelhanças entre casos de agramatismo e aquisição tardia de linguagem, em quatro casos de portadores de Síndrome de Down, entre 18 e 21 anos.

A investigação da competência para construção de estruturas interrogativas com "QU", de relativas e passivas, em tarefas de compreensão e repetição de estruturas, aponta direções para investigação teórica, permite estabelecer um certo grau de

PARAFASIA OU NEOLOGISMO?

Silvia Elaine Pereira - UNICAMP
NE27144C249

Ao nos reportarmos à descrição das parafasias em casos de afasia, observamos que a reflexão a respeito de seu funcionamento lingüístico, ou sobre sua natureza, é pouca (ou nenhuma). Seria esse fenômeno sempre de ordem semântica? Parece que a ocorrência de parafasia, descrita no nível da palavra, quase nunca se dá no nível sintático. Por serem analisadas somente dessa forma, observa-se que não se levam em conta elementos próprios da enunciação. Deste modo, não se consideram os *efeitos de sentido* produzidos pela palavra, descrita como parafasia, na enunciação. Como se decide se há ou não parafasia? Se essa resposta tiver como base somente o sistema lingüístico, como diferenciar a parafasia do neologismo? O que torna o estudo das parafasias mais interessante é o estabelecimento de contornos explicativos para o *como* e o *quando* de sua ocorrência. Por que toda troca de palavras feita por afásicos é instituída como parafasia e é decidida na língua e não no aparelho de linguagem (linguagem posta em funcionamento)?

Mais questões interessantes podem ser exploradas no momento em que tentamos definir uma relação entre neologismo e parafasia. Para isso, torna-se necessário verificar o que há na literatura afasiológica a respeito desse dois fenômenos. Se a parafasia não se confunde com o neologismo, pois não se trata do mesmo fenômeno, evidentemente, deve haver alguma relação entre eles. Observa-se na literatura (Brown, 1981) que o neologismo abrange tanto as não-palavras quanto as parafasias de diversas naturezas (Morato e Novaes Pinto, 1997a). Para a lingüística, o neologismo é um fenômeno de criação lexical que, conforme uma abordagem discursiva de linguagem, não pode ser reduzido às transformações parafásicas. O reconhecimento do caráter significativo do neologismo passa por contingências enunciativo-discursivas e não apenas comunicacionais. Quem e como se decide a forma como itens lexicais podem integrar o sistema lingüístico?

Esta comunicação trata-se de uma reflexão neurolingüística inicial a respeito de fenômenos de linguagem pouco estudados e discutidos em casos de afasias.

PROCEDIMENTOS METALINGÜÍSTICOS TRADICIONALMENTE ADOTADOS PARA A AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM

Rosana do Carmo Novaes Pinto - UNICAMP
NE2715C249

Desde os primeiros trabalhos de COUDRY (1988), temos apontado para os problemas da utilização de modelos lingüísticos inadequados para o estudo dos distúrbios patológicos, tanto nos procedimentos de avaliação, bem como para o acompanhamento terapêutico dos sujeitos afásicos.

Grande parte dos estudos que procuram descrever e explicar os diversos fenômenos afasiológicos baseiam-se nos resultados quantitativos obtidos pela aplicação de baterias de testes. Através da análise de alguns destes procedimentos - dentre os quais destaco um teste de Julgamento de Gramaticalidade e um subconjunto de testes da Bateria de Boston - procuro apontar para a inadequação teórica e metodológica dos mesmos.

Observamos que os pesquisadores que elaboram as baterias ou apenas se utilizam de tais testes reduzem os fenômenos lingüísticos, descartando da avaliação todos os recursos dos quais os sujeitos lançam mão na reconstrução de sua linguagem, tais como fragmentos, pausas, repetições, etc. Higieniza-se a sua linguagem, desconsiderando-se todo o processo. As respostas são normalmente contabilizadas em termos de "acertos" ou "erros", ou da atribuição de um certo número de "pontos", totalizados ao final, que classificam o sujeito em um ou outro quadro afásico, a partir da definição dos sintomas apontados estatisticamente pelos testes. Esta reflexão faz parte da pesquisa que venho realizando a respeito da relevância do estudo das categorias clínicas sob o ponto de vista discursivo, que envolve também a crítica aos procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados na neuropsicologia e na neurolingüística.

O LÉXICO NA LINGÜÍSTICA COMPUTACIONAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA AFASIA

Jorge Bidarra - IEL/UNICAMP - UNIOESTE &
Edson Françoço - IEL/UNICAMP
NE27152C249

Várias pesquisas têm procurado demonstrar que o sistema de acesso e recuperação das palavras no léxico mental é altamente estruturado. A questão que levantamos aqui é: *Como as palavras são capturadas durante o processo de composição das sentenças?* Estamos convencidos de que para responder a essa pergunta, precisaremos necessariamente discutir como as palavras estão na mente humana e quais informações estariam associadas a elas. No presente trabalho, procuraremos abordar a organização e a estruturação do léxico mental na perspectiva da semântica lexical. Nesse contexto, estamos confrontando dois problemas distintos por natureza mas que têm em comum, presumivelmente, o significado das palavras, a saber: o problema da Polissemia Lógica e o problema da Parafasia Semântica [COUDRY et al. 1988; GOODGLASS 1993]. O objetivo geral da pesquisa é, em última análise, propor um modelo computacional de estruturação de um léxico que seja capaz de dar conta da Parafasia Semântica, tomando por base o modelo de Léxico Gerativo proposto por James Pustejovsky (1991, 1995). Três fatores motivam a opção pelo modelo de Pustejovsky: (1) é uma teoria atual; (2) é computacional e (3) possui as características necessárias para a representação do significado. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, procuraremos responder às seguintes questões: 1. A Teoria do Léxico Gerativo dá conta da Parafasia Semântica?

2. É possível desenvolver um Modelo Computacional do Léxico Gerativo?
 3. É possível propor um Modelo Computacional do Léxico Gerativo que dê conta da Parafasia Semântica?

A idéia de que o léxico gerativo é capaz de dar conta do conhecimento semântico global que temos sobre as palavras, conforme o autor, faz dele um modelo adequado para solucionar o problema da representação lexical que envolve a Polissemia Lógica. Parece razoável supormos, pelo mesmo viés, que o modelo também seja capaz de simular o fenômeno da Parafasia Semântica, admitindo-se então que tal suposição seja verdadeira, talvez seja possível mostrar que a Polissemia Lógica possa constituir-se de fato como um Traço Definidor da Parafasia Semântica. Todavia, uma análise mais detalhada da nossa proposta força-nos a introduzir novos elementos de discussão que incluem, entre outras providências, a identificação de novos paradigmas, especialmente considerando pacientes de língua portuguesa.

BILINGÜISMO PRECOCE E IMPLICAÇÕES NEUROPSICOLÓGICAS

Elias José Mengarda - CE. Juscelino Kubistchek
 NE27154C249

Este artigo trata das implicações neuropsicológicas suscitadas pelo debate travado em torno dos possíveis aspectos negativos e/ou positivos que a prática do Bilingüismo Precoce pode provocar nas crianças. Constatam-se divergências entre psicolingüistas e neurolingüistas sobre os benefícios ou não em expor crianças em idade precoce para adquirir uma segunda língua. É sabido que, em muitas partes do mundo, existem comunidades bilíngües que utilizam mais de uma língua no seu cotidiano. Além disso, metade da população do mundo é funcionalmente bilíngüe, o que indica que muitas crianças crescem, adquirindo normalmente duas ou mais línguas de forma espontânea no ambiente doméstico e/ou escolar. Apresentamos, a partir da pesquisa em aquisição da linguagem com crianças de famílias que usam o italiano (*talian*) e o português em seu ambiente familiar, algumas conclusões à luz de autores clássicos como Lenneberg (1967) e Titone (1993), que defendem a existência no cérebro humano de uma inicial plasticidade neurocerebral e uma incompleta lateralização hemisférica da primeira infância, permitindo facilmente a aquisição de dois ou mais sistemas lingüísticos em contexto natural (na família, por exemplo) e/ou formal (na escola), sem qualquer prejuízo de cunho psicológico e/ou neurológico para a criança.

IMAGENS VISUAIS E AUDITIVAS NA ORALIDADE

Angela Paiva Dionisio - UFPE
 NE2716C249

A construção de sentido em interações face-a-face envolve a criação de imagens. As imagens são "representações mentais que começam como análogos conceptuais da experiência perceptual imediata oriunda dos órgãos sensoriais periféricos" (Palmer, 1996:47). As imagens, como aqui estão sendo concebidas, são captadas por todos os sentidos, visualizadas pelos os olhos da mente, estruturadas a partir de nossos conhecimentos lingüístico, enciclopédico e interacional e tão ricas e complexas quanto a nossa visão de mundo. No processamento de interações espontâneas face-a-face, atos lingüísticos e não lingüísticos estão em conexão, por isso a noção de imagens envolve não só imagens mentais, mas também imagens auditivas, visuais, olfativas.

Neste trabalho, são investigadas as imagens visuais e auditivas produzidas por falantes analfabetos, em interações face-a-face, que revelam a inter-relação entre atos lingüísticos, paralingüísticos e cinésicos. Inicialmente, serão apresentadas as estruturas em que estes atos co-ocorrem e, em seguida, as funções por eles desempenhadas. De

acordo com os exemplos analisados até o momento, as imagens construídas se realizam pelo processo de comparação com referentes do contexto situacional, pelo desenho no ar de algo e por sons onomatopaicos.

O TEXTO ESCRITO: LUGAR DE OBSERVAÇÃO DO FUNCIONAMENTO GRAMATICAL DA LÍNGUA

Ana Cristina de Aguiar - UNICAMP
 ALM268C247

Nesta comunicação serão apresentados alguns questionamentos sobre o tema da aquisição de língua escrita.

Num momento inicial de pesquisa, frente a dados de escrita coletados em um trabalho de oficina de leitura e produção de textos realizado com crianças no Hospital das Clínicas da Unicamp, interessei-me por investigar o chamado "erro escolar" e aquilo que vem se configurando como um movimento de "patologização" deste erro.

O tema da "patologização", contudo, vem cedendo cada vez mais espaço a outras reflexões, que dizem respeito a aspectos ligados à própria estrutura da língua escrita. Tais reflexões, por sua vez, tem sido deflagradas por indagações relativas à pontuação e à ordem dos componentes sintáticos. Aliás, acreditamos que, mais do que lugares de reflexão sobre a escrita exclusivamente, a pontuação e a ordem propiciam a própria investigação do *funcionamento gramatical* da língua. De acordo com Milner (1989 - *Introduction à une Science du Langage*), autor que vem norteando as discussões do trabalho ora exposto, "a separação das palavras na escrita resulta de uma atividade gramatical"; é esta atividade que pretendemos "rastrear" a partir da leitura de textos que, em princípio, seriam considerados "caóticos" do ponto de vista da Gramática Tradicional.

Além disso, temos o objetivo de retomar o conhecido dilema escrita x oralidade, pois, apesar de ser um assunto já amplamente discutido, é interessante revisá-lo, no intuito de rever algumas noções veiculadas sobre o tema na literatura. De forma simplificada e concisa, tentaremos refletir a partir das seguintes indagações:

1) a escrita seria transcrição da oralidade e então, como polemiza Claudia Lemos, quais seriam as conseqüências **estruturais** de se afirmar isso?;

2) se a escrita não é transcrição da oralidade, mas mantém com esta algum tipo de relação, que relação é esta? E, além disso, partindo-se do princípio de que a oralidade e a escrita de uma língua são, em última instância, a mesma língua, o que se pode compreender de seu funcionamento gramatical a partir de um estudo realizado no plano da escrita?

São questões cuja formulação ainda é bastante incipiente, no entanto, acreditamos apontarem para questionamentos produtivos no que diz respeito ao estudo da "língua como um todo", nos moldes do que propõe Milner, em *L'Amour de la Langue* (1986, p. 5, apud Pereira de Castro): "A **língua**, tal como configurada pelo discurso da ciência, deve ser **uma**, como um **todo**; uma **língua** deve oferecer sempre a mesma fisionomia, de tal sorte que se possa distingui-la do que **não é uma língua**."

A ORDEM VERBO-SUJEITO NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS COMO L1

Maria Jussara Abraçado de Almeida (UFF)
ALM2682C247

Em nosso trabalho, desenvolvemos análise da ordem verbo-sujeito no português sob a perspectiva de sua aquisição como primeira língua (L1). Adotamos como suporte teórico o funcionalismo linguístico (de orientação givoniana) e, sob tal orientação, buscamos motivações de natureza pragmático-discursiva para explicar o fenômeno da variação na ordem verbo-sujeito na fala de crianças aprendizes do português. Fundamentamos nossas hipóteses e conclusões em dados extraídos da fala de 15 crianças distribuídas em faixas etárias que abrangem de 1 ano e 6 meses a 6 anos de idade. Encontramos evidências favoráveis à nossa hipótese principal: de que crianças em estágio incipiente de aquisição tendem a relacionar o sujeito de construções pouco transitivas ao objeto de construções com alto grau de transitividade, o que pode ser um indicativo de que o português brasileiro está submetido a um processo de mudança em seu sistema de marcação de caso, que o estaria aproximando das línguas ergativas. Propomos a demonstrar que esta relação pode ser apreciada em processos de aquisição de L1 em diferentes línguas e explicada funcionalmente através da propriedade funcionalista da *transitividade* que, sob o viés cognitivista, está associada à correlação entre os níveis da realidade perceptual e da codificação linguística.

O PROCESSO DE REFLEXIVIDADE NA PRODUÇÃO DE TEXTO NARRATIVO: O TRABALHO COM PARES – CRIANÇA/CRIANÇA.

Maria da Conceição Lopes – UFRN
ALM2684C247

Este trabalho de cunho qualitativo tem por objetivo a identificação e a análise das narrativas do trabalho de refacção deixadas pelo sujeito na escrita, na busca de melhor compreender o modo pelo qual se vai constituindo como sujeito e autor do texto. Os eventos singulares de refacção textual encontrados no *corpus* constituído por textos produzidos por alunos de primeira série serão, pois, tomados como indícios de uma micro-história que, por seu intermédio, pode ser revelada: a da relação que se estabelece ao longo do processo de aquisição da escrita, entre as crianças e sua linguagem. Para tanto, pesquisamos narrativas escritas produzidas em co-autoria, por crianças de primeira série do primeiro grau menor, procurando caracterizar esse processo de aquisição discursivo. As produções textuais foram coletadas em sessões de interação narrativa, gravadas em áudio e em vídeo, durante um semestre letivo, numa escola de rede pública (Escola Municipal Gente Inocente) de Cubati-PB. A análise dos dados sugere que, na reflexão sobre a língua, a criança realiza diversos tipos de refacção textual, tanto a nível local quanto global, o que demonstra não só a sua capacidade de refletir sobre a língua como objeto de conhecimento, mas também níveis de apropriação desse objeto. Uma vez que a criança tem por hábito transformar ou levar para o texto escrito o que usa na linguagem oral, pudemos perceber nitidamente, através das rasuras deixadas nos textos escritos, a sua capacidade reflexiva, a sua capacidade de análise.

BUSCANDO OS LIMITES DO DADO NA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM

Núbia Rabelo Bakker Faria – UFAL
ALM269C247

Pretendo neste trabalho levantar questões acerca do problema enfrentado pela área de Aquisição de Linguagem (AL) no que diz respeito ao *tempo real* em que o infante se constitui falante. Contrapondo duas posturas teóricas distintas, quais sejam, as pesquisas de inspiração gerativista e aquelas que ocorrem a partir da teorização de Cláudia Lemos, pretendo refletir a respeito do que para a criança se apresenta como *dado* linguístico disponível, tomando como ponto específico o que a teoria gerativa chama de *item lexical* e o que Lemos entende por *unidade linguística*.

A área de AL, independentemente da linha teórica adotada, reconhece seu espaço de atuação na fala *não-estabilizada* ou *não-estruturada*, comprometendo a possibilidade de segmentação e classificação segundo as categorias linguísticas definidas a partir da língua constituída. Para a Linguística, a *fala* é descartada daquilo que a caracteriza (pausas, hesitações, dentre outras) justamente para que se chegue à *língua*. Categorias como *sentença* ou *item lexical*, por exemplo, são construtos teóricos que na verdade nunca se atualizam na fala. Assim sendo, o que pode ser isolado como sendo o *dado* que “chega” até a criança? Não estando na língua, o que da língua afeta a criança?

Aprendendo do *dado* sua característica de ser aquilo que na fala do *outro* se repete (e que por isso mesmo afeta, estruturando o sujeito), é preciso abrir na teorização em Aquisição de Linguagem um caminho que considere a possibilidade de esta repetição não ser da ordem de unidades positivas, perceptualmente isoladas. É preciso considerar, como faz Lemos, as *relações* que se estabelecem entre unidades que se definem como fruto mesmo destas relações e que nunca prescindem do movimento de significação do sujeito.

Em se tratando das línguas naturais, toda fala pressupõe uma interpretação. Como diz Chomsky, “Não há nenhuma divisão entre sentenças gramaticais e agramaticais: cada expressão que você produz tem alguma interpretação. Se um falante do inglês ouve uma sentença em português, ele vai tentar dar a ela uma interpretação, com certeza não a maneira que foi pretendida, mas ele não pode deixar de dar *alguma* interpretação” (Chomsky, 1997, p.199). Considerando em termos de *tempo real* uma mudança de fala, como incluir essa “tendência à interpretação”, característica de quem está na língua, na teorização sobre AL? Qual a relação entre essa “tendência” e a indagação anterior sobre o *dado*? Essas são algumas das questões que pretendo trazer para iniciar uma discussão.

ESCOLHAS CATEGORIZACIONAIS EM CRIANÇAS DE TRÊS A SETE ANOS

Ana Cristina Pelosi Silva de Macêdo – UFC
ALM2692C247

Pesquisas sobre comportamentos de categorização (Denney e Ziobrowski, 1972; Smiley e Brown, 1976; Lucariello e Nelson, 1985; Lycariello, Kyrtzsis e Nelson, 1992) têm tradicionalmente demonstrado que crianças na fase pré-escolar tendem a agrupar objetos predominantemente por relações de contextualidade (i.e. baseiam suas escolhas no contexto em que tais objetos ocorrem). Demonstrou-se que crianças mais velhas, expostas pela escola a critérios formais sobre atributos de similaridade semântica e/ou perceptual, compartilhados entre objetos, refletem, em seu comportamento categorizacional, preferência por tais critérios. O presente trabalho tem como objetivo verificar a validade de tais comportamentos em crianças pertencentes a creches e escolas da rede particular de ensino da cidade de Fortaleza. Dados colhidos através de entrevistas gravadas e de observação, na primeira etapa da pesquisa, serviram de base para a criação das

categorias utilizadas nos testes de categorização. O teste foi aplicado a um total de 44 crianças divididas em dois grupos etários, um de 3-4 anos (faixa pré-escolar), e o outro de 5-7 anos (idade escolar), sendo 22 pertencentes ao primeiro grupo e 22, ao segundo. A análise de variância ($F_{0} = 4,30$; $ns = 0,04$) demonstrou que o grupo de crianças em idade pré-escolar dá preferência às categorias contextuais (63,3% das escolhas, $m = 9,50$; $dp = 3,02$), enquanto as crianças maiores preferem as categorias que expressam similaridade (73,2% das escolhas, $m = 10,80$; $dp = 4,03$). Confirma-se assim a hipótese de que crianças bem jovens dão preferência à organização de categorias por relações de contextualidade compartilhada entre objetos.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O DIÁLOGO COMO UNIDADE DE ANÁLISE EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Glória Maria M. de Carvalho & Telma Avelar – UFPe
ALM2694C247

A relação dialógica vem sendo abordada por diversos grupos de investigadores, no campo da Aquisição da Linguagem, colocando-se em destaque seu estatuto de unidade empírica privilegiada no estudo da mudança na linguagem da criança, não se podendo desprezar as grandes diferenças implicadas em cada uma dessas abordagens. Entretanto, o recorte dessa unidade pode cair numa visão comportamentalista, ou melhor, corre-se, frequentemente, o risco de tratá-la em termos de uma atividade mútua de atribuição de significados, intenções, expectativas. Neste trabalho, propõe-se que a noção de "espelhamento" desenvolvida por Cláudia Lemos - bem como a característica de impasse que tal noção implica - coloca em questão essa visão comportamentalista, na medida em que as falas dos interlocutores são concebidas em termos de atualizações do funcionamento da língua (a partir de uma releitura de Jakobson). À luz dessa proposta e com base na análise do caráter "insólito" ou "estranho" que vem à tona, na fala da criança, em determinado momento de seu percurso linguístico, pretendeu-se colocar em discussão a naturalidade com que a relação dialógica tem sido tratada por estudiosos da área. Esse momento se caracteriza por um "espelhamento da língua", ou seja, por uma posição de dependência da criança em relação ao movimento da língua, em virtude do qual cadeias se aproximam e se cruzam em sua fala, dando lugar ao aparecimento de produções estranhas, conforme concebidas por Teresa Lemos. Tais produções, por sua vez, somente podem ser apreendidas através dos efeitos provocados num saber, isto é, numa padronização linguística, que o adulto/falante daquela língua representa. Nesse sentido, uma análise da relação entre a fala do adulto (mãe) e as produções verbais estranhas da criança tornou visível o fato de que o diálogo não é marcado por uma harmonia pré-estabelecida entre as falas sucessivas dos interlocutores. Os resultados dessas indagações ainda iniciais apontam, então, para a abordagem da relação dialógica em termos de um impasse - o qual, de algum modo, atualiza o denominado "Impasse da Língua", de acordo com a noção de Milner - que pode ser formulado nos seguintes termos: se de um lado as produções verbais estranhas da criança somente podem ser apreendidas por seus efeitos num saber linguístico do adulto, de outro lado, são as próprias produções estranhas que suspendem este saber.

FUNCIONAMENTO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVO EM NARRATIVAS ESCRITAS DE CRIANÇAS DE 7 A 10 ANOS

Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh – UNICAMP
OE2614C247

Neste trabalho exploraremos, em narrativas de crianças de 7 a 10 anos, aspectos tais como a configuração da relação de causa-efeito e a presença de elementos cristalizados e de construções inusitadas envolvendo, por exemplo, expressões temporais ou espaciais.

As hipóteses sobre a aquisição que adotamos estão fundadas em hipóteses sobre

o funcionamento da linguagem. Dessa forma, nos afastamos de possíveis explicações formuladas a partir do campo da complementaridade (Henry, 1992) ou seja, no social e/ou no psicológico.

A proposta teórica que adotaremos é o interacionismo tal como concebido por De Lemos (1992, 1997). Para ela, a interação desempenha um papel essencial no processo de categorização do léxico e de formação de estruturas. Porém, o outro é aí concebido como discurso ou instância de funcionamento da língua constituída. Dessa forma, o adulto interpreta os significantes da criança submetendo-os a processos metafóricos e metonímicos, cujo efeito reverte em uma ressignificação através das relações com outros significantes. O reconhecimento, pelo adulto, dos fragmentos incorporados pela criança é fundamental, pois isso possibilita que eles continuem presentes no diálogo. Os processos metafóricos e metonímicos, que se dão na relação língua e discurso/texto, ganham, pois, o estatuto de mecanismos responsáveis pelas mudanças na aquisição.

A noção de interação que está em jogo em De Lemos supõe, pois, o outro como lugar de funcionamento do simbólico, nada tendo a ver com o estatuto de mediador ou regulador a ele atribuído pelas teorias de interação de viés empírico.

Essa forma de conceber a aquisição da linguagem exige que dediquemos especial atenção a aspectos que nos permitam surpreender o funcionamento a que nos referimos acima. Por isso, a nossa análise incluirá aquilo que muitos consideram como erro ou desvio, ou que outros sequer chegam a considerar em seus estudos, por acreditarem tratar-se de ocorrências isoladas, estatisticamente não representativas. Nós, porém, acreditamos que pode haver imprevisibilidade, mas não acaso. Ou seja, se elegemos esse tipo de dado é porque, para nós, existe um funcionamento da linguagem - e do sujeito - por detrás dessas ocorrências. Nosso objetivo é justamente procurar dar visibilidade a ele. Estaremos, pois, lidando com a heterogeneidade e a contingência nas narrativas escritas da criança.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EVENTOS DE ESCRITA: AS ESTRATÉGIAS DE MONITORAÇÃO DO PROFESSOR

Maria do Socorro Oliveira – UFRN
OE26142C247

O propósito desta comunicação é descrever a forma como o professor monitora a construção da competência narrativa infantil do ponto de vista textual-interativo, analisando os comentários orais do professor que apoiam a formulação do texto escrito pelo aluno. Os dados que apoiam a análise linguística são provenientes de oito eventos de escrita, gravados em áudio e vídeo, construídos de forma colaborativa entre professores e alunos de 1ª série do ensino fundamental, numa escola de rede privada da cidade de Campina Grande - PB. Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma visão processual da linguagem (Vygotsky, 1978; Bruner, 1975; Cazdem, 1988) que ressalta o papel do professor na tarefa de fornecer andaimes (scaffold) para o aluno até que ele se torne independente comunicativamente. A análise revela que, na tentativa de explicar a informação e construir os mecanismos de coesão e coerência, próprios a um texto bem formado, a professora utiliza-se de recursos verbais que funcionam como estratégias compensatórias das "deficiências" evidenciadas na produção textual da criança.

ESTRATÉGIAS DE LEITURA NA FASE INICIAL DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA

Cláudia Martins Moreira UESC

OE26144C247

O nosso trabalho constitui-se numa dissertação de mestrado em andamento, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo como área de concentração a Linguística Aplicada. A mesma tem incentivo financeiro do PICDT-Capes e da instituição na qual lecionamos, a Universidade Estadual de Santa Cruz-Ba.

Embora nossa pesquisa esteja inserida na área da Psicolinguística, dentro de uma visão denominada por alguns teóricos (Braggio, 1992) como sociopsicolinguística, temos buscado contribuições também da Psicologia da Aprendizagem, da Psicologia Cognitiva e de algumas abordagens pedagógicas (Ferreiro, 1985), visto estarmos visando também contribuir para a melhoria da qualidade de ensino nas classes de alfabetização.

Dentro dessa perspectiva, o trabalho consiste numa investigação da influência do nível de aprendizagem da escrita em que a criança se encontra (quais sejam, pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético) e do conhecimento anterior que ela tem acerca do texto sobre o uso de estratégias de leitura na fase inicial de Aquisição da Escrita.

Os dados foram adquiridos com 32 crianças de classe média, entre 6.6 a 7.6 anos, em fase inicial de alfabetização, oriundas de escolas públicas e privadas da cidade de Itabuna, estado da Bahia. A amostra foi selecionada e emparelhada observando-se os seguintes critérios: sexo (m/f); sistema de ensino (publ./priv.); nível de inteligência (médio); experiência de letramento (nível médio). A amostra foi dividida em quatro grupos, compreendendo os quatro níveis de aprendizagem da escrita supracitados. Cada criança foi submetida a dois testes de leitura, o que totalizou 64 protocolos de leitura.

Com essa pesquisa pretendemos contribuir para preencher uma lacuna nos estudos em Aquisição da Escrita, qual seja a questão relativa à leitura nesta fase inicial, especialmente aos aspectos cognitivos e metacognitivos da aprendizagem da leitura.

DO ORAL AO ESCRITO: (DES)CONSTRUINDO A DÊIXIS

Arceloni N. Volpato - UFSC

OE2615C247

Por volta dos seis anos de idade, as crianças não apresentam um desenvolvimento cognitivo e lingüístico de forma a poder comunicar experiências sem a ajuda do ambiente extralingüístico circundante. Elas precisam apontar para indicar os objetos sobre os quais estão falando.

Nesta trabalho, focalizamos os elementos dêiticos na oralidade da criança e a desconstrução destes elementos nos seus contatos iniciais com o texto escrito, para tornar a engendrá-los, de forma a tornar o texto auto-referenciado.

Três sujeitos foram entrevistados dos seis aos nove anos, no período de 1994, quando iniciaram a pré-escola, até 1997. Estas entrevistas foram registradas no sistema VHS. Esta pesquisa longitudinal cobriu quatro anos de suas vidas, estudando seus textos orais e escritos. A entrevista recolheu dados em quatro situações: Inicialmente a criança conversava espontaneamente com a entrevistadora, seguida da resposta a pergunta: o que você fez no último final de semana? Narra, a seguir, uma estorinha, tendo como estímulo um livro ou uma estória previamente contada. A seguir, a criança conversava pelo telefone com alguém que havia sido previamente instruído pela pesquisadora. Esta situação foi escolhida porque é ideal para explicitar as dificuldades que a criança experiencia para relatar acontecimentos a um interlocutor ausente. A última parte, contempla a recolha de um texto escrito narrativo.

OS EFEITOS A LONGO PRAZO DOS MÉTODOS PAULO FREIRE

Nilcéa Lemos Pelandré - UFSC

OE26152C247

Realizamos uma pesquisa, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, com dez sujeitos, egressos da experiência de alfabetização de adultos conduzida por Paulo Freire, em 1963, em que se puderam verificar os efeitos do seu método, a longo prazo, comprovando-se a eficácia desse trabalho de alfabetização.

Nesta pesquisa utilizamos a metodologia do tipo *household survey*, enriquecida pela realização de entrevistas com todos os sujeitos e pela aplicação de duas baterias de testes de linguagem que objetivavam o diagnóstico dos níveis de proficiência em leitura e escrita dos egressos. A primeira delas, de autoria de Scliar-Cabral, sobre recepção e produção de linguagem, e a outra, elaborada especialmente para esta pesquisa, sobre os usos sociais da leitura e da escrita e as habilidades de raciocínio numérico.

Para a análise dos dados, serviram de apoio a teoria de Freire, principalmente os conhecimentos transmitidos por ele em entrevista pessoal; as concepções de diferentes autores sobre letramento, dentre eles Soares (1992), Kirsch e Jungeblut (1990); as teorias sobre aprendizagem e desenvolvimento da linguagem escrita e processamento da leitura e da escrita, destacando os estudos sobre as bases biopsicológicas e sócio-interacionistas da linguagem (Lenneberg (1967), Vygotsky (1989), Garton e Pratt (1989), a questão dos tetos e dos automatismos (Scliar-Cabral, 1989), o processamento da leitura (Stanovich (1980), Mitchell (1982), Goodman (1988), Morais (1996) e o processamento da escrita (Ajuriaguerra e Auzias (1975), Kato (1986), Scliar-Cabral (1998).

Os dados da pesquisa, após análise, permitiram identificar os níveis de proficiência em leitura e escrita, pelo desempenho demonstrado pelos sujeitos, nos diferentes momentos da investigação.

Os sujeitos demonstraram ter domínio do princípio fundamental do sistema alfabético da língua portuguesa, observando-se que, de maneira geral, conseguem desmembrar a cadeia da fala em seus constituintes palavras, sílabas e fonemas.

Embora não tenham continuado o processo de escolarização, essas pessoas mantêm conhecimentos em leitura e escrita que lhes são úteis, possibilitando algum acesso à cultura letrada.

A pesquisa evidenciou a grandiosidade da contribuição de Paulo Freire à educação e, em especial, a esses ex-analfabetos, ao propiciar a descoberta e consciência de suas possibilidades enquanto cidadãos e, principalmente, o despertar da auto-estima.

A HOMONÍMIA COMO ÍNDICE DO PROCESSO DE CRIAÇÃO

Eduardo Calil de Oliveira - UFAL

OE26154C247

O problema da homonímia na teoria lingüística e gramatical não tem sido tratado sem dificuldades. Com frequência ela é maltratada e mal tratada, chegando a ser considerada nas línguas, segundo as palavras de Camara Jr. (1978:139) "uma deficiência do princípio geral da distinção fonológica como base da distinção formal". Talvez a "deficiência" seja exatamente um lugar produtivo para se refletir sobre a imprevisibilidade constitutiva da língua e seu estatuto no processo de criação.

Este trabalho pretende discutir precisamente os movimentos existentes entre a criança e o texto que escreve, considerando o "processo de criação de histórias escritas" como objeto de estudo. Para analisar tal processo, o fenômeno da "homonímia" e sua emergência no texto da criança ganharão relevo. Também será discutido o modo como interferem nos caminhos que irá tomando a história que está sendo escrita, assim como a relação do sujeito com a linguagem (escrita).

Partindo de dados coletados em salas de aula, com crianças de 6 a 7 anos escrevendo, em dupla, uma "história inventada", alguns episódios serão analisados no sentido de tentar mostrar que as unidades linguísticas que são alçadas ao estatuto de homonímia somente podem ser reconhecidas a partir de relações de diferença e semelhança. Neste sentido, o reconhecimento implicaria, por um lado, em um deslocamento da posição de sujeito na língua, e, por outro, mas atrelado a este deslocamento, em um estranhamento que a não-coincidência entre as formas poderia produzir. Os efeitos da homonímia seriam reconhecidos se houvesse um deslocamento para uma 3ª posição de sujeito na língua (Lemos, 1997), justificando a tomada deste fenômeno como um lugar privilegiado para se discutir o movimento de autoria na tensão entre o estabilizado e o não-estabilizado.

PERSPECTIVAS DIACRÔNICAS DA PONTUAÇÃO E AS RELAÇÕES ENTRE FALA E ESCRITA AO LONGO DA HISTÓRIA DAS SOCIEDADES OCIDENTAIS

Simone Mattos Guimarães - UFF
ES2619C247

Muitas foram as inquietações intelectuais que nos levaram a elaborar um estudo descritivo sobre a diacronia do sistema de pontuação. Uma das principais motivações foi o fato de existirem poucas pesquisas dedicadas a investigar a natureza dos pontuantes, especialmente em seu âmbito histórico. É de nosso conhecimento, em nosso país, somente os trabalhos realizados por Rocha (1997), que dedicou um capítulo de sua tese de doutorado "Aquisição da Pontuação: Usos e Saberes de Crianças na Escrita de Narrativas" ao assunto; temos também as considerações de Houaiss (1983) no livro "Elementos de Bibliologia", e a excelente pesquisa de Maria Carlota Paixão Rosa (1994), que desenvolveu em sua tese de doutorado o tema "Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas".

Assim, também fomos beber em fontes estrangeiras para obtermos um embasamento científico mais consistente. Como teóricos básicos, fizemos uso de Tormier (1980), Rocha (1997), Stöng (1996), Desbourdes (1995), Olson (1997), Catach (1996), Morrison (1995), Feldman (1995), Ong (1995) e Torrance (1995).

Esta comunicação se propõe a uma revisão da história do sistema de pontuação no Ocidente, acompanhando o desenvolvimento da escrita. Por este tipo de abordagem, pretendemos compreender a origem das atuais dificuldades de adequação e utilização dos signos de pontuação, principalmente, no que se refere à correção dos demarcadores de pausa.

A partir das relações e contradições entre o oral e o escrito, conseguimos entender diacronicamente o porquê de o sistema de pontuação atual ser tão mal compreendido e utilizado, não só em nossa língua, como também em muitas outras. Assim, pretendemos evidenciar como foi este processo, desde a Grécia Antiga até o século XX, tentando compreender como a contraposição entre a compreensão lógico-gramatical e melódico-respiratória contribuíram, ou não, para a evolução e emprego produtivo dos sinais de pontuação ao longo da história ocidental.

EM BUSCA DE UM SENTIDO PARA O ATO DE ESCREVER: O ENSINO DO TEXTO DISSERTATIVO NO 3º GRAU

Helena Cristina Lübke - UFSC
ES2619C247

Em busca de um sentido para o ato de escrever: o ensino do texto dissertativo no 3º grau é o tema deste trabalho que entende a linguagem como forma de poder, uma vez que o ser humano sente a necessidade de defender as suas idéias, de forma clara e coerente,

a fim de convencer o seu interlocutor.

Um dos pontos nevrálgicos no estudo de nossa língua materna é o ensino da Redação, visto como castrador e traumatizante. Observando o pequeno número de alunos que sentem prazer em escrever, constatamos que são várias as causas que levam ao bloqueio da criatividade, muitas delas seqüelas do ensino gramatista, o qual tolhe a segurança do aluno na própria língua de berço, inibindo-o e confundindo-o.

Muitas têm sido as queixas de professores em todos os níveis de ensino, assim como de profissionais liberais e de outras pessoas, de que os alunos, das primeiras séries do 1º Grau à Universidade, redigem mal ou não sabem redigir, pena que pouco se discuta sobre pressupostos teóricos e metodologia de tal ensino.

Diante dessas constatações é que me senti estimulada a realizar este trabalho.

Na realidade, o baixo nível de desempenho lingüístico demonstrado por estudantes na utilização da língua, quer na modalidade oral, quer na modalidade escrita, ocupa lugar privilegiado na "crise do sistema educacional brasileiro".

Porém, numa sociedade, como a brasileira, que, por sua dinâmica econômica e política, divide e individualiza as pessoas, isola-as em grupos, distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos, a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também a expressão dessa mesma situação.

Verifica-se que a deficiência na linguagem escrita, na redação, mais especificamente, tem várias causas, mas percebe-se que, devido à sua complexidade, a solução para este problema tem sido adiada. De um lado, o entusiasmo do professor enfraquece, uma vez que não encontra, no ambiente familiar do aluno, reforço para o seu trabalho e, de outro, é difícil para o aluno perceber importância no uso corrente da linguagem, pois seu meio indica-lhe serem relevantes apenas as questões de subsistência.

Aliada a toda essa realidade, a Escola encara a Educação como um problema cultural, impondo modelos de ensino e conteúdos justamente produzidos para a conservação dessa situação injusta. É preciso reverter esse quadro, encarar a Educação como um problema social, tornando o aluno sujeito de sua própria história.

O objetivo básico desse trabalho é verificar o porquê de o aluno ver bloqueado seu desenvolvimento lingüístico na produção de textos.

PONTUAÇÃO E INTERAÇÃO

Ana Maria Nápoles Villela - CEFET-MG
ES2619C247

Até certo tempo, trabalhava-se com uma concepção de pontuação que delimitava o enunciado, tentando reproduzir a estrutura, o esquema da frase. Atualmente há uma tendência em utilizar a pontuação para delimitar o enunciado na sua instância de enunciação, uma vez que esses sinais gráficos podem ser considerados essencialmente enunciativos, pois são marcas características da utilização concreta da linguagem em sua forma escrita.

Com o objetivo de explicitar as funções de uma pontuação a serviço da língua, em seu funcionamento discursivo, adoto, neste trabalho, uma versão da Teoria da Enunciação. Procurei incorporar a essa teoria uma perspectiva modular da linguagem, o que possibilitou a delimitação do meu objeto de estudo no domínio das operações envolvidas na macroorganização de textos em português culto do Brasil.

Nesta comunicação, procuro apresentar evidências a favor de uma "teoria da pontuação" que elucide suas funções em uma visão enunciativa/discursiva. Pela simples razão de que *quem muito abraça, pouco aperta*, minha atenção estará voltada para o ponto-final.

POR QUE ENSINAR PONTUAÇÃO É TÃO DIFÍCIL?

Telma Ferraz Leal e Gilda L. Guimarães - UFPE
ES2620C247

O ensino da pontuação nas séries iniciais parece constituir-se, atualmente, como uma tarefa difícil, em que os educadores se apegam a explicações imprecisas e muitas vezes equivocadas presentes nos próprios livros didáticos. De posse dessas explicações, esses professores, conforme foi verificado em observações exploratórias, passam a realizar exercícios de pontuar sentenças isoladas e pequenos textos que não requerem análises mais aprofundadas da própria língua. A questão que se coloca é: quais os motivos que fazem com que tais professores ensinem a pontuação dessa forma, não explorando o poder que esse recurso pode ter na organização coesiva de um texto? Uma hipótese para explicar tal postura é que esses professores podem ter dificuldades em perceber a pontuação enquanto recurso linguístico para constituição da textualidade e/ou podem ter dificuldades com a própria tarefa de pontuar. Frente a tal preocupação, buscou-se investigar as possíveis dificuldades ou concepções sobre o pontuar que esses professores possam apresentar.

Este estudo faz parte de um Projeto de Pesquisa que investiga o processo de correção e produção de textos por professores das séries iniciais. A amostra foi composta por 160 professoras das Redes públicas e privadas de Recife e Teresina, sendo 10 professoras de cada série (alfabetização, 1ª, 2ª e 3ª séries). Esse trabalho constou da análise do uso da vírgula em textos dissertativos produzidos pelas professoras. Para efeito de análise, foram consideradas as restrições presentes em todas as gramáticas analisadas (gramáticas destinadas ao 2º grau), não considerando aquelas que estão presentes em algumas e ausentes em outras.

Das professoras analisadas, 53,7% tinham formação a nível de 2º grau (Magistério) e 46,3% tinham formação acima de 2º grau. O cruzamento entre o tamanho do texto e o nível de escolaridade mostrou que os maiores textos foram produzidos pelas professoras com nível maior que 2º grau. Essa análise inicial foi conduzida porque há uma tendência natural à existência de maior quantidade de sinais de pontuação e, conseqüentemente, de erros, em textos maiores. Embora a média de uso de vírgulas tenha sido maior para as professoras com nível de escolaridade maior, a diferença entre os dois grupos não foi estatisticamente significativa. A análise do total de acertos e do total de violações apontou também que não houve diferenças entre os dois grupos. Observou-se que o tamanho dos textos, de uma forma geral, foi reduzido, havendo ainda textos com preponderância de períodos simples, sem intercalações, o que diminui a necessidade do uso das vírgulas. Foram encontrados erros quanto ao uso inadequado de sinais de pontuação, principalmente separando termos que se ligam diretamente, fenômeno mais freqüente nos textos produzidos pelas professoras com menor nível de escolaridade, especialmente quando utilizavam orações subordinadas substantivas ($F=21,136; p=.000$). As professoras com maior grau de escolaridade apresentaram mais erros por ausência de pontuação em orações intercaladas (.46). Observou-se que as mesmas produziram textos mais elaborados mas não utilizaram vírgulas nestas situações.

Se as professoras produzem textos com estruturas simples, não explorando o poder da pontuação como um recurso linguístico na constituição da textualidade, favorecendo a organização coesiva do texto, parece que as mesmas não podem propor um ensino diferenciado.

FALAR, LER, ESCREVER: TRÊS MUNDOS?

Terezinha Kuhn Junkes - UFSC
ES2620C247

Um dos pressupostos desta pesquisa é observar o distanciamento e a aproximação das modalidades oral e escrita da língua em uma perspectiva interdisciplinar, visto buscar apoio na lingüística textual, na análise do discurso e também na psicolingüística, prevendo-se que língua oral e língua escrita fazem, em princípio, parte do mesmo sistema. No decorrer das colocações, restringe-se linguagem oral para leitura (o oral da leitura), com o intuito de junto a ela buscar aparato para a "prosódia" oculta da escrita, manifestada pelos sinais de pontuação muitas vezes considerados desvios no enfoque da gramática normativa.

Entende-se, para os propósitos deste trabalho, que em nome da responsabilidade pedagógica não se pode ignorar a complexidade dessas relações; que os componentes da fala, no processo de ensino da escrita, têm acentuado uma importância indiscutível no início da escolaridade; que é possível pensar um processamento "prosódico" da escrita; que a fala se inflete na escrita sob vários aspectos, e que também os sistemas de escrita se infletem na fala; que a leitura, sendo uma leitura da escrita, reflete, mas também refrata essa escrita; que se tem, enfim, dois sistemas constituídos, mas, dada a forma histórica de sua constituição, também podem ser encarados como duas modalidades de uma língua, com algumas correspondências e outras tantas divergências fundamentais.

Assim é que, se for permitido falar de uma "fonologia do texto escrito", ou de uma "prosódia da escrita", deve-se considerar também uma "pontuação da fala e da leitura". Nem isomorfia, nem limites absolutos.

No contexto pedagógico podem-se prever as conseqüências da desconsideração das relações e das especificidades concernentes à tríade fala/leitura/escrita. A dimensão discursiva da linguagem dá um outro rosto a noções historicamente muito antigas, sugerindo um trabalho estratégico, valorizando todas as dimensões da linguagem, cada uma vista como a outra face dela mesma.

UM ESTUDO DOS PROCESSOS IDENTIFICATÓRIOS NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DO PROFESSOR DE LÍNGUA MATERNA

Beatriz Maria Eckert Hoff - UFSM
ES2620C247

Este trabalho visa fazer uma análise, numa visão discursiva, dos efeitos de sentido dos discursos da prática do professor de Língua Materna, e a constituição de seus processos identificatórios, no interior de uma prática discursiva. Falar em efeitos de sentidos é aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos e compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos (Orlandi, 1997). O discurso do professor de Língua Materna está determinado histórica e socialmente, uma vez que sua identidade e formação são um processo de constituição, sendo que esta (a identidade) não é um lugar adquirido, não é uma propriedade, não é um produto, mas é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. E numa reflexão sobre identidade, numa perspectiva discursiva, é necessária a relação entre unidade (imaginária) e dispersão (real). Para tanto levanto questionamentos tais como: 1) No discurso do professor, há uma relação entre unidade e dispersão no movimento de sua identidade? 2) Pode-se dizer que os efeitos de sentido de seu dizer são atravessados pelo seu inconsciente? 3) Há um escamoteamento da heterogeneidade em seus discursos? Apresentar reflexões sobre essas questões é ao que se propõe esta comunicação.

A REVISÃO DE TEXTOS NUMA ABORDAGEM DISCURSIVA

Lúcia Locatelli Flóres - UFSC
ES2621C247

A Revisão de Textos, vista hoje pelo MEC como um dos possíveis componentes curriculares na formação generalista do graduando em Letras ou como formação adicional do graduado, precisa ser orientada para desdobramentos que excedam as prescrições da gramática normativa. Neste sentido, nosso trabalho propõe-se a mostrar e discutir problemas com os quais o revisor pode se deparar que provocam a quebra da equivalência semântica e dispõem o discurso à contra-argumentação, gerados pelo autor no uso impróprio do recurso da intertextualidade, mais especificamente os relacionados com a paráfrase e o argumento de autoridade, recorrentes em textos técnicos acadêmicos.

PROCESSO DE COMPREENSÃO DAS METÁFORAS EM TEXTOS INFORMATIVOS

Jacy Castro Malta - UFSC
LE278C247

O aluno, principalmente o da escola pública, constrói o seu conhecimento via linguagem escrita unicamente através de material didático selecionado pelo professor e este tem por hábito e formação trabalhar com textos não de menos importância, mas longe da realidade do seu aluno, como exemplo, os textos literários.

Os textos literários devem ocupar o seu espaço no ato pedagógico, pois através deles o leitor humaniza-se, sonha, fantasia sua existência, reflete sobre ações, vivencia situações inusitadas, mas para extrair informações de cunho técnico e científico, o aluno deve ser aproximado de textos informativos.

Esta modalidade textual é pouco utilizada pelo professor de língua portuguesa, talvez por não constar do livro didático ou por ser considerado de pouca motivação para o aluno-leitor. Esta atitude do educador acaba por privar os alunos de um veículo de informação que muitas vezes é o único para os educandos mais carentes.

É relevante desvendar o fato de que há textos informativos muito estimulantes para serem trabalhados com os alunos, pois em sua estrutura textual há conceitos veiculados através de metáforas que se relacionam entre si, formando um esquema bastante elucidativo à compreensão textual.

Cabe ao professor, sob um enfoque psicolinguístico da leitura, conduzir o aluno a uma compreensão significativa do texto, orientado por estruturas do conhecimento ou esquemas (schemata) do leitor e o conteúdo específico e estruturas linguísticas existentes no texto [Rumelhart (1980) apud Totis (1991)].

Contudo, ao mapear os elos metafóricos que colaboram para a significação do texto e observar os processos através dos quais os sentidos são construídos, indagamos se os itens lexicais mais literais obedeceriam os mesmos caminhos ou haveria divergência entre estes processos. Rumelhart (1984) assinala que o processo de compreensão dos itens lexicais metafóricos é um "continuum", mas há teorias de compreensão baseadas no modelo de fases ou estágios.

IDENTIFICAÇÃO DE IDÉIAS PRINCIPAIS DE TEXTOS ARGUMENTATIVOS POR BONS E MAUS LEITORES UNIVERSITÁRIOS

Washington Silva de Farias - UFPA
LE2782C247

Este trabalho examina a compreensão de textos argumentativos a partir da identificação de idéias principais. Dois grupos de estudantes universitários leram dois tipos de textos argumentativos e foram solicitados a produzir resumos de cada um desses tipos de textos. Os resumos obtidos foram analisados quanto à identificação das idéias principais de cada tipo de texto considerado, de modo a verificar diferenças de compreensão relacionadas à forma de organização global de cada texto (texto argumentativo dialógico - AD - vs. texto argumentativo expositivo - AE) e ao nível de habilidade leitora de cada grupo de sujeitos (bons leitores vs. maus leitores). Duas hipóteses foram testadas: a primeira de que tanto bons quanto maus leitores reproduziriam em seus resumos mais idéias principais do texto AE do que do texto AD, tendo em vista a maior familiaridade da estrutura daquele primeiro tipo de texto; a segunda hipótese foi de que os bons leitores, mais do que os maus leitores, reproduziram mais idéias principais tanto do texto AE quanto AD, tendo vista a maior habilidade leitora daquele primeiro grupo. Um teste-piloto determinou as idéias principais de cada texto argumentativo. O tipo de texto parece ter influenciado a identificação das idéias principais: bons e maus leitores tenderam a reproduzir em seus resumos um percentual maior de idéias principais do texto AE, demonstrando uma maior habilidade de ambos grupos na seleção das informações do texto de estrutura mais familiar. O nível de habilidade leitora dos sujeitos também influenciou os resultados: os bons leitores, mais do que os maus leitores, tenderam a reproduzir em seus resumos, quer para o texto AE quer para o texto AD, mais idéias principais. De forma geral, a comparação dos resultados encontrados sugere, entretanto, que o processamento de textos argumentativos não foi uma tarefa inteiramente bem sucedida entre os estudantes universitários alvo da pesquisa.

AULA DE LEITURA E APLICAÇÃO DOS MODELOS DE CODIFICADOR, PSICOLINGÜÍSTICO E INTERATIVO

Sílvia Ribeiro da Silva - UFPA
LE2784C247

Neste trabalho de lingüística aplicada ao ensino de língua materna será apresentado e discutido o resultado de uma pesquisa feita em uma escola pública do estado de Goiás. As aulas analisadas eram aulas de leitura. O foco principal da pesquisa era a detecção do modelo de leitura usado pelos professores.

A coleta dos dados para análise foi feita a partir da atividade etnográfica, pela perspectiva que oferece de investigar questões de difícil abordagem através de pesquisas experimentais, principalmente aquelas relacionadas com o comportamento humano no contexto social.

A reflexão feita procura mostrar que as concepções de leitura apresentadas pelos professores pesquisados são ainda distantes daquelas que levam em consideração a atividade de leitura como sendo uma das propiciadoras de interação.

Os professores costumam considerar seus alunos leitores a partir do momento em que estes são capazes de decodificar as palavras. Essa consideração ignora o fato de que existem grandes diferenças na qualidade daquilo que vem a ser uma decodificação e daquilo que vem a ser uma compreensão.

Os fundamentos teóricos de Ângela Kleiman (1995, 1996), Sylvia Terzi (1997) e Ezequiel Theodoro (1998) são os essenciais para a fundamentação teórica e funcionaram como suporte para a análise dos dados.

Com base na atividade que foi desenvolvida pelos professores pesquisados a partir do texto *Uma Vela para Dario*, de Dalton Trevisan, serão comentadas suas práticas e discutido o modelo de leitura adotado por cada um dos dois.

REPETIÇÃO: UM ESPAÇO DE INTERPRETAÇÃO

Marilei Resmini Grantham-FURG/UFRGS

LE279C247

O trabalho procura investigar, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa, a estreita ligação existente entre os temas da repetição e da interpretação, examinando as relações que se estabelecem quando textos são reescritos, ou seja, repetidos.

Isto significa que também a problemática da leitura está em pauta, sendo esta pensada como um processo de produção de sentidos no qual é fundamental a consideração de um sujeito-leitor, com suas especificidades e sua história.

Desta forma, o interesse central deste estudo é analisar, através de uma comparação, a relação entre um texto e suas reescrituras, isto é, entre um texto e os vários gestos de leitura e interpretação que a repetição possa ocasionar.

A CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO NA ORALIDADE E ESCRITA EM SALA DE AULA

Dalcylene Dutra Lazarini

UFJF

LE279C247

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a construção do discurso enunciativo argumentativo ligado ao domínio social da comunicação na faixa etária de 11 a 15 anos, cujos sujeitos estão cursando o 1º grau (5ª e 8ª séries) no Colégio de Aplicação da UFJF. Mais especificamente, pretende-se identificar os recursos fraseológicos, sintáticos e vocabulares utilizados na construção da argumentação de textos orais e escritos por esses sujeitos.

Os textos orais, coletados em vídeo e/ou áudio, e os textos escritos são produtos de várias atividades discursivas ocorridas em sala e os eventos de letramento de várias disciplinas (Português, História, Geografia, Ciências).

Para a análise, estamos considerando a noção de "gêneros primários e secundários" de Bakhtin (1953) e as capacidades de linguagem dominantes de Dolz e Schneuwly (1996), destacando a capacidade de argumentar na transmissão e construção de saberes diversos.

A análise da construção argumentativa desses textos (orais e escritos) aponta para um melhor entendimento do processo de construção da oralidade e da escrita na instituição escolar.

PRODUÇÃO E COMPREENSÃO DO DISCURSO EM SALA DE AULA CONTRIBUIÇÕES DA LÓGICA NATURAL

Luis Passeggi - UFRGN

LE279C247

INTRODUÇÃO. Em trabalhos anteriores, examinamos a comunicação linguística em sala de aula, identificando aspectos da heterogeneidade discursiva que a constitui, assim como a necessidade de uma formação do professor que o prepare para essa situação de interlocução (ver Passeggi, L. Os discursos da interação didática, 1998; Elaboração e atualização do discurso dos conteúdos, 1998; O discurso das representações sociais na sala de aula, 1998). No presente trabalho, propomos um aprofundamento da descrição da produção e compreensão do discurso em sala de aula, utilizando a perspectiva da "lógica natural", de J.-B. Grize (*Logique et langage*, 1990; *Logique naturelle et communications*, 1996), particularmente, sua análise do processo de comunicação e as noções de esquematização e de operações lógico-discursivas.

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS. Grize (1996) coloca cinco postulados para a análise da comunicação discursiva. Os dois primeiros, o do *dialogismo* (toda

comunicação é dialógica) e o da *situação de interlocução* (a comunicação se realiza em certo momento, em certo lugar e com certa finalidade; situação e atividade discursiva se influenciam reciprocamente) são hoje consensuais para muitos pesquisadores. Os outros, três postulados, menos freqüentemente teorizados no âmbito lingüístico, são: o postulado das *representações*, que remete à representação mental que têm os co-enunciadores A e B (de si mesmos, do outro e do tema); o postulado dos *pré-construídos culturais*, que remete aos conhecimentos prévios socioculturais dos co-enunciadores; o postulado da *construção dos objetos*, que remete às operações lógico-discursivas de construção dos objetos numa esquematização. A *esquemática*, representação discursiva construída e reconstruída na interlocução, é o elemento central da comunicação discursiva. Toda esquematização contém *imagens*, i.e. concretização dos conteúdos, visíveis no texto (Grize reserva o termo "imagens" para os objetos de discurso observáveis no texto, a serem distinguidos das "representações", que são mentais e pertencem aos co-enunciadores). As três espécies básicas de imagens são: as imagens do tema tratado $im(T)$, do locutor, $im(A)$, e do destinatário, $im(B)$; suas variações possibilitam, conforme as situações de interlocução, a multiplicidade de efeitos das esquematizações.

ANÁLISE E RESULTADOS. A análise dos dados empíricos (gravações de aulas do 1º grau maior, em diversas disciplinas, em escolas públicas de Natal - RN) à luz das categorias da lógica natural, embora preliminar, mostra um rendimento descritivo significativo: (a) no que se refere às marcas lingüísticas dos pré-construídos culturais; (b) confirma e enriquece a descrição da heterogeneidade discursiva da sala de aula, reinterpretando-a como diversidade de esquematizações e de imagens; (c) aspectos de estruturação sintático-semântica dos enunciados referentes aos conteúdos de ensino são mais satisfatoriamente analisados em termos de operações lógico-discursivas, possibilitando sua posterior correlação com as operações enunciativas, propriamente lingüísticas; (d) finalmente, a abordagem de lógica natural permite uma articulação direta com uma lingüística da enunciação - tal como proposta por A. Culioli (*Pour une linguistique de l'énonciation*, 1990; *La théorie d'A. Culioli*, 1992) - e com uma psicolingüística discursiva e pragmática, de tipo modular e cognitivista (ver J. Caron, *Les régulations du discours*, 1983; *Précis de psycholinguistique*, 1997; Coirier, Gaonac'h, Passerault, *Psycholinguistique textuelle*, 1996). [UFRN-PPPg; CNPq-PIBIC]

RELAÇÃO ENTRE O RESULTADO DO TESTE PSICOLÓGICO (WISC III) E A AQUISIÇÃO DA ESCRITA: ESTUDO DE CASO

Josilene Brodzinski-UFPR

LE271C247

O objetivo deste trabalho é verificar a relação entre os resultados dos testes psicológicos aplicados em crianças, especialmente o Wisc III, e o desenvolvimento dessas crianças no que se refere à aquisição da escrita.

O trabalho se constitui num acompanhamento longitudinal de crianças em fase de escolarização, apontadas pela escola como "alunos-problemas", que possuem dificuldades para se apropriar da leitura e escrita e que foram encaminhadas para diagnóstico psicológico da aprendizagem.

As práticas avaliativas psicológicas da aprendizagem são comumente aplicadas para estabelecer diagnósticos classificatórios em crianças na fase escolar e direcionados quase exclusivamente à avaliação do desenvolvimento, para delimitação de prováveis padrões de normalidade para o desenvolvimento infantil.

O ponto básico deste trabalho é o acompanhamento longitudinal de casos de escrita, sob uma visão sócio-histórica do homem e da linguagem, segundo a concepção de Vygotsky sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizagem. Nesta concepção, o

indivíduo é visto a partir das interações sociais e se (re)constrói a partir da interação com o Outro. Dessa forma, considera-se o indivíduo em constante transformação no processo de desenvolvimento.

Pretende-se estabelecer um paralelo entre as formas de avaliação psicológicas tradicionais e a possibilidade de aquisição da escrita. Assim, pode-se analisar a linguagem de crianças-problema, em situações de uso efetivo, considerando a relação que estabelecem com a linguagem do outro.

Os autores listados serão tomados como suporte teórico para o desenvolvimento do trabalho e análise lingüística dos textos e produções orais das crianças: VYGOTSKY (1988; 1987); SMOLKA (1991); GERALDI (1995); ABAURRE (1998); entre outros.

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO PARANÁ

Maria de Fátima Pereira de Sena – UEM
EP2714C247

A secretaria do Estado da Educação implantou, em 1995, um PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO PARANÁ, com o intuito de verificar a qualidade do ensino paranaense e com o argumento de oferecer subsídios para o aprimoramento do sistema educacional. Esse trabalho procurou analisar as provas de Língua Portuguesa apresentadas aos alunos durante o programa e estabelecer uma comparação entre o discurso da Secretaria, através do Currículo Estadual, e o empregado nas avaliações. A análise pode comprovar o quão contraditório é esse discurso.

RENOVAÇÃO DIDÁTICA PARA MORFOSSINTAXE COM BASE NA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Maria Helena Novaes Rodríguez – PUC-CAMPINAS
EP27142C247

"HOJE VOCÊ É UMA UVA. MAS CUIDADO: UVA PASSA" (Lage & Mage. In Revista Cláudia, junho/1996). Estudar 'morfofossintaxe da língua portuguesa' tornou-se interessante e envolvente. Esta é a opinião que temos podido colher amplamente de alunos da graduação do Curso de Letras da PUC-Campinas, a partir da introdução (desde 1996) de estratégia para enriquecimento e atualização do conteúdo da disciplina, apoiada em textos publicitários. De fato, a relevância do suporte morfofossintático na construção dos jogos de sentidos em material de propaganda (tal como se constata no texto acima) tem-nos permitido implementar bem sucedida estratégia didática no ensino de língua portuguesa no Curso Básico de Letras, especialmente quando se pretende atualizar o conteúdo programático institucional sem interferir formalmente ainda na reorganização curricular em andamento na Instituição.

O caráter sintético desse tipo de texto, em que se aliam recursos da linguagem não-verbal e a inserção moderna e bem humorada das mais diversas temáticas que constituem a interação social de nossos dias, tem sido fator altamente estimulante para o ensino e a aprendizagem de referencial teórico relativo à morfofossintaxe. Se é verdadeiro que a abordagem de base estruturalista para o estudo da estrutura mórfica das palavras (por exemplo) poderia determinar a manutenção de um indesejável enfoque fragmentado dos fatos lingüísticos, vemos que é verdadeiro também que há casos específicos em que se destaca a própria força dos entrelaçamentos morfofossintáticos para a construção dos sentidos pretendidos. Em certos textos, por exemplo, incluem-se, pelos próprios aspectos estruturais, tópicos de lingüística de texto, tais como coesão e intertextualidade – como se vê em duas matérias para divulgação de ferros de passar roupa: "Ultrapassado / ultra bem-passado" (ADO / Vaporella) versus "Ultrapasse com Black & Decker" (PIT/ Black & Decker).

Assim, já temos disponível, agora, um conjunto respeitável de análises de atracente material de propaganda, fruto de pesquisa orientada, tais como *"O maestro que caiu em si, foi lá e comprou sem dó"* (W/Brasil / Plano 100), *"O 'gomo' de mascar"* (Art 3 / Chiclé Adams), *"A natureza é sábia. Só faltava o palito"* (ALMAP-BBPO / Kibon) ou *"Mona Lisa só ficou com este sorriso porque DaVinci não tinha talento"* (Denison Publicidade / Geroto) todas selecionadas pela relevância do suporte morfofossintático na construção dos jogos de sentidos.

Recursos outros, entretanto, também têm se mostrado extremamente férteis para a renovação do ensino da morfofossintaxe nos cursos de Letras: textos poéticos selecionados, inclusive de autores de música popular brasileira, como poderemos demonstrar sinteticamente.

OS EFEITOS DO TRABALHO DO PROFESSOR DE LÍNGUA MATERNA SOBRE O DESEMPENHO LINGÜÍSTICO DOS ALUNOS NA 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Suselani Mattiassi - UNESP/Ar
EP27144C247

O ensino de língua portuguesa deve levar o aluno a ampliar o domínio dos recursos da língua para a produção, leitura e interpretação dos diferentes tipos de textos, com percepção dos mecanismos lingüísticos que engendram o sentido que lograram alcançar. Se a escola cumprir o seu papel em relação ao ensino de língua materna, ela conduzirá os aprendizes para o domínio dos meios de expressão lingüística que são fundamentais à sua atuação como cidadãos. A concretização desse objetivo será alcançada pelo desenvolvimento de uma prática pedagógica centrada no ensino predominantemente produtivo, ou seja, o trabalho do professor deve concentrar-se em atividades de uso da língua. Ao investigar a atuação do professor de português da oitava série do ensino fundamental, pretende-se verificar o modo como ele utiliza as atividades lingüísticas que são responsáveis pela ampliação do domínio dos recursos da língua e analisar os efeitos do ensino que se ministra sobre a competência textual dos alunos.

PARA UMA ABORDAGEM INTERACIONAL DE ENSINO/APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS LÍNGUA MATERNA

Myriam Crestian Cunha – UFPa
EP2715C247

No campo do ensino-aprendizagem do português, é notável, ultimamente, a grande diversificação dos referenciais teóricos que trazem uma contribuição para a compreensão das múltiplas dimensões deste campo. Conceitos e noções elaborados em diversas áreas das ciências da linguagem, assim como em outros campos de pesquisa, divulgam-se rapidamente. No entanto, as teorias ou os modelos aos quais remetem esses conceitos parecem ter um impacto extremamente reduzido nas práticas de ensino e pouco afetam as concepções subjacentes às práticas no que diz respeito à aprendizagem da língua em contexto escolar. O núcleo da orientação didática tradicional resiste àquilo que, para o não especialista, não passa de inovações tópicas e esparsas, difíceis de serem integradas a seus esquemas. A análise das práticas avaliativas permite constatar concretamente esta resistência (cf Cunha, 1998).

Entretanto, acreditar que é possível encontrar um modelo único, capaz de sintetizar uma visão inovadora, seria andar na contramão da história. Ademais, o campo articula problemáticas diversas demais para que um único modelo possa contemplá-las de modo satisfatório e fundamentar a renovação das práticas. Nessas condições, a elaboração de uma abordagem de ens/aprd da língua materna, embasada num conjunto de

princípios e de pressupostos teóricos interrelacionados, apresenta-se como o procedimento atualmente mais indicado para enfrentar a irredutível complexidade do objeto – ensino/ aprendizagem da língua materna – e oferecer uma coerência ao processo didático. Não se trata, todavia, de propor um quadro rígido formalizando soluções supostamente definitivas, e sim proporcionar condições para uma reflexão aberta, portanto evolutiva, e sobretudo integrativa. A abordagem que apresentamos é dita *interacional* pois articula contribuições de diferentes áreas do conhecimento que colocam a ênfase na interação: esta caracteriza tanto a atividade de linguagem, objeto de aprendizagem, quanto os processos de aquisição da linguagem e de construção do sujeito; ela ainda aparece como um eixo ao redor do qual podem se organizar as atividades de aprendizagem, de ensino e de avaliação formativa. Suas propostas integram, portanto, concepções que dizem respeito a atividade de linguagem e ao sujeito que aprende e (auto)regula sua aprendizagem. Elas não de oferecer aos professores condições para uma melhor orientação na multidão de informações que os estudos atuais fornecem.

DIÁLOGO E O ENSINO

Naiá Sadi Câmara Maretto - UNESP-Car
EP27152C247

Pretendemos apresentar algumas considerações em relação ao processo ensino-aprendizagem, partindo do pressuposto de que a língua é histórica e social e, nessa perspectiva, ela assume um caráter interacionista e dialógico.

Consideramos por relações dialógicas, na concepção bakhtiniana, como as relações de sentido, quer sejam entre os enunciados de um diálogo real e específico, quer sejam no âmbito mais amplo do discurso das idéias criadas por vários autores ao longo do tempo e em espaços distintos.

O dialogismo, então, refere-se a um princípio inerente à linguagem.

Nesse enfoque, os discursos realizados pelos falantes não surgem do nada, ao contrário, surgem da influência de vários outros discursos que já foram produzidos anteriormente na sociedade. A nossa visão de mundo, portanto, é constituída a partir do lugar social que ocupamos e é também o resultado do cruzamento de várias formações discursivas.

Admitindo-se, então, que em todos os textos aparece o "outro", seja ele o interlocutor ou outros discursos, pretendemos analisar alguns livros didáticos para identificarmos os interdiscursos que permeiam seus textos, uma vez que, para a maioria das crianças em nossas escolas, os textos dos livros didáticos são a única fonte de informação escrita a que elas têm acesso.

Investigando esses interdiscursos, acreditamos estar revelando as ideologias com as quais os alunos convivem nas escolas, bem como os discursos que serão interiorizados por eles e que, posteriormente, aparecerão em seus próprios discursos.

A FUNÇÃO DA MÚSICA NO ENSINO DE LÍNGUAS

Eliana R. Langer & Sueli Piferfeman - USP
EP27154C247

As sensações que as canções provocam aparentemente atingem as profundezas de nosso inconsciente. Estes cantos falam sobre a realidade que nos circunda, cultura ou religião. Cada um, porém, pode encontrar-se nestes e relacioná-los à sua vida. A canção cria um ambiente agradável e confortável; desperta nos alunos a participação voluntária e concreta na sala de aula. O uso da música para o ensino também se justifica pelo fato de o aluno poder ouvi-la e cantá-la em qualquer e todo momento ou lugar.

Neste artigo, apresentamos as vantagens do uso de canções em salas-de-aula, que constituem fonte variada e inesgotável de material, justificado pela necessidade que

temos delas pela concretude de sua existência à nossa volta e pela facilidade e condições, inerentes ao homem, de repetição e de memória. Ilustramos, ainda, como a música é largamente utilizada no cotidiano de nossas vidas. Discorreremos, então, sobre as dificuldades apontadas para seu uso como material didático. Finalmente, propomos algumas formas de como utilizar a música, no máximo de seu potencial, para o processo de ensino.

A VARIAÇÃO E O ENSINO: PROPOSTAS LINGÜÍSTICAS DE INTERVENÇÃO

Mary Francisca do Careno - UNESP/UFAL
EP2716C247

Das normas e subnormas existentes na comunidade lingüística, apenas uma sempre foi considerada de prestígio e eleita, por razões políticas e econômicas, como a modalidade padrão, imposta pela escola e cobrada em diferentes situações de fala, mesmo as que exigem ou não um alto grau de reflexão e de conhecimento de regras gramaticais. Esse tipo lingüístico considera a língua como um sistema bem determinado e uniforme, constituído por elementos que se entrelaçam e são interdependentes.

Estudos sobre a variação, entretanto, têm mostrado que o professor, diante do contexto escolar atual, deve mudar sua concepção de ensino, pois seu papel agora presta-se para registrar e descrever a língua, mas também inclui ir além dos níveis alcançados de realização da cultura e da linguagem. Não deve ser apenas um mero ensinador de conhecimentos, mas um agente social e não necessariamente um agente social de comunidade.

Baseado em Lemle (1978 e 1987), Geraldi (1986), Tarallo (1997), Poersch (1986) e Possenti (1996) entre outros, o presente trabalho objetiva refletir sobre a questão e apresentar algumas propostas de atenuação do caos em que se apresenta o ensino.

OS FIOS SIGNIFICATIVOS DA HISTÓRIA: LEITURA E INTERTEXTUALIDADE

Soraya M. Romano Pacifico - USP
DL268C237

O objetivo deste trabalho é analisar a produção e apreensão da significação através da leitura, não simplesmente a leitura escolar, mas a leitura numa acepção mais ampla, como compreensão do texto vinculada à bagagem que o leitor carrega, sua ideologia, seu contexto sócio-histórico. Consideramos que traços comuns são compreendidos por todos os leitores. Porém, o que questionamos não são os traços comuns, a leitura literal do texto, e sim a leitura trabalhada, que exige do leitor um posicionamento sócio-histórico-ideológico. Pretendemos mostrar que os estudos lingüísticos, particularmente a Análise do Discurso de "linha" francesa, podem fornecer aparatos teóricos e metodológicos para a leitura com o propósito de fomentar um percurso visando, a promover uma interação entre leitor e texto, ressaltando o papel do leitor no processo de leitura. Nosso *corpus* é formado por textos que circularam na mídia brasileira, no período de 1992 a 1995; estes textos referem-se ao Brasil e ao povo brasileiro e foram selecionados para análise pelo fato de abordarem temas de interesse de todo brasileiro e, portanto, interessantes para a leitura, que é nosso objeto de pesquisa. Os textos foram extraídos da Revista *Veja*, do jornal *A Folha de São Paulo*, do jornal *O Estado de São Paulo* e do jornal *Enfim*, de Ribeirão Preto, S.P. A análise dos dados mostrou que houve uma transformação do significado de Pátria para determinada camada da sociedade brasileira, transformação possível de ser constatada através da leitura intertextual, pois partimos do pressuposto de que a leitura traz a marca da intertextualidade. Dessa forma, para apreender o significado veiculado pela mídia, o leitor precisa recorrer à memória-do-dizer e ao conhecimento prévio, pois o sentido dos textos que circulam na mídia está ancorado em textos que ficaram registrados na memória do país, não se perderam com o tempo.

LETRAMENTO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

Berenice Maria Rocha Santoro - PUC/Camp
DL2682C237

Em pesquisa anterior, a preferência de alunos surdos de uma classe de educação infantil em utilizar a língua de sinais para se comunicarem pôde ser comprovada através de uma análise quantitativa das interações que aconteciam em sala de aula. Porém, dados não-quantitativos, sobretudo o início de produção da escrita de um dos alunos e o discurso de algumas famílias, chamaram nossa atenção, induzindo a um questionamento sobre a relação entre a pessoa surda e a produção escrita, mais precisamente sobre a apropriação feita pelos surdos do mundo letrado, das experiências com a leitura e escrita.

A partir destes questionamentos, as discussões sobre o conceito de letramento e alfabetização começaram a responder e incentivar nossas reflexões sobre a educação de surdos. Entretanto, o problema colocado não nos remetia somente ao trabalho da educação escolar, mas também ao contexto social em uma perspectiva de superação dos modos de conceber a surdez e a pessoa surda. Nossa preocupação investigativa voltou-se, então, para a educação destes alunos numa sociedade que, por um lado, transita pela palavra escrita, oralidade, imagens e sons e, por outro, transita pela gestualidade e pela língua de sinais.

Deste modo, buscou-se na Análise do Discurso francesa e nos trabalhos elaborados pela Psicologia Histórico-Cultural, em especial aqueles sobre a aquisição de linguagem, o referencial metodológico e teórico para o trato dos dados coletados, referenciais que, acreditamos, revelam e permitem conhecer o conteúdo histórico e social, e não somente a configuração formal e estrutural dos dados. Neste trabalho, trazemos para discussão nosso percurso inicial nesta trajetória com a análise de produções escritas de alunos surdos e com a análise do diário de campo/aula de uma professora de um aluno surdo. Neste primeiro olhar, pudemos levantar as seguintes considerações: a) as apropriações que os sujeitos surdos fazem de suas experiências interessam tanto pelas relações de comunicação e de aprendizagem trabalhadas na rotina pedagógica da escola, quanto pela presença marginal da língua de sinais no cotidiano da escola. O primeiro caso refere-se ao uso de sinais como apoio para a aprendizagem da língua oral e escrita; o segundo, à presença da língua de sinais não "autorizada" pelo discurso pedagógico oficial da escola; b) programas para o ensino da leitura e escrita, pesquisas referentes ao desempenho lingüístico, análises de tipos de atividades utilizadas pelos professores, entre outros trabalhos e pesquisas sobre os surdos, possuem um caráter prescritivo e comparativo; a preocupação de alguns destes trabalhos volta-se mais para uma mudança metodológica que conceitual e ideológica; c) acreditamos que o conceito de letramento contribui para essa mudança necessária na compreensão da surdez, do surdo e de sua educação. No fenômeno do letramento, separado do processo de escolarização, estamos buscando formas e classificações menos preconceituosas em relação ao surdo e sua língua - a compreensão dos surdos como uma minoria lingüística definida biológica, social e culturalmente e que, portanto, precisa ser respeitada na sua diferença.

COMO É ESTA CRIANÇA QUE AINDA NÃO NASCEU? INFLUÊNCIAS DA GRAVIDEZ DE RISCO NA REPRESENTAÇÃO IMAGINÁRIA DO BEBÊ POR MULHERES COM BAIXO GRAU DE LETRAMENTO

Leda Verdiani Tfouni & Glaucimara de Freitas e Silva - USP/RP
DL2684C237

A abordagem teórica do sociointeracionismo em aquisição de linguagem retrata que quando o bebê nasce, ele automaticamente ocupa um lugar dentro do discurso da mãe. A mãe irá intermediar as relações da criança com o mundo, e essa mediação é baseada em

uma interpretação que o adulto faz da criança como interlocutor, inicialmente virtual, para que depois esse bebê possa ascender como um interlocutor autônomo. Há um ponto de encontro entre o sociointeracionismo e a psicanálise de orientação lacaniana quanto à função do Outro e da linguagem. Isto reflete que, em ambas as teorias, a atividade interpretativa da mãe é de grande importância tanto na constituição do bebê em sujeito, quanto na construção da linguagem. Esta pesquisa tem como objetivos investigar a constituição do bebê como interlocutor virtual pela mãe, ainda antes do nascimento, e também o estudo das influências da gravidez de risco na representação imaginária do bebê pela mãe com baixo grau de letramento. O nosso estudo envolve 10 mulheres grávidas do período do sétimo ao oitavo mês de gestação da instituição Casas de Betânia de Ribeirão Preto-SP. Este grupo é composto por 5 gestantes com gravidez a termo e 5 com prognóstico de gravidez de risco (hipertensão arterial). Essas gestantes pertencem a classes populares de Ribeirão Preto e têm pouca escolaridade (nenhuma delas tem o primeiro grau completo), o que podem ser dados indiciários de um baixo grau de letramento. Através do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, realizamos uma análise interpretativa a fim de levantar as marcas do funcionamento discursivo que diferenciam os dois grupos de gestantes quanto à representação ilusória do bebê que está por nascer. Pretendemos apresentar uma análise preliminar da gestante V, que pertence ao grupo de gestação a termo. V tem 18 anos, está em sua segunda gestação, pudemos constatar que representa o bebê sendo parecido um pouco com ela e um pouco com o marido, tanto fisicamente quanto em aspectos da personalidade. Há uma interação muito forte entre ela e o bebê: ela conversa com ele e este atende seus pedidos, por exemplo, quando ela pede para que ele pare de chutá-la. Acredita que terá no bebê, que é uma menina, uma companheira, independente dos problemas que possam ter para os cuidados de uma filha, pois ela acredita que uma filha exige mais trabalho nos cuidados em comparação com filho (menino). Dizemos, neste sentido, que anteriormente ao nascimento, esta mãe já toma o bebê como um interlocutor, embora ainda não seja um interlocutor autônomo e, sim, um interlocutor virtual. A mãe fala da, para e com a criança.

ANÁLISE DA AUTORIA EM NARRATIVAS ORAIS DE FICÇÃO DE UMA MENINA DE RUA COM BAIXO GRAU DE LETRAMENTO

Leda Verdiani Tfouni & Alessandra Fernandes Carreira - USP/RP
DL269C237

O autor é tradicionalmente definido como aquele que cria o inédito e funciona como um princípio organizador do discurso, procurando garantir-lhe clareza, coerência e coesão através da articulação de um texto com começo, meio e fim (Foucault, 1970). Intrínseca a esta definição, encontra-se a idéia de que a escrita é o instrumento que permite a descentração e o controle dos sentidos necessários para a instalação da autoria (Ong, 1982). Por outro lado, o conceito de "letramento" estabelecido por Tfouni (1995) permite ampliar a visão de autoria por referir-se ao inevitável perpasso pela escrita de todas as práticas das sociedades letradas. A imersão nestas práticas permite que pessoas não-alfabetizadas possuam e façam uso de um conhecimento sobre a escrita que lhes possibilita organizar seu discurso oral como se ele fosse escrito. Com base na Análise do Discurso de "linha" francesa, amplia-se ainda mais a visão de autoria, ao considerar-se que todo discurso "novo" surge a partir do já-dito. Isso tudo permite entrever a possibilidade da instalação da autoria em discursos orais que repetem o já-dito e são produzidos por pessoas com baixo grau de letramento. Nesta perspectiva, este trabalho procura investigar a autoria em narrativas baseadas em histórias de ficção conhecidas e

produzidas oralmente por uma menina de rua de 13 anos de idade, com baixo grau de letramento, e que freqüentava uma instituição de Ribeirão Preto – SP, a qual atende crianças e adolescentes de rua em regime de semi-internato. A análise dos dados fundamentou-se na detecção de marcas lingüísticas, sobretudo do emprego de autonímias, anáforas e dêiticos, os quais indiciam uma tentativa de controle e/ou esclarecimento de sentido gerados por uma antecipação de possíveis dúvidas ou interpretações “equivocadas” do interlocutor (Authier-Revuz, 1990). Os resultados mostram que há a instalação da autoria em alguns momentos da narração desta menina, nos quais procura-se evitar a emergência de conteúdos indesejados e/ou interditos. Percebeu-se também que, nestas narrativas, a autoria possui, além das funções tradicionalmente apontadas, uma função de denegação, pois para tentar evitar o sentido é preciso, primeiramente, reconhecer a sua existência.

LIVRO DIDÁTICO, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: ALGUMAS REFLEXÕES

Leda Verdiani Tfouni & Filomena Elaine P. Assolini - USP
DL 269C237

O objetivo deste estudo é verificar os conceitos de alfabetização e letramento, tais como são apresentados nos manuais de orientação teórico-prática (livro do professor), que acompanham os livros didáticos de Português. As implicações e conseqüências pedagógicas decorrentes do tratamento que esses termos recebem, bem como o fato de se vincularem a eles os conceitos de língua oral, língua escrita e leitura, mostram que não se pode considerar neutro, inocente e livre de intenções o enfoque teórico adotado. A fim de atingir o objetivo proposto, mobilizaram-se os trabalhos de Tfouni sobre Letramento (1995), bem como alguns postulados teóricos e metodológicos da Psicolingüística de base Sociointeracionista e a Análise do Discurso de “linha” francesa, que propõe fazer confluir fatores lingüísticos, sócio-históricos e ideológicos. O corpus desta investigação é constituído por quatro manuais do mestre, que acompanham os quatro livros didáticos de português mais adotados pelos professores de segunda série do Ensino Fundamental, do município de Ribeirão Preto, no período de 1992 a 1996. Os livros do professor foram também alvo de análise porque os dados coletados revelaram que noventa e quatro por cento dos sujeitos entrevistados não apenas se fundamentam nas respostas fornecidas pelo autor do livro didático, como também se orientam e aplicam, em sua prática pedagógica cotidiana, os pressupostos teóricos e metodológicos apresentados nesses manuais. A análise de dados revelou basicamente que: a) – a alfabetização é concebida como um processo de aquisição de habilidades requeridas para a leitura e escrita; b) – o conceito de alfabetização é tomado como sinônimo de letramento; c) – ler é sinônimo de decodificar. Este resultados serão discutidos à luz do conceito de letramento enquanto processo sócio-histórico, que se insere em um “continuum”, de onde se pode afirmar que existem diferenças entre “letrado” e “alfabetizado”, bem como entre “iletrado” e “analfabeto”. Por outro lado, para a Análise do Discurso, “ler significa compreender que o sentido poderia ser outro” (Orlandi, 1988). Recolocando esta discussão nos pilares teóricos aqui citados, acreditamos estar fazendo também uma proposta de renovação de algumas práticas pedagógicas.

AS VOZES INSTITUCIONAIS

Elaine Pontes Miranda – UFJF
DL2694C237

Numa vertente sócio-histórica, pretende-se desenvolver questões relativas às influências dos discursos políticos, religiosos, familiares e escolares em textos narrativos produzidos por alunos do Curso Fundamental.

A concepção adotada para a pesquisa será baseada em Bakhtin, pois que o autor trabalha com polifonia enquanto interação.

Dessa forma, a investigação da emergência das vozes nos textos narrativos envolve questões ideológicas. Cada uma das instituições (política, religiosa, familiar e escolar) é capaz de influenciar os jovens estudantes, que transformam as idéias institucionais em próprias idéias. Em outras palavras, os adolescentes transformam as palavras alheias em palavras próprias alheias para, enfim, transformá-las em palavras próprias.

Importante, também, é entender a palavra como portadora de ideologia, cabendo aos jovens concordar ou discordar da ideologia que se lhes foi imposta.

Portanto, com base na teoria das diversas “vozes”, a de Bakhtin, formulam-se as seguintes questões de pesquisa para análise:

1-Por que são tão influentes as vozes institucionais nos textos narrativos produzidos por adolescentes?

2-Por que alguns adolescentes apenas repetem as idéias pré-estabelecidas pelas instituições, apesar de terem-nas transformado em próprias idéias?

3-O que leva alguns adolescentes, após dialogarem com as diversas “vozes”, trabalhar, ideologicamente, suas próprias idéias?

4-Que lugar a ideologia tem ocupado nas pesquisas no campo das ciências humanas e sociais?

5-Qual é a atitude crítica de adolescentes do Curso Fundamental frente às instituições?

A análise dos dados será efetivada sob a visão sócio-construtivista, em que a Unidade de análise é a interação entre os interlocutores e os objetos em construção. Poder-se-á observar o processo de monologização dos textos narrativos efetuados pelos jovens estudantes, ao escreverem suas idéias de modo aproximado ao das “vozes” institucionais, obviamente possível através da remontagem ideológica da dialogia constituída pela monologização.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM CONCEIÇÃO DE IBITIPOCA

Terezinha Cristina Campos de Resende – UFJF
DL261C237

O presente estudo tem como meta desvendar quais as condições objetivas que o contexto sócio-cultural está oferecendo aos alunos de “Conceição de Ibitipoca” (arraial próximo ao Parque Estadual de Ibitipoca - Sudeste de Minas Gerais), no que se refere à construção do letramento (resultado de práticas sócio-culturais em que se dá a constituição da linguagem em sua relação com o outro, quer na instituição escolar, quer em todas as instituições presentes em uma comunidade lingüística). Seguindo o enfoque sócio-histórico de Vygotsky e Bakhtin, a pesquisa faz um levantamento das práticas sociais de letramento e oralidade, a fim de se analisar até que ponto elas são consideradas ou ignoradas enquanto elemento constitutivo do/no processo pedagógico. Além disso, pretende-se investigar até que ponto a interação com os turistas na participação social fora da escola é refletida na construção do letramento escolar.

Sendo a aprendizagem um fenômeno social, que ocorre a partir da interação verbal, é importante considerar a evolução e transformação sócio-histórica do sujeito, excluindo o conceito de indivíduo abstrato e considerando o aluno a partir de suas condições concretas materiais de existência. A escola que realmente se interessa por introduzir seus sujeitos no mundo da escrita deve levar em conta o (pré)-letramento dos mesmos e usar como uma de suas estratégias o conhecimento anterior do aluno para a construção do novo. A educação só pode ser realmente compreendida numa restrita relação de dependência com a estrutura social mais ampla, pois o conhecimento é construído numa relação dialética entre sujeito e objeto, isto é, entre o sujeito e seu meio histórico sócio-cultural. Vygotsky dá ênfase à dimensão social na produção de conhecimento, e Bakhtin resgata o papel e a importância do diálogo nesse processo (entendendo diálogo como toda comunicação verbal, fruto de interações anteriores, ou seja, a compreensão ativa do

discurso de outrem).

Metodologicamente, numa **abordagem qualitativa**, onde o contexto é descrito de forma abrangente, para que a busca do entendimento do processo de letramento possibilite a compreensão da construção do conhecimento através da interação verbal e, ao mesmo tempo, a compreensão do fenômeno educacional enquanto sócio-cultural, a pesquisa está sendo conduzida pelo **modelo bibliográfico**, que serve de subsídio para o embasamento teórico que norteia as indagações; pela **observação participante**, com registro de notas de campo, gravação em áudio e vídeo; pela **análise documental**, através da utilização de trabalhos escolares dos alunos/sujeitos da pesquisa e da entrevista não-estruturada, especificamente com estudantes de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental da Escola Municipal Padre Carlos, bem como seus respectivos professores de Língua Portuguesa e familiares.

Com os achados desta pesquisa e suas implicações, a escola envolvida neste estudo será levada a refletir sobre sua prática, bem como será orientada para a sua transformação, portanto, a pesquisa pretende também ser **colaborativa**.

O ENSINO DA REDAÇÃO E OS (DES)USOS DA ESCRITA

Rosemeire Selma Monteiro - UFC
PT2614C237

Mesmo após passar onze anos nos bancos escolares, expostos a textos escritos e sendo orientados a escrever redações, os indivíduos demonstram, muitas vezes, incapacidade de produzir os textos exigidos em seu cotidiano.

Isto ocorre, muito provavelmente, porque as práticas da escrita na sala de aula nem sempre contribuem para o desenvolvimento da competência que possibilite o atendimento das necessidades de uma sociedade letrada, que privilegia o código escrito.

Neste trabalho, analiso, em uma perspectiva psicolinguística, algumas propostas de redação, de primeiro a segundo graus, e os usos sociais da escrita em adultos que estão fora da escola, há pelo menos dez anos.

Vale ressaltar que este trabalho é uma reaplicação adaptada da pesquisa de Gordon Wells e Morwema Griffiths (1983), publicada sob o título: *Who writes, what and why*.

Os resultados apontam para uma necessidade urgente de avaliação e adequação das propostas de produção textual, de modo a acompanhar as mudanças sócio-tecnológicas nas sociedades modernas.

TRAÇOS DISCURSIVOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE CRIANÇA NO DISCURSO DO LIVRO DIDÁTICO.

Angela Derlise Stübe - UFSM
PT26142C237

Partimos do pressuposto de que a constituição dos sujeitos se dá no processo interlocutivo, situada em relação aos discursos dos outros, criando lugares nas relações sociais. Dessa forma, objetivamos analisar o funcionamento discursivo de um livro didático (LD) da quarta série do ensino fundamental, no que tange a traços sobre a representação discursiva por ele veiculada. Essa opção justifica-se pelo papel importante que esse discurso tem na constituição de sujeitos.

Segundo Magda Soares (1996), muitos olhares podem e estão sendo lançados sobre o livro didático: um olhar pedagógico, que discute o uso; um olhar econômico, que fixa os parâmetros de produção, comercialização e distribuição; um olhar político, que direciona a seleção. Porém, esses olhares não são acadêmicos.

O olhar que nós buscamos lançar sobre o LD é acadêmico, em que, através de uma discussão das representações e relações que ele sustenta, buscamos subsídios para refletir sobre seus conteúdos. Consideramos que ele assume caráter de mediador na relação

escolar, em que uma de suas funções é dar concretude ao discurso pedagógico. Para viabilizar essa discussão, a nossa análise será embasada em estudos que levem em conta a natureza sócio-histórica da linguagem, o discursivo em sua materialidade (Orlandi, 1996, 1997; Coracini, 1996; Grigoleto, 1996; Foucault, 1996).

A ênfase metodológica recai na análise discursiva do objeto em questão, segundo recortes representativos da forma como a voz da criança está inserida neste contexto. Numa primeira análise, podemos adiantar que esta aparece nas mais variadas situações tais como: resolvida, calada, reprimida. É possível ainda apreendermos que representam-na num silenciamento, em favor de um comportamento socialmente aceito, ou seja, o LD sustenta uma ideologia mantenedora do *status quo*. (CAPES)

ENSINO DE LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO - UMA PROPOSTA INTEGRADA

Odilon Pinto de Mesquita Filho - UESC/MS
PT26144C237

São apresentados aqui resultados preliminares de uma pesquisa cujo objetivo é avaliar a eficácia de uma proposta integrada de ensino de leitura, interpretação e produção de texto. Para isso, a qualidade dos textos produzidos por alunos, trabalhados segundo tal proposta, é comparada com a qualidade dos textos de alunos, trabalhados segundo uma proposta "tradicional". A interpretação de um texto é assumida aqui como uma construção de sentido, feito pelo leitor, a partir dos seus conhecimentos prévios e com base nas pistas textuais, numa relação interlocutiva. Pressupõe-se que, para se produzir um texto, é preciso: a) ter o que dizer; b) ter uma razão para dizer o que se tem a dizer; c) ter a quem dizer o que se tem a dizer; d) constituir-se enquanto sujeito que diz o que diz, para quem diz; e) escolher as estratégias adequadas para realizar (a), (b), (c), (d) (GERALDI). A proposta de ensino integrado de leitura, interpretação e produção de texto consiste em 1. Ativação de conhecimento prévios dos alunos, que objetiva trazer à "consciousness" os conhecimentos com base nos quais o professor deseja que eles façam a interpretação do texto a ser lido e a produção de texto a ser feita. FULGÊNCIO e LIBERATO definem "consciousness" como um estágio da memória humana intermediário entre as chamadas Memória de Longo Termo (MLT) e Memória de Curto Termo (MCT). O professor pode ativar os conhecimentos prévios dos alunos, fazendo com que estes fale sobre suas experiências relacionadas com o conhecimento desejado. 2. Objetivo de leitura: a produção de um texto, especificando-se o seu destinatário, sua finalidade e gênero. 3. Leitura silenciosa, "É preciso permitir a leitura silenciosa, sob pena de inibir o desenvolvimento de estratégias adequadas de processamento do texto escrito". (KLEIMAN). 4. Discussão do texto lido em grupos, pois isso possibilita uma ampliação da interpretação individual. 5. Produção individual; 6. Leitura para reescrita do texto. A outra proposta de ensino, aqui chamada de "tradicional", em relação à qual é avaliada a proposta anterior, consiste em: 1. Leitura do texto em voz alta pelo professor; 2. Leitura do texto em voz alta por alguns alunos; 3. Professor pede aos alunos que escrevam sobre o que entenderam do texto lido. As duas foram aplicadas em turmas diferentes de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries do Ensino Fundamental, em escolas públicas. A qualidade dos textos produzidos pelos alunos foi analisada quanto aos seguintes aspectos: coerência, coesão, compreensão do texto lido, criatividade e constituição do sujeito. As duas propostas foram aplicadas em oito turmas e o resultado obtido é o seguinte:

Aspecto	Proposta Tradicional	
Proposta Integrada		
Coerência	70,8%	94,5%
Coesão	60,4%	94,4%
Compreensão	56,9%	83,7%
Criatividade	56,4%	74,3%
Sujeito	57,8%	90,1%

Os resultados até agora encontrados mostram uma qualidade superior nos textos produzidos por alunos, quando trabalhados na Proposta Integrada.

A REPETIÇÃO ESTRUTURANDO O CONTEÚDO TEMÁTICO DA PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DE 1º. GRAU EM DIFERENTES TIPOS DE DISCURSOS

Maria das Graças Soares Rodrigues - UFRN
PT2615C237

Este trabalho tem por objetivo descrever, através de textos escritos produzidos por alunos de 1º. Grau, a repetição como um fenômeno organizador do conteúdo temático. Estabelecemos como objetivo geral identificar, em textos escritos, a ocorrência de repetição lexical e sintática. Definimos como objetivos específicos: (a) verificar se a repetição constitui o fio condutor do conteúdo temático; (b) relacionar a presença da repetição com o tipo de discurso; (c) comparar textos de diferentes séries do 1º Grau, visando a descrever frequência da repetição; (d) cotejar os textos de escolas públicas e privadas para verificar a frequência da repetição. A análise, a ser descrita, foi realizada a partir de textos coletados em: (a) escola pública de Currais Novos/RN e (b) escola particular de Natal/RN. Os textos foram coletados a partir das atividades desenvolvidas na rotina das escolas e cedidas pelas professoras para realização deste trabalho. Esses textos foram sorteados, seguindo-se os princípios de amostragem aleatória. Constatamos que os textos analisados contêm ocorrências de repetição lexical e sintática. Em suma, a comparação entre os textos apontou que o fenômeno da repetição lexical e sintática estrutura o conteúdo temático dos textos escritos produzidos por alunos de 1º. Grau, quer de escolas públicas, quer de escolas particulares.

UMA ANÁLISE DE REDAÇÕES E EDITORIAIS

Jandira Aquino Pilar- UFSM
PT26152C237

Tem-se intensificado, nos últimos anos, a preocupação com a redação, tanto por parte dos professores, quanto por parte dos alunos, especialmente aqueles alunos envolvidos com o concurso vestibular. Isso porque a redação vem-se constituindo em elemento classificatório e, algumas vezes, decisivo nesses concursos. A partir de um trabalho realizado em sala de aula, com alunos do terceiro ano do 2º grau, foi possível observar que suas dificuldades iniciam-se na leitura da tarefa proposta, chegando à estruturação dos argumentos no texto. Argumento é entendido aqui como a capacidade de organizar informações e estabelecer relações de transição entre a informação dada e a nova, com objetivo central de persuadir a audiência-alvo. Tendo em vista os problemas detectados nas redações dos alunos, no que se referem à argumentação, sentiu-se a necessidade de explicitar teoricamente o estatuto do argumento no texto escrito. Para isso, optou-se por analisar redações produzidas por alunos vestibulandos no momento do concurso vestibular 1998, na UFSM, que obtiveram nota dez, e editoriais veiculados pela Folha de São Paulo. Com as redações, tem-se a intenção de explicitar o conceito de texto desejável para a equipe de correção do concurso vestibular, tida aqui como autoridade competente para avaliar o aluno recém-saído da escola de segundo grau e aspirante a

membro da Universidade, que se constitui no público-alvo de nosso trabalho. Quanto aos editoriais, a escolha deve-se ao fato de que, assim como os textos solicitados aos alunos, eles são textos opinativos. Também levou-se em conta o fato de que, nos editoriais, assim como nos textos produzidos por vestibulandos, devem-se evitar comentários que apenas registram pasmo, admiração ou indignação. Esses sentimentos devem estar apoiados em fatos e acompanhados de argumentos lógicos que conduzam a uma conclusão concreta (ver Garcia, 1997:47). Com a escolha do corpus, o presente trabalho tentará: a) discutir conceitos de argumentação, de acordo com Toulmin (1958) e outros estudiosos da área do discurso; b) verificar até que ponto o modelo de Toulmin se mantém enquanto representação de argumento nos textos analisados; c) discutir os conceitos de coesão e de coerência segundo Halliday e Hasan (1985); d) estudar alguns dos tipos de metadiscursos propostos por Vande Kopple (1985).

ESTEREOTIPIAS NA PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVOS

Dirceu Cleber Conde - UFSC
PT26154C237

Os clichês ou estereótipos lingüísticos constituem um problema para uma boa produção textual que pretenda alcançar originalidade e argumentatividade, demonstrando que o escrevente tem um bom desempenho.

A partir de uma coletânea de textos dissertativos colhidos entre alunos de curso pré-vestibular, constata-se que a incidência de locuções adverbiais do tipo *hoje em dia, atualmente e no Brasil*, indicando a atualidade e o espaço sociais brasileiros, é muito grande, cerca de 90% no início do primeiro parágrafo. A primeira impressão que causa essa recorrência é a de que os alunos se utilizam de uma fórmula para iniciar. Por isso, muitas vezes o professor faz vistas grossas. Não se pode deixar de tentar compreender o mecanismo de produção dos clichês no nível discursivo, como afirma BAKHTIN (1979 : 81) "A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico vivencial". Isso me leva a crer que existe algo a mais que uma simples "muleta textual".

Para compreender melhor a problemática da produção textual dentro desse contexto, recorri à idéia de *imagem* (ORLANDI, 1984), inserindo a noção de "ethos" ("voz", sentido discursivo) de MAINGUENEAU (1989). Essa voz seriam as imagens assumidas pelo autor diante do assunto, da situação, de si mesmo e do interlocutor, já sabendo de antemão que a eficácia de seu discurso está na modalidade de imagem que adotará. Posso dizer que ao adotar o ponto de vista de que as coisas ruins só acontecem *no Brasil, de hoje*, constrói-se um "ethos" cuja franqueza denota a objetividade esperada, capaz de impressionar, convencer aquele que lê, porque demonstra "engajamento".

É claro que a(s) imagem(ns) é(são) uma cristalização do que acontece na questão da ilusão de sujeito, que PÉCHEUX (1996) exemplificou com muita propriedade, lembrando a personagem Barão de Münchhausen (das histórias infantis de aventura do início do século). Esta personagem conseguiu suspender-se puxando os próprios cabelos, e é esta a ilusão que se tem quando o alguém se refere a si mesmo enquanto manancial do seu discurso, construindo a ilusão necessária de sujeito.

Por isso a minha preocupação em compreender o processo de construção do clichê para poder finalmente desconstruí-lo em práticas pedagógicas de ensino de produção textual que forneçam aos alunos um pouco mais de originalidade em tópicos frasais e parágrafos introdutórios menos estereotipados.

**SOBRE A PONTUAÇÃO NAS VERSÕES MANUSCRITAS DOS POEMAS
MARINHOS DE ARTHUR DE SALLES: UM RECURSO ESTILÍSTICO**

Rosa Borges Santos Carvalho - UFBA
PT2616C237

Arthur de Salles (1879-1952), poeta baiano, escreveu versos para a coletânea "Poemas do Mar", rigorosamente jamais publicada. Dentre os poemas marinhos, alguns se apresentam em versões manuscritas. O estudo de aspectos estilísticos nestas versões visa a oferecer subsídios para o estabelecimento dos textos, numa edição crítica. Para esta comunicação, pretende-se fazer um breve estudo sobre a pontuação como um recurso de criação poética.

LIVRO DIDÁTICO: SIM OU NÃO ?

Maria de Lourdes Longhini Trevisani - UEM
PTI2619C237

Dentre os objetivos defendidos para a educação escolar de qualidade, com vistas à formação do cidadão consciente e participativo, estão os de domínio da leitura e da escrita. Sabe-se, porém, que os altos índices de repetência e o baixo desempenho nos níveis de escolarização mais adiantados têm a ver com o não desenvolvimento de capacidades afins. Mais que isto, resultados de pesquisas revelam que grande parte da população adulta alfabetizada não atinge o nível mínimo de competência necessária para satisfazer as demandas de leitura da vida diária. Assim, apesar da valorização da leitura e da produção textual, este trabalho não tem sido levado a bom termo na escola. Isto porque, na maioria das vezes, o aluno não aprende a língua como valor de uso. Seu valor é exclusivamente escolar, destaca Pécora (1983). Ela é tratada como algo sem vida, onde ler significa só decodificar e escrever, seguir um conjunto de regras. São atividades vistas apenas como tarefa ideológica, sem significado para o aluno, pois não têm correspondência com a realidade social. Além disso, a prática de sala de aula tem sido profundamente direcionada pelas propostas dos livros didáticos. Um grande número de professores utiliza o livro didático não como mais um recurso, um meio auxiliar do processo ensino-aprendizagem, mas como critério último de verdade, modelo-padrão (Freitag et alii, 1993). Esta falta de crítica sobre o livro didático evidencia uma prática estreita ou cômoda em relação ao que é útil e necessário na formação do aluno. Embora teoricamente se defenda um aprendizado da língua para registrar, instruir, convencer, sendo capaz de decidir, ao fazê-lo, que tipo de texto e que recursos linguísticos usar para melhor atingir suas finalidades.

Esta problemática impõe o repensar da prática pedagógica e avaliar os recursos materiais privilegiados. Nesse sentido, foram analisadas propostas de produção textual contidas em livros didáticos recomendados pelo MEC, sistematizando os principais temas e evidenciando a aproximação ou o distanciamento dos mesmos no que se refere ao destinatário da mensagem, contexto e conteúdo. Os resultados obtidos podem auxiliar o professor na desmistificação do livro didático e na superação de suas deficiências e limites. Um possível caminho para conscientizar-se da necessidade de lançar mão de outros instrumentos de ensino para enriquecer e significar as atividades desenvolvidas em sala de aula, além de contextualizá-las no tempo, no espaço e na complexificação das relações sociais.

É POSSÍVEL DESENHAR, ALÉM DE COISAS, TAMBÉM A FALA

Maria Angela de Souza Boer - UEM
PTI2619C237

À luz de estudos linguísticos e de demais áreas interdisciplinares, pode-se dizer que os problemas referentes ao processo ensino-aprendizagem da escrita são oriundos de distorções manifestadas em diferentes visões da língua: histórica - visão monolítica e prescritiva; psico-filosófica - visão autoritária, reducionista e objetivista; socio-política e ideológica - visão elitista, com julgamentos baseados em valores absolutos (certo ou errado) e em critérios socialmente preconceituosos, desconsiderando as variedades linguísticas de outros grupos sociais; linguístico-pedagógica - visão autoritária e mecanicista, desconsiderando o aluno como sujeito pensante capaz de interferir positivamente na linguagem.

Diante desse panorama, pode-se dizer que, não obstante a produção de trabalhos

frutíferos de linguistas e educadores, o ensino da língua escrita ainda se pauta em uma pedagogia destituída de parâmetros que contemplem as especificidades das realidades sociais nas quais os alunos estão inseridos e a formação dos mesmos como usuários da língua em contextos reais de expressão, comunicação e interação social.

Com o objetivo de implementarmos os parâmetros já existentes sobre o ensino da escrita, pretendemos expor nosso trabalho sobre a prática da compreensão oral como recurso precursor para a compreensão e comunicação através da língua escrita, em nível de 3º grau.

UM PARADIGMA IMAGÉTICO PARA A PRODUÇÃO TEXTUAL

Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso - UEM/Fafijan
PTI2619C237

O mundo exterior é propagado pelos meios de comunicação, empregando-se diferentes linguagens, constituídas por uma multiplicidade de signos que exigem do leitor competência e habilidades que lhe possibilitem interagir, de modo efetivo, com todos os tipos de textos. Entretanto, a escola de ensino fundamental e médio, em razão de uma forte tradição sociocultural, privilegia a linguagem verbal, na modalidade escrita, não atribuindo à linguagem não-verbal as mesmas considerações. Em oposição a esse paradigma vigente, e considerando que todo texto envolve mecanismos de produção e recepção que são portadores de funções específicas e de características próprias, o ensino-aprendizagem da produção textual pode ser proposto por um dos paradigmas da imagem - o pré-fotográfico, cuja ação signífica é manifestada pela intersemiose. Sendo papel da escola proporcionar condições de aprimoramento da competência linguística dos alunos, urge desenvolver uma metodologia fundamentada na linguística e na semiótica da imagem, pela qual o professor de língua materna desenvolva atividades de produção textual que atendam às indagações do espírito empreendedor de sala de aula. Assim, através da visão, da audição e da cognição, os alunos poderão interpretar os elementos que servem de base estrutural e cognitiva de uma determinada linguagem, capacitando-os a estabelecer relações sociocomunicativas efetivas com o mundo e no mundo.

A LEITURA E A ESCRITURA COMO PRÁTICAS INTERLOCUTIVAS

Maria Izabel de Bortoli Hentz - UDESC
PTI2620C237

Olhar para a leitura e a escritura como práticas de linguagem que se realizam em sala de aula implica considerar o processo em que são desenvolvidas para que se possa ter uma outra dimensão do produto que dele resulta. Neste momento, procuro apresentar um recorte da análise feita do *corpus* de minha dissertação "A aula de língua portuguesa como aula de linguagem: aprendendo a interagir", cujo objetivo principal era o de conhecer, compreender e analisar o que efetivamente vem se concretizando no trabalho com a linguagem no cotidiano escolar, a partir da Proposta Curricular de Santa Catarina.

Para este estudo, acompanhei o trabalho desenvolvido em quatro turmas de duas escolas da rede pública estadual que consideravam estar trabalhando a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Proposta Curricular. A orientação global para a análise do processo desenvolvido em sala de aula foi a da Análise do Discurso, na perspectiva da pesquisa etnográfica. Foram tópicos de observação e reflexão as práticas de fala/escuta, leitura/escritura e análise linguística; as falas dos alunos e das professoras sobre a aula de língua portuguesa e as falas das professoras sobre a Proposta Curricular de Santa Catarina.

Apresentar o trabalho com a linguagem a partir da escritura de textos não significa dizer que esta se realiza independentemente das práticas de fala, escuta, leitura e de análise linguística, já que todas estão, de alguma forma, inter-relacionadas no complexo trabalho linguístico que cada falante realiza. Procuro, assim, considerar a relação que a prática da produção de texto estabelece com as demais.

É possível dizer que, antes de propor atividades de produção de texto, as professoras apresentam e discutem com os alunos vários tipos de textos, propõem atividades a partir de aspectos neles analisados, estabelecendo uma relação de mediação e interação com os alunos para que estes tenham elementos significativos quando da produção de seus textos. Nessa relação, fazem-se sujeitos do próprio processo de aprendizagem e são co-responsáveis pelo processo de aprendizagem do outro.

ASPECTOS INTEGRADOS DA PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS

Rony Farto Pereira - UNESP/ASSIS

PTI26202C237

Esta sessão coordenada, de caráter interinstitucional, reúne comunicações feitas por professores da Universidade Estadual de Maringá, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, do Estado do Paraná, e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", do Estado de São Paulo. O papel do coordenador será o de introduzir o tema, tecendo considerações a respeito das suas implicações pedagógicas, passando a apresentar os participantes e a destacar os aspectos integradores de suas comunicações, nascidas de um semestre de leituras e discussões havidas durante a realização de um curso sobre produção textual na escola, ministrado por ele na Pós-graduação em Letras, Área de Concentração em Filologia e Linguística Portuguesa, da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS NAS CARTILHAS: UMA ANÁLISE PSICOLINGÜÍSTICA

Claudia Finger-Kratochvil - UNOESC

PTI26204C237

A humanidade nunca teve a seu dispor tamanha variedade de meios para comunicação como em nossos dias. As novas tecnologias nos possibilitam contactar pessoas do outro lado do mundo e interagirmos com elas como se estivessem apenas 'a um computador' de distância. Todavia, enquanto alguns dominam um número cada vez maior de recursos para a comunicação, paradoxalmente, outros continuam à margem do processo por ainda não dominarem uma das principais ferramentas para tanto: o sistema escrito.

Os índices de repetência e evasão escolar, nas séries iniciais da escolarização, denunciam não só a existência, mas também a permanência dessa marginalização.

Sabemos que fatores de várias ordens interferem e/ou contribuem para a configuração deste quadro. Entre eles, a própria complexidade do processo ensino-aprendizagem do letramento, que torna-se evidente ao estudarmos as continuidades e descontinuidades entre a modalidade oral e escrita (Scliar-Cabral, 1995; Finger-Kratochvil, 1997). Tal constatação dirige nossa atenção para um importante instrumento nesse processo: o livro didático, o qual deve ser bem elaborado, a fim de facilitar a construção-formação do leitor-escriptor. Por essas razões, buscamos analisar neste trabalho os textos oferecidos para a leitura e os exercícios propostos para o ensino-aprendizagem do sistema escrito apresentados nas cartilhas, a fim de verificar se estes dois componentes têm cumprido seu papel de facilitadores desta difícil tarefa.

Usando uma abordagem psicolinguística, elaboramos um questionário composto por categorias de análise que buscamos saber: que tipos de gêneros de texto são oferecidos para a leitura e propostos para a produção de textos; se há independência gradativa entre texto e ilustração para a construção da auto-referencialidade; se os textos são integrais ou fragmentos e, caso fragmentos, se são coerentes e coesos; se os exercícios escritos observam o princípio da coesão e coerência; qual dos sistemas de processamento de informação é privilegiado através das atividades de leitura e escrita: o central ou o periférico; e se, nas propostas de leitura e produção de textos, observa-se o balanço entre as informações velhas e novas.

As categorias de análise foram aplicadas a uma seleção aleatória de oito livros pertencentes à lista dos livros didáticos de Língua Portuguesa para a primeira série mais adotados nas escolas públicas do país e financiados pela FAE (Fundação de Amparo ao Estudante).

Os resultados nos mostram que a qualidade dos textos oferecidos para a leitura e dos exercícios propostos para a produção de textos está abaixo do padrão mínimo aceitável e necessário para construção do letramento. Por exemplo, prioriza-se apenas dois gêneros nas propostas de leitura; um grande número destes textos são destituídos de sentido - seu propósito é apenas repetir a família silábica ensinada; as atividades de leitura e escrita enfatizam o sistema periférico de processamento, etc. Fica clara, então, não só a necessidade urgente de mudanças nas cartilhas, a fim de que venham, realmente, cumprir seu papel, mas também a necessidade de maior clareza sobre o processo de letramento por parte daqueles que elaboram estes materiais.

UMA ANÁLISE CRÍTICO-DESCRIPTIVA DA LITERATURA SOBRE FORMAS DE TRATAMENTO DO PORTUGUÊS

E. Ucy M. S. Soto - UFAL

DLE278C237

Há, na literatura sobre formas de tratamento do português, um grande número de trabalhos, como Abreu (1988), Ali (1975), Biderman (1974), Head (1977), Luz (1956), Medeiros (s/d), Nascentes (1949-50), Oliveira (1996), Silva (1974), para citar apenas alguns.

Várias distinções devem ser feitas para que possamos operacionalizar alguns dos conceitos veiculados nestes trabalhos.

Uma primeira diz respeito às duas macro-variedades do português: a brasileira e a portuguesa, suas diferenças não só lingüísticas mas de classificação gramatical das diferentes formas de tratamento.

Podemos fazer uma segunda distinção, conforme o ponto de partida da investigação. Alguns trabalhos partem da forma lingüística, analisando depois os contextos, seguindo o modelo estabelecido por Brown & Gilman nos anos 60 num artigo intitulado *The pronouns of power and solidarity*. Outros trabalhos partem do contexto, analisando depois as formas. Antes dos anos 60, a maior parte dos estudos sobre tratamento eram realizadas dentro desta perspectiva que podemos chamar de descrição etnográfica. Um terceiro grupo parte dos processos cognitivos que levam a pessoa a escolher uma ou outra forma, baseando-se num modelo matemático de processamento cognitivo geral desenvolvido por Geoghegan nos anos 70 e aproveitado para estudos lingüísticos por Ervin-Tripp (1972).

Uma terceira distinção diz respeito a um certo tipo de trabalho que, escapando dos limites metodológicos dos estudos lingüísticos, traz para o estudo da linguagem vários *insights*. Refiro-me aos estudos filológicos levados a cabo principalmente por Antenor Nascentes, Said Ali e Leite de Vasconcelos.

Analisaremos, brevemente, algumas das limitações e os pontos de contato entre os diferentes trabalhos tendo em mente os resultados de pesquisas que descrevem as formas de tratamento do português do Brasil.

O HUMOR EM OBRA LITERÁRIA INFANTO-JUVENIL

Sandra Grzegorzcyk - UEM

DLE2782C237

Neste trabalho, tivemos por objetivo verificar quais os recursos lingüísticos utilizados na literatura infanto-juvenil para a construção do humor.

Definimos o humor, baseando-nos na obra *Os humores da língua*, de Sfriso Possenti (1998). Segundo Possenti, para se produzir o humor, é preciso que o autor, além da inspiração e da sua genialidade, conheça algumas regras de funcionamento da enunciação nas mais diversas situações, para que atinja, com eficácia, o seu público-alvo.

Para realizar a análise, selecionamos sete obras de Sylvia Orthof, um dos grandes nomes da literatura infanto-juvenil no Brasil. Esta escolha se justifica pelo grande número

de obras em que autora trabalha, com genialidade, o humor. Sem deixar de lado a fantasia e de tratar a literatura infantil como arte, Sylvia Orthof lança mão de diversos recursos para chegar ao riso. Traz a seus leitores histórias com temas variados, sempre portadores de discussões sociais e comportamentais, nos quais faz críticas severas, através da ironia e da comichidade. As obras selecionadas foram: *As aventuras da família Repinica*; *Mudanças no galinheiro, mudam as coisas por inteiro*; *Uxa, ora fada, ora bruxa*; *Senhor Vento e Dona Chuva*; *Guardachuvando doideiras*; *Meus vários quinze anos* e *Um pipi choveu aqui*, publicadas entre 1983 e 1996.

Não procuramos fazer uma análise exaustiva das obras selecionadas, mas sim, um levantamento de algumas possibilidades de trabalho com o humor. Após esta análise, podemos afirmar que Sylvia Orthof faz este trabalho como poucos. O seu humor não se prende à busca de simples efeito. Ela utiliza fórmulas que revelam ao seu leitor novas possibilidades de destruir os estereótipos sociais através de situações cômicas e absurdas, rimas, neologismos, diálogos com o leitor, disposição gráfica do texto, intertextualidade, ambigüidade e readaptações, entre outros.

A RECEPÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO NO ENSINO: UMA CANÇÃO PARA MÁRIO

Alice Áurca Penteado Martha - UEM
DLE2784C237

Este artigo pretende, com a prática da leitura do poema *Canção*, de Mário de Andrade, sistematizar os níveis da recepção do texto literário no ensino, propostos por Hans Kügler, como um dos possíveis modos de promover a interação entre leitor e texto: *Leitura primária*; *Constituição coletiva do significado* e *Modos secundários de ler*. Após explicitar as etapas consideradas pelo educador alemão, observa-se, a partir do levantamento e análise da camada material do poema, escrito em 1940 e inscrito em *A costela do grão cão*, o modo como o poeta se apropria de uma determinada forma antiga, no caso a canção, derivada das baladas medievais, transfigurando-a pelo uso de recursos renovadores.

O LÉXICO DE LETRAS DE CANÇÕES POPULARES NO ENSINO DE PORTUGUÊS

Beatriz Daruj Gil - USP
DLE279C237

A música é uma das manifestações artísticas com maior capacidade de construir identidade e força entre adolescentes em idade escolar, tanto em seu aspecto melódico quanto lingüístico.

Enquanto ouvintes, utilizam-se desse instrumento para exteriorizar dramas individuais e coletivos vividos no cotidiano e alcançar alguma segurança, característica imprópria da adolescência.

Através de uma análise semântica das unidades lexicais de canções preferenciais de alunos de escolas públicas municipais e estaduais, buscamos descrever o significado das canções, a correspondência entre conceitos e denominações e suas relações com o universo do adolescente, objetivando, do ponto de vista pedagógico, atingir um perfil atitudinal dos ouvintes e, por outro lado, propor um novo tratamento para as questões do vocabulário no ensino de Português, que estejam conectadas aos diferentes contextos sociais e que podem emergir por meio da música.

INTERAÇÃO EM SALA DE AULA DE LITERATURA: UMA EXPERIÊNCIA

Flávio Griep Mancini - UCPel
DLE2792C237

O presente trabalho consta de um relato de experiência de uma aula de literatura do 3º grau, em uma turma de 3º semestre do curso concentrado de Letras da UCPel. Trata-se da transcrição e análise crítica de uma aula de Teoria e Metodologia da Literatura, com duração aproximada de 50 minutos, onde foi trabalhado um texto literário narrativo

do tipo crônica; ocasião em que os estudantes realizaram uma de suas primeiras atividades com texto literário no 3º grau. Procurou-se analisar o comportamento de alunos e professores numa situação de interação texto/leitor, com o objetivo de verificar e avaliar comportamento, dialeto utilizado na sala de aula, se há ou não monitoramento da linguagem, como é feita a distribuição de turnos entre professora e alunos e até mesmo o tipo de discurso empregado.

Segundo Barros (1996), pesquisar a interação em sala de aula é tentar descobrir mais sobre o processo de ensino/aprendizagem. Apesar da sala de aula ser lugar onde professores e alunos se reúnem diariamente para que o processo se materialize, ainda sabemos muito pouco sobre o que realmente ocorre neste contexto. Uma interação, lembra Allwright (1991), não é algo que se faz para alguém, mas com alguém. É uma realização conjunta e colaborativa, onde a condição básica é o engajamento recíproco dos interagentes. Por isso, o bom professor deve ter humildade e espírito crítico, para analisar constantemente sua prática docente.

Durante o trabalho, percebe-se uma grande preocupação da professora com o entendimento dos alunos, talvez por tratar-se de um contato inicial com uma crônica literária. Há também um monitoramento mais cuidadoso da linguagem no início das atividades; o que, durante o transcorrer da aula, vai se transformando num linguajar mais coloquial e informal.

Há também algumas curiosidades em relação à tomada de turno professora-alunos: no início da atividade quase somente a professora fala; com o passar do tempo, os alunos começam a se manifestar, primeiro timidamente, e depois bastante à vontade. O grupo feminino manifesta-se bem mais do que o masculino (talvez por esse ser em menor número). As moças manifestam-se primeiro e algumas vezes todas ao mesmo tempo; os rapazes demoram mais tempo (aproximadamente depois de transcorridos 20 minutos de atividade) e sempre se manifestam um de cada vez. Consegue-se perceber que, à medida em que os alunos vão interagindo com a professora e com o texto, o trabalho vai se desenvolvendo com mais facilidade, e os turnos começam a ser melhor divididos.

Ouvindo a gravação, ou mesmo lendo a transcrição, pode-se observar que a professora conseguiu despertar o interesse do grupo pelo texto e pelo trabalho, já que quase não há conversas colaterais, e as que existem estão relacionadas à tarefa proposta.

Finalmente, é importante salientar que, para que se possa efetuar uma reflexão para o enriquecimento da prática docente, a eficácia e o interesse no transcrever e analisar uma aula, onde muitos aspectos, curiosidade e particularidades da rotina docente, que normalmente passam despercebidos, aparecem com clareza.

CLARICE INFANTIL LISPECTOR: NARRAÇÃO DISCURSIVA OU DISCURSO NARRADO?

Roselene de Fatima Coito - UNESP
DLE2794C237

Partindo do pressuposto de que a Literatura Infantil, de uma maneira em geral, constitui-se como narrativa, neste trabalho pretendemos analisar se a obra *A vida íntima de Laura*, escrita por Clarice Lispector e tida como destinada à criança, constitui-se enquanto tal ou como um discurso narrado.

Tendo em vista que "discurso" e "narrativa" são planos da enunciação, segundo Maingueneau, e que existem algumas implicações lingüísticas e literárias com relação a tais nomenclaturas, deter-nos-emos na questão do tempo verbal do texto de Clarice, pois que o tempo parece ser determinante para delimitar as "fronteiras" entre discurso e narrativa.

No entanto, buscaremos traçar esta fronteira sem que isso implique num recorte mecanicista da obra, já que o recorte, aqui pretendido, pode permitir ao leitor, mirim e adulto, penetrar nos profundos caminhos velados e desvelados na escritura de Clarice Lispector.

SUJEITOS E OBJETOS NA AULA DE LITERATURA

Lynn Mário T. Menezes de Souza
DLE271C237

Este trabalho se baseia numa pesquisa financiada pelo CNPq sobre o discurso da sala de aula de ensino de literatura nos segundo e terceiro graus. A maior parte das pesquisas sobre o ensino da literatura enfoca questões de conteúdo (canonicidade e literariedade dos textos escolhidos). A nossa pesquisa enfoca o discurso da interação professor/aluno/texto na sala de aula de literatura e enfatiza questões de poder, voz e silenciamento na constituição do aluno como sujeito (ou não) de seu próprio discurso. Partindo da perspectiva de teóricos como Bourdieu, Bakhtin, Foucault e Derrida, a sala de aula é vista como um espaço onde múltiplos discursos se conflitam, e onde configurações variadas desse discurso acabam constituindo o aluno e o professor como sujeitos, e o texto como objeto cultural e pedagógico.

UMA INVESTIGAÇÃO DO PROCESSO HETEROGÊNEO DE CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO RENASCENTISTA ITALIANO

Arnaldo Cortina - UNESP/Car
LD2714C237

Na medida em que elejo *O príncipe* de Nicolau Maquiavel como um texto fundador do discurso renascentista italiano, a partir da observação de aspectos temáticos e estruturais que determinam as instâncias discursivas e textuais, procurei contrapô-lo à *Divina Comédia* de Dante Alighieri e à *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, com o objetivo de determinar em que medida estarei estabelecendo os princípios organizadores da formação discursiva medieval que será a base para a constituição da formação discursiva do Renascimento.

O trabalho ora proposto constrói-se a partir das perspectivas teóricas da análise do discurso da linha de Michel Pêcheux e da semiótica da Escola Francesa de orientação greimasiana.

AS FORMAS DE HETEROGENEIDADE EM O ESPELHO DE GUIMARÃES ROSA

Vera Lucia Rodella Abriata - UNESP/Ar
LD27142C237

O objetivo desta comunicação é analisar o conto "O Espelho", de João Guimarães Rosa, sob a perspectiva da Análise do Discurso Francesa, tendo em vista os princípios teóricos desenvolvidos pela lingüista Jacqueline Althier-Revuz acerca das formas de heterogeneidade mostrada e das formas de heterogeneidade constitutiva que ela descreve em sua obra.

Nesse conto, objeto de nossa análise, o enunciador delega a voz a um narrador em primeira pessoa que, da perspectiva do presente, rememora o seu percurso pretérito em busca da identidade para, afinal, perceber-se um ser extremamente heterogêneo, revelando-nos essa sua cisão por meio do diálogo, ora consensual, ora polêmico, que estabelece com outros discursos, como o da ciência, da religião, da filosofia, da literatura, do senso comum pelos quais ele é, portanto, constitutivamente atravessado.

Pretendemos demonstrar como as formas de heterogeneidade mostrada, que inscrevem o outro explicitamente na seqüência do discurso e são ostensivas neste conto rosiano, relacionam-se com a heterogeneidade constitutiva não só do texto em questão, mas também do próprio "eu" que af se corporifica.

A REIFICAÇÃO EM *O Processo*, DE FRANZ KAFKA

Nádia Regina Chaves Lopes - UNESC/Car
LD27144C237

A princípio, houve uma necessidade de fazer uma abordagem crítica, partindo da ótica de Walter Benjamin, Adorno e Rosenfeld que trazem, respectivamente, um Kafka cujo mundo limitado do personagem é uma representação teatral do Mundo; um Kafka cujo narrador apresenta, desumana, sóbria e naturalmente, um mundo monstruoso à sua volta; e um Kafka cujo indivíduo é apresentado como um ser indiferente e marginal.

Entretanto, diante dessas várias concepções, tentou-se, posteriormente, encontrar um fator comum que pudesse caracterizar, a partir da despersonalização do herói, a impossibilidade que o narrador apresenta de vencer a organização social, representada em *O Processo*. O autor apresenta Josef K., um indivíduo que tenta questionar uma forma de libertação do crescente autoritarismo, cujo caminho adentra pelo submundo do próprio ser-homem e sua hipocrisia, mediocridade e de seu *ego* como sua própria escória. Diante disso, o fator comum, que denominamos de reificação, surge na condição de objeto em que o indivíduo é transformado pelo processo narrativo; um indivíduo levado a um estado de conformidade, diante das situações do seu meio social, assumindo uma falsa neutralidade propensa à "dominação". Deste modo, a reificação apresenta-se como um processo de estagnação do olhar para o mundo centralizado, primeiramente, no personagem K., cuja figura retrata a passividade e fidelidade diante do poder e, por último, no narrador, impotente diante da política social e de suas relações ilícitas; e ambos apresentam suas impotências diante dos artifícios que entrecortam o cotidiano. Portanto, ao abordar a reificação a partir da obra *O Processo*, de Franz Kafka, pretende-se ilustrar a consciência reificada do personagem K. em sua trajetória.

LETRAS GALEGAS DO ESPÓLIO DE GODOFREDO FILHO

Zeny Duarte de M. M. dos Santos - UFBA
LD2715C237

O Acervo de Manuscritos Baianos - AMB - da Universidade Federal da Bahia reúne arquivos privados de escritores baianos. Focalizaremos a organização do espólio de Godofredo Filho, adquirido pelo AMB em dezembro de 1995. Especificamente, o dossiê/processo que trata de estudos galegos na produção literária do poeta baiano será o objeto desta comunicação. O espólio do escritor-poeta possui uma multiplicidade temática na qual as letras galegas mereceram, por parte do poeta, destaque especial. Portanto, selecionamos para este Congresso o processo arquivístico do dossiê letras galegas, relacionado com a Crítica Genética e a Lingüística. A experiência que apresentaremos é resultado do doutorado sanduíche realizado em Portugal, com bolsa da CAPES, orientado pelos professores doutores Luiz Fagundes Duarte, da Universidade Nova de Lisboa, Elizabeth de Andrade Lima Hazin, da Universidade Federal da Bahia, e Ana Maria de Almeida Camargo, da Universidade de São Paulo.

UMA ABORDAGEM DO ROMANCE *OS TAMBORES DE SÃO LUÍS* A PARTIR DE SEUS MECANISMOS DISCURSIVOS

Almerinda Cordeiro Gomes - UNESP/SJRP
LD27152C237

Considerando-se que as formas textuais são polifônicas, e o sentido nasce das relações intertextuais e interdiscursivas, propõe-se nesta comunicação uma análise do romance *Os Tambores de São Luís*, sob o enfoque da Análise do Discurso, objetivando analisar as vozes e os efeitos de sentido produzidos pelo discurso instaurado no texto através das dimensões lingüísticas e históricas desse discurso. A orientação para tal propósito buscar-se-á em duas vertentes teóricas que estão bem próximas: a semiótica greimasiana, que se ocupa do percurso gerativo do sentido textual, e a Análise do Discurso de linha francesa, que se preocupa com a inscrição do "exterior" nas formas discursivas.

A PROPÓSITO DAS PRÁTICAS DE ESCRITA EM JORGE AMADO

Elisabeth Baldwin - UFBA
LD27154C237

O objetivo da comunicação é discutir os resultados parciais de estudo em andamento sobre os manuscritos do escritor Jorge Amado. Ao se direcionar o olhar para os rascunhos de suas obras, busca-se abordá-las no seu "em se fazendo" textual-discursivo. Para o espaço específico desta Comunicação, clege-se apenas algumas constantes lingüístico-discursivas enquanto movimento (des)(re)construção de sentidos.

O DISCURSO NO MATERIAL DIDÁTICO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA COM RECURSOS INFORMATIZADOS: HETEROGENEIDADE X INOVAÇÃO

Adriana de Souza Villela - UFSM
AEI268C248

O surgimento de suportes informatizados de multimídia na área de ensino de línguas estrangeiras traz consigo alguns aspectos que se diferenciam daqueles que eram conhecidos no processo de ensino/aprendizagem baseado numa cultura essencialmente livresca. Esses aspectos referem-se a inovações que atingem desde a materialidade do material didático, pois, atualmente, ele pode ser virtual, até o modo de construir saber operado pelo aprendiz de língua estrangeira (LE), uma vez que, como afirma Lévy (1998, p. 17), com a mediação digital, remodelamos algumas de nossas atividades cognitivas. Se, por um lado, vemos transformações no que se refere ao caráter audiovisual dos materiais didáticos de LE e na maneira de atribuir-lhes sentido, por outro, percebemos que seu discurso se reveste de uma heterogeneidade que não lhe permite ser inovador. O objetivo deste trabalho é justamente evidenciar as marcas discursivas presentes no material didático de LE com recursos informatizados, mais especificamente de francês, que traduzem essa heterogeneidade. Consideramos que o discurso desses novos materiais configuram, no plano do imaginário, uma unidade, que escamoteia sentidos já instituídos (já conhecidos) e, no plano do real, um sistema de dispersão, no qual assistimos à revelação do conhecido, do não-inovador. Nosso trabalho tem como referencial teórico a Análise do Discurso e está baseado em autores como Foucault, Pêcheux, Orlandi e Authier-Revuz, dentre outros.

SALA DE AULA DE LE: UM LUGAR DE POSSÍVEIS DESLOCAMENTOS DE IDENTIDADES

Dora Fraiman Blatya - UNICAMP
AEI268C248

O indivíduo percebe o mundo quando, pela língua(gem), consegue significá-lo, interpretá-lo. Sua língua materna, portanto, (de)limita, (con)forma essa sua percepção.

O modo como o indivíduo interpreta o mundo através da língua(gem) circunscreve um lugar múltiplo e mutante que vai constituindo paulatinamente a sua identidade.

A sala de aula de língua estrangeira é um espaço especial, onde a língua(gem) é ao mesmo tempo objeto e instrumento de trabalho. Como objeto de reflexão, a LE permitiria o contato e o confronto com outros modos de significar o mundo.

O estranhamento diante destes outros modos de significar o mundo poderia provocar deslocamentos do lugar de interlocução dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, de aspectos de suas identidades.

Este trabalho ilustrará alguns destes momentos de estranhamento, através de exemplos tirados de cursos de hebraico de universidades paulistas.

PAPEL DA MOTIVAÇÃO E DA POSTURA EM INTERAÇÕES NA AULA DE INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: UMA INVESTIGAÇÃO MICRO-ETNOGRÁFICA

Maria do Carmo de O. Braga - UFSC
AEI2684C24

Este trabalho faz parte de pesquisa desenvolvida para dissertação de mestrado em Letras-Inglês. A pesquisa aborda fenômenos de motivação e postura em uma turma de inglês como língua estrangeira. O tema da pesquisa seguirá a bordagem teórica da Sociolingüística Interacional proposta por Gumperz (1982a, 1982b). Para tanto, serão utilizados métodos etnográficos de coleta e análise dos dados interacionais (observação, anotações, filmagens e entrevistas) conforme Erickson & Shultz (1981). Seguindo essa tradição de pesquisa, o presente estudo propõe a investigação de fenômenos de motivação e postura a partir da análise de padrões de comportamento em interações naturalmente ocorridas na aula de inglês como língua estrangeira. Muito pouca pesquisa sobre esses fenômenos tem sido desenvolvida dentro dessa nova perspectiva teórica. Por isso, parece bastante oportuno propor aqui a investigação de fenômenos de motivação e postura na aula de língua estrangeira a partir de uma abordagem sócio-cultural.

TÉCNICAS DE IMPROVISAÇÃO TEATRAL APLICADAS AO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Cristiani Witthinrich Bez - UFSC
AEI269C248

No ensino de línguas sabe-se que a capacidade de improvisação é importante para um bom desempenho lingüístico. E todas as pessoas são capazes de improvisar, já que todas são capazes de aprender. O potencial para responder com a intuição, segundo Spolin¹, todos temos, basta sabermos trabalhar a nossa espontaneidade. Quando o processo de ensino é bem orientado no sentido de tornar o aprendizado mais intuitivo, o aluno consegue perceber mais facilmente o que está sendo ensinado e desenvolve uma habilidade chamada por Spolin de "experenciarmos".

"[...] Experenciar é penetrar no ambiente, no lugar a ser explorado, é envolver-se total e organicamente com ele. Isto significa envolvimento em todos os níveis: intelectual, físico e intuitivo." (SPOLIN, 1996, p. 03)

Trabalhar a espontaneidade, experienciando, pode dar ao aluno a possibilidade de assimilar, digerir e utilizar melhor regras da língua que estão no nível do intelecto. Usar várias formas de linguagem para comunicar é uma maneira básica para começar o processo da espontaneidade e, conseqüentemente, da criatividade.

O exercício intuitivo de envolver-se com o que se está estudando faz com que as aulas ultrapassem os limites da gramática, facilitando o processo criativo do aluno.

"Experenciarmos" é uma das técnicas de improvisação teatral usada por Spolin para formar atores. Adaptar essa e outras técnicas teatrais para formar alunos que exercitem a sua espontaneidade, usando melhor a língua estrangeira que estão estudando, pode ser o objetivo do professor de línguas.

¹ Viola Spolin é a escritora do livro *Improvisação para o Teatro* que trabalha teoria, exercícios e jogos dramáticos que exercitam a espontaneidade e estimulam a criatividade no palco.

ESTUDO CONTRASTIVO DOS VOCÁBULOS COMPOSTOS EM PORTUGUÊS E EM INGLÊS

Maria Inez Matoso Silveira UFAL
AEI2692C248

As línguas em geral podem ampliar seus acervos lexicais através de empréstimos de palavras de outras línguas, por meio do intercâmbio cultural entre os povos. Entretanto, os recursos mais efetivos e atuantes para tal ampliação são os mecanismos internos ao sistema, a que os usuários sempre recorrem para a formação de novas palavras.

Os recursos mais produtivos para a formação de palavras, tanto no português como no inglês, são a derivação e a composição. Este trabalho aborda especificamente o processo de composição, numa análise contrastiva entre o inglês e o português. O objetivo é estudar as estruturas morfossintáticas dos nomes compostos (substantivos e adjetivos), levando-se em conta as implicações semânticas e a produtividade desse tipo de vocábulo nas duas línguas. Sabe-se que os compostos de estrutura morfológica do tipo substantivo+adjetivo (relação DM-DT, ou seja, determinado-determinante) é muito freqüente na língua portuguesa, assim como a relação DT-DM é a estrutura dominante na língua inglesa. No entanto, o estudo permitiu evidenciar alguns aspectos evolutivos das línguas em tela: no inglês, a produção de compostos com estrutura morfológica originária das línguas neolatinas (verbo + substantivo) e a produtividade cada vez mais crescente, na língua portuguesa, de compostos apresentando a ordem DT-DM, própria do inglês, como em *espaçonave, motoserra*.

Através de um estudo contrastivo, são apresentadas as estruturas morfossintáticas de compostos encontradas nas duas línguas, mostrando-se o grau de produtividade num e noutro idioma. O estudo também procura distinguir os nomes compostos dos chamados "grupos sintáticos permanentes" e aborda, ainda, a questão ortográfica da hifenação nos compostos nos dois idiomas.

RELACIONANDO CONHECIMENTO DECLARATIVO E HABILIDADE DE PRONÚNCIA

Rosana Denise Koerich – UFSC
AEI2694C248

Na busca de metodologias que venham a maximizar a aquisição e desenvolvimento da habilidade de pronúncia em língua estrangeira, profissionais da área necessitam da sustentação proporcionada por estudos que investiguem, a partir de diferentes perspectivas, a indagação: "Como os alunos adquirem a pronúncia dos sons da língua alvo?" Esta é, sem dúvida, uma questão que, por sua abrangência, deve ser desdobrada levando-se em consideração variáveis de diferentes naturezas que possam interferir direta ou indiretamente no processo. Dois desses desdobramentos são colocados pelos seguintes questionamentos: (i) A pronúncia pode ser adquirida através, exclusivamente, da exposição e uso da língua estrangeira? ou, (ii) O conhecimento de regras fonológicas pode auxiliar no processo de aquisição e desenvolvimento da pronúncia? Visando a oferecer informações relevantes para a construção de uma prática empiricamente informada, estas interrogações foram investigadas num estudo de dimensões limitadas. Como uma habilidade cognitiva, a pronúncia se caracteriza pelo tipo de conhecimento que é armazenado na memória de longo prazo na forma de conhecimento procedimental. Este estudo focalizou a relação entre conhecimento declarativo e procedimental em termos da produção, percepção e capacidade de verbalizar sobre um erro fonológico. Os resultados mostraram que os alunos que produziram mais vogais epentéticas perceberam o desvio fonológico com menor precisão e demonstraram menos habilidade de conceitualizar e formalizar sobre o problema.

REPLICAÇÃO DE ESTUDOS: EM BUSCA DE BASES MAIS SÓLIDAS PARA RESULTADOS DE PESQUISAS EM AQUISIÇÃO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Maria Inêz Probst Lucena – UFSC
IM2614C248

Pesquisas experimentais em aquisição de segunda língua (SLA) e ensino de língua estrangeira são consideradas pesquisas difíceis de serem realizadas (Valdman, 1993). Um dos maiores problemas é que fatores como conhecimento prévio, motivação, níveis de proficiência, nível de envolvimento dos participantes na pesquisa, entre outros, variam muito de uma situação para outra. Desta forma, muitas vezes não há como controlar as variáveis que podem afetar um experimento. Portanto, uma das formas de obter resultados mais confiáveis e válidos para o ensino de língua estrangeira é replicar uma experiência em lugares e condições diferentes (Santos, 1989). Procurando salientar a importância da prática de replicação em estudos sobre ensino e aquisição de língua estrangeira, relato minha experiência ao replicar o estudo de Van Patten (1990), apontando dificuldades encontradas e, em face a essas dificuldades, discuto a necessidade de informações específicas no relato de estudos para que estes possam ser repetidos e favorecidos pela visão crítica de outro pesquisador.

LÍNGUA ESTRANGEIRA PARA FINS OCUPACIONAIS: O PAPEL DA AVALIAÇÃO CONTINUADA

Maria Lúcia Vasconcellos e Rosana Denise Koerich – UFSC
IM26142C248

O objetivo deste trabalho é discutir a necessidade e a importância da avaliação crítica continuada de cursos de língua estrangeira para fins ocupacionais, durante o período de sua execução, com vistas a retroalimentar o próprio processo de treinamento. Uma vez que a natureza e o conteúdo deste tipo de curso de língua estrangeira são determinados pela análise das necessidades das instituições que os promovem e suportam financeiramente, cabe aos implementadores averiguar, de forma rotineira e sistemática, o cumprimento dos objetivos acordados. Argumenta-se que os dados obtidos através da aferição do nível de satisfação das partes envolvidas constituem-se como um instrumento fundamental para promover as alterações necessárias ao atendimento destes objetivos. Para contextualizar a discussão, apresenta-se uma amostragem de mecanismos de controle de qualidade utilizados num projeto específico – Projeto de Extensão UFSC/TELESC / "Cursos de Inglês para Fins Ocupacionais" – apontando-se para a necessidade de triangulação na obtenção de informações sobre a qualidade do curso oferecido, uma vez que fontes isoladas apresentam limitações quanto à sua capacidade de oferecer um quadro real da situação. Dados obtidos através de questionários estruturados são combinados com discussões em sala de aula e com entrevistas junto à coordenação do Projeto na própria instituição. A aplicação sistemática destes instrumentos avaliatórios tem se mostrado produtiva no sentido de influir, decisivamente, na condução e sucesso do treinamento.

UMA PROPOSTA PARA INTEGRAÇÃO INTERATIVA DA INTERNET EM CURSOS DE LEITURA DE FLE

Lorena Ribeiro de C. Fonseca - UFMG
IM2614C248

Sem o poder de substituir a figura do professor e/ou educador, como pretendem algumas publicidades de computadores, a Internet mostra-se uma ferramenta de valor inestimável para a pesquisa, aprendizagem e difusão de línguas modernas. Originalmente uma ferramenta para comunicação internacional entre a elite acadêmica global, a Internet passou a servir a propósitos comerciais e culturais há cerca de apenas quatro anos. O sucesso foi meteórico, os números do seu crescimento impressionam.

Esta mídia, que ainda nos seus primórdios já se mostra tão atraente, conquistou os professores e alunos de língua estrangeira da nossa faculdade, sobretudo aqueles de língua inglesa, que já fazem do laboratório de Internet de que dispomos para alunos de graduação e pós-graduação uma extensão da sala de aula. O uso da Internet enriqueceria a aprendizagem de língua estrangeira através das inúmeras opções que a rede oferece, aumentando o contato com a língua autêntica e promovendo a autonomia dos alunos; responderia melhor às necessidades individuais dos alunos, seus diferentes estilos de aprendizagem, e abriria o leque de estratégias de aprendizagem empregadas por eles. Com uma máquina ligada à Internet, pode-se ler, ouvir e se comunicar. Há interação com o texto que se constrói segundo interesse do usuário, cujas ações modificam o desenvolvimento do programa, da mesma forma que o desenvolvimento do programa influencia as ações sucessivas do usuário. Mas a Internet não garante, por si só, a interatividade, uma vez que a dimensão interativa não se reduz ao simples manuseio da máquina. A otimização da interação máquina-aluno, aluno-aluno, aluno-professor, professor-máquina, através do uso da Internet, requer estratégias do usuário diante da tela tridimensional e multimidiática do microcomputador.

Visando motivar professores de francês a penetrarem neste espaço de aproximação das fronteiras internacionais, otimizando seus cursos de graduação, proponho apresentar parte da minha dissertação de mestrado em linguística aplicada, em andamento, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Gohn, que tem como objetivo geral explorar a natureza do material francofônico disponível na Internet e, como objetivo específico, sugerir estratégias para integração do instrumento 'Internet' ao currículo de língua francesa dos cursos de graduação em Letras, procurando aproveitar sua dimensão interativa.

As novas tecnologias apresentam um desafio novo para a educação. As estratégias para integrar a Internet no cotidiano da sala de aula de LE é um tema da atualidade, essencial para o futuro do ensino da língua francesa. Entretanto, o aproveitamento da Internet como fonte de informações e recursos disponíveis para professores, aprendizes e falantes de FLE depende tanto da existência de uma Internet francofônica rica em quantidade e qualidade de sites, quanto do treinamento de professores. Nosso trabalho, que consiste em uma proposta para integração da Internet em cursos de FLE, traz subsídios tanto para a confecção de sites na Internet com características interativas importantes, que atendam às expectativas de aprendizes de FLE, quanto para orientação de professores novatos no uso da Internet em sala de aula.

EXPERIÊNCIAS DE SALA DE AULA INDIVIDUAIS: UMA COMPARAÇÃO

Laura S. Miccoli - UFMG
IM2615C248

Este trabalho apresenta uma comparação entre as experiências de sala de aula (ESA) individuais na aprendizagem de língua inglesa de dois alunos de Letras em uma universidade brasileira. O estudo, cujo arcabouço inclui estudos empíricos e teóricos sobre o processo de aprendizagem em sala de aula e a teoria sociocultural, é parte de uma investigação mais abrangente que envolveu seis alunos.

Os dados provêm do estudo etnográfico de uma sala de aula de língua inglesa durante um semestre acadêmico. As ESA emergiram dos depoimentos dos alunos em entrevistas individuais, onde vídeos das aulas foram utilizados como instrumento mediador. A análise revelou que experiências que se referiam a assuntos de natureza cognitiva, social ou afetiva influem diretamente no processo de aprendizagem, e aquelas que se referiam ao contexto, à história, crenças e metas dos alunos influem indiretamente no mesmo; daí sua classificação em ESA diretas e indiretas. A análise da similaridade ou singularidade de algumas ESA levou a uma outra categorização: ESA coletivas e individuais.

Ao comparar a interpretação e as reações aos eventos de sala de aula de dois dos seis informantes, a importância da análise sociocultural do processo de aprendizagem de sala de aula fica evidente. Será ilustrado, através de trechos das entrevistas, que experiências relacionadas ao contexto, história pessoal, crenças e metas influem na abordagem de cada um desses alunos à aprendizagem de língua inglesa, gerando não apenas diferentes percepções, mas também diferentes auto avaliações sobre aprendizagem.

A apresentação será concluída com uma defesa do valor da teoria sociocultural no estudo da aprendizagem de língua estrangeira em sala de aula e com a apresentação das implicações deste estudo para pesquisadores e professores.

UMA PONTE PARA A AUTONOMIA

Hilario I. Bohn, Christine Nicolaidis, Kátia Nascimento
& Vera Fernandes - UCPel
IM26152C248

A literatura tem mostrado a relevância da aprendizagem autônoma. Segundo esta mesma literatura, o aprendiz ideal é aquele com total responsabilidade por todas as decisões no que se refere ao planejamento, aprendizagem e avaliação. No entanto, um dos principais objetivos do professor deve ser ajudar o aluno a descobrir seu estilo de aprendizagem, ou seja, sua personalidade, atitude, ritmo e preferências de aprendizagem. Uma maneira de induzir os aprendizes a um processo autônomo é oferecer uma variedade de oportunidades e materiais de aprendizagem, de maneira que ele possa trabalhar no seu próprio ritmo. Considerando estes aspectos, um centro de aprendizagem foi estabelecido no Curso de Letras da Universidade Católica de Pelotas/RS/Brasil. O Centro de Aprendizagem Autônoma de Línguas Estrangeiras (CAALE) oferece uma ampla variedade de materiais como vídeos, tarefas de compreensão oral, livros didáticos e literários, bem como *software* de multimídia especializado. O CAALE é usado por alunos do Curso de Letras de Espanhol e de Inglês. Levando em conta que a autonomia não é inata, mas adquirida, tutores/alunos avançados estão à disposição no Centro para auxiliar os aprendizes a localizar materiais ou sugerir atividades, quando requisitados. O objetivo desta apresentação é relatar as dificuldades e sucessos dos usuários do Centro em sua jornada em direção à autonomia. Os dados são baseados em: 1) diários dos tutores, que registram os eventos e comportamentos dos aprendizes trabalhando em direção à autonomia; 2) sessões de avaliação frequentada por professores pesquisadores e tutores; 3) informações das fichas dos aprendizes em que eles expressam suas opiniões no trabalho feito durante

a sessão. Os dados mostram que: a) os alunos advêm de um contexto cultural em que a autonomia não é enfatizada, hesitando assim em tomarem-se independentes de aulas centradas no professor; b) os alunos brasileiros têm dificuldades em trabalhar sozinhos, estão sempre a procura de parceria em sua aprendizagem; c) a falta de interação acadêmica e social entre tutores causa problemas adicionais para o gerenciamento eficiente do Centro. Faz-se, finalmente, uma avaliação dos resultados e apontam-se soluções para os problemas encontrados.

CORRELAÇÃO LEITURA-ESCRITA: IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUAS

Abuêndia Padilha Peixoto Pinto -

UFPE

IM26154C248

Nos últimos anos, pesquisas como as de Eisterhold (1990), McGinley (1992) e Chamblee (1998), entre outras, têm examinado o relacionamento leitura-escrita e sugerido a existência de uma estreita conexão entre as operações mentais subjacentes à compreensão e à produção textual. Embora tais pesquisas não definam, de maneira exata, a natureza dessa conexão, nem indiquem práticas de ensino que facilitem o desenvolvimento das duas habilidades, elas asseveram que a leitura tem efeitos positivos sobre a escrita e vice-versa. Não se pode negar que compreensão e produção textual sejam processos de composição, por meio dos quais o leitor-escritor constrói e reconstrói o significado. É justamente isto que faz com que leitura e escrita partilhem significados comuns. Ambos os processos, como lembra Pearson (1994, apud Chamblee, 1998) incluem os estágios de planejamento, elaboração e de revisão do conteúdo. Mas apesar de estarmos cientes da existência desses estágios, e da evidência da importância do relacionamento leitura-escrita, a maioria dos cursos destinados ao ensino dessas habilidades não procuram observar os benefícios provenientes de tais conexões. Em vista do exposto, nosso estudo visa identificar não só as operações mentais subjacentes aos processos de leitura-escrita, e os efeitos positivos que cada habilidade exerce sobre a outra, mas também documentar o modo pelo qual os aprendizes usam a informação de um texto fonte nos seus resumos. O corpus foi obtido a partir da aplicação de tarefas de compreensão e de produção textual num grupo de alunos universitários da área de ciências humanas. O uso de cópias, "quase" cópias, citações e paráfrases foi analisado, bem como a organização da informação textual, além de aspectos estruturais da escrita. Os dados evidenciam que a proficiência lingüística afeta o uso da informação do texto fonte nos resumos, uma vez que foram observadas divergências qualitativas nos textos lidos e produzidos pelos leitores fluentes e pelos menos fluentes. O estudo propõe o surgimento de novas pesquisas que examinem, mais detalhadamente, a conscientização metacognitiva dos aprendizes ao assumirem os diferentes papéis de leitores-escritores durante a produção de seus textos a partir da compreensão de um texto fonte. Tal conscientização, aliada à progressão do conhecimento lingüístico e ao uso estratégico, desenvolvidos durante a execução de tarefas que explorem a correlação leitura-escrita, poderão proporcionar uma melhoria nos níveis de compreensão e de produção textual dos aprendizes.

REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA DE LE: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA

Carla L. Reichmann - UFSC

IS2619C248

Neste trabalho tento demonstrar a contribuição de uma abordagem sistêmica ao se investigar uma prática social específica - o ensino de língua estrangeira (LE). A análise do discurso do professor brasileiro de línguas estrangeiras cresce como uma nova área de estudos de texto. Os objetivos deste trabalho são (i) verificar de que maneira o aspecto lexicogramatical de transitividade proposto por Halliday (1985, 1994) funciona como

instrumento de análise do discurso do "professor em construção" (Pimentel 1990); e (ii) realizar pesquisa participante na área de ensino de LE, incentivando o professor de LE como agente gerador de conhecimento. Este estudo aplica a transitividade em dois textos produzidos pela mesma professora de inglês, engajada com a professora-pesquisadora num diálogo dialogado. São textos escritos com um ano de diferença, ambos no início do semestre letivo. Este diálogo escrito tem como meta promover uma reflexão sobre a sala-de-aula de LE. Através das textualizações da professora, "reconstituem-se suas concepções e sua prática" (Freeman 1996). Numa análise dos processos encontrados nos textos, verificou-se que houve uma nítida mudança de enfoque: há um aumento de processos verbais e materiais no segundo texto. A atenção inicialmente dada a processos mentais, como o *pensar*, *sentir* e *perceber*, desloca-se ao *falar* e ao *fazer*, incluindo-se no texto mais vozes e agentes. Os resultados sugerem que a transitividade pode revelar traços textuais de uma reconstrução de sentidos e percepções sobre o ensino de LE. Este estudo aponta para o potencial que a gramática sistêmica oferece como parâmetro textual de análise do discurso pedagógico, ressaltando a importância da reflexão escrita, e também visa contribuir para a educação continuada do profissional de linguagem no Brasil.

AQUISIÇÃO DA ESCRITA EM INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA: UM ESTUDO DE CASO

Jáder Martins Rodrigues Júnior - UFC

IS2619C248

Sendo uma abordagem pedagógica em evidência no ensino de línguas, o método comunicativo representa um referencial de funcionalidade no ensino de línguas, pela filosofia nocional-funcional a que está relacionado (Richards e Rodgers, 1986:65). Nesse contexto comunicativo, o ensino das habilidades lingüísticas (ouvir, falar, ler e escrever) proporciona ao aprendiz o acesso à prática em cada uma dessas habilidades, sem distinção de nível de aprendizado. Contudo, temos observado em nossa instituição (Casa de Cultura Britânica - UFC) que parece não haver um desenvolvimento satisfatório do nível de produção escrita na língua-alvo, uma vez que, através de observações de textos produzidos por alguns alunos, constatamos erros e incorreções de natureza morfológica, ortográfica, sintática e textual. A presente pesquisa piloto tem como objetivos principais avaliar o processo de ensino/aprendizagem de escrita em LE, dentro da abordagem comunicativa, na nossa instituição, e possibilitar posterior implementação de técnicas de ensino de escrita que forneçam resultados mais eficazes para a consolidação do sucesso dos escritores na língua estrangeira.

O PROCESSO DE REVISÃO INDIVIDUAL EM TEXTOS ESCRITOS EM INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Maria Ester W. Moritz & Adriana de Carvalho K. Dellagnelo - UFSC

IS2619C248

Nos últimos anos pesquisadores e professores na área de escrita vêm investigando o processo de escritura, ao invés de apenas analisar o produto produzido pelos alunos escritores. O ato de escrever passa a ser visto, então, como um processo recursivo em que os alunos são encorajados a revisar seus textos enquanto escrevem. Pesquisas na área revelam que escritores experientes tendem a passar mais tempo revisando seus textos do que escrevendo suas primeiras versões (Zamel, 1983; Dellagnelo, 1998). Dessa forma, sugere-se que instrutores de escritura estimulem seus alunos a produzir várias versões de suas tarefas escritas. Dada a importância da revisão no processo de produção textual, este estudo em andamento tem por objetivo pesquisar o comportamento

de alunos brasileiros ao revisarem textos escritos em inglês como língua estrangeira. Dez alunos cursando a sétima fase do curso de Letras Bacharelado em Inglês da UFSC serão solicitados a escrever uma primeira versão de dois textos em inglês, e, num segundo momento, uma segunda versão revisada dos mesmos. Pretende-se, mais objetivamente, com esse estudo, detectar que tipos de revisão os alunos fazem em seus próprios textos e quais os efeitos das mesmas no produto final. A análise lingüística a ser usada neste estudo será baseada na pesquisa de Hall (1990), que inclui três categorias de análise: 1) nível de revisão; 2) tipos de revisão e 3) propósito da revisão.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO METALINGÜÍSTICO E A COMPETÊNCIA INSTRUMENTO-COMUNICATIVA DA SALA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Gloria Gil - UFSC
IS2620C248

O objetivo desta comunicação é mostrar a importância que o conceito *competência instrumento-comunicativa da sala de aula de língua estrangeira* (Gil, no prelo) tem para uma melhor compreensão dos estudos de construção de conhecimento metalingüístico neste contexto acadêmico.

O conceito surge a partir de um estudo de cunho etnográfico onde a construção do conhecimento metalingüístico entre professor e alunos é focalizada. A partir das reflexões originadas neste estudo, podem-se diferenciar três conceitos: *competência comunicativa do aprendiz* (Canale e Swain, 1980), *competência comunicativa da sala de aula* (Mechan, 1979), e o novo conceito aqui apresentado: *competência-instrumento comunicativa da sala de aula*, o qual refere-se as formas discursivas específicas relativas à aprendizagem de aspectos curriculares particulares.

Baseada no estudo de cunho etnográfico já mencionado, apresento uma descrição da competência instrumento-comunicativa de sala de aula de inglês, de um grupo de alunos adultos letrados de nível intermediário, onde focalizo a construção do conhecimento metalingüístico, a qual se estabelece em três dimensões metalingüísticas básicas: explícita, implícita e imaginária (Cicurel, 1984; 1985; 1990). As *três dimensões metalingüísticas constituem os conhecimentos co-construídos* (os quais são ao mesmo tempo enquadrados sócioconstruídos), que podem desenvolver habilidades meta-lingüísticas tais como: monitorar a produção da LE, notar características formais do insumo, notar diferenças entre o insumo e o 'output', ensaiar falas, brincar com a língua, conhecer fatos sistemáticos da LE, criar hipóteses (Swain, 1995), em suma, apropriar-se de conhecimentos que permitam realizar as atividades pedagógicas e eventualmente incidam no desenvolvimento da competência comunicativa do aprendiz.

TERMINOLOGIA E O ENSINO DE LÍNGUA INSTRUMENTAL

Maria Sueli Ribeiro da Silva - UNESP/SJRP
IS2620C248

O ensino de língua instrumental visa à capacitação do aluno para a leitura e interpretação de textos em uma dada língua estrangeira, através da identificação de aspectos gramaticais e discursivos relevantes do texto.

Este modo de se aprender uma língua, além do seu fim específico, que é o da leitura do texto, volta-se para um público também específico, como, por exemplo, determinado grupo de médicos, bacharéis em Direito, engenheiros, etc., que necessitam ler e entender textos de suas áreas em um outro idioma. Nesse caso, algumas questões se colocam ao professor de língua instrumental: seria o modo aleatório ou o quantitativo o mais indicado para a prática do ensino instrumental? Ou será que o conhecimento de regras tradicionais da gramática é suficiente para a leitura de um texto em outro idioma? O

que ensinar a esses grupos e como ensinar?

Um dos principais elementos de língua estrangeira a ser estudado em um curso dessa natureza é o conjunto lexical empregado nos textos especializados, sobretudo um subconjunto deste, ou seja, a terminologia específica da área em estudo (Medicina, Direito, Engenharia, etc.). A Terminologia, considerada como estudo do vocabulário técnico e científico especializado, desenvolveu uma metodologia que permite identificar e tratar de modo específico o conjunto de unidades lexicais e terminológicas própria de um domínio do saber ou do fazer humano.

Acreditamos que a associação dos fundamentos teóricos dessa ciência às técnicas de ensino de língua estrangeira instrumental pode conduzir a melhores resultados, cientificamente embasados.

Nossa comunicação tem por objetivo abordar as questões levantadas, partindo de um exemplo concreto, ou seja, através da análise de um texto do Direito, em língua italiana, para verificar como a metodologia proposta pela Terminologia poderia colaborar na identificação da melhor maneira de se ensinar uma língua em sua modalidade instrumental.

A COMPREENSÃO DE METÁFORAS NO PROCESSO DE LEITURA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Sâmia Alves Carvalho - UFCE
IS26204C248

Muitos leitores competentes na leitura de textos científicos revelam-se resistentes à leitura de textos poéticos figurados, criando uma certa aversão ao texto literário. Quais são as razões desta aversão? O texto figurado pressupõe uma competência específica? O objetivo deste artigo é investigar, na perspectiva de um modelo interativo de leitura, as razões desta aversão. Para tanto, parece-nos necessária a elucidação do processo de compreensão da linguagem figurada. Embora consideremos a complexidade do processo de leitura, ou seja, um processo em que há interação entre vários componentes, a presente pesquisa delimita-se à investigação sobre o processo de compreensão de metáforas, visando descobrir em que aspecto a compreensão da linguagem figurada difere da não figurada. Nossa hipótese é que algumas das pausas no processo de construção do significado do texto são detonadas por problemas não só de acesso ao significado das palavras, mas por dificuldades de fazer associações de sentido por similaridade ou analogia, onde traços característicos de um termo são incorporados a outro. O leitor muitas vezes não entende o texto, por não entender as metáforas nele contidas, talvez daí advinha a aversão de muitos leitores à leitura de textos literários, os quais são muitos mais ricos em metáforas que textos de outra natureza.

O RITMO DE FALA COMO DETERMINANTE DE MODIFICAÇÕES FONÉTICAS EM SEGMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Reynaldo Gonçalves
IS2621C248

Esse trabalho visa a estudar as transformações fonéticas que ocorrem durante o processo de comunicação em ritmo nativo, gerenciado pela lei do mínimo esforço. Nele procurarei mostrar a necessidade que o aprendiz de uma língua estrangeira tem de descobrir (ou aprender através de descrições formais) modificações fonéticas sistemáticas (dialetais) que o ajudem a receber/produzir eficientemente segmentos de comunicação na língua-alvo. Conseqüentemente, procurarei mostrar que o falante não-nativo pode tornar-se capaz de produzir seqüências de sons significativos semelhantes às produzidas por

usuários de dialetos da outra língua, supostamente os mais gerais, se for capaz de utilizar regras de obscurecimento (neutralização de vogais), assimilação, redução, inserção, junção, pausa, abrandamento, acento, entoação. Em resumo, mostrarei que o estudante poderá aprender a entender comunicações feitas em obediência à lei do mínimo esforço, segundo a qual ouve-se e entende-se o que não foi pronunciado.

UMA REFLEXÃO SOBRE TRADUÇÃO E TAREFA DO TRADUTOR - ANÁLISE CONTRASTIVA DA TRADUÇÃO DE UM TEXTO HEBRAICO PARA O FRANCÊS, O INGLÊS E O PORTUGUÊS

Eliana Rosa Langer - USP
TR278C248

Neste trabalho pretendo comparar a tradução para o francês, para o inglês e para o português de uma pequena passagem de um romance escrito em hebraico por Schmuél Yossef Agnon, Prêmio Nobel de Literatura (1966), publicado pela primeira vez em 1935. O estilo e a mistura de camadas lingüísticas, algo específico do idioma em questão e das circunstâncias em que este ressurgiu como língua falada no cotidiano, depois de um longo intervalo, caracterizam fortemente a escrita deste autor. A partir das soluções dadas pelos respectivos tradutores, focalizo o papel do tradutor e o binômio tradução/original, levando em conta o questionamento de Mounin (1975), as posições de Walter Benjamin (1923), bem como as de Francis Aubert (1994) e Rosemary Arrojo (1986), manifestados em textos que abordam tais temas.

FUNKTIONSVERBGEFUEGE - UMA PROPOSTA DE TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS

Ednusia Pinto de Carvalho - UFCE
TR2782C248

Neste trabalho, analisamos e apresentamos propostas de como o tradutor deve proceder com a tradução das *Funktionsverbgefuege* (locuções verbo-nominais, segundo Welker (1992)), sendo esse tema bastante relevante nas gramáticas alemãs, porém pouco explorado na literatura tradutológica em português. Sabemos que é um grande desafio para o tradutor encontrar, no português, uma correta equivalência semântica e estilística (Koller 1992) com a mesma objetividade da idéia da *Funktionsverbgefuege*. É imperativo, também, levar em consideração o nível de linguagem em que as mesmas são utilizadas, pois a ocorrência dessas *locuções* é bastante freqüente na língua alemã, principalmente na linguagem burocrática, técnico-científica e jornalística. Tais *locuções* também existem em português, porém em número menor.

FIDELIDADE COMO POSSIBILIDADE

Suely Pfeferman - USP/UNICAMP
TR2784C248

Nenhuma teoria de tradução, seja formal, seja pragmática ou cronológica, escapa à milenar questão da fidelidade e à afirmação de dicotomias do gênero palavra/sentido. A definição de fidelidade é uma preocupação constante em Arrojo, Aubert, Benjamin, Ascher e Kundera e faz parte de sua argumentação. É, de certa forma, a coluna do trabalho de alguns deles, em torno da qual levantam diversas questões.

Os autores acima listados parecem concordar ser a fidelidade uma exigência legítima, mas cabe discutir a validade de sua conceituação tradicional, na reprodução da forma, p. ex., tomada como barreira à reprodução do sentido. Pretendo, neste artigo, ilustrar esta questão baseada num poema hebraico de Yehudah Amichai, A morte de Meu Pai, num estudo comparado entre as traduções que encontrar.

PERSONAGEM, LINGUAGEM E TRADUÇÃO: UM ESTUDO LINGÜÍSTICO DE UMA VERSÃO CINEMATOGRAFICA DE "A STREET CAR NAMED DESIRE"

Luciany Margarida da Silva - UFSC
TR279C248

Dentro do contexto de tradução de filmes, legendação é um aspecto importante que merece atenção. A presente comunicação estuda a legendação através de uma análise da linguagem usada em uma produção cinematográfica de A Streetcar Named Desire (1951) de Tennessee Williams e sua versão legendada em português do Brasil intitulada Uma Rua Chamada Pecado (1951). Esta análise se propõe a investigar a maneira pela qual a personagem principal, Blanche DuBois, é construída na linguagem, através da forma com que ela modela as experiências de seus mundos interior e exterior. O arcabouço teórico usado neste estudo é a Lingüística Sistemática Funcional sugerida por Halliday (1985/1994), principalmente o componente ideacional realizado pelo sistema da Transitividade. Este estudo concentra-se na análise dos tipos de processos (verbos) em que Blanche DuBois se inscreve na primeira cena, no texto original (TO) e no texto traduzido (TT), de maneira a comparar os efeitos das escolhas feitas no TO com aqueles efeitos produzidos no TT em termos da construção da personagem. O conceito de tradução usado neste estudo é o da tradução como 'retextualização' sugerido por Costa (1992), baseado na noção de tradução como a retextualização de um texto anterior.

TRADUÇÃO E LINGÜÍSTICA: UMA RELAÇÃO DE AMOR E ÓDIO

Maria Lúcia Vasconcellos - USF
TR2792C248

A relação entre a Tradução e a Lingüística tem sido marcada por polarizações, por vezes exagerando por vezes negando a contribuição da segunda para a primeira. Após a época áurea de estudos de Tradução especialmente informados por teorias lingüísticas baseadas no conceito de "equivalência" e calcados na crença de uma suposta simetria entre as diversas línguas (sobretudo nas décadas de 60 e 70), esta relação pendeu para o pólo oposto, havendo, sobretudo nas décadas de 80 e 90, uma desconsideração de investigações legítimas que, muitas vezes, têm sido denominadas "estudos puramente ou meramente lingüísticos". Sem considerar a Lingüística nem como o grande liberador nem como o grande opressor dos Estudos de Tradução, este trabalho pretende discutir as premissas básicas subjazendo a estas duas atitudes polarizadas, apontando a distinção entre perspectivas lingüísticas "intra-" e "inter-organismo" ("language as knowledge" vs "language as behaviour", Halliday, 1978:56), o que, sugere-se, ofereceria uma explicação para tais posturas dicotômicas. Como ilustração, apresenta-se um trabalho realizado dentro do referencial teórico da Lingüística Sistemática ("inter-organism linguistics"), em que são discutidas as possibilidades e implicações de exploração da Estrutura Temática de um texto em Inglês e em várias traduções para o Português. Argumenta-se que, embora muitos aspectos da Tradução necessitem recorrer a outros espaços teóricos, além do lingüístico, para sua investigação e seu entendimento, existem aqueles aspectos que apenas podem ser, na e através da Lingüística, adequadamente descritos e explicados.

O FAZER TERMINOLÓGICO VS O FAZER TRADUTÓRIO

Ina Emmel - UFSC
TR2794C248

Os estudos terminológicos se pretendem tão gerais que possam ser aplicados em qualquer área de especialidade. Um dos objetivos deste trabalho é fazer uma aplicação prática desses ditames na área de especialidade "tradutologia", em uma concepção terminológica descritiva bilíngüe, e verificar a sua exequibilidade. Baseio a minha pesquisa na tradução que fiz de dois textos alemães nesta área. Os resultados desta aplicação prática são apresentados em forma de um fichário terminológico nos padrões fixados pela terminologia, para que possam servir para a formação de um banco de dados. Com base nas fichas terminológicas, faço também a análise dos problemas detectados na tradução dos mesmos. Apresento, além disso, um glossário contendo todos os termos analisados. Concluo que os estudos terminológicos terão que abordar melhor a questão da terminologia em áreas onde o objeto de estudo não pode ser considerado "concreto", como é o caso na "tradutologia", e terão que fornecer melhores subsídios para elaboração de sistemas de conceitos.

TIM BURTON'S THE NIGHTMARE BEFORE CHRISTMAS VS. O ESTRANHO MUNDO DE JACK UMA PERSPECTIVA SISTEMÍOTICA NO ESTUDO DA LEGENDAÇÃO

Lincoln P. Fernandes - UFSC
TR271C248

Legendação é uma importante área nos Estudos de Tradução. Entretanto, pesquisas feitas nesse campo são sempre voltadas aos aspectos técnicos que fazem parte desta atividade (legendagem), conseqüentemente, negligenciando aspectos lingüísticos e contextuais durante sua produção e recepção. Este estudo se propõe examinar o filme *Tim Burton's The Nightmare before Christmas* e sua versão legendada em Português do Brasil - *O Estranho Mundo de Jack* - objetivando investigar os contextos de cultura e situação sugeridos por Steiner (1998) e Vasconcellos (1997) tanto no ambiente de partida quanto no de chegada. O presente trabalho analisa as implicações e conseqüências de um tratamento diferente do gênero do filme, no que diz respeito à escolha de público alvo, no contexto de chegada. O modelo teórico da pesquisa desenvolvida foi baseado numa perspectiva sistemíotica da língua, na teoria lingüística de Halliday (1978); mas reformulada por Ventola (1998), Eggins (1994) e Martin (1984). Argumenta-se que o tratamento diferenciado do gênero no contexto de chegada afeta as dimensões do registro que, em última instância, vem por afetar as escolhas lexicogramaticais na legendação. A mitigação de certos elementos no filme, denotando a sua natureza macabra e sinistra, ocorreu a fim de favorecer um público-alvo em específico (principalmente crianças), privilegiando o seu entendimento da versão legendada às custas de outras características relevantes.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE FUNÇÕES DISCURSIVAS DOS VERBOS DESCONTÍNUOS EM ALEMÃO

Markus J. Weininger - UFSC
EA2714C248

Na língua alemã, estruturas verbais descontínuas são encontradas na maioria de todas as orações, independente do tipo de texto, registro, ou canal de codificação (oral/escrito). Característico é um elemento verbal finito na segunda posição da oração e um elemento infinito na posição final. O elemento infinito pode ser um prefixo separável do verbo principal na posição 2, um infinitivo ou participio, em construções analíticas com verbos auxiliares ou modais, ou outros elementos regidos pelo verbo. As subordinadas seguem a

mesma distribuição, sendo que o verbo finito está na posição final e a conjunção na posição 2. As estruturas descontínuas servem como eixos sintáticos da oração que abrem e delimitam até 5 campos topológicos (deslocamento para a esquerda, campo anterior, campo interior, campo posterior e deslocamento para a direita).

Além de dar algumas tendências sobre frequência e distribuição dos vários tipos desta construção, a comunicação analisa um trecho de língua falada, tirado de um debate de televisão, a respeito da correlação entre a distribuição de estruturas verbais descontínuas e marcadores prosódicos, em especial hesitações, respirações e pausas.

A distância às vezes considerável entre o elemento inicial e final da estrutura verbal (dependendo do tipo de texto pode se chegar a valores superiores a 30 itens lexicais) poderia levar a crer que o falante precisaria colocar as pausas, respirações e hesitações logo depois de encerrar uma estrutura descontínua, ou seja no final da oração. A breve análise do trecho examinado mostra, por tanto, que esta posição, depois de encerrar uma construção verbal descontínua, praticamente nunca recebe pausas etc. que, ao contrário disso, ocorrem de preferência no meio, entre os dois elementos verbais.

Conclusão provisória desta análise é que a posição após o fechamento de uma estrutura verbal descontínua é uma posição mais vulnerável, no sentido de sofrer interrupção por outros falantes, enquanto a posição no meio parece mais protegida, porque o primeiro elemento verbal abre uma expectativa no destinatário que é concluída apenas no elemento final. A interrupção no meio, antes de dar a chance de concluir, parece um ato bem mais agressivo do que aproveitar o fechamento normal da estrutura. Ao que tudo indica, isso leva uma tendência de imediatamente abrir uma segunda estrutura descontínua, de forma apressada, para só depois se permitir as necessárias pausas.

A ESCOLHA GRAMÁTICO-DISCURSIVA DA FLEXÃO VERBAL EM ATIVIDADES DE PRODUÇÃO ESCRITA BILÍNGÜE

Mônica Savedra - UERJ & Antônio Barros - FAPERJ
EA27142C248

Este estudo investigou o emprego da flexão verbal em atividades de produção escrita, propostas em sala de aula para alunos bilíngües em língua alemã (LA) e língua portuguesa (LP). O uso lingüístico foi analisado frente ao estágio de bilingüidade dos alunos, com especial atenção para o domínio de ambas as línguas no ambiente escolar. (Cf. Savedra & Heye, 1995). A investigação foi conduzida nos moldes da sociolingüística interacional, tanto para o processo de seleção dos informantes, como para a coleta e análise dos dados. Trabalhamos com três grupos de alunos da turma 10 (1ª série do 2º grau), de uma escola bilíngüe no Rio de Janeiro, selecionados com base no domínio funcional lingüístico: *DaM* = *Deutsch als Muttersprache* (LA como língua materna); *DaZ* = *Deutsch als Zweitesprache* (LA como L2) e *DaF* = *Deutsch als Fremdsprache* (LA como língua estrangeira). Para conceituação específica da flexão verbal em LA e em LP, utilizamos os parâmetros distintivos propostos em Savedra (1996) e, no caso do texto narrativo, adotamos a classificação eneária proposta no estudo op.cit. para a análise dos relevos da narrativa. Na análise das outras tipologias textuais, consideramos as atitudes comunicativas que se estabeleceram pela perspectiva que se colocava o enunciador/locutor frente ao objeto da enunciação; pela posição do interlocutor em relação ao tempo referencial e ao tempo da enunciação no texto (Cf. Travaglia, 1991). O emprego da flexão verbal foi analisado quantitativamente, através de um tratamento estatístico, para identificação da frequência e do percentual de uso dos tempos e formas verbais utilizados e, qualitativamente, considerando o tipo de flexão verbal em ambas as línguas, nos diferentes tipos de texto.

O EMPREGO DAS DECLINAÇÕES POR ALUNOS DE ALEMÃO COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA – UMA ANÁLISE DE ERROS

Aline Porto Quiters - UFSC
EA27144C248

Tradicionalmente os erros dos alunos em aula de Língua Estrangeira eram vistos como uma deficiência, e o bom professor seria aquele que os evitaria. Acreditava-se que eram todos oriundos de interferências do sistema da língua base (LB) na língua alvo (LA). Portanto, pesquisas buscavam determinar as diferenças entre esses dois sistemas para desenvolver uma didática mais eficiente no ensino de línguas.

Como essas pesquisas não davam resultado práticos, percebeu-se que, além de interferências da LB na LA, existem inúmeras outras causas e tipos de erros em diferentes etapas da aprendizagem do indivíduo. Descobriu-se, então, que o aluno se utiliza de estratégias de comunicação para suprir a falta da regra ainda desconhecida, e que adquire a 2ª língua, testando hipóteses por ele formuladas. Assim, cada aluno, ao aprender uma língua estrangeira, adquire um sistema próprio, a *interlíngua*, que, ao evoluir, se assemelha cada vez mais com a LA. Sua evolução depende de inúmeros fatores extralingüísticos como: motivação, ambiente, idade, professor, contato com falantes da LA, conhecimentos lingüísticos prévios, etc. Assim, o erro passou a não mais ser visto como deficiência, mas como parte do processo de aprendizagem/aquisição de uma língua. Para compreendê-los, deve-se analisar a *interlíngua* do indivíduo, correlacionando as ocorrências dos erros estudados com os fatores extra-lingüísticos.

Com base nesta teoria, foi realizada uma pesquisa com alunos de Alemão como Língua Estrangeira, no que diz respeito ao emprego das declinações. Constatou-se que a maior parte desses erros ocorriam porque os sujeitos confundiam os gêneros dos vocábulos novos e as formas dos casos. Os erros da amostra estudada foram quantificados e classificados.

EXPRESSIONES IDIOMÁTICAS EM ALEMÃO E EM PORTUGUÊS

Werner Heidermann -
UFSC
EA2715C248

Expressões idiomáticas refletem cultura, assim como características geográficas, históricas e sociais. A etimologia muitas vezes se perde; não pode ser decifrada, exigindo a pesquisa histórica. Mesmo sem o conhecimento etimológico, a expressão idiomática cumpre sua função.

“Einen Zahn zulegen” (alemão; literalmente em português: “acrescentar um dente”), por exemplo, significa “fazer algo mais depressa, se apressar”, sendo proveniente da arquitetura de castelos e fortes europeus. Mais concretamente, a expressão reporta às pontes levadiças construídas sobre fossos; em casos de ataques, os defensores colocavam uma roda dentada maior para levantar a ponte mais depressa.

A comunicação trabalha com exemplos das Línguas Alemã e Portuguesa, chama a atenção para a epistemologia de expressões idiomáticas e estimula formas de classificação. A tradução de expressões idiomáticas consiste numa forma de transposição cultural. A um falante de língua alemã, a versão literal de “descascar um abacaxi”, por exemplo, não tem sentido. Como se expressa uma idéia equivalente no outro idioma? E o que fazer se uma equivalência não existe?

No plano teórico, a expressão idiomática será delimitada do provérbio, da comparação e da metáfora; e o potencial literário das expressões idiomáticas, analisado. Por toda a comunicação perpassa a questão sobre a relevância das expressões idiomáticas no ensino de línguas estrangeiras.

A IDENTIDADE CULTURAL DO MANUAL ESCOLAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (LE)

Cleide Inês Wittke - UFSM
EA27152C248

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 80, os teóricos da Didática de Línguas, assim como os demais estudiosos que direcionam suas pesquisas à problematização do ensino/aprendizagem de línguas, não mais se questionam sobre a relevância do manual escolar no processo pedagógico, mas procuram investigar o modo como esse material de ensino produz sentido(s) ao veicular o discurso que o constitui. Nessa perspectiva, existem e continuam sendo realizadas um bom número de pesquisas, como por exemplo as de G. Holtzer-Gschwind, 1981; I. Citrat, 1983; N.L. Pretto, 1983; J. R. Rus-Perez, 1991; entre outras, que problematizam e procuram compreender como funcionam os mecanismos que constroem os sentidos constituintes da descrição do saber escolar, enunciado no e pelo manual de LE. Partindo dessa constatação, a presente comunicação investigará como funciona o processo que produz a identidade cultural do manual escolar de LE. Em outros termos, buscamos compreender como este objeto simbólico produz sentidos, ou seja, quais são os mecanismos empregados para que o manual de LE comece a significar em conformidade com a definição apresentada na e pela cultura ocidental. Para tanto, com base em um levantamento realizado sobre os manuais de LE empregados nas escolas de ensino formal da região do Vale do Rio Pardo e por meio de três critérios norteadores, elegemos três manuais de LE, um de francês, um de inglês e um de alemão, para constituir o corpus de nosso trabalho. Este conjunto é formado pelos manuais: *Cours de Français*, *Spoken English* e *Kinder lernen Deutsch – Die Familie Schiller*, todos produzidos editados na década de 60 e direcionados a iniciantes no estudo dessas línguas. Nossa abordagem discursiva encontra respaldo teórico em FOUCAULT (1972), PÊCHEUX (1993, 1995), ORLANDI (1987, 1996, 1998) e TEIXEIRA COELHO (1997), autores por meio dos quais definimos discurso e interdiscurso, formação discursiva e ideologia, identidade e cultura, imaginário e simbólico; como também, em PUREN (1988), GERMAIN (1993) e ZARATE (1993), a partir dos quais definimos manual, método e descrição escolar.

CONTATO LINGÜÍSTICO DO ALEMÃO NO RETO-ROMÂNICO: O CASO DOS VERBOS SEGUIDOS DE ADVÉRBIO.

Mário Eduardo Viaro - USP
EA27154C248

Os vários contatos que tiveram os falares reto-românicos com o alemão se revelam de muitas formas, desde a fonética até a morfossintaxe. Sobretudo o léxico se destaca como o componente do sistema lingüístico que mais é afetado quando, em situação de adstrato, ocorre grande diferença, do ponto de vista sociolingüístico, entre duas línguas de contato. Os falares reto-românicos, tanto dos Grísões quanto dos Alpes Dolomíticos, possuem estruturas verbais que se assemelham muito aos *trennbare Verben* do alemão, o que, à primeira vista, se mostra como um germanismo sob a forma de um calque. Assim, o verbo alemão *aufgehen* é composto de um provérbio *auf* “sobre” e do verbo *geben* “dar”, mas tem o significado, entre outros, de “desistir”. Da mesma forma encontramos a construção *dar si/ dar sü*, com a mesma forma e significado. Alguns verbos são

extremamente produtivos e servem de ponto de partida para construções independentes da contínua relação de calque. Tendo por base as combinações dos verbos "ir" e "vir" com os advérbios equivalentes a "para cima" e "para baixo", estabelecer-se-á não só quanto de herança latina (*supereo, supervenio, subeo, subvenio*) ou quanto de influência alemã (*aufgehen, aufkommen, untergehen, unterkommen*) seus correspondentes em reto-românico têm, mas também se há universalidade em alguma derivação semântica, que descaracteriza ou impossibilita a interpretação da herança e do contato lingüístico, ou ainda se algo pode ser entendido como derivação semântica autônoma particular.

O INTERDITO COMO FUNDADOR DO DISCURSO E SUA RELAÇÃO COM O SILÊNCIO

Fabio Elias V. Tfouni – UNICAMP/CNPq
LAC278C243

O presente trabalho é parte de minha dissertação de mestrado, que tem como título: "O Interdito Como Fundador do Discurso". Esta proposta possui relação forte com o silêncio.

Silêncio aqui não consiste apenas na falta de palavras ou de um enunciado qualquer, o silêncio como o tomamos aqui é o não dito, é o que está fora do efetivamente enunciado, mas que continua, mesmo assim, atravessando-o. Para Orlandi (1994), o silêncio é fundador porque ele é condição do significar.

Para nós, o silêncio é condição necessária ao dizer, pois sem esse recuo não haveria dizer. No entanto, acreditamos que o sentido precisa de algo que o instaure, algo que o faça sair do silêncio eterno. Esse algo é o interdito, é quando há um impedimento que se pode dizer algo. Assim, é impossível o tudo dizer, mas justamente por isso é que é possível algum dizer.

Uma das questões presentes nesse questionamento é se o silêncio pode ser o real. Para Orlandi, ele é o real da significação. O silêncio possui as características do real, pois ele é disperso, contínuo, a fala é que o organiza. Assim, a linguagem não seria estruturada por regras como convenções, o impossível é que organiza o dizível.

O silêncio enquanto censura é do nível do proibido, o constitutivo é do impossível.

Digamos que, no momento de dizer algo, se diz x e não y ou z. Depois de dito, x poderia ter sido outra coisa, mas não é. Assim, vemos o impossível e o contingente.

É o que Lacan diz sobre a emergência do sujeito:

"...o qual não é o lançador dos dados (o lançador não existe), mas os dados mesmos enquanto eles estão suspensos. Na vertigem desses possíveis mutuamente exclusivos, estala enfim, no instante posterior no qual os dados caem, o *flash* do impossível: Impossível, uma vez jogados, que os dados tragam outro número sobre suas faces legíveis. De onde se vê que o impossível não se disjunta da contingência, mas aí constitui o núcleo real." (Lacan 1971-72, p. 341, apud Leite p.74).

Nosso trabalho aponta para a importância do interdito no estudo da linguagem.

O SUJEITO, AO PÉ DA LETRA?

Marta Inês Arabia Rezende - UFSC
LAC2782C243

A questão da subjetividade na linguagem ocupa um lugar de relevância nas discussões das áreas que trabalham com a linguagem. A abordagem teórica psicanalítica proposta por Jaques Lacan produz uma subversão das epistemes clássicas, cartesianas. Essa subversão, que Lacan opera no "cogito", marca definitivamente a distância entre o sujeito semântico e o do inconsciente proposto por S. Freud e retomado por J. Lacan.

A noção de sujeito e de constituição subjetiva encontram um precedente 'pilar' na área específica da lingüística com Emile Benveniste:

"É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é do ser, o conceito de "ego".

O conceito de ego aqui tomado de Benveniste, conceito caro a René Descartes, é pensado como aquele onde ego, consciência e ser constituem uma relação de equivalência

O sujeito que René Descartes idealiza é aquele capaz de chegar a um conhecimento verdadeiro.

Lembramos que esse autor, na elaboração de seu método, utiliza a 'dúvida hiperbólica' para chegar a tal conhecimento, isto é, leva a dúvida ao ponto máximo, até se converter no seu oposto, a certeza, que chamaremos 'ilusão subjetiva'.

"Mas adverti logo, que querendo eu pensar, que tudo é falso, era necessário que eu, que o pensava, fosse algo; e observando esta verdade: "Eu penso, logo sou"

O 'sujeito freudiano' questiona a possibilidade de ser o registro do ego, aquele que possibilita o conhecer, e, desta forma, possibilita a transparência da linguagem.

EFEITOS DE SENTIDO NO DISCURSO DO ADOLESCENTE BORDERLINE

Blanca de Souza Viera Morales - UFRGS
LAC2784C243

Tendo como base pressupostos teóricos da Escola Francesa da Análise do Discurso, este trabalho discute a determinação discursiva, decorrente da relação que o sujeito do discurso estabelece com a Formação Discursiva que o afeta, e o processo de indeterminação que conduz à construção da heterogeneidade do discurso. As sequências discursivas que nos servem de referência provêm de um corpus formado por entrevistas com adolescentes borderline. Examinam-se as posições de sujeito e os efeitos de sentido produzidos no discurso.

A CONTINGÊNCIA DAS METÁFORAS

Mariluci Novaes - UFF
LAC279C243

Há uma certa unanimidade quanto a se caracterizar a linguagem produzida nas psicoses como aquela que apresenta problemas de comunicação, problemas esses que agravam o movimento de exclusão dos usuários de instituições psiquiátricas do restante da sociedade. A dificuldade (ou mesmo a impossibilidade) de se compreender o que é falado ou escrito costuma ser explicada ora pelo mau funcionamento do instrumento de representação (a atribuição de significados particulares, as não-referencialidades dêitica e anafórica, a violação do princípio de cooperação conversacional, etc.), ora por esse alguém ou além da linguagem (inferências incorretas sobre a realidade externa, distúrbios de pensamentos, crenças irracionais, delírios, controle por forças externas etc.).

Os resultados preliminares da pesquisa "Os atos de fala nas psicoses: um estudo da pragmática no discurso" (CNPq. 350511/97-7), que desenvolvo, sugerem que se redimensione esse lugar de relação entre linguagem e um fora da linguagem visto como um

lugar decisivo nos parâmetros da normalidade por aquilo que a linguagem representa e que serve de instrumento de julgamento do que é normal ou não. Se o lugar de exclusão dos usuários de instituições psiquiátricas independe de qualquer tomada de posição restrita à linguagem (não é uma redefinição de linguagem para além de sua imaginária função representacional que tornarão os seres humanos solidários com aquele(a)s que julgam diferentes), pelo menos eticamente cabe aos lingüistas formulações de novos discursos teóricos pelos quais as diferenças de linguagem sejam apenas diferenças de linguagem e nada mais. Formulações a esse respeito só podem ser transdisciplinares na medida em que a linguagem passa a ser contingência de um sujeito também contingente a partir de sua rede de crenças e desejos. Proponho, seguindo Rorty (1995), que o sujeito da linguagem seja efetivamente aquele que não só cria o real de sua fala como as significações concernentes a esse real. Será pela solidariedade entre sujeitos que se reconhecerão semelhantes em crenças e desejos, e, conseqüentemente, o que unirá os falantes de uma língua será a dispersão das redescrições de reais, e não uma estrutura sistêmica culturalmente estabelecida que oferece representações cristalizadas para se representarem o mundo e a mente. Junto ao cristalizado (o literalizado, segundo Rorty), e sobrepondo-se a este, vão se formando as metáforas novas que darão lugar a novas formas literalizadas. O que os usuários de instituições psiquiátricas parecem fazer com a linguagem é esse movimento incessante de metabolizar elementos literalizados e devolvê-los sob a forma de metáforas novas que constituem sua rede de crenças e desejos, a sua contingência enquanto sujeitos de linguagem. Como ilustração desse movimento de formação de metáforas novas, apresentarei alguns textos escritos ao longo de cinco anos por um usuário da Oficina da Escrita do Centro de Atenção Diária do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (local da pesquisa integrada à UFF).

O DISCURSO MÉDICO EVOCADO NAS INTERAÇÕES MÉDICO-PACIENTE COM HIV/AIDS

Marcos A M Vieira - FCM/UFMT
LAC2792C243

Este trabalho teve como objetivo estudar o discurso de médicos infectologistas em suas interações com pacientes portadores de HIV e com AIDS, centrado nas evocações que recuperam a oposição entre o *trabalho real* (pensado e vivido) versus *trabalho prescrito*. Foram observados e entrevistados três médicos infectologistas. A interpretação dos dados baseou-se no princípio da inscrição de sujeitos enunciadores aplicados aos textos orais em situação de trabalho (Boutet, 1993). O médico infectologista evoca situações de trabalho que instauram descontinuidades na sua interação com os pacientes e aponta as reformulações que teve de fazer no seu trabalho *prescrito* e *real pensado* em função dos mal-entendidos, confrontos e impasses no *trabalho real*, vivido com o paciente. Esse resultado pode ser atribuído ao fato de se tratar de uma prática cujo domínio está pouco codificado discursivamente.

A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS DO DISCURSO TERAPÊUTICO: ANÁLISE DO PAPEL LINGÜÍSTICO-DISCURSIVO DOS PARTICIPANTES

Tânia C. Pereira - PUCRJ/UERJ
LAC2794C243

Sob a perspectiva da Sociolingüística Interacional (Gumperz, 1982; Tannen, 1984), descrevemos nesta pesquisa o comportamento lingüístico-discursivo dos participantes de uma consulta terapêutica realizada em 1995. Estivemos interessados em saber de que forma terapeuta e paciente interagiram, e de que maneira a terapeuta, enquanto co-produtora do discurso do paciente, facilitou a construção das narrativas (Labov, 1972) que surgiram durante a consulta.

Nosso evento de fala é, portanto, o discurso terapêutico que pode ser definido como aquele em que os participantes usam e interpretam a linguagem com o objetivo de solucionar os problemas que o paciente traz para o encontro, e que acredita que o profissional de saúde mental será capaz de ajudá-lo a resolver. Além disso, assumimos que o discurso terapêutico é construído na interação entre os participantes; ele é mutuamente construído - construção dialógica. No entanto, embora exista essa 'harmonia discursiva', esse tipo de relação entre os participantes tende a ser assimétrica, na medida em que os papéis institucionais/interacionais são claramente definidos.

Perguntas como a) como a estória é narrada?; b) de que maneira a terapeuta resgata os referentes das narrativas do paciente?; c) qual é a verdadeira participação da terapeuta durante a consulta?; e d) qual a função das perguntas feitas pela terapeuta: pedidos de confirmação, ratificação, informação, e de que maneira tais perguntas/pedidos contribuem para a continuidade discursiva? (Mishler, 1986) iniciaram nossa pesquisa. Para respondê-las, é necessário levar em conta que as perguntas feitas pela terapeuta ao mesmo tempo que exigem a contribuição do paciente, e isso poderia ser considerado uma imposição, elas são formuladas em seu próprio benefício, na medida em que vão ajudá-lo a construir sua estória de vida: suas emoções, conflitos, angústias (Labov & Fanshel, 1977; Linde, 1993).

RELAÇÕES DE CONTATO INTERCULTURAIS: HISTÓRIA E IDEOLOGIA

Carmen Zink Bolognini - UNICAMP
ID2714C243

Esse trabalho objetiva apresentar questões relativas ao relacionamento cultura-história-ideologia surgidas a partir da análise do segmento de uma gravação, em vídeo, de uma relação de contato conversacional ocorrida entre dois gerentes de multinacionais de origem alemã. A contribuição teórica para a área de Linguística Aplicada à aquisição/aprendizagem de uma Língua Estrangeira dá-se à medida que se amplia a tendência na área de contemplar o processo a partir de uma perspectiva intercultural.

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IDENTIDADE: SER BRASILEIRO

Maria Angélica Deângeli - UNESP & Letícia Miller Martins - UNICAMP
ID2714C243

O conceito de espaço implica por definição o de fronteira. Ampliar um campo de ação, isto é, ocupar um espaço determinado como sujeito que desempenha simultaneamente papéis diversos consiste em superar ou deslocar fronteiras reais, intelectuais ou ideológicas. Além das fronteiras geográficas, existem fronteiras políticas, sociais e institucionais definidas por constituição e leis, convenções e estratégias de negociação sociais.

Evocando o conceito de fronteira, situamos no centro do debate a questão da mobilidade geográfica. Esta, por sua vez, leva-nos à reflexão das possíveis maneiras de pensar o "limite": limite de uma nação, de um povo, de uma etnia, de uma cultura, de uma língua...; limite que define um espaço definindo-se como (de)limitação e deslocamento; tantos limites que territorializam ou desterritorializam a questão do sujeito. A problemática do espaço geográfico, lingüístico, ideológico, social e individual atinge diretamente o discurso da alteridade, no trabalho em questão, o discurso de imigrantes brasileiros (brasiguaios) radicados no Paraguai, em zona rural (Santa Rosa del Moday). Assim, perguntamo-nos: Como definir o Outro senão nos limites /fronteiras do mesmo?

Trabalhando um corpus que inclui leituras de arquivo (textos jornalísticos) e pesquisa etnográfica (Erickson, 1992), procuraremos demonstrar, através de elementos constitutivos e mostrados do/no discurso do outro, como se constroem algumas facetas da identidade "ser brasileiro".

MARCAS IDEOLÓGICAS E SOCIOCULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Maria Aparecida dos Santos - UFMT- G/UNICAMP
ID27144C243

Considerando que se podem estudar as maneiras pelas quais as pessoas, de um modo geral, interpretam a realidade em que vivem, através da linguagem, pensa-se que, dentro de uma cultura, possa se buscar a compreensão de práticas discursivas que constituem o sujeito, considerando-o preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria, mas em que se pode perceber a palavra do Outro – como o discurso legitimado pela instituição Escola. Desta forma, buscar-se-ão algumas especificidades que podem ser interpretadas no discurso de uma ex-professora, constituído pelo perpassar de outras vozes, baseando-se nas leituras das obras de Michel Foucault (1997) - “*A arqueologia do saber*” e Eni Pulcinelli Orlandi - “*As formas do silêncio*” (1997) e “*Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*” (1998), bem como a dissertação de doutorado de Carmem Zink Bolognini - “*O lugar de interlocução de brasileiros e alemães na história de suas relações de contato*” (1996), dentre outras. O trecho examinado pertence a uma coletânea de entrevistas do Projeto NURC/SP. Pode-se notar que ele é atravessado pelo discurso legitimado pela Escola; é um discurso produzido num contexto em que o sujeito é falado do lugar que pensa ocupar e, portanto, obedece a critérios legitimamente instituídos por sua posição ocupada.

INGLÊS, “LÍNGUA UNIVERSAL”

Débora Cristina Mantelli Baghin – UNICAMP
ID2715C243

Aprender uma língua estrangeira é uma tarefa em nada neutra. Implicações de ordem cultural, ideológica, social e política estão envolvidas (cf. Pennycook, 1994), implicações essas que agem diretamente na constituição do sujeito envolvido nesse empreendimento (cf. Revuz, 1998; Serrani, 1998; Coracini, 1998, entre outros). Pretendo discutir (e questionar) neste trabalho a tendência em se conceber a língua inglesa como língua universal, conseqüentemente, o aprendiz desse idioma como sujeito universal, globalizado, e as conseqüências culturais, sociais e ideológicas disso, principalmente para a formação de futuros professores da área. Essa discussão será possível a partir de uma análise feita de processos discursivos em um curso de formação de professores de língua inglesa, em uma universidade pública brasileira, durante um semestre letivo, onde se procurou compreender de maneira mais ampla a constituição dos sujeitos envolvidos (professor-orientador e alunos-professores). Essa análise parte de pressupostos teóricos da Análise do Discurso (Pêcheux, 1990, 1995, 1997) e de uma concepção psicanalítica de sujeito.

O QUE É SER NEGRO. A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO EM CONTEXTOS AFRO-BAIANOS

Iracema Luiza de Souza – UFBA
ID27152C243

Este é um estudo de representações sobre *o que é ser negro*, construídas por atores sociais que integram uma comunidade afro-baiana de Salvador. São analisadas formulações sobre o tema extraídas da fala de dez sujeitos, e documentadas através de observação etnográfica e de registro de conversa entre pares. Os dados principais utilizados neste trabalho pertencem ao *corpus* DE SOUZA sobre o português afro-baiano¹. Além desses dados, são consideradas, na análise, formulações sobre *o que é ser negro*, levantadas em materiais representativos de outras formações discursivas. A partir dos atos de fala

construídos pelos informantes em conversas entre pares, o pesquisador discute as estratégias por eles acionadas para manifestarem suas representações da negritude, confronta-as com formulações oriundas de outras formações discursivas, procurando desvelar o discurso sobre o negro na sociedade brasileira, naquilo que ele apresenta de heterogeneidade de sentidos.

Embora reconhecendo que a comunicação verbal pressupõe um meio comum, que é a língua, o trabalho aqui resumido considera que ela só se concretiza suscitando e ressuscitando experiências singulares, que são marcadas socialmente.² De fato, na construção da referência empreendida pelos sujeitos tomados para estudo, suas vozes são perpassadas por outras vozes características da formação discursiva a que pertencem, bem como da formação social de que participam.

¹ Este *corpus* pertence ao Programa Diversidade Linguística e Construção do Sentido, em andamento no Instituto de Letras da UFBA, o qual, por sua vez, integra o grupo de pesquisa do mesmo nome, cadastrado junto ao CNPq no final de 1997.

² BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. L'économie des échanges linguistiques. Paris, Fayard, 1982, p. 16.

NARRATIVAS ORAIS E COGNIÇÃO SOCIAL: PROCESSOS DE REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE SOCIOCULTURAL EM NARRATIVAS DA AMAZÔNIA PARAENSE

Anna Christina Bentes da Silva – UNICAMP/UFPA
ID27154C243

Pretendo discutir o modo como os narradores constroem e representam a realidade social através do contar estórias. As narrativas orais analisadas são parte do projeto de pesquisa “O Imaginário nas Formas Narrativas Oraís Populares Da Amazônia Paraense” desenvolvido na Universidade Federal do Pará, desde 1994. Dez narrativas já publicadas em livro serão analisadas.

Considerando a cognição social como parte do domínio público e o discurso como uma tarefa pública construída por muitas mãos, meu ponto é o de que os narradores constroem estórias com explicações contraditórias sobre a realidade sociocultural em que vivem. Estas explicações encontram-se misturadas e, em muitos casos, não há *happy-ends* ou qualquer tipo de moral no final.

Jerome Bruner (1990) propôs que a narrativa é basicamente um instrumento da *folk psychology*. Para ele, as estórias são ferramentas culturais por excelência, para entender condutas incomuns ou inesperadas. Ao contar estórias, os narradores estariam, segundo Bruner, interconectando dois domínios do comportamento, aos quais o autor chama de “territórios duais”: a) as circunstâncias situacionais e as ações dos protagonistas; b) os estados mentais dos protagonistas. Normalmente, os narradores estariam explicando ações não esperadas e incomuns em termos dos pensamentos e sentimentos dos protagonistas. Assim, a narrativa serviria para “fazer o excepcional compreensível”. Mas não são os estados mentais de algum personagem específico que me interessam aqui. O que pretendi apresentar nesta comunicação é como ocorre o contínuo processo de construção/desconstrução/reconstrução de crenças e de conteúdos presentes nas narrativas e como este processo é socialmente compartilhado pelos membros de uma determinada comunidade. Não é algo que acontece em uma estória particular, mas é um processo recorrente e sistemático. Nesse sentido, estas estórias, como parte de uma identidade coletiva, mostram como os grupos sociais têm internalizado e compartilhado interesses e necessidades conflitantes.

PAINÉIS

BANCO DE DADOS GEOLINGÜÍSTICOS INFORMATIZADOS: CRIAÇÃO DE UM MODELO BÁSICO

Hilda Gomes Vieira – UFSC/CNPq
DTP2612314H1

1- Introdução: Os estudos Geolingüísticos ganham terreno no Brasil, e o reconhecimento de sua importância para o ensino da língua oral ou da escrita, na escola, tem sido evidenciado em eventos científicos, em todo o mundo. Depois do primeiro Atlas (v. Rossi: 1963) já se pode contar com cinco Atlas Lingüísticos publicados no Brasil (dos seguintes estados de: Bahia, Paraíba, Sergipe, Paraná e Minas Gerais), outros tantos estão em andamento, inclusive o do Brasil (v. Cardoso: 1996) e o ALERS da Região Sul do Brasil (Kock et alli, 1989). Mas a maioria deles continua lutando contra as dificuldades tecnológicas características de trabalho de tal convergadura. O ALERS, no Setor de Santa Catarina, necessitando agilizar a remessa de dados lingüísticos à Coordenação Geral do Projeto em Porto Alegre, utilizou-se, de modernos recursos da Informática.

2 - Objetivo: Meu objetivo neste trabalho foi o de realizar um balanço crítico dos atlas lingüísticos já publicados no Brasil, analisar as dificuldades que costumam provocar atrasos nas publicações com referência aos recursos tecnológicos disponíveis em cada época, apresentar sugestões para implementação de um Banco de Dados Geolingüísticos, objetivando elaboração e publicação dos Atlas lingüísticos em prazo mais curto.

3 - Metodologia: Análise do método da Geografia Lingüística tradicional nos 5 Atlas publicados, criação de um sistema de dados lingüísticos para alimentar o Sistema de Processamento de Dados Geolingüísticos (SPDGL) que foi desenvolvido na UFSC, com auxílio de bolsistas do CNPq, para implantação do Banco de Dados do ALERS em Santa Catarina.

4 - Resultados e Discussão: Constatou-se que os projetos de Geolingüística se arrastam por décadas, numa média de 10 a 20 anos, com perspectivas de retorno somente a longo prazo, quando da publicação dos respectivos atlas. Defendo a tese de que, em qualquer projeto de elaboração de um atlas lingüístico, é necessário que se inclua como primeira etapa, providências para criação de um banco de dados informatizados (v. Vieira, 1996).

5 - Conclusão: Apresenta-se um Sistema de Processamento de Dados Geolingüísticos, desenvolvido em Santa Catarina durante a implantação do Projeto ALERS, capaz de informatizar o Banco de Dados na UFSC, e permitir o fornecimento de dados, num tempo excessivamente mais curto, para a Coordenação Geral do Projeto poder publicar o ALERS Regional. O Sistema criado, SPDGL, foi alimentado pelos dados do ALERS em Santa Catarina e está sendo testado para uso em qualquer localidade, município, estado, ou país que assim o desejar.

FORMAS DE TRATAMENTO DE SEGUNDA PESSOA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Valdemir Klamt – UFSC
DTP2612314H2

A partir do cruzamento de dados advindos do Projeto ALERS (*Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul*), verificou-se a ocorrência das Formas de Tratamento Segunda Pessoa usadas no Estado de Santa Catarina pelos informantes analfabetos e de 1º e 2º graus.

No Estado há indícios de um controle no uso dos Pronomes de Tratamento em nível social de status e prestígio, no entanto, são de suma importância as interpenetrações

de fatores geográficos, políticos e históricos. Essencial foi o papel das línguas dos imigrantes, por exemplo, que através da língua difundiram a sua cultura até onde foi possível e tenazmente usaram e continuam usando a língua de sua pátria de origem e trabalhando para uma mudança pronominal em grau diferente de outras regiões do Estado.

Assim, além de toda a questão de status e prestígio social que uma variedade possa ter e, consequentemente, algumas formas de tratamento caracterizando grupos específicos, a geografia e a história são fatores que parecem ter determinado fenômenos lingüísticos específicos.

A pesquisa, considerando a sobreposição dos vários olhares, interpreta o uso das Formas de Tratamento de Segunda Pessoa em Santa Catarina e fornece um quadro geo-lingüístico e pragmático das ocorrências.

TOPODINÂMICA DOS DIALETOS CONSTITUINTES DO PORTUGUÊS NO NORTE DO TOCANTINS

Aden Rodrigues Pereira Bandeira – FUT
DTP2612314H3

A variação lingüística existente em nosso país tem-se constituído em alvo de inúmeros estudos direcionados à caracterização mais precisa dos falares brasileiros. Foi com esta mesma preocupação que no município de Tocantinópolis, estado do Tocantins, realizamos um mapeamento lingüístico. Tal estudo se justifica porque a cidade é histórica (140 anos) e, contudo, não vem apresentando o crescimento esperado apesar de nela predominar as atividades agrícolas, pecuárias e comerciais. Um fator também muito significativo é que este município foi povoado, desde o início, por migrantes em sua grande maioria maranhenses e indígenas (tribos apinayé). Este fato dá uma característica mais nordestina do que nortista aos falares deste povo. Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas com falantes nativos e não-nativos que fossem de sexo e geração diferentes (homem / mulher, jovem / idoso) dos grupos apinayé, maranhenses e outros (minorias: piauienses, baianos, paraenses, cearenses, goianos, etc). Para chegarmos aos primeiros resultados, foi necessária uma vasta pesquisa em livros de autores regionais, onde encontramos dados fundamentais, tais como: fundação da cidade, chegada das primeiras famílias, atividades exercidas pelas pessoas destas famílias, etc, uma vez que todos os registros deste momento histórico se perderam (incêndio, disputas políticas, descaso, etc). Hoje, Tocantinópolis apresenta uma população total de 18.887 habitantes (IBGE, Censo Demográfico, 1991), sendo 904 apinayé (FUNAI-TO, 1996). Este quadro demográfico mostra-nos uma maior influência maranhense do que indígena ou de qualquer outro grupo minoritário. Uma constatação também interessante se faz através dos fenômenos lingüísticos dos tocaninopolinos, tais como: a utilização das vogais "e" e "o" abertas em certos vocábulos como televisão e programa; ou as confusões feitas na utilização do "dá" e "dar", o uso da palavra "menino" para designar "garoto" e tantas outras constatações feitas neste estudo. Assim, a partir destes resultados, tencionamos traçar a topodinâmica do município, marcando precisamente onde se encontram os grupos já citados, com suas expressões mais significativas e ao mesmo tempo consideradas "marcas" de seus falares.

O PORTUGUÊS NO BRASIL: ORGANIZAÇÃO DE CORPUS DIACRÔNICO

Márcia Cristina de Brito Rumeu – UFRJ
PDP2612314H4

Neste painel, pretende-se apresentar uma amostra de *corpus* diacrônico fidedigno, do ponto de vista lingüístico, aos estudos acerca da história do português no Brasil. A constituição de *corpus* diacrônico confiável insere-se num projeto maior - *Para a História do Português Brasileiro*. Com o objetivo de detectar tendências que permitam evidenciar a base de formação da variedade brasileira da língua portuguesa, analisam-se características

morfossintáticas (posição do clítico, uso do gerúndio/infinitivo) em uma amostra de *corpus* diacrônico constituído por cartas informais produzidas no Brasil, nos séculos XVIII e XIX.

A seleção de textos representativos da língua portuguesa produzidos no Brasil, nos séculos XVIII e XIX foi feita a partir do levantamento de documentos *Manuscritos* pertencentes ao acervo da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, agrupados segundo uma tipologia de textos. O propósito final é a confecção de um Catálogo Geral de Fontes do Brasil Colônia.

TRÊS TRATADOS CARTUSIANOS MEDIEVAIS PORTUGUESES: ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz – UEFS/USP
PDP2612314H5

Entre as obras do período medieval português figura o texto ascético-místico *Castelo Perigoso*. Este texto encontra-se nos Códices Alcobacenses 199 e 214, pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa, distribuído em sete tratados: o primeiro, *Castelo Perigoso*, aborda ensinamentos sobre como edificar um castelo no coração e como defendê-lo contra ladrões e traidores; o segundo, *Dos Benefícios de Deus*, é um desdobramento, segundo Martins (1956), do primeiro tratado; o terceiro, *Do Livro da Consciência e do Conhecimento Próprio*, traz conselhos sobre autoconhecimento; o quarto, *Da Amizade e das Qualidades do Amigo*, aborda, como o próprio título diz, as qualidades que se deve encontrar em um amigo; o quinto, *Das Penas do Inferno*, e o sexto tratado, *Das Alegrias do Paraíso*, tratam, respectivamente, sobre o tema da condenação eterna e sobre a felicidade dos eleitos quando alcançarem o paraíso, livres de todo sofrimento terreno; o sétimo e último tratado, *Livro dos Três Caminhos e dos Sete Sinais do Amor Embedadado*, apresenta a vida espiritual direcionada por três caminhos: o purgativo, o iluminativo e o contemplativo.

Após a leitura crítica dos textos e consequente levantamento dos itens lexicais relativos ao campo semântico religioso, presentes nos segundo, terceiro e quarto tratados mencionados acima, objetos do presente estudo, proceder-se-á à análise dos mesmos, tomando como base metodológica o triângulo de Ullmann com seus três pontos: o significativo, o conceitual e a realidade extralingüística.

ELEMENTOS DE SINTAXE DO LATIM VULGAR

Maria Cristina Martins – UNICAMP
PDP2612314H6

Este painel tem como objetivo apresentar os principais pontos de uma pesquisa que resultou na Dissertação de Mestrado em Linguística - "Os locativos na *Peregrinatio Aetheriae*" -, desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) - Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Rodolfo Ilari.

A referida Dissertação de Mestrado analisa as expressões de lugar encontradas no primeiro livro da *Peregrinação de Etéria*, em latim, *Peregrinatio Aetheriae*, texto do século IV d.C., que, por suas peculiaridades lingüísticas, representa uma das principais fontes para o estudo do latim vulgar. Verifica-se, que as expressões de lugar encontradas no texto, a maioria construída por sintagmas preposicionais e advérbios, podem ser classificadas, conforme se enquadram num ou noutro caso, como locativos argumentais e não argumentais, contrariando a classificação adotada pela tradição gramatical latina, que considera como argumento do verbo apenas o objeto direto em acusativo. A análise teórica tem como base a Teoria Temática da Gramática Gerativa, no modelo de Princípios e Parâmetros. Verifica-se ainda, nesta pesquisa, que os dados encontrados na *Peregrinatio* quanto ao uso das expressões de lugar que tradicionalmente respondem às perguntas *onde* (*ubi*), *de onde* (*unde*), *por onde* (*qua*) e *para onde* (*quo*) demonstram confusão entre os lugares *ubi* e *quo*. Sugere-se que esta confusão começa com o emprego dos advérbios e é

agravada pela queda do *-m* final do acusativo, que tornou iguais o acusativo e o ablativo.

O latim empregado na *Peregrinatio* denuncia, através de certas construções não atestadas no latim clássico, muitas transformações pelas quais estava passando a língua latina, em todas as áreas da gramática, e visivelmente na sintaxe. O estudo realizado com as circunstâncias de lugar permite ver a mudança em curso, como a perda e confusão no uso dos casos e das declinações, o aumento de frequência no uso das preposições e a tendência à fixação da ordem SVO dos constituintes da frase, ou seja, mais próximo das línguas românicas do que do latim clássico.

CONTRIBUTO PARA UMA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CLÁSSICO: A LINGUAGEM DA "PEREGRINAÇÃO" DE FERNÃO MENDES PINTO

César Nardelli Cambraia – UFMG
PDP2612314H7

Qualquer consulta aos manuais de história da língua portuguesa deixa bem claro que há ainda diversas fases da história do português que estão a merecer estudos mais amplos e sistemáticos. Uma dessas fases é o chamado Português Clássico (terminologia que Cuesta e Luz (1980) empregam para o português dos séculos XVI e XVII).

A fim de apresentar um contributo para o preenchimento dessa lacuna, iniciei uma descrição lingüística sistemática e exaustiva (nos níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático e lexical) de uma obra representativa do referido período: mais especificamente, da "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto - descrição esta que tem como modelo a que se realizou sobre a versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório* (cf. Mattos e Silva, 1989). A opção por investigar a linguagem da "Peregrinação", considerada como objeto de estudo "urgente" já por Silva Neto (1957), decorreu da constatação da riqueza de fatos lingüísticos interessantes dessa obra quando realizei uma análise das estruturas locativas presentes nela em pesquisa anterior (cf. Cambraia, 1996).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da primeira etapa deste projeto para a análise da linguagem da "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto, em realização na Universidade Federal de Minas Gerais: *a caracterização sócio-histórica do texto* (tal como se fez em relação à Carta de Pero Vaz Caminha em recente estudo descritivo de sua linguagem (cf. Mattos e Silva, 1996).

Do ponto de vista sociolingüístico, procurou-se determinar dados relevantes para a contextualização do autor ("informante"): Quando e onde nasceu e viveu (e, portanto, que variante regional falava)? Que idade tinha quando escreveu o texto? Que tipo de instrução era a sua? A que público se destinaria o texto? O que se verifica sobre seu estilo? Tais dados são importantes para permitir o controle de variáveis extralingüísticas em estudos de mudança lingüística que utilizarem a linguagem da "Peregrinação" como *corpus* (controle que, por ex., Romaine (1982) realizou em sua análise diacrônica sobre marcadores de relativização no inglês). Do ponto de vista filológico, procurou-se conhecer a história editorial do texto, publicado postumamente, a fim de assegurar que o trabalho de descrição lingüística fosse feito sobre uma edição fidedigna, a qual espelhará com fidelidade a linguagem de seu autor.

O ANALITISMO NA MORFOLOGIA VERBAL: DO LATIM CLÁSSICO AO PORTUGUÊS ATUAL

Maristela Desessards de La Corte – FAMES
PDP2612314H8

Esta dissertação tem por objetivo verificar as tendências analíticas, tendo como foco principal a morfologia do verbo, especialmente as vozes e os tempos verbais, desde o latim clássico, passando pelo latim vulgar, até a língua portuguesa atual. Tal análise está apoiada nas pesquisas realizadas por estudiosos como Theodoro Henrique Maurer Jr.,

Serafim da Silva Neto, Carlos Faraco, entre outros, que através de um estudo diacrônico buscaram no latim a compreensão de fatos lingüísticos existentes no português. Ferdinand de Saussure introduziu nos estudos lingüísticos os termos sincronia e diacronia. A língua, então, pode ser considerada como um sistema que funciona num determinado momento do tempo, tendo-se neste caso um estudo sincrônico, ou, ainda, observando suas evoluções, suas mudanças ocorridas de um momento a outro da história, o que determina um estudo diacrônico. Nos últimos anos, o interesse pela história das línguas tem merecido destaque entre os lingüistas brasileiros que retomam os estudos históricos do início do século. Nesse sentido ela é projetada como parte integrante da vida sócio-cultural dos falantes. A metodologia desse trabalho prevê a descrição da morfologia verbal (vozes e tempos verbais) do latim (clássico e vulgar) e da língua portuguesa atual para, através de uma análise comparativa, observar a constância das mudanças lingüísticas ocorridas na faixa do tempo. Concluiu-se, a partir daí, a existência de uma tendência analítica na língua portuguesa atual que teria origem no latim vulgar. Esse trabalho justifica-se pela tentativa de avançar os estudos sobre as mudanças morfológicas na língua portuguesa, uma vez que as pesquisas nessa área ainda são pouco exploradas. Espera-se, com isso, trazer uma contribuição significativa para os estudos de domínio da lingüística histórica e da filologia.

COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS: UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO

Antonio Carlos Santana de Souza – USP

PDP2612314H9

Em nosso trabalho investigaremos a presença ou não de elementos que possam atestar um processo de criouliização prévia na fala dos habitantes de comunidades afro-brasileiras rurais. A partir da análise lingüística da fala dessas comunidades, pretendemos apresentar novos elementos para o significativo debate sobre a relevância do(s) processo(s) de criouliização na constituição histórica do português do Brasil.

O estreito contato do português com línguas africanas durante o período colonial, e possíveis processos de pidginização e criouliização dele decorrentes sempre estiveram na pauta daqueles que se ocuparam da caracterização sócio-histórica do português do Brasil. O advento da sociolingüística permitirá a retomada do debate em torno da questão, em outros termos. O ponto de partida é o quadro atual de profundas diferenças entre o português popular do Brasil (doravante PPB) e o português padrão. Muitos dos traços que caracterizam o PPB são típicos de línguas crioulas: (i) preferência pela marcação do plural apenas no primeiro elemento do SN; (ii) drástica redução na flexão número-pessoal do verbo; (iii) dupla negação, sendo que esses traços de tipo crioulo do PPB podem ser ainda mais radicais nos dialetos rurais. O debate atual, então envolve duas posições: uma que vê essa situação do PPB apenas como o resultado de mudanças lingüísticas internas e uma segunda, que destaca a importância do(s) crioulo(s) português(es) falado(s) pelos escravos africanos na compreensão das origens do PPB.

Em estudos anteriormente realizados no Brasil, encontraram-se evidências de criouliização do português, o que nos incentiva a pesquisar a existência e a extensão desses fatos no território brasileiro. Esses achados podem ser extremamente importantes para a compreensão da configuração e das tendências atuais da língua falada na zona rural brasileira, na medida que podem explicar a distância que a separa do português padrão e a direção dos processos de mudança que nela se verificam através de um processo anterior de criouliização e do processo atual de descriouliização. Essa pesquisa pode contribuir também para a compreensão da situação atual da língua falada nos centros urbanos, já que um quadro sócio-histórico mais acurado do desenvolvimento do português na zona rural

é essencial para se avaliar o impacto lingüístico sobre a norma urbana da migração em massa do campo para a cidade, que se verificou ao longo deste século. Por outro lado, no âmbito do desenvolvimento da teoria lingüística, esse estudo pode contribuir também fornecendo dados empíricos para uma definição mais precisa de conceitos como post-crioulo, processo de descriouliização, que estão no centro das preocupações atuais da criouliística.

A análise lingüística das comunidades de fala será concentrada no nível morfossintático, seguindo o modelo laboviano. Estudaremos alguns itens que já se mostraram relevantes na caracterização do PPB e no debate de campo e que têm paralelo com outras línguas crioulas: (i) concordância de número e gênero no SN; (ii) concordância verbo-nominal; (iii) dupla negação; (iv) verbos seriais; (v) formação de orações relativas; (vi) preposições; (vii) estruturas verbais do subjuntivo; (viii) sistema de artigos; (ix) objeto nulo; (x) marcação de tempo e aspecto.

ESTUDO PRELIMINAR DA COARTICULAÇÃO CV EM PORTUGUÊS DO BRASIL: MEDIDAS DE FORMANTES

Leonardo Couto Franco de Oliveira – UNICAMP

FNP2612314H10

Partindo-se da definição mais comum de coarticulação como influência entre segmentos, amplamente resenhada em Farnetani (1997), buscamos descrever e explicar a extensão deste fenômeno em Português do Brasil (PB), tentando ampliar resultados já encontrados para um falante (Aquino, 1998). Foram analisadas influências perseveratórias das consoantes /p, t, k/ sobre as vogais /i, a, u/ em posição acentual tônica e pós-tônica final, com medidas referentes ao padrão formântico das vogais.

Foram medidos F_1 , F_2 , F_3 e F_4 das vogais em seu estado estacionário e em todos os contextos com condições experimentais bastante controladas para um falante de PB, sendo cada condição repetida 5 vezes. Análises estatísticas foram aplicadas para determinar em que contextos ocorreram diferenças significativas em cada um dos parâmetros das vogais a depender da posição tônica e da consoante precedente. A análise estatística também confirmou a coerência das medições.

Cinco são os contextos em que as diferenças são significativas e relevantes para a discussão. Para a vogal /a/ em posição tônica, há diferença em F_2 e F_3 , sendo que para F_3 todas as condições são diferentes entre si ($k > t > p$) e em F_2 o /a/ em contexto de /p, t/ apresenta aumento de F_2 em relação ao contexto de /k/. Já /a/ pós-tônico apresenta diferença significativa apenas para F_3 no mesmo padrão da tônica. Para a vogal /u/, há diferenças de F_2 em ambos as condições acentuais, sendo que há um aumento no contexto de /t/ em relação a /p, k/ de maneira semelhante nas duas posições de acento. Para a vogal /i/ não foram encontradas diferenças significativas importantes. Na maior parte dos casos onde há diferenças significativas, /p/ e /k/ geralmente causam um abaixamento de F_2 e /t/, um aumento.

A ocorrência de coarticulação em contexto pós-tônico já era conhecida para o PB (Aquino, 1998) e é há bastante tempo reportada na literatura (Lindblom, 1963). Os resultados, porém, mostram que há coarticulação mesmo em posição acentual tônica. Na vogal /u/ têm-se resultados que indicam uma posição de língua avançada na realização de /u/ diante de /t/. As influências distintas das diferentes consoantes sobre as diferentes vogais desaconselha um tratamento da coarticulação via traços, mesmo escalares, sugerindo diferentes estratégias de produção que parecem ser melhor explicadas com modelos dinâmicos de produção de fala que contemplem aspectos contínuos da coarticulação. Têm-se até o momento dados de apenas um falante, mas incluiremos no estudo a ser exposto mais três falantes, de forma a ampliar os resultados e a discussão tanto fonética quanto fonológica do fenômeno.

UM ESTUDO SOBRE A INTELIGIBILIDADE DAS VOGAS CANTADAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Beatriz Raposo de Medeiros – UNICAMP
FNP2612314H12

Compreendendo uma manobra articulatória típica das vozes femininas no canto erudito, que é o abaixamento da mandíbula, pode-se compreender, também, o resultado acústico que permite à voz grande amplitude e projeção (Sundberg, 1977).

No entanto, o sinal sonoro emitido por cantores eruditos (de ópera ou de câmara), se por um lado ganha em amplitude, por outro, tem a inteligibilidade do texto cantado comprometida.

Há mais de duas décadas a questão da inteligibilidade vem sendo estudada por autores como Scotto di Carlo (1978) e Sundberg (1975), enfocando-se línguas como o inglês, o sueco e o francês e, principalmente, o texto e a música operísticos.

O presente estudo tem caráter preliminar e visa, baseado nos autores já citados, verificar a inteligibilidade das vogais [a],[É], [e][i], [•], [o] e [u] faladas e cantadas no estilo de música de câmara em português brasileiro (doravante PB), em posição acentual tônica.

O padrão formântico das vogais faladas foi registrado a fim de que se obtivesse – a partir de cinco repetições – uma média significativa de F0, F1, F2 e F3 de cada uma das vogais. Quanto às frequências formantes das vogais cantadas – gravadas, também, em cinco repetições –, só foi possível registrar os primeiros formantes das vogais entoadas em “pitches” graves e os F0 e F1 daquelas entoadas em notas médias e agudas. Uma vez possuidores dos dados numéricos de F0 e F1 de todas as vogais – faladas e cantadas – pudemos realizar uma análise estatística que apontou-nos diferenças acústicas significativas entre canto e fala, que implicam questões de maior ou menor inteligibilidade do texto cantado.

Realizamos ainda um teste de percepção com sujeitos leigos em música cuja tarefa era reconhecer a vogal cantada isolada de seu contexto. Este teste deverá se aperfeiçoar, principalmente no tocante ao controle da duração das vogais que devem ser identificadas.

Os resultados obtidos inicialmente com as vogais [E], [e] e [i], tanto na análise estatística, como no teste de percepção, correspondem àqueles de pesquisadores como Sundberg e Scotto di Carlo, mas devem ser entendidos dentro do seguinte quadro: pertencerem à língua portuguesa do Brasil e à música de câmara brasileira – tendo sido esta escolhida uma vez que sua tradição é bastante expressiva comparando-se à ópera brasileira.

O VOCABULÁRIO DESIGNATIVO DE TIPOS DE MEDICAMENTOS NAS MEZINHAS E NOS REGIMENTOS RELATIVOS À SAÚDE DO “LIVRO DA CARTUXA”

Samantha de Moura Maranhão – UCS/FIB/FRB
LXP2612314H13

O presente trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que teve por objetivo estudar o vocabulário das receitas de medicamentos e dos regimentos relativos à saúde encontrados no “Livro da Cartuxa”, o *livro dos conselhos* do soberano quatrocentista português D. Duarte.

Com a aplicação do método de análise por campos semânticos, os vocábulos, reunidos por um sema comum, foram distribuídos em quatorze paradigmas: profissionais da Medicina, pessoas acometidas por doenças, doenças e sintomas, anatomia, tipos de cura e prevenção de doenças, saúde, tipos de medicamentos, unidades de peso e medida, instrumentos e utensílios, animais, alimentos, refeições, peças do vestuário e elementos religiosos.

Pretende-se, neste painel, apresentar o paradigma em que constam os vocábulos

por que vêm designados os vários tipos de medicamentos encontrados no *corpus*, os quais diferem entre si quanto à natureza - planta ou preparado - bem como quanto à forma física - pílula, pomada ou pó, por exemplo.

Integram os verbetes a classe de palavra a que pertence o lexema, o seu étimo e origem, a acepção trazida no *corpus* e os exemplos neste encontrados. Precede o levantamento e a análise vocabular um comentário sobre a visão da doença e da saúde trazida pelo homem medieval, uma vez que, como bem aponta o triângulo semiótico de Ogden e Richards, o signo une o lingüístico ao extra-lingüístico e o conhecimento da história do referente, imprescindivelmente incidindo em aspectos sócio-culturais da comunidade cuja língua se descreve, faz-se necessário para a compreensão dos termos utilizados na sua designação.

NOTÍCIAS SOBRE O ESTUDO LEXICAL DA OBRA DE JOÃO GUMES

Maria da Conceição Souza Reis – UEB
LXP2612314H14

O escritor e jornalista João Gumes viveu em Cacticé-BA, entre 1858 e 1930. Ao longo de sua vida escreveu romances, comédias, dramas e crônicas. Toda sua produção, ambientada na terra natal, retrata os hábitos e costumes de sua época. Apresentar-se-ão alguns resultados parciais do estudo léxico contido na obra do referido escritor.

A ANTEPOSIÇÃO DOS ADJETIVOS AO NOME DENTRO DO SINTAGMA NOMINAL NO PORTUGUÊS FALADO DO BRASIL

Gelza Matos Nunes-Pemberton – USP
SP2612314H15

Neste trabalho, proponho que diferentes posições dos adjetivos estão correlacionadas a diferentes funções sintáticas e semânticas: na anteposição ao nome esses adjetivos incorporam caráter quantitativo/intensificacional ocupando uma posição típica de operadores; em posição pós-nominal esses adjetivos são predicados com a função sintática de adjunto. O trabalho se insere no quadro teórico da gramática gerativa.

Esclarecendo melhor minha proposta, acredito que em (1) o adjetivo *diferentes*, anteposto ao nome, quantifica de maneira indefinida esse nome. Já em (2), *diferente*, posposto ao nome, remete, ou a uma comparação com algo previamente mencionado, ou à interpretação de algo fora do comum. Melhor dizendo, tento mostrar que em (1) o falante não está falando sobre a diferença existente entre as atividades, mas sobre a quantidade das atividades.

(1) O importante é que o professor proponha **diferentes atividades** que envolvam **diferentes processos mentais** NURC-PA-278

(2) Você poderiam descrever **um prato diferente** NURC-PA-291

Quanto ao caráter intensificacional que os adjetivos adquirem quando em anteposição ao nome, a minha intuição é de que uma parte dos adjetivos antepostos ao nome, mais que atribuir uma qualidade ao nome, intensificam essa qualidade. Em (3), por exemplo, o adjetivo *grande* não atribui a qualidade de *ser grande* ao nome *importância*, mas intensifica essa qualidade. Assim, poderíamos dizer que em (3) a importância não é grande, mas sim, muito grande. Podemos ver que (3) pode ser parafraseado por (4)-(5), mas não pode ser parafraseado por (6)

(3) que é realmente... um elemento de **grande importância**... porque procura... por assim dizer... (NURC-PE-131)

(4) que é realmente... um elemento de **importância muito grande**... porque procura... por assim dizer...

(5) que é realmente... **um elemento importantíssimo**... por assim dizer...

(6) que é realmente... **um elemento de importância grande**... porque procura... por assim dizer...

THERE-INSERTION E SUJEITOS INVERTIDOS EM CONSTRUÇÕES PASSIVAS DO PB

Thais R.A.P. Chaves - USP
SP2612314H16

Na sua análise de verbos ergativos em português, Eliseu (1984) afirma que os casos de "inversão do sujeito" observados nessas construções, assim como nas passivas e em outras construções, correspondem ao fenômeno de *there-insertion* do inglês. Esse fenômeno é bastante estudado e apresenta várias características que podem servir como um teste para a afirmação de Eliseu (1984). Entre essas características, Milsark (1974) observa que os predicados aos quais a regra de *there-insertion* pode se aplicar são predicados que se referem a estados, enquanto que os predicados aos quais essa regra não se pode aplicar referem-se a propriedades; cada um desses predicados seleciona tipos de sujeitos diferentes. Carlson (1977) estende a definição de Milsark (1974) e afirma que os predicados que aceitam *there-insertion* se referem a propriedades de estágios de indivíduos, gerando uma leitura de "acontecimento", enquanto os predicados que não aceitam *there-insertion* se referem a propriedades de indivíduos, gerando uma leitura de "característica". Carlson (1977) observa ainda que a construção passiva é ambígua em relação a esses dois tipos de leitura, podendo apresentar uma leitura tanto de "acontecimento" quanto de "característica".

Parto da hipótese de que as construções passivas com sujeitos invertidos do português do Brasil representam um fenômeno sintático diferenciado em relação às construções passivas "padrão", como propus em Chaves (1998). Neste trabalho, investigo algumas diferenças que existem entre as construções com "sujeitos invertidos" e as construções "padrão", em que o sujeito é realizado anteposto ao verbo. Proponho que as construções com sujeitos pospostos ao verbo não apresentam o mesmo tipo de ambiguidade observada por Carlson (1977) para as construções passivas em geral, mas representariam predicados sobre estágios de indivíduos. No modelo de Carlson (1977), a esse tipo de predicado deve corresponder uma leitura de "acontecimento", e não de "característica". Para testar essa hipótese, utilizo os testes propostos por Carlson (1977) para o inglês, relativos às possibilidades de interpretação do sujeito, e observo os problemas que esses testes apresentam quando aplicados ao português. Verifico também se é ou não possível haver um uso atributivo do participio passado nos dois tipos de construção, relacionando essa possibilidade ao tipo de predicado envolvido.

A TEORIA DA METÁFORA EM "O BURRINHO PEDRÊS"

Renata M. F. Coelho Marchezan - UNESP
SGP2612314H17

Em "O burrinho pedrês", G. Rosa cria uma metáfora modelar, que, explicada pelas categorias tensivas - extensa e intensa - propostas por C. Zilberberg, pode contribuir para a reflexão teórica dessa noção. Realizada de forma intensa, por meio de um toque pontual, de uma fusão momentânea de conceitos, a metáfora ilumina todo o texto e, por iteração, aviva, realça, presentifica um ou outro sentido. O campo de fusão metafórico não é, pois, circunscrito e estático, mas difuso e dinâmico. A metáfora pressupõe a instalação da diferença, a percepção do distanciamento e, também, sua redução, a aproximação do distante, por meio de um fazer unificador, que, no entanto, não anula as vozes discordantes, antes opera com elas, alimenta-se delas para transcendê-las. A metáfora não se traduz em unificação, nem em fragmentação, mas no movimento, no ir e vir entre fragmentação e unificação. Descreve, pois, uma tensão entre agregação e desagregação. Em "O burrinho pedrês", personagens, espaços e tempos são instalados discretamente,

mas, ao mesmo tempo e dialeticamente, têm suas diferenças neutralizadas. Incompletos por si mesmos, homens, bois, rio, mar, terra, passado, presente são, todos, definidos em continuidade, presos em um emaranhado de relações, que define o mundo e compõe o texto. Narra-se, dessa forma, a busca da fusão total, da metáfora total, da harmonia total.

BANÍWA-HOHODENE, LÍNGUA DE PROEMINÊNCIA DE ACENTO DETERMINADA PELA FREQUÊNCIA FUNDAMENTAL DA VOZ

Iara Maria Teles - UNIR
IFP2612314H18

Este painel demonstra os parâmetros físicos responsáveis pela atualização fonética da proeminência acentual em Baníwa-Hohodene, língua falada na Comunidade Ucuki-Cachoeira, do Alto Içana, afluente do Rio Negro, no Noroeste do Estado do Amazonas. A pesquisa caracterizou-se como um trabalho experimental pioneiro para o Baníwa-Hohodene. Para a análise acústica dos dados utilizou-se o programa de análise lingüística - "Computerized Extraction of Components of Intonation in Language" (CECIL), e os resultados foram comparados aos obtidos com a aplicação de testes de percepção, cujos estímulos foram preparados no "Laboratório de Investigaciones Sensoriales" da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, através de um sistema de síntese de fala, adaptado do sintetizador de Klatt. Pela análise quantitativa dos dados, que foi precedida por uma análise lingüística qualitativa, determinou-se uma hierarquia de fatores para a atualização fonética da proeminência acentual em Baníwa-Hohodene, questionando-se, também, se não estaria havendo uma mutação de sistema prosódico, na direção da "tonogênese" ou da "tonotanásia".

ATUALIZAÇÃO DAS VOGAIS EMBUTIDAS EM ORO EW LÍNGUA INDÍGENA DA FAMÍLIA CHAPAKÚRA

Cláudia Teles Maeda & Iara Maria Teles - UNIR
IFP2612314H19

Este painel tem como objetivo apresentar uma descrição dos sons existentes em Oro Ew, língua indígena da família Chapakúra, com enfoque na atualização de vogais embutidas existentes no "onset" silábico, comprovadas experimentalmente por oscilogramas e espectrogramas. O Oro Ew é falado por nativos encontrados em postos indígenas desde o Pin Pacas Novas Tanajura até o Pin Rio Negro Ocaia. Este nativos foram pacificados em 1960 e conservam até hoje sua cultura, apesar de seu número reduzido e de estarem se misturando com povos de outras aldeias. Os sons do Oro Ew estão sendo descritos perceptualmente, passando por uma comprovação experimental através do programa computacional *Computerized Extraction of Components of Intonation in Language of Summer Institute of Linguistics*. Esta língua apresenta um sistema interessante de vogais embutidas no "onset" silábico para retardar a violação do sistema fonotático que proíbe grupos consonantais, como por exemplo, em [t s i p < RA] (beijos), com a vogal embutida [<]. Este trabalho é parte de um projeto de dissertação de mestrado do Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus de Guajará-Mirim - RO.

SÍLABA E ESPALHAMANETO DE NASALIDADE EM MAXAKALI

Gabriel Antunes de Araújo - UNICAMP
IFP2612314H20

A língua maxakali (falada no nordeste de MG pelo povo Maxakali), família Maxakali, tronco Macro-Jê, tem chamado a atenção dos linguistas sobretudo no que se refere à estrutura da sílaba e aos processos de nasalização. Neste painel apresento um estudo da sílaba, via teoria da otimalidade e uma análise da nasalidade contrastando a tipologia de Piggot (1992) com o trabalho de Boersma (1998).

PALATALIZAÇÃO E DESPALATALIZAÇÃO NA FALA DO NORTE-NOROESTE FLUMINENSE

Flávia Ribeiro Santoro Silva, Valéria Regina O. Moreira & Vivian de Oliveira Quandt - UFRJ
VFP2612314H21

Expõem-se, sinteticamente, os resultados de quatro estudos, na perspectiva sociolinguística variacionista, empreendidos no âmbito do Projeto APERJ, com o objetivo de analisar o comportamento de segmentos sujeitos aos processos de palatalização e despalatalização, na fala de treze comunidades pesqueiras da Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

No painel (1) indicam-se os fatores estruturais e extralinguísticos condicionadores (a) da palatalização das posíveis dentais e do -s pós-vocálico, (b) da iodização da lateral palatal e (c) do cancelamento da nasal palatal na sequência fônica -inho, (2) traçando-se, ainda, em mapas, as isoglossas referentes aos dois primeiros processos, que apresentam forte motivação diatópica.

A VARIAÇÃO DA VIBRANTE NA FALA DE SANTA CATARINA

Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott - UFSC
VFP2612314H22

Este trabalho consiste em realizar uma análise variacionista da vibrante em posição de coda, nos moldes labovianos, com o intuito de verificar qual das variantes (tpe, fricativa velar e retroflexa) predomina entre os falantes das diferentes etnias que fazem parte do nosso *corpus*, observando quais os fatores que condicionam esta variação. O *corpus* para esta análise compreende 12 (doze) informantes do Banco de Dados VARSUL, distribuídos nas cidades de Lages, Blumenau, Chapecó e Florianópolis. Controlam-se os fatores extralinguísticos: sexo, idade e etnia, e os fatores linguísticos: contexto seguinte, contexto precedente, ocorrência na palavra, tonicidade da sílaba e classe de palavra. Para a análise estatística e probabilística dos dados, utiliza-se o programa computacional VARBRUL (Pintzuk, 1992). Faz-se, também, uma análise acústica destas variantes em posição de coda. Para a elaboração do *corpus* da análise acústica, decidiu-se utilizar palavras com diferentes contextos precedentes. As palavras foram encaixadas em frases-veículo e lidas, em ordem aleatória, por 03 (três) informantes. Os resultados desta pesquisa poderão permitir uma possível definição das motivações que levam à variação do fenômeno analisado.

O COMPORTAMENTO DO /l/ PÓS-VOCÁLICO NO SUL DO PAÍS

Diane Dal Mago - UFSC
VFP2612314H23

O comportamento da lateral /l/ no português brasileiro depende do ambiente fonético em que se encontra, isto na posição pós-vocálica. Nesta posição, há uma elevação do dorso da língua até o véu palatino, que acaba por resultar em uma articulação velarizada, pelo suprimimento do movimento da ponta da língua, e a partir do conseqüente arredondamento dos lábios ocorre a vocalização.

Este trabalho, que se insere na linha da Sociolinguística Variacionista de Labov, visa fazer uma análise da variável /l/ em posição pós-vocálica (meio e fim de palavra) e verificar o predomínio de suas variantes, isto é, a vocalização ou a velarização na fala da região sul. Nesta pesquisa levar-se-á em questão o contexto em que o /l/ pós-vocálico estará inserido. Desta forma, far-se-á uma análise também dos fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem, ou não, a escolha de uma das variantes.

Com relação às variantes, será dada especial atenção à vocalização, haja vista que a tendência, no Brasil, segundo alguns pesquisadores (Camara Jr., 1988 e Teyssier, 1989),

em relação ao /l/ pós-vocálico, é a vocalização.

Os dados dos 96 informantes utilizados neste trabalho fazem parte do *corpus* do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul - Censo). Para cada uma das doze cidades pesquisadas há oito informantes, que foram selecionados levando-se em conta a etnia, a idade, o sexo e a escolaridade. As cidades sulinas que integram essa pesquisa são: Curitiba, Londrina, Irati, Pato Branco (Paraná), Florianópolis, Chapecó, Blumenau, Lages (Santa Catarina), Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja (Rio Grande do Sul).

Os resultados corroboram as hipóteses desenvolvidas para o português falado no sul do país, ou seja, que há uma variação na língua falada, principalmente em se tratando da diversidade étnica existente, e que a partir dessa variação há indícios de mudanças linguísticas.

O /S/ EM POSIÇÃO FINAL DE SÍLABA NO PORTUGUÊS DA REGIÃO SUL

Marcio André Bayestorff Duarte & Murialdo Loch - UFSC
VFP2612314H24

As consoantes em posição final de sílaba apresentam grande potencial de variação no português brasileiro, em frequência possivelmente superior ao português europeu. Esta variação se manifesta pela ocorrência de diferentes variantes ou mesmo pelo seu apagamento. No caso do /s/ em posição final de sílaba há, em primeiro lugar, uma variação geográfica entre dialetos com palatalização: S → Š / -c, ou dialetos sem esta regra fonológica. Em nossa pesquisa no Banco de Dados VARSUL, verificamos a ocorrência destas variantes. Além disso, temos a variação entre a ocorrência de uma das formas de /s/, palatalizada ou não e o seu apagamento. Em nosso painel apresentaremos resultados desta variação em monomorfemas e na primeira pessoa do plural dos verbos (fizemos/fizemo) nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Lages e Chapecó, que constituem as cidades de Santa Catarina que integram o Banco VARSUL. Em cada cidade pesquisada foram considerados dados de 16 informantes de ambos os sexos, sendo oito anos de escolaridade (primário) e oito com 11 anos de escolaridade (colegial). Os dados foram submetidos ao pacote VARSUL, sendo os resultados apresentados em percentuais e pesos relativos.

TEMPO APARENTE NO ESTUDO DA VARIAÇÃO TÁ/ESTÁ

Roseli da Silva & Cláudia Cristina de Oliveira - UNIBAN
VFP2612314H25

Conforme Naro (1992), as mudanças linguísticas obedecem estágios de evolução a longo prazo, dentro dos quais a idade sugere uma característica de influência de mudança na língua. Neste sentido, a estratificação da amostra deve ser criteriosa quanto às faixas estabelecidas.

Para Oliveira e Silva (1996:59), o ideal é que se leve em conta fatos históricos marcantes; entretanto, quando não se conhecem fatos dessa natureza, o ideal é a segmentação a partir de inserção na força de trabalho.

Nesta pesquisa, segmentamos as falantes em três faixas etárias (15-25; 26-49 e 50-71) e controlamos também o grau de instrução, a fim de buscar correlação entre essas informações sociais e o fenômeno investigado. Como grupo de fatores intralinguísticos, observamos os contextos fônicos antecedentes, a fim de buscar evidências sobre a atuação da aférese em tempo aparente.

A amostra foi constituída a partir do *corpus* da língua falada na cidade de São Paulo (NEL - BAN) e os dados receberam o tratamento previsto no algoritmo Laboviano.

GRAMATICALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORACIONAIS ADJETIVAS DESENVOLVIDAS E REDUZIDAS

Eduardo Kenedy Nunes Arêas - UFF
VGP2612314H26

Este trabalho, parte do projeto integrado *Gramaticalização e integração no encaixamento de cláusulas*, desenvolvido pelo Grupo de Estudos Discurso & Gramática, na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretende analisar, sob influência teórica sobretudo do funcionalismo lingüístico norte-americano, as estruturas oracionais adjetivas do português. Para tanto, foi feita uma pesquisa histórica, abrangendo textos da fase arcaica de nossa língua (*Vita Christi*, primeira obra publicada em língua portuguesa, 1495, e *Crônicas de Fernão Lopes*, escritas durante a primeira metade do século XV) e textos da atual sincronia, coletados na língua falada e escrita de informantes de escolaridade universitária, das cidades de Niterói, Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

De acordo com a pesquisa, constata-se que as orações adjetivas mantêm um *continuum* de integração sintática e semântica com o termo a que se referem, estando num extremo desse *continuum* as orações adjetivas - INTEGRADAS ou explicativas, e noutro, as orações adjetivas + INTEGRADAS ou restritivas. Fatores discursivos e pragmáticos, menos regulares e menos previsíveis, tendem a influenciar a incidência, no discurso, das orações adjetivas explicativas, que são, por isso, de uso muito menos freqüente que a estrutura oracional gramaticalizada, as orações adjetivas restritivas. Como se trata de um *continuum*, as orações adjetivas apresentam diversos graus de integração com o seu termo referente, havendo, portanto, vários tipos de "orações restritivas" e "orações explicativas". O trabalho analisa também o paradigma dos pronomes relativos, sobretudo a tendência para uniformização no uso do *que* em qualquer função sintática e a tendência para o desaparecimento do *cujos*, devido, sobretudo, a fatores estruturais e cognitivos.

ASPECTOS FUNCIONAIS DAS ORAÇÕES ADVERBIAIS REDUZIDAS DE INFINITIVO

Simone da Silva Soares - UFF
VGP2612314H27

O trabalho a ser apresentado se insere no projeto integrado do Grupo Discurso & Gramática da Universidade Federal Fluminense: *Gramaticalização e integração no encaixamento de cláusulas*, financiado pelo CNPq.

Tendo como objeto as orações adverbiais reduzidas de infinitivo, estamos procedendo ao levantamento e análise dessas estruturas num *corpus* composto por 6 inquéritos que integram o conjunto de "elocuições formais" do projeto NURC/RJ e 6 entrevistas do Projeto Discurso & Gramática da cidade do Rio de Janeiro, caracterizadas pela presença de 5 subgêneros textuais. Até agora, temos 140 ocorrências de enunciados complexos com reduzidas adverbiais nos dados do NURC.

Partimos da hipótese de que é possível constatar diferentes graus de integração sintática e semântica no processo de combinação entre orações (Hopper e Traugott, 1993). As orações reduzidas, por exemplo, se apresentam mais integradas às suas principais do que as desenvolvidas. E dentre as reduzidas há ainda graus diversos de integração, de acordo com as relações sintática e semântica que elas estabelecem entre si no enunciado. No caso das reduzidas adverbiais, objeto de nossa pesquisa, podemos por fim verificar nessa mesma categoria, diferentes graus de integração.

Assim sendo, nos propomos a apresentar uma análise das orações adverbiais reduzidas de infinitivo com enfoque num *continuum* de integração, como proposto pela teoria funcionalista de orientação em Talmy Givón. Interessa-nos ainda, no caso do *corpus* D&G, a comparação das ocorrências das adverbiais entre os subgêneros textuais. Dependendo do grau de similaridade do subgênero "relato de opinião" com o texto das aulas, do *corpus* NURC, procuraremos identificar pontos de convergência e divergência entre ambos os *corpora*.

POR UMA ABORDAGEM FUNCIONAL DOS AGLOMERADOS VERBAIS

Cíntia Faria de Souza - UFF
VGP2612314H28

O trabalho a ser apresentado insere-se em pesquisa do projeto integrado *Gramaticalização e integração no encaixamento de cláusulas*, realizada pelo grupo de estudos *Discurso & Gramática* da Universidade Federal Fluminense, sob coordenação geral do professor Dr. Sebastião Josué Votre. Trata-se de um estudo que, partindo da observação de como se constituem os complexos verbais, tem por objetivo apontar algumas possibilidades de sua decodificação e o conteúdo que contém. Com base na tese funcionalista de orientação em Givón (1995) e, sobretudo, em Vasconcelos (1996), buscamos verificar o processo de gramaticalização em determinadas configurações verbais, apresentando diferentes graus de integração entre os verbos e, a partir de uma leitura radial, propomos que, em algumas construções verbais, não se desenvolve o processo de abstratização e, portanto, o aglomerado não passa de uma versão mais concreta para uma mais abstrata. Para alcançar as referidas finalidades, optamos pelos *corpora* do acervo *Discurso & Gramática*, que mantêm a transcrição dos textos (oral e escrito) o mais próximo possível da produção do informante.

Nossas hipóteses, nesta pesquisa inicial, são que há aglomerados verbais que tendem a ficar mais "fechados", de forma que, em determinados contextos, tornam-se estruturas fixas, isto é, não passíveis de decodificação; e que as construções seriais, construções de três ou mais verbos (*Ele, vai, pega e faz*), muitas vezes, começam com duplas (*Ele vai e faz*).

TU VS. VOCÊ: OCORRÊNCIA E CONCORDÂNCIA NO BRASIL MERIDIONAL

Rita de Cássia Mello Ferreira, Carla Regina Martins Valle, Daniela Araldi,
Doris Day & Raquel Orlando de Almeida - UFSC
VGP2612314H29

Na região do chamado Brasil Meridional, que compreende, basicamente, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, dois movimentos colonizadores foram determinantes para o seu povoamento e sua conseqüente configuração lingüística: o ciclo do Tropicirismo (centro-oeste) e o Ciclo dos Açorianos (litoral). Desta maneira procuramos observar o uso pronominal nesta região para verificar se o ciclo histórico que a colonizou tem real influência na determinação do comportamento lingüístico dos falantes que ali vivem. Selecionamos quatro cidades a fazerem parte da pesquisa: Lages, São Borja, Florianópolis e Porto Alegre. Os dados utilizados foram extraídos do Banco de Dados do Projeto VARSUL, constituindo cerca de 32 horas de gravações de informantes sistematicamente estratificados de acordo com as variáveis sociais clássicas. Posteriormente houve a codificação destes dados que passaram pelo pacote estatístico VARBRUL (Pintzuk, 88), dando-nos resultados de freqüência, percentagem e peso relativo. Nossos resultados nos mostram que o ciclo histórico ainda influi no uso pronominal feito nas cidades observadas. Florianópolis, por exemplo, é, das cidades analisadas, a que mais recebeu influência de açorianos e, por isto, é onde ocorre a mais alta percentagem de uso do TU com manutenção de concordância de 2ª pessoa do singular. Contudo, o ciclo histórico não é o único fator determinante para o uso pronominal e está perdendo cada vez mais espaço para a influência da comunicação de massa e para a imigração que ocorreu e ocorre posteriormente aos dois ciclos.

A PALAVRA BEM E O SEU NOVO USO NA LÍNGUA

Elane Maria B. Barreto - UFF
VGP2612314H30

Neste trabalho vamos analisar o elemento lingüístico *bem* e sua trajetória de mudança assumindo funções de marcador discursivo. Este elemento provém, por apócope, do advérbio latino *bene*. De um modo geral, o adjetivo de primeira classe em *us* forma advérbio com a utilização do sufixo, o advérbio *bene* é proveniente do adjetivo *bonus*, *-a*, *-um* e se refere a verbos, adjetivos e advérbios, reforçando-lhes o sentido. Na passagem para a língua portuguesa, o elemento *bem* basicamente conservou as funções latinas. No português arcaico, o uso do *bem*, é visto como advérbio de modo e como substantivo, além do uso com valor de prefixo, do qual é exemplo a palavra *bem-aventurado*.

A princípio o *bem* visto como advérbio de modo torna-se capaz de modificar o sentido do verbo. Pode-se observar melhor no exemplo: "Ronaldinho não se apresentou *bem* em nenhuma partida da copa." (Veja, 22.07.98)

O elemento *bem* vem assumir um novo uso na língua, como em "Ele *bem* foi pro outro corredor". Neste caso o elemento adquire função de marcador de veracidade, uma vez que está mais voltado para as expectativas do ouvinte em relação ao que está sendo falado, do que para a estrutura sintática interna da cláusula. Com ele o falante parece indicar a singularidade do fato.

Acredita-se que a mudança da palavra *bem* como marcador discursivo deu-se através de pessoas que faziam e fazem uso da linguagem coloquial, tendo o objetivo de dar maior ênfase ao seu vocabulário.

POR UMA ABORDAGEM PANCRÔNICA FUNCIONAL DA ORDENAÇÃO VERBO-SUJEITO

Angelo Santos Farias - UFF
VGP2612314H31

O trabalho aqui resumido é parte das pesquisas do grupo de estudos *Discurso & Gramática* da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, referente ao projeto integrado *Gramaticalização e integração no encaixamento de cláusulas*. Resulta da investigação da natureza da ordenação verbo-sujeito em três diferentes *corpora*: Vita Christi, o *Corpus da Língua falada e escrita na cidade de Niterói* e uma coletânea de textos da atual produção literária da prosa brasileira, de alguns de seus autores mais representativos. Os dois primeiros, examinamos em trabalhos anteriores; o terceiro, focalizamos agora neste estudo-síntese.

Norteados pelos princípios funcionalistas de Givón (1995), base teórica desse estudo, segundo os quais algumas das motivações para a ordenação dos constituintes na oração são de ordem pragmático-discursiva, e não arbitrárias, elaboramos a hipótese segundo a qual as razões para a organização dos termos na oração - nos três *corpora*, e sobretudo na prosa literária - não são apenas estilísticos. Atuam também pressões do uso e do discurso a influenciarem a posição dos termos, conforme os interesses e as necessidades do falante. Assim, viemos observando as dimensões pragmáticas da posição relativa do sujeito face ao verbo nas construções intransitivas encontradas nos referidos *corpora* ao longo do nosso trabalho. Esta constatação possibilitou o estabelecimento de várias generalizações a respeito das tendências encontradas.

A nossa generalização-guia remete a Naro & Votre (1998), para quem a característica cognitiva básica da ordenação VS é sua utilização em seções do discurso de baixa tensão comunicativa. Além disso, postulamos ser o verbo nas construções VS intransitivas um eixo de uma balança em torno do qual equilibram-se os demais termos, havendo, numa outra hipótese, quando o sujeito está posposto, a tendência de ocorrer um elemento à esquerda, que tende a ser um circunstancial, mantendo-se, assim, o equilíbrio.

É, então, o objetivo atual deste trabalho reunir estas generalizações, tanto as já elaboradas, como as que surgirem desse último *corpus* em análise. Confrontaremos tais generalizações e as sintetizaremos, com o intuito de estabelecer pontos em comum entre os *corpora* e outras generalizações sobre o nosso objeto de análise, dando-lhe o máximo de precisão no contorno, de forma a particularizar a estratégia de ordenação como um fenômeno lingüístico de características próprias.

PADRÕES ORACIONAIS NA FALA CULTA CARIÓCA: ESTRUTURAS DE COMPLEMENTAÇÃO

Juanito Ornelas de Avelar & Kate Lucia Portela - UFRJ
VCP2612314H32

Neste painel, apresentam-se, com base na descrição implementada por Mira Mateus *et alii* (1983), as estruturas subordinadas de complementação mais recorrentes na fala culta carioca, partindo dos seguintes aspectos: (1) tipo de predicador, (2) função sintática exercida na oração principal, (3) posição em relação à oração principal e (4) elemento introdutor. Destacam-se, ainda, alguns padrões oracionais cujas marcas morfo-sintáticas não correspondem às dos tipos descritos pela gramática tradicional.

Selecionaram-se três *corpora* do projeto NURC-RJ, contendo inquéritos do tipo *Diálogo entre informante e documentador* realizados na década de 70 e na década de 90 (recontato e amostra completar), com a finalidade de detectar possíveis mudanças nas estratégias de subordinação, através da análise em tempo aparente (distribuição por faixa etária) e em tempo real de curta duração (dois recortes temporais distintos). Os locutores, de nível superior, estão distribuídos por faixa etária (25-35; 36-55; 56 em diante) e sexo.

OS MARCADORES DISCURSIVOS TÁ? E CERTO? NA FALA DE FLORIANÓPOLIS

Raquel Meister Ko. Freitag - UFSC
DMP2612314H33

O projeto "Os marcadores discursivos TÁ? e CERTO? na fala de Florianópolis" está vinculado ao grupo de pesquisa interinstitucional VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul), cuja área de pesquisa é a Sociolingüística Variacionista. As expressões TÁ? e CERTO? foram escolhidas para realização do presente estudo por serem sistematicamente utilizadas na fala florianopolitana, conforme exemplificado: (1) E a festa, quando tinha, era Canasvieiras, Ingleses, TÁ? (hes) Vargem Grande, Vargem Pequena, TÁ? aqui o Saco Grande, [toda]- [toda]- toda a ilha, eu corria: Lagoa, Barra da Lagoa (FLP 05 L312); (2) Então fazia aquele prato, então eram oito (est) com o casal de, CERTO? (FLP 02 L230); (3) Ah, ela teve a criança, TÁ? (est) (hes) com cesariana, fez a ligadura, CERTO? [e]- (hes) e três ou quatro dias fomos embora pra casa, normal (FLP 23 L1116). Os objetivos deste trabalho são: analisar as diferentes formas de realização do TÁ? e CERTO?, subcategorizando funções e detectando os fatores lingüísticos e sociais que caracterizam os seus contextos de uso e função;

averiguar se os marcadores discursivos em questão se alternam como variantes de uma mesma variável lingüística; e depreender o possível percurso da discursivização das formas, identificando diferentes funções discursivas. A perspectiva teórica adotada para a investigação é o funcionalismo lingüístico. São utilizados dados do Banco de Dados do VARSUL de Florianópolis, totalizando 36 horas de gravação de entrevistas de informantes, estratificadas considerando-se as variáveis sexo, idade e escolaridade. Os dados são codificados e submetidos ao Pacote Estatístico Varbrul (Pintzuk, 1988) para análise quantitativa.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RADs SABE? & NÃO TEM? NA FALA DOS FLORIANOPOLITANOS

Carla Regina Martins Valle - UFSC
DMP2612314H34

Esta pesquisa faz parte do projeto geral "Marcadores Discursivos na Fala de Santa Catarina - II" o qual abarca os marcadores de origem verbal que têm a função básica de pontuantes no discurso oral, os chamados RADs (Requisitos de Apoio Discursivo) que, segundo Macedo e Silva (1989), são usados como elementos de contato entre interlocutores. Este projeto geral encontra-se vinculado ao Projeto Integrado VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul), o qual engloba vários ramos da pesquisa Sociolingüística Variacionista, base teórica principal no desenvolvimento de nosso estudo. Os RADs SABE? e NÃO TEM? foram escolhidos para serem analisados comparativamente porque são bastante frequentes na fala dos florianopolitanos e também porque possuem posições e funções bastante semelhantes, podendo ser tratados como variantes. Além disto, NÃO TEM? é um RADs muito particular, pois parece ser típico da Ilha de Santa Catarina. Os dados utilizados nesta pesquisa foram extraídos do Banco de Dados do Projeto VARSUL, compreendendo 36 horas de gravação de informantes florianopolitanos. Como variável dependente temos a ocorrência de SABE? e de NÃO TEM? e como variáveis independentes foram controladas: gênero discursivo, complexidade do assunto, status informacional, estímulos, posição dos RADs, pausas, hesitações; também controlamos as variáveis sociais clássicas: sexo, idade e escolaridade. Depois de codificados segundo as variáveis selecionadas, nossos dados foram submetidos ao pacote Estatístico Varbrul (Pintzuk, 1988), dando-nos resultados de frequência, percentagem e peso relativo.

O MECANISMO DA HESITAÇÃO E DA REPETIÇÃO NO DISCURSO DE ADULTOS E IDOSOS: ESTUDO COMPARATIVO

Márcia Gomes Mota Lagrotta - USP
DGP2612314H35

No mundo atual, o envelhecimento do ser humano tem sido motivo de grande preocupação, gerando vários estudos voltados para evitar que a sociedade estigmatize o idoso. Um dos campos em que se fazem esses estudos é o da comunicação.

O envelhecimento, processo progressivo e dinâmico, é marcado por modificações estruturais, funcionais e psico-sociais. Partindo disso, levanta-se a hipótese de que, como em decorrência da senescência há modificações na linguagem do idoso, estas poderiam refletir-se no maior uso de hesitações e correções no discurso verbal de sujeitos idosos.

O mecanismo da hesitação e da repetição pode servir tanto para enfatizar a ação como para organizar o pensamento ou idéias expressos. Sabe-se ainda que a excessiva frequência no uso desse mecanismo pode provocar no interlocutor o aparecimento de ansiedade ou de desatenção com respeito ao que é dito.

Tendo esses elementos em vista, foram gravados, a partir de um tema proposto, discursos de sujeitos entre 35 e 85 anos, adultos e (a partir dos 65) idosos saudáveis e ativos.

Comparados os resultados, verificou-se que a frequência do uso desse mecanismo não difere muito nas várias faixas etárias, mostrando que, desse ponto de vista, o sujeito idoso permanece com suas habilidades comunicativas preservadas.

O FORTALEZENSE DIZ SIM? É

João Bosco Figueiredo Gomes - UERN/UFSC
DGP2612314H36

Uma das seqüências conversacionais mais comuns é representada pelo par *pergunta-resposta* (P-R). Geralmente, na literatura sobre as P-R distinguem-se dois grandes grupos de P: (1) do tipo *sim-não* e (2) sobre algo (cf. Stubbs, 1983). Também é comum referir-se a elas como P fechadas *versus* P abertas. Segundo Marcushi (1991), as perguntas do tipo *sim-não* podem restringir as alternativas de R, mas não impedem R com variações notáveis; e ainda afirma que a preferência, nesses casos, é pelas formas elípticas, e, geralmente, não com um *sim* (nas R afirmativas, o que ocorre em outras línguas), mas repetindo o verbo ou algum elemento central. Com o objetivo de verificar esse(s) uso(s), este trabalho consiste num levantamento das R afirmativas e suas "variações" no falar do fortalezense, para subsidiar uma pesquisa mais ampla sobre a R *ser* significando *sim*. Tem como amostra oito diálogos entre informante e documentador do *corpus* do Projeto Dialetos Sociais Cearenses (Aragão e Soares, 1996), com 480 minutos de fala de estudantes de 1º e 2º grau, de ambos os sexos, com faixa etária de 10 a 25 anos de idade. Utiliza o Programa SPSS para o cálculo da frequência e para a análise de variância e a correlação de variáveis. Os resultados empíricos evidenciam que a preferência em R afirmativas é pelo uso do item lexical *ser* e pela repetição do verbo, em vez do *sim* e de outros usos, demonstrando, assim, a relevância de um estudo mais aprofundado sobre o *ser sim*.

LINGUAGEM E ENSINO: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DE EVENTOS CONVERSACIONAIS ASSIMÉTRICOS.

Onireves Monteiro de Castro - UFPA
DGP2612314H37

Entendendo a sala de aula como um local de convivência de diversidades lingüístico-culturais (dos vários textos), justificamos a nossa temática a partir da relevância dada à função social da linguagem, especialmente no tocante à interação. Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre a construção de sentido nos eventos conversacionais assimétricos em sala de aula, partindo do pressuposto de que a interação verbal (a fala) apresenta-se como a realidade fundamental da língua e como tal não pode ser analisada sem levar em consideração a situação imediata e o meio social determinantes da estrutura da enunciação. Examinamos a questão na perspectiva da sociolingüística interacional, buscando verificar que fatores sócio-interacionais (lingüísticos, discursivos, culturais) interferem no caráter negociativo da interação assimétrica, bem como que estratégias são utilizadas por professores/alunos para construção de sentido em eventos conversacionais/interacionais. Serviram de hipóteses para o desenvolvimento da temática: a constatação de que a comunidade de fala e os falantes possuem uma história sócio-cultural que enfatiza a forma da organização enunciativa e de suas funções sócio-ideológicas; a linguagem, enquanto processo de comunicação, propicia a manifestação de uma influência perceptível de um indivíduo sobre as ações dos outros; as relações de poder tornam-se mais especializadas em função da assimetria social focalizada que permeia as situações de interação face-a-face. O universo da presente proposta foi constituído por alunos (PEC-Programa Estudante Convênio) e professores do CFP. Para a análise dos dados coletados usamos o sistema mínimo de notações para transcrições da NURC- (Norma Urbana Culta).

UMA ANÁLISE DE CARTAS-CORRENTE COMO GÊNERO TEXTUAL

Clio E. C. Meurer - UFSC
GGP2612314H38

A internet vem modificando significativamente as práticas comunicativas. Nesse sentido, o presente trabalho enfoca as alterações sofridas pelas chamadas cartas-corrente, correntes da felicidade ou simplesmente correntes quando da sua transposição para o correio eletrônico. Segundo a definição do Aurélio, uma corrente se constituiria numa "série de cartas de caráter místico ou supersticioso enviadas cada uma a uma pessoa, que, por sua vez, deverá enviar certo número estipulado a outras pessoas, formando uma corrente ou uma cadeia de cartas que, de acordo com seus dizeres, caso seja interrompida, causará desgraças ao causador da interrupção, à sua família, etc." O envio desse tipo de correspondência é uma prática social antiga, que, como se pode ver na definição do dicionário, apela para uma dimensão mais supersticiosa da linguagem, muitas vezes deixada de lado pelos lingüistas. A análise das correntes que circulam pelo correio eletrônico se mostra de grande importância uma vez que elas estão se tornando um verdadeiro problema, não só por congestionar a rede, como também por destruir a reputação de indivíduos ou mesmo de instituições como a American Cancer Society. O objetivo aqui, portanto, é realizar uma análise crítica de um conjunto de cartas-corrente enviadas por e-mail, investigando sua existência como gênero textual e abordando sua capacidade persuasiva. A argumentação tem base em estudos de Norman Fairclough (1989, 1992), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e Bakhtin (1992).

NAS ENTRELINHAS DOS DISCURSOS DE MARCIANOS E VENUSIANAS

Isabel Maria Barreiros Luciktenberg & Tatiana Wippel Raimundo - UFSC
GGP2612314H39

A cada dia estudos sobre gênero e linguagem vêm se tornando frequentes no meio científico. Pressupomos que gênero é um processo moldado por escolhas individuais e por pressões situacionais, que são somente entendidas dentro de um contexto de interação social. Dentro dessa perspectiva, no presente trabalho, fazemos uma análise das diferenças discursivas e das relações existentes entre homens e mulheres, presentes em um trecho da obra de John Gray "Homens são de Marte, Mulheres são de Vênus". Em nossa análise investigamos também se o autor faz apenas uma descrição do comportamento de homens e de mulheres ou se estabelece uma maneira de conduta masculina e feminina. Nossa pesquisa é baseada na análise crítica do discurso proposta por Norman Fairclough (1989, 1992), um dos defensores da importância do estudo de gêneros textuais do dia-a-dia, através dos quais construímos e transformamos as relações sociais, identidades e conhecimentos.

GÊNEROS DISCURSIVOS - PRINCIPAIS INSTRUMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DO LETRAMENTO ESCOLAR

Ana Lúcia Lamarca de Lima - UFJF
GGP2612314H40

Nossa pesquisa pretende analisar a complexificação da linguagem oral e escrita que se constitui dialeticamente na instituição escolar num processo enunciativo-discursivo dinâmico, com implicações na transformação da linguagem da criança e na sua relação com a linguagem, a qual constitui um instrumento semiótico-psicológico nas práticas sociais de oralidade, escrita e leitura na escola.

Metodologicamente, seguimos a vertente "interpretativista qualitativa" de análise. Foram selecionados alguns eventos de letramento dos dados coletados em vídeo na interação verbal/social entre os participantes de diversas práticas discursivas ocorridas

em sala de aula. Para essa coleta, privilegiamos a pré-escola e a 1ª e 2ª séries do ensino básico de duas escolas do Sul de Minas Gerais: uma urbana e outra rural. Tais séries foram escolhidas devido à prática da alfabetização que começa mais formalmente na escola. De acordo com a análise dos monólogos produzidos em que o (a) s As. ocuparam o lugar enunciativo de enunciativo ativo de todas as enunciações, podemos sugerir que o letramento no contexto escolar se dá pela transformação dos gêneros primários em secundários e, sobretudo, pela apropriação de gêneros secundários como movimento enunciativo intersubjetivo e interdiscursivo nas práticas pedagógicas de fala, leitura e escrita/escritura.

Concluindo, podemos dizer que todas essas práticas enunciativo-discursivas de fala, leitura e escrita, as quais depreendemos dos eventos de letramentos são determinantes na apropriação pela criança das diversas formas de letramento e na construção da linguagem oral e escrita como discurso, ou seja, a situação de produção leva à elaboração de enunciados orais ou escritos diversificados e cada vez mais complexos e estáveis: os gêneros secundários, no contexto do letramento escolar

A ARGUMENTAÇÃO DESVELADA PELO BINÔMIO CARACTERIZADOR-CARACTERIZADO

Márcia Adriana Dias Kraemer, Maykon Tognon & Romilda Marins Corrêa - UEM
PTP2612314H41

Este trabalho buscou detectar o poder argumentativo presente em produções textuais de alunos do ensino médio, a partir do binômio caracterizador-caracterizado. Na maioria das vezes, os estudantes utilizam binômios de caracterização para que o leitor possa, com maior probidade, compreender e interpretar seus textos. Tais binômios dizem respeito às caracterizações que se vinculam aos referentes da produção textual. Como "...caracterizamos as coisas e os seres para que as pessoas entendam melhor do que falamos" (Madre Olívia, Análise Semântica, 1970), à medida que o caracterizador esclarece, define, limita, individualiza, identifica ou explica o caracterizado, essa relação binomial cria a possibilidade de também apresentar o poder argumentativo existente naquele texto. Percebeu-se, então, por meio dos textos analisados, que a eficácia do uso da língua não está vinculada apenas aos seus aspectos morfológicos e sintáticos, mas, principalmente, às condições de tecer raciocínios claros e lógicos. O jogo lingüístico da caracterização permite proporcionar ao escritor-produtor de um texto essas condições, principalmente, por meio do binômio caracterizador-caracterizado, e tornar sua escritura a forma de interação social por excelência. Sendo assim, a partir dos binômios de caracterização, localizou-se o tipo de argumento que o escritor empregou para melhor convencer ou persuadir o leitor a crer em seu texto.

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO/APRENDIZADO DE LÍNGUA PORTUGUESA ATRAVÉS DE "GÊNEROS": CRIAÇÃO DE UM BANCO DE TEXTOS

Renata Fróis Carvalho - UFJF
GSP2612314H42

O presente estudo trata da importância dos "gêneros discursivos" no processo de ensino/aprendizado de Língua Materna, ou, em outras palavras, no processo de construção do letramento escolar.

Conscientes de que as escolas insistem em centralizar-se no uso dos gêneros literários, tentamos demonstrar a necessidade de transformação dessas tradicionais práticas atreladas aos modelos artificiais dos livros didáticos em práticas inovadas, que interpretem o desenvolvimento do sujeito e da linguagem contextualizado nas práticas sociais, e também fazer com que as escolas percebam que precisam adotar uma noção mais ampla (redescoberta da noção de gêneros discursivos de Bakhtin (1953), que abranja formas genéricas cotidianas, literárias, científicas, jornalísticas, religiosas, etc.

Sob esse olhar, esta pesquisa pretende criar um Banco de Textos tipologizados segundo a noção de "gêneros primários e secundários" de Bakhtin, juntamente com a proposta de Dolz e Schneuwly (1996), que venha melhorar o desempenho profissional do professor no ensino/aprendizado de Língua Materna. Na verdade, através desse Banco de Textos, objetivamos ajudar os professores de 1º e 2º graus (aqueles que quiseram fazer uso deles em aulas de Língua Materna) no planejamento de aulas mais criativas e mais adequadas à realidade de seus alunos.

A AMBIGÜIDADE NAS RETOMADAS REFERENCIAIS NA ORALIDADE

Iara Bemquerer Costa - UFPR

PPP2612314H43

Em trabalho anterior¹, mostramos que a escolha entre formas alternativas de realização das retomadas referenciais no português falado não se dá de forma aleatória, mas é condicionada por um conjunto de fatores semântico-pragmáticos. A identificação desses fatores foi feita a partir da análise de um conjunto de 100 textos (50 narrativos e 50 argumentativos) extraídos de entrevistas orais gravadas pertencentes ao acervo do Banco de Dados Lingüísticos VARSUL, realizadas com falantes agrupados segundo o grau de instrução: escolarização primária (até 5 anos) e segundo grau (9 a 11 anos). A análise quantitativa, feita tendo como instrumento o conjunto de programas estatísticos VARBRUL, permitiu a identificação dos fatores que, com diferentes pesos, favorecem a ocorrência de uma ou outra forma de retomada referencial.

No texto oral não planejado, as retomadas referenciais são feitas prioritariamente com o uso de anáforas e repetições do SN. Outras formas alternativas de efetuar essas retomadas (elipses e uso de expressões descritivas) têm índices de ocorrência muito baixos. Entre os fatores condicionantes do uso da repetição do SN e da anáfora estão, em ordem de importância: a) a distinção entre referentes animados (retomados na maior parte dos casos mediante o uso de anáforas) e inanimados (retomados pela repetição do SN); b) a distinção entre referentes específicos (que tendem a ser retomados pela anáfora) e não específicos (retomados pela anáfora ou pela repetição); c) o paralelismo em relação a outras retomadas anteriores, que atua de forma significativa no uso das anáforas, mas não nas demais formas. A análise feita aponta para uma especialização no uso das formas de retomada referencial, em que o critério nuclear é a distinção entre referentes animados e inanimados.

Em continuidade ao trabalho anterior, analisamos, a partir do mesmo corpus de 100 textos, os casos de ambigüidade, procurando identificar: a) em que condições ocorre a ambigüidade, dado que a especialização de funções entre as formas de retomada referencial já resolve boa parte dos casos; b) nos casos em que o falante demonstra ter consciência da ambigüidade, quais as estratégias mobilizadas para a resolução dos problemas de comunicação decorrentes. Concluímos que, devido à especialização de funções entre os usos da anáfora e repetição do SN, e à maior possibilidade de se ter ambigüidade de referência com o uso de anáforas, pode-se identificar os contextos em que há uma maior probabilidade de ocorrência de casos de ambigüidade: narrativas que tomam como foco simultaneamente dois ou mais referentes animados. Alguns desses casos são percebidos pelo falante, que aciona, de imediato, um conjunto de estratégias de elaboração textual com o objetivo de solucionar os entraves comunicativos provocados pela ambigüidade de referência. Em outros casos, a ambigüidade não é resolvida, nem há indicações claras de que o falante tenha consciência dessa característica de seu texto.

¹ COSTA, I.B. (1998) "Retomadas referenciais no português falado", a ser publicado na Revista *Organon*, da UFRGS.

FORMAS BÁSICAS DOS PRIMEIROS ITENS LEXICAIS COMPARAÇÃO ENTRE O FRANCÊS E O PORTUGUÊS

Daniela Araldi & Leonor Scliar-Cabral - UFSC/CNPq

PPP2612314H44

Este estudo procura investigar o estabelecimento das formas básicas dos primeiros itens lexicais com ênfase nas formas verbais, em duas crianças, uma que está adquirindo o francês e outra, o português, com a mesma faixa etária. Os dados do sujeito francês Gregoire, examinados nesta apresentação, foram colhidos e transcritos de acordo com as normas do banco mundial de dados CHILDES, pelo pesquisador Christian Champeaud, quando a criança estava com 1 ano, 10 meses e 20 dias. Os dados do sujeito brasileiro Pá, quando estava com exatamente a mesma idade, foram colhidos e transcritos foneticamente pela pesquisadora Leonor Scliar-Cabral e depois codificados para o banco mundial CHILDES. Para fins de comparação, foi feito um levantamento de todas as ocorrências em cada um dos *corpora*. Examinaremos as semelhanças e as diferenças constatadas no campo semântico, morfo-sintático, e fonológico-fonético. Por exemplo, nos dois *corpora*, observa-se a construção possessiva, obedecendo a ordem de ambas as línguas: coisa possuída, com o traço [- animado] seguida do possuidor justaposto, com o traço [+ humano], uma vez que a criança ainda não utiliza a preposição como elemento relacional. No entanto, por influência da língua à qual está exposta, a criança francesa já apresenta sílabas travadas CVC, como em [n(r)] para "lumièrè". Outros processos, como a reduplicação, são semelhantes nas duas crianças.

INSTABILIDADES E PROGRESSOS NA REAQUISIÇÃO DE LINGUAGEM NO AGRAMATISMO

Reny Gregolin - UFPR

NEP2612314H45

Introdução: Os fatos lingüísticos do agramatismo, um tipo de afasia que se distingue das demais devido às alterações sintáticas, têm despertado o interesse desde BROCA (1861). Objetivo: O objetivo deste trabalho é apresentar um quadro de agramatismo em português, "o caso P.", acompanhado no IEL (UNICAMP), cujo diagnóstico tomográfico revelava área de infarto cerebral temporoparieto-occipital esquerdo, em decorrência de acidentes vasculares ocorridos no início dos anos 80.

Método: Foi feita a análise sintática de dados coletados durante 10 anos, através de entrevistas e testes não-tradicionais, lingüisticamente informados. A teoria proposta por CHOMSKY (1986-1995) serviu como ancoragem teórica.

Resultados: Foi verificado que o paciente obteve progressos lingüísticos, passando de um grau de agramatismo severo para moderado, apesar das instabilidades. No primeiro ano de acompanhamento as sentenças totalizavam 22,2%, passando a 77,7% 10 anos depois. Conforme a hierarquia das categorias funcionais proposta por FRIEDMANN e GRODZINSKY (1997), houve primeiro a re aquisição do verbo; depois, flexão verbal. As estruturas interrogativas, que envolvem "QU", uma categoria alta na hierarquia, desestabilizaram-se, mas foram readquiridas totalizando 49% das intenções de interrogação. Conclusão: Estas conclusões permitem diagnosticar o agramatismo e estabelecer o grau de severidade em cada caso.

Observação: Este trabalho foi apresentado em Amsterdã, no XXIV th World Congress of the International Association of Logopedics and Phoniatrics, em 24 de agosto de 1998, com o título *Instability and progress in language reacquisition in a case of agrammatism*.

A AQUISIÇÃO DE PADRÕES SILÁBICOS COMPLEXOS

Mônica da Silva Pinto Oliveira – UFRJ
ALP2612314H46

É normalmente a partir do primeiro ano de vida que a criança percebe a relação entre alguns sons e seus significados. Nesse período, o pequeno falante produz suas primeiras palavras e inicia a aproximação gradativa de seus conhecimentos lingüísticos àqueles contidos na gramática do adulto.

Esses preceitos motivaram a análise da fala de crianças com idades entre 1 e 4 anos. Procurou-se observar sobretudo o momento em que esses falantes adquirem os padrões silábicos complexos e quando a variação de tais padrões tem início. A aquisição das sílabas complexas e o processo variável inerente a algumas delas permitiu levantar a hipótese de que certos processos variáveis surgem a partir dos 2 anos de idade.

A investigação do comportamento de regras como assimilação da vibrante em posição medial e final, e monotongação dos ditongos -ey e -ow, dentre outras, possibilita afirmar que a aquisição de sílabas simples e complexas, bem como os processos variáveis dependem da configuração da estrutura da sílaba.

O comportamento das regras de assimilação da vibrante e de monotongação dos ditongos -ey e -ow, e as constatações que a análise desse comportamento motivou constituem o foco do presente trabalho.

A SÓCIO-CONSTRUÇÃO DA ESCRITA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Silvania Maria de Oliveira Manso – UFJF
OEP2612314H47

Em nossa pesquisa, observamos o processo de autonomização do texto escrito, ressaltando a relevância da oralidade, das ilustrações e da interação dos pares envolvidos nesse processo de apropriação da linguagem pela criança como instrumentos mediadores.

Teoricamente, trabalhamos com a abordagem sócio-histórica proposta por Vygotsky, associada à sócio-ideológica proposta por Bakhtin, que tratam o conhecimento humano como produto histórico e social, construído no âmbito das interações dialéticas, mediado pela linguagem. Assim, a aprendizagem ocorre pela reflexão e internalização do discurso alheio, o que permite ao sujeito se desenvolver e estruturar sua consciência, elaborando e/ou complexificando seu discurso. Portanto, a aprendizagem se processa em dois planos: interpessoal e intrapessoal.

Analisamos "qualitativamente" os dados apresentados nos textos produzidos por alunos de 1ª e 2ª séries do ensino fundamental. Observamos aspectos interacionais, interdiscursivos e mediadores do processo em questão, tendo como base empírica de análise o texto escrito, procurando compreender o processo de construção de letramento escolar dos sujeitos em interação verbal/social.

Concluímos que a aprendizagem da "escrita" vai além de mera decifração e transcrição de símbolos ou códigos, abrangendo todo um processo de apropriação/construção enunciativo-discursivo, em que a oralidade desempenha função relevante. Esse processo de complexificação da escrita como instrumento sócio-cultural, gera uma nova função psicológica, transformando o sujeito e sua atividade mental, mediado pela/na linguagem.

FAZENDO SENTIDO NO NON-SENSE: E FAZ-SE UM SUJEITO E FAZ-SE UM ESTILO INDIVIDUAL NA AQUISIÇÃO DA ESCRITA

Marcelo R. Barros-Gonçalves – UNICAMP
OEP2612314H48

Partindo de pistas deixadas por um único sujeito nas fases iniciais de aquisição da escrita, pretende-se, neste trabalho, discutir a constituição deste Sujeito e do Sentido em suas produções non-sense da pré-escola à 2a. série, visando capturar um estilo individual ainda em construção. As descrições e análises das produções escritas serão apresentadas ao público através de Painel e serão montadas a partir do seguinte aparato teórico: (i) os trabalhos de Carlo Guinzburg sobre um Paradigma Indiciário de Investigação dentro das Ciências Humanas; (ii) as noções de *dado singular e estilo em emergência*, em construção, difundidas principalmente a partir de 1992 pelo projeto *A Relevância Teórica dos Dados Singulares na Aquisição da Escrita*, e desde 1997 pelo projeto *Subjetividade, Alteridade e Construção do Estilo*, ambos financiados pelo CNPq e desenvolvidos no Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/UNICAMP; e (iii) as acepções de Sujeito e Sentido tomadas a partir da *filosofia do devir* de Gilles Deleuze.

PORTADORES DE TEXTO: OS PRIMEIROS CONTATOS DA CRIANÇA COM A ESCRITA

Juliana Sell do Vale Pereira & Tatiana Wippel Raimundo – UFSC
OEP2612314H49

Baseado nos estudos de Kato (1986), este trabalho pretende demonstrar que crianças convivem com a escrita mesmo antes de entrarem na escola e que, diariamente, mantêm contato com uma quantia diversificada de instrumentos de escrita, bem como com diferentes tipos de texto. Além disso, tencionamos provar que crianças de níveis sócio-econômicos distintos têm sua interpretação de portadores de texto marcada por estes contextos distintos.

Considerando as propostas levantadas e as pesquisas efetuadas, este trabalho será uma análise do modo com que crianças interagem com portadores de texto, reconhecendo-os, classificando-os e analisando-os de acordo com seus diferentes contextos sócio-econômicos.

CURSO DE CAPACITAÇÃO: "LINGÜÍSTICA APLICADA À ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS"

Fátima Maria Elias Ramos - UFPB/Campus V
DEP2612314H50

O curso foi ministrado na UFPB - Centro de Formação de Professores - em 20 (vinte) horas-aula, aos 69 (sessenta e nove) educadores dos municípios de Coremas, Conceição e Monte Horebe, no Estado da Paraíba, parceiros do Programa "Alfabetização Solidária". O objetivo deste era estudar com os alfabetizadores os fundamentos teóricos de que eles necessitam, para compreender melhor os fatos da língua com que lidam em sua prática educativa, tanto ao nível da leitura como ao da escrita. Para isto, alguns conteúdos foram trabalhados, partindo-se do material didático produzido pelo Programa através do MHC/Secretaria de Ensino Fundamental e distribuído aos cursistas. Além disso, foram estudadas as diversas concepções de linguagem/alfabetização, bem como as capacidades necessárias ao educador para o processo de alfabetização. Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizou-se aulas teórico-expositivas, recursos audiovisuais, discussão de textos indicados para leitura e estudo em grupo. Ao término das atividades, os professores avaliaram este curso ressaltando as contribuições da lingüística para a alfabetização, assim como a importância e a urgência de os educadores iniciarem-se nos estudos sobre a natureza do fenômeno lingüístico, a fim de posicionarem-se criticamente diante dos fatos da língua.

DA CONVERSACÃO À NARRATIVA: NÍVEIS DE INFORMATIVIDADE

Maria Helenice Araújo Costa – UFC
OEP2612314H51

Este trabalho objetivou investigar os mecanismos usados por alunos de 1º grau para manter a informatividade dos textos escritos na transformação do gênero conversacional em discurso referido (cf. Olson, 1997). Para tanto, foram pesquisados vinte sujeitos com idades entre 12 e 15 anos, cursando a 6ª série na Rede Pública de Ensino de Fortaleza. O experimento se desenvolveu em situação normal de sala de aula e constou de duas etapas: na primeira, os sujeitos foram estimulados a ler e a interpretar uma mesma história em quadrinhos; na segunda, foi-lhes solicitada a transformação da história em quadrinhos em uma narrativa sem gravuras, com a recomendação de que os leitores de sua história desconheciam os quadrinhos originais. Na análise dos dados observaram-se dois critérios, considerados influentes na determinação do grau de informatividade dos textos: a completude e o status das informações. Para avaliar o nível de completude, dividiu-se a história em cinco episódios e estes em eventos (totalizando 12). Para determinar o status das informações, examinou-se, de acordo com a Taxonomia de Prince (1981 e 1992), o modo como as informações foram mencionadas pela primeira vez nas narrativas.

Quantificando-se os episódios e os eventos presentes nas narrativas, observou-se na maioria delas um baixo nível de completude. Examinando-se o status das informações, verificou-se um alto grau de dependência contextual na maior parte dos textos. A partir desses resultados, constatou-se que a maioria dos textos apresentam baixo nível de informatividade. Concluiu-se que o problema parece estar ligado a dificuldades tanto de ordem cognitiva - não consideração do leitor presumível (cf. Flower (apud Krashen, 1984)), quanto de ordem lingüística - falta de domínio dos mecanismos adequados para codificar as informações.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO TELECURSO 2000

Marília Maia Sobral – UFSC
EPP2612314H52

A escola tem apresentado uma deficiência e um conseqüente fracasso em relação ao ensino. No caso do ensino da língua materna, há problema das escolas seguirem à risca os "mandamentos" da gramática normativa da Língua Portuguesa, que se chocam com o português falado no Brasil e, ainda, com os diferentes dialetos que dele surgiram. O professor muitas vezes não está preparado para trabalhar com essas diferenças.

Para o trabalhador, público-alvo do Telecurso 2000, qual seria a maneira de acrescentar à sua experiência, o conhecimento que não teve a oportunidade de apreender em ensino fundamental? Será que ele seria vitorioso em seus estudos se lhe fosse imposto o esquecimento de seu dialeto e cultura em troca das regras da Gramática Normativa? Pois é justamente o contrário que se busca num sistema de ensino à distância como é o Telecurso 2000. Quer-se somar e não diminuir algo que o aluno já traz em sua bagagem cultural e lingüística.

Infelizmente a escola tem pregado que o processo de aprendizagem é doloroso, cheio de obstáculos e que é necessária muita preparação para se chegar a um resultado satisfatório. Indo de encontro a tudo isso, está o Telecurso 2000 que, mais uma alternativa que uma solução, tem conseguido auxiliar milhões de trabalhadores, tanto no nível profissional, quanto no pessoal.

AVALIAÇÃO ESCOLAR: CONTEXTO, DISCUSSÕES E PROBLEMATIZAÇÕES

Giseli Fuchter – UFSC
EPP2612314H53

Levando em consideração que estamos tratando de sujeitos reais e não sujeitos ideais, propomo-nos a mostrar a situação do processo de avaliação escolar no contexto educacional e quais as conseqüências dos métodos utilizados pelos professores nas escolas em que realizamos a pesquisa. Esse trabalho se constitui da análise de redações, sendo que uma das escolas segue uma linha pedagógica tradicional e outra sócio-interacionista. Nosso objetivo é fazer uma análise de forma qualitativa das redações de 3ª séries primárias dessas escolas e, tendo-as em mãos, propomo-nos a refletir sobre a situação do processo de avaliação do professor. Primeiramente, fizemos as observações nas produções dos textos e verificamos no que a avaliação escolar, bem ou mal implementada, pode interferir no processo de ensino-aprendizagem da criança. Além do que, pudemos observar a postura do professor diante desses alunos. Nos textos avaliados, buscamos marcas que comprovassem os métodos utilizados pelo professor em sua correção, possibilitando, assim, que fizéssemos uma análise dos resultados e os relacionássemos com pontos de vista de outros autores que tratam do tema avaliação no contexto escolar. Se a escola considera que a avaliação deve se basear nos *erros e acertos*, possivelmente, não se imagina como resultado dessa instituição, nada além do conhecimento como um produto, impossibilitando um maior aprimoramento das qualidades do sujeito. Por motivos diversos não serão mencionados os nomes das escolas, sendo denominadas, então, como Escola X e Escola Y. As produções textuais da Escola X podem ser consideradas de bom nível, entretanto é questionável o fato de sempre seguirem *modelos*. O uso de estereótipos, no entanto, é mais freqüente na Escola Y, tanto que o próprio tema já estabelece esta restrição, todas as redações tinham como tema *Era uma vez*, deixando evidente comportamentos próprios de cartilhas, livros didáticos ou histórias em quadrinhos. O fato de as redações da Escola Y terem como título *Era uma vez* fez com que, de certa forma, os alunos permanecessem restritos a expressões demasiadamente rotineiras de uso freqüente, impossibilitando o processo de criação. O resultado disso foram redações moldadas a situações descritas em histórias e livros didáticos. Na Escola X percebemos que os textos foram muito bem escritos e o fato de estarem bem construídos levou-nos a questionar se houve uma hiper-correção ou se tiveram o auxílio do professor, o que também diminui o dever do aluno de criar seu próprio texto. A avaliação é um desafio do educador e as mudanças devem ser colocadas em prática. Se os profissionais da educação ficarem à margem e sempre seguindo padrões, normas, cartilhas, sem contextualizar os fatos históricos à vida do aluno, não se vai atingir muitos objetivos, pois ainda se estará visando um sujeito ideal, situação que não se mostra coerente, se inserida na realidade atual.

A ENTOAÇÃO ASSERTIVA NO PORTUGUÊS E NO ESPANHOL: UM ESTUDO CONTRASTIVO

Simone Coelho Pereira & Maristela da Silva Pinto – UFRJ
LEP2612314H54

No presente trabalho, compara-se a entoação de frases lidas por dois falantes do português do Brasil com as mesmas frases, vertidas em espanhol, lidas por dois falantes que têm como língua materna o castelhano.

As frases foram analisadas no Laboratório de Fonética Acústica, com o programa CECIL, chegando-se a resultados que poderão ser utilizados no ensino do espanhol e português como línguas estrangeiras.

OS CAMINHOS ATUAIS DA LINGÜÍSTICA E A PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: A LÍNGUA ESPANHOLA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Maria Zulma Moriondo Kulikowski, Neide Maia González & Maria Victoria Rébora - USP
LEP2612314H55

Faremos inicialmente uma retrospectiva do papel ocupado pelas línguas estrangeiras e pela sua pesquisa nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras/USP, na sua relação com a evolução dos estudos lingüísticos. Em seguida, ainda dentro desta perspectiva, traçaremos o perfil da recém-criada pós-graduação em Língua Espanhola, apontando as linhas de pesquisa escolhidas e sua inserção no contexto atual. São elas: a) Língua Espanhola e processos interculturais; b) aquisição/aprendizagem do Espanhol como língua estrangeira. A primeira dessas linhas tem como objetivo proceder ao rastreamento e à análise dos processos culturais no funcionamento da língua espanhola, em confronto com outras línguas, em particular, com o português. A ela estão atrelados os seguintes projetos: português e espanhol nas suas relações de tradução; a língua espanhola na sua heterogeneidade; e a língua espanhola nos textos literários. A segunda dessas linhas tem como objetivo a análise, a partir de diferentes perspectivas teóricas, dos processos de aquisição do espanhol por falantes de português. A ela estão vinculados os seguintes projetos: estudos contrastivos espanhol-português; a gramática na aquisição/aprendizagem do espanhol como língua estrangeira. O objetivo mais geral do painel é mostrar de que modos as relações entre as nossas linhas de pesquisa e os modelos de estudos lingüísticos podem constituir o nosso diferencial.

A ORALIDADE COMO MÉTODO DE ENSINO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA VOLTADA PARA CRIANÇAS EM FASE DE ALFABETIZAÇÃO

Cláudia Regina Ziliotto Bomfá – UFSC
LEP2612314H56

A razão de ser desse trabalho está diretamente ligada ao desejo de criar um curso de língua estrangeira aplicado a crianças carentes da periferia de Florianópolis. Trata-se do projeto de extensão do curso de língua e cultura italianas, coordenado pela professora Cristiana Tramonte, do CED/UFSC, que iniciou como estágio de prática de ensino de língua italiana.

Mediante experiências adquiridas durante o estágio, em parceria com o projeto "Oficinas do Saber" do CEDEP, elaborei um projeto piloto, na forma de método didático, que tem por objetivo discutir a função da oralidade entre crianças em fase de alfabetização. Visto que muitas crianças ainda não estão alfabetizadas, pretendo apresentar exercícios

que proponham abordar questões pertinentes à oralidade. Para isto, pretendo expor neste painel algumas estratégias lingüísticas por mim utilizadas durante esta experiência, tais como: cartazes e figuras (linguagem não verbal), técnica de fantoches, jogos diversos (dominó, memória, etc.), colagens e montagens, reciclagem, enfim, vários materiais relacionados ao ensino da língua estrangeira em questão.

Assim, espera-se estar contribuindo ativamente com a democratização do conhecimento, visto que o acesso às línguas estrangeiras em geral é historicamente destinado à elite. Pretendeu-se, ainda, comprovar a possibilidade de elaborar projetos de pesquisa que beneficiem diretamente a comunidade, especialmente estes setores excluídos da escolarização formal.

A LINGUAGEM RELIGIOSA: ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE ESPIRITISMO, UMBANDA E CANDOMBLÉ

Maria Sueli Ribeiro da Silva - UNESP/SJRP
ETP2612314H57

O presente trabalho visa aprofundar o estudo da linguagem por meio de três religiões (Espiritismo, Umbanda e Candomblé), mostrando o aspecto contrastivo entre as linguagens por elas utilizadas e abordar a questão da inter fusão cultural entre a tradição indígena, africana e européia. O desenvolvimento desse trabalho foi feito por meio da seleção adequada de uma bibliografia, de recursos audiovisuais (como gravações de especiais da TV centradas nessas três religiões), que colaboraram na obtenção dos conhecimentos indispensáveis à colaboração dos questionários para a pesquisa de campo (pré-questionário e questionário propriamente dito), e do contacto com as sociedades religiosas, a fim de fixar-lhes o léxico e apreender a cosmovisão de cada um, por meio de entrevistas. Dessa forma, conclui-se que, em cada contexto religioso, há uma linguagem particularizando uma visão de mundo, um objeto de interesse, uma crença e uma cultura. Há, por um lado, termos com um mesmo significado, porém com um significante diferente em cada religião, por exemplo: as três religiões consideram a existência do chamado, pelo Catolicismo, *anjo da guarda*. Essa expressão corresponde também aos termos variantes *espírito protetor* ou *mentor espiritual* (no Espiritismo), *guia ou orixá* (na Umbanda) e *protetor* (no de um modo geral, todas as religiões que acreditam na existência dos espíritos e possuem

Abrahão, J. R. S. - VI2619C141.....	126
Abriata, V. L. R. - LD27142C237.....	234
Aguiar, A. C. de - ALM268C247.....	201
Aguiar, M. S. de - IFE26202C239.....	118
Aguilera, V. - ALS26173CC.....	14
Albuquerque, R. M. de - VC27144C141.....	134
Alcântara, C. da C. - FL2682C242.....	56
Aldrigue, A. C. de S. - ET2794C239.....	120
Alkmim, M. G. R. - VO278C141.....	129
Almeida, E. M. - VO279C141.....	131
Almeida, G. M. de B. - MO2794C242.....	67
Almeida, M. J. A. de - ALM2682C247.....	202
Almeida, N. M. A. de - MO279C242.....	66
Almeida, R. O. de - VGP2612314H29.....	271
Alves, E. F. - VI2620C141.....	127
Alves, V. C. S. F. - DI2715C137.....	165
Amaral, L. I. C. do - VM2619C142.....	141
Amaral, M. P. - OS271145CE.....	31
Andrade, K. - IMS2692C239.....	111
Andrade, M. L. da C. V. de O. - ADM2784C142.....	146
Antunes, L. B. - FT26202C242.....	64
Aquino, Z. G. O. de - ADM2782C142.....	146
Aragão, M. do S. de - ALS26165CC.....	14
Aragão, M. do S. de - FCS26111CE.....	8
Araldi, D. - VGP2612314H29.....	271
Araldi, D. - PPP2612314H44.....	279
Araújo, A. D. - G2692C130.....	170
Araújo, G. A. de - IFP2612314H20.....	267
Araújo, G. A. de - OT26144C242.....	60
Araújo, M. F. R. de - HL27154C244.....	55
Araújo, S. M. de M. - FA2619C249.....	189
Aréas, E. K. N. - VGP2612314H26.....	270
Argondale, P. - AC27152C229.....	91
Assolini, F. E. P. - DL2692C237.....	222
Augusto, M. R. A. - SS2619C229.....	80
Avelar, J. O. de - VCP2612314H32.....	273
Avelar, T. ALM2694C247.....	204
Azevedo, K. E. R. de - GH26154C244.....	45
Back, A. C. P. - VI26194C141.....	127
Baghin, D. C. M. - ID2715C243.....	256
Baldwin, E. - LD27154C237.....	236
Bandeira, A. R. P. - DTP2612314H3.....	259
Baptista, L. M. T. R. - BM26202C137.....	158
Barbosa, L. de R. - FA2720C249.....	191
Baronas, R. L. - SD2714C226.....	106
Barreto, E. M. B. - VGP2612314H30.....	272
Barreto, T. M. M. - GH2615C244.....	45
Barros, A. - EA27142C248.....	249
Barros, D. E. C. - SG2682C226.....	93

Barros, L. G. - HL27144C244.....	53
Barros, N. C. A. de - Cog2792C130.....	178
Barros, R. P. - FA26194C249.....	190
Barros-Gonçalves, M. R. - OEP2612314H48.....	281
Bastos, C. R. P. - EM2714C142.....	147
Bastos, M. S. - CC27152C130.....	181
Battisti, E. - OS271115CE.....	30
Benites, S. A. L. - ADM279C142.....	146
Benites, S. A. L. - DI27152C137.....	165
Berlinck, R. de A. - D2784C244.....	50
Bez, C. W. - AEI269C248.....	237
Bidarra, J. - NE27152C249.....	199
Biruel, A. M. da S. - Cm26144C249.....	186
Bisol, L. - OS27103CE.....	29
Blatyta, D. F. - AEI2682C248.....	236
Boer, M. A. de S. - PTI26192C237.....	228
Bohn, H. I. - IM26152C248.....	241
Bolognini, C. Z. - ID2714C243.....	255
Bomfá, C. R. Z. - LEP2612314H56.....	284
Bonini, A. - GS2615C130.....	172
Borges, A. P. S. - NE2714C249.....	197
Borges, L. C. - IFE2620C239.....	117
Borges, V. M. C. - PP2784C249.....	195
Braga, E. dos S. - GS26152C130.....	173
Braga, M. do C. de O. - AEI2684C248.....	237
Braga, M. L. - OES27163CC.....	35
Brait, B. - BM26192C137.....	156
Brandão, H. H. N. - BM2621C137.....	158
Brandão, S. F. - VO279C141.....	131
Brochado, S. M. D. - S261C249.....	185
Brodzinski, J. - LE271C247.....	215
Cabral, A. S. A. C. - TGS26105CC.....	4
Caetano, K. E. - HL27152C244.....	54
Callou, D. M. I. - DM268C142.....	136
Callou, D. M. I. - OT26152C242.....	61
Camacho, R. - VPS26163AR.....	12
Cambraia, C. N. - PDP2612314H17.....	261
Campos, C. M. - CC27142C130.....	179
Campos, M. I. B. - BM2620C137.....	157
Cardoso, S. - ALS26163CC.....	14
Careno, M. F. do - EP2716C247.....	219
Carmegnani, A. M. - CSS26165CE.....	16
Caron, M. F. - DI27142C137.....	164
Carreira, A. F. - DL269C237.....	221
Carvalho, E. P. de - TR2782C248.....	246
Carvalho, G. M. M. de - ALM2694C247.....	204

Carvalho, R. B. S. - PT2616C237.....	228
Carvalho, R. F. - GSP2612314H42.....	277
Carvalho, S. A. - IS26204C248.....	245
Carvalho, S. D. M. - DT2684C244.....	42
Castilho, A. T. - VPS26171AR.....	13
Castro, F. de - IFE26194C239.....	116
Castro, L. A. de - CC27144C130.....	179
Castro, M. L. S. - LX2716C242.....	72
Castro, O. M. de - DGP2612314H37.....	275
Cavalcante, F. T. - SIN271C229.....	87
Cerbino, V. W. C. - SJ26154C229.....	79
Cerbino, V. W. C. - EM27144C142.....	148
Chaves, T. R. A. P. - SP2612314H16.....	266
Chiavegatto, V. C. - GC26204C226.....	101
Chisman, R. L. de O. - SS2620C229.....	82
Cintra, G. - HL2715C244.....	53
Coan, M. - VV2692C141.....	123
Coelho, I. L. - VO2784C141.....	130
Coelho, M. C. P. - SIS26111FP.....	10
Coito, R. de F. - DLE2794C237.....	233
Collischonn, G. - OS27113CE.....	31
Conceição, S. da - SJ26142C299.....	77
Conde, D. C. - PT26154C237.....	227
Condé, V. G. - LC2615C142.....	140
Consolo, D. A. - DI2716C137.....	167
Coracini, M. J. - CSS26163CE.....	15
Cordeiro, D. T. - FA26194C249.....	190
Corrêa, I. M. - STM26144C226.....	96
Corrêa, L. S. - PLS26163FP.....	18
Corrêa, R. M. - PTP2612314H41.....	277
Cortina, A. - LD2714C237.....	234
Costa, I. B. - PPP2612314H43.....	278
Costa, M. A. - PD26192C244.....	46
Costa, M. H. A. - OEP2612314H51.....	282
Costa, S. B. B. - GH26142C244.....	44
Costa, S. R. - GS26144C130.....	176
Crescitelli, M. F. de C. - DM2682C142.....	136
Cruz, M da S. - ET2792C239.....	190
Cunha, A. S. de A. - VO2792C141.....	132
Cunha, C. de S. - VF2615C141.....	125
Cunha, M. A. F. da - GS27113CC.....	27
Cunha, M. C. - EP2715C247.....	217
Cyrino, S. M. L. - SJ26144C229.....	78
Dal Mago, D. - VFP2612314H23.....	268
Dall'Aglio-Hattner, M. M. - VI26192C141.....	126
Day, D. - VGP2612314H29.....	271
Dcângeli, M. A. - ID27142C243.....	255
Dellagnelo, A. de C. K. - DF2615C137.....	154
Dellagnelo, A. de C. K. - IS26194C248.....	243

Delphino, F. B. de B. - G2682C130.....	168
Dias, C. P. - DP2692C137.....	152
Dias, J. F. V. - STM2615C226.....	96
Dias, J. G. - VF2614C141.....	124
Dick, M. V. de P. do A. - PD26204C244.....	48
Dinnouti, G. M. C. - DI27152C137.....	165
Dionisio, A. P. - NE2716C249.....	200
Dittrich, I. J. - PI279C226.....	105
Dorneles, E. F. - DID2792C137.....	161
Dornelles, C. Z. C. - GM26194C130.....	174
Dourado, L. G. - IV26154C239.....	115
Duarte, C. - CC2715C130.....	180
Duarte, M. A. B. - VFP2612314H24.....	269
Duarte, M.L.B. - SD2716C226.....	109
Duarte, P. M. T. - MO2784C242.....	66
Emílio, A. C.K. - SD27152C226.....	108
Emmel, I. - TR2794C248.....	248
Espíndola, L. - SPS27113AR.....	23
Everett, D. L. - FL2684C242.....	57
Faraco, C. A. - DP2684C137.....	151
Faria, N. R. B. - ALM269C247.....	203
Farias, A. S. - VGP2612314H31.....	272
Farias, E. M. P. - LX2715C242.....	70
Farias, W. S. de - LE2782C247.....	213
Faveri, C. B. de - VF26144C141.....	125
Faveri, R. B. de - DI27144C137.....	164
Favero, T. O. - DID279C137.....	160
Feltes, H. P. de M. - Cog279C130.....	177
Fernandes, E. - S2682C249.....	182
Fernandes, L. P. - TR271C248.....	248
Fernandes, S. D. - Cm2615C249.....	187
Fernandes, V. - IM26152C248.....	241
Ferreira, D. M. M. - GM2620C130.....	175
Ferreira, I. - Cm26154C249.....	188
Ferreira, M. B. - MN2612C229.....	76
Ferreira, M. C. L. - ADS27171AR.....	34
Ferreira, M. de N. de O. - IV2614C239.....	113
Ferreira, R. de C. M. - VGP2612314H29.....	271
Figueiredo, D. de C. - GM26192C130.....	174
Finck, D. - SG2692C226.....	94
Finger, I. - AC27152C229.....	91
Finger-Kratochvil, C. - PTI26204C237.....	230
Flôres, L. L. - ES2621C247.....	212
Foltran, M. J. - SIN278C229.....	84
Fonseca, L. R. de C. e - IM26144C248.....	240
Fonseca, V. S. - PI2794C226.....	106
França, N. A. - DI27154C137.....	166
Franchetto, B. - LIS27165CE.....	38
Françoço, E. - NE27152C249.....	199

Françoço, E. - PLS26173FP.....	20
Franzke, L. - CC2714C130.....	179
Freire, R. M. A. de C. - FA26194C249.....	190
Freitag, R. M. K. - DMP2612314H33.....	273
Freitas, D. de B. A. P. F. - IMS2694C239.....	112
Freitas, M. de S. - FL2694C242.....	58
Freitas, V. A. de L. - VF2614C141.....	124
Frota, M. P. - LES26113AR.....	4
Füchter, G. - EPP2612314H53.....	283
Furlanetto, M. M. - SPS27115AR.....	24
Galindo, C. W. - D278C244.....	49
Gallemebeck, P de T. - VM2621C142.....	144
Gallo, S. - ADS27175AR.....	35
Garcez, P. - SIS26113FP.....	10
Gauté, C. C. de A. - D2792C244.....	51
Gavazzi, S. C. - ADM278C142.....	145
Gesser, A. - S2694C249.....	184
Gibbon, A. de O. - STM26142C226.....	95
Gil, B. D. - DLE279C237.....	232
Gil, G. - IS2620C248.....	244
Godoy, E. - STM2616C226.....	98
Góes, M. G. - DF26142C137.....	153
Goldnadel, M. - PI278C226.....	103
Gomes, A. C. - LD27152C237.....	235
Gomes, C. A. - PD2621C244.....	49
Gomes, J. B. F. - DGP2612314H36.....	275
Gomes, V. M. de A. - LC26142C142.....	139
Gonçalves, C. H. P. - HL27142C244.....	52
Gonçalves, C. R. - VM26202C142.....	143
Gonçalves, L. de M. - BM2619C137.....	156
Gonçalves, R. - IS2621C248.....	245
González, N. M. - LEP2612314H55.....	283
Grantham, M. R. - LE279C247.....	214
Gregolin, R. - NEP2612314H45.....	279
Grigoletto, E. - CC27154C130.....	181
Grigoletto, M. - CSS26175CE.....	18
Grimm, E. L. - GM26202C130.....	175
Grolla, E. B. - AC2714C229.....	89
Groppi, M. - MN2682C229.....	73
Gryner, H. - OES27165CC.....	36
Grzegorzczak, S. - DLE2782C237.....	231
Guedes, M. - PD26202C244.....	48
Guimarães, G. L. - ES2620C247.....	210
Guimarães, M. R. - STM2614C226.....	95
Guimarães, S. M. - ES2619C247.....	208
Guindaste, R. M. G. - NE27142C249.....	198
Heberle, V. M. - GM2619C130.....	174
Heidermann, W. - EA2715C248.....	250

Heine, L. M. B. - SG2694C226.....	94
Hentz, M. I. de B. - PTI2620C237.....	229
Hernandorena, C. - OS2711CE.....	30
Herrero, S. F. - Cm26142C249.....	185
Hoff, B. M. E. - ES26204C247.....	211
Hoffnagel, J. C. - DF26144C137.....	154
Höfling, C. - LX27144C242.....	70
Honório, C.M.A. - IFE26204C239.....	118
Ignácio, S. E. - LX27142C242.....	69
Ileri, R. - VPS26175AR.....	12
Imaguire, L. M. C. - Cm2614C249.....	185
Imaguire, L. M. C. - FT2621C242.....	65
Indursky, F. - ADS27165AR.....	34
Isquierdo, A. N. - PD2620 C244.....	47
Jesus, É. T. de - VF2614C141.....	124
Junkes, T. K. - ES26202C247.....	211
Kafka, S. G. - FT26192C242.....	62
Kessler, K. - AC27152C229.....	91
Klamt, V. - DTP2612314H2.....	258
Klein, G. V. da C. - ET279C239.....	119
Klein, S. - FT26192C242.....	62
Klein, S. - FT26194C242.....	63
Klein, S. L. - SS26202C229.....	82
Koch, I. V. - SPS27111AR.....	23
Koch, W. - ALS26175CC.....	15
Koerich, R. D. - AEI2694C248.....	238
Koerich, R. D. - IM26142C248.....	239
Kraemer, M. A. D. - PTP2612314H41.....	277
Kulikowski, M. Z. M. - LEP2612314H55.....	283
La Corte, M. D. de - PDP2612314H8.....	261
Labes, E. - ADM2792C142.....	147
Lage, N. M. - SIN2782C229.....	84
Lagrotta, M. G. M. - DGP2612314H35.....	274
Lamprecht, R. - OS2711CE.....	30
Langer, E. R. - EP27154C247.....	218
Langer, E. R. - TR278C248.....	246
Lazarini, D. D. - LE2792C247.....	214
Leal, T. F. - ES2620C247.....	210
Lee, S. - OT2615C242.....	60
Leitão, M. M. - SG2684C226.....	93
Leite, Y. de F. - OT26152C242.....	61
Leonel, M. C. de M. - PI271C226.....	106
Lima, A. L. L. de - GGP2612314H40.....	276
Lima, P. L. C. - PLS26173FP.....	20
Lima, R. - PP2794C249.....	196
Lima, R. J. - MN2694C229.....	74
Lima-Hernandes, M. C. P. - DM261C142.....	139
Loch, M. - VFP2612314H24.....	269

Longo, B. N. de O. - LX2714C242.....	68
Lopes, M. A. G. - VF26152C141.....	126
Lopes, C. R. dos S. - PD26194 C244.....	47
Lopes, I. C. - LC26144C142.....	140
Lopes, M. A. P. T. - SD27142C226.....	107
Lopes, M. da C. - ALM2684C247.....	202
Lopes, N. da S. - VM2620C142.....	142
Lopes, N. R. C. - LD27144C237.....	235
Lopes, R. E. V. - AC27142C229.....	89
Lourenço, L. - BM26204C137.....	158
Lübke, H. C. - ES26192C247.....	208
Lucchesi, D. - VM26194C142.....	142
Lucena, M. I. P. - IM2614C248.....	239
Luclktenberg, I. M. B. - GGP2612314H39.....	276
Lunardi, A. M. - PI2792C226.....	105
Macêdo, A. C. P. S. de - ALM2692C247.....	203
Macedo, A. M. N. - GH26144C244.....	44
Macedo, A. V. T. de - DM2694C142.....	138
Macedo, A. V. T. de - VM26194C142.....	142
Macêdo, C. M. M. de - EM2715C142.....	149
Maeda, C. T. - IFP2612314H19.....	267
Magalhães, I. - CSS26173CE.....	17
Magalhães, J. O. - FT2620C242.....	63
Magalhães, M. I. - FCS26113CE.....	8
Maia, M. - LIS27163CE.....	28
Maia, M. - PLS26175FP.....	21
Malta, J. C. - LE278C247.....	212
Mancini, F. G. - DLE2792C237.....	232
Mancopes, R. - FA2602C249.....	191
Manso, S. M. de O. - OEP2612314H47.....	280
Maranhão, S. de M. - LXP2612314H13.....	264
Marçal, S. DID2794C137.....	161
Marchezan, R. M. F. C. - SGP2612314H17.....	266
Marcuschi, L. A. - Cog2794C130.....	178
Maretto, N. S. C. - EP27152C247.....	218
Marini, D. - GS26154C130.....	173
Martelotta, M. E. - GS27115CC.....	28
Martelotta, M. E. - VC27142C141.....	133
Martha, A. A. P. - DLE2784C237.....	232
Martins, C. M. DID271C137.....	162
Martins, I. F. de M. - VF26142C141.....	125
Martins, L. M. - ID27142C243.....	255
Martins, M. C. - PDP2612314H16.....	260
Martins, M. F. - IMS2682C239.....	110
Martohardjono, G - AC27152c229.....	91
Massini-Cagliari, G. - FL268C242.....	56
Matta, S. S. da - PP279C249.....	195

Mattiassi, S. - EP27144C247.....	217
McCleary, L. - S268C249.....	182
Medeiros, B. R. de - FNP2612314H12.....	264
Medeiros, C. L. M. de - PI2784C226.....	104
Medina, E. M. L. - FA2692C249.....	189
Mello, A. A. S. - TGS26111CC.....	5
Melo, M. de F. B. de - PP2782C249.....	194
Menezes, V. M. C. de - VC2714C141.....	133
Mengarda, E. J. - NE27154C249.....	200
Mesquita, F. O. P. de - PT26144C237.....	225
Meurer, C. E. C. - GGP2612314H38.....	276
Miccoli, L. S. - IM2615C248.....	241
Miranda, E. P. - DL2694C237.....	222
Miranda, E. P. - MO2792C242.....	66
Miranda, R. M. - OS271045CE.....	29
Mollica, M. C. - AES27105AB.....	32
Monguilhott, J. de O. e S. - VFP2612314H22.....	268
Monnerat, R. S. M. - ADM2794C142.....	147
Montanheiro, F. C. - ET2782C239.....	119
Monteiro, R. - FCS26115CE.....	9
Monteiro, R. S. - PT2614C237.....	224
Moraes, J. A. de - OT26154C242.....	61
Moraes, J. A. de - OT26152C242.....	61
Morais, A. G. de - Cm26144C249.....	186
Morais, M. A. C. R. T. - SS2621C229.....	80
Morales, B. de S. V. - LAC2784C243.....	253
Morato, E. - SPS27105AR.....	22
Moreira, C. M. - OE26144C247.....	206
Moreira, V. R. O. - VFP2612314H21.....	268
Mori, A. C. - IV26152C239.....	115
Morilas, L. R. - GC2620C226.....	100
Moritz, M. E. W. - IS26194C248.....	243
Mota, J. - ALS26165CC.....	14
Moura, A. C. C. - Cm26152C249.....	188
Moura, A. R. de - D278C244.....	49
Moura, H. M. M. - SPS27103AR.....	22
Murakawa, C. de A. A. - PD2619C244.....	46
Nascimento, E. M. F. dos S. - PI271C226.....	106
Nascimento, J. V. - DID2782C137.....	159
Nascimento, K. - IM26152C248.....	241
Nascimento, S. H. L. do - MN269C229.....	74
Nascimento, S. S. do - D2794C244.....	52
Negrão, E. V. - SIN2794C229.....	87
Netto, M. do S. S. - SG269C226.....	93
Neves, D. D. das - IMS2684C239.....	111
Neves, J. dos S. B. - STM26152C226.....	97
Neves, M. H. M. - OES27173CC.....	37
Nicolacópulos, A. T. - GC2619C226.....	98
Nicolaidis, C. - IM26152C248.....	241

Novacs, C. - PLS26171FP.....	20
Novaes, M. - LAC279C243.....	253
Nunes, J. - MN261C229.....	75
Nunes, J. H. - DP268C137.....	150
Nunes-Pemberton, G. M. - SP2612314H15.....	265
Ogliari, M. M. - LC2614C142.....	139
Oliveira, A. de - GC2619C226.....	98
Oliveira, A. de - GC2621C226.....	102
Oliveira, A. M. P. P. de - DT2692C244.....	43
Oliveira, C. C. de - VFP2612314H25.....	269
Oliveira, E. C. de - OE26154C247.....	207
Oliveira, H. F. de - VC27154C141.....	135
Oliveira, H. R. de - VF2614C141.....	124
Oliveira, L. C. F. de - FNP2612314H10.....	263
Oliveira, M. A. de S. - FT2621C242.....	65
Oliveira, M. da S. P. - ALP2612314H46.....	280
Oliveira, M. de - SIN279C229.....	86
Oliveira, M. do S. - OE26142C247.....	205
Oliveira, M. R. de - GS27111CC.....	26
Oliveira, M. R. de - VC2716C141.....	136
Oliveira, R. P. de - Cog2784C130.....	177
Oliveira, R. P. de - SS26194C229.....	81
Oliveira, S. E. de - DID2784C137.....	160
Pacheco, F. B. - IMS269C239.....	111
Pacheco, F. B. - OT26142C242.....	59
Pacífico, S. M. R. - DL268C237.....	219
Pádua, H. R. de - SD27144C226.....	107
Pagotto, E. G. - VF26144C141.....	125
Paiva, M. da C. de - OES27171CC.....	36
Paiva, M. da C. de - PD2621C244.....	49
Palmiere, D. T. L. - AC27144C229.....	90
Parcero, L. M. de J. - D2782C244.....	50
Paredes Silva, V. L. - VO271C141.....	132
Passeggi, L. - LE2794C247.....	214
Passetti, M. C. C. - SD2715C226.....	107
Paula, A. S. de - IV26144C239.....	114
Pedrosa, J. L. R. - VM26204C142.....	144
Pelandré, N. L. - OE26152C247.....	207
Penkal, L. L. - VV2694C141.....	124
Pereira, A. E. - GM2621C130.....	176
Pereira, J. S. do V. - OEP2612314H49.....	281
Pereira, M. A. - HL2714C244.....	52
Pereira, M. C. da C. - S269C249.....	183
Pereira, M. das G. D. - SIS26103FP.....	9
Pereira, R. F. - PTI26202C237.....	230
Pereira, S. C. - LEP2612314H54.....	283
Pereira, S. E. - NE27144C249.....	198
Pereira, T. C. - LAC2794C243.....	254
Pereira, T. L. G. - D279C244.....	51

Perroni, M. C. - AC2715C229.....	90
Petter, M. M. T. - LX27154C242.....	71
Pezatti, E. - VPS26173AR.....	13
Pfeferman, S. - EP27154C247.....	218
Pfeferman, S. - TR2784C248.....	246
Piasecka-till, A. - DF26152C137.....	155
Piccardi, T. - EM27152C142.....	149
Pilar, J. A. - PT26152C237.....	226
Pimpão, T. S. - VV269C141.....	122
Pinholi, M. T. R. - GS26142C130.....	170
Pinto, A. P. P. - IM26154C248.....	242
Pinto, J. P. - SG268C226.....	92
Pinto, M. da S. - LEP2612314H54.....	283
Pinto, R. do C. N. - NE2715C249.....	199
Poersch, J. M. - PP278C249.....	194
Poggio, R. M. G. F. - GH26152C244.....	45
Pontes, A. L. - MO271C242.....	68
Pontes, I. - DT268C244.....	44
Portela, K. - DM268C142.....	136
Portela, K. L. - VCP2612314H32.....	273
Possenti, S. - DP2682C137.....	150
Prado, M. dos S. - SIN2784C229.....	85
Prawucki, R. - DF26154C137.....	155
Quadros, R. M. de - AC27154C229.....	91
Quadros, R. M. de - S2684C249.....	183
Quandt, V. de O. - VFP2612314H21.....	268
Queiroz, R. de C. R. de - PDP2612314H5.....	260
Quental, L. - SIS26105FP.....	10
Quites, A. P. - EA27144C248.....	250
Radhay, R. A. - DI2714C137.....	163
Raimundo, T. W. - GGP2612314H39.....	276
Raimundo, T. W. - OEP2612314H49.....	281
Rajagopalan, K. - LES26103AR.....	3
Ramos, F. M. E. - OEP2612314H50.....	281
Ramos, J. M. - SJ2615C299.....	78
Rébori, M. V. - LEP2612314H55.....	283
Reichmann, C. L. - IS2619C248.....	242
Reis, M. da C. S. - LXP2612314H14.....	265
Reis, M. S. dos - VI26202C141.....	128
Resende, T. C. C. de - DL261C237.....	223
Rezende, M.I.A. - LAC 2782C243.....	253
Ribeiro, A. J. C. - GC26202C226.....	101
Rio-Torto, G. M. - MO2782C242.....	65
Rocha, M. A. E. da - PP2792C249.....	196
Rocha, S. A. D. de O. da - GC26192C226.....	99
Rocha, S. A. D. de O. da - GC2619C226.....	98
Rodrigues Jr, J. M. - IS26192C248.....	243
Rodrigues, A. - PLS26165FP.....	19

Rodrigues, B. B. - G269C130.....	169
Rodrigues, C. L. R. - IV26142C239.....	113
Rodrigues, C. V. - MO278C242.....	65
Rodrigues, F. A. - G268C130.....	167
Rodrigues Jr, J. M. - IS26192C248.....	243
Rodrigues, M. das G. S. - PT26152C237.....	226
Rodrigues, M. H. N. - EP27142C247.....	216
Rodrigues, R. H. - G2694C130.....	170
Rojo, R. H. R. - AES27113AB.....	33
Rojo, R. H. R. - GS2614C130.....	170
Roman, E. C. - STM2616C226.....	98
Roncarati, C. - FCS26105CE.....	7
Rumeu, M. C. de B. - PDP2612314H4.....	259
Sá, R. M. de - IFE26194C239.....	116
Saleh, P. B. de O. - OE2614C247.....	204
Salles, H. M. M. L. - MN2684C229.....	73
Sandalo, M. F. S. - OT2614C242.....	59
Sandalo, M. F. S. - IMS261C239.....	112
Santanché, L. M. - LC26152C142.....	140
Santoro, B. M. R. - DL2682C237.....	220
Santos, D. G. D. - ET271C239.....	121
Santos, L. dos - IV26152C239.....	114
Santos, L. M. - DM269C142.....	137
Santos, M. A. dos - ID27144C243.....	256
Santos, M. F. O. - DF2614C137.....	153
Santos, M. G. dos - IFE26192C239.....	116
Santos, R. E. dos - VV2684C141.....	122
Santos, Z. D. de M. M. dos - LD2715C237.....	235
Savedra, M. M. G. - EA27142C248.....	249
Scher, A. P. - SIN2792C229.....	86
Scherre, M. M. P. - VF2614C141.....	124
Scliar-Cabral, L. - AES27103AB.....	32
Scliar-Cabral, L. - PPP2612314H44.....	279
Seara, I. C. - FT2619C242.....	62
Seki, L. - IMS268C239.....	112
Sena, M. de F. P. de - EP2714C247.....	216
Sgarbieri, A. N. - GM26204C130.....	176
Silva, A. H. P. - FT26204C242.....	64
Silva, A. C. B. da - ID27154C243.....	257
Silva, B. C. da - TGS26113CC.....	6
Silva, C. da - FL2692C242.....	58
Silva, F. L. da - LES26111AR.....	4
Silva, F. R. S. - VFP2612314H21.....	268
Silva, G. de F. e - DL2684C237.....	220
Silva, L. A. da - DM2692C142.....	138
Silva, L. M. da - TR279C248.....	247
Silva, M. C. F. - SS26194C229.....	81
Silva, M. C. P. de S. e - EM27142C142.....	148
Silva, M. C. P. de S. e - DM2682C142.....	136

Silva, M. E. B. da - LX27152C242.....	71
Silva, M. P. da - GC26194C226.....	100
Silva, M. S. R. da - ETP2612314H57.....	284
Silva, M. S. R. da - IS26202C248.....	244
Silva, R. da - VFP2612314H25.....	269
Silva, R. V. M. e - GH2614C244.....	44
Silva, S. M. S. da - DID278C137.....	159
Silva, S. R. da - LE2784C247.....	213
Silva, T. S. da - VV2682C141.....	121
Silva, T. C. A. da - VF26154C141.....	126
Silveira, E. - GS27105CC.....	25
Silveira, G. - MN268C229.....	72
Silveira, M. I. M. - AEI2692C248.....	238
Silveira, M. J. - ET2784C239.....	119
Silveira, S. B. - SIS26115FP.....	11
Silvério, S. M. - SS26194C229.....	81
Soares, M. E. - AES27111AB.....	32
Soares, M. E. - FCS26103CE.....	7
Soares, M. F. - LIS 27175CE.....	41
Soares, S. da S. - VGP2612314H27.....	270
Sobral, M. M. - EPP2612314H52.....	282
Söhngen, C. B. - PP278C249.....	194
Soto, E. U. M. S. - DLE278C237.....	231
Souza, A. B. de - DT269C244.....	43
Souza, A. C. S. de - PDP2612314H9.....	262
Souza, C. F. de - VGP2612314H28.....	271
Souza, G. T. - BM26194C137.....	157
Souza, I. L. de - ID27152C243.....	256
Souza, L. B. de - VV268C141.....	121
Souza, L. M. A. de - FT2621C242.....	65
Souza, L. M. T. M. de - DLE271C237.....	234
Souza, M. S. C. de - VC2715C141.....	134
Souza, P. - ADS27163AR.....	33
Souza, P. C. de - SS26204C229.....	83
Souza, R. M. de - S2692C249.....	184
Storto, L. - LIS27171CE.....	39
Stübe, A. D. - PT26142C237.....	224
Sucharov, C. M. R. C. - SJ26154C229.....	79
Surreaux, L. M. - FA2620C249.....	191
Takao, M. R. - VM2621C142.....	144
Tasso, I. E. V. de S. - PTI26194C237.....	229
Tavares, E. - SD27154C226.....	108
Tavares, M. A. - VC27152C141.....	135
Teixeira, E. R. - FA26204C249.....	192
Teles, I. M. - IFE2619C239.....	116
Teles, I. M. - IFP2612314H18.....	267
Teles, I. M. - IFP2612314H19.....	267
Telles, C. M. - DM2684C142.....	137
Tenani, L. E. - FL269C242.....	57

Tfouni, F. E. V. - LAC278C243.....	252
Tfouni, L. V. - DL2684C237.....	220
Tfouni, L. V. - DL2692C237.....	222
Tfouni, L. V. - DL269C237.....	221
Tognon, M. - PTP2612314H41.....	277
Toscano, M. E. S. - VM26192C142.....	141
Toschi, L. S. - FA2621C249.....	193
Trevisani, M. L. L. - PTI2619C237.....	228
Uyeno, E. Y. - CSS26171CE.....	16
Valle, C. R. M. - DMP2612314H34.....	274
Valle, C. R. M. - VGP2612314H29.....	271
Vandresen, P. - SJ26152C229.....	79
Vargas, M. V. A. de M. - DT2682C244.....	42
Vasconcellos, M. L. - IM26142C248.....	239
Vasconcellos, M. L. - TR2792C248.....	247
Vasconcelos, S. I. C. C. de - DID2794C137.....	161
Viaro, M. E. - EA27154C248.....	251
Viégas-Faria, B. - PI2782C226.....	103
Vieira, H. G. - DTP2612314H1.....	258
Vieira, M. A. M. - LAC2792C243.....	254
Vieira, M. D. - LIS27173CE.....	40
Vieira, M. D. - TGS26115CC.....	6
Vieira, M. dos S. M. - VI26204C141.....	128
Villela, A. de S. - AEI268C248.....	236
Villela, A. M. N. - ES26194C247.....	209
Viotti, E. de C. - SJ2614C229.....	76
Volpato, A. N. - OE2615C247.....	206
Votre, S. - GS27103CC.....	24
Votre, S. - OES27175CC.....	37
Wachowicz, T. C. - STM26154C226.....	98
Waichel, S. L. - MN2692C229.....	74
Weininger, M. J. - EA2714C248.....	248
Wielewicki, V. H. G. - ET278C239.....	118
Wittke, C. I. - EA27152C248.....	251
Xavier da Silva, V. L. M. - G2684C130.....	169
Zágari, M. - ALS26171CC.....	14
Zandwais, A. - LES26105AR.....	3
Zen, T. M. C. - DP269C137.....	151
Zilles, A. M. S. - VO2782C141.....	130
Zoppi-Fontana, M. - ADS27173AR.....	34